

O QUE
SE DEVE LER
PARA CONHECER
O
BRASIL



RETRATOS DO BRASIL

volume 54

Nelson Werneck Sodré

O QUE SE DEVE LER
PARA
CONHECER O BRASIL

— 3.^a EDIÇÃO —

civilização
brasileira

Exemplar Nº 1690 *



016.981
S679
1967

desenho de capa:
MARIUS LAURITZEN BERN

Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.
Rua 7 de Setembro, 97
RIO DE JANEIRO

1967

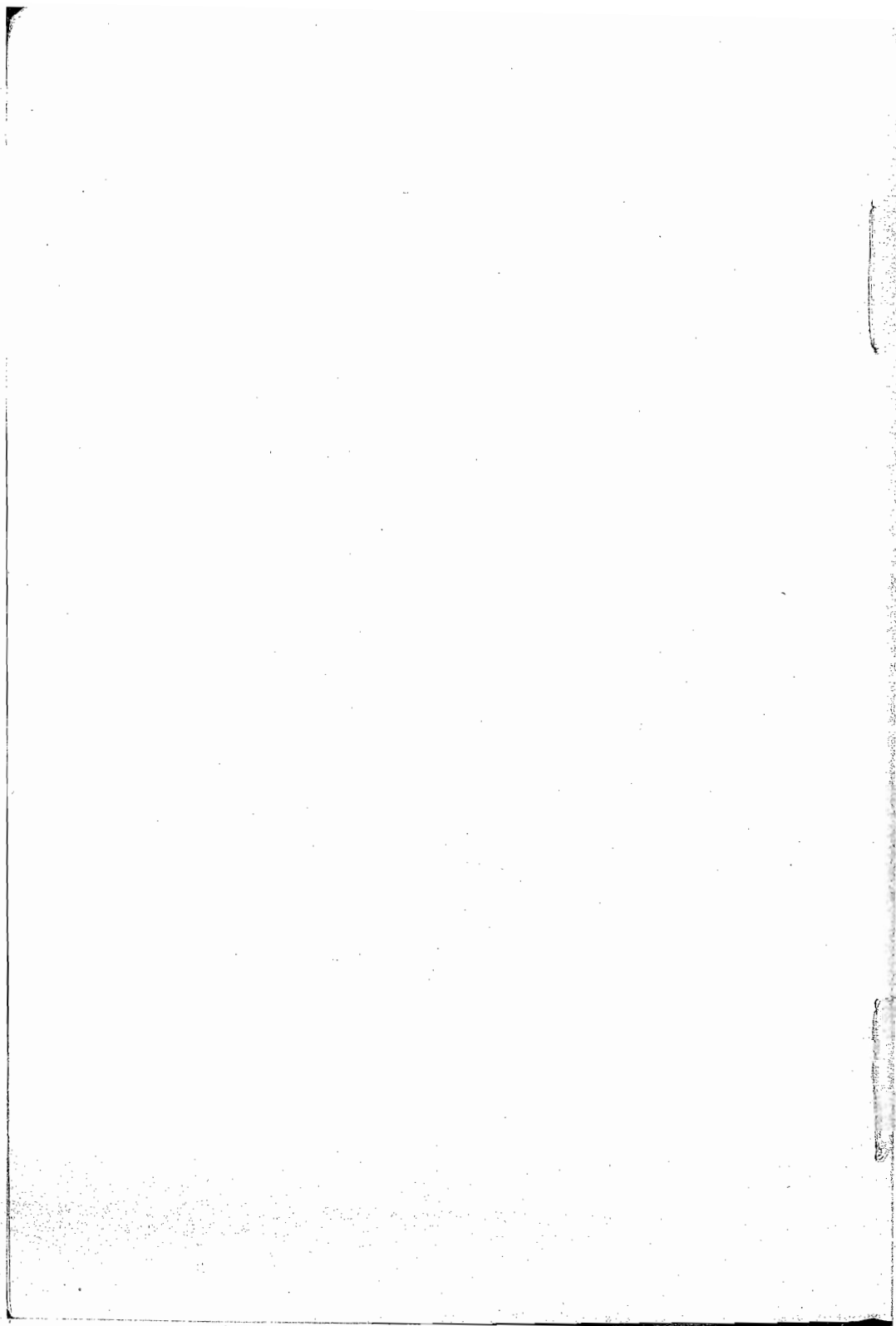
Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

OBRAS DE NELSON WERNECK SODRÉ

História da Literatura Brasileira. Seus Fundamentos Econômicos, S. Paulo, 1938; 2.^a edição, Rio, 1940; 3.^a edição, Rio, 1960; 4.^a edição, Rio, 1964 — *Panorama do Segundo Império*, S. Paulo, 1939 — *Oeste. Ensaio sobre a Grande Propriedade Pastoril*, Rio, 1941 — *Orientações do Pensamento Brasileiro*, Rio, 1942 — *Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil*, S. Paulo, 1943 — *Formação da Sociedade Brasileira*, Rio, 1944 — *O Que se Deve Ler Para Conhecer o Brasil*, Rio, 1945; 2.^a edição, Rio, 1960; 3.^a edição, Rio, 1967 — *História do Vice-Reinado do Rio da Prata*, Rio, 1947 — *A Campanha Rio-Grandense*, Rio, 1950 — *O Tratado de Methuen*, Rio, 1957 — *As Classes Sociais no Brasil*, Rio, 1957 — *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, Rio, 1958; 2.^a edição, Rio, 1962 — *Introdução à Revolução Brasileira*, Rio, 1958; 2.^a edição, Rio, 1963 — *Narrativas Militares*, Rio, 1959 — *A Ideologia do Colonialismo*, Rio, 1961; 2.^a edição, Rio, 1965 — *Formação Histórica do Brasil*, S. Paulo, 1962; 2.^a edição, S. Paulo, 1963; 3.^a edição, S. Paulo, 1964; 4.^a edição, S. Paulo, 1967 — *Quem é o Povo no Brasil?* Rio, 1962, 2.^a edição, Rio, 1962; 3.^a edição, Rio, 1963 — *Quem Matou Kennedy?* Rio, 1963; 2.^a edição, Rio, 1964 — *História da Burguesia Brasileira*, Rio, 1964; 2.^a edição, Rio, 1967 — *História Militar do Brasil*, Rio, 1965 — *O Naturalismo no Brasil*, Rio, 1965 — *Ofício de Escritor. Dialética da Literatura*, Rio, 1965 — *História da Imprensa no Brasil*, Rio, 1966.

A aparecer:

Memórias de um Soldado — Introdução à Geografia do Brasil
— *História da Propriedade no Brasil*.



ÍNDICE GERAL

Introdução (à 1. ^a edição)	1
Introdução (à 2. ^a edição)	5
Introdução (à 3. ^a edição)	7

1.^a Parte

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

1 — A EUROPA NO SÉCULO XV	
A — Introdução Histórica	11
B — Fontes Principais	13
C — Fontes Subsidiárias	16
2 — FORMAÇÃO NACIONAL PORTUGUESA	
A — Introdução Histórica	17
B — Fontes Principais	19
C — Fontes Subsidiárias	22
3 — A TÉCNICA DE NAVEGAÇÃO	
A — Introdução Histórica	24
B — Fontes Principais	26
C — Fontes Subsidiárias	28
4 — A EXPANSÃO ULTRAMARINA	
A — Introdução Histórica	30
B — Fontes Principais	32
C — Fontes Subsidiárias	34
5 — A FEITORIA E O ESCAMBO	
A — Introdução Histórica	36
B — Fontes Principais	38
C — Fontes Subsidiárias	41
6 — O INDÍGENA	
A — Introdução Histórica	42

B — Fontes Principais	44
C — Fontes Subsidiárias	47
7 — A COLONIZAÇÃO: AS DONATÁRIAS	
A — Introdução Histórica	48
B — Fontes Principais	50
C — Fontes Subsidiárias	53
8 — A CULTURA DO AÇÚCAR E SUA EXPANSÃO	
A — Introdução Histórica	54
B — Fontes Principais	56
C — Fontes Subsidiárias	59
9 — TRÁFICO NEGREIRO E TRABALHO ESCRAVO	
A — Introdução Histórica	60
B — Fontes Principais	62
C — Fontes Subsidiárias	66
10 — A CATEQUESE RELIGIOSA	
A — Introdução Histórica	67
B — Fontes Principais	69
C — Fontes Subsidiárias	72
11 — BANDEIRISMO DE APRESAMENTO	
A — Introdução Histórica	74
B — Fontes Principais	77
C — Fontes Subsidiárias	79
12 — DOMÍNIO HOLANDÊS	
A — Introdução Histórica	80
B — Fontes Principais	82
C — Fontes Subsidiárias	87
13 — A EXPANSÃO GEOGRÁFICA	
A — Introdução Histórica	89
B — Fontes Principais	92
C — Fontes Subsidiárias	94
14 — A MINERAÇÃO DO OURO	
A — Introdução Histórica	96
B — Fontes Principais	99
C — Fontes Subsidiárias	101
15 — CONQUISTA DO SERTÃO	
A — Introdução Histórica	102
B — Fontes Principais	105
C — Fontes Subsidiárias	107

16 — CONQUISTA DAS PASTAGENS SULINAS ..	
A — Introdução Histórica	108
B — Fontes Principais	111
C — Fontes Subsidiárias	113
17 — A SOCIEDADE COLONIAL	
A — Introdução Histórica	115
B — Fontes Principais	117
C — Fontes Subsidiárias	121
18 — DECLÍNIO COLONIAL: AS CONJURAÇÕES	
A — Introdução Histórica	123
B — Fontes Principais	126
C — Fontes Subsidiárias	128
19 — A ELABORAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA	
A — Introdução Histórica	130
B — Fontes Principais	133
C — Fontes Subsidiárias	135
20 — A INDEPENDÊNCIA	
A — Introdução Histórica	137
B — Fontes Principais	140
C — Fontes Subsidiárias	141
21 — A CRISE DA REGÊNCIA	
A — Introdução Histórica	143
B — Fontes Principais	145
C — Fontes Subsidiárias	148
22 — O APOGEU DO IMPÉRIO	
A — Introdução Histórica	151
B — Fontes Principais	153
C — Fontes Subsidiárias	156
23 — A QUESTÃO PLATINA	
A — Introdução Histórica	157
B — Fontes Principais	159
C — Fontes Subsidiárias	162
24 — DECLÍNIO DO IMPÉRIO	
A — Introdução Histórica	164
B — Fontes Principais	167
C — Fontes Subsidiárias	170
25 — A ABOLIÇÃO	
A — Introdução Histórica	172

	B — Fontes Principais	175
	C — Fontes Subsidiárias	178
26 —	A REPÚBLICA	
	A — Introdução Histórica	179
	B — Fontes Principais	182
	C — Fontes Subsidiárias	184
27 —	A CRISE DA REPÚBLICA	
	A — Introdução Histórica	186
	B — Fontes Principais	188
	C — Fontes Subsidiárias	191
28 —	GOVERNO DAS OLIGARQUIAS	
	A — Introdução Histórica	192
	B — Fontes Principais	195
	C — Fontes Subsidiárias	198
29 —	O OCASO DAS OLIGARQUIAS	
	A — Introdução Histórica	199
	B — Fontes Principais	202
	C — Fontes Subsidiárias	204
30 —	A REVOLUÇÃO BRASILEIRA	
	A — Introdução Histórica	206
	B — Fontes Principais	208
	C — Fontes Subsidiárias	211

2.^a Parte

ESTUDOS ESPECIAIS

1 —	ESTUDOS HISTÓRICOS	
	A — Informação Preliminar	215
	B — Fontes Principais	217
	C — Fontes Subsidiárias	222
2 —	ESTUDOS ECONÔMICOS	
	A — Informação Preliminar	223
	B — Fontes Principais	226
	C — Fontes Subsidiárias	228
3 —	ESTUDOS SOCIAIS	
	A — Informação Preliminar	230
	B — Fontes Principais	233
	C — Fontes Subsidiárias	236

4 — ESTUDOS INSTITUCIONAIS	
A — Informação Preliminar	240
B — Fontes Principais	243
C — Fontes Subsidiárias	245
5 — ESTUDOS GEOGRÁFICOS	
A — Informação Preliminar	248
B — Fontes Principais	250
C — Fontes Subsidiárias	252
6 — ESTUDOS MILITARES	
A — Informação Preliminar	256
B — Fontes Principais	259
C — Fontes Subsidiárias	261
7 — ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS	
A — Informação Preliminar	264
B — Fontes Principais	267
C — Fontes Subsidiárias	269
8 — ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	
A — Informação Preliminar	272
B — Fontes Principais	274
C — Fontes Subsidiárias	276
9 — ESTUDOS EDUCACIONAIS	
A — Informação Preliminar	277
B — Fontes Principais	280
C — Fontes Subsidiárias	282
10 — ESTUDOS TERRITORIAIS	
A — Informação Preliminar	284
B — Fontes Principais	287
C — Fontes Subsidiárias	289

3.^a Parte

A CULTURA BRASILEIRA

1 — O FOLCLORE	
A — Informação Preliminar	293
B — Fontes Principais	295
C — Fontes Subsidiárias	297
2 — AS ARTES	
A — Informação Preliminar	299

B — Fontes Principais	301
C — Fontes Subsidiárias	304
3 — A CIÊNCIA	
A — Informação Preliminar	307
B — Fontes Principais	310
C — Fontes Subsidiárias	312
4 — A LITERATURA	
A — Informação Preliminar	314
B — Fontes Principais	320
C — Fontes Subsidiárias	324
5 — A IMPRENSA	
A — Informação Preliminar	328
B — Fontes Principais	331
C — Fontes Subsidiárias	333
6 — OS COSTUMES	..
1) — Viajantes	
A — Informação Preliminar	335
B — Fontes Principais	338
C — Fontes Subsidiárias	353
2) — Memórias e Correspondência	
A — Informação Preliminar	356
B — Fontes Principais	359
C — Fontes Subsidiárias	363
3) — Biografias, Instituições, Cidades	
A — Informação Preliminar	364
B — Fontes Principais	367
C — Fontes Subsidiárias	369
Bibliografia	373
Índice Onomástico	375

INTRODUÇÃO

(À 1ª EDIÇÃO)

Como o antologista, que jamais satisfaz o gosto de todos, não chegando a satisfazer, talvez senão o seu próprio, quando o consegue, — quem organiza uma obra como esta não espera nem pretende uma concordância geral com a escolha dos livros indicados como fontes para o estudo do nosso desenvolvimento histórico, para os estudos especiais sobre os nossos problemas, para os da evolução da nossa cultura. Sendo o primeiro trabalho, entretanto, organizado no sentido de facilitar ao leitor brasileiro e estrangeiro um acesso mais suave à compreensão das nossas coisas e do nosso povo, e tendo encontrado, pela sua natureza e pela particularidade apontada, dificuldades enormes na sua organização, é natural que tenha lacunas e imperfeições, além daquelas que são peculiares ao autor. Foi feito, entretanto, com um grande esforço, com a intenção de bem servir e com isenção de preocupações outras que não uma imprescindível objetividade.

As introduções a cada seção e capítulo destinam-se a oferecer ao leitor menos experimentado ou ao leitor estrangeiro o ambiente necessário à situação dos assuntos indicados. Tomadas separadamente, elas poderão ser encaradas, na primeira parte, como uma síntese da nossa História, uma vez que a divisão em seções representa apenas um recurso indispensável à melhor clareza na disposição dos assuntos, sem pretender, de modo algum, encarar a nossa História, como a de qualquer outro povo, de outra forma que não uma continuidade, fora da qual a História seria uma ficção.

Na escolha das obras para constituição do grupo das fontes principais e das fontes subsidiárias houve, naturalmente, um critério fundado na seleção, mas conscientemente burlado, algumas vezes, pelo da utilidade ao iniciante, para quem este livro foi feito em princípio. Nem sempre a obra mais inteligente é a mais útil a quem começa a conhecer, a quem desconhece o assunto. E não há, na seqüência de indicação das obras, uma hierarquia de valor. Não desconhecendo, em regra, a existência de grandes livros antigos, utilíssimos como fontes para determinados assuntos, o autor foi obrigado a esquecê-los, na citação, pela dificuldade que apresentam, uma vez que as suas edições se encontram esgotadas ou foram tão restritas que não chegaram a circular senão entre poucos interessados, como é o caso de alguns estudos particularmente preciosos de Rio Branco, o trabalho apresentado por Nabuco ao rei da Itália, quanto às questões de limites, as obras de Alexandre Rodrigues Ferreira, e outras tantas. Alguns livros antigos, hoje fora de circulação, foram, entretanto, indicados porque estão em vias de reedição ou tradução, e este é o caso do de Maria Graham, como o de Pizarro.

Sob o mesmo critério, foi necessário abrir mão das publicações avulsas em folhetos de circulação restrita, os artigos de jornais e os trabalhos, alguns até indispensáveis, recolhidos às coleções de revistas especializadas, como a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as dos Institutos estaduais que as mantêm, os Anais de Museus e Sociedades de pesquisas, a excelente Revista do Arquivo Municipal, de S. Paulo, as publicações periódicas da Biblioteca Nacional. Da do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, está fazendo Rúbens Borba de Moraes um índice esplêndido, verdadeira chave de consulta, e já se cuida da reedição dos números esgotados, providência utilíssima, que porá um material precioso ao alcance dos estudiosos, num momento em que a curiosidade do nosso passado vai num crescendo bastante propício.

Apesar de parecer sempre que quem organiza um trabalho deste tipo tende ao esquecimento e lida com as dificuldades de abundância, vamos ter a franqueza de afirmar que foi a falta, em regra, a nossa dificuldade, porque, entre nós, houve sempre mais esforço em superfície do que em profundidade; há um acúmulo enorme de livros narrativos e uma falta alastra-

da de livros de interpretação. Estes, apenas começam a surgir e não podem ainda abranger todos os assuntos e todos os setores da vida brasileira. Setores há em que não existe uma obra de sùmula, capaz de servir de base ao estudo de iniciação, nem mesmo para situar os problemas, deixando a outros a tarefa de desenvolvê-lo. Para exemplificar, a fim de tornar mais clara a nossa afirmação, citaremos a inexistência de uma boa Geologia do Brasil, embora haja trabalhos parciais excelentes; de uma boa História Social, embora haja trabalhos particulares dignos de menção; e só tivemos neste ano passado de 1943, devido ao esforço de Fernando de Azevedo, um trabalho de síntese, a respeito da nossa cultura, como aquêle que o ilustre educador e sociólogo escreveu para a introdução ao censo da República.

É preciso ressaltar, ainda, que a indicação das obras não importa em preferências, nem em concordância com interpretações e pontos de vista dos seus autores. Resta esperar, aliás, que à própria faculdade crítica de cada um caiba a tarefa, certamente grata aos espíritos curiosos e propensos à pesquisa e à verdade, de análise e seleção. Se na própria obra de arte cabe ao apreciador ou leitor uma parte, em que êle contribui com as características da sua personalidade e da sua cultura, que dizer dos trabalhos científicos, dos estudos políticos, econômicos e sociais, em que tão largas perspectivas se abrem entre o autor e os seus leitores?

Trabalhos como êste guia, destinado a iniciantes, podem ser feitos de mil e uma maneiras diferentes e a cada uma corresponderá, sem dúvida, uma parcela de êrro e um lado de benefício. Se houver, entretanto, quem — estudante, espírito inexperienced neste ou naquele assunto, estrangeiro curioso de nossas coisas — encontre neste livro o caminho inaugural de sua tarefa, nós nos julgaremos pagos dos trabalhos, maiores do que se pode calcular à simples vista, de tê-lo levado ao fim. Na verdade, não possuindo universidades dignas dêsse nome, onde se realize a formação ou iniciação nos estudos, e devendo tornar-se, logo que a paz volte ao mundo, um dos focos da curiosidade universal, o Brasil há de encontrar quem pretenda conhecer as suas coisas e os seus homens, a parcela com que contribuíram para o esforço humano — e essas pessoas encontrarão, sem dúvida, dificuldades de tôda ordem para conseguir os seus fins.

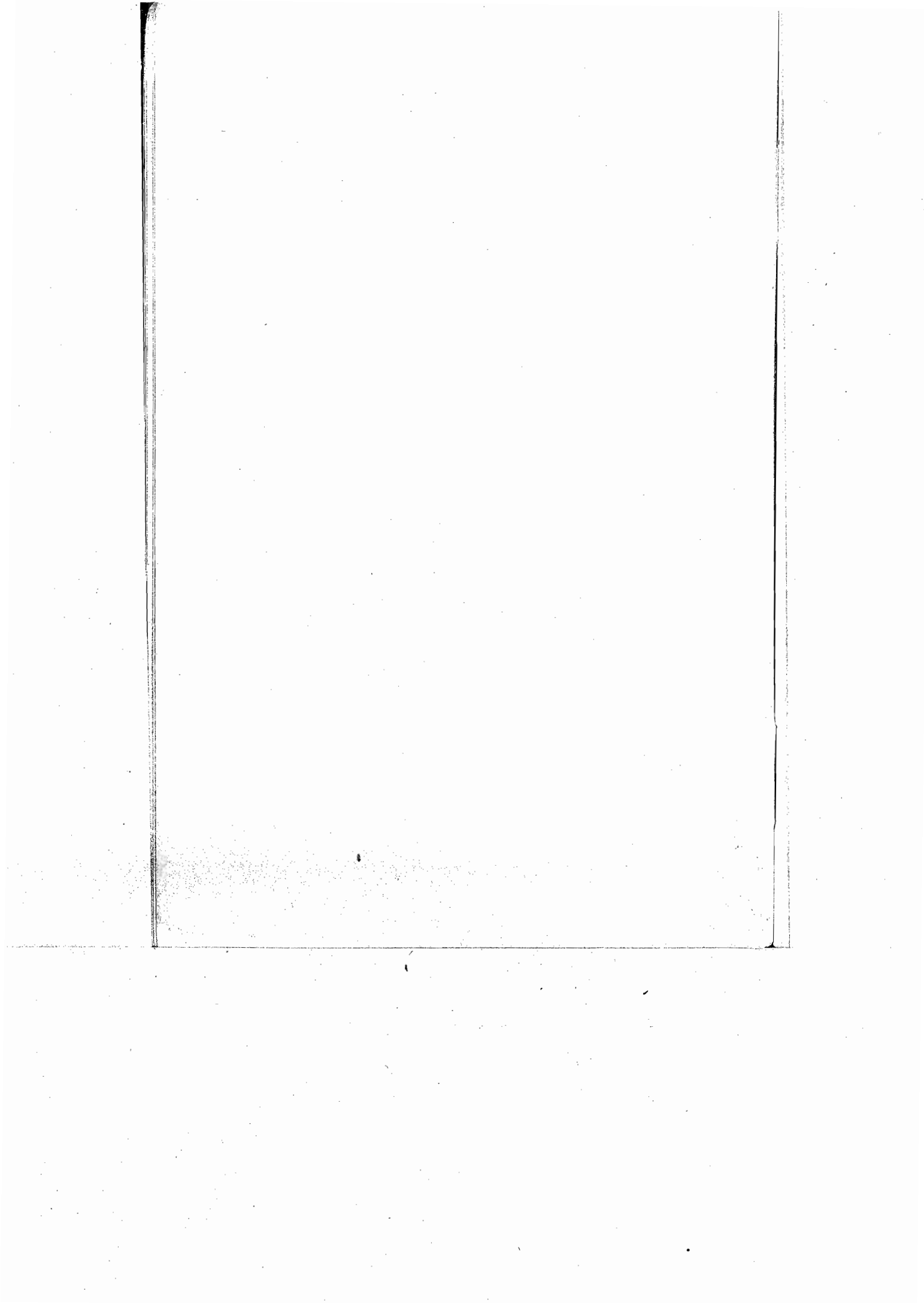
Livros como êste pretendem ajudar aos que estiverem em tais condições. São, de certo modo, como os serviços que não têm paga — impessoais. A condição humana, sòmente, impõe que cada um impregne de si mesmo aquilo em que toca; e não fugimos, pois, nessa parte, à responsabilidade das falhas que êste trabalho apresenta, e que fomos incapazes de evitar.

INTRODUÇÃO

(À 2ª EDIÇÃO)

Dizer que este livro aparece agora refundido e ampliado não corresponde à verdade — trata-se de outro texto, inteiramente alterado, na disposição dos assuntos, na sua distribuição, nas notas históricas e nas informações preliminares, no número e na espécie dos livros citados, quer os das fontes principais quer os das fontes subsidiárias. Na edição anterior, foram indicados 228 livros como fontes principais e 168 como fontes subsidiárias. Nesta, as principais ascendem a 546, as subsidiárias a 1105.

São dados numéricos que, entretanto, não correspondem, senão pàlidamente, ao trabalho desenvolvido para atender melhor aos estudiosos. Não fôra o interesse de Anísio Teixeira e este esforço não se teria efetivado. Resta, no fim dêle, a sensação de não ter ainda alcançado — não a plenitude das coisas perfeitas, que jamais podem ser alcançadas — mas o nível mínimo que satisfaz ao menos no primeiro instante, quando se chega ao termo do trabalho. Ninguém está, pois, mais consciente das imperfeições e deficiências dêste livro do que o próprio autor. Entregá-o, entretanto, ao encerrar a fase de seu esforço, aos que necessitarem de indicações para conhecimento do Brasil, na certeza de ter trabalhado honestamente e com a intenção de servir, com o que se presume recompensado.



INTRODUÇÃO

(À 3ª EDIÇÃO)

Esgotada a segunda edição deste trabalho, lançada em 1960, fui convidado a preparar a terceira, atualizando os dados bibliográficos. O convite partiu do reitor da Universidade de Brasília, e eminente professor Darci Ribeiro; pretendia lançar uma biblioteca básica brasileira, iniciando-a com dez títulos, que posteriormente seriam ampliados para uma centena; a nova edição deste livro seria o primeiro volume, o de abertura. Entreguei-me, por alguns meses, ao exaustivo trabalho de exame da bibliografia, não só a antiga, para substituições necessárias, mas, e principalmente, a nova, pois os estudos sobre o nosso País aumentam em número, a cada passo, e melhoram em qualidade. Terminado o trabalho do pesquisador, começou o de ingrata especialidade, entregue à competência da senhora Wanda de Alencar, que confrontou as indicações do original com os catálogos das principais bibliotecas do Brasil, a fim de que a edição da Universidade de Brasília contivesse, enriquecendo-a, indicação das bibliotecas que possuíam os livros aqui indicados. Foram outros meses de labor paciente, de consultas reiteradas, de viagens e de confrontos. Terminada essa longa preparação, os originais completos, foram entregues à Universidade de Brasília.

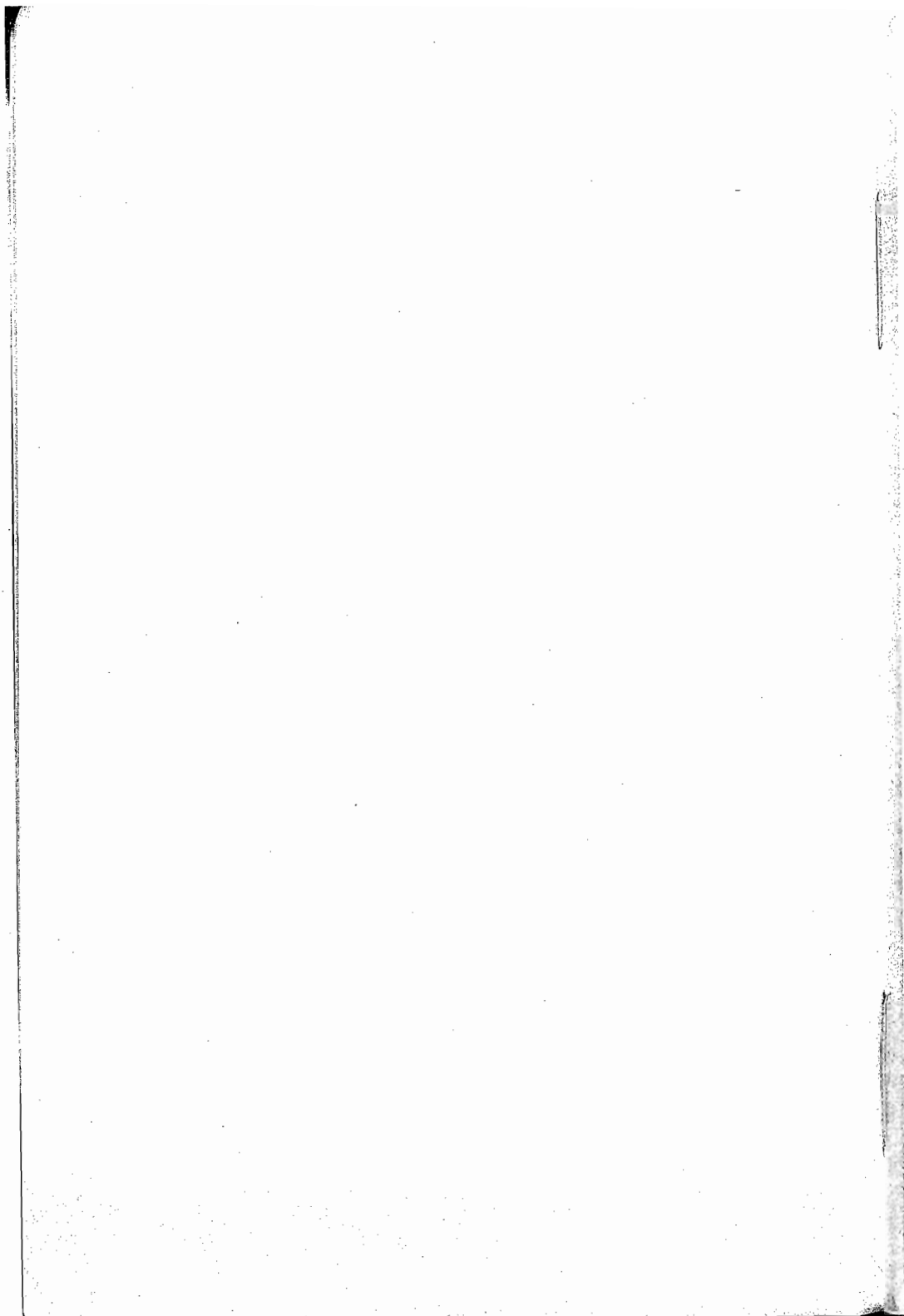
Sobreveio o golpe de abril de 1964, a que se seguiu a implantação da ditadura: fui prêsso, Darci Ribeiro escolheu o caminho do exílio, a professora Wanda de Alencar acompanhou seu espôso na fuga para o estrangeiro, o ilustre mestre de literatura, Heron de Alencar. Logo que me foi possível, e por vias travessas, tratei de saber o que acontecera com os origi-

nais da terceira edição deste livro, tão longa e meticulosamente preparada. Fui informado de que tais originais haviam sido destruídos e que este livro fôra, pelos novos dirigentes da Universidade de Brasília, convenientemente expurgado da biblioteca básica a ser lançada, substituído por outro título, de natureza diversa. Minhas providências tinham, além das razões de autoria, outro motivo: a Universidade me pagara os direitos autorais da edição que contratara; abrindo mão, agora, sob nova direção, de seu compromisso, quitava-me, automaticamente.

A Universidade de Brasília foi extinta, como se sabe. Considero uma alta distinção o fato de, antes disso, e ainda na fase preparatória da extinção, ter a sua direção cortado este livro meu da relação daqueles que aprecia — o contrário teria sido injurioso para mim. Como os leitores poderão verificar, trata-se de simples trabalho de compilação, que demandou longo e continuado esforço; não se trata de trabalho de concepção. Fui obrigado a, sozinho, refazer tudo o que havia sido feito, porque os originais, que continham o resultado do labor de muitos meses, haviam sido destruídos. Realizei, novamente, o que realizara antes, mas me foi impossível, naturalmente, fazer aquela parte que a professora Wanda de Alencar fizera. Lastimo, mas algum dia isso será feito. A atualização da bibliografia foi rigorosa, o que não a exime de possíveis falhas. Trabalhei pensando em ser útil aos que estudam, em nosso País, e mesmo fora dele, dentro dos limites de minhas insuficiências e imperfeições. Espero que o proveito corresponda a estas intenções.

I.^a Parte

DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO



I

A Europa no Século XV

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Sem a compreensão nítida do quadro europeu no século XV, não é possível situar o largo movimento da expansão ultramarina, de que resultam as descobertas e, depois, a colonização. A fase é de transição, caracterizada pelo início da Idade Moderna. A Revolução Comercial, alastrando os seus efeitos, derroca as instituições feudais, em várias áreas; em outras, lutando contra elas, apresenta um quadro nôvo, que substitui o quadro medieval. Na Idade Média, a economia se fechava e se estiolava. Em seu último período, os árabes dominavam o Mediterrâneo, em cujas águas os cristãos, isto é, os europeus, não tinham condições, no dizer de Kaldun, para "fazer flutuar uma tábua".

A propriedade da terra marcava as referências da sociedade do tempo, — ela fornecia a maior parte dos bens econômicos, que eram consumidos no local ou nas proximidades, inexistindo o excesso de colheitas que proporciona a procura de mercados para a sua colocação. Nesta sociedade hermética e hierárquica, em que as cidades eram meras sedes episcopais, a Igreja tinha uma função eminente: monopolizava o saber, de

que só os seus elementos se utilizavam, fornecia o pessoal administrativo, os notários, os chanceleres, os conselheiros, e o seu conceito do mundo se adaptava exatamente às condições do tempo, ao quadro agrário daquela fase histórica: a terra foi concedida por Deus aos homens; o objeto do trabalho é a subsistência, com o direito de ganhar o céu; a pobreza é de origem divina, como o poder; cabe aos ricos a caridade, isto é, a distribuição dos excedentes da colheita; a usura, a utilização do dinheiro como mercadoria, é vedada.

Escondida no fundo do Adriático, defendida pelas suas lagoas, e impossibilitada de viver do trabalho da terra, dividida nas ilhotas em que ancorava, Veneza, ligada ao Império Bizantino e dêle dependente em larga fase, necessita trocar aquilo que obtém do mar pelo que a sua gente precisa para subsistir, e começa a impulsionar o renascimento comercial, que cresce na medida em que as Cruzadas reabrem, pouco a pouco, o Mediterrâneo à navegação cristã. Os mercadores dessa área juntam os seus esforços aos do Mar do Norte e do Báltico, e aparecem as feiras, os roteiros terrestres, e as cidades, os burgos, mudam de aspecto, aparecendo nelas, particularmente as portuárias, elementos sociais novos. O desenvolvimento das trocas especializa, a pouco e pouco, um grupo, o dos mercadores, que luta por vencer as resistências antigas e conquistar uma posição de destaque, como luta pelos seus direitos de comerciar, resguardando os burgos, e os que nêles vivem da dominação dos senhores feudais. Nas cidades surgiam também as oficinas, que assinalavam a divisão do trabalho: os que fiavam e teciam a domicílio, e apenas para vestir a si e aos seus, são reunidos e grupados, para fiar e tecer visando a colocação do que fiam e tecem, no mercado.

Tais transformações não poderiam deixar de repercutir nos conceitos, nas idéias, nas técnicas do tempo, inclusive, e principalmente, no problema do poder. Opera-se, nessa fase, a unificação real, isto é, aparece a monarquia em sua plenitude: o rei de senhor feudal mais eminente passa a submeter os demais. Surge, assim, a nação. Em algumas áreas esse processo é rápido, em outras é muito lento, em terceiras não se chega a realizar, transferindo-se a outra fase. Para alcançar a unificação do poder, o rei encontra ajuda nos mercadores, e é essa ajuda que lhe permite fortalecer a sua capacidade militar. Para fortalecê-la, encontra uma técnica propícia na utilização

da pólvora para propelir projéteis, enquanto o recrutamento afrouxa os laços da servidão feudal.

Numa sociedade em que as trocas se desenvolvem, as restrições aos juros não podiam prevalecer por longo tempo, e os valores já não eram apenas condicionados pela terra e o que dela retirava o esforço do homem. Surge, então, a ruptura na antiga unidade cristã, aparecendo a Reforma. Surge, por outro lado, a necessidade da extensão do saber a uma nova classe, que vai utilizá-lo, e é por isso que os tesouros clássicos, recolhidos e resguardados pelo clero, são difundidos, no largo movimento conhecido como Renascença. A Imprensa, reaparecendo em condições que a exigiam, permite multiplicar as criações, levando-as ao maior número de pessoas que tinham acesso ao ensino.

Os roteiros terrestres que permitiam a troca entre as cidades portuárias do Mediterrâneo e as do Mar do Norte tinham sido complementados, quando não inteiramente substituídos, pelos roteiros marítimos, desde que aquêle fôra reaberto à navegação dos cristãos. Entre as mercadorias que alimentavam as trocas do tempo, distinguem-se as chamadas especiarias, que os mercadores italianos iam buscar nos portos em que os mercados do Oriente as colocavam. Há um movimento importante de trocas entre as áreas do Mediterrâneo e do Mar do Norte, por via marítima, movimento que encontra, como ao tempo das Cruzadas, o território português como zona de apoio e utiliza os seus ancoradouros. A queda de Constantinopla interrompe, com a descida dos otomanos, o contato entre os mercadores italianos e os do Oriente. Surgem as condições em que não só se processa um progressivo deslocamento da técnica, do pessoal e dos meios da península italiana para a península ibérica como para o início da fase oceânica das navegações, de que resultará a descoberta de um nôvo mundo.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — PIRENNE, HENRI — *Historia económica y social de la Edad Media* — Trad. espanhola de Salvador Echavarría — México — 1947.

- 2 — THOMPSON, J. W. — *An economic and social history of the Middle Ages* — 2 vols. — Londres 1928/1931.
- 3 — PIGEONNEAU, H. — *Histoire du commerce de la France* — 2 vols. — Paris — 1885/1889.
- 4 — AVENEL, G. d' — *Histoire économique de la propriété, du salaire et des prix* — 4 vols. — Paris — 1894/1898.
- 5 — HUVELIN, P. — *Essai historique sur le droit des marchés et des foires* — Paris — 1897.
- 6 — YVER, G. — *Le commerce et les marchands dans l'Italie méridionale au XIIIe et XIVe siècles* — Paris — 1903.
- 7 — SOMBART, W. — *Der Moderne Kapitalismus* — 2.^a edição — 4 vols. — Leipzig — 1916/1927.
- 8 — SAVIGNY, F. — *Histoire du Droit Romain au Moyen Âge* — 4 vols. — Paris — 1839.
- 9 — MAYER, ERNESTO — *Historia de las instituciones sociales y políticas de España y Portugal durante los siglos V a XIV* — 2 vols. — Madrid — 1925/1926.
- 10 — MERÊA, M. PAULO — *Introdução ao problema do feudalismo em Portugal* — Coimbra — 1912.
- 11 — WEBER, MAX — *The protestant ethic and the spirit of capitalism* — Londres — 1930.
- 12 — BLOCH, MARC — *La Société Féodale. La formation des liens de dépendance* — Paris — 1939.

OBSERVAÇÕES

1 — Henri Pirenne estuda o processo de desenvolvimento do mercantilismo, no seio da própria sociedade feudal, apreciando o surto da vida urbana e portuária, da navegação, das trocas, com os correspondentes efeitos na estrutura social, definindo-se nela o papel dos mercadores. Nesta, como em outras de suas obras, Pirenne aprecia o aparecimento do que se convencionou chamar pré-capitalismo.

2 — Uma história suficientemente informativa da economia medieval e de suas alterações na fase em que se gera e desenvolve o mercantilismo, apreciadas as diferenças que o processo encontrou nas diversas áreas européias, particularmente na Inglaterra.

3 — O estudo de Pigeonneau interessa particularmente para o estudo do papel da Flandres e das trocas entre a área do Mediterrâneo e do Mar do Norte, em que o território francês foi cortado pelos roteiros terrestres e nêle se escalonaram as feiras.

4 — O exaustivo trabalho de d'Avenel aprecia as alterações ocorridas na propriedade, mostrando a transformação que se opera no declínio do medievalismo; o aparecimento da divisão do trabalho e do

salário, em substituição à servidão feudal e à atividade das corporações; e as variações no preço das mercadorias, em função dos mercados e das trocas.

5 — Feiras e mercados representam a estrutura da economia mercantil que se levanta sobre a velha estrutura medieval. Na medida em que aquela se desenvolve, cria direitos e derroca privilégios e impedimentos. É a história desse processo, com rigor e minúcia, que se encontra na obra de Huvelin.

6 — Yver analisa o desenvolvimento mercantil italiano, com particular atenção quanto ao comércio de especiarias, em que as cidades da península tiveram um papel iniciador e destacado. Mostra como surgiu e se desenvolveu o grupo dos mercadores e como se definiu a sociedade peninsular ao influxo das trocas com o Oriente e com o Ocidente.

7 — A obra de Sombart, um clássico da História Moderna, coloca todos os problemas do alvorecer do capitalismo, e coloca-os por vezes com unilateralidade, mas sempre com riqueza de informação e de argumentação, analisando ponto por ponto os aspectos essenciais do desenvolvimento mercantil e da acumulação que se processa em consequência. Trata-se de um estudo minucioso, às vezes apaixonado, para ser lido com espírito crítico e, nesse critério, com grande proveito.

8 — A importância da leitura de Savigny é grande não apenas por ser um tratadista de autoridade, mas também, e principalmente, para ajudar a compreensão da sociedade lusa da época dos descobrimentos. Savigny exerceu uma grande influência em Alexandre Herculano, que nele se abeberou inclusive para admitir, na península ibérica, e em Portugal principalmente, uma atividade municipal característica e desenvolvida. Tese controversa, cuja importância é evidente e merece a atenção dos estudiosos.

9 — Amplo estudo das instituições peninsulares, mostrando as suas origens romanas e visigóticas e a influência e contribuição árabe em determinadas áreas, para verificar, depois, como, sobre essa herança, surgem as instituições peculiares ao desenvolvimento mercantil e como as antigas resistem ao impulso que as novas condições introduzem no quadro ibérico.

10 — Um dos problemas fundamentais da História portuguesa consiste em saber até que ponto o feudalismo teve vigência na península e no reino em particular. Uma das teses mais discutidas, a respeito, é a da refratariedade lusa ao que o medievalismo tinha de essencial. Não houve grande discordância, nesse sentido, entre os historiadores, desde Herculano. Paulo Merêa aprecia os diversos aspectos que o problema apresenta e define as opiniões a respeito.

11 — Max Weber lançou a tese de que existe um espírito do capitalismo e de que os povos que adotaram o protestantismo foram,

por isso, mais aptos a desenvolver a economia capitalista. A tese foi muito debatida e chegou aos nossos dias. Há, evidentemente, uma ligação entre a ruptura da unidade religiosa e o advento do mercantilismo, fase inicial do capitalismo. Se os povos protestantes se anteciparam no caminho do capitalismo por serem protestantes, tão simplesmente, é que parece discutível. O trabalho de Weber, entretanto, corresponde a uma análise da ética capitalista, e por isso merece atenção.

12 — A formação e consolidação dos laços de dependência feudal, completando as alterações iniciadas com o colonato, em que a sociedade romana encontrava uma saída para emergir da economia escravista, caracterizam o medievalismo. Ora, a forma como tais laços de dependência começaram a se dissolver, substituídos pelas relações de trabalho a salário, define o aparecimento de uma nova estrutura social e é isso o que acontece com a Revolução Comercial. Daí a importância do exato conhecimento do que eram, em sua essência, os laços de dependência na sociedade medieval.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — CIBRÁRIO, LUIGI — *Économie Politique du Moyen Âge* — Trad. de M. Barneaud — 2 vols. — Paris — 1859.
- 2 — COULANGES, FUSTEL DE — *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France* — Paris — 1875.
- 3 — MENDUIÑA, CLAUDIO SANCHEZ-ALBORNOZ Y — *Ruina y extinción del municipio romano en España e instituciones que le reemplazan* — Buenos Aires — 1943.
- 4 — SEMPERE, JUAN — *Historia del Derecho Español* — 2 vols. Madrid — 1822/1823.
- 5 — ZEUMER, K. — *Historia de la legislación visigoda* — Trad. de Carlos Claveria — Barcelona — 1944.
- 6 — GIRY, A. — *Documents sur les relations de la royauté avec les villes en France* — Paris — 1885.
- 7 — BYRNE, E. H. — *Genoese shipping in the twelfth and thirteenth century* — Cambridge (Mass.) — 1930.
- 8 — PERUZZI, S. L. — *Storia del commercio e dei banchieri di Firenze (1200-1345)* — Florença — 1868.
- 9 — LIPSON, E. — *Economic history of England* — 5.^a edição — 2 vols. — Londres — 1929.
- 10 — TAWNEY, R. H. — *Religion and the rise of capitalism* — New York — 1926.

Formação Nacional Portuguêsa

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Colocado numa das encruzilhadas do mundo, no século XV, — entre a área do Mediterrâneo e a do Mar do Norte, entre a Europa e a África, — Portugal beneficiou-se de sua posição, por largo tempo. Não só serviu de base às frotas das Cruzadas como de suas hostes recebeu auxílio na luta contra os sarracenos, comprimidos de norte para sul, no largo processo militar de sua integração territorial. Seus portos serviram, depois, ao comércio crescente entre as repúblicas italianas e os burgos germânicos, franceses e escandinavos. Recebeu, posteriormente, a herança daquelas repúblicas, concorrendo no comércio das especiarias, e aparelhando-se para as grandes navegações, com o pessoal oriundo daqueles núcleos, material humano de primeira ordem, com a sua técnica aprimorada, seja na construção naval, seja na orientação em alto mar, técnica em que contribuíram também os árabes, e com a própria técnica comercial e até mesmo os recursos, que buscavam a península ibérica, na fase em que os portos do Adriático e do Tirreno começaram a declinar.

Desde a fragmentação romana da península, teve fisionomia própria, como terra de trânsito, e essa fisionomia contribuiu, com a variedade dos seus aspectos, fundada na variedade da sua gente, para a separação do antigo condado e sua constituição autônoma. Nessas lutas, contra Leão, a princípio, e contra o dominador árabe, depois, teria papel importante não só a ascendência precoce da monarquia como a ajuda que, a essa ascendência, prestam os mercadores de seus portos. A Revolução encabeçada pelo Mestre de Avis define os traços de uma sociedade em que os direitos feudais sofriam severas restrições, ampliando-se os das cidades, afrouxando-se os laços de servidão, desenvolvendo-se as atividades comerciais.

A formação nacional antecipada, já definida quando outros países se debatiam ainda nas contradições entre a Coroa e os senhores feudais, confere a Portugal uma posição vanguardeira, na fase da História em que se opera o movimento de expansão mercantil conhecido como das grandes navegações e descobertas. Nada, nesse movimento, lhe dá as linhas de aventura com que tem sido visto. É uma empresa de frio método, de razão, de cálculo, montada com afínco e desenvolvida com pertinácia. Começa com a dinastia nova, que surge da revolução em que o grupo mercantil tem um papel eminente, e assinala as primeiras fases com a obra do Infante D. Henrique e a Escola de Sagres, de que resultarão as investidas na África, com a conquista de Ceuta, e a ampliação da área de navegação, com as descobertas das ilhas do Atlântico e da costa oceânica do continente negro.

A guerra aos sarracenos, exigindo a contribuição de recrutamento como a contribuição dos recursos materiais, não só concorreu para o afrouxamento dos laços de servidão como desorganizou as atividades agrícolas. A História parece confirmar que Portugal apresentou aspectos particulares do feudalismo e o mercantilismo abalou ali a tradição agrícola, vivendo a sua gente, quando a guerra permitia, muito mais de atividades de troca e buscando na terra apenas o necessário à subsistência, para o que encontrava ainda recursos na pesca. Os trabalhos pesqueiros devem ter contribuído, por outro lado, para facilitar o recrutamento das equipagens das frotas, cada vez mais numerosas. A evolução lusa atravessou a fase de integração territorial, completada nos fins do século XIII, com a ascensão das atividades comerciais e conseqüentemente com o

papel destacado do grupo mercantil em sua sociedade e com a larga hospitalidade aos elementos alienígenas que concorreram nas grandes empresas de conquista e de comércio. Tal estrutura social fica perfeitamente definida com a revolução de 1383, que correspondia às exigências expansionistas de uma atividade mercantil já desenvolvida. As atividades dos príncipes perfeitos que sucederam ao Mestre de Avis ou concorreram para o sucesso dos seus empreendimentos e dos seus herdeiros, definem aquele triunfo.

Mas é também verdade que as largas doações feitas à nobreza e ao clero, nas faixas conquistadas aos árabes, não apenas estabeleceram uma diferença acentuada entre o norte comercial e o sul agrário e latifundiário, como reforçaram a classe senhorial, que restabeleceu ou consolidou os laços de dependência e acabou por triunfar na sua luta contra o grupo mercantil. A presença constante e a vizinhança hostil da Espanha, por outro lado, foi traço marcante do desenvolvimento histórico português que assinala as contradições entre as forças interessadas em acentuar os traços nacionais e aquelas interessadas em alicerçar o seu domínio com a aliança ou a capitulação face ao espanhol.

A extraordinária empresa das navegações oceânicas, que encontrara base na hospitalidade à contribuição estrangeira, na constituição de um grupo mercantil poderoso, no enfraquecimento das instituições características do medievalismo, proporcionando o fastígio do comércio com o Oriente, desemboca, finalmente, na tarefa colonizadora exercida na América, já em condições diferentes, quando a classe senhorial restabelecera a sua primazia. Nesse longo processo surgem as causas do declínio luso.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — HERCULANO, A. — *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III* — 8.^a edição definitiva conforme com as edições da vida do autor — Dirigida por Davi Lopes — 8 vols. — s/d.

- 2 — PERES, DAMIÃO — *Como Nasceu Portugal* — 2.^a edição — Pôrto — 1942.
- 3 — AMARAL, A. CAETANO DO — *Memória V. Para a história da legislação e costumes de Portugal: 1.^a época da monarquia portuguesa, desde o Conde D. Henrique até o fim do reinado d'El-Rei D. Fernando* — 2.^a edição — Pôrto — 1945.
- 4 — CARQUEJA, BENTO — *O capitalismo moderno e suas origens em Portugal* — Pôrto — 1908.
- 5 — LÔBO, A. COSTA — *História da sociedade em Portugal no século XV* — Lisboa — 1904.
- 6 — SOLIS, DUARTE GOMES — *Discurso sobre los comercios de las dos Indias* — Edição organizada e prefaciada por Moses Bensabat Amzalak — Lisboa — 1943.
- 7 — GONNARD, RENÉ — *Les doctrines mercantilistes au XVIIe siècle en Portugal* — Paris — 1935.
- 8 — LOPES, FERNÃO — *Crônica de D. João I* — Segundo o códice n.º 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Edição prefaciada por Antônio Sérgio — 2 vols. — Lisboa — 1945.
- 9 — SÉRGIO, ANTÔNIO — *História de Portugal* — I — *Iniciação geográfica* — Lisboa — 1941.
- 10 — SÉRGIO, ANTÔNIO — *História de Portugal* — Barcelona — 1929.

OBSERVAÇÕES

1 — Herculano aprecia em minúcias as lutas desenvolvidas contra os sarracenos na península, mostrando os seus contrastes, particularmente as divisões que enfraqueciam um e outro lado. Estuda, em seguida, o processo de separação entre o condado e o reino espanhol de que se originou, para estender-se em detalhes a respeito das lutas contra os árabes na área portuguesa, destacando a contribuição dos elementos em trânsito, engajados nas Cruzadas. Encerrando a sua narrativa com o fim do reinado de D. Afonso III, aprecia, praticamente, todo o processo de integração territorial, a longa campanha de norte para sul que reduz progressivamente a área ocupada pelos sarracenos. A parte mais importante da sua exposição é a final, quando faz o estudo das instituições. Embora nela apareçam teses que merecem discussão até hoje, — e de algumas Herculano voltará a ocupar-se, nos *Opúsculos*, — trata-se de uma análise acurada, feita à luz dos textos antigos, e que não deve ser esquecida.

2 — O livro de Damião Peres resume as lutas travadas pela constituição de Portugal em reino autônomo, e aquelas que se desenvolveram contra os árabes, podendo substituir, nesse sentido, a obra de Herculano.

3 — Em edição preparada e organizada por M. Lopes de Almeida e César Pegado, com notas eruditas, o trabalho fundamental de A. Caetano do Amaral aprecia a História portuguesa desde o início até o fim do reinado de D. Fernando I, em 1383, quando se abre a nova fase, marcada pela revolução do Mestre de Avis. É principalmente um estudo das instituições, em que são discutidas algumas das teses de Herculano, apoiando-se o autor em textos importantes. A edição original é de 1820. As *Memórias* de Caetano do Amaral representam uma das mais importantes e fecundas fontes para o estudo da História portuguesa. São elas: *Memórias. Sobre a forma do Governo, e costume dos povos que habitaram o Terreno Lusitano desde os primeiros tempos conhecidos até o estabelecimento da Monarquia Portuguesa, por...* *Memória I — Estado da Lusitânia até ao tempo em que foi reduzida a Província Romana.* Publicada nas *Memórias de Literatura Portuguesa*, da Academia Real das Ciências, de Lisboa, Tomo I — Lisboa — 1792. Esta *Memória* foi republicada em 1797. *Memória II — Para a história da Legislação, e Costumes de Portugal, por...* *Sobre o Estado Civil da Lusitânia no tempo em que esteve sujeita aos Romanos.* Também publicada nas *Memórias de Literatura Portuguesa*, daquela Academia, Tomo II — Lisboa — 1792. *Memória III — Para a história da Legislação, e Costumes de Portugal, por...* *Sobre o Estado Civil da Lusitânia, desde a entrada dos Povos do Norte até à dos Árabes.* Publicada no Tomo VI da mesma revista, em 1796. *Memória IV — Para a história da Legislação, e Costumes de Portugal, por...* *Sobre o estudo do Território, que hoje ocupa Portugal, desde a invasão dos Árabes até à Fundação da Monarquia.* No Tomo VII da mesma publicação, em 1806.

4 — A obra de Bento Carqueja elucida muitos dos aspectos do desenvolvimento mercantil português, mostrando a importância das trocas e do grupo urbano de mercadores que se ligou à Monarquia, ajudando a sua consolidação. Conquanto mereçam restrições alguns de seus conceitos, inclusive o de capitalismo, constitui uma preciosa informação sobre a estrutura econômica lusa na época dos descobrimentos.

5 — Completa as informações da anterior, na sua análise da sociedade lusa, em que destaca a função do grupo mercantil. É também um estudo das instituições.

6 — Duarte Gomes Solis, português de nascimento provavelmente, dedicou-se ao comércio da Índia. Dobrou quatro vezes o cabo da Boa Esperança e naufragou três vezes. Auxiliou a administração lusa no Oriente e chegou a feitor do contrato da canela. O seu trabalho, publicado em Madri, em 1622, onde se recolheu depois de suas aventuras e

empreendimentos, constitui uma informação preciosa sobre a decadência do comércio português no Oriente, como do espanhol, e os reflexos que teve nessa decadência a colonização da área americana. Duarte Gomes completa, no campo econômico, com um rigor singular que lhe provinha da prática mercantil, as copiosas informações que constam das *Observações sobre as principais causas da decadência dos Portugueses na Ásia, escritas por Diogo do Couto, com o título de Soldado Prático*, obra que A. Caetano do Amaral reeditou, em 1790, sob os auspícios da Academia Real de Ciências de Lisboa, e de que M. Rodrigues Lapa organizou nova edição, em 1937, em Lisboa.

7 — Gonnard aprecia as idéias que presidiram ao surto mercantil luso e estabelece o confronto delas com as doutrinas em voga no tempo.

8 — Impressa pela primeira vez em 1644, a crônica de Fernão Lopes sobre o Mestre de Avis, como as que escreveu sobre os seus dois antecessores, constitui não apenas um documento literário digno do maior apêço como informação imprescindível ao conhecimento da época. Esta edição, calcada na que fez o Arquivo Histórico Português, em 1915, sob a direção de A. Braamcamp Freire, vem acrescentada da segunda parte, inédito quatrocentista da Biblioteca Pública de Évora. Merece atenção a análise de Antônio Sérgio na introdução à edição indicada.

9 — O interesse do conhecimento do primeiro volume da *História de Portugal* que vem sendo escrita por Antônio Sérgio, está em que constitui uma informação geográfica cuja importância logo se destaca. Caracterizando a costa portuguesa antiga como muito mais favorável para a proteção à navegação, enquanto essa própria navegação se fazia com navios menores, de tonelagem mais reduzida, e caracterizando a atividade pesqueira das populações, Antônio Sérgio alinha-se entre os que negam a tradição agrícola do reino.

10 — A pequena *História* de Antônio Sérgio fornece os elementos fundamentais do desenvolvimento português, e a sua importância não está na proporção do seu tamanho. Alguns dos pontos fundamentais daquele desenvolvimento: a preponderância do grupo mercantil em determinada fase, o caráter da revolução de 1383, o sentido da *lei mental*, a luta em que acaba por triunfar a classe senhorial, o estudo das causas da decadência lusa, encontram um tratamento convincente e abrem perspectiva para estudos mais minuciosos.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — ALMEIDA, FORTUNATO DE — *História de Portugal* — 6 vols. — Coimbra — 1922.

- 2 — COELHO, J. AUGUSTO — *Evolução das sociedades ibéricas* — Lisboa — 1906.
- 3 — SOVERAL, VISCONDE DE — *Apontamentos sôbre as antigas relações políticas e comerciais de Portugal com a República de Veneza* — Lisboa — 1893.
- 4 — AZURARA, G. E. de — *Crônica da tomada de Ceuta por El-Rei D. João I* — Lisboa — 1915.
- 5 — CÁRDENAS, FRANCISCO DE — *Ensayo sobre la historia de la propiedad territorial en España* — 2 vols. — Madri — 1873.
- 6 — HERCULANO, A. — *Da existência ou não existência do feudalismo em Portugal* — In *Opúsculos*, V — Lisboa — 1881.
- 7 — MERRIMAN, ROGER BIGELOW — *The rise of the spanish empire in the old world and in the new* — 4 vols. — New York — 1936.
- 8 — SANCEAU, ELAINE — *O sonho da Índia — Afonso de Albuquerque* — Trad. de José Francisco dos Santos — Lisboa — 1939.
- 9 — MARTINS, J. P. DE OLIVEIRA — *Os filhos de D. João I* — Lisboa — 1891.
- 10 — AZURARA, G. E. DE — *Crônica do descobrimento e conquista da Guiné* — 2.^a edição — 2 vols. — Introdução e notas de José de Bragança — Lisboa — 1937.

3

A Técnica de Navegação

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A possibilidade histórica de antecipar-se na empresa das grandes navegações, conferida a Portugal pela estrutura econômica que apresenta naquela época, traduz-se particularmente no domínio de uma ampla técnica de navegação, compreendida a referida técnica não apenas como o que se refere à construção naval e à orientação em alto mar, mas ainda como o que se refere ao ensino, à preparação das equipagens e à formação de cosmógrafos e cartógrafos em condições de difundir, reter e transmitir os conhecimentos.

O aparecimento de navegadores italianos na península ibérica, no século XV e no século XVI, representa o extraordinário esforço para dominar a técnica de navegação, da parte de Portugal, que se antecipa, e da Espanha, que o segue, atraindo o excelente material humano que as repúblicas peninsulares tinham conseguido formar. Esse esforço não se circunscreveu apenas à prática de navegação, no sentido da pilotagem e do exercício do comando, mas compreendeu o conjunto dos mestres de Matemática, dos cosmógrafos e dos cartógrafos, além do recrutamento, indicado em provas documentais, de artífices,

de mestres de ofícios, cuja habilidade foi aproveitada largamente na construção das naus. Nem é por outro motivo que a própria técnica de construção evolui rapidamente em Portugal, como na Espanha, nessa época, aumentando a tonelagem dos navios, alterando-se a sua compartimentação e introduzindo-se inovações destinadas a proporcionar-lhes a resistência exigida pelos longos roteiros e pela demorada permanência no oceano. Introdução de inovações que se refletirá ainda no velame, em correspondência com as observações colhidas pela experiência dos navegadores de alto mar, e em correspondência com as alterações no corpo das naus.

Quando D. Henrique provoca a introdução, no ensino da Universidade, da Matemática, está apenas impulsionando o movimento de conquista daquela técnica de navegação que fará dos portugueses os dominadores do mar. Nesse sentido, os largos contatos com os árabes, cuja cultura matemática era avançada, devem ter levado a aquisições variadas, que não é difícil verificar e comprovar. Tudo isso conduz, finalmente, à formação de uma escola, e é nesse sentido que existiu a de Sagres, verdadeiro centro de estudos e de planejamento, de onde se originou a investida sobre Ceuta e, depois, a descoberta das ilhas e da costa atlântica da África.

É difícil compreender que o domínio da técnica de navegação, no amplo sentido em que deve ser entendida, só teria sido possível por parte de uma estrutura econômica capaz de impulsionar as conquistas e interessada em se aproveitar dos seus resultados. Com os navegadores, os cosmógrafos, os cartógrafos, os mestres de ofícios, vêm também os mercadores, aqueles elementos práticos na atividade comercial, que fretam os navios, que os aprovisionam, que contratam serviços, que recrutam as equipagens e que, em ultramar, compram e vendem, ou se tornam arrematantes, e feitores, e administradores. As Armadas, como a infra-estrutura que as possibilita e apóia, constituem um conglomerado, com elementos de variada procedência, e a condição de nascimento não cria restrições e obrigações, transitando os homens de atividade especializada de uma corte para outra corte, disputados os seus serviços, premiados pelos que beneficiam, acolhidos generosamente e participando dos lucros das empresas.

Não é, assim, por coincidência que o quinhentismo, sendo a fase melhor da inteligência lusa, é também aquela em que o en-

sino se torna uma técnica de transmissão de ensinamentos úteis, a aquisição do instrumento para a vida do tempo, enquanto os portos se coalham de naus e as Armadas demandam as regiões distantes e voltam, desfalcadas em navios, mas cheias de mercadorias que a Europa absorverá. E nem é por coincidência que a cartografia lusa atinge o seu período áureo e se torna a fonte em que, vencendo o sigilo, vão os navegadores de tôdas as procedências buscar os roteiros e derrotas, cuidadosamente desenhados ou descritos, as cartas de navegação, como os segredos na disposição do velame ou na construção das caravelas. A técnica de navegação, assim, caracteriza o período histórico e assinala a preparação lusa para os grandes empreendimentos que se vão suceder.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — COSTA, A. FONTOURA DA — *A Marinharia dos Descobrimientos* — 2.^a edição — Lisboa — 1939.
- 2 — SOUSA, PERO LOPES DE — *Diário da navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão* — (1530-1532) — 5.^a edição — 2 vols. — Introdução e notas de Eugênio de Castro — Rio — 1927.
- 3 — PEREIRA, DUARTE PACHECO — *Esmeraldo de Situ Orbis* — Edição crítica de Augusto Epifânio da Silva Dias — Lisboa — 1905.
- 4 — CASTRO, D. JOÃO DE — *Roteiros* — 2.^a edição, prefaciada e anotada por A. Fontoura da Costa — 4 vols. — Lisboa — 1940.
- 5 — PERESTRELO, MANUEL DE MESQUITA — *Roteiro da África do Sul e Sueste desde o Cabo da Boa Esperança até ao das Correntes (1576)* — Anotado por A. Fontoura da Costa — Lisboa — 1939.
- 6 — PIMENTEL, LUÍS SERRÃO — *Prática da arte de navegar* — Prefácio por A. Fontoura da Costa — Lisboa — 1940.
- 7 — CASTRO, D. JOÃO DE — *Tratado da Sphaera — Da Geografia — Notação famosa — Informação sobre Maluco* — Prefácio e notas por A. Fontoura da Costa — Lisboa — 1940.
- 8 — CORTESÃO, ARMANDO — *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI* — (Contribuição para um estudo completo) — 2 vols. — Lisboa — 1935.

- 9 — BRUNO, CRISTÓVÃO — *Arte de navegar* (1628) — Prefácio por A. Fontoura da Costa — Lisboa — 1940.
- 10 — MENDONÇA, H. LOPES DE — *Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI* — Lisboa — 1892.

OBSERVAÇÕES

1 — Estudo completo dos instrumentos náuticos e da orientação em alto mar, das cartas de marear e da agulha e sua utilização, dos roteiros e da pilotagem. Com extensa e erudita bibliografia, devida e exatamente comentada, que compreende a anteriormente divulgada por A. Fontoura da Costa no seu trabalho *Bibliografia Náutica Portuguesa até 1700* — Lisboa — 1940. A autoridade do autor e o conteúdo da obra fazem desta uma fonte fundamental no assunto.

2 — O trabalho de Pero Lopes de Sousa, publicado pela primeira vez por Varnhagen, em Lisboa, em 1839, recebeu, nas notas e comentários do Comandante Eugênio de Castro, um tratamento profundo, que o tornou uma das melhores fontes para o conhecimento do Brasil dos primeiros anos após a descoberta. Aparecendo na série Eduardo Prado, a obra, renovada assim, ganhou logo em autoridade. Há edição posterior, da Academia Brasileira de Letras, em 1930.

3 — O livro famoso de Duarte Pacheco Pereira foi publicado em Lisboa, em 1892, por Rafael Eduardo de Azevedo Basto. Os capítulos 13 a 21 foram publicados em francês, por M. R. Ricard. George H. T. Kimble publicou, em Londres, em 1937, uma edição completa da referida obra, cuja utilidade é conhecida por todos os estudiosos e em torno de cujo depoimento tantas controvérsias têm sido levantadas.

4 — D. João de Castro, discípulo de Pedro Nunes, navegou no Mediterrâneo e, depois, para a Índia, onde se notabilizou e de que veio a ser governador, em 1545, sendo posteriormente elevado a vice-rei. Faleceu no posto, em 1548. Navegador notável, deixou os roteiros: de Lisboa a Goa (1538), de Goa a Dio (1538-1539), e de Goa a Suez ou do Mar Roxo (1541), enfeixados na obra referida, de que um dos volumes, o II, compreende as cartas ou tábuas.

5 — Perestrelo foi um dos mais notáveis navegadores da época dos descobrimentos. O seu roteiro indicado refere-se a um dos trechos mais difíceis da rota da Índia. Trata-se de uma edição bilíngüe, portuguesa e inglesa.

6 — Destinado à navegação, dela se afastou Serrão Pimentel, trocando-a pela Ciência, para vir a ser nomeado, em 1641, cosmógrafo-mor do Reino, interinamente, sendo efetivado mais adiante. A obra referida é calcada num códice da Biblioteca Nacional de Lisboa e

contém, além das lições de navegação, vários roteiros, inclusive os de Portugal ao Brasil e, neste, o da costa sul, até o Prata, e da costa norte, até o Maranhão.

7 — Além dos roteiros, deixou D. João de Castro o *Tratado da Sphaera* dialogado, que deve ter escrito na Índia, no período do seu governo, entre 1545 e 1548. A obra, de que se perdeu o original, é calcada numa cópia, códice da Biblioteca Nacional de Madri (Ms. n.º 1:140). Contém ainda autorizada informação sobre as Molucas, cujo papel no comércio do tempo influiu muito nas negociações para demarcação do meridiano de Tordesilhas. A *Nota famosa* pertence ao roteiro de Lisboa a Goa e a notícia *Da Geografia* mostra os conhecimentos do autor nesse campo.

8 — Trabalho excelente sobre o desenvolvimento da Ciência ao tempo dos descobrimentos, com exaustiva informação a respeito dos cartógrafos portugueses e dos seus trabalhos. Dá uma idéia precisa dos conhecimentos geográficos e náuticos em Portugal nos séculos XV e XVI.

9 — O Padre-mestre Cristóvão Bruno, jesuíta italiano, ensinou em Coimbra e Lisboa. Deixou três originais, dos quais o mais curioso é o indicado, que nos permitem uma idéia a respeito da ciência da época, quanto à orientação. Sua teoria da longitude merece atenção pois denuncia os erros mais correntes no tempo e a própria idéia que se tinha da Terra.

10 — A indicação completa as anteriores pelas informações que a obra de Lopes de Mendonça contém a respeito de construção naval, características das naus, velame, tonelagem e tudo o mais que se refere à técnica de navegação em seu sentido restrito.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — COSTA, A. FONTOURA DA — *Pedro Nunes (1502-1578)* — Lisboa — 1938.
- 2 — DENUCE, J. — *Les origines de la cartographie portugaise* — Gand — 1908.
- 3 — RONCIÈRE, C. de LA — *Les navigations françaises au XVe siècle* — Paris — 1896.
- 4 — GUÉNIN, E. — *Ango et ses pilotes* — Paris — 1961.
- 5 — RODRIGUES, VICENTE — *Roteiros portugueses* — Lisboa — 1898.
- 6 — LISBOA, JOÃO DE — *Livro de Marinharia* — Lisboa — 1908.

- 7 — FERNANDES, BERNARDO — *Livro de Marinharia* — Prefácio e notas de A. Fontoura da Costa — Lisboa — 1940.
- 8 — REIMÃO, GASPAS FERREIRA — *Roteiro da navegação e carreira da Índia, com seus caminhos, & derrotas, sinais, & águageis, & diferenças da agulha: tirado do que escreveu Vicente Rodrigues & Diogo Afonso, pilotos antigos. Agora novamente acrescentado à viagem de Goa por dentro de São Lourenço, & Moçambique, & outras muitas coisas, & advertências, por Gaspar Ferreira Reimão, cavaleiro do Hábito de Santiago, & Pilôto-mor destes Reinos de Portugal, por El-Rei Nosso Senhor* — Prefaciado por A. Fontoura da Costa — 2.^a edição — Lisboa — 1940.
- 9 — COSTA, A. FONTOURA DA — *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)* — Lisboa — 1939.
- 10 — *Roteiros portugueses inéditos da carreira da Índia do século XVI* — Prefaciados e anotados por A. Fontoura da Costa — Lisboa — 1940.

4 A Expansão Ultramarina

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Existindo em Portugal, no século XV, as condições necessárias — a estrutura econômica e, conseqüentemente, o domínio da técnica e os recursos materiais — para o empreendimento que caracteriza, naquela fase, o surto mercantil, a expansão ultramarina vai ser principalmente impulsionada pelo reino que se antecipa na formação nacional. Ela corresponde, de modo exato, ao desenvolvimento econômico, social e político da Europa, e vai ser a empresa de rigoroso método, cuidadosamente planejada e meticulosamente desenvolvida, que atende às necessidades expansionistas da Revolução Comercial.

Os reflexos do quadro europeu e do quadro português no largo movimento das navegações, que incorpora ao mundo conhecido amplas áreas e que as vai incorporar ao campo das trocas, são nítidos e profundos. Em Portugal, as frotas que se lançam ao desconhecido ou aos roteiros ainda imprecisos, constituem-se na base da iniciativa particular, dos mercadores, em sua maior parte, embora haja frotas mistas, compostas de naus da Coroa e de naus equipadas por elementos do comércio. Tais frotas, por outro lado, são capitaneadas, no conjunto e

navio por navio, na base de navegadores profissionais, contratados para êsse fim em todos os portos europeus.

A Espanha acompanhará de perto Portugal, nesse movimento de expansão ultramarina, dentro de condições idênticas e, de outra parte, já minada, após a descoberta da América, pelo mesmo mal que provocará o rápido declínio luso naquelas áreas em que a concorrência exige um aparelhamento perfeitamente estruturado. A corrida é, em primeiro lugar, para o Oriente, onde as especiarias aguardam escoamento, abarrotando as frotas e enriquecendo os seus empresários. No Oriente há toda uma organização montada e tradicional. Trata-se de disputar as boas graças dos régulos regionais, por bem ou por mal, e de afastar a concorrência em operações navais e militares que pontilham de lutas a conquista e a manutenção do comércio. Existe no Oriente uma empresa perfeitamente articulada, já velha no processo e nos métodos de troca. Não há que povoar, ocupar, administrar, senão quando, eventualmente, em determinadas áreas, a luta pela dominação do mercado fornecedor exigir o ataque, a ocupação, a presença constante. Ela não substitui, entretanto, a estrutura preexistente, no que tem de essencial. Aferra-se aos pontos principais com as feitorias, misto de praça de armas e de praça de comércio, destinadas a assegurar o livre curso dêste.

Na medida em que aumenta a concorrência no Oriente e na medida em que se alinham ali forças diversas, algumas em ascensão, melhor aparelhadas para o comércio, a precariedade lusa e espanhola se denuncia, mais aquela, e mais rapidamente, do que esta. Nisso influiu o fato de que, na área americana, secundária para Portugal nos primeiros tempos, a Espanha encontrou e explorou desde logo os minerais preciosos, o ouro e a prata, que prolongaram a sua vitalidade, embora não a salvassem, finalmente, do declínio. A solução portuguesa consiste, então, em voltar-se para a área americana, entregue aos arrematantes dos contratos de pau-brasil e vítima das incursões dos concorrentes.

Mas, aqui, o problema era inteiramente diverso daquele apresentado no Oriente. Lá, havia riqueza preexistente, que necessitava apenas ser disputada. Havia um aparelhamento local ou regional que atendia à sua produção e à sua entrega nos portos onde as frotas iam buscá-la. Havia uma população dedicada ao trabalho de produzir e de trocar e que tinha a sua estrutura

própria, econômica, política e social. Aqui, nada disso existia, — nem riqueza, nem população apta a produzi-la, nem administração. A terra era dominada por tribos desinteressadas de tudo aquilo que era objeto da cobiça européia.

O problema, aqui, era, então, o de criar riqueza, de administrar, de povoar, — isto é, de colonizar. A solução da colonização é um acidente, na expansão ultramarina. Ela não estava nas cogitações da metrópole, que se ressentia, sob quase todos os aspectos, de condições para enfrentá-la.

A expansão em ultramar, assim, apresenta os dois aspectos: o que afeta o domínio de mercados fornecedores, que são intensamente disputados e, nessa disputa, podem forçar o apossamento, o estabelecimento, a permanência militar, isto é, a ocupação, mas não se resolvem em colonização; e o que afeta as áreas em que é necessário criar riqueza, obrigando a permanência, a ocupação e, mais do que isso, o povoamento, a transferência de elementos humanos numerosos, de um aparelhamento administrativo, de toda uma estrutura que se transplanta, e que se traduz na obra de colonização. Portugal está, inicialmente, preparado para a primeira daquelas tarefas, que vem na sequência natural e espontânea do desenvolvimento mercantil em que está integrado. Mas não está preparado para a segunda, que surge das circunstâncias, e que vai enfrentar, por isso mesmo, com solução de emergência.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — REPARAZ HIJO, GONZALO DE — *La epoca de los grandes descubrimientos españoles y portugueses* — Barcelona — 1931.
- 2 — PAES, SIMÃO PEREIRA — *As famosas armadas portuguesas (1456-1650)* — Rio — 1937.
- 3 — GREENLEE, WILLIAM BROOKS — *The voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India* — Londres — 1938.
- 4 — FREIRE, A. BRAAMCAMP — *Expedições armadas nos anos de 1488 e 89* — Lisboa — 1915.
- 5 — DENUCÉ, J. — *The discovery of the north coast of South America* — Londres — 1910.
- 6 — BEAZLEY, C. RAYMOND — *O infante D. Henrique e o início dos descobrimentos modernos* — Lisboa — 1944.

- 7 -- LANNOY, CHARLES DE — *Histoire de l'expansion coloniale du Portugal* — Bruxelas — 1907.
8 — VELHO, ÁLVARO — *Roteiro da primeira viagem de Vasco da Gama (1497-1499)* — Lisboa — 1940.
9 — Bensaúde, J. — *Histoire de la science nautique des decouvertes portugaises* — Lisboa — 1921.
10 — COELHO, J. M. LATINO — *Vasco da Gama* — Lisboa — 1882.



OBSERVAÇÕES

1 — Excelente resumo da expansão ultramarina de Espanha e Portugal, mostrando os seus diversos aspectos, inclusive o da competição. Informativo no essencial, situa cronologicamente os acontecimentos e fornece o quadro geral das conquistas na Ásia, África e América.

2 — Livro que divulga os feitos portugueses nos oceanos, relacionando as Armadas e apresentando os seus resultados. Embora apologético, contém informações interessantes.

3 — Greenlee aprecia, com meticulosidade, o que foi a Armada de Pedro Álvares Cabral, destinada à Índia, na sequência da de Vasco da Gama, e os seus resultados para a conquista do comércio naquela área. Mostra o episódio da descoberta oficial do Brasil.

4 — Braamcamp Freire faz a súmula das Armadas de dois anos importantes, 1488 e 1489, quando Portugal ensaia, nas navegações próximas, a grande empresa de conquista ultramarina. O estudo desta fase preparatória permite conhecer as bases de que o reino se lançou para a navegação de ultramar.

5 — O problema da descoberta da costa norte da América do Sul está ligado principalmente à questão da prioridade na chegada ao Brasil, tema dos mais velhos e dos mais controvertidos da História das navegações e descobertas. Sendo secundário, quanto à prioridade em si, permite, entretanto, no caso da obra de Denucé, compreender as diversidades entre a expansão lusa e a expansão espanhola neste continente.

6 — A recente tradução do livro de Beazley corresponde a colocar ao alcance de todos uma biografia exata e compreensiva do infante D. Henrique, mostrando o seu papel na preparação da expansão marítima e na execução da fase inicial dela.

7 — Recapitulação da expansão ultramarina lusa, quer aquela que se atirava à conquista dos mercados fornecedores orientais, quer aquela que acabou por se resolver na colonização, apreciada nos três continentes, Ásia, África e América.

8 — O roteiro de Álvaro Velho, com prefácio, notas e anexos de A. Fontoura da Costa, tem um interesse especial para o conhecimento do problema da descoberta do Brasil, particularmente no que diz respeito à contenda, evidentemente especiosa, da causa ou do acaso. Tem uma carta geográfica com o roteiro e outra com o regime de ventos no Atlântico Sul, que condicionou realmente, na época da navegação a vela, a derrota das frotas.

9 — Uma informação especializada e autorizada sobre o domínio pelos portugueses da técnica da navegação, ligando-a objetivamente às descobertas oceânicas, africanas e de ultramar, acompanhando as fases do desenvolvimento da técnica e das descobertas e mostrando como uma repercutia nas outras.

10 — Biografia de Vasco da Gama, com sentido de apologia evidente mas merecedora de aprêço. Dos que se ligaram indiretamente ao problema da descoberta do Brasil, o infante D. Henrique e Vasco da Gama foram as figuras mais importantes, cuja vida e cujos feitos é indispensável conhecer. Latino Coelho mostra, na clareza do seu estilo, a importância do papel daquele que primeiro fez a viagem inteira ao Oriente.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — NEVES, ACÚRSIO DAS — *Considerações sobre os descobrimentos dos portugueses* — Lisboa — 1826.
- 2 — MACEDO, J. J. COSTA DE — *Memórias para a história das navegações* — Lisboa — 1835.
- 3 — COUTO, DIOGO DO — *Soldado prático* — Edição M. Rodrigues Lapa — Lisboa — 1937.
- 4 — SOUSA, MANUEL DE FARIA E — *Ásia portuguesa* — 6 vols. — Lisboa — 1943.
- 5 — GALVÃO, ANTÔNIO — *Tratado dos descobrimentos antigos e modernos* — Lisboa — 1942.
- 6 — OSÓRIO, JERÔNIMO — *Da vida e feitos de El-Rei D. Manuel* — 2 vols. — Lisboa — 1941.
- 7 — BRANDÃO, ANTÔNIO — *Crônica do conde D. Henrique, D. Teresa e infante D. Afonso* — Lisboa — 1942.
- 8 — GÓIS, DAMIÃO DE — *Opúsculos históricos* — Lisboa — 1941.

- 9 — MAJOR, RICHARD HENRY — *Vida do infante D. Henrique de Portugal, apelidado o Navegador* — Trad. de José António Ferreira Brandão — Lisboa — 1896.
- 10 — SOUSA, L. DE MORAIS E — *A ciência náutica dos pilotos portugueses nos séculos XV e XVI* — 2 vols. — Lisboa — 1924.

5 A Feitoria e o Escambo

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A fase inicial da História brasileira antecede a colonização e vai da descoberta — tomada como ato primeiro da vida colonial — até o estabelecimento das Donatárias, quando começa o esforço contínuo para a colonização. É uma fase obscura, em torno da qual os fatos conhecidos não são muitos, mas permanecem bastante controversos, demandando investigações, pesquisas, consultas a arquivos ainda não conveniente ou totalmente explorados. Essa obscuridade define-lhe a desimportância: a metrópole está com as atenções voltadas para a Índia, que lhe absorve os recursos e merece os cuidados. Dali é que lhe vêm as especiarias, e ali se decide o seu destino na expansão ultramarina. O Brasil permanece em segundo plano, esquecido.

Chegam-lhe, entretanto, navios e frotas. Não apenas navios portugueses, e frotas portuguesas, — mas navios e frotas de outras bandeiras, de particulares e de coroas. Parece que isso não perturbou a metrópole, que empregava estrangeiros e seu serviço e contratava com estrangeiros a exploração de determinadas riquezas locais. O que perturbou foram, mais adiante as tentativas de estabelecimento. Na referida fase, o litoral brasileiro foi per-

corrido por navegadores de nações diversas, e comerciantes de nações diversas aqui chegaram e levaram a madeira tintorial e alguns poucos produtos naturais, talvez selvagens e certamente aves curiosas.

A atividade predominante foi a que se prendeu ao pau-brasil, que fornecia matéria-prima de consumo relativamente largo na manufatura da tecelagem, já bastante desenvolvida na Europa. Foi ele procurado e carregado por navegadores de nações diversas, particularmente franceses, além daqueles a que a Coroa lusa fez concessões ou estabeleceu arrendamentos. Uns poucos nomes foram retidos na documentação do tempo. O interesse pela madeira tintorial determinou o estabelecimento das feitorias, núcleo inicial de atividades, com um caráter por vezes permanente, na fase referida. A feitoria era constituída por um grupo, quase sempre numéricamente diminuto, de homens, deixados num ancoradouro ou aguada propícia, e encarregados da derrubada e transporte da madeira para a praia. O trabalho era fornecido pelos indígenas e retribuído em objetos que os seduziam. Outras vezes, êsse trabalho se realizava totalmente quando da permanência de navios ou de frotas, deixando de existir a feitoria para isso.

Nesses núcleos primitivos, mais nos permanentes do que nos temporários, estabeleceram-se os primeiros contatos duradouros dos europeus com os indígenas. Eram contatos cordiais: nada se levantava entre os adventícios e os primitivos habitantes para estabelecer antagonismos. Aquêles necessitavam do trabalho dêstes, e não lhes disputavam as terras de plantio ou de caça. Êstes se deixavam seduzir pela superioridade dos estranhos em armas, pelo que nêles existia de curioso, inclusive os objetos brilhantes e coloridos, que se habituaram a receber como presente ou retribuição de trabalho. Homens largados num litoral pouco freqüentado, distante das suas terras de origem, os mantenedores das feitorias adaptavam-se aos costumes locais e faziam das índias suas mulheres, sem compromissos e sem problemas. A êsse tipo de contatos somou-se o dos degredados, seja os que eram deixados pelas frotas e navios, contra a sua vontade — e a coisa começou com a de Cabral — seja os que fugiam de bordo, escolhendo a vida que lhes parecia paradisíaca, e a que as crônicas se referem.

Nas feitorias e fora delas estabeleceram-se, pois, relações entre europeus e indígenas que influiriam na fase seguinte, cons-

tituindo êsses primeiros povoadores — que foram, realmente, os que ficaram por longo tempo, ou para sempre, aqui — verdadeira camada de choque. Onde as novas relações, decorrentes do tipo de colonização depois estabelecido, não exigia a dizimação dos indígenas, os primeiros povoadores foram de extrema utilidade, e é de supor que isso não tenha ocorrido apenas em relação a Ramalho. Convém considerar, aliás, os casos e os episódios conhecidos, e mesmo os lendários, dêsse tempo, apenas como exemplos. Outros ocorreram, do mesmo tipo, provavelmente, que as crônicas não registram.

A atividade principal foi, portanto, constituída pela exploração do pau-brasil, e deixou sinais nos registros e nas narrativas, inclusive nos livros de bordo e nas memórias de viajantes, mercadores e navegadores do tempo, não só portugueses como franceses e italianos. A feitoria, estabelecida para possibilitar o transbordo da madeira, agrupou elementos e algumas vezes se constituiu em porta de entrada para o continente de expedições que se perderam e não deixaram vestígios. Escalonadas ao longo da costa em que a madeira tintorial era abundante, as feitorias marcaram as aguadas e os portos, gerando agrupamentos maiores e estáveis, na fase que se seguiu. Outras, perderam-se, desapareceram, e ficaram limitadas à primeira fase.

O momento da feitoria termina com as Donatarias, quando se estabelece a colonização, isto é, um esforço contínuo e estável que obedece a determinada orientação e que lança os fundamentos do povoamento, da posse verdadeira. Isso vai alterar profundamente a fisionomia da terra, a sua paisagem física e a sua paisagem humana.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — MARCHANT, ALEXANDER — *Do escambo à escravidão — As relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. (1500-1580)* — Tradução de Carlos Lacerda — S. Paulo — 1943.
- 2 — SOUSA, BERNARDINO JOSÉ DE — *O pau-brasil na história nacional* — S. Paulo — 1939.

- 3 — ABREU, J. CAPISTRANO DE — *O Descobrimento do Brasil* — Rio — 1929.
- 4 — DEUS, GASPAR DA MADRE DE — *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente, hoje chamada de São Paulo e Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil* — Introdução e notas de Afonso de E. Taunay — 3.^a edição — S. Paulo — 1920.
- 5 — GÓIS, DAMIÃO DE — *Crônica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manuel* — 4 vols. — Coimbra — 1926.
- 6 — GAFFAREL, PAUL — *Histoire du Brésil Français au seizième siècle* — Paris — 1878.
- 7 — MARGRY, P. — *Les navigations françaises* — Paris — 1867.
- 8 — CHATTERTON, E. K. — *English seamen and the colonization of America* — Londres — 1930.
- 9 — BRANCO, BERNARDES — *El-Rei D. Manuel* — Lisboa — 1888.
- 10 — CARVALHO, M. E. GOMES DE — *D. João III e os franceses* — Lisboa — 1909.

OBSERVAÇÕES

1 — Alexander Marchant é hoje um dos mais autorizados investigadores da primeira fase colonial brasileira. Alguns dos seus trabalhos representam fontes indispensáveis para o conhecimento daquela fase, e pena é que não tenham sido reunidos ainda em livro, permanecendo apenas no conhecimento dos leitores de revistas especializadas. Entre eles, devem merecer atenção: *Colonial Brazil As Way Station for the Portuguese India Fleets*, aparecido na *Geographical Review*, vol. XXXI, n.º 3, em 1941, e *Feudal and Capitalistic Elements in the Portuguese Settlement of Brazil*, aparecido na *The Hispanic American Historical Review*, vol. 22, em 1942. O livro indicado abrange o estudo da fase inicial e avança na interpretação da fase seguinte, compreendendo os acontecimentos e atividades até quase o fim do primeiro século.

2 — O trabalho de Bernardino José de Sousa dá uma informação suficiente sobre as atividades de exploração do pau-brasil e a sua influência no conhecimento da terra brasileira, mostrando o regime de monopólio e as formas de concessão e arrendamento que possibilitou, bem como a longa duração do pau-brasil como mercadoria nas trocas da colônia com a Europa.

3 — Capistrano, em tese de concurso, estuda exhaustivamente o descobrimento, apreciando obras a respeito do assunto e discutindo o problema da prioridade. O interesse fundamental de seu livro, entre-

tanto, está no esudo de nossa História durante o séc. XVI, particularmente quanto aos contatos entre navegadores europeus e indígenas, bem como do povoamento e da evolução social.

4 — Na história de Frei Gaspar, enriquecida com a introdução e excelentes notas de Afonso de E. Taunay, existe um levantamento de tudo o que ocorreu no primeiro século, desde o aparecimento do núcleo vicentino até ao seu deslocamento para o altiplano e fundação de S. Paulo, particularmente o que se ligou ao trabalho da catequese, tudo visto com os recursos e as possibilidades do tempo do autor.

5 — Na crônica de Damião de Góis está a vida metropolitana na época do descobrimento, a preocupação dominante com os problemas do Oriente, o esquecimento do Brasil. Conhecer êsse quadro ajuda bastante na compreensão dos motivos pelos quais foi a terra há pouco descoberta deixada em segundo plano e quais as dificuldades com que se defrontava a Coroa para enfrentar a concorrência nas zonas a que levava a sua expansão ultramarina.

6 — Entre os estrangeiros que traficaram na costa brasileira, desde os primeiros tempos, destacaram-se os franceses, dos quais partiram as principais ameaças de estabelecimento, inclusive aquela do Brasil Francês, a que Gaffarel dá um destaque especial. É o quadro da concorrência nas zonas ocidentais, que levaria ao regime das Donatarias.

7 — Em Margry o quadro é mais amplo, pois abrange as navegações francesas em todos os mares e ao longo do tempo, mostrando a crescente importância da França na expansão ultramarina e o seu esforço em disputar um lugar na exploração colonial.

8 — A indicação de Chatterton corresponde à necessidade de acompanhar também o desenvolvimento da navegação britânica e como a Inglaterra, concorrendo poderosamente com as demais nações navegadoras, acabou por se tornar uma das principais fomentadoras da colonização americana.

9 — Um estudo minucioso da época manuelina, mostrando o quadro econômico do reino e as contradições que se resolveriam, com o seu sucessor, particularmente pela exclusão dos judeus do campo dos negócios, com os efeitos que as lutas internas tiveram nos acontecimentos.

10 — Apreciando as relações entre franceses e portugueses, não só no quadro europeu do tempo como no quadro colonial, em que os choques entre eles tiveram consequências por vezes profundas na expansão ultramarina e na colonização, Gomes de Carvalho apresenta as preliminares da solução que se concretizaria com as Donatarias, forma de enfrentar, pelo povoamento e ocupação, as investidas gaulesas de apresamento e de estabelecimento nas posses lusas da América. É o fim da fase da feitoria, vista da metrópole.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *S. Paulo no século XVI. História da vila piratiningana* — Tours — 1921.
- 2 — GANDAVO, PERO DE MAGALHÃES — *História da província de Santa Cruz* — Rio — 1924.
- 3 — SCHMIDEL, ULRICO — *Derrotero y viaje a España y las Indias* — Buenos Aires — 1944.
- 4 — BARROS, JOÃO DE — *Da Ásia* — 9 vols. — Lisboa — 1778/1788.
- 5 — REMÉDIOS, J. MENDES DOS — *Os judeus em Portugal* — Coimbra — 1895.
- 6 — TAQUES, PEDRO — *História da Capitania de S. Vicente* — S. Paulo — s.d.
- 7 — RODRIGUES, EDITE PORCHAT — *Informações históricas sobre S. Paulo no século de sua fundação* — S. Paulo — 1956.
- 8 — CASTRO, FERNANDO PEDREIRA — *Crônica da Igreja no Brasil: período pré-anchietano (1500-1553)* — Rio — 1938.
- 9 — NOGUEIRA, M. T. ALVES — *O monge cavaleiro Nicolas Durand de Villegagnon. Contribuição para o conhecimento das relações franco-brasileiras no século XVI* — Rio — 1944.
- 10 — LEITE, SOLIDÔNIO — *O descobrimento do Brasil. Espanhóis e portugueses* — Rio — 1921.

O Indígena

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Em relação ao indígena, a idéia variou de extrema simpatia inicial para conceito acentuadamente desfavorável posterior. Nos primeiros contatos, simples, cordiais sem nenhum entrave e sem nenhuma preocupação, de parte a parte, tudo correu da melhor maneira, e começaram a aparecer os elogios desmedidos, a louvação continuada, uma repetição curiosa de qualidades (algumas européias, atribuídas ao índio). A louvação, que consta de quase todos os documentos da fase inicial, repercutiu fundamentalmente. Fêz-se do índio uma imagem deformada, falsa, de cavaleiro andante, um pouco medieval no seu teor qualitativo. As ciências do homem engatinhavam, as da sociedade não haviam surgido — os documentos constituiriam fontes para utilização futura.

Era natural que as coisas ocorressem assim. No período inicial da vida brasileira, quando a costa era apenas policiada, ou nela se instalaram umas poucas feitorias, não surgiram motivos de atrito entre povoadores primitivos e novos povoadores. Estes não vinham disputar a terra, apropriar-se dela, plantar e colhêr. Eram poucos, desinteressados das coisas da terra nova, voltados para o oceano e dêle esperando, quando não a liberdade, com o retôrno, pelo menos as utilidades, a retomada de con-

tato com gente sua igual, que lhes falava a língua e lhes entendia os desejos. O branco das feitorias acomodava-se à vida que os índios levavam, valia-se de sua experiência, vivia como os índios. Muitos, de que a crônica não guardou os nomes, fundiram-se no meio nôvo, foram tragados por êle, desapareceram como europeus. Uns poucos, em tôrno dos quais a lenda e a verdade misturaram fatos e idéias, tornaram-se figuras importantes, constituindo a camada de aproximação, o núcleo que possibilitou o estabelecimento de outros povoadores — os Caramurus, os Ramalhos. Na primeira fase, e ainda nas seguintes, quando as condições foram idênticas às da primeira, em zonas diversas, a acomodação gerou figuras singulares, de homens brancos ajustados à vida indígena, tornados chefes alguns, constituindo família, nos moldes possíveis ao tempo e ao meio, deixando larga descendência, como que enobrecida pela contribuição local. Tais figuras ressurgiriam, três séculos depois, no indianismo, escola literária típica — acusada falsamente de importada — tornando-se heróis de *Iracema*, do *Guarani*, naquele como branco conquistado pelo amor de uma índia, neste como índio conquistado pelo amor de uma branca. No primeiro caso, como é natural, a fusão é perfeita, no segundo torna-se necessária uma saída nebulosa.

As tribos litorâneas, realmente, viveram a primeira fase sem grandes atribulações, misturadas aos povoadores brancos. Em alguns trechos, quando apareceu a concorrência, na costa, pelo pau-brasil, motivando as tentativas de estabelecimento dos franceses, as tribos se dividiram, optando umas pelo apoio aos adversários dos portugueses. O divisionismo, entretanto, era uma situação normal que as atirava umas contra as outras. Nesses casos, a luta chegava aos extremos limites e tribos inteiras eram destruídas, riscadas das zonas em que viviam antes, expulsas para o interior. Os contingentes indígenas constituíam o grosso da tropa em combate, de um lado e de outro — e a mesma coisa aconteceu, depois, com o bandeirismo, quando era o número de arcos que mostrava o poderio do chefe, os célebres “potentados em arcos” de que nos fala a crônica. O índio era ainda simpático, bem visto, quando convivendo com o povoador branco e acompanhando as suas aventuras.

Numa segunda fase, e quando ocorreu o estabelecimento definitivo dos povoadores, quando se tratou, a rigor, de colonizar — o que não aconteceu em tôda a costa e nem em todo

o tempo — as relações foram subvertidas. O índio apresentou-se como mão-de-obra, e mão-de-obra ao pé da obra, com imensas e insubstituíveis vantagens portanto. Aí, como era inevitável, a luta abriu-se e assumiu as proporções de destruição sistemática. O que aconteceu, em zonas assim, foi a dizimação das tribos. A cultura indígena não poderia suportar a estrutura de produção que se estabelecia. Vivendo em economia natural, em comunidades primitivas, não passariam, nem pela força, ao estágio escravista. O tipo de produção escravista, que se estabelecia, era a condenação do tipo a que o índio se subordinava. A substituição do seu pelo adventício corresponde, assim, a riscá-lo de zonas inteiras, a expulsá-lo para o interior, a dizimá-lo. Sua inadaptação ao trabalho escravo vai motivar a virada nas idéias a seu respeito.

As que se generalizam, agora, dizem de sua preguiça, de sua tendência para o furto, de sua amoralidade — em suma de tudo aquilo que era o conjunto de sua cultura e fora do que qualquer interpretação ou julgamento estaria profundamente viscerado de falsidade. Esta incompreensão é que vigorou, ao longo do tempo, chegando aos nossos dias quando, sob outras condições, prossegue, inexoravelmente, a destruição dos derradeiros *stocks* indígenas existentes. A aproximação do branco é o primeiro ato da destruição do indígena.

Nas fontes aqui indicadas, o tratamento é impressionista, naturalmente. O tratamento científico será objeto de outro capítulo.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — *Os sete únicos documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral* — Lisboa — 1940.
- 2 — SOUSA, GABRIEL SOARES DE — *Notícia do Brasil* — Introdução, comentários e notas de M. A. Pirajá da Silva — 2 vols. — S. Paulo — 1945.
- 3 — NÓBREGA, MANUEL DA — *Cartas do Brasil* — Notas de Vale Cabral e Rodolfo Garcia — Rio — 1931.
- 4 — ALVES, MÁRIO — *Nóbrega e a Civilização Brasileira* — Rio — 1948.

- 5 — ANCHIETA, JOSÉ DE — *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões* — Notas de Antônio de Alcântara Machado — Rio — 1933.
- 6 — VASCONCELOS, SIMÃO DE — *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* — 2.^a edição — Lisboa — 1865.
- 7 — MAGALHÃES, JOSÉ VIEIRA COUTO DE — *Anchieta, as raças e línguas indígenas* — S. Paulo — 1897.
- 8 — CAXA, QUIRÍCIO — *José de Anchieta* — Rio — 1956.
- 9 — LAS CASAS, B. DE — *História Geral das Índias* — Tradução de Heraldo Barbuy — S. Paulo — 1944.
- 10 — FRANCO, AFONSO ARINOS DE MELO — *O índio brasileiro e a Revolução Francesa. As origens brasileiras da teoria da bondade natural* — Rio — 1937.

OBSERVAÇÕES

1 — Obra das mais interessantes entre as publicadas pela Agência Nacional das Colônias, em 1940, por ocasião das comemorações do duplo centenário. Entre os cinco documentos reunidos nela estão a carta de Mestre João, dirigida ao Rei D. Manuel, de Vera Cruz, 1.^o de maio de 1500, de fraco interesse no que diz respeito ao indígena, e a carta do achamento do Brasil, dirigida por Pero Vaz de Caminha ao mesmo rei, do mesmo local e com a mesma data, em que as informações sobre o indígena são encomiásticas. A carta de Pero Vaz de Caminha — que consta de alguns outros trabalhos históricos — vem anotada por Antônio Baião. É a primeira informação sobre os indígenas, o começo da longa cadeia de elogios às suas qualidades.

2 — Conhecido de alguns estudiosos antigos, impresso pela primeira vez, em Lisboa, na Tipografia dirigida por Frei José Mariano da Conceição Veloso, no Arco do Cego, em princípios do século XIX, ficando incompleto, o trabalho de Gabriel Soares de Sousa é tido como das maiores fontes para o conhecimento do Brasil do primeiro século. Utilizaram-no alguns dos mais destacados intérpretes das nossas coisas, nos mais variados campos do conhecimento. Em 1825, a Academia Real das Ciências, de Lisboa, publicou a segunda edição, no tomo II, parte I da *Coleção de Notícias para a Geografia das Nações Ultramarinas*. A edição que se segue, terceira, de 1839, é a de Varnhagem, aparecendo pela primeira vez a autoria de Gabriel Soares de Sousa. Sobre ela foi calcada a que se publicou em S. Paulo, em 1939. A obra tem importância fundamental para o conhecimento do Brasil, e especialmente para o conhecimento do indígena no primeiro século. A introdução erudita e as notas de Pirajá da Silva realçam extraordinariamente o valor da edição indicada.

3 — Deu Nóbrega, dos índios brasileiros, em suas cartas, uma informação detalhada, vinculando-se ao côro admirativo iniciado com a de Caminha. Tôda a documentação jesuítica se soma, salvo raríssimos casos, a êsse côro — na verdade é o jesuíta o responsável pela idéia que o europeu vai ter dos indígenas, quando não os conhece de perto. As informações de Nóbrega, dentro daquele teor, são interessantes e úteis. A edição é da Academia Brasileira de Letras, com as excelentes notas de Vale Cabral e Rodolfo Garcia.

4 — Estudo sôbre Nóbrega e a catequese, com informações a respeito do indígena e da posição dos jesuítas face ao indígena, informações que ajudam a compreender a posição dos missionários, o fato de serem os porta-vozes da louvação dos primitivos habitantes da terra, o papel que tiveram de amortecedores de resistência da parte daqueles.

5 — Documentos da autoria de Anchieta, a figura típica da catequese, aquela que mais profundamente entendeu o indígena e participou de sua intimidade — por isso mesmo dignas de destaque e de fé, na relatividade da posição do missionário.

6 — A primeira tentativa de história da ação da Companhia de Jesus no Brasil, escrita pelo biógrafo de Anchieta, dentro do critério apologético inevitável. Explica os motivos da catequese e coloca-se na tendência de simpatia pelo indígena.

7 — Couto de Magalhães, grande conhecedor da cultura indígena, aprecia a ação de Anchieta junto aos catecúmenos do ponto de vista do respeito de sua cultura e do recolhimento de seus elementos.

8 — Mestre conceituado entre os seus pares, na Companhia de Jesus, formador de jesuítas, Quirício Caxa traça a biografia sucinta do Padre Anchieta e situa o seu trabalho junto aos indígenas, explicando as razões do seu prestígio.

9 — O interêsse da obra de Las Casas é o de aprofundar a questão relativa à posição dos jesuítas perante os indígenas, pelos quais se batem, enfrentando a ação dos colonizadores, em tôda a América, enquanto, por outro lado, mostram-se indiferentes à escravidão dos africanos. Las Casas escreveu verdadeiro libelo contra os espanhóis e entoou louvores desmedidos aos indígenas, mostrando a coerência e unidade do procedimento dos jesuítas em todo o continente.

10 — Monografia interessante, excelentemente informada, com extenso estudo dos textos, mostra a generalização do conceito favorável ao indígena na literatura dos primeiros séculos após a descoberta, influenciando em obras fundamentais da cultura do ocidente europeu, inclusive aquelas dos enciclopedistas e dos utopistas.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — MENDES JÚNIOR, JOÃO — *Os indígenas no Brasil, seus direitos individuais e políticos* — S. Paulo — 1912.
- 2 — OTÁVIO, RODRIGO — *Os selvagens americanos perante o direito* — S. Paulo — 1946.
- 3 — CORTESÃO, JAIME — *A expedição de Pedro Álvares Cabral* — Lisboa — 1922.
- 4 — ANCHIETA, JOSÉ — *Primeiros aldeamentos na Bahia* — Rio — 1946.
- 5 — ANCHIETA, JOSÉ — *A Província do Brasil (1585)* — Rio — 1946.
- 6 — LEITE, SERAFIM — *Novas cartas jesuíticas. (De Nóbrega a Vieira)* — S. Paulo — 1940.
- 7 — VASCONCELOS, SIMÃO DE — *Vida do venerável Padre José de Anchieta* — Prefácio de Serafim Leite — Rio — 1943.
- 8 — *Cartas avulsas de jesuítas* — Notas de Afrânio Peixoto — Rio — 1933.
- 9 — ELLIS JÚNIOR, ALFREDO — *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano* — S. Paulo — 1936.
- 10 — PINTO, ESTÊVÃO — *Os indígenas do Nordeste* — 2 vols. — S. Paulo — 1935/1938.

7 A Colonização: as Donatarias

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

O problema da colonização apresentou-se como um imprevisto da expansão ultramarina. A estrutura que permitira esta expansão — tratando-se apenas de alargar a área geográfica das trocas — pressupunha a existência de produção local, nas zonas a explorar, produção de que os navegadores e mercadores se apossariam, por bem ou por mal, vencendo a concorrência de uns e a resistência de outros. O problema de criar riqueza não estava nas cogitações dos povos que impulsionaram as conquistas de ultramar. Na Índia, o quadro era o tradicional: imensas riquezas produzidas pelos naturais, colocadas nos portos, na maioria dos casos, por seus próprios produtores. A navegação oceânica viria alterar apenas as rotas — em lugar de percorrer o Mediterrâneo, percorreriam o Atlântico e os mares além da África. E eliminariam perigosos intermediários, que encareciam bastante as mercadorias orientais, trazendo-as ao fundo do Mediterrâneo, com as caravanas de camelos.

É por isso que a terra de que Cabral lançara posse, fica ao abandono, praticamente, por mais de três decênios, apenas

explorado o pau-brasil, no regime de concessão ou no regime de arrendamento, sendo a feitoria o único esforço do homem europeu na terra há pouco descoberta. Dois problemas se apresentam, entretanto, à Coroa lusa. O primeiro deles é o da concorrência, que se apresenta também na costa americana, como no Oriente, visando, desde os primeiros anos, o pau-brasil, mantido em monopólio pela Coroa. As incursões se sucedem aliando-se os estrangeiros com as tribos indígenas e, em alguns casos, tentando mesmo o estabelecimento, isto é, ensaiando ficar e por isso harmonizando-se com os primitivos moradores. Por outro lado, as descobertas auríferas e argentíferas nas áreas apossadas pelos espanhóis, algumas vizinhas, fazem despertar a idéia de que era possível, e até mesmo provável, que ocorressem minas do lado português. Manter as posses sem povoá-las, entretanto, era impossível. E todos os conselheiros, aqueles que permaneciam na Corte, viajavam pelas capitais européias ou percorriam, como navegadores, o litoral americano, eram unânimes na opinião de ocupar a terra, de que estes informavam sempre, como os primeiros comandantes de frotas e navios, maravilhas.

A estrutura montada para a expansão ultramarina, que dava já sinais importantes de enfraquecimento, não estava em condições de enfrentar este novo e imenso problema. Só para explorar, já consumia o reino todos os seus recursos, em bens materiais e em pessoal. A Índia tudo absorvia. Como desviar para as terras do Ocidente o pouco com que se contava para manter as conquistas comerciais do Oriente? Daí surgir a solução circunstancial das Donatarias, que deixa perplexos ainda hoje historiadores e cronistas. A Coroa propunha-se, com as doações, transferir os seus poderes, delegá-los, pondo-os em mãos de quem os solicitasse, mediante determinadas vantagens e benefícios, reservando para ela o mínimo. Tratava-se de transferir poderes muito amplo, poderes a que Varnhagen denominou majestáticos, e efetivamente assim eram. Mas não houve disputa em torno dos quinhões. Foram poucos os que se apresentaram, na maior parte validos do rei, homens da sua corte, criaturas da nobreza palaciana, personagens que guardavam ainda restos de riquezas ganhas na Índia, nos serviços da administração ou da militância. Em curto prazo, entre 1534 e 1535, foram distribuídos os quinhões, de maneira desigual, contados ao longo da costa, marcados pelos seus acidentes. Os donatá-

rios reuniram os bens, todos os recursos de que lhes foi possível lançar mão, e uns tiveram de encontrar sócios para a empreitada. E atiraram-se à Colônia.

O regime das Donatarias continua a ser muito discutido, particularmente no que se liga ao grande tema da tipificação da estrutura colonial brasileira, tido por alguns como feudal, e por uns poucos como capitalista. O fato é que nas Donatarias surgem sinais e características de vários institutos, o usufruto, a concessão de serviço público, a sociedade mercantil e mesmo a autarquia, conforme mencionou Tomás de Vilanova Monteiro Lopes. As cartas de doação transmitiam o direito de usar a terra sem transferir a propriedade senão de faixa restrita. As terras não pertenciam ao donatário, mas à Coroa, ou mais propriamente, à Ordem de Cristo, de que o Rei era o Grão-mestre. Elas correspondiam ainda a uma delegação de Podêres Públicos e de serviços, que eram exercidos em nome da Coroa ou por ela prestados, sem remuneração. Há nas Donatarias também sinais de associação para um empreendimento econômico, mas não iam longe, uma vez que não se tratava de entidade privada, mas de instrumento de governo e de administração. Da autarquia, tinham a existência autônoma e a economia própria mas, em contrário, eram transmissíveis por herança, como propriedade privada, além de servirem, nos podêres conjugados pelo donatário, aos interesses deste, muito mais do que aos do Poder Público.

A maior parte das Donatarias não teve sucesso. O estabelecimento do Governo-Geral não pôs fim ao sistema, mas enfraqueceu-o bastante. Daí por diante, adaptou-se à praxe da criação de Capitanias da Coroa, administradas por um governador nomeado pela metrópole. Na fase pombalina, as últimas Donatarias reverteram à posse da Coroa.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — BEAULIEU, PAUL LEROY — *De la colonisation chez les peuples modernes* — Paris — 1891.
- 2 — EÇA, ALMEIDA DE — *Normas econômicas na colonização portuguesa* — Coimbra — 1921.

- 3 — PIMENTA, ALFREDO — *D. João III* — Pôrto — 1936.
- 4 — AVEZAC, G. D'. — *Considerations géographiques sur l'histoire du Brésil* — Paris — 1857.
- 5 — MARANHÃO, METÓDIO — *Duarte Coelho e a colonização de Pernambuco* — Recife — 1935.
- 6 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *S. Paulo nos primeiros anos (1554-1601)* — *Ensaio de reconstrução social* — Tours — 1920.
- 7 — STUDART, BARÃO DE — *Notas para a História do Ceará* — Lisboa — 1892.
- 8 — CAMPOS, SILVA — *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus* — Salvador — 1947.
- 9 — SAMPAIO, TEODORO — *História da fundação da cidade do Salvador* — Bahia — 1949.
- 10 — CARDIM, FERNÃO — *Tratados da terra e gente do Brasil* — Introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 2.^a edição — S. Paulo — 1939.

OBSERVAÇÕES

1 — Um estudo superficial sobre a expansão dos europeus pelo mundo e das áreas por eles colonizadas. A leitura da obra de Leroy Beaulieu permite verificar diferenças e identidades, bem como o papel econômico das áreas coloniais e a forma que a colonização assumiu em cada uma.

2 — A legislação referente às Donatarias foi apontada por muitos como confusa, e o seu caráter circunstancial foi o motivo dessa confusão. Todos os autores estão de acordo nesse ponto. Mas estão de acordo, também, em aceitar como coerente, lógica, minuciosa e rígida a parte tributária daquela legislação. Ela previa, entre outras coisas, o aparecimento das minas, e regulava o direito do donatário e o direito da Coroa. Mantinha em regime de monopólio determinados bens econômicos, que arrendava ou concedia, pela arrematação quase sempre. Almeida de Eça ajuda a compreender a legislação que regulava a produção e o comércio na colônia.

3 — Alfredo Pimenta, dirigindo uma biblioteca pretensamente revisionista, procura situar sob novas cores o monarca que distribuiu a terra brasileira em Donatarias. O trabalho não tem importância como revisão histórica, evidentemente, mas é muito documentado e aprecia bem, quanto aos fatos, a iniciativa das Donatarias.

4 — Depois de um século de seu aparecimento, o estudo de d'Avezac tem toda atualidade. Esmiúça o problema das Donatarias sob o aspecto geográfico, mostrando como se repartiram as Capita-

nias pela costa, a importância de seus acidentes, o papel das terras de marinha. Embora descritivo, não foi ainda excedido, no assunto.

5 — A Capitania de Pernambuco foi a mais próspera de todas. Nela, em pouco tempo, floresceu a riqueza, fundada na cana-de-açúcar, a ponto de despertar a cobiça dos concorrentes. Duarte Coelho foi tragado pela invasão holandesa, com todos os seus méritos e o esforço que vinha desenvolvendo em prol do quinhão que lhe tocara, num zelo de que há evidentes provas nos documentos e nas ações. Metódio Maranhão procede a um levantamento rigoroso do que foi a obra do maior dos donatários.

6 — A reconstituição social estabelecida por Taunay, com o seu rigoroso senso da minúcia, mostra os traços característicos da vida de São Paulo de Piratininga, no seu primeiro meio século: a população escassa, a pobreza dominante, os rigores com a coisa pública e as regras de provimento das funções urbanas, os meios e processos de defesa contra a ameaça dos indígenas, o auxílio das tribos locais, a tarefa dos jesuítas, com o Colégio dominando a paisagem. É um levantamento rigoroso e utilíssimo.

7 — Mestre da pesquisa de arquivos e da narrativa histórica, o barão de Studart não teve ainda substituto, como fonte de informação para o que se refere ao período inicial da faixa de que se ocupa, de onde se irradiaram penetrações para o interior.

8 — Crônica minuciosa de uma das capitanias que não vingaram, muito bem informada e destinada a ampliar os conhecimentos sobre a época das Donatarias.

9 — Nas comemorações centenárias, o Governo baiano lançou a obra de Teodoro Sampaio, historiador minucioso, honesto, conhecedor de Geografia e de Etnografia, que atinge, com este livro, um ponto dos mais altos de sua bibliografia histórica, só excedida pela geográfica em importância. Uma narração exata e simples da vida da cidade que foi Capital da Colônia.

10 — Depois que Capistrano de Abreu provou que eram da lavra de Cardim dois tratados aparecidos em Purchas, foram eles reunidos à narrativa epistolar da viagem empreendida pelo jesuíta, entre 1583 e 1590, às missões jesuíticas, resultando o volume, cuja primeira edição, de 1925, foi lançada pela Academia Brasileira de Letras, por sugestão de Afrânio Peixoto. Parece que Cardim serviu de fonte para alguns dos cronistas antigos e mesmo para os primeiros historiadores. Sua narrativa é interessante, pecando talvez no exagerar o luxo em determinadas zonas, o que levou a erro os que o repetiram. Teria sido talvez um excesso de esforço dos moradores e autoridades para receber um visitador, e não o traço geral que o jesuíta pretendeu transmitir. É uma narração digna de interesse do Brasil dos fins do século XVI.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — BARROS, F. BORGES DE — *Anais da Capitania de Ilhéus* — Bahia — 1917.
- 2 — RUI, AFONSO — *História política e administrativa da cidade do Salvador* — Bahia — 1949.
- 3 — FREIRE, MÁRIO ARISTIDES — *A Capitania do Espírito Santo. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores* — Vitória — 1945.
- 4 — SOUSA, MARCOS ANTÔNIO DE — *A Capitania de Sergipe* — 2.^a edição — Aracaju — 1944.
- 5 — SANTOS, FRANCISCO MARTINS DOS — *História de Santos (1532-1936)* — 2 vols. — S. Paulo — 1937.
- 6 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *História do Rio Grande do Norte* — Rio — 1955.
- 7 — FRAGOSO, AUGUSTO TASSO — *Os franceses no Rio de Janeiro* — Rio — 1950.
- 8 — CALDAS, JOSÉ ANTÔNIO — *Notícia geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759* — Salvador — 1951.
- 9 — PENA, MISAEL FERREIRA — *História da Província do Espírito Santo* — Rio — 1878.
- 10 — GIRÃO, RAIMUNDO — *Pequena história do Ceará* — Fortaleza — 1953.

A Cultura do açúcar e sua Expansão

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Desde que a colonização se apresenta como solução inevitável, tornando-se necessário levar à terra americana recursos materiais e humanos, e desde que a fórmula encontrada foi a das Donatarias, transferindo-se aos particulares os encargos públicos, a primeira preocupação dos adventícios, nisso impulsionados pela Coroa, é a de buscar o ouro. Não o encontrando e descaindo a exploração do pau-brasil de sua posição, tornado monopólio desde os primeiros tempos, resta o caminho da agricultura aos que aportam à nova terra. Trazem tradição agrícola fraca atenuada pelas guerras constantes ao árabe e a gravação das populações do campo para as lides marítimas. Há um precedente novo, contudo, o das ilhas oceânicas, com regime idêntico de distribuição da terra ao que aqui foi estabelecido. Surge a cana-de-açúcar, assim, como atividade agrícola única, no quadro colonial.

Trata-se de uma planta que se adapta perfeitamente às condições ecológicas das principais zonas a que chegam os donatários. Mas que tem uma exigência: a do longo ciclo vegetativo. Não foi fácil a tarefa dos primeiros anos, — que constituem

um prazo de carência a que ninguém pode fugir. Nesse prazo é que se apuraram qualidades, mas também a resistência econômica dos donatários e de seus acompanhantes. O problema era subsistir enquanto a cana não se tornava apta ao corte e podia ser levada à moenda. Em todo o litoral, praticamente, surgiram lavouras de cana. A maior parte delas desapareceu, deixando os semeadores ao desamparo. Diz-se que foi a resistência do indígena que fez gorar a maioria das Capitanias; foi, na realidade, o prazo de carência — muitos não o agüentaram até o fim. Mesmo em São Vicente, na vizinhança do pôrto, como era da boa praxe, as lavouras surgiram, e também o engenho.

A lavoura canavieira, na época inicial, tem duas servidões — ultrapassado o prazo de carência — a da proximidade da água e a da proximidade do engenho, muito mais a primeira, dentro de certos limites, do que a segunda. As lavouras e os engenhos devem distribuir-se nas vizinhanças dos ancoradouros ou, quando menos, nas vizinhanças do baixo curso dos pequenos rios, nos trechos em que estes podem ser navegados. Verifica-se, por tudo isso, que a liberdade na distribuição de sesmarias, a liberdade em requerer propriedades, com a restrição única de ser cristão, não era tão ampla quanto parece, à simples leitura dos documentos do tempo. Havia terras melhores e terras piores, terras mais próprias do que outras ao plantio da cana, terras mais próximas da costa ou das barrancas dos rios. Isso alicerçou privilégios e fez com que a sociedade açucareira, independente da origem de classe dos donatários e de seus acompanhantes, tivesse um sentido aristocratizante.

Há fatores que atuam depois, no mesmo sentido. A propriedade da terra não era difícil de conquistar, aceita aquela inevitável discriminação. A terra era doada, isto é, gratuita. Mas não eram gratuitas as sementes, não eram gratuitas as moendas, não eram gratuitos os animais. Surge desde os primeiros tempos, assim, uma diferença fundamental entre o sesmeiro que é apenas plantador e o sesmeiro que, além de plantador, é também senhor de engenho. A história e a crônica guardaram, como tipo, apenas o segundo, mas o primeiro existiu. Quais foram as razões de seu desaparecimento? Como se processou a sua eliminação? À medida que as lavouras se desenvolveram, e com elas os engenhos, aquelas eram mais numerosas do que estes, isto é, havia um número muito grande de plantadores,

mas um reduzido número de senhores de engenho. A necessidade obrigava os que eram apenas plantadores a levar as suas safras ao senhor de engenho, que as comprava segundo a sua conveniência. Com o passar dos tempos, não há mais lugar para os plantadores. Depois de vender a cana, acabaram por transferir também as propriedades. Transitaram para uma situação de dependência tal que deixou isolado o senhor de engenho como figura típica da sociedade açucareira, onde ela atingiu a sua máxima amplitude. A tendência aristocratizante recebeu acabamento com o problema da mão-de-obra africana, que exigia dispêndio considerável para o meio. O escravo africano concorre, com o seu fornecimento pelo tráfico negreiro, para a concentração da propriedade territorial nas zonas açucareiras e acentua os traços aristocratizantes da sociedade que se levanta na base da cultura da cana-de-açúcar e a sua transformação em produto que vai circular nos mercados europeus, distribuído, em regime de monopólio, pela Coroa lusa.

Deve-se distinguir, por outro lado, na atividade açucareira, duas faces distintas: a face interna, a da produção, estabelecida no regime da grande propriedade e do trabalho escravo; e a face externa, a do comércio, estabelecida no regime de monopólio. A transformação do açúcar de especiaria em mercadoria de larga circulação faz avultar uma e outra face. Mas não há laços de dependência entre uma e outra, senão indiretamente: os lucros do comércio do açúcar não pertencem, senão em parte, ao produtor de açúcar. Por largo espaço de tempo, esta situação foi mantida, sem alterações de monta, — até que as primeiras crises, entre as quais a da concorrência, alteraram o problema. Na fase colonial, em quase todo o seu decurso, existe acomodação entre a classe dominante da zona açucareira, que preside o sistema de produção, e a Coroa lusa, que preside o sistema de comércio.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — LIPPMANN, EDMUNDO O. VON — *História do açúcar* — Tradução de Rodolfo Coutinho — 2 vols. — 1941/1942.

- 2 — COSTA, F. PEREIRA DA — *Origens históricas da indústria açucareira de Pernambuco* — Recife — 1905.
- 3 — *Documentos para a história do açúcar* — I — *Legislação. (1534-1596)* — Rio — 1954.
- 4 — *Documentos para a história do açúcar* — II — *Engenho Sergipe do Conde — Livro de contas. (1622-1653)* — Rio — 1956.
- 5 — DIÉGUES JÚNIOR, MANUEL — *O bangüê nas Alagoas. Traços da influência do engenho de açúcar na vida e na cultura regional* — Prefácio de Gilberto Freire — Rio — 1949.
- 6 — LAMEGO, ALBERTO — *A terra goitacá* — 7 vols. — Rio — 1913-1941.
- 7 — MAGALHÃES, BASÍLIO DE — *O açúcar nos primórdios do Brasil Colonial* — Rio — 1953.
- 8 — GAMA, J. B. FERNANDES — *Memórias históricas para a Província de Pernambuco* — 2 vols. — Recife — 1844.
- 9 — CORDEIRO, J. P. LEITE — *O Engenho de São Jorge dos Erasmos* — S. Paulo — 1945.
- 10 — COUTINHO, J. J. DA CUNHA DE AZEREDO — *Memória sobre o preço do açúcar* — Rio — 1946.

OBSERVAÇÕES

1 — Como Sombart, Lippmann considerou dos mais importantes o papel do açúcar no desenvolvimento das trocas e na acumulação que resultaria delas. Sua obra representa uma investigação segura, ampla e arejada da distribuição das áreas açucareiras no mundo, os sistemas que se levantaram sobre elas, a concorrência de que resultaram operações militares e atos econômicos, os mercados consumidores e sua importância, a influência da beterraba como fonte para o açúcar. É o quadro externo do açúcar, o açúcar no mundo, que é necessário conhecer para melhor compreensão do quadro que proporcionou no Brasil.

2 — O trabalho de Pereira da Costa representa ainda hoje um dos melhores levantamentos feitos a respeito da indústria açucareira na área pernambucana, cujos modelos se generalizaram a toda a zona nordestina, repetindo-se, em grande parte, na área campista. Fornece uma informação detalhada dos primeiros tempos e do desenvolvimento que logo tomou a fabricação do açúcar, apreciando as suas técnicas, embora neste ponto sem detalhes.

3 — O maior repositório de documentos já reunido em livro para permitir a compreensão do estabelecimento da lavoura açucareira e do seu acabamento primário, pela transformação da cana em açúcar.

Transcreve desde as cartas de doação e forais, passando pela legislação circunstancial, até os atos oficiais relativos à distribuição de terras. O mais rico manancial informativo, com apresentação que honra o Instituto do Açúcar e do Alcool, em cuja revista "Brasil Açucareiro", aliás, há documentos, depoimentos, bibliografias e informações da mais alta importância para o problema.

4 — A publicação do Livro de contas do engenho Sergipe do Conde, compreendendo, por coincidência, a fase de domínio holandês, permite conhecer melhor a organização econômica do engenho, vista por dentro, em minúcias cuja importância é enorme. A sua leitura permite completar as informações dos cronistas e dos historiadores, que desprezaram os detalhes e se afeioaram mais aos fatos, a propósito da organização do engenho de açúcar.

5 — Estudo de um engenho alagoano, com observações sobre muitos outros e com o levantamento da indústria açucareira na região. O autor acompanha o prefaciador quanto ao método e quanto às preocupações fundamentais a respeito dos sinais exteriores que a cultura açucareira deixou, alterando a paisagem física e a paisagem humana.

6 — Ampla informação sobre a área açucareira campista, com o levantamento de sua estrutura econômica e social.

7 — Com a ausência de método que o caracterizava e não impediu que deixasse alguns trabalhos importantes, Basílio de Magalhães faz uma exposição sucinta do papel histórico do açúcar no Brasil na primeira fase do regime colonial. É o mínimo de conhecimento que se pode desejar para quem começa a estudar o assunto.

8 — Em Fernandes Gama o principal está, dentro do critério cronológico peculiar ao seu tempo, na preocupação em depor, como testemunha, quando os fatos lhe foram próximos, dando uma idéia muito clara da mentalidade e das orientações que dominavam a sociedade açucareira pernambucana. Há muitas informações que não dizem respeito ao assunto, evidentemente, como em todos os trabalhos do mesmo gênero.

9 — Estudo metódico do açúcar na baixada vicentina e o papel do engenho dos holandeses nessa área, depois abandonada pela produção.

10 — Nos fins do século XVIII e início do século XIX, a situação do comércio do açúcar era grave. Portugal, que havia dominado os mercados, à base do açúcar brasileiro, foi deslocado da maioria deles. Isso se refletiu no Brasil, particularmente pela queda nos preços. Azeredo Coutinho, um dos principais estudiosos de assuntos econômicos no Brasil, na fase que antecedeu a Autonomia, redigiu então a sua memória, fundando as suas razões na suspensão dos impostos principalmente da parte da metrópole, para permitir que o açúcar brasileiro reconquistasse os mercados perdidos. O trabalho de

Azeredo Coutinho, em boa hora reeditado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, apresenta o quadro em que começam a divergir os interesses da classe dominante colonial e os da metrópole.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — MARÇAL, HEITOR — *Marinha e sertão* — (Fundamentos da economia colonial) — Rio — 1950.
- 2 — AMARAL, JOSÉ ÁLVARES DE — *Resumo cronológico e noticioso da Província da Bahia desde o seu descobrimento em 1500* — 2.^a edição — Revisão e notas de F. Teixeira Barros — Bahia — 1922.
- 3 — BRANDÃO, ALFREDO — *Viçosa de Alagoas. O Município e a cidade. (Notas históricas, geográficas e arqueológicas)* — Recife — 1914.
- 4 — COSTA, F. A. PEREIRA DA — *Anais pernambucanos* — 4 vols. — Recife — 1951/1952.
- 5 — ALMEIDA, ANTÔNIO FIGUEIRA DE — *História fluminense* — Rio — 1930.
- 6 — LIRA, AUGUSTO TAVARES DE — *História do Rio Grande do Norte* — Rio — 1921.
- 7 — COSTA FILHO, MIGUEL — *A cana de açúcar em Minas Gerais* — Rio — 1963.
- 8 — PINTO, IRINEU FERREIRA — *Datas e notas para a história da Paraíba* — 2 vols. — Paraíba — 1908.
- 9 — COSTA, CRAVEIRO — *História de Alagoas* — S. Paulo — 1928.
- 10 — LIMA, OLIVEIRA — *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico* — Leipzig — 1895.

9 Tráfico Negroiro e Trabalho Escravo

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

O aparecimento do trabalho escravo no início da Idade Moderna não tem sido apreciado em seus devidos termos, com a análise dos motivos que exigiram o restabelecimento de uma forma de exploração humana que parecia relegada ao passado. Os esforços para admitir, por outro lado, aquele aparecimento como reprodução exata do que ocorrera na antiguidade vêm resultando infrutíferos e conduzindo a conclusões errôneas. A expansão ultramarina e a descoberta de novas terras, abrindo ao comércio amplas perspectivas, trazem a primeiro plano o tráfico de escravos, fazendo destes uma das mais importantes mercadorias do tempo. Eram poucas as áreas européias, entretanto, em que o trabalho escravo conseguira implantar-se, particularmente aquele que se alimentava dos fornecimentos de terras distantes. As lutas contra os árabes fizeram da península ibérica, e particularmente de Portugal, uma dessas áreas. Foi, entretanto, a colonização de posses ultramarinas que deu ao tráfico o extraordinário impulso que o transformou em atividade comercial de primeiro plano. A colonização, surgindo de súbito no quadro da expansão em ultramar, mostrou a impos-

sibilidade da estrutura dominante nas metrópoles enfrentar o problema da produção onde ele não constituía atividade preexistente.

Ali onde se torna necessário levantar uma estrutura de produção, desde os alicerces, ali onde se torna indispensável colonizar, é que a escravidão aparece como fator importante e alimenta o impulso ao tráfico negreiro. O tráfico é um problema, no quadro da Revolução Comercial, muito diferente, pois, daquilo que fôra em outros tempos, quando o trabalho escravo existira e até caracterizara uma época do desenvolvimento econômico. Na antigüidade, realmente, essa forma de exploração do esforço físico do homem fôra o regime generalizado, uma etapa no desenvolvimento histórico. Na Idade Moderna não seria assim. As entidades motoras do desenvolvimento econômico estavam, ao contrário, interessadas em eliminar as formas residuais de trabalho escravo ainda subsistentes. A expansão ultramarina e a colonização obrigam-nas a transigir com a sua reconstituição, agora em outros termos, aceitando o trabalho escravo como peculiar às áreas coloniais, destinado a fazer delas componentes subsidiárias da grande transformação que se processava na economia do Ocidente. Aceitando, levaram o tráfico negreiro a extremos de organização, tornando-o um dos fatores da acumulação em desenvolvimento.

Para o pleno conhecimento do problema do tráfico e do problema do trabalho escravo nas áreas coloniais torna-se, assim, indispensável discriminar o que havia nêle de diferente, com relação à escravidão antiga e a sua ruína, com o advento do colonato, de que surge, no processo histórico, a servidão medieval. Sem distinguir, no seu condicionamento histórico, tais formas de exploração do trabalho, qualquer exame do tráfico e do regime escravista colonial se deforma, levando a falsas conclusões. Tem importância, em seguida, distinguir, na atividade do tráfico, com a importação de braços a que correspondia, aquilo que era português daquilo que não o era, isto é, de que maneira e até que ponto o tráfico teve influência na acumulação de riqueza metropolitana, de que maneira e até que ponto atendeu a uma evasão de riqueza. O escravo era a mercadoria de mais alto preço que se introduzia nas áreas coloniais dominadas pela côrte de Lisboa. Nêle, entretanto, os capitais portugueses foram sendo reduzidos, com a passagem do tempo, dominando os ingleses os fornecimentos. Na fase final, ao aproximar-se do

seu total desaparecimento como atividade de comércio, havia capitais brasileiros investidos no tráfico e a relação que existiu entre a proibição do tráfico e a disponibilidade desses capitais, com o risco que o policiamento dos mares pelos britânicos proporcionava, constituiu problema importante, no que diz respeito às transformações operadas em nosso País, na segunda metade do século XIX. Por tudo isso, é fácil verificar a necessidade do estudo do tráfico negreiro, sob critérios objetivos.

Há que apreciar, em seguida, o papel e a importância que teve o regime escravista na colônia, uma vez que sobre ele se levantou a estrutura de produção que decorreu da necessidade de colonizar. Nesse particular, as fontes de informação são amplas, embora desprovidas quase sempre de método e de clareza, perdendo-se nos detalhes de costumes, nas análises antropológicas e culturais ou nas minúcias irrelevantes da miscigenação. Tendo sido peça básica na referida estrutura de produção, o regime escravista condicionou as suas manifestações e só na medida em que o campo do trabalho livre se foi pouco a pouco ampliando é que outras formas de produção surgiram e se desenvolveram. Houve, desde o início, entretanto, áreas em que a escravidão não penetrou, ou onde o seu papel foi muito mais reduzido do que nas zonas tradicionais. Cabe ao estudioso verificar e distinguir tais diversidades, repelindo desde logo critérios de uniformidade no desenvolvimento histórico do Brasil.

A influência do regime de trabalho escravo na cultura foi apreciada amplamente em estudos os mais variados, em método como em valor. Essa influência, sem dúvida profunda, estendeu-se a todos os campos, desde o da elaboração do idioma até o das crenças religiosas. Foi tratada em alguns dos livros aqui mencionados, como nos que se indica para o estudo da Abolição e ainda naqueles relacionados para o estudo da sociedade, da língua e da formação antropológica do Brasil.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — CICCOTTI, E. — *El ocaso de la esclavitud en el mundo antiguo* — Barcelona — 1907.

- 2 — WALLON, H. — *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité* — 3 vols. — Paris — 1897.
- 3 — WILLIAMS, ERIC — *Capitalism and slavery* — Chapel Hill — 1944.
- 4 — ZAVALA, SÍLVIO e CASTELO, MARIA — *Fuentes para la historia del trabajo en Nueva España* — México — 1939.
- 5 — MONHEIM, C. — *Étude sur la traite des nègres aux XVIe et XVIIe siècles d'après des documents contemporains* — Louvain — 1927.
- 6 — SACO, J. A. — *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo* — 4 vols. — Barcelona — 1879.
- 7 — SCALLE, GEORGES — *La traite négrière aux Indes de Castille* — 2 vols. — Paris — 1906.
- 8 — BRITO, DOMINGOS DE ABREU — *Um inquérito à vida administrativa e econômica de Angola e do Brasil* — Coimbra — 1931.
- 9 — BURLAMÁQUI, F. L. C. — *Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca da escravidão doméstica* — Rio — 1837.
- 10 — MALHEIRO, AGOSTINHO MARQUES PERDIGÃO — *A escravidão no Brasil — Ensaio jurídico, histórico, social* — 3 vols. — Rio — 1866.
- 11 — LLOYD, CHRISTOPHER — *The navy and the slave trade. The suppression of the African trade in the nineteenth century* — Londres — 1949.
- 12 — MAC INNES, C.M. — *England and slavery* — Londres — 1934.
- 13 — ALMEIDA, TITO FRANCO DE — *O Brasil e a Inglaterra ou o tráfico dos africanos* — Rio — 1865.
- 14 — TAUNAY, AFONSO D'E. — *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil* — S. Paulo — 1941.
- 15 — DORNAS FILHO, JOÃO — *A escravidão no Brasil* — Rio — 1939.

OBSERVAÇÕES

1 — Estudando a decadência do mundo romano, Ciccotti, numa síntese interessante, aprecia a transformação gradual do regime de trabalho escravo em colonato, transformação que motivou, no Império Romano, acontecimentos políticos a que a história narrativa dá o devido relevo. A transformação se opera, em particular, na possibilidade que se dá ao escravo de trabalhar a terra por sua conta. Na fase seguinte, da servidão, ele será vinculado à terra e as suas contribuições ao senhor serão de outra natureza.

2 — Trata-se de um exaustivo exame do que foi a escravidão na antigüidade e de suas razões. Wallon mostra como a escravidão representava a saída necessária para as formas de produção peculiares à antigüidade, e como os escravos eram recrutados na própria sociedade local ou em áreas próximas, em que eram apropriados na qualidade de vencidos. A característica principal do regime de trabalho escravo, demonstra êle, é a existência de produção para o mercado, de um excesso de produção para ser colocado fora do consumo do proprietário.

3 — Entre muitos estudos que apreciam a estreita ligação que existiu entre o aparecimento do modo de produção capitalista e o reaparecimento do regime de trabalho escravo, o de Eric Williams merece leitura por se constituir num mínimo de informação necessária ao entendimento do problema. Capitalismo e escravidão repelem-se, nas áreas em que aquêle impulsiona as transformações e está interessado apenas em transformar todos os trabalhadores em assalariados; mas conjugam-se, em relação às áreas coloniais, que se vão constituir em mercados para o tráfico negreiro e fornecedoras de mercadorias destinadas à Europa.

4 — Estudo das origens da escravidão no México e dos motivos que a determinaram, com discriminação do que afetou os indígenas e do que afetou os africanos, abrangendo ainda tudo o que teve consequências no regime de propriedade da terra.

5 — Revisão dos estudos sobre o tráfico negreiro, mostrando a sua importância, o vulto de suas operações, a influência que teve sobre a acumulação, as principais bases de onde saíam os navios e frotas de negreiros e as principais áreas em que se abasteciam, como os mercados a que forneciam.

6 — Trabalho extenso de um especialista em estudos sobre o regime de trabalho escravo na área colonial dominada pela Espanha, que contém elementos de informação copiosos e fiéis, ocupando-se também da escravidão africana nas demais áreas americanas, já não com o mesmo rigor e abundância de detalhes.

7 — Estudo do tráfico negreiro quanto às áreas espanholas da América, muito interessante para confronto com o que ocorria em relação à área portuguesa e para a apreciação da concorrência nas fontes supridoras da mão-de-obra às colônias do Novo Mundo.

8 — Um dos primeiros trabalhos destinados a mostrar a íntima ligação que existiu entre a economia angolense e a economia brasileira em toda a fase em que se processou o tráfico negreiro, mostrando como se desenvolveu o comércio de escravos, a que normas obedecia e qual a influência que teve, em Angola e no Brasil. Utilíssimo para a compreensão do problema econômico do tráfico negreiro.

9 — Apesar de ter mais de um século, o pequeno trabalho de Burlamáqui conserva integralmente o seu interesse. No início do sé-

culo XIX, com a urbanização em desenvolvimento, urbanização que se acelerou bastante depois da abertura dos portos, o papel do escravo doméstico passou a ter importância no conjunto do trabalho. Burlamáqui estuda o comércio interno de escravos e apresenta informações que caracterizam o quadro da época.

10 — Obra clássica, a de Perdígão Malheiro não perdeu o seu lugar, na bibliografia brasileira do assunto. O estudo, à base da legislação, constitui um levantamento minucioso da situação do trabalho escravo no princípio da segunda metade do século XIX, quando o sistema estava caminhando para a decomposição, com os entraves opostos ao tráfico negreiro. Perdígão Malheiro procedeu a um levantamento exato do problema, apreciando-o sob vários ângulos e com grande isenção. Há edição posterior, de São Paulo, aparecida em 1948.

11 — Trata da ação da Marinha inglesa no policiamento dos mares para inutilizar o tráfico negreiro, ação que motivou atritos com as áreas que dêle continuavam a depender. No Brasil, tais ações proporcionaram incidentes diversos, de que os arquivos diplomáticos e parlamentares guardam preciosa documentação.

12 — Mac Innes aprecia o papel da Inglaterra na exploração do tráfico negreiro e as ligações que êsse tipo de comércio tinha com outros, no quadro do desenvolvimento econômico do País. A comparação dos elementos fornecidos por Mac Innes a respeito do tráfico negreiro como uma das bases do desenvolvimento comercial inglês com os fornecidos por Lloyd sobre a ação naval britânica contra o mesmo tráfico no século XIX é bastante elucidativa e comprova que os problemas mudam de aspecto à medida que as necessidades impõem alterações que atingem até o campo ético.

13 — Tito Franco de Almeida escreveu o seu trabalho ainda sob as impressões de sucessivos incidentes motivados pela intervenção de barcos ingleses no comércio de escravos que resistia à pressão e aos atos legais para suprimi-lo. Traduz o ambiente do início da segunda metade do século XIX, quando a supressão do tráfico vinha anunciar a fatalidade da abolição do regime de trabalho escravo no Brasil.

14 — Com a sua paciência de erudito, e também a sua ausência de método, Taunay oferece preciosas informações a respeito do tráfico negreiro, no que diz respeito ao Brasil, onde os negros eram desembarcados, como eram vendidos, como eram distribuídos, que navios e sob que bandeiras chegavam ao País, que recursos movimentava o tráfico, etc.

15 — Estudo sumário e informativo sobre a escravidão, seus efeitos em geral, distribuição da mão-de-obra pelas diversas áreas agrícolas, abrangendo das origens coloniais até à fase da Abolição.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — MORAIS, EVARISTO DE — *A escravidão africana no Brasil. (Das origens à extinção)* — S. Paulo — 1933.
- 2 — GAMA, ANTÔNIO DE SALDANHA DA — *Memória histórica e política sobre o comércio da escravatura* — Lisboa — 1880.
- 3 — COUTY, L. — *L'esclavage au Brésil* — Paris — 1881.
- 4 — RONCIÈRE, C. DE LA — *Nègres et négriers* — Paris — 1933.
- 5 — EXPILLY, CHARLES — *La traite, l'emigration et la colonisation au Brésil* — Paris — 1865.
- 6 — LOPES, EDMUNDO CORREIA — *A escravatura. Subsídios para a sua história* — Lisboa — 1944.
- 7 — GOULART, MAURÍCIO — *A escravidão africana no Brasil (Das origens à extinção do tráfico)* — S. Paulo — 1949.
- 8 — ENES, ERNESTO — *As guerras nos Palmares (Subsídios para a sua história). I — Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra. 1687-1709* — Prefácio de Afonso de E. Taunay — S. Paulo — 1938.
- 9 — CARNEIRO, ÉDISON — *O quilombo dos Palmares — 1630-1965* — 2.^a edição — Rio — 1966.
- 10 — ERICKSEN, NESTOR — *O negro no Rio Grande do Sul (Subsídios para a história da escravidão no Brasil)* — Pôrto Alegre — 1941.

A Catequese Religiosa

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Catequese religiosa e expansão ultramarina constituíram uma antinomia e não poderiam deixar de levar a contradições profundas nas áreas coloniais. Conquanto a catequese não tenha sido um monopólio da Companhia de Jesus, a verdade é que acabou por se confundir com ela, ficando as demais ordens em segundo plano. Nos primeiros tempos, nas áreas de colonização ibérica, foi sobre os discípulos de Loiola que recaiu a quase totalidade do esforço da catequese. Eles deram-lhe fisionomia e conteúdo, e sofreram, por isso mesmo, as consequências da antinomia.

Entre os grandes movimentos que assinalam o alvorecer da Idade Moderna — desde a Renascença ao advento da Imprensa — a Reforma teve uma função singular, cindindo a unidade religiosa que havia transformado o cristão em sinônimo de europeu. É bastante discutido o problema da influência que a religião teria no desenvolvimento do capitalismo, havendo autores, com Max Weber à frente, que viram na Reforma uma condição impulsionadora do movimento mercantil que

criou a base para aquele desenvolvimento. A identidade que existiu, em determinada fase, entre a aceitação dos princípios da Reforma e a ampliação das atividades comerciais e manufatureiras, permitiu a ligação de um problema ao outro.

A Igreja respondeu à cisão com a Contra-Reforma, de que foi um dos atos principais a fundação da Companhia de Jesus. A ascendência papal sobre as monarquias ibéricas fez com que a expansão ultramarina fosse acompanhada da catequese. Nas áreas espanhola e portuguesa da América, com os elementos da administração pública, chegaram os primeiros elementos religiosos e entregaram-se à tarefa da catequese. As ligações entre a Coroa lusa e a Igreja Romana eram estabelecidas na base de troca de concessões por proteção — as concessões eram de ordem econômica, a proteção de ordem política, incluindo-se nela a divisão do mundo desconhecido em áreas privativas de expansão, divisão que as nações reformadas não aceitariam. A força da Companhia de Jesus derivava muito, portanto, do poderio econômico que logo atingiu, pelas doações que recebeu, do Poder Público e de particulares, e dos impostos destinados à manutenção do clero. O regime fiscal, na Colônia, compreendia também a taxação para fins religiosos.

O choque entre os catequistas e os colonizadores ocorreu, entretanto, em outra faixa, aquela em que disputaram o indígena. Onde não ocorreu tal disputa, as relações dos religiosos e leigos foi normal. Ela não surgiu na área açucareira, onde o escravo africano cedo substituiu o escravo indígena. Mas surgiu em todos os pontos e em todos os momentos em que o indígena foi objeto de servidão: em S. Paulo, no Maranhão, no Grão-Pará. E só apareceu quando se tornou necessário escravizar o índio. A catequese religiosa consistia na conversão dos índios, no esforço em aldeá-los, no aproveitamento de seus serviços por último. Isso levou a uma concorrência de ordem econômica, que se refletiria na capacidade de se transformarem as propriedades jesuíticas em entidades produtoras relativamente poderosas. A rivalidade com os bandeirantes não lhes permitiu atingir um desenvolvimento ponderável, nesse sentido, em São Paulo. Mas a conquista do vale amazônico e o esforço fundado na economia coletora teve como base as Missões.

Se, no Brasil, os aldeamentos de indígenas não chegaram a atingir nível compatível com a produção em grande escala, na área espanhola vizinha isso aconteceu desde o início do se-

gundo século. Invadindo a zona habitada pelas tribos guaranis, os jesuítas articularam as Missões, Reduções e aldeamentos, numa rede cuja máxima expansão atingiu as barrancas do Paranapanema. A Província do Paraguai, realmente, em suas dimensões mais amplas, chegou a compreender territórios que seriam, depois, o Oeste e o Sul brasileiro. Sobre tais Reduções, Missões ou aldeamentos atiraram-se os bandeirantes, na fase de apressamento, destruindo-as e expulsando os catequistas para o sul e para o oeste. Nos Itatins, foram atirados ao sul do Apa; no Guairá, à margem direita do Paraná; no Tapes, à margem direita do Uruguai. Desta região, nos fins do segundo século, voltaram à margem esquerda, para fundar os Sete Povos. A grande expansão operou-se quando toda a América do Sul estava subordinada à Coroa espanhola. O retorno, com os Sete Povos, quando a soberania estava novamente dividida entre Lisboa e Madri. Na primeira fase, chocaram-se com o particular, o bandeirante. Na segunda, chocaram-se com o Poder Públicos, e as duas Coroas realizaram a intervenção que deu fim definitivo às Reduções.

A ação dos jesuítas, além daquilo que consistia em ministrar os ensinamentos e os ofícios religiosos, desenvolveu-se em duas direções, num terreno em que foram também monopolizadores e importantes, o do ensino: a das escolas de ler, escrever e contar, onde juntavam os pequenos índios e os filhos dos colonizadores; e a dos colégios. A primeira não deixou vestígios práticos: nem os índios se converteram, nem se tornaram alfabetizados. A segunda, entretanto, teve destaque inequívoco: nos colégios é que se formaram os quadros da administração colonial e da própria Companhia. Muitos foram buscar em Coimbra títulos complementares. Alguns em outras universidades européias. Mas os colégios forneceram-lhes as bases de cultura, dentro da compreensão que os jesuítas tinham do humanismo clássico.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — SACO, J. A. — *Historia de la esclavitud de los indios en el Nuevo Mundo* — 4 vols. — Barcelona — 1879.

- 2 — SOLUS, H. — *Le régime de l'organisation du travail des indigènes dans les colonies tropicales* — Bruxelas — 1929.
- 3 — CARDIFF, G. FURLONG — *Cartografía jesuítica del Rio de la Plata* — Buenos Aires — 1936.
- 4 — PÔRTO, AURÉLIO — *História das Missões Orientais do Uruguai* — 2 vols. — Rio — 1943.
- 5 — CARDOSO, RAMON I — *El Guairá. Historia de la Antigua Provincia. 1554-1676* — Buenos Aires — 1938.
- 6 — GANDIA, ENRIQUE DE — *Historia de la Conquista del Rio de la Plata y del Paraguay. (1535-1556)* — Buenos Aires — 1932.
- 7 — JAEGER, L. G. — *As invasões bandeirantes no Rio Grande do Sul (1635-1641)* — 2.^a edição — Pôrto Alegre — 1940.
- 8 — HERNANDEZ, PABLO — *Organización social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesus* — 2 vols. — Barcelona — 1913.
- 9 — LEITE, SERAFIM — *História da Companhia de Jesus no Brasil* — 10 vols. — Lisboa — Rio — 1938/1950.
- 10 — AZEVEDO, JOÃO LÚCIO DE — *Os Jesuítas no Grão-Pará. Suas Missões e a Colonização* — 2.^a edição — Coimbra — 1930.

OBSERVAÇÕES

1 — Dos historiadores que se ocuparam do Brasil, portugueses, brasileiros e de outras nacionalidades, somente Southey teve preocupação em situar o problema das Reduções jesuíticas e do trabalho indígena nas áreas espanholas, inclusive aquelas em que os primitivos habitantes foram empregados na mineração. É útil conhecer, e a obra de Saco explica tudo isso em detalhes, as formas que a escravidão indígena assumiu naquela área, distinguindo, inclusive, o papel da *mita* e da *encomienda*, como os tipos de escravos em que se grupavam os índios. Saco aprecia todas essas formas e tipos, inclusive o trabalho nas Reduções.

2 — O trabalho de Solus, menos descritivo do que o de Saco, que arrumou um material extenso e fornece informações detalhadas, consiste em interpretar a organização do trabalho e mostrar como as suas diversas formas influíram no regime de produção. Solus não se ocupa apenas de determinada área, separando-as pela origem dos dominadores, abarcando todo o conjunto do trabalho indígena nos trópicos.

3 — A localização das Reduções e a data de fundação de cada uma constituem ainda hoje matéria controversa. Os trabalhos cartográficos reunidos por Furlong dão uma idéia da expansão territorial

daquelas Reduções, do seu desenvolvimento no tempo e dos deslocamentos que sofreram.

4 — Trata-se da história dos Sete Povos, com informações a respeito da primeira fase, quando se fundaram e desenvolveram as Reduções e Estâncias que os bandeirantes destruíram. Levantamento minucioso e descritivo, o de Aurélio Pôrto mostra a vida na Redução e o choque que sobreveio com as côrtes de Lisboa e de Madri, a destruição nos meados do século XVIII e as conseqüências para a expansão pastoril e para a fixação das fronteiras sulinas.

5 — História da mais importante região jesuítica, em que os padres seguiram as pegadas de colonizadores espanhóis partidos de Assunção, descrevendo a expansão jesuítica, que chegou à barranca do Paranapanema, avizinhandose de São Paulo, e que sofreu a destruição bandeirante quando atingia um nível de organização dos mais adiantados, no conjunto da obra missionária.

6 — O historiador argentino aprecia a conquista e povoamento, na primeira fase, das regiões ribeirinhas do Prata e do Paraguai, mostrando como estas se desenvolveram muito antes do que aquelas, e encontraram na expansão jesuítica uma de suas bases. O conhecimento a respeito da conquista dos colonizadores, em confronto com a conquista dos missionários mostra que a contradição entre os primeiros e os segundos não surgiu apenas no Brasil, embora aqui tivesse muito mais intensidade, em virtude do bandeirismo de apresamento.

7 — É a história da destruição das Reduções de Tapes, desde o seu início, quando elas se avizinhavam da lagoa dos Patos e galgavam a Serra, até à fase em que os missionários armam os índios aldeados e se dispõem a resistir, levando ao combate de Mbororé, assinalado por muitos como motivo, pela derrota dos bandeirantes, do fim do impulso de apresamento. Mbororé, arroio da margem direita do Uruguai, assinalou, realmente, o momento de resistência pelas armas, quando os jesuítas eram acutilados já quase junto ao seu núcleo inicial de expansão, que era o sul da atual República do Paraguai. Mas esteve longe de constituir o motivo causador do fim do apresamento.

8 — Narração detalhada e rica em informações a respeito das Reduções com trabalhos cartográficos excelentes, mostrando o método a que os religiosos obedeciam, a planta das Reduções, na simétrica e igual distribuição dos edifícios e aldeamentos, as normas de trabalho e as artes cultivadas ali. Pablo Hernandez procede a um exame seguro da obra jesuítica, com as simpatias naturais em um membro da Ordem, que não invalidam as informações.

9 — Trabalho exaustivo, levantado à base do exame dos documentos arquivados pela própria Companhia de Jesus, o de Serafim Leite tem um sentido apologético inequívoco, mas não se perde nessa limitação uma vez que constitui o maior acervo de informações reunidas a respeito da obra jesuítica no Brasil, descrita com rigor, ao longo

do tempo e do espaço, com a citação das fontes manuscritas e bibliográficas. São dez volumes ricos de informações, abrangendo todos os aspectos da vida jesuítica na fase colonial.

10 — O trabalho de João Lúcio de Azevedo serve para o estudo do problema da contradição entre a colonização e a catequese numa zona de características inteiramente diferentes daquelas em que já havia motivado choques. João Lúcio aprecia o problema com isenção, mostrando como o índio era imprescindível, para os colonizadores como para os jesuítas, e sustentando o papel fundamental que as missões tiveram no povoamento e na produção da Amazônia.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — CAIEIRO, JOSÉ — *Os Jesuítas do Brasil e da Índia na perseguição do Marquês de Pombal* — Bahia — 1936.
- 2 — AZEVEDO, JOÃO LÚCIO DE — *O Marquês de Pombal e sua época* — Rio — 1922.
- 3 — NEMÉSIO, VITORINO — *O Campo de São Paulo. A Companhia de Jesus e o plano português do Brasil (1528-1563)* — Lisboa — 1954.
- 4 — SEPP, ANTÔNIO — *Viagem às Missões jesuíticas e Trabalhos apostólicos* — Introdução e notas de Wolfgang Hoffmann Harnisch — Tradução de A. Raimundo Schneider — São Paulo — 1943.
- 5 — AZEVEDO, JOÃO LÚCIO DE — *História de Antônio Vieira* — 2.^a edição — 2 vols. — Lisboa — 1931.
- 6 — MONTOYA, A. — *Conquista Espiritual de las Indias* — Bilbao — 1892.
- 7 — LEITE, SERAFIM — *Páginas de História do Brasil* — São Paulo — 1937.
- 8 — MORAIS, A. J. DE MELO — *História dos jesuítas e suas Missões na América do Sul* — 2 vols. — Rio — 1872.
- 9 — PASTELLS, PABLO — *Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay. (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)* — 5 vols. — Madri — 1912/1913.
- 10 — MORAIS, JOSÉ MARIZ DE — *Nóbrega* — Rio — 1940.
- 11 — JAEGER, LUÍS GONZAGA — *Os heróis de Caaró e Pirapó* — Pôrto Alegre — 1940.
- 12 — BRASIL, ASSIS — *Batalha de Caiboaté* — Pôrto Alegre — 1935.

- 13 — CAPDEVILLE, B. — *Misiones Jesuíticas nel Paraguay* — Assunção — 1923.
- 14 — LUGON, C. — *La République Communiste Chrétienne des Guaranis (1610-1768)* — Paris — 1949
- 15 — CHARLEVOIX, P.F.X. — *Histoire du Paraguay* — 3 vols. — Paris — 1761.

II

Bandeirismo de Apresamento

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Os historiadores e cronistas vêm aceitando a divisão do bandeirismo em três ciclos, do ouro de lavagem, da caça ao índio e do ouro de mina, o primeiro desenvolvendo-se em zonas próximas do núcleo de irradiação do movimento, os dois outros ganhando dimensões desmedidas, pelas penetrações a que obrigaram. Qualquer que seja o ponto de vista dos estudiosos, a respeito do problema do bandeirismo — encarado, habitualmente, nos seus aspectos heróicos apenas — é fácil admitir a existência de profundas diferenças, de motivos, de processos e de conseqüências, entre aquele que teve o apresamento como razão e objeto e aquele que teve como razão e objeto o ouro. As diferenças, além do mais, caracterizaram-se no tempo e no espaço: o bandeirismo de apresamento antecede o de mineração e se desenvolve no sentido do sul e do oeste; a caça ao índio, na área em que os bandeirantes operaram, é um fenômeno do século XVII e a atividade aurífera é um fenômeno do século XVIII, conquanto as primeiras descobertas tivessem ocorrido ao fim do século anterior.

Para compreender os motivos que deram causa às penetrações de apresamento, é necessário recuar um pouco, e verificar como, na Capitania vicentina, as relações entre os colonizadores e os indígenas se revestiram de caráter muito diferente daquelas que vigoraram na área açucareira. A fase proto-histórica da feitoria mostra aquelas relações como amistosas em todo o litoral, e os casos de Ramalho e de Caramuru comprovam isso. A colonização, desde a fase das Donatarias, subverteu tais relações, e subverteu-as pela necessidade em que ficaram os colonizadores de utilizar o indígena como mão-de-obra, em escravizá-lo. Nas áreas açucareiras, isso levou a um quadro de generalizado conflito, que assinalou a fuga ou o extermínio em massa das tribos litorâneas. Na área vicentina isso não ocorreu. A estrutura de produção não exigiu radical mudança nas relações estabelecidas inicialmente entre os colonizadores e os indígenas. Ocorreu aí, entretanto, o episódio da expulsão dos franceses da Guanabara, em que os elementos vicentinos concorreram. Data daí a norma de escravizamento do indígena pelos vicentinos, embora em escala muito menor do que ocorria nas zonas açucareiras e com outra forma. Isso se refletiu, entre outras coisas, na miscigenação, na refratariedade ao escravo negro, em consequência de não se ter estabelecido o regime da grande propriedade agrícola, na inexistência do sentido aristocratizante que acabou por predominar nas zonas açucareiras. Para a fundação de São Paulo e para a sua defesa, os colonizadores alcançaram mesmo o apoio das tribos locais. Nas lutas para expulsão dos franceses, entretanto, começaram a conhecer as possibilidades de escravizar os índios que lhes advinha da posse de técnicas de combate mais avançadas e do divisionismo que reinava entre as tribos. Valeram-se de umas para esmagar outras, aí, e, depois, valeram-se de umas para escravizar outras.

O apresamento tem uma vigência rudimentar e limitada, entretanto, enquanto as zonas que necessitam de mão-de-obra numerosa são supridas pela costa africana, com o tráfico negreiro em pleno desenvolvimento. Na terceira década do século XVII surge o problema das incursões holandesas. O holandês opera simultaneamente no litoral brasileiro e no litoral africano. Quando se decide pelo ataque para permanecer, de que surge o seu

domínio, não se apossa apenas da zona açucareira do Brasil. Apossa-se, também, da zona africana que supre àquela de braços. Sem dominar Angola não poderia permanecer no Brasil, explorando a riqueza já estabelecida, herdando a estrutura de produção que os colonizadores haviam levantado. Isto não afeta as zonas açucareiras em que os holandeses dominam, porque os africanos continuam a afluir, embora o sistema do tráfico venha a ser alterado e esta alteração tenha conseqüências nas relações entre dominadores e dominados. Mas havia zonas açucareiras que não estavam sob dominação holandesa — e estas viram-se, quase bruscamente, privadas do suprimento de mão-de-obra africana. Nesta fase transitória, que os habitantes da Colônia não supunham transitória, há uma renovada procura do escravo indígena — há um crescente mercado para a mão-de-obra indígena. É nesta fase que o bandeirante se torna apressador e vai suprir as zonas necessitadas dos braços destinados a manter a sua produção.

A princípio, lança-se aos *stocks* indígenas próximos, e êstes depressa se esgotam. Mais para o interior, e desde as barrancas do Paranapanema, o avanço jesuítico havia constituído os grandes *stocks* dos aldeamentos, Missões ou Reduções. A defesa natural do indígena estava em sua mobilidade, em sua não-fixação, em sua possibilidade de transferir-se a áreas mais distantes. O agrupamento em aldeias, o trabalho sedentário, representava o despojamento daquela defesa natural, constituída pelos seus próprios hábitos de existência. Sobre os *stocks* indígenas, pois, atiram-se os bandeirantes, arrastando os indígenas aldeados, às centenas e aos milhares, para fornecê-los aos que não podiam adquirir escravos africanos. Ante êsse impulso destruidor que nada pode travar, as Reduções jesuíticas vão sendo atiradas para o sul do Apa e para a margem direita do Uruguai, de onde algumas retornarão, nos fins do século, para constituir os Sete Povos de Missões. Antes do restabelecimento do tráfico negreiro, com a Restauração, e pouco antes das primeiras descobertas auríferas, o movimento de apresamento começa a declinar, com a resistência oposta pelos jesuítas, desde Mbororé. Voltariam os bandeirantes, entretanto, ao que tudo indica, se outros não fôssem os seus interesses, motivando a mudança de atividade e de direção e sentido nas penetrações.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — SANMARTIN, OLINTO — *Bandeirantes no sul do Brasil* — Pôrto Alegre — 1949.
- 2 — CORTESÃO, JAIME — *Rapôso Tavares e a formação territorial do Brasil* — Rio — 1958.
- 3 — FRANCO, CARVALHO — *Bandeiras e bandeirantes de São Paulo* — S. Paulo — 1940.
- 4 — MAGALHÃES, BASÍLIO DE — *Expansão geográfica do Brasil colonial* — 2.^a edição — S. Paulo — 1935.
- 5 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *História geral das bandeiras paulistas* — 11 vols. — S. Paulo — 1924/1950.
- 6 — MOURA, GENTIL DE ASSIS — *As bandeiras paulistas. Estabelecimento das diretrizes gerais a que obedeceram e estudo das zonas que alcançaram* — S. Paulo — 1914.
- 7 — MACHADO, A. DE ALCÂNTARA — *Vida e morte do bandeirante* — 2.^a edição — S. Paulo — 1930.
- 8 — BELMONTE — *No tempo dos bandeirantes* — 2.^a edição — S. Paulo — 1940.
- 9 — *Jesuítas e bandeirantes no Itatin (1596-1760)* — Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão — Rio — 1952.
- 10 — *Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1594-1640)* — Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão — Rio — 1951.

OBSERVAÇÕES

1 — A principal área de choque entre os bandeirantes, na fase de apresamento, e os jesuítas foi a da Província de Tapes, atual território do Estado do Rio Grande do Sul. Informando a respeito das investidas no Itatin e no Guairá, o trabalho de Olinto Sanmartin demonstra-se na apresentação dos principais acontecimentos que ocorreram com a destruição das Reduções de Tapes, as mais poderosas instaladas, naquela época, em território que seria depois brasileiro. Mostra ainda as consequências que decorreram da destruição daquelas Reduções, particularmente no que se ligou ao gado de suas estâncias.

2 — Muito informativo, como todos os trabalhos de Jaime Cortesão, a biografia de Rapôso Tavares constitui um esforço de reconstituição que merece aprêço, conquanto o historiador se preocupe em atribuir ao sertanista intenções políticas que não eram próprias à mentalidade do tempo. Meio lendária, e envolvida de falsidades transparentes, a vida de Rapôso Tavares foi típica do bandeirismo de apresamento. Mostrando a amplitude de suas ações, o autor transmite uma idéia da importância que o bandeirismo teve, nessa sua fase inicial.

3 — Francisco de Assis Carvalho Franco — foi um inconfundível pesquisador do passado paulista, ocupando-se especialmente do bandeirismo. Não há, em seus trabalhos, preocupação de separar os ciclos e distinguir os motivos que levaram ao apresamento e à mineração, mas há sempre copiosa informação, discussão dos problemas à base das fontes documentárias e esclarecimento necessário para fazer dêste seu volume uma boa síntese do bandeirismo.

4 — Como Carvalho Franco, Basílio de Magalhães não separa o bandeirismo de apresamento do bandeirismo de mineração, mas o seu trabalho sobre a expansão geográfica tornou-se clássico, pelo rigor informativo e pela discriminação exata das sucessivas penetrações, desde aquelas que tiveram como meta atingir o Paraguai. Examinando os vultos da fase bandeirante, de Aleixo Garcia aos que se atiraram aos sertões de Goiás e Mato Grosso, Basílio de Magalhães fornece um quadro sugestivo do movimento que devassou o continente.

5 — Nenhuma outra obra substitui a de Taunay, no levantamento minucioso do bandeirismo, com um estudo seguro das fontes e a discussão exaustiva de detalhes. Trabalho de muitos e muitos anos, levantado aos poucos, com a paciência peculiar aos manejadores de documentos e freqüentadores de arquivos, tornou-se manancial riquíssimo, embora desordenado, que exige consulta dos especialistas e que se apresenta cheio de asperezas aos leigos pela prolixidade das informações e pela ausência de método. Trata-se de livro fonte, a que se necessita recorrer, com freqüência e que quase sempre esclarece os pontos referentes ao bandeirismo, embora os apresente de forma bruta.

6 — É um estudo de roteiros, o mais completo talvez já organizado no Brasil. Apreciado pelos historiadores, inclusive Capistrano, que dêle fez largo uso, discrimina as passagens obrigatórias, os acidentes geográficos favoráveis e contribui para desfazer muitas dúvidas e lendas, inclusive sobre o uso dos rios.

7 — A massa de inventários e testamentos examinada por Alcântara Machado referia-se quase totalmente à fase do bandeirismo de apresamento. Pelo seu trabalho temos um levantamento exato, minucioso e profundo do que era a vida dos paulistas no segundo século, a sua pobreza, a sua modéstia, a ausência de recursos e o impulso para as penetrações, como a ajuda dos índios e a situação dêstes na sociedade local. *Vida e morte do bandeirante* é um clássico do bandeirismo.

8 — Muito mais como desenhista do que como historiador, Belmonte, Benedito de Barros Barreto, procedeu a um levantamento dos costumes paulistas dos três primeiros séculos, com um rigor, uma exatidão, uma riqueza informativa que nenhum compêndio substitui. É toda a vida dos bandeirantes, seus hábitos, suas crenças, suas maneiras de encarar a vida, a administração, a coisa pública e a coisa privada, além dos objetos, as armas, os utensílios, as vestes, os ornamentos, a

casa, o que comia, como fazia fogo, que Belmonte apresenta, despreziosamente.

9 — Documentário a respeito das investidas no Itatin, território atualmente de Mato Grosso, com riqueza de informação e mais as notas elucidativas de Jaime Cortesão, que muito ajudam o entendimento dos fatos e a situação das pessoas no tempo.

10 — Documentário do mesmo rigor e mesma cópia de informações, a propósito das investidas na Província de Guairá, atual território do Estado do Paraná.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — OLIVEIRA, J. J. MACHADO DE — *Quadro Histórico da Província de São Paulo* — 2.^a edição — S. Paulo — 1935.
- 2 — GAY, J. PEDRO — *História da República Jesuítica do Paraguai* — Rio — 1863.
- 3 — JAEGER, LUÍS GONZAGA — *Os três mártires rio-grandenses* — Pôrto Alegre — 1952.
- 4 — ELLIS JÚNIOR, ALFREDO — *Rapôso Tavares e sua época* — Rio — 1944.
- 5 — *Bandeirantes do Paraguai. Século XVII* — S. Paulo — 1949.
- 6 — LUÍS, WASHINGTON — *Na Capitania de São Vicente* — S. Paulo — 1956.
- 7 — ELLIS JÚNIOR, ALFREDO — *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* — 3.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 8 — ELLIS JÚNIOR, ALFREDO — *Meio século de bandeirismo* — S. Paulo — 1948.
- 9 — MONTEIRO, MÁRIO — *Aleixo Garcia. Descobridor português do Paraguai e da Bolívia, em 1524* — Lisboa — 1923.
- 10 — *Relatos sertanistas* — Coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay — S. Paulo — 1953.

Dominio Holandês

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A expansão das navegações, de que resultaram as descobertas ultramarinas e, em alguns casos, a colonização, apresentou, desde os primeiros instantes, um quadro de competições. Tais competições se traduziram pela concorrência. O regime de posse de terras ultramarinas não estava consolidado no Direito e nem havia, na época, possibilidades de estabelecer normas aceitas por todas as nações interessadas. Na concorrência, pois, aparecem fatores que só a época conhece, como a pirataria. O emprêgo da força para subjugar indígenas e o seu emprêgo para dominar a concorrência foram aspectos comuns na fase histórica em que o domínio de áreas distantes se apresentou como exploração ou colonização. Os portugueses tiveram pela frente, assim, a concorrência, quer no Oriente, quer no Ocidente, e de modo especial a concorrência dos holandeses. Nessa concorrência, influiu a situação européia e as suas questões colocavam em antagonismo bélico, em todos os mares, súditos ou mandatários de um e de outro lado.

No início do segundo século, a área açucareira do Brasil já se distinguia pelo valor de sua produção. A fase, por outro lado, não comportava mais a ação isolada dos flibusteiros, o ataque em alto mar ou a entrada e o saque em determinados

portos, formas que a mineração conservaria ainda por muito tempo. Tornava-se necessário o apossamento das áreas produtoras, a sua conquista total, com o estabelecimento subsequente. Diversos foram os ataques que os holandeses realizaram à costa brasileira em que o açúcar aparecia com produção importante. Chegaram a dominar, por espaço de um ano, a própria Capital colonial, a Bahia, de onde foram expulsos, sem terem alcançado os resultados previstos. Quando se atiraram ao ataque do Recife, pois, já haviam adquirido experiência indispensável e apresentar-se-iam em força, com a soma de recursos bélicos indispensáveis a um triunfo pleno e rápido. Violando as posses de outros em terras sul-americanas, feriam a Espanha que, desde 1580, dominava toda esta parte do continente.

O domínio que os holandeses exerceram na zona mais rica do Brasil daquele tempo, teve início e fim com operações militares importantes, operações que, a rigor, não cessaram em tempo algum, havendo sempre faixas de atrito e de luta entre os invasores e os habitantes da Colônia. A impossibilidade, entretanto, a que as duas metrópoles, Madri como Lisboa, ficaram sujeitas, de acudir à Colônia com os recursos necessários à defesa ou à expulsão do holandês, ou a perda de tais recursos, em sua maior parte, quando enviados, permitiu aos dominadores o pleno exercício, em prazo relativamente largo, dos poderes. Na fase em que esse pleno exercício se desenvolveu é que o domínio holandês mostrou todas as suas características. Os estudos até aqui feitos, entretanto, a propósito do assunto, preocuparam-se mais com os acontecimentos militares do que com aquilo que foi específico da fase holandesa que viveu a Colônia.

Sendo o trabalho escravo um dos fundamentos da colonização, o problema do tráfico negreiro se tornaria importante, com a alteração imposta pela força ao Brasil. Não foi por coincidência que, apossando-se da zona açucareira, os holandeses se apossaram também das zonas que supriam a Colônia de mão-de-obra. A zona africana e a brasileira conjugavam-se, na operação empreendida, e só poderiam os holandeses alcançar sucesso, aqui, desde que conquistassem também a fonte de onde provinham os braços para a lavoura do açúcar. Na fase final, o processo é idêntico e inverso: a luta no Brasil corresponde à luta em Angola — o restabelecimento do domínio

português aqui, ao seu restabelecimento na zona que supria a Colônia de escravos.

A estrutura comercial holandesa divergia daquela a que os portugueses se submetiam por muitos aspectos, e não apenas pelo que dizia respeito ao poder econômico e militar. Na Holanda, a exploração de terras distantes era empreendida pelo mercador particular, e não pela Coroa, como em Portugal; na Holanda, a transformação econômica estava muito mais avançada do que em Portugal. A Holanda, na verdade, estava muito mais próxima do que Portugal — ou mesmo que a Espanha — das formas capitalistas de exploração. Isso não deixará de ter reflexos profundos na dominação aqui efetivada. Ela começa representando a expoliação simples, pura e direta de muitos proprietários territoriais, cujos engenhos e canaviais passam a outros. Numa seqüência natural, assume aspectos de empresa comercial que eram inteiramente desconhecidos e até chocantes para o meio brasileiro, entre eles o da penhora de bens de raiz. No fim da dominação, o número de terras penhoradas era grande; o número de proprietários devedores, vultoso; e a quantia a ser paga, enorme. O sistema de fornecimento de escravos a prazo fracassou. A empresa apresentou, quando as operações recrudesceram, sérias brechas.

Existia, por outro lado, entre a classe dominante na Colônia e a Coroa lusa, identidades de interesses que cessaram ao se estabelecerem os holandeses, em nome de uma companhia particular, ainda que acobertada pelo Governo. O choque, pois, que a concorrência, levada ao extremo limite da luta armada, apresenta não é apenas entre duas estruturas diversas de comércio, mas entre o grupo comercial holandês e uma estrutura de produção que não estava em condições de se adaptar às normas que lhe eram impostas e que sempre lhes resistiria, para voltar ao quadro antigo, que lhe convinha. Foi por isso que, nas lutas contra os holandeses, se encontraram reunidas todas as classes coloniais, trabalhando em comum.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — MOERBEECK, JAN ANDRIES — *Motivos por que a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei da Espanha a*

- terra do Brasil e Lista de tudo o que o Brasil pode produzir anualmente — Tradução de Fr. Agostinho Keijzers e José Honório Rodrigues — Prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues — Instituto do Açúcar e do Alcool — Documentos Históricos — I — Os Holandeses no Brasil — Rio — 1942.
- 2 — NETSCHER, P. M. — *Os Holandeses no Brasil. Notícia histórica dos Países Baixos e do Brasil no século XVII* — Tradução de Mário Sete — S. Paulo — 1942.
 - 3 — WATJEN, HERMANN — *O domínio colonial holandês no Brasil — Um capítulo da história colonial do século XVII* — Tradução de Pedro Celso Uchoa Cavalcanti — S. Paulo — 1938.
 - 4 — VARNHAGEN, F. A. — *Os holandeses no Brasil. (História das lutas com os holandeses desde 1624 a 1654)* — S. Paulo — 1943.
 - 5 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *Geografia do Brasil holandês* — Rio — 1956.
 - 6 — BARLÉUS, GASPAR — *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau, etc.* — Tradução e anotações de Cláudio Brandão — Rio — 1940.
 - 7 — MELO NETO, JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES DE — *Tempo dos flamengos — Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil* — Prefácio de Gilberto Freire — Rio — 1946.
 - 8 — RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO e RIBEIRO, JOAQUIM — *Civilização holandesa no Brasil* — S. Paulo — 1940.
 - 9 — RAVENSTEIN, E. G. — *History of Congo and Angola* — Londres — 1901.
 - 10 — CORREIA, ALEXANDRE SILVA — *História de Angola* — 2 vols. — Lisboa — 1937.
 - 11 — DUSSEN, ADRIAEN VAN DER — *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639) — Suas condições econômicas e sociais* — Tradução, introdução e notas de José Antônio Gonçalves de Melo Neto — Instituto do Açúcar e do Alcool — Série História, III — Rio — 1947.
 - 12 — NIEUHOFF, JOAN — *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* — Tradução de Moacir N. Vasconcelos — Notas e crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues — S. Paulo — 1942.
 - 13 — PRESTAGE, EDGAR — *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda, de 1640 e 1668* — Tradução de Amadeu Ferraz de Carvalho — Coimbra — 1928.
 - 14 — JORGE, ARTUR DE ARAÚJO — *A Restauração e a história diplomática do Brasil holandês (1640-1661)* — Lisboa — 1942.

OBSERVAÇÕES

1 — É um plano político lúcido, objetivo, com a mais rigorosa informação sobre as condições coloniais brasileiras nos primeiros decênios do século XVII. Apresentado ao Príncipe de Orange, em 1623, compreende vinte e uma razões, além de sub-razões, para o empreendimento da conquista da zona açucareira dominada pelos portugueses. Trata-se de minucioso balanço do quadro colonial, fornecendo indicações precisas a respeito do desenvolvimento da riqueza brasileira. A Lista representa um projeto de orçamento, prevendo os lucros da operação proposta. Tem bibliografia dos documentos, do autor do prefácio e das notas.

2 — Obra de 1853, com uma carta geográfica do domínio holandês. Estuda as origens da Colônia, a fundação da Companhia das Índias Ocidentais, as expedições holandesas ao Brasil e seu estabelecimento, detendo-se mais demoradamente no período de Nassau. Tem interesse particular como sumário das operações militares do início e do fim do domínio holandês no Brasil.

3 — Trabalho escrito em parte durante a Primeira Guerra Mundial, aparecido em 1921. Estuda o aparecimento dos holandeses na costa sul-americana, seu estabelecimento no Brasil, o período *nassoviano* e seu declínio e ruína. Aprecia a administração e as finanças do domínio holandês, a Igreja, a população, a produção, a luta entre a Companhia e os negociantes particulares pelo mercado, a importação e exportação e a navegação holandesa para o Brasil. Com um estudo das fontes consultadas.

4 — O trabalho de Varnhagen, seguindo o modelo de que jamais se afastou, foi lançado em Viena, em 1871. Desenvolve a narração cronológica dos acontecimentos desde o ataque à Bahia à capitulação final dos holandeses e à paz definitiva.

5 — Estuda o quadro físico e social do Brasil holandês abrangendo o comércio, a navegação, a alimentação, a arquitetura, as estradas, as instituições, as raças, o desenvolvimento intelectual, e mais o clima, os rios, a paisagem. Contém estampas e um mapa holandês. Apresenta uma idéia sumária do quadro físico e do quadro humano na época da dominação holandesa.

6 — Barléus não foi apenas um narrador apologético do período *nassoviano*, que é objeto fundamental de seu livro. Nêle se encontra informação minuciosa e quase sempre exata do período mas também uma série de elementos que caracterizaram a dominação holandesa em todo o tempo, fazendo da obra fonte indispensável e aliás clássica.

7 — Com rigor na utilização dos documentos, aprecia a vida urbana e a vida rural dos holandeses no Brasil, sua atitude para com o negro e a escravidão, para com os judeus e as religiões católica e israelita, sua legislação e seus costumes e a reação que suscitaram no meio de formação lusa. Com bibliografia e excelente análise das fontes documentárias.

8 — Estuda o problema do mar, apreciando a questão da liberdade dos mares, em cujo quadro surgiu a concorrência; o problema da terra, com a expansão da conquista holandesa; o problema das gentes, com detalhes de Antropologia, Etnologia, Etnografia, lingüística, folclore e Psicologia; o problema da sociedade, a urbana e a rural, com uma interpretação sobre o caráter da rebelião contra os dominadores. Com bibliografia e notas.

9 — É uma história das zonas africanas provedoras de mão-de-obra às áreas coloniais. Seu interesse está em apresentar as lutas pela posse daquelas zonas e as relações que se estabeleceram entre os navegadores e traficantes de escravos com régulos locais, e o sistema de trocas que vigorou durante todo o tempo.

10 — O minucioso estudo de Silva Correia completa o trabalho de Ravenstein e elucida os aspectos que interessam mais de perto os portugueses, mostrando a íntima dependência em que a colonização estava das fontes de mão-de-obra, e desenvolvimento do tráfico negreiro e os efeitos de sua queda em mãos dos holandeses.

11 — Precioso relatório, de 1639, em que se verificam os motivos que levariam à insurreição. Documento fidedigno, firmado por alto e secreto conselheiro da Companhia das Índias Ocidentais, não esconde os problemas que a dominação apresentava. A relação de engenhos e seus proprietários ajuda a compreender o problema da expropriação realizada depois da fase inicial de luta, e que tantos efeitos teve no levantamento posterior. O mecanismo da produção e do comércio é sumária mas claramente apresentado. Com preciosas notas.

12 — Nieuwhof passou nove anos no Brasil, como funcionário da Companhia das Índias Ocidentais. Seu depoimento, que apareceu em livro em 1682, constitui o mais completo repositório de informações sobre o quadro dos negócios e as dificuldades que a dominação apresentava para se constituir em empresa lucrativa. O problema fundamental dos créditos e do endividamento dos proprietários rurais na última fase aparece em toda a sua grandeza. Com gravuras e uma carta geográfica do Brasil. Contém uma explicação da origem das estampas e bibliografias, das notas e de Nieuwhof, além de uma crítica bibliográfica que abre caminho aos que necessitam aprofundar-se no assunto.

13 — O problema da dominação holandesa no Brasil teve implicações na política internacional do tempo sem cujo estudo não pode ser

compreendido. O trabalho de Edgar Prestage representa o levantamento das atividades diplomáticas que se sucederam à Restauração, atividades em que o problema das relações com a Holanda teve relêvo singular. Depois de terminada, aqui, a dominação holandesa, continuou a constituir tema diplomático cuja importância para Portugal exigiu grandes esforços.

14 — O livro de Araújo Jorge trata especificamente do problema diplomático criado com o advento do Brasil holandês, antes e depois da Restauração, esmiuçando os pontos de vista e suas repercussões, a conduta da Corte de Lisboa e a posição de seus aliados na questão.

15 — No terceiro volume, o documento cujo título "Papel a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses" — conhecido na crônica como "Papel forte" — mostra o sentido em que se colocou Vieira, como conselheiro da Coroa, nas negociações diplomáticas em que Portugal esteve envolvido, a propósito do Brasil. Southey, apenas, entre os historiadores, deu a devida importância ao depoimento de Vieira. E os que estudam a história diplomática, modernamente, colocam na evidência necessária uma opinião credenciada, como a do grande jesuíta que, depois de ter pregado, na Bahia, no início das lutas contra os holandeses, pelo bom sucesso das armas lusitanas, viria a defender a idéia da entrega de Pernambuco aos holandeses, sob cujo domínio já estava, em troca de uma política diplomática que permitisse a Portugal, na fraqueza com que ressurgiu para a autonomia, defender-se das ameaças que o rodeavam. A posição de Vieira só pode ser entendida no quadro das competições do tempo, quando a concorrência relegara Portugal a uma situação difícil e a autonomia representava o problema fundamental.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — EDMUNDSON, GEORGE — *History of Holland* — Cambridge — 1922.
- 2 — LAET, JOHANNES DE — *História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais* — Tradução de José Higino e Pedro Souto Maior — 2 vols. — Rio — 1916.
- 3 — COELHO, DUARTE DE ALBUQUERQUE — *Memórias diárias da guerra do Brasil (1630-1638)* — Recife — 1943.
- 4 — SANTIAGO, DIOGO LOPES — *História da Guerra do Brasil* — Recife — 1943.

- 5 — SOUSA JÚNIOR, ANTÔNIO DE — *Do Recôncavo aos Guararapes ou História resumida das guerras holandesas ao Norte do Brasil* — 2.^a edição — Rio — 1949.
- 6 — MELO, FRANCISCO MANUEL DE — *Restauração de Pernambuco — Epanáfora Triunfante e outros escritos* — Revisão e notas de Sérgio Higinio — Recife — 1944.
- 7 — MÚRIAS, MANUEL e outros — *A Restauração e o Império Colonial Português* — Lisboa — 1940.
- 8 — CALADO, Fr. MANUEL — *O Valoroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* — 2 vols. — S. Paulo — 1943.
- 9 — FERREIRA, JÚLIO PIRES — *Institutos jurídicos coloniais — Influência holandesa* — Recife — 1895.
- 10 — REMÉDIOS, J. MENDES DOS — *Os judeus portugueses em Amsterdã* — Coimbra — 1911.
- 11 — *Documentos holandeses* — Rio — 1945.
- 12 — *Documentos para a história pernambucana (Época holandesa)* — Recife — 1944.
- 13 — SOUSA, BERNARDINO JOSÉ DE — *Luís Barbalho (1601-1644)* — Lisboa — 1940.
- 14 — VASCONCELOS, FRAZÃO DE — *Henrique Dias, herói da Restauração de Pernambuco* — Lisboa — 1940.
- 15 — MELO NETO, JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES DE — *João Fernandes Vieira* — 2 vols. — Recife — 1956.

A Expansão Geográfica

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A colonização subordinou-se, no primeiro século, à atração oceânica. Não era um destino especial que jungia o colonizador à costa, conforme pode parecer pela frase depreciativa de Frei Vicente do Salvador. Era um imperativo da estrutura de produção aqui estabelecida, toda voltada para o exterior, e trazendo até a marca de exílio que conservou por muito tempo, pretendendo os deslocados riqueza rápida e retorno triunfante. Onde a produção lançou bases estáveis e teve continuidade, a subordinação ao transporte marítimo foi traço dominante. No exterior estavam os mercados consumidores, estavam as fontes de suprimentos. O transporte possível era por barco, os barcos que atravessavam o oceano e os pequenos barcos que percorriam os rios. Os núcleos de povoamento escalonam-se no litoral e vão constituir, com a passagem dos tempos, a fila indiana de cidades que o passado colonial transmite, com as suas indeléveis marcas.

Elas assinalam cabeças de zonas povoadas, entretanto, insignificantes em si mesmas. São portos, isto é, locais de transbordo do açúcar, de desembarque de escravos. Carecem de

vida própria, de movimento, de atividades específicas. O verdadeiro mundo está para dentro, mas nas proximidades, à beira dos pequenos rios, dos caminhos difíceis — nunca muito longe. Sem atividade comercial, sem mercado local ou regional, tendo engenhos e fazendas assumido a fisionomia autárquica que os caracterizou, desnecessitados ao máximo do que viesse de outras paragens, as cidades foram relegadas a plano secundário. Nem tinham mesmo população fixa numerosa, e as épocas de festas eram as únicas que as movimentavam, ou quando da chegada de frotas e navios. Demais, havia a permanente ameaça do pirata, e muitas foram assoladas, pilhadas, devastadas. Entre elas, em momentos diferentes, as duas que serviram de sede ao Governo-Geral, a Bahia e o Rio de Janeiro. Onde foi possível abandonar a marinha — como em S. Paulo — porque a produção não exigia tanto a dependência do oceano, para escoamento, o colonizador tentou e efetivou o internamento. Não penetrou fundo, entretanto, senão quando a necessidade ou a aventura o compeliu.

Os portos constituíram-se, assim, em focos de expansão do povoamento, cabeças de zonas de povoamento, locais onde a produção era levada, na época das safras, e onde chegavam as frotas, na época das monções, tudo com ritmo mais ou menos certo, sem grandes variações. Entre elas, havia distâncias marítimas enormes, e mais se ligavam à metrópole, do outro lado do oceano, do que umas às outras. Eram tênues os laços comuns, eram as diversas zonas de povoamento, demasiado isoladas e fracas para fundamentar a solidariedade. Os interesses eram locais e não mais do que isso.

A partir do segundo século, entretanto, essa fisionomia começou a sofrer alterações. A primeira foi, sem dúvida, fundada no bandeirismo de apresamento, que se desenvolveu em várias áreas, e principalmente em S. Paulo. Em busca dos grandes *stocks* indígenas que os jesuítas haviam aldeado, os bandeirantes penetraram o interior, foram ao oeste, desceram ao sul. Alguns dos roteiros então percorridos deviam ser do conhecimento deles, de fase anterior, seja transmitidos pelos índios, seja transmitidos pelos que haviam vivido a época em que Cananéia era uma espécie de porta para o Paraguai, devido aos obstáculos que o Prata oferecia, arruinando inclusive a tentativa de fundação de Buenos Aires. Dos focos nordestinos, por outro lado, a partir dos fins do primeiro século, a conquista penetra-

ra lentamente, expandindo-se os engenhos e as fazendas de criação; por motivos militares, outras vezes, como os da necessidade de combater estrangeiros que haviam desembarcado e tentavam ou efetivavam o estabelecimento em determinados locais. A adversidade da navegação na costa além do Ceará, entretanto, exigiu as penetrações terrestres, de que resultou a forma do Piauí. No segundo século, o sertão do S. Francisco era conhecido.

A êsse impulso se sucede aquêle de que resultou o devassamento da Amazônia, povoada da foz para o interior, escalonando-se os pequenos núcleos nas barrancas dos rios, enquanto a floresta continuava dominada pelos indígenas. A mineração dá ao povoamento do interior a estabilidade e os motivos econômicos de que necessitava. Desde os fins do segundo século, com as primeiras descobertas auríferas, há grande deslocamento de povoadores, seja das zonas coloniais, seja de ultramar, para as terras altas que seriam as Minas Gerais. Êsse deslocamento provoca o da Capital colonial, que passa a ser o Rio de Janeiro, e a abertura de novos caminhos, ligando-a à zona mineradora. Os roteiros terrestres começam a ter papel de relêvo, e os roteiros marítimos tendem a diminuir de significação nos deslocamentos humanos, embora permaneçam os principais quanto ao transporte da riqueza, que continuavam a procurar mercados externos. Mas surgem, agora, trocas internas, fornecimentos de uma zona a outra, entrelaçamento de interesses, interdependência. A mineração levará o povoamento, em focos ganglionares, longamente distanciados, a Goiás e a Mato Grosso, trazendo a fase das monções, quando as vias fluviais crescem em importância.

A pecuária, que motivara a penetração nordestina no sertão, provoca deslocamentos para o sul, onde os rebanhos abandonados das Reduções jesuíticas, num meio propício, haviam crescido. A penetração para o sul avança até o Paraná, parte da Capitania de S. Paulo, pontilha a costa, aqui e ali, como em Paranaguá, e se lança aos campos gaúchos. Destêrro torna-se a base da expansão que conquistará o chamado Continente de São Pedro. A Colônia do Sacramento, isolada no estuário platino, destinada a quebrar os rigores do monopólio espanhol na vasta zona de que Buenos Aires é cabeça, exige apoio que o Rio de Janeiro não está em condições de prestar. Sobre algumas dessas zonas, a sulina como a amazônica, tentativas de colonização

sistemática, com elementos metropolitanos ou ilhéus, lançam contribuições novas, neutralizando as de origem colonial.

Na primeira metade do terceiro século, a expansão territorial alcançara os seus máximos limites. Não traduzia, evidentemente, povoamento organizado, estável, contínuo; muito ao contrário, lançara focos dispersos, isolados, uns em ascensão, outros em decadência. Mas a terra estava conhecida, e até demarcada pelas fortificações e pelas lutas. Quando, em 1750, as duas côrtes negociam limites, Alexandre de Gusmão tem condições para dar as linhas definitivas do contorno colonial — serão, pouco mais ou menos, as linhas que a Independência encontrará, aquelas que as prolongadas negociações diplomáticas decidirão adiante, definindo a fisionomia física do Brasil.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — ABREU, CAPISTRANO DE — *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* — Rio — 1930.
- 2 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *Ensaio de carta geral das bandeiras paulistas* — 3.^a edição — S. Paulo — 1952.
- 3 — *Coleção de mapas da Cartografia paulista antiga* — 7 vols. — S. Paulo — 1922.
- 4 — VASCONCELOS, DIOGO DE — *História antiga de Minas Gerais* — (1703-1720) — Prefácio de Basílio de Magalhães — 2 vols. — Rio — 1948.
- 5 — LUÍS, WASHINGTON — *Capitania de São Paulo. Governo de Rodrigo César de Meneses* — 2.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 6 — HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE DE — *Monções* — Rio — 1941.
- 7 — VIANA, URBINO — *Bandeiras e sertanistas baianos* — São Paulo — 1935.
- 8 — MONTEIRO, JÔNATAS DA COSTA RÊGO — *A Colônia do Sacramento* — (1680-1777) — 2 vols. — Pôrto Alegre — 1937.
- 9 — REIS, ARTUR CÉSAR FERREIRA — *A política de Portugal no Vale Amazônico* — Belém — 1940.
- 10 — CABRAL, OSVALDO R. — *Os Açorianos* — Florianópolis — 1951.

OBSERVAÇÕES

1 — Com os *Capítulos de história colonial*, os *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* constituem o que de melhor deixou Capistrano de Abreu, além das notas em quantas obras estrangeiras e nacionais colaborou. O historiador cearense traça o quadro das penetrações, mostrando os seus motivos e os seus roteiros, as razões por que algumas geraram focos de povoamento, enquanto outros deixaram apenas o conhecimento de zonas percorridas.

2 — A carta geral elaborada por Afonso de E. Taunay dá uma idéia gráfica da grandeza da expansão bandeirante, não distinguindo as bandeiras de apresamento daquelas que tiveram como atração o ouro. Nela se destaca a máxima amplitude da Capitania de S. Paulo, de que se destacaram, com o tempo, diversas outras, na medida em que cada uma atingia a um grau de povoamento que impunha administração própria. Muitos dos roteiros são meramente conjecturais, e muitas das datas de fundação de cidades são passíveis de discussão. Mas a carta geral é um esforço de informação sistemática que corresponde aos seus fins.

3 — Por ocasião das comemorações do primeiro centenário da Independência, o Museu Paulista, dirigido por Afonso de E. Taunay, publicou, sob os auspícios do Governo paulista e com o apoio de Alarico Silveira, diversos fascículos em que foram reproduzidos exemplares da cartografia antiga. A maior parte deles se entende com as penetrações sulinas, motivadas pelo apresamento, e alguns são de origem espanhola e jesuítica. Contém informações de primeira ordem, entretanto, e sua consulta é de indiscutível utilidade.

4 — Conquanto sejam controversos muitos dos pontos levantados por Diogo de Vasconcelos, o cabedal informativo que fornece é digno de atenção. O historiador mineiro apresenta os episódios mais importantes do povoamento na zona de que se gerou a Capitania de Minas Gerais, até o momento da rebeldia de Filipe dos Santos, isto é, a fase em que aquela zona foi devassada e a exploração aurífera atingiu sua plenitude.

5 — Washington Luís aprecia a fase de desenvolvimento da Capitania de São Paulo, com a expansão mineradora, e as lutas que foram travadas pela posse e exploração dos lucros do ouro, indicando a rivalidade entre o particular e o Poder Público, e como o governo de Rodrigo César de Meneses corresponde a uma fase de pleno domínio do segundo sobre o primeiro, indo até à extinção da Capitania. Tem particular interesse para o estudo do povoamento de Mato Grosso.

6 — Na fase das Monções, cabe aos rios um papel de destaque. Sérgio Buarque de Holanda aprecia, com riqueza de informações, o deslocamento dos grupos para oeste, as normas a que obedeciam as Monções, como se constituíam, como navegavam, como se alimentavam, e quais os resultados alcançados, frisando os roteiros, o papel de cada um,

a intervenção dos indígenas e a função do varadouro e fazenda de Camapuã.

7 — Da Bahia partiram para o interior inúmeras entradas e bandeiras, geralmente deixadas em segundo plano pela primazia concedida ao bandeirismo paulista, de resultados mais importantes. Não foi destituída de significação, entretanto, a contribuição do foco baiano, e Urbino Viana estuda as bandeiras que dali partiram, sua composição e comando, seus fins, roteiros e zonas percorridas e atingidas.

8 — É a história da fundação e das atribulações da Colônia do Sacramento, que os portugueses lançaram no estuário platino, em 1680, para neutralizar a centralização monopolizadora de Buenos Aires, cabeça de extensa área geográfica, servida por excelente rede fluvial. Os espanhóis responderam com a fundação de Montevidéu e com as sucessivas ações sobre a Colônia, que foi tomada, retomada, estabelecida e restabelecida, reduzida em sua área pelo alcance de seus canhões e, finalmente, perdida para os povoadores de origem espanhola. Em torno da Colônia do Sacramento e das operações militares que motivou, surgiram correntes de povoamento que tiveram importância no quadro sulino.

9 — Trata-se de um estudo sobre os métodos seguidos pela Metrópole para povoar a área amazônica, e dos resultados alcançados. Com um rigor histórico digno de apreço, Ferreira Reis mostra todos os aspectos da política portuguesa no grande vale, e como lhe foi possível manter a posse de região tão extensa e tão fracamente povoada.

10 — Estudo sumário e documentado da iniciativa de estabelecimento de colonos açoritas no sul, no Destêrro e no Continente de São Pedro, mostrando as condições a que obedeceu a iniciativa, que resultados alcançou e que obstáculos teve que vencer. Transcreve os documentos básicos para compreensão do problema, mas indica até que ponto foram cumpridas as prescrições nêles contidas e onde foram totalmente esquecidas.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — RICA, ANTONIO BERMEJO DE LA — *La Colonia del Sacramento, su origen, desenvolvimiento y vicisitudes de su historia* — Toledo — 1920.
- 2 — FIGUEIRA, LUÍS — *Relação do Maranhão. Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará. (1608-1625)* — Fortaleza — 1904.
- 3 — BARROS F. BORGES DE — *À margem da História da Bahia (Bandeirantes baianos)* — Bahia — 1918.

- 4 — CALMON, PEDRO — *A conquista. História das bandeiras baianas* — Rio — 1929.
- 5 — CANABRAVA, ALICE P. — *O comércio português no Rio da Prata. 1580-1640* — Prefácio de Afonso de E. Taunay — São Paulo — 1944.
- 6 — VIVEIROS, JERÔNIMO DE — *História do comércio do Maranhão. 1612-1895* — S. Luís — 1954.
- 7 — SANTOS, MÍLTON ALMEIDA DOS — *O povoamento da Bahia. Suas causas econômicas. (Contribuição para estudo)* — Bahia — 1948.
- 8 — DOCA, SOUSA — *O bicentenário da colonização de Pôrto Alegre* — Rio — 1941.
- 9 — LESSA, CLADO RIBEIRO DE — *Salvador Correia de Sá e Benevides. Vida e feitos principalmente no Brasil* — Lisboa — 1940.
- 10 — SILVA, MOACIR PAIXÃO E — *Formação econômica do Amazonas. (Período colonial)* — Pôrto Alegre — 1940.
- 11 — VASCONCELOS, SALOMÃO DE — *Bandeirismo* — Belo Horizonte — 1944.
- 12 — CABRAL, OSVALDO R. — *Assuntos insulanos* — Florianópolis — 1948.
- 13 — PEIXOTO, LÉIA QUINTIÈRE CORTINES — *Principais antigos caminhos fluminenses para as Minas Gerais* — Prefácio de Hélio Viana — Niterói — 1951.
- 14 — SANTOS, CARLOS AFONSO DOS — *As lutas entre emboabas e paulistas e suas conseqüências* — Belo Horizonte — 1952.
- 15 — GARCIA, RODOLFO — *As Órfãs*. — Rio — 1947.

A Mineração do Ouro¹⁴

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Uma das diferenças mais importantes que houve entre a colonização espanhola e a colonização portuguesa, em terras americanas, estêve em que a descoberta de minerais preciosos foi acontecimento do início da colonização, quanto à área espanhola, ocorrendo depois do desenvolvimento da colonização, na área portuguesa. Na primeira, a rigor, não houve descoberta de minas. Elas eram conhecidas e em muitos casos exploradas. Passaram a ser exploradas de maneira diversa, com fins diversos, evidentemente. Mas os espanhóis encontraram minas em exploração e populações habituadas ao trabalho das minas. Não foi o que aconteceu no Brasil. Aqui, apesar dos esforços metropolitanos, não foram encontradas as minas. As populações indígenas não utilizavam o ouro, não conheciam a mineração. Houve necessidade de estabelecer as bases da colonização no trabalho agrícola. Só depois que estavam lançadas as bases da agricultura, que ela modelara a estrutura econômica e forçara a introdução do trabalho escravo africano, ocorreram as descobertas auríferas. Na área espanhola, o ouro e a prata são acontecimentos do primeiro século; na área portuguesa, o ouro é um acontecimento do terceiro século.

O descobrimento das minas e sua exploração não era apenas desejado, na metrópole lusa, entretanto; mais do que isto, era previsto. A legislação das Donatarias admitia as descobertas e estabelecia as normas da exploração mineradora. Com as descobertas, entretanto, a legislação começou a sofrer alteração, particularmente quanto ao regime fiscal, passando pelo regime de tributação por batéias, por fintas, por capitação e por quintos, forma esta última dominante. A influência da tributação foi grande no regime de exploração e na posição relativa das classes sociais na Colônia. O estabelecimento da "derrama", que representava a distribuição do esforço tributário pela população, levaria à Conjuração Mineira.

O advento da mineração teve conseqüências profundas e algumas delas generalizadas na Colônia. Promoveu, em primeiro lugar, uma corrida para o altiplano minerador, corrida de que participaram não apenas populações já estabelecidas na Colônia como populações metropolitanas. Nessa corrida é que ocorre o episódio dos Emboabas, choque entre paulistas e adventícios, que vai motivar o desvio dos bandeirantes para oeste e noroeste, surgindo as descobertas auríferas de Goiás e Mato Grosso. Em conseqüência ainda do desenvolvimento da mineração ocorreram alterações administrativas importantes: o desmembramento das Capitanias de Minas Gerais, de Goiás e de Mato Grosso, a extinção e o restabelecimento, cinco anos depois, da Capitania de São Paulo, o deslocamento da sede do Governo colonial da cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro. Outro reflexo da mineração foi o de levar ao máximo rigor o regime de monopólio comercial e de clausura. Com a descoberta dos diamantes, em 1729, a clausura atingiu ao isolamento quase total de determinadas zonas, como o Distrito Diamantino.

Do ponto de vista interno, ainda, a mineração aurífera motivou a abertura de novos caminhos, ligando zonas distantes, e os caminhos que levavam do Rio de Janeiro à região mineradora cresceram em importância, destacando-se daqueles que levavam de S. Paulo àquela região. Mas não foi apenas a ligação da costa com o interior que se estabeleceu, mas a ligação entre diversas zonas do interior, além da de São Paulo, com a região mineradora: a do São Francisco e sertão baiano, a de Goiás, a

do sul, atingindo o Continente de São Pedro. Essa abertura de novos caminhos e o entrelaçamento que proporciona faz surgir as trocas internas. Na zona mineradora, mercê do crescimento demográfico e do crescimento do poder aquisitivo, aparece um mercado de proporções relativamente importantes. É um fato novo na vida colonial, em que cada área de colonização se ligava exclusiva e diretamente à Metrópole, inexistindo trocas internas ponderáveis. A repercussão do mercado minerador é grande e atinge zonas distantes, inclusive a platina. Nesta fase é que surge o deslocamento de gado e, depois, as tropas de muares. O tropeiro constitui o tipo por excelência da vida colonial, no sul e centro-sul.

No campo econômico, os efeitos da mineração são extraordinários e muitos deles também se generalizam. Há, desde logo, a alta no preço do escravo e o minerador ficará em situação privilegiada para disputar a mão-de-obra servil, quer a importada, quer a empregada nas zonas agrícolas. O tráfico negreiro recebe uma parte dos capitais provenientes da mineração. Cabe-lhe uma parcela, na partilha de seus lucros, tão desigualmente distribuídos. Provoca, por outro lado, uma alta no preço dos gêneros, alta que compreende a Europa. Essa alta é que vai conferir ao mercado interno características peculiares, motivando uma extrema fiscalização, o estabelecimento dos registros de passagem e o crescimento desmedido do aparelhamento administrativo, particularmente o Fiscal, o Militar, com as milícias, e o da Justiça. A criação, em 1751, de um Tribunal de Relação, no Rio de Janeiro, traduz a importância das questões judiciárias.

No quadro internacional, o ouro brasileiro tem também a influências correspondente a uma injeção de valores que possibilita a aceleração do processo de acumulação primitiva, na fase em que se desenvolvem as transformações que levarão à Revolução Industrial. A mineração brasileira deixa na Colônia um mínimo de benefícios, não constituindo base para qualquer transformação estrutural: transita o ouro pela Metrópole, proporcionando recursos transitórios, largamente consumidos em grandes obras; e vai acumular-se na Inglaterra, em sua maior parte, alimentando o surto industrial que definirá a fisionomia do capitalismo.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *A grande vida de Fernão Dias Pais* — Rio — 1955.
- 2 — TAQUES, PEDRO — *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania* — S. Paulo — 1954.
- 3 — LIMA JÚNIOR, AUGUSTO — *A Capitania de Minas Gerais. Suas origens e formação.* — Lisboa — 1940.
- 4 — GOULART, JOSÉ ALÍPIO — *Tropas e tropeiros na formação do Brasil* — Rio — 1961.
- 5 — SANTOS, JOAQUIM FELÍCIO DOS — *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Sêrro Frio* — 3.^a edição — Rio — 1958.
- 6 — CALÓGERAS, J. PANDIÁ — *As minas do Brasil e sua legislação* — 3 vols. — Rio — 1904/1905.
- 7 — ESCHWEGE, W. L. VON — *Pluto Brasiliensis* — Tradução de Domicio de Figueiredo Murta — 2 vols. — S. Paulo — s/d.
- 8 — ELLIS JÚNIOR, ALFREDO — *O Ouro e a Paulistânia* — S. Paulo — 1953.
- 9 — SAMPAIO, LUÍS T. DE — *Para a história do tratado de Methuen* — Lisboa — 1911.
- 10 — SHILLINGTON, V. M. e CHAPMAN, A. B. WALLIS — *The commercial relations of England and Portugal* — Londres — 1907.

OBSERVAÇÕES

1 — Na biografia de Fernão Dias Pais, a respeito do qual tantas lendas foram criadas e ganharam foros de verdade, Taunay restabelece os fatos e mostra o ambiente em que agiu o grande sertanista que se tornou o precursor malgrado das descobertas auríferas dos fins do século XVII. Na biografia do sertanista se conhece a fase que antecede o bandeirismo de mineração, apreciada em minúcias pelo historiador.

2 — A reedição do trabalho de Pedro Taques, devida ao esforço de Afonso de E. Taunay, no ano do quarto centenário da fundação de S. Paulo, pôs ao alcance dos estudiosos um relato das penetrações do bandeirismo de mineração, com informações sobre as zonas atingidas pelos paulistas, constituindo fonte de primeira ordem para um aspecto do quadro em que se desenvolveram as descobertas.

3 — Estudando as origens e a formação da Capitania de Minas Gerais, Augusto de Lima Júnior mostra como a nova entidade política e administrativa saiu da subordinação paulista, quando a mineração lhe proporcionou o crescimento demográfico e o desenvolvimento econômico que exigiam autonomia, e como se desdobrou o apossamento da terra, com o avanço das descobertas e o aparecimento de novos filões.

4 — Estudo bem documentado do papel dos tropeiros e da organização das tropas, com ampla informação sobre caminhos, cargas, pousos, comércio, utensílios, costumes, muares, tudo que se relaciona com o assunto.

5 — Clássico da História brasileira, o livro de Joaquim Felício dos Santos fornece as melhores e mais detalhadas informações sobre a exploração diamantífera, desde o seu início até o declínio inevitável, mostrando as consequências do isolamento, os esforços para evasão da riqueza, o regime de propriedade e o regime de trabalho, apresentando ainda uma crônica dos costumes do tempo, abrangendo também os escravos, inclusive os seus movimentos de fuga e de rebeldia.

6 — Trata-se do mais completo e detalhado trabalho a respeito das normas a que obedeceu a mineração colonial, particularmente aquelas que afetaram o regime de propriedade e o regime fiscal. Calógeras esmiuçou a legislação mineira, apreciando a estrutura da produção e os efeitos que os atos metropolitanos nela encontraram. O estudo tem importância econômica ainda pela maneira como o autor situa as formas de trabalho, o volume e o valor do ouro extraído, o preço das utilidades, o transporte destas para as minas, e do ouro para o porto do Rio de Janeiro, o papel das tropas, e tudo o que afetou a mineração brasileira. Indispensável para pleno conhecimento do assunto.

7 — Conquanto trabalho de um geólogo, preocupado com a sua ciência, *Pluto Brasiliensis* assemelha-se em muitos pontos, e em alguns ultrapassa, o estudo de Calógeras, abrangendo todos os aspectos da mineração, mesmo os de detalhe e ainda os mais distanciados do campo científico peculiar ao autor. É outro trabalho que não pode ser esquecido na análise da mineração colonial, que Eschwege conheceu já quase totalmente desaparecida, mas cuja região percorreu, colhendo observações, ajudado pelo estudo rigoroso do passado.

8 — Num ensaio preparado para a cadeira de História da Civilização Brasileira, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, o Professor Alfredo Ellis Júnior mostra as repercussões da mineração brasileira no âmbito colonial e fora dêle, em terras americanas e na Europa, apresentando dados e esclarecimentos muito importantes.

9 — A mineração brasileira teve início no último decênio do século XVI. Logo aos primeiros anos do século seguinte, a Inglaterra e Portugal firmaram o Tratado de Methuen, que tomou o nome do representante inglês em Lisboa, que o firmou em condições que as crônicas do tempo guardaram. A importância do Tratado de Methuen está no papel que teve no processo de transferência à Inglaterra dos lucros da exploração aurífera brasileira. O estudo de Luís T. de Sampaio, representante luso em Londres e adversário do Tratado, mostra a subordinação econômica em que estava Portugal, em relação à Inglaterra, e os efeitos dessa subordinação na transferência do ouro brasileiro.

10 — Num ensaio minucioso, servido por boa informação estatística, Shillington e Chapman comprovam a subordinação comercial portuguesa à Inglaterra, mostrando os fornecimentos britânicos de utilidades ao Reino e à Colônia, os privilégios de que gazovam os merca-

dores daquela origem, os direitos que tinham, e as relações de troca estabelecidas e mantidas ao longo do tempo entre Portugal e a Inglaterra, bem como os acordos diplomáticos que tiveram influência nessas trocas.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — VEIGA, J. P. XAVIER DA — *Efemérides mineiras* — 4 vols. — Ouro Preto — 1897.
- 2 — ELLIS JÚNIOR, ALFREDO e ELLIS, MYRIAM — *A economia paulista no século XVIII* — S. Paulo — 1950.
- 3 — OLIVEIRA, ALVARO DE SALES — *Moedas do Brasil* — 2 vols. — S. Paulo — 1944.
- 4 — NOEL, OCTAVE — *Histoire du commerce du monde* — Paris — 1902.
- 5 — LATIF, MIRAN M. DE BARROS — *As Minas Gerais* — Rio — s/d.
- 6 — MACHADO FILHO, AIRES DA MATA — *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina* — Rio — 1945.
- 7 — ZEMELLA, MAFALDA P. — *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII* — S. Paulo — 1951.
- 8 — GUIARD FILHO, FÉLIX — *Jaques Félix. Achegas à história de Taubaté* — S. Paulo — 1938.
- 9 — FRANCO, F. A. CARVALHO — *Os companheiros de D. Francisco de Sousa* — Rio — 1929.
- 10 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *Na era das Bandeiras* — São Paulo — 1922.

15 Conquista do Sertão

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A conquista territorial do Brasil fundamentou-se em vários motivos. O caráter litorâneo da colonização só foi superado quando surgiram incentivos suficientes para impulsionar as penetrações. Enquanto a colonização se fundamentou na lavoura açucareira, cujo produto se destinava ao mercado externo e que, assim, dependia essencialmente do transporte marítimo e do pequeno transporte fluvial, foram ocupadas e povoadas áreas do litoral, em que a riqueza logo adquiriu dimensões importantes. Mesmo a ameaça do pirata não venceu esse apêgo à orla oceânica, de que a gente colonial dependia. Em São Vicente, onde a lavoura canavieira, apesar de implantada, não chegou a ganhar vulto, foi possível o deslocamento para o planalto, uma vez que as necessidades de exportação não se tornaram desde logo imperativas.

O bandeirismo de apresamento motivou as grandes penetrações do segundo século, que não tiveram sentido povoador. Foi a mineração que possibilitou a conquista de áreas territoriais internas, não importando, no caso, o fato de estarem ou não compreendidas na zona atribuída a Portugal pelo acôrdo de Tordesilhas. A mineração provocou o povoamento de ex-

tenha área, embora a fixação dos grupos humanos por ela atraídos só se acentuasse numa fase posterior às primeiras descobertas e explorações. Com frequência, numerosos mineradores, e a escravaria correspondente, deslocavam-se de áreas em que os filões entravam em esgotamento para outras, em que apareciam novos filões. Dessa maneira, finalmente, foi ocupada a área do altiplano e posta em comunicação com o litoral, seja diretamente, para o Rio de Janeiro, seja indiretamente, para a Bahia e para São Paulo.

Não foram êstes, entretanto, motivos únicos da conquista do interior. A necessidade de abastecimento do mercado interno criado em torno das minas propiciou a expansão pastoril sulina, referida em capítulo especial, expansão que, de nômade que foi nos primeiros tempos, tornou-se fixadora de grupos humanos, depois, quando superada a fase das invernações. Mesmo a lavoura canavieira, dentro de sua subordinação litorânea, impulsionou a conquista das zonas vizinhas do oceano, para norte e para sul, partindo de Pernambuco, enquanto o Recôncavo baiano, partindo da cidade do Salvador, ficava pontilhado de engenhos e canaviais. Foi além o impulso da zona canavieira: proporcionou o desenvolvimento da pecuária, numa fase inicial, em que os currais eram como que quintais dos engenhos. Nesta fase, os senhores de engenho eram também fazendeiros de gado, a fazenda de criação era uma dependência dos engenhos, a que fornecia os animais para a alimentação e para a tração de viaturas e da moenda. Numa segunda fase, penetrando o interior, as fazendas separaram-se dos engenhos, e o fazendeiro não será, em regra, senhor de engenho, dividindo-se as atividades.

A conquista do sertão é operada particularmente na base pastoril, partindo de alguns focos litorâneos tradicionais. Assim é conquistado e povoado — no tipo de povoamento rarefeito, disperso e isolado peculiar ao pastoreio — o Médio São Francisco. Assim os rebanhos vão-se espalhar pelo interior, atingindo o Piauí, e disso deriva a configuração geográfica que apresenta o Piauí, amplo no interior e estreito no litoral. Com o passar do tempo, determinadas áreas, distantes e ecológicamente impróprias à atividade agrícola, são incorporadas como áreas pastoris, surgindo o que Capistrano de Abreu denominou

“civilização do couro”, isto é, uma utilização básica da pele do gado bovino como matéria-prima para número variado e extenso de utensílios. A mineração deu às áreas pastoris considerável impulso, que se refletiu em zonas as mais distantes. Enquanto se constituiu atividade unilateral, alimentou-se do gado de outras áreas, para ali transportado. Depois, tornou-se ela mesma, com o declínio do ouro, nova zona de pastoreio. Das Minas Gerais, mais adiante, os rebanhos ganharam as Capitanias de Goiás e de Mato Grosso, nesta espalhando-se ao sul. Sobre as ruínas da mineração, naquelas Capitanias, tal como nas Minas Gerais, a criação se desenvolveu, embora sem atingir altos níveis.

A conquista da Amazônia, por último — embora não no tempo — dá acabamento ao quadro físico da Colônia. Seus fundamentos são completamente diversos dos que possibilitaram as demais. Na vastíssima área dominada pela rede fluvial e em que as populações indígenas eram numerosas, valendo-se da selva para defender-se da cobiça dos colonizadores, o motivo econômico da expansão verificou-se com as especiarias, produtos naturais daquela área. Para a exploração das especiarias tornava-se necessário o emprêgo da mão-de-obra indígena e por isso surge na Amazônia o quadro de conflito entre os missionários e os colonizadores. Trata-se de atividade puramente coletora, para a qual só o indígena estava preparado: a ele coube a tarefa do trabalho coletor e a de remeiro. O povoamento se escalonou pelos rios, cujas margens foram pontilhadas de missões religiosas, tornadas organizações produtoras à semelhança das Reduções sulinas, embora de proporções mais reduzidas. Na primeira fase da conquista, a Amazônia, parte do Estado do Maranhão, tem preponderância na produção sobre o Maranhão propriamente dito, cedendo essa preponderância na segunda fase.

A conquista territorial completa-se e atinge os seus máximos limites na primeira metade do século XVIII. O Tratado de Madri oferece a configuração física, salvo alterações que não se projetam no conjunto, algumas delas transitórias, que vai apresentar o Brasil quando se torna independente.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — CALMON, PEDRO — *História da Casa da Torre. Uma dinastia de pioneiros* — Rio — 1939.
- 2 — ALMENDRA, JACOB MANUEL GAYOSO E — *O Feudo da Casa da Torre, no Piauí. Povoamento. Luta pela propriedade* — Teresina — 1953.
- 3 — LIMA SOBRINHO, BARBOSA — *O Devassamento do Piauí* — S. Paulo — 1946.
- 4 — BRANCO, R. P. CASTELO — *A Civilização do couro* — Teresina — 1942.
- 5 — DORNAS FILHO, JOÃO — *Povoamento do Alto São Francisco* — S. Paulo — 1946.
- 6 — SOUSA, BERNARDINO JOSÉ DE — *Ciclo do carro de bois no Brasil* — S. Paulo — 1958.
- 7 — PROENÇA, M. CAVALCANTI — *No termo de Cuiabá* — Rio — 1958.
- 8 — REIS, ARTUR CÉSAR FERREIRA — *Síntese da História do Pará* — Belém — 1942.
- 9 — REIS, ARTUR CÉSAR FERREIRA — *História do Amazonas* — Manaus — 1931.
- 10 — HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE DE — *Caminhos e fronteiras* — Rio — 1957.

OBSERVAÇÕES

1 — Da Casa da Torre, face ao oceano, ao sertão do São Francisco, os Garcias d'Ávila conquistaram vastíssimas propriedades pastoris, tornando-se dos maiores senhores de terras na Colônia. O feudo foi transmitido de geração em geração, por vezes aumentado, depois de lutas que o levaram ao Piauí. A casa de pedra, colocada como verdadeira fortaleza, face à ameaça do pirata, ao norte da cidade em que a Colônia tinha sua sede, distanciando-se das terras irrigadas do Recôncavo, onde a lavoura se espalhava, assinala, nas suas ruínas seculares, o formidável poderio dos seus proprietários. Contando a história de uma dinastia de senhores de terras, Pedro Calmon dá idéia de suas bases e de seus motivos, explicando a conquista territorial pastoril sertaneja.

2 — É a história resumida das lutas travadas pelas pastagens do Piauí, cuja zona pastoril teve tanta importância na fase colonial, e das conseqüências dessas lutas na história da Capitania.

3 — Barbosa Lima Sobrinho explica a conquista territorial da Capitania do Piauí, apontando nomes e situando acontecimentos marcantes, num levantamento nítido da expansão pastoril a que a referida zona ficou devendo o seu povoamento.

4 — Num trabalho de interpretação, sem preocupações históricas, R. P. Castelo Branco mostra o papel fundamental do pastoreio na conquista do Piauí e os traços da influência do couro na civilização ali elaborada. O livro encerra, além disso, informações geográficas.

5 — João Dornas Filho estuda o povoamento de outra área pastoril, a do Alto São Francisco, mostrando as correntes de entrada de gente e de gado, e o papel que a região teve como zona de transição entre o sertão do Piauí e as Minas Gerais e o litoral canavieiro.

6 — Numa interessante monografia, abrangendo tôdas as áreas brasileiras, Bernardino José de Sousa mostra a função do carro de bois, detalhando cada um de seus tipos e indicando a influência do meio sobre êle, bem como as raças de bovinos utilizadas em sua tração. Monografia extensa, minuciosa e rica em informações, esgota praticamente o assunto e ajuda a compreender a influência do bovino no povoamento brasileiro.

7 — Num estudo movimentado, bem informado e seguro nas informações, Cavalcanti Proença aprecia a introdução, a expansão e o papel do gado na Capitania de Mato Grosso, mostrando como se espalhou pelo pantanal e ganhou mesmo a zona de Cuiabá. Além de estudar o bovino, e o vaqueiro, que se formou na lida com êle, estuda também o cavalo, e como o cavalo alterou a fisionomia do guaicuru, e todos os aspectos do pastoreio no Oeste brasileiro.

8 — Numa síntese precisa, Ferreira Reis mostra como os portugueses se estabeleceram em Belém e dali penetraram o vale amazônico, pela atividade das missões religiosas. A conquista se processou, assim, da foz para as cabeceiras, nunca atingindo a estas, naquela fase.

9 — Do mesmo modo, o historiador amazonense aprecia a conquista da Capitania de São José do Rio Negro, desde os primeiros tempos, da atividade coletora, até os nossos dias. Os dois livros de Ferreira Reis dão o quadro da conquista amazônica e sua incorporação territorial.

10 — Mais do que estudo das penetrações, o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda é estudo de formas culturais peculiares a grupos humanos do interior, para atender particularmente às necessidades próximas, uma vez que as correntes de troca não as atingiam. Com o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda conhecemos as origens e o processo de descompasso entre o desenvolvimento das zonas litorâneas e o do interior, um dos graves aspectos da conquista territorial, com repercussões profundas até à atualidade.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — SANTOS FILHO, LICURGO — *Uma comunidade rural do Brasil antigo. (Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX)* — S. Paulo — 1956.
- 2 — MENDONÇA, ESTEVÃO — *Datas mato-grossenses* — 2 vols. — Niterói — 1919.
- 3 — MARQUES, M. E. DE AZEVEDO — *Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo* — Prefácio de Afonso de E. Taunay — 2 vols. — S. Paulo — 1954.
- 4 — ELLIS, MYRIAM — *O monopólio do sal no Estado do Brasil (1601-1801)* — S. Paulo — 1956.
- 5 — LIMA, ESPIRIDÃO DE QUEIRÓS — *Antiga família do sertão* — Rio — 1946.
- 6 — LIMA SOBRINHO, BARBOSA — *Documentos históricos sobre a comarca de São Francisco* — Recife — 1951.
- 7 — PÔRTO, CARLOS EUGÊNIO — *Roteiro do Piauí* — Rio — 1955.
- 8 — GIRÃO, RAIMUNDO — *Pequena história do Ceará* — Fortaleza — 1953.
- 9 — CERQUEIRA, DIONÍSIO — *Reminiscências da fronteira* — Rio — 1928.
- 10 — CALDEIRA, CLÓVIS — *Mutirão. Formas de ajuda mútua no meio rural* — S. Paulo — 1956.

Conquista das Pastagens Sulinas

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Disse o geógrafo que o homem emigra com a sua concha, isto é, leva os seus costumes, os seus utensílios, a sua cultura. E até os seus animais, particularmente aqueles que, de velhos tempos, vivem junto dele, e por isso mesmo ficaram conhecidos como domésticos. Discute-se quando e como foi introduzido o gado vacum nesta parte do continente, e em particular, no meio em que cedo se expandiu de forma extraordinária, as pastagens que hoje fazem parte da Argentina, do Uruguai e do sul do Brasil. O problema gerou lendas, como a das "vacas de Gaeta", o que mostra a sua importância para as populações cujas atividades, ao longo dos séculos, girou em torno dos rebanhos vacum e cavalar.

De qualquer forma, a verdade é que nas Reduções jesuíticas a criação de gado tomou grande impulso. As principais Missões, estabelecendo a subsistência dos indígenas aldeados sobre a atividade agrícola, foram obrigadas a separar a pecuária da agricultura, e mantiveram estâncias separadas, onde se abasteciam. Com a destruição das Reduções, feita de forma brutal e súbita, em raros casos permitindo a evacuação das

populações dependentes, tais estâncias ficaram ao abandono. O gado espalhou-se pelas campinas e viveu ao sabor da natureza. Num meio extremamente propício, cresceu bastante. De outra parte, a utilização do cavalo deu aos charruas e minuanos — como daria aos guaicurús, em outra região — extraordinário aumento de mobilidade e de combatividade. Tal como ocorreria com os Pés Negros, na América do Norte, que, de posse do cavalo, conquistaram vasta zona geográfica e mudaram o teatro de sua existência, algumas tribos indígenas viram, com esse animal rústico e viril, alteradas as suas antigas condições de vida, dominando as planícies. No gado vacuum, os indígenas não encontraram outro interesse que não o da subsistência pela carne e algumas formas de aproveitamento do couro.

O aparecimento, com a mineração, de mercado interno, problema novo na vida colonial, impulsionaria os paulistas para o sul. Da base da Laguna, lançaram-se à conquista da zona próxima ao litoral, pontilhada de lagoas e circundada de pastagens. Atingiram-na pela beira-mar para, mais adiante, chegar até ali pela estrada dos Conventos, que vencia o obstáculo orográfico. Estabeleceram-se as primeiras invernadas e requereram-se as primeiras sesmarias, tudo favorecido pelas autoridades, interessadas em preencher o vazio estabelecido entre os últimos focos de povoamento, no litoral e no interior, e a Colônia do Sacramento, lançada no estuário platino, face a Buenos Aires, permanentemente ameaçada pelos espanhóis. O aparecimento dos paulistas nos campos do Viamão seria complementado com o deslocamento de bases militares do Destêrro para o Rio Grande, cuja barra difícil constituiria perigoso obstáculo às investidas marítimas. Cordão umbilical, perlongando a zona de dunas, entre as lagoas e o oceano, mantinha os laços entre essa atalaia sulina e os pontos mais antigos e distantes do atual litoral catarinense.

A atividade dos tropeiros deu ao gado abandonado nas pastagens função importante. As tropas deslocavam-se do Viamão, onde as invernadas se multiplicavam, até à zona mineradora, pelas entradas da Mantiqueira, transpondo os registros, levantados de preferência nas passagens obrigatórias dos cursos de água. Tais tropas, a princípio de gado vacuum e muares, foram, com o passar do tempo, reduzidas apenas aos

muares. Os fornecimentos de gado para a alimentação com origem nos currais do São Francisco, e o estabelecimento progressivo de criação própria, deixou em segundo plano os rebanhos vacuns sulinos. Quando isso ocorreu, surgiu no Continente de São Pedro a fase das charqueadas. Até aí, o gado tinha valor pelo couro, que constituía matéria-prima para a maior parte dos utensílios empregados pela rala população da zona pastoril, e que era ainda exportado. A utilização da carne era livre, visto que não constituía bem econômico. Nessa base, as populações pastoris tinham existência fácil, quanto à subsistência. Quando o deslocamento de gado em pé terminou, nunca tendo alcançado papel importante, quanto ao número de reses, o regime de charqueada introduziu profundas transformações na vida sulina.

A possibilidade de vencer o caráter perecível da carne pelo emprêgo do sal — que constituía uma das dependências do regime pastoril — tornaria bem econômico aquilo que era de livre disponibilidade. O gaúcho, até aí vivendo à lei da natureza, não poderia mais abater as reses à sua vontade, para tirar o couro e para suprir as suas necessidades de alimentação. Teria de pagar a carne. Conquanto as charqueadas se tenham estabelecido apenas em determinada zona, aquela que dependia dos pequenos rios que afluíam para as lagunas, as consequências de seu aparecimento alcançaram tôda a extensão da zona criadora. Surgiram as estâncias, e os campos foram cercados. Os trechos comuns ficaram relegados ao “corredor”, por onde se procedia à circulação. Nesta fase, a colonização açorita tinha marcado a fisionomia da zona próxima do litoral lagunar, dando-lhe os traços próprios da atividade agrícola e comercial. Surgiria daí a dualidade entre uma zona estável e economicamente ligada ao exterior, isto é, aos mercados coloniais distantes, e uma zona instável, em que havia sempre uma quantidade de campeadores agrupando-se em torno de um dono de estância, prontos para as lutas militares.

O regime pastoril e as alterações antes mencionadas levaram a permanente luta pelas pastagens e pelos rebanhos, luta que deu à Província a fisionomia de acampamento permanente, surgindo os núcleos urbanos de antigos postos militares. Nesse quadro é que se enquistou, depois, a colonização germânica, a partir dos primeiros decênios do século XIX.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — AZARA, FELIX DE — *Viajes por la America Meridional* — 3 vols. — Madri — 1941.
- 2 — CONI, EMÍLIO — *Historia de las vaquerias del Rio de la Plata — 1555-1750* — Madri — 1930.
- 3 — CONI, EMÍLIO — *Contribución a la historia del gaucho. Los gauchos del Uruguay antes y después de la fundación de Montevideo (1724)* — Buenos Aires — 1937.
- 4 — VIANA, OLIVEIRA — *Populações meridionais do Brasil — História — Organização — Psicologia — II — O campeador rio-grandense* — Rio — 1952.
- 5 — BARCELOS, RUBENS DE — *Estudos Rio-grandenses. Motivos de história e literatura* — Pôrto Alegre — 1955.
- 6 — GOULART, J. SALIS — *A formação do Rio Grande do Sul* — Pôrto Alegre — 1933.
- 7 — SILVA, JOÃO PINTO DA — *A Província de São Pedro* — Pôrto Alegre — 1930.
- 8 — MOURA, AMÉRICO BRASILIENSE ANTUNES DE — *Governo do Morgado de Mateus no Vice-reinado do Conde da Cunha — S. Paulo restaurado* — S. Paulo — 1938.
- 9 — FORTES, JOÃO BORGES — *Rio Grande de S. Pedro — Povramento e conquista* — Rio — 1940.
- 10 — ORNELAS, MANUELITO DE — *Gaúchos e beduínos. A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul* — Rio — 1948.

OBSERVAÇÕES

1 — A narrativa de Azara, que abrange terras brasileiras, constitui dos mais preciosos repositórios informativos a respeito da zona pastoril sulina, que percorreu demoradamente, deixando depoimento que, naquilo que não afeta a opinião, é de fidelidade insuperável. Todo o modo de vida das populações, e de cada um de seus grupos, dos religiosos aos índios, é apreciado, com detalhes exatos, rigorosos e fiéis. O modo de alimentar, o modo de vestir, o modo de divertir, e as festas, as roupas, os animais, os utensílios domésticos, encontram menção nas narrativas de Azara. Ele dá informação correta e segura sobre a carrêta, sobre a sela e o material de tração, sobre a casa e a tenda, sobre o mate e a carne, sobre o xiripá e o pala, sobre tudo o que constituía a existência das populações pastoris.

2 — Coni, um dos bons especialistas sobre a expansão do gado no sul do continente, estuda o regime das invernadas, sua distribuição,

o povoamento, e a conquista, pelo homem e pelo gado, das planuras platinas, a resistência dos índios, a utilização do cavalo por estes, o crescimento dos rebanhos e o apossamento destes e das pastagens, o estabelecimento das estâncias de criação, o papel do couro e de seu comércio em toda a área platina. Sua exposição compreende o período anterior à charqueada — todo o período em que a carne não era ainda bem econômico.

3 — É o estudo de um tipo, o gaúcho, apreciando as suas origens e os diversos *status* sociais e econômicos que teve, dos primeiros tempos, quando as pastagens orientais eram livres, até à fase em que elas foram objeto de disputas. Coni mostra a transição do gaúcho, da extrema liberdade para a dependência dos caudilhos, e a influência que essa transição teve nas normas de vida das populações pastoris e nos acontecimentos políticos que conflagraram o Uruguai.

4 — No primeiro volume de sua obra *Populações Meridionais do Brasil*, que alcançou várias edições em vida do autor, Oliveira Viana apreciou os costumes e a evolução das populações do centro-sul, paulistas, mineiros, fluminenses. Deixou inédito o segundo volume, em que fez o mesmo estudo a respeito do campeador sulino. Neste, dentro de método que jamais abandonou, e na obediência a normas que presidiram sempre a sua exposição, procurou dar uma idéia da formação do patriciado sulino, dos donos de estâncias, que se transformaram em caudilhos, em chefes militares, arrebanhando a peonada para as lutas internas e externas. Oliveira Viana vê nas populações pastoris sulinas um vivo sentimento da honra, do pundonor militar e também da obediência. Sua análise abarca apenas a área subordinada ao regime pastoril, deixando de lado a área agrícola do Rio Grande do Sul. Apesar de suas deficiências de método e de conceitos, merece atenção.

5 — No volume indicado estão dois ensaios de Rúbens de Barcelos que constituem interpretação lúcida do contraste estabelecido no Rio Grande do Sul entre a área agrícola e estável, próxima ao litoral lagunar e ao litoral marítimo, e a área de pastoreio, internada, cujos traços de instabilidade aprecia. Nesse contraste, o autor vê a origem de todos os choques ocorridos na Província, ao longo do tempo, desde a rebelião farroupilha até à campanha federalista.

6 — Uma história resumida do Rio Grande do Sul, cujo sentido apologético não desmerece a soma de informações que oferece e o interesse de algumas conclusões.

7 — Ensaísta de boa qualidade, sem se afoitar em interpretações desmedidas, João Pinto da Silva escreveu excelente escôrcço histórico que dá a idéia do desenvolvimento sulino e pode proporcionar um mínimo de informação a respeito da conquista territorial e lutas que motivou e a respeito da evolução das instituições.

8 — A utilidade do trabalho de Américo Brasiliense está nas informações que proporciona a propósito da expansão paulista para o

sul e do aparecimento dos tropeiros na vida colonial como a notícia sobre a abertura dos caminhos do sul. É a fase, justamente, quando se restaura a Capitania, em que parte de sua população se volta para as atividades, até então desconhecidas, do gado, indo buscá-lo no sul, para fornecimento à zona mineradora.

9 — Um sumário, com detalhes e rigores de cronologia, a respeito do povoamento da zona do Viamão e de Rio Pardo, da ação de Silva Pais no Rio Grande e das lutas militares que se travaram pelas pastagens, com o papel nelas representado por Pinto Bandeira e Pedroso.

10 — Levantamento de origens e identidades entre as populações pastoris sulinas e as populações árabes que viveram na península ibérica. Estudo de costumes, mais do que de história, apresenta diversas hipóteses interessantes sobre o papel do cavalo, dos ornamentos das selas, de todo o modo de viver do gaúcho, e informação colhida em boas fontes a propósito da estrutura social sulina e suas modificações ao longo do tempo.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — MENDOZA, PRUDENCIO DE LA C. — *Historia de la ganaderia argentina* — Buenos Aires — 1928.
- 2 — MACHAIN, R. DE LAFUENTE — *Los portugueses en Buenos Aires (Siglo XVII)* — Madri — 1931.
- 3 — COLMAN, CÉSAR B. PÉREZ — *História de Entre Rios* — 3 vols. — Paraná — 1936.
- 4 — ROSSI, VICENTE — *El gaucho. Su origen y evolución* — Córdoba — 1921.
- 5 — CAVIGLIA, BUENAVENTURA — *Gaucho de Garrucho* — Montevideu — 1933.
- 6 — SARMIENTO, DOMINGOS F. — *Facundo* — Tradução de Carlos Maul — Rio — 1938.
- 7 — CRUZ, ALCIDES — *Vida de Rafael Pinto Bandeira* — Pôrto Alegre — 1906.
- 8 — NICHOLS, MADALINE WALLIS — *O Gaúcho* — Rio — 1946.
- 9 — TESCHAUER, CARLOS — *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos* — 3 vols. — Pôrto Alegre — 1920/1922.
- 10 — LAYTANO, DANTE DE — *História da propriedade das primeiras fazendas do Rio Grande do Sul* — Pôrto Alegre — 1945.
- 11 — LAYTANO, DANTE DE — *A estância gaúcha* — Rio — 1952.

- 12 — LAYTANO, DANTE DE — *Notícia breve da pecuária no Rio Grande do Sul no século XVIII* — Pôrto Alegre — 1945.
- 13 — PINHEIRO, JOSÉ FELICIANO FERNANDES — *Anais da Província de São Pedro* — Prefácio de Aurélio Pôrto — Rio — 1946.
- 14 — FORTES, JOÃO BORGES — *Fundação do Rio Grande* — Pôrto Alegre — 1937.
- 15 — MACEDO, F. R. AZEVEDO — *Conquista pacífica de Guaruapuava* — Curitiba — 1951.
- 16 — SANTOS, ANTÔNIO VIEIRA DOS — *Memória histórica, cronológica, topográfica e descritiva da vila de Morretes e do Pôrto Real, vulgarmente Pôrto de Cima* — Curitiba — 1950.
- 17 — CABRAL, OSVALDO R. — *Santa Catarina. (História-Evolução)* — S. Paulo — 1937.
- 18 — MARTINS, ROMÁRIO — *História do Paraná* — 3.^a edição — Curitiba — s.d.
- 19 — DOCA, E. F. DE SOUSA — *História do Rio Grande do Sul* — Rio — 1954.
- 20 — BOITEUX, LUCAS — *História Catarinense* — Florianópolis — 1920.

17 A Sociedade Colonial

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Cada um dos elementos que concorreram no povoamento do Brasil, o indígena, o africano e o europeu, trouxe os seus antecedentes sociais. No caso do indígena, que vivia o estágio de economia natural, tratava-se de elemento de uma sociedade sem classes, cuja contribuição seria a do trabalho, no início da colonização, colocando-se no nível mais baixo, quando não fugia a êle e buscava o interior, oportunidade em que não participava da estrutura social que se ia articulando na Colônia. No caso do africano, vinha com destino traçado, para fornecer trabalho, em regime escravo, e só isso lhe marcaria a posição. Nessa posição, ao longo de toda a fase colonial, teve intensa e profunda participação na vida brasileira.

É o elemento europeu, assim, que vai definir o aparecimento das classes, na medida em que não traz destino prefixado, e se subordina, no quadro colonial, às condições imperantes. Discutiu-se o problema da origem de classe dos donatários e de seus acompanhantes, para alguns recrutados na nobreza lusa, para outros recrutados na fidalguia. Investigações modernas acentuam a realidade da segunda hipótese: não havia razão alguma para que elementos da nobreza de títulos e de posses da Metrópole acorressem ao povoamento de região distante. Vieram alguns, em fase posterior, para a ad-

ministração, para as altas funções, que desempenharam em caráter transitório na maioria dos casos.

Mas, é fato que as condições do meio, nas zonas em que se implantou e se desenvolveu a lavoura da cana e a transformação primária em açúcar, conduziram a uma aristocratização dos elementos que retiveram a propriedade territorial e a de escravos, logo fundidas num sistema. Aquelas condições, embora originadas de aparente liberdade em requerer e em receber sesmarias, impuseram a concentração da propriedade das terras e o estabelecimento de desnível entre os que apenas operavam a parte agrícola da cana e aqueles, em número muito mais reduzido, que juntavam à parte agrícola a de acabamento primário, pela posse dos engenhos. O senhor de engenho, assim, tipifica, desde logo, classe privilegiada, a classe dominante, que surge da concentração da propriedade territorial e da concentração da propriedade servil.

Não foram tôdas as zonas em que se estabeleceram os europeus, entretanto, desde o início, teatro do mesmo processo. Na zona vicentina não se desenvolveu a lavoura da cana-de-açúcar ou se estabeleceu o regime dos engenhos com a amplitude que assumiu na zona pernambucana, o que, aliás, lhe permitiu a transferência para o planalto da maior parte da população. Não existiram, em S. Vicente e em S. Paulo, as condições aristocratizantes que se impuseram nas zonas açucareiras, onde o açúcar se tornou a forma dominante, quando não única, de produção. A sociedade, em consequência, tomou forma diversa.

Num segundo tempo, as diversidades se acentuaram. A conquista do sertão nordestino, por exemplo, não importou em transferir, naquela fase, à sociedade sertaneja, as normas e a estrutura a que estava subordinada a sociedade na zona agrícola próxima do litoral. Quando a colonização se estende ao vale amazônico, por outro lado, baseando-se na exploração das chamadas "drogas", isto é, das especiarias, a propriedade territorial não tem nenhum sentido e a produção se resume na atividade coletora desenvolvida pelo braço indígena. Surge a escravização do índio, surgem as missões religiosas, surge a competição entre colonos e missionários. Não aparece aí, também, a tendência aristocratizante.

E não aparece, finalmente, quando surge na história colonial a fase da pecuária sulina. A expansão pastoril na Capita-

nia de São Pedro do Rio Grande do Sul só vai alterar os seus rumos e aceitar uma repartição mais acentuada de classes quando as pastagens forem cercadas, estabelecendo-se os aramados e surgindo o "corredor" como espaço livre, destinado à circulação. No início, o gaúcho é homem livre, que não tem necessidade de grande esforço para assegurar a sua subsistência, uma vez que a carne carece das condições para se tornar bem econômico. Será assim numa fase futura, quando a utilização do sal lhe contornar o problema da perecibilidade.

Uma diferença fundamental aparece na sociedade brasileira da fase colonial quando surgir a mineração do ouro. Ainda neste caso, a propriedade territorial não tem, enquanto a atividade é apenas e unilateralmente mineradora, o mesmo caráter que assume nas zonas agrícolas. Trata-se de minerar e não de lavar e colher — o que importa é o ouro, e não a terra. A mineração, pela natureza aluvional do ouro brasileiro, por outro lado, jamais se livra de certo nomadismo: zonas antigas são abandonadas e substituídas por zonas novas. Sobre as ruínas da mineração é que se vai estabelecer atividade agrícola e pecuária que admite a propriedade territorial como base.

Os efeitos da mineração, entretanto, são ainda no sentido de diferenciar elementos que esboçam a constituição da classe média, seja aqueles provenientes do aumento dos quadros administrativos — milícia, organização tributária, judiciário — seja os que crescem em número, como o clero, seja os que se originam das trocas internas, a que a mineração impulsiona extraordinariamente, mercados, tropeiros, etc. Essa classe média é fato novo, na estrutura colonial. O mercado interno é outro fato novo. Do que surge na mineração se comporá, em grande parte, o processo de autonomia que se avizinha.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — ANTONIL, ANDRÉ JOÃO (JOÃO ANTÔNIO ANDREONI)
— *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* —
Introdução de Afonso de E. Taunay — S. Paulo — 1923.

- 2 — BRANDÃO, AMBRÓSIO FERNANDES — *Diálogos das grandezas do Brasil* — Introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia — Rio — 1943.
- 3 — VIANA, OLIVEIRA — *Populações meridionais do Brasil — História — Organização — Psicologia — I — Populações rurais do centro-sul: paulistas, fluminenses, mineiros* — 5.^a edição — Rio — 1952.
- 4 — HOLANDA, SÉRGIO BUARQUE DE — *Raízes do Brasil* — 3.^a edição — Rio — 1948.
- 5 — RODRIGUES, F. CONTREIRAS — *Traços da economia social e política do Brasil* — Rio — 1935.
- 6 — CALMON, PEDRO — *História social do Brasil — I — Espírito da sociedade colonial* — 2.^a edição — S. Paulo — 1937.
- 7 — DORNAS FILHO, JOÃO — *Aspectos da economia colonial* — Rio — 1958.
- 8 — BAGU, SERGIO — *Estuctura social de la colonia — Ensayo de historia comparada de America Latina* — Buenos Aires — 1952.
- 9 — PRADO, PAULO — *Retrato do Brasil* — 5.^a edição — São Paulo — 1944.
- 10 — FERREIRA, TITO LÍVIO — *Gênese social da gente bandeirante* — S. Paulo — 1944.

OBSERVAÇÕES

1 — Publicada em Lisboa, em 1711, a obra de Antonil foi logo confiscada, por determinação real, em virtude do interesse de suas informações. José Silvestre Rebêlo organizou a segunda edição, em Portugal, em 1837, vindo a aparecer no Brasil, pela primeira vez, em 1923, com a edição organizada por Afonso de E. Taunay. Divide-se em quatro partes: a primeira trata da cultura da cana-de-açúcar e da estrutura social que resultou dela, estendendo-se em minúcias a respeito da fabricação e da lavoura da cana; a segunda trata da cultura do tabaco, abrangendo desde a agricultura ao comércio, incluindo apreciação sobre os preços; a terceira trata da mineração, mostrando o quadro humano das populações deslocadas, atraídas pela cobiça; a quarta trata da pecuária, referindo-se, pela época em que foi escrito o trabalho, à pecuária sertaneja, que atendeu aos engenhos e, depois, à região mineradora. As informações do livro de Antonil fazem dele uma das mais preciosas fontes para o conhecimento da sociedade colonial.

2 — Os *Diálogos das Grandezas do Brasil* apareceram em 1618, sem menção de autoria. A primeira edição brasileira foi feita pela

Academia Brasileira de Letras, em 1930. Na sua introdução, Capistrano de Abreu discute o problema da autoria esclarecendo, e nisso ajudado por Rodolfo Garcia, tratar-se de Ambrósio Fernandes Brandão. A segunda edição, aqui indicada, já figura com este nome. Existe uma terceira, que apareceu em Salvador, Bahia, de 1956. O livro compõe-se de seis diálogos, em que tomam parte duas personagens, Brandônio e Alviano. O primeiro analisa as condições gerais da terra, particularmente quanto ao clima, povoamento, transportes e culturas. O segundo se refere ao clima em especial, mas estuda também os indígenas e os africanos. O terceiro aprecia as riquezas da terra, a cana-de-açúcar, o pau-brasil, o algodão e as madeiras, entrando em considerações também sobre o comércio. O quarto analisa as fontes vegetais da riqueza e as possibilidades de desenvolvê-las, particularmente quanto ao vinho, ao azeite e às tintas. O quinto aprecia as fontes de riqueza do reino animal, das florestas, rios e mares. O sexto fala nos costumes, detalhando informações sobre a casa, as crenças, as profissões, a cultura, etc. Como o livro de Antonil, o de Brandônio tem indiscutível importância para o conhecimento do Brasil, na fase que antecede a mineração.

3 — O primeiro volume da obra de Oliveira Viana, lançado mais de vinte anos antes do segundo, que foi póstumo, encontrou ampla receptividade no meio nacional, permanecendo por longo tempo como uma das mais procuradas fontes de estudo da sociedade brasileira. Não aprecia apenas a sociedade colonial, e até se ressen-te da falta de referências no tempo, generalizando observações que caberiam para determinado período. A obra, bastante discutida posteriormente, tendo recebido críticas profundas, conserva, no entanto, parte de seu interesse, devendo ser percorrida com espírito crítico e complementada a sua leitura com a de outros autores.

4 — Trabalho inteligente de sociologia da cultura, o de Sérgio Buarque de Holanda, particularmente no texto da terceira edição, apresenta idéias curiosas e abre perspectivas interessantes a respeito da vida brasileira e da composição de sua sociedade, referindo-se particularmente à fase colonial. Algumas dessas perspectivas buscam explicar determinados traços da sociedade brasileira e determinados tipos em que ela se fixou, através do tempo.

5 — Estudo sistemático da economia colonial, apreciando as formas de produção e os seus condicionamentos. Embora discutível em muitas de suas conclusões, o trabalho dá uma impressão de conjunto da produção colonial e explica muitos de seus aspectos.

6 — Bem informado, o trabalho de Pedro Calmon continua a ser razoável fonte de estudos, uma vez completado com algum que forneça da vida econômica as informações necessárias. Os grupos profissionais e os tipos sociais aparecem na análise desenvolvida no livro e a cul-

tura é vista com boa informação, desde aquela que deriva do ensino jesuítico àquela que se completa na Universidade de Coimbra.

7 — No trabalho de João Dornas Filho há capítulos que tratam de matéria fora da época colonial. Mas aqueles em que abrange a mencionada época contêm elementos de interesse. O livro consta de cinco estudos: sobre o tropeiro, o “cometa” e o mascate; sobre o aparelhamento mecânico da agricultura colonial; sobre a saúva; sobre o tabaco e sua influência na sociabilidade brasileira; e sobre as queimadas e as secas. Ainda quando o assunto só tenha cabimento em época posterior, informações a respeito de suas origens são sempre úteis para o conhecimento da sociedade colonial.

8 — Sérgio Bagu tentou a interpretação em conjunto da sociedade colonial, englobando todas as terras, o que corresponde a generalizações nem sempre adequadas. Algumas de suas teses, em que se destaca a do caráter capitalista da produção colonial, merecem reservas, mas está fora de dúvida que o trabalho apresenta amplas sugestões e contém observações de grande interesse para o estudo da sociedade que se estruturou na América na fase colonial.

9 — Conquanto falso em suas teses, o trabalho de Paulo Prado tem informações dignas de atenção e dá um quadro interessante da vida colonial. O problema adjetivo da luxúria, da cobiça, de todos os males que o autor supõe inerentes a determinado tipo de vida, que não chega a definir, constitui, precisamente, o traço característico das sociedades coloniais. A verdade das observações, que faz do livro de Paulo Prado fonte merecedora de consulta, não conduz, necessariamente, às teses levantadas.

10 — O estudo de Tito Lívio Ferreira, entre cujas qualidades está a da síntese, serve para distinguir a ausência de impulsos aristocratizantes no meio social da Capitania vicentina. Em muitos e muitos outros livros isso fica perfeitamente claro; neste, é apresentado com essa nitidez e com as informações suficientes.

A sociedade colonial, para estudo minucioso, está espelhada no já rico documentário impresso, em que se destacam os vinte e sete volumes das *Atas da Câmara da vila de S. Paulo*, publicados entre 1914 e 1923; os oitenta volumes dos *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, até 1955, publicados pelo Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo; os quarenta volumes dos *Inventários e testamentos*, até 1955, publicados pela mesma repartição; os dezoito volumes das *Cartas de datas de terras*, até 1939, publicados pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de S. Paulo, pela sua Divisão de Documentação Histórica e Social; os seis volumes dos *Documentos avulsos de interesse para a história e costumes de São Paulo*, até 1955, publicados pelo Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo; os dois volumes dos *Documentos históricos do Arquivo Municipal — Atas da Câmara — (1625-1641)*, publicados, em 1949, na ci-

dade do Salvador. Isto sem falar em fontes manuscritas, como o *Registro de sesmarias e datas de terras (1689-1730)*, conservado na Biblioteca Pública do Recife, e aqui mencionado apenas a título de exemplo.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — FONSECA, JOSÉ VITORIANO BORGES DA — *Nobiliarquia pernambucana (1776-1777)* — Rio — 1935.
- 2 — ALENCAR, JOSÉ DE — *Guerra dos Mascates* — Rio — 1952.
- 3 — VASCONCELOS, SIMÃO DE — *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil* — 2.^a edição — Lisboa — 1865.
- 4 — CALMON, GÓIS — *Vida econômica-financeira da Bahia* — Bahia — 1925.
- 5 — EDMUNDO, LUÍS — *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* — Rio — 1933.
- 6 — RUI, AFONSO — *História política e administrativa da cidade do Salvador* — Salvador — 1949.
- 7 — SILVA, INÁCIO ACCIOLI DE CERQUEIRA E — *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia* — 5 vols. — Salvador — 1931/1937.
- 8 — VILHENA, LUÍS DOS SANTOS — *Cartas soteropolitanas e notícias brasílicas* — 2 vols. — Salvador — 1922.
- 9 — CARNAXIDE, VISCONDE DE — *O Brasil na administração pombalina (Economia e política externa)* — Prefácio de Afrânio Peixoto — S. Paulo — 1940.
- 10 — ALMEIDA, JOSÉ D' — *Vice-reinado de D. Luís d'Almeida Portugal, 2.^o Marquês de Lavradio, 3.^o Vice-rei do Brasil* — Prefácio de Pedro Calmon — S. Paulo — 1942.
- 11 — LISBOA, BALTASAR DA SILVA — *Anais do Rio de Janeiro* — 8 vols. — Rio — 1965.
- 12 — ALMEIDA, CÂNDIDO MENDES DE — *Memórias para a história do extinto Estado do Maranhão* — 2 vols. — Rio — 1860-1874.
- 13 — ARAÚJO, J. S. PIZARRO E — *Memórias históricas do Rio de Janeiro* — 2.^a ed. — 9 vols. — Rio — 1952.
- 14 — BERREDO, BERNARDO PEREIRA DE — *Anais históricos do Estado do Maranhão* — Lisboa — 1749.
- 15 — BOXER, CHARLES R. — *Salvador de Sá and the stonggle for Brazil and Angola* — Londres — 1952.

- 16 — AZEVEDO, JOÃO LÚCIO DE — *O marquês de Pombal e sua época* — 2.^a ed. — Lisboa — 1922.
- 17 — MARQUES, CÉSAR AUGUSTO — *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão* — S. Luís — 1870.
- 18 — COUTINHO, J. J. DA CUNHA DE AZEREDO — *Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil* — Lisboa — 1804.
- 19 — COUTINHO, J. J. DA CUNHA DE AZEREDO — *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e de suas colônias* — Lisboa — 1794.
- 20 — CAIEIRO, JOSÉ — *Destêrrc dos jesuítas da Província do Brasil* — Bahia — 1936.

Declínio Colonial: As Conjurações

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

O quadro da vida colonial, tanto quanto dêle conhecemos através do depoimento dos cronistas e da exposição dos historiadores, apresenta-se, à superfície, estável e tranqüilo. Não é preciso penetrá-lo a fundo, entretanto, para verificar que se trata de estabilidade e de tranqüilidade aparentes. Desde os primeiros tempos, na realidade, há grandes choques de interesses, contrastes de orientação, contradições de toda ordem: entre colonos e jesuítas, em São Paulo, na Amazônia, no Maranhão; entre paulistas e emboabas, lutando pelas minas; entre escravos e senhores, refugiando-se aqueles nos quilombos ou organizando motins e atentados; entre povoadores e piratas, nos ataques e saques que se sucedem ao longo da costa e ao longo do tempo; entre monopolistas, que retêm o sal e criadores, que dêle necessitam, repetindo-se os motins que têm o sal como objeto; entre comerciantes e proprietários, gerando a chamada Guerra dos Mascates, como acontece no Recife e Olinda; entre comerciantes e agricultores da terra e monopolistas externos, como ocorre no Maranhão, quando Beckman se levanta. O quadro, assim, está muito longe de definir-se pela placidez e pelo con-

formismo de cada grupo com a sua posição, a sua sorte, a sua perspectiva. Há luta surda contra o fisco, que se trava em todos os lugares, e paralelo abuso da autoridade, que por toda a parte se desmanda, entregue ao próprio arbítrio e desligada da vigilância metropolitana, talvez espicaçada no sentido de desmandar-se, antes do que no sentido de se conter.

Quando a mineração alcança o seu pleno desenvolvimento, na metade do século XVIII, provocando o povoamento de área extensa, até aí abandonada, o quadro de conflitos ganha novos tons e tende a polarizar os grupos, dividindo aqueles que aceitam, compactuam ou aproveitam as imposições metropolitanas, e aqueles que conspiram, levantam-se ou pregam a rebelião. A tributação levada a limites extremos; a clausura, fechando a região mineradora e tornando hermético o Distrito Diamantino; os registros, que bloqueiam entradas e saídas; a taxação nesses registros, das mercadorias de que necessita a crescente população mineradora; o aumento das milícias e a brutalidade de suas ações; as interdições de toda ordem, vedando as atividades dos ourives, dos advogados, da imprensa, e, culminando o quadro, o edito de D. Maria I que proíbe as manufaturas e manda destruir as existentes — são sinais inequívocos dos choques ocorridos.

Enquanto a atividade colonial se resumiu, praticamente, na lavoura canavieira, tudo correu mais ou menos bem, do ponto de vista da conjugação de interesses entre a classe dominante na Colônia e a Metrópole. Aquela auferia todas as vantagens de sua posição econômica e social no quadro interno, desinteressando-se, no quadro externo, do produto. A produção pertencia inteiramente ao senhor de engenho, era a sua área privativa; a circulação pertencia à Coroa, era o seu setor privativo. Um não invadia o domínio do outro, e tudo isso era possível enquanto a concorrência não alterasse o quadro internacional. A classe dominante, dessa forma, comportava-se, no interior, como mandatária, procuradora, representante da Coroa, e tinha todo interesse em assegurar a continuidade do sistema, de que se valia. Existia associação muito firme entre os interesses da classe dos senhores de engenho e os interesses da Coroa.

Na medida em que, com a conquista da terra, novas formas de produção aparecem e se desenvolvem, aquela conjugação de interesses não se estabeleceu com a mesma firmeza.

O aparecimento do ouro e a importância do seu papel, alterando profundamente o quadro colonial, subverte a estabilidade anterior. Em primeiro lugar, devido à participação direta da Coroa na exploração aurífera, a mineração não proporcionou o aparecimento de uma classe que fôsse, como a dos senhores de terras e de escravos nas zonas açucareiras, mandatária da Metrópole. Na mineração surgiram rebeldes, não surgiram tipos que, para ela, fôsem correspondentes ao que o senhor de engenho era para a lavoura canavieira. Quando começa a declinar, pois, a mineração deixa generalizado sentimento de refratariedade ao domínio luso, muito mais, ao que tudo indica, presente no impulso nativista, antiluso, do que em manifestações de caráter político.

A mineração, por outro lado, proporcionara alteração na estrutura social, impulsionando o aparecimento de camada média, constituída por aqueles que não exploravam o trabalho de outrem, não eram proprietários de terras e de escravos, não viviam diretamente do ouro. Eram os funcionários de aparelho de Estado que a própria mineração fizera crescer desmedidamente, magistrados, militares, funcionários que, ao lado de comerciantes e padres, começam a forjar camada social posta entre a dos senhores e a dos escravos. É nesta camada média que se vão recrutar, na conjuração, os elementos propulsores da rebeldia, os que traduzem as idéias de inconformação e de levantamento contra a autoridade constituída. A Conjuração Mineira será, como já se escreveu, uma "conspiração de padres e letrados". Na Conjuração Baiana concorrerão mesmo elementos artesãos, isto é, elementos que viviam do seu trabalho, do trabalho livre, na restrita área em que êle era possível. As conjurações, pois, traduzem a inquietação do fim da fase colonial, quando surgem e têm vigência alterações, algumas ancoradas em velhos tempos, que preparam o processo da Independência. Entre a Conjuração Mineira e a Independência decorrem pouco mais de três décadas; muito menos de três entre a Conjuração Baiana e a Independência; um lustro entre a Revolução de Pernambuco e o ato do Ipiranga. Embora deficientes em sua formulação política, e mesmo levantando princípios que a estrutura do tempo não poderia comportar, e que não mobilizavam esforço generalizado, porque não interessavam a muitos, as conjurações denunciavam o declínio colonial e anunciam a fase da Independência.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — MELO, MÁRIO — *A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista* — Recife — 1941.
- 2 — NORBERTO, JOAQUIM — *História da Conjuração Mineira* — 2.^a edição — Rio.
- 3 — SANTOS, LÚCIO JOSÉ DOS — *A Inconfidência Mineira. Papel de Tiradentes* — S. Paulo — 1927.
- 4 — FRIEIRO, EDUARDO — *O diabo na livreria do cônego* — Belo Horizonte — 1943.
- 5 — ENES, ERNESTO — *A Inconfidência Mineira e o processo dos réus eclesiásticos* — Lisboa — 1950.
- 6 — RIBEIRO, JOAQUIM — *As Cartas Chilenas e a Inconfidência Mineira* — Rio — 1950.
- 7 — AMARAL, BRÁS DO — *A Conjuração Republicana de 1798* — Rio — 1926.
- 8 — RUI, AFONSO — *A primeira revolução social brasileira (1798)* — S. Paulo — 1942.
- 9 — TAVARES, MONIZ — *História da Revolução de Pernambuco em 1817* — 3.^a edição — Revisão e notas de Oliveira Lima — Recife — 1917.
- 10 — CRITILO — *Cartas Chilenas* — Rio — 1940.

OBSERVAÇÕES

1 — Mário Melo, refazendo a interpretação do choque entre mercados do Recife, apelidados mascates, e proprietários territoriais de Olinda, que constituíam a aristocracia colonial, verifica a existência de sentimento nativista ou do que chama "afirmação nacionalista". A análise de Mário Melo, conquanto colocada sob ângulo discutível, tem o mérito de revisão histórica e mostra as contradições da fase colonial.

2 — A obra de Joaquim Norberto a respeito da Conjuração Mineira tem sido bastante controvertida, não faltando quem lhe negue méritos e lhe aponte deficiências e deformações da verdade. Mas o certo é que oferece reconstituição ainda útil da conspiração, e os erros e falhas de detalhe não invalidam a referida utilidade.

3 — Se a Conjuração Mineira tem sido controvertida, e houve mesmo historiadores que se recusaram a dar-lhe importância, e até a omitiram, como Capistrano de Abreu, o papel de Tiradentes é ainda mais debatido, parecendo a alguns que se tratava de um visionário, quase louco, enquanto aparece para outros como herói autêntico, plenamente consciente de seu papel. O trabalho de Lúcio José dos Santos

analisa estes aspectos da ação do alferes que pagou o tributo de sangue, subindo ao patíbulo, em defesa da liberdade no Brasil. Cabe ainda indicar como a categoria *inconfidência*, ainda corrente em nossa historiografia, corresponde a uma posição alienada: a categoria adequada é *conjuração*.

4 — A investigação do crítico Eduardo Frieiro gira em torno das obras que teriam influído no pensamento dos conjurados, obras que deixaram vestígios evidentes nas idéias que levantaram e defenderam. A posse de livros, a consulta e a leitura, nos fins do século XVIII, identificava os religiosos. Eram eles os elementos dotados de dimensão e de curiosidade intelectual. E foram religiosos alguns dos participantes da Conjuração Mineira. O crítico analisa a biblioteca de um desses religiosos e mostra como os seus livros influíram no pensamento do possuidor, levando-a à atividade conspirativa que a sua condição parecia contrariar.

5 — A participação de número relativamente ponderável de elementos religiosos na Conjuração Mineira constituiu problema a que se dedica, de algum tempo a esta parte — na medida em que a própria Conjuração começa a despertar mais interesse — a crítica e a história. Na qualidade de religiosos, os réus de batina tinham determinados privilégios, e a devassa considerou esse aspecto, como a sentença consideraria. Ernesto Enes, num trabalho baseado principalmente nos *Autos da Devassa*, aprecia o processo quanto aos elementos religiosos.

6 — O problema de autoria, quanto às *Cartas Chilenas*, absorveu inteiramente as atenções dos que trataram de estudar esse precioso documento de uma época. Joaquim Ribeiro foi mais além, mostrando como as *Cartas Chilenas* constituem crítica, e apropriada dos costumes, e protesto contra a espoliação lusa.

7 — Ao aproximar-se do fim o século XVIII, na Bahia, as autoridades descobriram um movimento de rebelião, em sua fase de articulação, que visava determinadas reformas consideradas subversivas. Esse movimento ficou conhecido como Conjuração Baiana. Brás do Amaral descreve os acontecimentos ligados a esse movimento, que englobou inclusive artesãos e foi por isso batizado por alguns como rebelião dos alfaiates.

8 — Afonso Rui, baseado na documentação da devassa, faz estudo amplo da Conjuração Baiana, não apenas quanto aos fatos mas particularmente quanto ao conteúdo, esclarecendo as formulações políticas levantadas pelos conspiradores. É o melhor trabalho conhecido sobre o assunto, bem informado e com observações que permitem situar historicamente o evento.

9 — Trabalho clássico, o de Moniz Tavares foi reeditado e anotado por Oliveira Lima, por ocasião das comemorações do primeiro centenário da Revolução de 1817. Minucioso, apegado a detalhes, obedecendo a rigor cronológico, despido de preocupações analíticas, o es-

tudo constitui ainda assim, a melhor fonte em livro para conhecimento em conjunto do movimento pernambucano. As notas de Oliveira Lima esclarecem aspectos diversos da rebelião, sem discrepar do teor do livro e sem levantar nenhum problema novo.

10 — Enquanto as *Cartas Chilenas* permaneceram objeto da controvérsia de autoria, que consumiu já um mundo de papel, a sua importância foi descaindo para segundo plano. Injustamente: constituem libelo rigoroso, sátira objetiva, comentário ácido mas ajustado ao quadro e às pessoas. É o documento por excelência da época de declínio colonial, quando estava perdido o respeito pelos dominadores e a aversão se traduzia num jacobinismo acre, que transcendia para a anedota. Só agora começam as *Cartas Chilenas* a receber o tratamento que merecem, como produto específico de uma fase histórica, em determinado meio — o meio em que o rigor da expoliação criou as condições para que surgisse a Conjuração Mineira. A edição indicada foi organizada por Afonso Arinos de Melo Franco.

Os autos das devassas e seqüestros da Conjuração Baiana foram publicados nos *Anais da Biblioteca Nacional* ns. 43, 44 e 45, em 1948. Os mesmos *Anais* publicaram, nos dois primeiros números indicados, o depoimento de Francisco Sierra y Mariscal, *Idéias gerais sobre a revolução do Brasil*, também concernente ao mesmo movimento. Quanto à Conjuração Mineira, Afonso Arinos de Melo Franco apresentou ao III Congresso de História Nacional, em cujo volume IV dos *Anais* foi publicado o estudo *A Inconfidência Mineira. Origens e tendências ideológicas*, que merece também consulta.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — TÔRRES, ANTÔNIO — *As Razões da Inconfidência* — Rio — 1926.
- 2 — BARROS, FRANCISCO BORGES DE — *Os confederados do partido da liberdade* — Bahia — 1922.
- 3 — CANECA, JOAQUIM DO AMOR DIVINO — *Obras políticas e literárias* — 2 vols. — Recife — 1875/1876.
- 4 — BARROS, LUÍS TEIXEIRA DE — *A revolução de 1817 no Ceará* — Recife — 1944.
- 5 — FRANCO, CAIO DE MELO — *O inconfidente Cláudio Manuel da Costa* — Rio — 1931.
- 6 — OLIVEIRA, ALMIR DE — *Gonzaga e a Inconfidência Mineira* — S. Paulo — 1948.

- 7 — QUINTAS, AMARO — *Atualidades da Inconfidência* — Recife — 1952.
- 8 — NEVES, JOÃO CAETANO ALVES — *A Inconfidência Mineira* — Rio.
- 9 — *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* — 7 vols. — Rio — 1935/1938.
- 10 — MELO, J. SOARES DE — *A Guerra dos Emboabas* — S. Paulo — 1920.

A Elaboração da Independência

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Uma das grandes falhas da historiografia brasileira, no passado e ainda hoje, consiste em dissociar o processo da Independência brasileira do conjunto em que se desenvolveu, seja pelo esquecimento das transformações operadas na Europa desde os fins do século XVIII, que se refletiram nas áreas coloniais e impulsionaram a solução da autonomia, seja pela omissão do que ocorreu na própria América. O processo da Independência dos povos coloniais americanos, entretanto, foi único, embora tivesse encontrado diferenças e particularidades conforme as condições dominantes nas diversas zonas, desde o Vice-Reinado do México até o do Brasil, passando por Nova Granada, Peru e Prata.

Tal processo tem início quando o desenvolvimento econômico assinala a transformação do mercantilismo em capitalismo, configurando o largo quadro conhecido como Revolução Industrial. O extraordinário aumento da produção advindo da progressiva e acelerada substituição da manufatura pela máquina introduz modificações profundas na fisionomia dos po-

vos, quer aquêles em que o processo avança, e que se colocam na vanguarda, quer aquêles em que êle apenas repercute, e que lhe sofrem as conseqüências, seja porque se comportem como fornecedores de matérias-primas, seja porque se comportem como mercados consumidores, seja pela simultaneidade dos dois casos — e esta é, precisamente, a situação das áreas coloniais americanas.

A acumulação capitalista define plenamente, então, a ascensão da burguesia e vai romper os fundamentos que mantinham, embora em equilíbrio instável, a posição de povos e nações que não chegaram a superar o período mercantil e que se comportavam, em relação às áreas coloniais, como simples intermediários. A eliminação dos intermediários é uma das mais prementes exigências das áreas de produção, em que as relações capitalistas estavam na plenitude de seu desenvolvimento. Entre estas áreas, a Inglaterra tinha destacada posição. O que mantinha ainda a subordinação das áreas coloniais às metrópoles era o regime de monopólio comercial, levado, em alguns casos, como no do Brasil da fase mineradora, aos limites da clausura. Rompido o monopólio, a subordinação perdia o seu conteúdo, e surgia a autonomia como conseqüência inelutável. As exigências do processo capitalista traduziam-se em dois planos: abertura das áreas coloniais à troca internacional, em primeira urgência; eliminação do trabalho escravo, em segunda urgência.

Para alcançar o objetivo prioritário, torna-se necessário que o impulso externo, provindo do quadro internacional, encontrasse resposta e solidariedade interna, isto é, que a liberdade de troca, que se apresentava fundamental para os mercados fornecedores de produtos acabados, fôsse também do interesse das áreas em subordinação colonial. É isto que transforma a associação entre a classe dominante nas colônias e as metrópoles em associação entre aquelas classes dominantes e a burguesia industrial do ocidente europeu. Quando essa conjugação de interesses se estabelece, o processo da Independência atinge a maturidade. Resta o acontecimento que permitirá deflagrar as ações e operações correspondentes.

O objetivo de segunda urgência, entretanto, não oferecia as mesmas perspectivas. A classe dominante nas áreas colo-

niais estava interessada em libertar-se do regime de monopólio comercial, mas não estava interessada em abrir mão do trabalho escravo que constituía uma de suas bases. Assim, não aparece a conjugação de interesses, e não aparecerá, em consequência, a conjugação de ações e operações, quanto ao segundo objetivo. A eliminação do trabalho escravo, e a alteração nas relações de trabalho nas áreas coloniais, traduzia a necessidade de fazer ascensional o poder aquisitivo das amplas áreas, já demograficamente interessantes. O trabalho escravo conservava, entretanto, margem de rentabilidade interna que o fazia ainda indispensável nas áreas coloniais americanas.

Na primeira década do século XIX, ocorrem os fatos que desencadeiam o processo: as forças napoleônicas invadem a península ibérica e derrocam as duas monarquias. Há diversidade de rumos, entretanto: enquanto a Coroa espanhola, permanecendo em território metropolitano, transige e capitula, a Coroa lusa, valendo-se da aliança britânica, transfere-se para a sua área colonial americana. A inexistência prática de metrópole, no caso das áreas espanholas, precipita a fragmentação delas, numa luta militar que começa na primeira e vai acabar na terceira década do século XIX. A transferência da corte portuguesa para o Brasil, sob proteção inglesa, proporciona as condições em que o processo da Independência poderá encontrar solução pacífica, visto em seu conjunto. O problema do trabalho escravo ficará transferido para a metade do século, mas figurará em pauta no próprio acôrdo de reconhecimento da autonomia.

A transferência da Corte lusa determina; além da liberdade comercial, presidida pela Inglaterra, sua beneficiária praticamente única, no início, inclusive com tarifa alfandegária privilegiada, a montagem de aparelhamento administrativo que prepara o da Independência. No processo da autonomia, presidido pela classe dominante, dos senhores territoriais, ficam resguardados os seus privilégios, levando-se o rigor até o limite da adoção do regime monárquico, diferenciando-se o problema da solução adotada na área espanhola, que se fragmenta em repúblicas. Assim como resiste à pressão externa para suspensão do tráfico negreiro e eliminação do trabalho escravo, a referida classe resistirá a toda e qualquer alteração interna que se anteponha aos seus interesses. E realiza a autonomia à sua imagem e semelhança.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — WEBSTER, C. K. — *Gran Bretaña y la Independencia de America Latina* — Buenos Aires — 1944.
- 2 — MANCHESTER, ALAN K. — *British preeminence in Brazil, its rise and decline — A study in Europe expansion* — Chapel Hill — 1933.
- 3 — VILLANUEVA, CARLOS A. — *Napoléon y la Independencia de America* — Paris — 1911.
- 4 — SAMÚDIO, NICOLAS GARCIA — *La Independencia de Hispano-America* — México — 1945.
- 5 — STAPLETON, A. G. — *George Canning and his time* — Londres — 1859.
- 6 — LIMA, OLIVEIRA — *Dom João VI no Brasil* — 2.^a edição — Prefácio de Otávio Tarquínio de Sousa — 3 vols. — Rio — 1945.
- 7 — FUNCHAL, MARQUÊS DO — *O Conde de Linhares* — Lisboa — 1908.
- 8 — ARAÚJO, ARTUR DA CUNHA — *Perfil do Conde da Barca* — Porto — 1940.
- 9 — LIMA JÚNIOR, AUGUSTO — *Cartas de D. Pedro I a D. João VI* — Rio — 1941.
- 10 — *Correspondência oficial das Províncias do Brasil durante a legislatura das Côrtes Constituintes de Portugal nos anos de 1821-1822* — Lisboa — 1872.

OBSERVAÇÕES

1 — O estudo de Webster ajuda a compreender o papel desempenhado pela Inglaterra no processo da autonomia de todos os povos que se constituíram em nações nesta parte do Mundo, na fase da Revolução Industrial, especificando as formas concretas de participação inglesa em cada um dos casos.

2 — Embora o trabalho de Manchester, dos mais completos e rigorosos a propósito do papel da Inglaterra nos negócios brasileiros, ultrapasse o quadro da autonomia, alcançando os investimentos britânicos da fase imperial e a concorrência norte-americana que acabou por suplantá-los, o seu interesse reside na forma como apresenta a origem dessa primazia nos quadros que antecederam a Independência, como nos acordos que a sucederam, em que a posição da Inglaterra ficou bastante clara.

3 — O interesse do livro de Villanueva está em demonstrar a função da invasão napoleônica no desencadeamento do processo final da autonomia dos povos da área americana, pela derrocada das monarquias ibéricas, deixando livres de subordinação, em determinada fase, os vice-reinados dependentes, cada um seguindo o rumo particular condicionado pela situação local.

4 — Um estudo em conjunto, com os detalhes específicos de cada caso, do processo de emancipação dos povos de colonização espanhola, situando precisamente o papel dos diversos movimentos, o venezuelano e o platino de forma especial, bem como o quadro em que se desenvolveu o problema do México, com muitos fatores de diversificação.

5 — Stapleton, numa exata biografia de Canning, aprecia uma fase já posterior ao movimento de emancipação, mas estuda os seus antecedentes e situa a função da Inglaterra, particularmente as atividades diplomáticas então desenvolvidas. Mostra as ligações do processo de emancipação com o desenvolvimento da ação diplomática inglesa, face às ameaças de retôrno concretizadas na posição da Santa Aliança. A orientação de Canning consistiria em consolidar o esforço da autonomia dos povos americanos, resguardando-os do sentido intervencionista de uma política superada.

6 — Escrevendo mais um estudo sobre a administração de Dom João no Brasil do que uma biografia do Príncipe, depois Rei de Portugal e do Brasil, Oliveira Lima escreveu obra fundamental para a compreensão do período em que se precipitaram as ações preparatórias da Independência. Nela aprecia as correntes de idéias que dominavam o círculo do príncipe, a influência diplomática britânica, as realizações administrativas, o papel da Rainha Carlota Joaquina, as repercussões no Brasil dos acontecimentos europeus, tudo, em suma, que marca o referido período como a introdução à existência autônoma do Brasil.

7 — Foi o Conde de Linhares das figuras mais importantes e mais características entre aquelas que giraram em torno do Príncipe D. João e influíram em suas decisões e em suas orientações. Biografia detalhada, em que o sentido apologético não chega a prejudicar o material informativo.

8 — Outra figura de destacada importância na Côrte de Dom João foi o Conde da Barca, cuja biografia constitui preciosa e rica fonte de informações para o período brasileiro da vida do príncipe e rei português. Do Conde da Barca foram algumas das mais fecundas iniciativas no sentido de montar aparelhamento administrativo capaz de permitir à Colônia nova estrutura. As informações biográficas de Artur da Cunha Araújo completam os dados que, sobre o Conde da Barca, fornece Oliveira Lima.

9 — A correspondência do príncipe regente com o rei, na fase preparatória da Independência, ajuda a compreender muitos aspectos da ruptura entre o Brasil e Portugal, inclusive o da solução monárquica que nos distinguiu do resto da área colonial americana.

10 — Preciosa fonte de informações, insubstituível sob muitos títulos, a coleção de documentos oficiais trocados pelas Províncias com a Metrópole esclarece sobre a diversidade de comportamento de cada uma, no processo de elaboração da Independência. A fase em que o Brasil se fez representar nas Côrtes Constituintes foi das mais importantes e características, mostrando a herança divisionista do domínio colonial luso.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — NEVES, ACÚRSIO DIAS — *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste Reino* — Lisboa — 1810.
- 2 — MORAIS, A. J. DE MELO — *História da trasladação da Côrte portuguesa para o Brasil em 1807-1808* — 2 vols. — Rio — 1872.
- 3 — LAVRADIO, MARQUÊS DE — *D. João VI e a Independência do Brasil. Últimos anos do seu reinado* — Lisboa — 1937.
- 4 — RUBIO, J. M. — *La Infanta Carlota Joaquina y la política de España en America* — (1808-1812) — Madri — 1925.
- 5 — DUTRA, JOSÉ SOARES — *Cairu, precursor da economia moderna* — Rio — 1943.
- 6 — CARVALHO, M. E. GOMES DE — *Os deputados brasileiros nas Côrtes Gerais de 1821. Subsídios para a História do Brasil* — Pôrto — 1912.
- 7 — SANTOS, LUÍS GONÇALVES DOS — *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* — 2.^a edição — Rio — 1943.
- 8 — METTERNICHT — *Mémoires, documents et écrits divers* — Paris — 1881.
- 9 — LAVRADIO, CONDE DE — *Memórias* — 2 vols. — Coimbra — 1932/1943.
- 10 — GAMA, ANÍBAL — *D. Pedro na Regência* — Rio — s.d.
- 11 — CÂNCIO, HENRIQUE — *D. João VI* — Bahia — 1909.
- 12 — NORTON, LUÍS — *A Côrte de Portugal no Brasil* — São Paulo — 1938.

- 13 — MENESES, MANUEL JOAQUIM DE — *Exposição histórica da Maçonaria no Brasil* — Rio — 1857.
- 14 — BRITO, JOÃO RODRIGUES DE — *A economia brasileira no alvorecer do século XIX* — Prefácio de F. M. de Góis Calmon — Salvador — 1946.
- 15 — GUIMARÃES, A. G. de ARAÚJO — *A Côte no Brasil* — Pôrto Alegre — 1936.

A Independência

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Os acontecimentos ligados à Independência podem ser compreendidos entre o Fico, quando o príncipe regente se decide entre a obediência às determinações da Metrópole e o atendimento às solicitações dos brasileiros, e os atos de reconhecimento internacional que sancionam a presença do Brasil no conjunto das nações como país autônomo. Ao contrário dos acontecimentos, o processo é longo, com relações internas e externas. A Independência ocorre no momento em que as pressões externas pela liberdade de comércio, pela abertura do mercado colonial americano, conjugam-se com as pressões internas, no sentido de abolir a subordinação ao intermediário nas trocas. Os laços de dependência estavam resumidos no regime de monopólio comercial. Extingui-lo era ingressar na situação de autonomia. Quando aquela extinção interessa às forças externas do desenvolvimento industrial, que impulsionariam a liberdade de comércio, e às forças internas, ligadas à produção de mercadorias destinadas ao exterior, a Independência é fatal, dependendo da centelha que a propicie. Na invasão napoleônica da península ibérica, a centelha é acesa. A transferência da Corte para o Brasil é a primeira fase e irrecorrível. A segunda ocorre depois do regresso da Corte a Portugal.

Não só a situação dos deputados brasileiros às Côrtes lusas mas a posição antagônica da Metrópole, depois do regresso de D. João VI, para com a Colônia, colocavam em evidência uma ruptura que poderia ocorrer a qualquer momento. Nesse longo período, da vinda da Côrte para o Brasil ao Fico, as forças coloniais não haviam senão somado os seus esforços. Restava ganhar o príncipe regente, para fazer da autonomia acontecimento fácil, removendo resistências e vencendo dificuldades. A solução será encontrada com o mínimo de alterações internas, e isso é levado a rigor, de sorte que o Brasil surge como nação autônoma sob regime monárquico, quando as demais nações americanas emergiam para a vida independente como repúblicas.

Um mínimo de alterações no interior, realmente, correspondia ao preço que a classe dominante exigia pela sua solidariedade à autonomia, sem a qual esta teria sido muito mais difícil e tempestuosa, senão transferida, embora para não muito longe. Quanto à pressão exterior, não cederia no que afetava ao trabalho escravo, que era uma das características básicas de seu domínio e tinha ainda condições de rentabilidade. A evolução do pensamento de José Bonifácio, quanto ao problema do trabalho escravo, é precioso indício das condições em que a classe dominante empresaria a Independência. O Patriarca verifica a impossibilidade de encontrar o apoio daquela classe, levantado o problema da suspensão do regime escravo, e sacrifica a sua idéia, que assentava em bases objetivas, visto que a vinculava às suas conseqüências inevitáveis de absorção da mão-de-obra disponível, colocada de súbito num mercado ainda estreito para o trabalho livre.

A libertação do jugo metropolitano, assim, encontra uni-das, na Colônia, as forças ponderáveis, e a saída espontânea, a saída rápida, a saída fácil é a da adesão do príncipe regente, a da conformação geral, a de acomodação máxima com o passado, a de um mínimo de alterações. O Brasil vai emergir para a vida autônoma, então, com a sua estrutura colonial íntegra, sem qualquer modificação, sem a menor fenda, pelo menos na aparência. Manter a autoridade existente, a do príncipe, por outro lado, era assegurar a indispensável obediência de tôdas as Províncias, conservando o domínio territorial, abrangendo

tôda a área, evitando que se fragmentasse. As forças de dissociação não eram grandes, embora existissem, como não era grande a força aglutinadora do centro. A saída do príncipe, a sua resistência à autonomia, poderia trazer, e traria, pelo menos em determinadas regiões, como o Norte, cisões e discrepâncias. E havia que considerar ainda, numa Colônia destituída, como tal, de força militar própria, a presença de forças militares lusas, com poderio razoável, inclusive na Capital. A ação do príncipe poderia evitar o choque com tais forças. Os fatos mostraram que, se não evitou, pelo menos atenuou os choques. A luta armada tem poucos episódios, a rigor apenas o de Pirajá, com o 2 de julho.

Apesar de todos êsses cuidados, o príncipe, quando afirma a sua vontade de permanecer no Brasil e particularmente depois que proclama a ruptura dos laços de subordinação à Metrópole, está relegado à situação de mero capitão-mor da Província do Rio de Janeiro. Há divergências, no momento da autonomia. Para dirimi-las, para vencê-las, submetendo à vontade do centro, que comandara a Independência, as regiões distantes, tornava-se necessária a força militar, que não existia, que era metropolitana. As comunicações com as Províncias, por outro lado, eram predominantemente marítimas — e foi isso que determinou a formação ou improvisação de uma esquadra. As operações dessa esquadra, desde o acompanhamento das forças militares lusas que regressavam a Portugal até à intervenção em Províncias em que elementos recalcitrantes se recusavam a reconhecer a autoridade de Dom Pedro I, são dirigidas por chefes estrangeiros, por ingleses. Aí surge o papel de Cochrane, em seguimento ao que teve quando levou as tropas de San Martín do Chile ao Peru. A Inglaterra ajudava, aqui, como ajudara San Martín, como ajudara Bolívar, a libertação total. Associava-se ao movimento de autonomia.

E nem só se associava com os seus almirantes porque a ajuda última estaria no processo de reconhecimento da Independência, sem o qual a existência autônoma ficava amputada, tornada uma ficção. A política externa britânica, nessa fase, realiza os anseios coloniais e satisfaz as necessidades de expansão de sua indústria e de seu comércio. Dominando os mares, tem condições para tornar-se guardião da autonomia da área americana de origem ibérica.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — LIMA, OLIVEIRA — *O movimento da Independência, 1821-1822* — S. Paulo — 1922.
- 2 — MONTEIRO, TOBIAS — *História do Império. A elaboração da Independência* — Rio — 1927.
- 3 — MONTEIRO, TOBIAS — *O primeiro reinado* — 2 vols. — Rio — 1939/1940.
- 4 — FREITAS, CAIO DE — *George Canning e o Brasil* — 2 vols. — S. Paulo — 1960.
- 5 — SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO — *José Bonifácio. 1763-1838* — Rio — 1945.
- 6 — SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO — *A vida de D. Pedro I* — 3 vols. — Rio — 1952.
- 7 — TEMPERLY, HAROLD — *Foreign Policy of Canning. 1822-1827* — Londres — 1925.
- 8 — LIMA, OLIVEIRA — *O reconhecimento do Império* — Paris — 1901.
- 9 — ACCIOLI, HILDEBRANDO — *O reconhecimento da Independência do Brasil* — 2.^a edição — Rio — 1945.
- 10 — VASCONCELOS, SALOMÃO DE — *O Fico. Minas e os mineiros na Independência* — S. Paulo — 1937.

OBSERVAÇÕES

1 — O trabalho de Oliveira Lima constitui, ainda hoje, um repositório de informações de interesse para a concatenação dos acontecimentos ligados à Independência. Não há nenhuma análise, nenhuma originalidade, nenhuma idéia nova, apenas exposição, e exposição quase didática, dos fatos. Mas a capacidade de sumariar do autor torna o trabalho fácil. É uma apresentação do problema em conjunto.

2 — Apegado aos métodos antigos de fazer História, precioso pesquisador, concatenando os fatos e arrolando as figuras, despojado de virtudes de síntese e de qualquer intenção de aprofundar questões, Tobias Monteiro mostra tudo o que aconteceu na preparação da Independência.

3 — E mostra, nos dois volumes dedicados ao primeiro reinado, o papel do Imperador e de cada um de seus auxiliares, de todos eles traçando um perfil, à base da informação documentária. É uma longa e até exaustiva narração, sem altos e baixos, mantida no mesmo rigor informativo, que compreende os fatos ocorridos entre a Independência e o 7 de Abril.

4 — Excelente estudo, à base de documentação diplomática britânica, da política externa desenvolvida por Canning e concretizada, no Brasil, por Strangford e por Stuart. Análise minuciosa dos acordos anglos-brasileiros de 1810 e de 1825, episódios marcantes do processo da independência brasileira.

5 — Estudo inteligente de José Bonifácio, não apenas documentado mas vivido pela análise e pelas observações do autor. O melhor retrato do Patriarca, cujas idéias são apreciadas e cuja atuação prática é mostrada no quadro em que se agitou.

6 — Extenso trabalho biográfico, cuja copiosa documentação, particularmente epistolar, permite ao autor preencher vazios e tirar algumas dúvidas a respeito da atuação do príncipe que se tornou rei de dois países que ajudara a separar.

7 — Interessante e bem informado estudo a respeito da política exterior seguida por Canning, em que está situado o problema da autonomia e do reconhecimento da autonomia dos povos de origem colonial da área americana. Verifica-se a posição do governante britânico em consonância com as necessidades de seu país, e a firmeza e habilidade com que realizou os acordos que traduziam a ascendência da posição inglesa no Mundo. É o ponto de vista inglês, enquanto a obra de Caio de Freitas é o ponto de vista brasileiro.

8 — Pequeno trabalho de diplomacia por um diplomata, a obra de Oliveira Lima situa os principais acontecimentos ligados à política exterior brasileira dos primeiros tempos da autonomia.

9 — Estudo mais completo, feito por diplomata e conhecedor do Direito Internacional, detalhando os problemas que o reconhecimento apresentou, conforme os interesses de cada um dos países mais diretamente envolvidos ou afetados pelo processo da Independência.

10 — O quadro em que ocorreu o episódio conhecido como *Fico* está detalhadamente exposto em Tobias Monteiro. O trabalho de Salomão de Vasconcelos tem o mérito, entretanto, de mostrar o papel de Minas na Independência, papel que teve importância na medida em que as distâncias e os fatores de dissociação impediam que a autoridade do centro se exercesse desde logo sobre toda a área nacional. A adesão de Minas foi fator importante para consolidar a autonomia e permitir que ela encontrasse correspondência na subordinação provincial à autoridade do príncipe.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — SOUSA, ALBERTO — *Os Andradas* — 2 vols. — S. Paulo — 1923.

- 2 — AMARAL, BRÁS DO — *História da Independência da Bahia* — Bahia — 1923.
- 3 — DUNDONALD, CONDE DE — *Narrativa dos serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa, prestados pelo Almirante Conde de Dundonald (Lord Cochrane)* — Londres — 1859.
- 4 — GAMA, ANÍBAL — *Libertação do Brasil do jugo lusitano* — Rio — 1946.
- 5 — MARTINS, ROCHA — *A Independência do Brasil* — Coimbra — 1922.
- 6 — MARTINS, ROCHA — *O último vice-rei do Brasil* — Lisboa — s.d.
- 7 — MARQUES, XAVIER — *Ensaio histórico sobre a Independência* — Rio — 1924.
- 8 — CHRISTOPHER, LLOYD — *Lord Cochrane. Seaman. Radical. Liberator* — Londres — 1947.
- 9 — SILVA, FRANCISCO GOMES DA — *Memórias* — 2.^a edição — Rio — 1939.
- 10 — ACCIOLI, HILDEBRANDO — *O reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América* — S. Paulo — 1936.
- 11 — SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E — *O Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva — (Dezembro de 1821 a novembro de 1823)* — S. Paulo — 1939.
- 12 — OLIVEIRA, JOSÉ FELICIANO DE — *José Bonifácio e a Independência* — S. Paulo — 1955.
- 13 — WEBSTER, CHARLES — *The Foreign Policy of Palmerston. 1830-1841* — 2 vols. — Londres — 1951.
- 14 — *Documentos para a história da Independência* — Rio — 1923.
- 15 — *Arquivos diplomáticos da Independência* — 8 vols. — Rio — 1922/1925.

A Crise da Regência

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

No conceito de muitos intérpretes da História brasileira, a abdicação do primeiro Imperador, a 7 de abril de 1831, teve o caráter de acabamento da obra iniciada com a Independência. O afastamento do príncipe que permitira a autonomia com um mínimo de choques correspondia à liquidação das acomodações e compromissos, abrindo perspectivas para reformas necessárias ou desejadas por grupos e elementos com atividade política. Do ponto de vista formal, substituíra-se um Imperador, que trazia na sua pessoa muito do passado e representava, pelas suas origens, alguma coisa estranha ao nosso meio, por uma Regência, destinada a governar na menoridade do sucessor dinástico. Esta Regência começaria por ser composta de três pessoas, terminando por constituir-se de uma só. A escolha das três pessoas e, depois, da única pessoa, já representava, em si mesma, dificuldade considerável, uma vez que a vida política, a precária vida política do tempo, era ainda recente, não havendo organizações partidárias estáveis, mas um jogo de prestígios individuais feito em torno de poucas figuras. Outra dificuldade estava nas relações do Regente, ou da Regência, com a Assembléia Legislativa, em que as representações provin-

ciais ficavam mais ou menos em liberdade, de vez que a autoridade do centro não se firmara ainda, e iniciativas pessoais, dentro de certos limites, traduziam a confusão da época. E havia, ainda, agravando o quadro, as relações com as Províncias, que não se subordinavam ao centro, que não lhe acompanhavam a orientação, que viviam mais ou menos autônomas, dentro das possibilidades de cada uma.

Não é por coincidência que a fase se caracteriza pela profunda e generalizada turbulência. As rebeliões provinciais, umas de indisfarçável gravidade, outras de longa duração, surgem por toda a parte, de norte a sul. Toda a estrutura brasileira é abalada pelas convulsões políticas, denunciando-se, nela a presença de longas insatisfações e de descompassos ancorados num distante passado. Algumas dessas insurreições têm contornos locais evidentes, mas não é por acaso que, numa mesma fase, repontam de todos os cantos os movimentos de rebeldia. Aquêlê mínimo de alterações que a Independência conseguira, no momento em que se concretiza, assinala agora a sua artificialidade. O caráter pacífico da autonomia, o conformismo das Províncias com a solução adotada pelo centro para configurar politicamente o País, traduziam apenas impossibilidade de reagir, precariedade de meios para levantamentos. Não trodiziam a realidade de plena e generalizada aceitação.

Na formulação política dos homens que, no Rio de Janeiro, procuravam traçar os moldes para o Brasil, houve, então, o balanceamento entre os dois extremos, seja a autonomia provincial, dentro dos conceitos vigentes, seja a centralização rigorosa. A luta se reflete entre o Ato Adicional e a sua lei reguladora. É o aspecto formal, entretanto. De fato, senão de direito, as Províncias vinham sendo governadas pelas oligarquias locais, algumas com representação e influência no centro, outras despojadas dessa representação. Compor êsses localismos e regionalismos e submeter, na extensão geográfica e na diversidade econômica, uma organização nacional foi a tarefa do tempo. Tarefa difícil, áspera, que encontrou inúmeros obstáculos, variados em importância. As rebeliões provinciais ou locais correspondiam a acumulação sucessiva de erros ou de falhas, muitas delas independentes da ação dos governantes. Correspondiam, no fundo, a tudo o que vinha sendo contido, desde a fase colonial, a tudo o que não encontrara possibilidades para manifestar-se, a tudo o que anunciava alterações, al-

gumas muito importantes, e que não tinha condições para impor-se.

Um dos traços gerais nesses movimentos que eclodem em zonas as mais distantes umas das outras ou do centro estava ligado à situação econômica do País, que emergia para a vida autônoma sem um mínimo de recursos para atender às suas necessidades. A crise atinge duramente algumas zonas, em que há uma pausa e o conseqüente perecimento de iniciativas que viviam da troca normal. Uma dessas zonas é a amazônica. Por outro lado, a necessidade de arrecadar criava desigualdades de tratamento que provocavam sonegação e resistências. Isso ocorreu particularmente em relação ao Rio Grande do Sul.

Entre a abdicação do primeiro Imperador e a Maioridade do segundo há, então, uma fase de turbulência, de agitação, de rebeliões sucessivas ou simultâneas que convencionamos chamar "Crise da Regência", processo cujos estudos estão ainda em início e cuja importância parece indiscutível. Nem só as rebeliões traduzem a gravidade da fase, mas também o esforço dos legisladores e governantes para encontrar uma saída. Trata-se de restabelecer, sobre um país convulsionado, a autoridade do centro no que esta autoridade representa o pleno domínio da classe de senhores territoriais e de escravos que haviam empesado a Independência, que agora se dividiam e que eram ameaçados de todos os lados. Compor-se-ão, adiante, com o golpe da Maioridade, embora acontecimentos revolucionários surjam ainda, como a rebelião Praieira, enquanto outros entram em fase de declínio, como a revolução Farroupilha e a Cabanagem. Nesse sentido, a Praieira pode ser compreendida na fase de turbulência, embora a exceda cronologicamente.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE — *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo* — Rio — 1937.
- 2 — SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE — *Evaristo da Veiga* — S. Paulo — 1939.
- 3 — SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE — *Diogo Antônio Feijó* — Rio — 1942.

- 4 — AMARAL, BRÁS DO — *A Sabinada* — Bahia — 1905.
- 5 — RAIOL, DOMINGOS ANTÔNIO — *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* — 5 vols. — Rio, Maranhão e Pará — 1865/1890.
- 6 — VARELA, ALFREDO — *História da Grande Revolução* — 6 vols. — Pôrto Alegre — 1925.
- 7 — RODRIGUES, DILKE BARBOSA — *A vida singular de Angelim. (A Cabanagem)* — Rio — 1934.
- 8 — ALMEIDA, ALUÍSIO DE — *A Revolução Liberal de 1842* — Prefácio de Carlos da Silveira — Rio — 1944.
- 9 — SERRA, ASTOLFO — *A Balaiada* — Rio — 1946.
- 10 — *O Progresso. Revista social, literária e científica* — Reedição feita pelo Governo do Estado de Pernambuco como parte do programa das comemorações do centenário da Revolução Praieira — Prefácio de Amaro Quintas — Recife — 1950.

OBSERVAÇÕES

1 — Foi Bernardo Pereira de Vasconcelos um dos principais ar-
tífices da estrutura política brasileira, na fase difícil da Regência.
Inicialmente colocado em posição liberal, operou movimento inverso,
depois, vindo a lançar as bases da reação conservadora que assegu-
raria o predomínio do centro sobre as manifestações de rebeldia pro-
vincial. Num estudo biográfico, em que o quadro do tempo está sem-
pre presente, Otávio Tarquínio de Sousa traça o desenvolvimento da
ação política de Bernardo Pereira de Vasconcelos, mostrando as suas
mudanças e o alcance que tiveram.

2 — Evaristo da Veiga teve papel de singular relêvo na fase da
Regência. De suas colunas na *Aurora Fluminense* surgiram, freqüen-
temente, as orientações políticas que acabariam em propiciar reformas
e decisões para todo o País. Jornalista e político, Evaristo da Veiga
exerceu enorme influência em um tempo em que pouco numerosos
eram os homens que influíam no desenvolvimento dos negócios pú-
blicos. Os aspectos dessa influência, o sentido a que obedeceu, foram
traçados pelo biógrafo, numa análise minuciosa.

3 — Feijó completa a galeria biográfica que define o quadro
brasileiro da época, naquilo em que as ações individuais, políticas e
governamentais o definiram. Homem de autoridade, enfrentou as re-
beliões com energia, para tornar-se depois um rebelde. Figura singu-
lar pelas suas posições e pelas suas atitudes, Feijó caracteriza, entre-
tanto, o movimento de reação que desembocaria na Maioridade e daria
lugar à plena retomada de poderes pela classe dos senhores territoriais
e de escravos, depois do intervalo conturbado da Regência.

4 — Apoiando-se em fontes idôneas, Brás do Amaral indica os traços principais do movimento que tomou o nome de Sabino Vieira e que eclodiu na Bahia, em 1837. Antes de apresentar a personalidade do chefe da rebelião, o autor mostra os antecedentes e as causas do estado de inquietação que permitiram o seu irrompimento, para só depois descrever o papel do médico que, assumindo a chefia, teria de arcar com as responsabilidades da derrota e da repressão que se seguiu, vindo a ser exilado para Mato Grosso.

5 — Os *Motins Políticos*, de Raiol, com tôdas as suas deficiências, a sua prolixidade, a confusão com que apresenta as informações, continuam a ser uma fonte indispensável para o conhecimento do meio em que surgiria a *Cabanagem*, um dos movimentos mais profundos, mais sérios e mais característicos da fase da Regência. A obra, aliás, serve muito mais à compreensão do meio amazônico e de seus problemas, no período compreendido entre a Independência e a Regência, do que ao conhecimento da rebelião ali desenvolvida. Embora apegada aos fatos, narrativa, episódica e cronológica, como era norma no tempo, ela ajuda a situar as personalidades e os fatos.

6 — A longa obra em que Alfredo Varela descreveu a Revolução Farroupilha tem sido bastante controversa, negando alguns estudiosos apoio a muitos dos pontos de vista defendidos nela e criticando determinadas teses que levantou. Como quer que seja, trata-se de um trabalho exaustivo, quase sempre bem informado, com uma cópia de elementos digna de aprêço. Por outro lado, Varela tem uma preocupação fundamental, que tem escapado aos que trataram êsse tema, a de relacionar o problema sulino com o quadro platino em geral, esmiuçando identidades, semelhanças, reflexos, influências, tudo o que associa o problema brasileiro ao quadro platino.

7 — Angelim, chefe cabano, começa a merecer a atenção e o aprêço dos estudiosos. O trabalho de Dilke Barbosa Rodrigues é pioneiro, com as qualidades e os defeitos do pioneirismo. Fornece, além dos dados sobre a personalidade central, uma idéia em conjunto da *Cabanagem*, rebelião tão importante quanto mal estudada ainda.

8 — Investigador consciencioso, Aluísio de Almeida aprecia com equilíbrio o movimento de 1842 cuja gravidade estêve em que irrompeu em área próxima da sede do Governo, já com o segundo imperador no trono, mas que está ligado, pelas suas origens e pelos seus motivos, àqueles que pontilharam a fase da Regência. Episódios e figuras, entre elas a de Feijó, surgem nitidamente recortados pela pena do investigador que utiliza o pseudônimo de Aluísio de Almeida.

9 — O movimento maranhense da *Balaçada*, em que Caxias inaugura a sua ação pacificadora e repressora, teve em Astolfo Serra o seu melhor intérprete. O autor, efetivamente, procura esmiuçar os seus motivos, estudando o quadro geográfico e o quadro humano e analisa

conscientiosamente as razões da rebelião, com a preocupação de situar objetivamente as figuras e os acontecimentos.

10 — Mais do que qualquer trabalho, dos muitos já aparecidos sobre a Revolução Praieira, a reedição de *O Progresso* coloca ao alcance dos estudiosos fonte excelente para o entendimento do que foi o movimento pernambucano, em particular no que se refere à sua ideologia. O jornal recifense traduz as inquietações do meio e reflete as formulações nêle levantadas, com alguma dose de paixão e talvez bastante inobjetividade. Sua consulta, entretanto, tem o maior interesse, não apenas para a compreensão do que foi a Revolução Praieira mas do que foi a pequena imprensa doutrinária da fase da Regência, prolongada ao Império.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — BRANDÃO, ULISSES — *A Confederação do Equador* — Recife — 1924.
- 2 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *O Marquês de Olinda e seu tempo* — (1793-1870) — S. Paulo — 1938.
- 3 — RANGEL, ALBERTO — *No Rolar do Tempo* — Rio — 1937.
- 4 — SILVA, J. M. PEREIRA DA — *História do Brasil de 1831 a 1840* — Rio — 1878.
- 5 — VEIGA, LUÍS FRANCISCO DA — *O Primeiro Reinado estudado à luz da Ciência ou a Revolução de 7 de Abril justificada pelo Direito e pela História* — Rio — 1877.
- 6 — CALÓGERAS, J. PANDIÁ — *O Marquês de Barbacena* — 2.^a edição — S. Paulo — 1934.
- 7 — SEIDLER, CARL — *História das guerras e revoluções no Brasil de 1825 a 1835* — Tradução e introdução de Alfredo de Carvalho — Prefácio de Sílvio Cravo — S. Paulo — 1939.
- 8 — VARELA, ALFREDO — *História da República Rio-grandense* — 2 vols. — Pôrto — 1929.
- 9 — QUINTAS, AMARO — *Um intérprete da Revolução Praieira* — Recife — 1948.
- 10 — BRITO, LEMOS — *A gloriosa sotaína do Primeiro Império* — (*Frei Caneca*) — S. Paulo — 1937.
- 11 — MAGALHÃES, BRUNO DE ALMEIDA — *O Visconde de Abaeté* — S. Paulo — 1939.
- 12 — MELO, ANTÔNIO JOAQUIM DE — *Gervásio Pires Ferreira* — 2 vols. — Recife — 1895.

- 13 — VALADÃO, ALFREDO — *Da Aclamação à Maioridade*. (1822-1840) — 2.^a edição — S. Paulo — 1939.
- 14 — SPALDING, WALTER — *A Revolução Farroupilha. História popular do Grande Decênio (1835-1845)* — S. Paulo — 1939.
- 15 — MAGALHÃES, BASÍLIO DE — *Estudos de História do Brasil* — S. Paulo — 1940.
- 16 — MARINHO, JOSÉ ANTÔNIO — *História do movimento político do ano de 1842 em Minas Gerais* — Rio — 1844.
- 17 — VARELA, ALFREDO — *Revoluções cisplatinas* — Pôrto — 1916.
- 18 — MORAIS, JOÃO BATISTA DE — *Revolução de 1842* — São Paulo — 1908.
- 19 — COLLOR, LINDOLFO — *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos* — Rio — 1938.
- 20 — QUINTAS, AMARO — *O sentido social da Revolução Praieira. Ensino de interpretação* — Recife — 1946.
- 21 — HURLEY, JORGE — *A Cabanagem* — Rio — 1934.
- 22 — HURLEY, JORGE — *Traços cabanos* — Rio — 1935.
- 23 — CRUZ, ERNESTO — *Nos Bastidores da Cabanagem* — Belém — 1942.
- 24 — BOITEUX, LUCAS ALEXANDRE — *A Marinha Imperial na Revolução Farroupilha* — Rio — 1935.
- 25 — BOITEUX, LUCAS ALEXANDRE — *Marinha Imperial versus Cabanagem* — Rio — 1943.
- 26 — MORAIS, VILHENA DE — *Caxias em São Paulo. A Revolução de Sorocaba* — Rio — 1934.
- 27 — FRAGOSO, AUGUSTO TASSO — *A Revolução Farroupilha (1835-1845). Narrativa sintética das operações militares* — Rio — 1938.
- 28 — BOITEUX, HENRIQUE — *Anita Garibaldi* — Rio — 1935.
- 29 — BOITEUX, HENRIQUE — *A República Catarinense* — Rio — 1927.
- 30 — PÔRTO, AURÉLIO — *Jacinto Pinto Guedes* — Rio — 1937.
- 31 — CARNEIRO, ÉDISON — *A insurreição Praieira* — Rio — 1961.
- 32 — MARTINS, JOAQUIM DIAS — *Os Mártires Pernambucanos* — Recife — 1853.
- 33 — PINTO, ESTÊVÃO — *O General Abreu e Lima* — Recife — 1949.
- 34 — QUINTAS, AMARO — *A Revolução Praieira* — Recife — 1949.
- 35 — MONTENEGRO, OLÍVIO — *Um revolucionário da Praieira* — Recife — 1949.

- 36 — BRITO, FRANCISCO DE SÁ — *Memória da Guerra dos Farrapos* — Prefácio, introdução e notas de Paulino Jaques — Rio — 1950.
- 37 — ALMEIDA, LUÍS CASTANHO DE — *O sacerdote Diogo Antônio Feijó* — Apresentação e notas de Afonso de E. Taunay — Petrópolis — 1951.
- 38 — MELO, MÍLTON F. DE — *A Setembrizada* — Recife — 1951.
- 39 — *A Revolução de 7 de Novembro de 1837 (Sabinada)* — Bahia — 1945.
- 40 — *A Revolução dos Farrapos no Arquivo Imperial* — Pôrto Alegre — 1951.

O Apogeu do Império

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

O golpe da Maioridade, com o inequívoco sentido conservador de que se revestiu, corresponde ao momento em que a classe dominante, dos senhores de terras e de escravos, retoma plenamente o domínio político no Brasil, empreendendo as reformas que lhe vão permitir modelar o Império à sua imagem e semelhança. O período das rebeliões provinciais, em que se refletiam as inquietações do tempo, aproximava-se do encerramento. Tratava-se de vencer os farroupilhas, ainda levantados, o que foi ultimado pelo Marquês de Caxias, em ação militar a que se juntou ação política correspondente, revigorando os laços de dependência da Província do extremo sul com o centro, mas fazendo com que este entrasse a participar mais diretamente das lutas platinas, em intervenções sucessivas. Outras rebeliões ocorreriam, como a Praieira, mas já o Governo central estava em condições firmes para enfrentá-las, sem os problemas que agravaram tanto o quadro apresentado no período da Regência.

Entre os fatores que permitiram à classe dos senhores de terras e de escravos a plena retomada do poder, sem ameaças e sem resistências de vulto, esteve, com importância destacada,

o do deslocamento do centro de gravidade econômico para a região centro-sul, poderosamente ameaçado, desde o declínio da mineração aurífera, na fase colonial. O desenvolvimento horizontal e vertical da lavoura do café nas zonas próximas da sede do Governo, num ritmo acelerado, dá ao Governo imperial as condições de estabilidade que lhe permitiram empreender a tarefa centralizadora que tem início desde a Maioridade e que só vai apresentar as primeiras brechas com o fim da guerra com o Paraguai. O aparelhamento do País tende a valer-se do comércio externo, em que o café se apresenta com uma contribuição de tal monta que obscurece todas as outras. Há, então, ascensão por progressiva e acelerada da agricultura cafeeira e declínio lento mas inexorável da lavoura do açúcar. Isto importa em crescente contribuição dos senhores territoriais sulinos à consolidação do regime, o que lhes permite resistir às pressões provinciais e estabelecer as bases de unificação de poderes que se extremará. A tarefa de deter as manifestações regionais reflete, assim, a força da classe dominante, mas já evidencia os contrastes, que o tempo aprofundará, entre uma lavoura nova, apta a receber e implantar relações de produção mais avançadas, e uma lavoura tradicional, ancorada nos tempos coloniais, que resiste à introdução de novas relações de produção — entre uma lavoura voltada para o mercado externo, proporcionando saldos na balança exportadora, e com isso recursos ao aparelhamento material do País, e uma lavoura voltada para o mercado interno, que se debate em problemas difíceis e que necessita o amparo do centro e a proteção que lhe permita sobreviver.

O Império vai refletir, com a passagem dos tempos, e cada vez mais profundamente, esse contraste. A revolução Praieira assinala um de seus momentos mais curiosos e característicos quando, pouco mais de um lustro antes, já Minas e São Paulo haviam assistido ao sufocamento de movimento diverso, de outro caráter, em que se denunciava a agonia do processo que dominara o quadro regencial. Farroupilhas e cabanos, com peculiaridades e traços locais inequívocos em suas manifestações, seriam ou apaziguados e neutralizados, estabelecendo harmonia entre os levantados e o centro, ou esmagados e dizimados, abrindo-se quadro de aparente placidez na vida brasileira, quadro em que o Império atinge o apogeu de seu domínio.

Na medida em que a ascendência do centro sôbre as Províncias se afirma e se consolida, o Império introduz as reformas administrativas que lhe traduzem as ações, levando-as ao máximo de rigor e profundidade que vai desembocar na centralização a que se referiram os comentadores do tempo, dentre eles Tavares Bastos. A placidez superficial do quadro não traduz, assim, a realidade, mas domínio pleno face à dispersão das forças e seu enfraquecimento. Levando a centralização ao grau que levou e montando o seu aparelhamento administrativo nessa base, o Império tem condições para apresentar-se em apogeu e para dar a impressão de placidez em sua ascendência. Mas não tem condições para fazer desaparecer tudo aquilo que se havia manifestado, por vêzes de forma confusa, na fase tumultuosa das Regências, e para deter o nôvo processo que se gerava na vida nacional e que manifestaria a sua força na segunda metade do século, particularmente depois do fim da Guerra com o Paraguai.

Dominando as Províncias, nomeando os seus governadores, mantendo os senhores territoriais pelos títulos da Guarda Nacional, restringindo o espaço de manifestações políticas através da constituição de eleitorado diminuto e estabelecido à base da renda, a fase de apogeu do Império vai desde o golpe da Maioridade até o momento em que as manifestações de resistência crescem, diversificam-se e se generalizam. Aparecerão, desde aí, as tendências para a Federação, para a abolição do trabalho escravo, para a mudança de regime, avolumando-se com o passar dos tempos, à proporção que o Império, assentado no aparelhamento que gerara e consolidara, mostra-se incapaz de enfrentar os problemas que surgem a cada passo e somam os seus efeitos.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — SILVA, J. M. PEREIRA DA — *História da fundação do Império do Brasil* — 2.^a edição — 6 vols. — Rio — 1877.
- 2 — NABUCO, JOAQUIM — *Um estadista do Império* — 2 vols. — S. Paulo — 1936.

- 3 — LIRA, HEITOR — *História de Dom Pedro II* — 3 vols. — S. Paulo — 1938/1940.
- 4 — CALÓGERAS, J. PANDIÁ — *A política exterior do Império* — 3 vols. — Rio e S. Paulo — 1927/1933.
- 5 — FREITAS, TEIXEIRA DE — *Consolidação das Leis Civis* — Rio — 1898.
- 6 — CALMON, PEDRO — *História social do Brasil — II — Espírito da sociedade imperial* — 2.^a edição — S. Paulo — 1940.
- 7 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *História do café no Brasil* — 12 vols. — Rio — 1928/1941.
- 8 — BESOUCHET, LÍDIA — *José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Ensayo historico biografico* — Buenos Aires — s.d.
- 9 — WERNECK, F.P.L. — *Memória sobre a fundação de uma fazenda* — Rio — 1860.
- 10 — VIANA, HÉLIO — *Da Maioridade à Conciliação* — Rio — 1945.

OBSERVAÇÕES

1 — Conquanto o renome de historiador de Pereira da Silva tenha sofrido bastante com a passagem dos tempos, está fora de dúvida que o seu trabalho sobre a fundação do Império representa ainda fonte importante, particularmente para a compreensão do quadro em que se gerou o regime, emergindo da fase de transferência da Corte lusa para o Brasil. Muitos dos problemas que o Império teve de enfrentar surgiram naquela fase e nas que se seguiram logo depois, o reinado curto do primeiro imperador e o período das Regências. Analisando a fundação do regime, Pereira da Silva apresenta copiosa informação. Algumas falhas, que lhe têm sido imputadas, no sentido de desvalorizar a sua contribuição, não invalidam o conjunto.

2 — Não há na bibliografia brasileira um estudo biográfico que se compare ao que escreveu Joaquim Nabuco sobre o seu pai, Conselheiro Tomás Nabuco de Araújo, figura relevante da época em que o Império ascende ao seu apogeu. Nessa biografia excelente, inclusive como trabalho literário, o autor faz desfilar a galeria principal do Império, traçando de cada figura perfil exato e situando a sua contribuição política. Nela, ainda, há que destacar a apreciação dos problemas do tempo, aqueles em que esteve envolvido o biografado. Foram, entretanto, os mais importantes, e por isso a vida de Tomás Nabuco de Araújo se confunde, na obra, com o próprio período histórico em que ele viveu.

3 — A apologética do Imperador, quando não do Império, não representa, no Brasil, apenas saudosismo vulgar, que ocorre em toda

a parte, representa o descontentamento com o presente, a forma de protesto contra alterações que a vida impõe e que são inevitáveis. Por isso, e só por isso, o Império tem ainda, entre nós, defensores acérrimos e saudosistas inquietos. Heitor Lira se alista nessa galeria. Mas o seu estudo sobre o segundo imperador contém, apesar do sentido apologético, ampla informação, apreciando a posição da personalidade central face a cada um dos problemas que surgiram e se desenvolveram no seu reinado.

4 — Num longo trabalho, Calógeras expõe, com detalhes e grande soma de informações, os principais acontecimentos relativos à política exterior brasileira entre a Independência e a República, apreciando particularmente os problemas platinos e a orientação seguida pelo Império na solução de cada um. Os dois primeiros volumes foram editados no Rio e o terceiro foi incorporado à Coleção Brasileira dirigida por Fernando de Azevedo. Tratam os três apenas dos fatos, não penetrando no domínio da interpretação da política externa e de cada um de seus problemas. O trabalho de Calógeras serve também para a informação a respeito das atividades diplomáticas ligadas aos conflitos militares em que o Brasil foi envolvido.

5 — A obra de Teixeira de Freitas representa a institucionalização, em lei escrita, das normas e características da fase em que o Império atinge o apogeu. É o reflexo da realidade política e social no Direito escrito.

6 — Como no volume sobre a sociedade colonial, Pedro Calmon mostra, em diferentes cortes, a sociedade imperial, estudando os grupos, as atividades e as classes, como se comportavam, os traços que as distinguiam, os costumes, as normas vigentes. Estuda a nobreza, o comércio, as artes, as letras, a política, a vida econômica, num levantamento que proporciona boa informação a respeito do assunto.

7 — A ligação que existiu entre o Império e o café, mencionada na introdução histórica ao presente capítulo, pode ser facilmente verificada pelo conhecimento da copiosa exposição histórica feita por Afonso de E Taunay, dentro dos métodos a que se subordinou, de acumulação de dados, sem qualquer disciplina, sem qualquer discriminação, fornecendo material bruto ao estudioso. O sentido informativo da obra pode ser avaliado pela sua extensão, e o resumo aparecido em 1954, sem possuir as virtudes da síntese, perde o da informação.

8 — Foi o Visconde do Rio Branco uma das personagens mais características da fase de apogeu do Império, que representou bem, em sua ação política como em sua ação diplomática, estendendo ambas até à fase em que o regime começou a denunciar a presença e a atuação dos fatores que o levariam à derrocada. A sua biografia, portanto, como a do Conselheiro Nabuco, permite compreender a ascensão imperial e a fisionomia brasileira na fase de apogeu do regime.

9 — Fazendeiro e político, F.P.L. Werneck, em memória que constitui dos mais preciosos e característicos documentos da época, informa minuciosamente a respeito da organização agrícola, na área fluminense, de uma propriedade cafeeira, seus problemas, suas necessidades, suas perspectivas. É o quadro rural do Império, na fase em que atinge a plenitude de sua força, a moldura em que vive a nobreza de títulos que o mantém.

10 — Trabalho de tese, sumariando toda a fase histórica que convencionalmente chamamos apogeu do Império, completado com ampla bibliografia, o de Hélio Viana ordena os acontecimentos e mostra a associação de uns com os outros. A Conciliação, realmente, representa o coroamento da fase de apogeu, quando a própria atividade partidária se subordina, por acordo, à firmeza com que o imperador exerce os seus poderes e faz girar em torno do trono os acontecimentos e as iniciativas mais variadas.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — SAINT-ADOLPHE, J. R. MILLIET DE — *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil* — Tradução de Caetano Lopes de Moura — 2 vols. — Paris — 1845.
- 2 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *Pequena história do café no Brasil* — Rio — 1954.
- 3 — BEAUMELLE, M. V. A. LA — *O Império do Brasil considerado nas suas relações políticas e comerciais* — Rio — 1824.
- 4 — LAMEGO FILHO, ALBERTO — *A planície do solar e da senzala* — Rio — 1934.
- 5 — LIRA, A. TAVARES DE — *Centenário do Senado do Império* — Rio — 1926.
- 6 — ALMEIDA, TITO FRANCO DE — *O Conselheiro Francisco José Furtado. Biografia e estudo de história política contemporânea* — S. Paulo — 1944.
- 7 — CHAMBERLAIN, HOUSTON STEWARD — *The Foundations of the Nineteenth Century* — Londres — 1911.
- 8 — ROCHA, JUSTINIANO JOSÉ DA — *Ação: reação: transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil* — 2.^a edição — Rio — 1901.
- 9 — ELLIS JÚNIOR, ALFREDO — *O Café e a Paulistânia* — São Paulo — 1957.
- 10 — *Diário íntimo do engenheiro Vauthier* — Prefácio de Gilberto Freire — Rio — 1940.

A Questão Platina

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

As relações entre a zona colonial vicentina e o Paraguai, que datam do primeiro século, foram de boa vizinhança, e não apenas na fase em que toda a América do Sul esteve sob domínio espanhol. Cananéia tornou-se mesmo como que a porta do Paraguai. Mais adiante, quando os colonizadores de origem espanhola conseguiram firmar-se no estuário platino, tais relações permaneceram em bons termos e tiveram mesmo regularidade comercial que lhes deu consistência. Foi o regime de monopólio que motivou os choques iniciais entre as zonas lusa e espanhola do continente; enquanto, no Brasil, o regime se exercia com extremo e inalterável rigor em relação ao açúcar, no Prata a mercadoria a que visava era particularmente o couro; nos dois lados, a importação era rigorosamente fiscalizada para manter-se apenas via metrópole. Nessa fase, o aparecimento de moeda espanhola em S. Paulo não foi acontecimento raro.

Nos fins do século XVII, dois fatos assinalam e motivam mudança no teor daquelas relações. Em 1680, os portugueses fundam, no estuário platino, face a Buenos Aires, a praça da Colônia do Sacramento. Pouco depois, ocorrem as primeiras descobertas auríferas no altiplano. Os fatos assinalam principalmente a dupla orientação lusa: aqui, revigorar o sistema de

monopólio, levando-o a extremos limites; no Prata, tentar romper o monopólio espanhol, forçando a penetração e o contrabando e visando em particular os couros, para a saída, e produtos acabados, para a entrada. Durante o século XVIII, sucederam-se as lutas sulinas, em torno da posse da praça de Colônia, ora mantida pelos lusos, ora tomada pelos espanhóis. O referido século, entretanto, é o da mineração, e a mineração vai levar os seus efeitos à zona platina, particularmente às faixas que constituem o Continente de São Pedro. Nessas faixas, a luta pelo couro, que era o motivo anterior, vai ser acrescentada da luta pelas pastagens e pelos rebanhos — as invernadas serão progressivamente substituídas pelas estâncias e, em determinadas áreas, pelas charqueadas. Aos velhos motivos de tentativa de quebra de monopólio espanhol e esforço para penetrar comercialmente na vastíssima área servida pela rêda fluvial platina — esforços que têm a Inglaterra por trás — somam-se os motivos locais e regionais, de luta pelo gado e pelas pastagens.

Quando tais lutas atingiram, ainda no século XVIII, grau de intensidade que explica a exaltação regional e a mistura de interesses que a flutuação das fronteiras permite, o aparecimento da navegação a vapor aumenta extraordinariamente a importância dos rios platinos, que servem a extensa região interior, cujo poder aquisitivo cresceu no decorrer da fase colonial. O aparecimento da navegação a vapor é fato contemporâneo da fase em que o processo de autonomia recebe os derradeiros impulsos, na América ibérica, e se aproxima de seu desenlace. Ora, o referido processo corresponde justamente à derrocada dos sistemas de monopólio comercial e traz implícita a exigência de alargamento dos mercados. A Inglaterra, em relação ao Brasil, tem a sua tarefa bastante reduzida, uma vez que conquista as posições pelo caminho dos acordos, os de Strangford e os de Stuart. Em relação às posses espanholas, e particularmente às platinas, o caminho não poderá ser o mesmo, daí as duas malogradas investidas, do primeiro decênio do século XIX, sobre a praça de Buenos Aires.

A autonomia, no caso brasileiro, teve condições para se concretizar, apesar das ameaças em contrário, sob o signo da unidade territorial — passada a fase tormentosa da Regência, tôdas as Províncias estavam submetidas à Côrte. No caso do Vice-reinado do Rio da Prata, a autonomia correspondeu à

fragmentação. É que, naquela área, onde se constituía entidade política e administrativa autônoma justamente para retirá-la da difícil subordinação a Lima, os motivos divisionistas preponderaram e encontraram na fase de enfraquecimento da autonomia o instante favorável para eclodir, surgindo a Bolívia, o Paraguai e a Banda Oriental, disputada esta pelos governos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro e finalmente neutralizada, sob intervenção britânica, com o sacrifício de Artigas. O motivo fundamental da fragmentação estava na existência, em áreas do interior, de produção artesanal que devia ser submergida com a entrada livre de mercadorias industrializadas, ao mesmo tempo que essa entrada beneficiava Buenos Aires, cuja alfândega auferia os lucros de entrada e de saída. As Províncias, particularmente as ditas do litoral, porque ribeirinhas dos rios platinos, ficavam assim submetidas a Buenos Aires, como antes estavam submetidas a Madri. A navegação a vapor coloca em destaque, por outro lado, não apenas êsses aspectos, mas a questão da liberdade de acesso às zonas do interior. Tais zonas já não são unicamente dependentes de Buenos Aires, mas diversificavam-se agora em países autônomos, e envolvem área brasileira excêntrica.

A luta contra o predomínio absorvente de Buenos Aires conseguirá unir os esforços daqueles países e do Brasil, como conseguira fazer gravitar para o lado brasileiro facções orientais. Neste último caso, os problemas só entrarão em equilíbrio quando as lutas regionais pelas pastagens se resolverem pela cessão ao Brasil da linha do Quaraí. A partir dêsse momento, a questão principal de livre acesso aos rios platinos e a da conquista dos mercados por eles servidos conta com o apoio da Côte do Rio de Janeiro e das populações sulinas, afeitas aos misteres da guerra. O Império intervirá sucessivamente no cenário platino, agindo contra Rosas, contra Oribe, seu dependente, e contra Lopez, aliado antigo, quando êste ameaçar as comunicações, além de tentar intervir no caso do Uruguai.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — SA, SIMÃO PEREIRA DE — *História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* — Rio — 1900.

- 2 — GIL, LUÍS ENRIQUE AZAROLA — *Los orígenes de Montevideo — 1607-1749* — Buenos Aires — 1933.
- 3 — SOARES, TEIXEIRA — *Diplomacia do Império no Rio da Prata* — Rio — 1955.
- 4 — FELDE, ALBERTO ZUM — *Evolución histórica del Uruguay* — 3.^a edição — Montevideu — 1945.
- 5 — HERRERA, LUÍS ALBERTO — *La clausura de los rios* — Montevideu — 1920.
- 6 — CADY, JOHN F. — *La intervención extranjera en el Rio de la Plata* — Buenos Aires — 1943.
- 7 — QUESADA, ERNESTO — *La época de Rosas* — Buenos Aires — 1899.
- 8 — SARMIENTO, D. F. — *Facundo* — Rio — 1936.
- 9 — RAMOS, R. ANTONIO — *Política del Brasil en el Paraguay. (Bajo la ditadura de Francia)* — Buenos Aires — 1944.
- 10 — BAEZ, CECILIO — *Resumen de la historia del Paraguay* — Buenos Aires — 1928.

OBSERVAÇÕES

1 — Narrativa cronológica e circunstanciada da fundação e das lutas que sustentou a praça da Colônia do Sacramento. Pautada em modelo antigo, tal narrativa proporciona apenas informações. Neste sentido, porém, é ampla e suficiente.

2 — A fundação de Montevideu corresponde à manobra dos elementos platinos no sentido de neutralizar a função que vinha exercendo a praça da Colônia do Sacramento no comércio do estuário. Colocada a jusante e dependente de Buenos Aires, Montevideu servia de ponto de apoio para a navegação de policiamento destinada a manter o sistema de monopólio no Prata. Depois da autonomia argentina, quando se processava a fragmentação do Vice-reinado, Montevideu sentiu o domínio de Buenos Aires e verificou a substituição de Madri, e do monopólio comercial, por Buenos Aires, e sua alfândega. Esta a história que Azarola Gil apresenta com amplos detalhes.

3 — Um resumo satisfatório, quanto aos fatos, das ações diplomáticas brasileiras no Prata, discriminando a orientação seguida pela Côrte do Rio de Janeiro desde a autonomia e luta pela Cisplatina até depois da Guerra com o Paraguai.

4 — História sumária da Banda Oriental, Província Cisplatina e República do Uruguai, desde as primeiras lutas e povoamento até os tempos atuais, permitindo visão concatenada e de conjunto do papel desempenhado pelo país vizinho nas competições platinas, desde as de feição regional, como aquela que girou em torno do gado e das

pastagens, até às de feição geral, como as que se ligaram à penetração comercial e à navegação da bacia platina.

5 — Herrera trata do problema do fechamento dos rios e dos esforços e lutas para torná-los livres, arrolando considerável número de depoimentos. Mostra como o problema afetava o interior, as Províncias litorâneas, o Paraguai e a Bolívia e o próprio Uruguai, e como acabou por afetar o Brasil, motivando a luta contra Lopez.

6 — Cady apresenta o histórico da intervenção britânica e francesa na área platina, quer a de caráter pacífico e comercial quer a de caráter militar, como os ataques a Buenos Aires, pouco antes da Revolução de Maio, e a manutenção da praça de Montevideu, quando do cerco que lhe foi imposto e que desembocou na campanha contra Oribe e contra Rosas.

7 — A partir dos fins do século XIX, a Argentina assistiu a um processo de revisionismo do papel que Rosas desempenhou, contrapondo-se a toda uma literatura de combate e de paixão contra o caudilho. Ernesto Quesada viu o seu livro por isso mesmo muito discutido, mas o fato é que o seu estudo sobre a época de Rosas despertou enorme interesse e mereceu esse interesse. Do conjunto da controvérsia a respeito de Rosas resultou o benefício, que superou em muito as demasias e posições apaixonadas, de compreensão melhor e mais objetiva de toda uma fase histórica em que o caudilho foi mero representante de corrente das mais características da formação argentina.

8 — Em *Facundo*, como o próprio Sarmiento acabou por reconhecer, a parte perecível é justamente a dos fatos e das figuras, aquilo em que incidiu a paixão de exilado e de perseguido. Mas há uma parte eterna, que é a do estudo do meio físico e do meio social em que se gerou e se desenvolveu o caudilhismo, de que foram expressões típicas Rosas e o próprio Facundo. Nesse sentido, o livro é insuperável.

9 — O interesse do trabalho de R. Antônio Ramos está em frisar o enorme esforço desenvolvido pelo Brasil para atrair o Paraguai para a sua órbita, vencer o seu isolamento e assegurar a sua autonomia. Esse esforço, ainda pouco estudado, e bastante esquecido, obscurece a idéia de um contraste constante, de uma permanente posição de conflito, que a guerra trouxe e que ainda se mantém, infelizmente. O problema da luta contra Lopez não saiu, em nosso País, do quadro militar, como se permanecêssemos sob as condições vigentes no século XIX.

10 — Uma história do povo paraguaio, bem informada e suficiente para conhecimento de sua evolução, desde os primeiros tempos

da colonização, situando a expansão jesuítica e seus efeitos e, depois, a autonomia e as lutas daquela época, a fase de isolamento e o esforço para dela sair, desembocando na Guerra da Tríplice Aliança e no seu cortejo de conseqüências, ainda hoje presentes na vida paraguaia.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — SOARES, TEIXEIRA — *O gigante e o rio. Ação de Mauá no Uruguai e Argentina. (1851-1878)* — Rio — 1957.
- 2 — SOUSA, JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE — *A vida do Visconde do Uruguai* — S. Paulo — 1944.
- 3 — RIVAROLA, HORACIO C. — *Las transformaciones de la sociedad argentina* — Buenos Aires — 1911.
- 4 — RIBEIRO, DUARTE DA PONTE — *As relações do Brasil com as Repúblicas do Plata* — Rio — 1936.
- 5 — MENDONÇA, RENATO DE — *Fronteira em marcha* — Rio — 1956.
- 6 — LÔBO, HÉLIO — *Antes da guerra. A Missão Saraiva ou os preliminares do conflito com o Paraguai* — Rio — 1914.
- 7 — LÔBO, HÉLIO — *História diplomática do Brasil. Às portas da guerra. (Do ultimato Saraiva, 10 de agosto de 1864, à convenção de 1865)* — Rio — 1916.
- 8 — ALBERDI, J. B. — *De la anarquía y sus causas principales* — Buenos Aires — 1886.
- 9 — ALVAREZ, JUAN — *Estudio sobre las guerras civiles argentinas* — Buenos Aires — 1914.
- 10 — QUESADA, VICENTE — *Historia diplomática latino-americana* — 3 vols. — Buenos Aires — 1912.
- 11 — VIANA, ONETO Y — *La diplomacia del Brasil* — Montevideu — 1928.
- 12 — ZINNY, A. — *Papeles de Rosas* — Buenos Aires — 1911.
- 13 — IBARGUREN, CARLOS — *Juan Manuel de Rosas* — Buenos Aires — 1922.
- 14 — ALBERDI, J. B. — *Grandes y pequeños hombres del Plata* — Buenos Aires — 1878.
- 15 — AYAGARRAY, LUCAS — *La anarquía argentina y el caudillismo* — Buenos Aires — 1919.
- 16 — CARNELLI, LORENZO — *Oribe y su época* — Montevideu — 1933.
- 17 — ALBERDI, J. B. — *Las Bases* — Buenos Aires — 1882.

- 18 — INGENIEROS, JOSÉ — *La evolución sociológica argentina* — Buenos Aires — 1916.
- 19 — QUESADA, ERNESTO — *La evolución social argentina* — Buenos Aires — 1904.
- 20 — LEVENE, RICARDO — *Investigaciones acerca de la historia económica del virreinato del Plata* — Buenos Aires — 1918.
- 21 — CERVANTES, A. MAGARIÑOS — *Estudios históricos, políticos y sociales sobre el río de la Plata* — Buenos Aires — 1888.
- 22 — VEDIA, AGUSTIN DE — *El Banco Nacional. Historia financiera de la Republica Argentina* — Buenos Aires — 1923.
- 23 — BARBAGELATA, HUGO D. — *Artigas y la Revolución Americana* — Montevideo — 1928.
- 24 — CARLOMAGNO, JUAN C. — *El derecho fluvial internacional* — Buenos Aires — 1925.
- 25 — MADERO, EDUARDO — *Historia del puerto de Buenos Aires* — Buenos Aires — 1932.
- 26 — ALVAREZ, JUAN — *Buenos Aires* — Buenos Aires — 1910.
- 27 — LAMAS, ANDRÉ — *Rivadavia, su obra política y cultural* — Buenos Aires — 1910.
- 28 — HERRERA, LUÍS ALBERTO — *La diplomacia oriental en el Paraguay* — 6 vols. — Montevideo — 1896.
- 29 — LEVENE, RICARDO — *Los orígenes de la democracia argentina* — Buenos Aires — 1917.
- 30 — LASSAGA, R. J. — *Historia de Lopez* — Buenos Aires — 1932.

Declínio do Império

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A partir da segunda metade do século XIX começam a surgir no Brasil aspectos novos, mudanças de fisionomia, suficientes para denunciar as já profundas alterações introduzidas na vida nacional, alterações que apareciam, por toda a parte, com uma clareza correspondente à intensidade de suas causas. Até à Maioridade, tratara-se de vencer as resistências regionais e de organizar o País; da Maioridade em diante, trata-se de estender a força do Poder central a todas as Províncias, realizando-se a tarefa centralizadora que acabou por despertar a idéia da Federação, como antídoto. Há um momento em que os novos fatores presentes na vida brasileira fazem sentir a sua força e aquelas manifestações, ocorridas no campo político, provocam reações correspondentes. Tais reações, denunciadas em tendências, em acontecimentos, em idéias, assinalam o início do declínio do Império, declínio que se acentua a partir do termo da Guerra com o Paraguai.

O primeiro sinal importante de mudança verifica-se com a supressão do tráfico negreiro. Desde a fase da autonomia, a pressão exercida pela Inglaterra no sentido de suspender aquele tráfico vinha em crescendo e ficara mesmo registrada em acordos internacionais de que o Brasil fôra signatário. A Revolu-

ção Industrial, tendo derrocado as formas superadas de trabalho artesanal, nas corporações e, depois, nas manufaturas, condenaria também o regime escravista, pressionando no sentido da substituição daquele regime pelo de trabalho livre, isto é, assalariado, nas áreas coloniais, agora amplos mercados consumidores dos produtos que as indústrias colocavam na circulação em volume e em variedade cada vez maiores. A classe dominante, no Brasil, que empresara a Independência, vinha resistindo, entretanto, àquela pressão, visto como o trabalho escravo, alimentado principalmente pelo tráfico negreiro, constituía uma das bases da estrutura de produção vigente. A resistência não se fundamentava apenas na rentabilidade do referido regime de trabalho mas na idéia de que a supressão do tráfico corresponderia à condenação irrecorrível do próprio sistema, ainda que alimentado pelo simples crescimento vegetativo da massa africana já introduzida no País e nêle mantida sob jugo escravista. O jogo de pressão e resistência decorreu entre a autonomia e a metade do século, quando venceu a primeira.

O tráfico negreiro vinha sofrendo, ao longo da História, alterações importantes: desde que a Revolução Industrial recebera, ainda no século XVIII, considerável impulso, pela introdução da máquina na produção, a Inglaterra fôra progressivamente deixando de ser a prática monopolizadora do tráfico, que tinha, antes na praça de Liverpool, a sua base principal. Como o tráfico não podia cessar, uma vez que as solicitações dos mercados coloniais continuavam grandes, houve progressiva substituição dos ingleses por elementos de outras nações, diretamente ligados quase todos às áreas que absorviam o braço africano. O tráfico, na segunda metade do século XIX, era investimento de portugueses e de brasileiros, êstes, na maioria, lusos de nascimento. A suspensão e o policiamento que se seguiu, muito mais o marítimo, exercido pela Inglaterra, do que o interno, exercido pelas autoridades brasileiras, vão provocar o afastamento progressivo daqueles elementos de uma atividade em que o risco crescia desproporcionadamente. Para o Brasil da segunda metade do século XIX isso se traduz numa quase súbita disponibilidade de recursos e capitais, que devem ser transferidos na aplicação. Conquanto não tenha sido possível estimar o montante dêsses recursos, é fácil verificar que foram vultosos, em relação ao mercado brasileiro. A transferência dêsses

recursos se faz, em boa parte, para atividades até então relegadas a segundo plano, particularmente as atividades urbanas e manufatureiras e de transportes. É um dos fatores de alteração do quadro brasileiro.

Outro fator, em certas faixas entrelaçado com o primeiro, está no crescimento do consumo interno, pelo aparecimento de novas zonas de povoamento e de produção, particularmente aquelas devassadas pelo café, cujo papel na balança externa de trocas era agora muito importante. Esse crescimento é ajudado pela introdução de novas técnicas, algumas nesta mesma fase, outras em fase anterior: técnicas de transporte, como o navio a vapor e a ferrovia; técnicas de comunicações, como o telégrafo e o cabo submarino; técnicas urbanas, como as que afetaram a iluminação. A transformação se reflete imediatamente no desenvolvimento do crédito, com o desdobramento da rede bancária. O aparecimento das novas técnicas correspondia à ampliação, vertical e horizontal, do mercado interno, embora a das ferrovias tenha obedecido muito mais às exigências do mercado externo, uma vez que a rede então iniciada obedecerá ao sentido de buscar no interior alimentícios e matérias-primas destinados à exportação. É a fase caracterizada, sob muitos sentidos, pelo papel de Mauá e de suas empresas. Não se caracteriza pela estabilidade. Muito ao contrário, há momentos difíceis, particularmente aqueles pontilhados pelas falências de firmas importantes, de produção e principalmente de crédito. Nem o próprio Mauá poderá escapar às sanções de um meio ainda não-preparado para as empresas de vulto.

Em consequência das transformações aqui sumariadas, que estão longe de esgotar todos os aspectos do novo quadro brasileiro, surgem alterações políticas e sociais, refletindo a inquietação e a mudança. Pronuncia-se sensível divórcio de interesses entre as zonas de lavoura tradicional, em que os traços coloniais continuavam presentes em sua plenitude, e as zonas de lavoura nova, em que, lentamente, eram introduzidas normas diferentes. Entre estas, a refratariedade progressiva ao trabalho escravo e a subordinação maior às injunções externas. Cresce em número e em força a classe média. Amplia-se o mercado de trabalho livre. Diversifica-se a atividade comercial, ligando-se determinados grupos à troca externa, enquanto outros permanecem vinculados à troca interna. Cresce o aparelho do Estado, fazendo com que os orçamentos se mostrem insa-

tisfatórios para manter os quadros permanentes e atender à expansão do País. Surge o problema dos empréstimos no exterior, na Inglaterra principalmente, e o problema dos investimentos externos faz o seu aparecimento, sob condições de tal forma extorsivas que espantam ainda hoje.

Tudo isto desemboca em choques e em contradições que se aprofundam. A segunda metade do século XIX é pontilhada de casos e de crises. A orientação partidária se altera. Aparecem idéias novas nos programas das agremiações tradicionais. A idéia republicana e a idéia federativa começam a despertar interesse. A reação contra a tarefa centralizadora ganha vulto e encontra os seus doutrinadores. Com a guerra contra o Paraguai, o Exército aparece na arena política e os que analisam o fenômeno sob seus aspectos formais apenas não se apercebem da profundidade que existe atrás desses aspectos. A questão religiosa, logo depois do encerramento da luta com o Paraguai, coloca no palco um dos aspectos dos contrastes surgidos, e mostra apenas a superfície do quadro. A questão do trabalho escravo e a questão militar conjugam-se já com a transformação que destruirá o próprio regime.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — FARIA, ALBERTO DE — *Mauá. Irineu Evangelista de Sousa. Barão e Visconde de Mauá. 1813-1889* — 2.^a edição — S. Paulo — 1933.
- 2 — RABELO, CASTRO — *Mauá. Restaurando a verdade* — Rio — 1938.
- 3 — MAUÁ, VISCONDE DE — *Autobiografia. (Exposição aos credores e ao público seguida de O meio circulante)* — Edição prefaciada e anotada por Cláudio Ganns — Rio — 1942.
- 4 — ALMEIDA, PIRES DE — *L'agriculture et les industries au Brésil* — Rio — 1889.
- 5 — MILLIET, SÉRGIO — *Roteiro do Café* — S. Paulo — 1939.
- 6 — REBOUÇAS, ANDRÉ — *Diário e notas autobiográficas* — Rio — 1938.
- 7 — OTTONI, C. B. — *O futuro das estradas de ferro do Brasil* — Rio — 1859.
- 8 — SANTOS, NORONHA — *Meios de transporte no Rio de Janeiro* — 2 vols. — Rio — 1934.

- 9 — BASTOS, TAVARES — *A Província. Estudo sobre a descentralização no Brasil* — 2.^a edição — S. Paulo — 1937.
- 10 — SOARES, SEBASTIÃO FERREIRA — *Esbôço ou primeiros traços da crise comercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864* — Rio — 1865.

OBSERVAÇÕES

1 — Conquanto se trate de trabalho apologético, aparecendo Mauá como fator pessoal e praticamente único, verdadeiro criador de situações e forjador de riqueza, a biografia escrita por Alberto de Faria proporciona informações amplas e alinha declarações e opiniões que ajudam a compreender o papel desempenhado pelo Barão de Mauá na fase referida. Os seus empreendimentos estão relacionados, um a um, com discriminações esclarecedoras, bem como figuram as relações políticas mantidas pelo empreendedor e o papel que elas tiveram, visto de ângulo particular, no desenvolvimento dos negócios que manteve.

2 — Escrito para rebater conceitos levantados por Alberto de Faria, o trabalho de Castro Rabelo na verdade completa o outro, uma vez que situa melhor o ambiente em que Mauá operou. Mesmo as restrições alinhadas, e ainda aquelas que tendem a demonstrar que o banqueiro foi sempre protegido e amparado pelos políticos dominantes, não desfiguram, quando bem analisadas, o papel desempenhado por Mauá, realmente importante. Muito mais dotado para situar historicamente os problemas, Castro Rabelo oferece o quadro do tempo e nesse sentido seu trabalho é importante.

3 — A *Exposição aos credores*, constante do livro indicado, é uma das mais lúcidas análises a respeito da situação brasileira na segunda metade do século XIX, tornando-se, desde sua publicação, fonte insubstituível para conhecimento da referida fase. A bibliografia comentada, da autoria de Cláudio Ganns, permite consultas a algumas das melhores fontes para compreensão não só do papel de Mauá como de tudo aquilo que caracterizou a sua época.

4 — O interesse do trabalho de Pires de Almeida está em constituir um balanço da agricultura e da indústria brasileira ao tempo do Império, quando este chega ao fim.

5 — Pelas estatísticas e gráficos que mostram o avanço territorial do café e as mudanças que a lavoura cafeeira sofreu, a cada fase daquele avanço, o livro de Milliet constitui excelente repositório de informações do período de declínio do Império como dos que se seguiram. A expansão da lavoura cafeeira, com o adensamento demográfico que acarreta e com as transformações a que se vai subordi-

nando constitui um dos quadros em que mais vivamente se denuncia o declínio do regime.

6 — Apesar de valido do monarca e de sua fidelidade, a que permaneceu ligado até à morte, Rebouças anotou cuidadosamente e com singular objetividade as alterações que assistiu e distinguiu bem quase sempre o sentido nôvo dos acontecimentos e o fermento de mudança que havia em muitos setores da vida nacional. Os pequenos fatos a que alude, as suas idéias mesmo, as reformas que prega, os trabalhos que julga necessários à expansão do País, são inequívocos sinais de nova mentalidade, de transformação que independia da fidelidade ou não ao regime. Nêle, o problema do regime não obscureceu a idéia objetiva das coisas. Desejava as transformações com o regime, apenas, e só nisso se distinguiu dos demais anotadores e comentadores dos problemas da fase final do Império.

7 — O trabalho de Cristiano Benedito Ottoni, escrito na aurora da expansão ferroviária brasileira representa análise muito segura e objetiva da função que os transportes por via férrea viriam a ter no quadro brasileiro de produção. Ottoni compreende as grandes transformações que se iniciam na época em que a ferrovia é introduzida no Brasil e dá ao leitor um quadro bastante claro da fase.

8 — Estudando os meios de transporte na Capital do País, em monografia que esgota o assunto, Noronha Santos traça precisamente o quadro da vida urbana que se transforma, pela introdução de novas técnicas e pelo aparecimento de atividades até então ou desconhecidas ou destituídas de importância. A fase assinala o crescimento da vida urbana, a transformação da cidade em mercado, a função de coletora dos transportes internos e externos que a cidade assume, o crescimento originado da ampliação da administração federal. Tudo isso constitui o quadro em que se situa a fase de transformação que acabará por derrocar o regime que a Independência implantara.

9 — Tavares Bastos foi dos críticos mais argutos e objetivos da época. Colaborando intensamente na imprensa e levando as suas contribuições à tribuna parlamentar, estuda o processo da centralização sob todos os aspectos e mostra a macrocefalia do centro e a paralisação das extremidades. Bate-se pela inversão do sistema, pela autonomia provincial. Nem sempre vê o problema em profundidade, mas expõe, com impressionante clareza e até com teor apaixonado, o contraste entre áreas de desenvolvimento e áreas de irremediável atraso. A análise do quadro administrativo e judiciário é das melhores contribuições de seu trabalho, assinalando as divergências que se pronunciavam entre o regime e a classe dominante.

10 — As crises econômicas e financeiras da fase de prosperidade, por vêzes colocadas em termos demasiado otimistas, mostram o contraste entre os empreendimentos e o meio que pretendiam subver-

ter. Esse contraste, que levou à falência homens do porte de Mauá, e casas da importância da de Souto, situa o choque entre a audácia de alguns pioneiros e a resistência de uma estrutura econômica ainda precária, viscerada dos descompassos a que a levava a herança colonial. O conhecimento do quadro das crises e das falências de grandes empreendimentos assinala, com precisão, o que era novo e o que era velho, no Brasil da segunda metade do século XIX, e como o velho tinha ainda muitas vezes condições suficientes para barrar o avanço do novo.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — FLEIUSS, MAX — *História da cidade do Rio de Janeiro* — Rio — 1928.
- 2 — BESOUCHET, LÍDIA — *Mauá e seu tempo* — S. Paulo — 1942.
- 3 — DORNAS FILHO, JOÃO — *O Padroado e a Igreja Brasileira* — S. Paulo — 1939.
- 4 — MARTINS, LUÍS — *O patriarca e o bacharel* — S. Paulo — s.d.
- 5 — CHAGAS, PAULO PINHEIRO — *Teófilo Ottoni, ministro do povo* — 3.^a edição — Rio — 1958.
- 6 — COSTA, CRAVEIRO — *O Visconde de Sinimbu. Sua vida e sua atuação na política nacional. (1840-1889)* — S. Paulo — 1937.
- 7 — PINTO, ADOLFO — *História da viação pública de São Paulo* — S. Paulo — 1903.
- 8 — MARTINS, J. J. SILVEIRA — *Silveira Martins* — Rio — 1929.
- 9 — MELO, A. BANDEIRA DE — *Política comercial do Brasil* — Rio — 1933.
- 10 — BASTOS, A. C. TAVARES — *Cartas do Solitário* — 3.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 11 — PONTES, CARLOS — *Tavares Bastos (Aureliano Cândido). 1839-1875* — S. Paulo — 1939.
- 12 — MEDEIROS, FERNANDO SABÓIA DE — *A liberdade de navegação do Amazonas. (Relações entre o Império e os Estados Unidos da América)* — S. Paulo — 1938.
- 13 — JACOBINA, ALBERTO PIZARRO — *Dias Carneiro, o Conservador* — S. Paulo — 1938.

- 14 — MENDONÇA, RENATO — *Um diplomata na Côrte de Inglaterra. O Barão de Penedo e sua época* — S. Paulo — 1942.
- 15 — MAGALHÃES, BASÍLIO DE — *O café, na história, no folclore e nas belas artes* — 2.^a edição — S. Paulo — 1940.
- 16 — FARIA, JÚLIO CÉSAR DE — *José Bonifácio, o Môço* — São Paulo — 1944.
- 17 — SANTOS, JOSÉ MARIA DOS — *Política geral do Brasil* — Rio — 1930.
- 18 — AMARAL, BRÁS DO — *História da Bahia do Império à República* — Bahia — 1923.
- 19 — LIMA, JORGE DE — *D. Vital* — Prefácio de Gustavo Capanema — Rio — 1944.
- 20 — RAEDERS, GEORGES — *Pedro II e os sábios franceses* — Prefácio de Tristão de Ataíde — Rio — 1944.
- 21 — OLIVEIRA, VITAL DE — *A Maçonaria e os Jesuítas* — Recife — 1944.
- 22 — RIO BRANCO, BARÃO DO — *O Visconde do Rio Branco* — Introdução e notas de Renato Mendonça — Rio — 1943.
- 23 — OLIVEIRA, RAMOS DE — *O conflito maçônico-religioso de 1872* — Petrópolis — 1952.
- 24 — GUERRA, FLÁVIO — *A Questão Religiosa no Segundo Império Brasileiro. Fundamentos históricos* — Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho — Rio — 1952.
- 25 — *1.º Centenário do Conselheiro Antônio da Silva Prado* — São Paulo — 1946.
- 26 — MATOS, VALDEMAR — *Contribuição ao estudo da sesmaria no Brasil* — Salvador — 1955.
- 27 — LIMA, RUI CIRNE — *Pequena história territorial do Brasil. Sesmarias e terras devolutas* — Pôrto Alegre — 1954.
- 28 — FREIRE, FELISBELO — *História territorial do Brasil* — Rio — 1906.
- 29 — MENESES, JOSÉ AUGUSTO GOMES DE — *Rápido exame da lei sobre as terras devolutas e colonização* — Rio — 1850.
- 30 — CHACON, VAMIREH — *História das idéias socialistas no Brasil* — Rio — 1965.

A Abolição

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A introdução do regime de trabalho escravo nas áreas coloniais oriundas da expansão ultramarina foi problema específico da fase histórica conhecida como Revolução Comercial, quando se tornou necessário colonizar, isto é, criar toda uma estrutura de produção, em terras distantes, destinada a complementar aquela que vigorava na Europa, seja nas áreas metropolitanas, seja nas áreas que com elas faziam a troca de mercadorias. O regime de trabalho escravo assim estabelecido, e justamente numa fase em que esse tipo de trabalho havia já deixado de vigorar há muito e até se contrapunha ao desenvolvimento econômico do ocidente europeu, teria, nas áreas coloniais, traços específicos, não se assemelhando à escravidão clássica senão nos seus aspectos exteriores.

Dois aspectos de conteúdo distinguem principalmente o regime de trabalho escravo implantado nas áreas coloniais. O primeiro deles funda-se na transplantação de grandes massas humanas de um continente a outro, como mercadoria, para constituir a mão-de-obra única — o regime escravista não se estabelece, ou não consegue se estabelecer, à base do aproveitamento das populações indígenas. O segundo traço é que, constituindo a peça principal do sistema de produção, o trabalho es-

cravo fica isolado, no sentido de que o próprio sistema aproveita os seus resultados não para consumo imediato e local, mas para fornecimento a mercados distantes. E o fornecimento aos mercados distantes vai ser o único canal de comunicação dessa estrutura hermética com o exterior. Nela, a propriedade escravista tem preponderância sobre a própria propriedade territorial, embora seja difícil dissociar a primeira da segunda, tão intimamente se conjugam. A rentabilidade do trabalho escravo, nos dois primeiros séculos principalmente, dá-lhe destaque significativo. Tal rentabilidade se fundamenta no tipo de mercadoria aqui produzido, e permanece alta enquanto a concorrência não lhe proporcionar os primeiros golpes.

No século XVIII, entretanto, o desenvolvimento capitalista entra em outra fase, aquela que ficou conhecida como Revolução Industrial. A Revolução Industrial, que vai caracterizar nitidamente o surto capitalista, uma vez que proporciona à produção a capacidade de dominar a circulação de mercadorias, oferece o quadro em que se deterioram definitivamente não só o sistema manufatureiro, com a introdução da máquina e a substituição das oficinas pelas fábricas, como o sistema escravista colonial, começando pelo tráfico negreiro. O movimento de emancipação se alastra por toda a parte e é mais rápido naquelas áreas mais preparadas para receber as transformações oriundas da Revolução Industrial. É movimento de conjunto, pois, e não pode ser compreendido, nas suas razões profundas, senão visto em toda a sua extensão.

No que diz respeito às áreas coloniais americanas, a Revolução Industrial pressiona em duplo sentido: no sentido de romper o regime de monopólio comercial, eliminando as metrópoles intermediárias nas trocas, que influem, pela própria posição de intermediárias, nos preços, quer das mercadorias fornecidas àquelas áreas, quer das mercadorias fornecidas por elas; e no sentido da eliminação do trabalho escravo, para que a suspensão do tráfico retenha na África as massas dela retiradas e permita, nas áreas coloniais, a transformação do trabalho escravo em trabalho livre, o que proporcionaria aumento correspondente de poder aquisitivo. Quanto à primeira pressão, para romper o regime de monopólio comercial, logo a classe dominante nas áreas coloniais americanas se associa ao problema, interessando-se pelo processo que levará ao movimento de autonomia. Existe, nesse terreno, perfeita conjugação de interê-

ses entre a pressão externa e a pressão interna. Essa conjugação de interesses não existe, entretanto, quanto à sua segunda forma de pressão, no sentido da suspensão do tráfico e da abolição do trabalho escravo. Para as áreas coloniais e, nestas, para as classes dominantes, o trabalho escravo tinha ainda rentabilidade satisfatória e era necessário e em alguns casos imprescindível manter o tráfico negreiro. Existe, no caso, pois, não conjugação de interesses, mas contradição de interesses.

Isso se traduz, no campo objetivo, pela pressão constante que a Inglaterra, colocada na vanguarda da Revolução Industrial, exerce sobre as áreas coloniais americanas, no sentido da suspensão do tráfico negreiro, e pela resistência que a classe dominante nessas áreas opõe a tal pressão. Nos acordos de 1810, arrancados pelo Ministro britânico Strangford, a condenação do tráfico ficou claramente mencionada. No acordo de reconhecimento da Independência, firmado sob a égide do Ministro britânico Stuart, novamente foi referido o problema. Daí surge o policiamento dos mares pela Marinha inglesa e os sucessivos incidentes e arranhões na soberania de povos ainda novos nesse regime. Até que, no fim da primeira metade do século XIX, a lei Eusébio de Queirós encerra formalmente o problema, que se vai encerrar de fato nos anos seguintes, pela retirada dos capitais que alimentavam essa espécie de comércio.

Daí por diante, o regime de trabalho escravo está condenado, no Brasil. O processo que leva ao ato final da Abolição é, entretanto, tormentoso e difícil, até que as leis que libertam os sexagenários e o ventre da escrava mostram que o crescimento vegetativo da massa escrava não pode atender mais à demanda de mão-de-obra. Algumas tentativas de coexistência de trabalho livre e de trabalho escravo, como as de colônias imigratórias e principalmente a configurada por Vergueiro, apenas confirmam a inanidade da resistência à solução inelutável que se aproxima. No início do século XIX, quando a rentabilidade do trabalho escravo era ainda ponderável, a classe dominante se comportava, face ao problema, como um conjunto. Já nos fins do século isso não acontece: determinadas áreas agrícolas verificavam que aquela rentabilidade baixara consideravelmente, constituindo o trabalho escravo um transtorno ao desenvolvimento de determinadas culturas. As re-

sistências à Abolição, assim, vão-se progressivamente enfraquecendo. Na penúltima década do século elas estão reduzidas ao mínimo, de tal sorte que o movimento abolicionista se precipita e alcança sucesso, por via parlamentar, anunciando as grandes transformações de que o Brasil é palco na segunda metade do século XIX e que serão completadas com a modificação do próprio regime político.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — COCHIN, AUGUSTIN — *L'abolition de l'esclavage* — 2 vols. — Paris — 1861.
- 2 — COUPLAND, REGINALD — *The British anti-slavery movement* — Oxford — 1933.
- 3 — BOCAIUVA, QUINTINO — *A crise da lavoura* — Rio — 1868.
- 4 — MENESES, ADOLFO BEZERRA DE — *A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a Nação* — Rio — 1869.
- 5 — ROHAN, H. DE BEAUREPAIRE — *O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil* — Rio — 1878.
- 6 — BARBOSA, RUI — *Emancipação dos escravos. Parecer sobre a reforma do elemento servil* — Rio — 1884.
- 7 — FONSECA, L. ANSELMO DA — *A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo* — Bahia — 1887.
- 8 — NABUCO, JOAQUIM — *O Abolicionismo* — S. Paulo — 1928.
- 9 — MENUCCI, SUD — *O precursor do Abolicionismo no Brasil. (Luís Gama)* — S. Paulo — 1938.
- 10 — SANTOS, JOSÉ MARIA DOS — *Os republicanos paulistas e a Abolição* — Rio — 1942.

OBSERVAÇÕES

1 — O trabalho de Cochin serve para situar o conjunto do problema abolicionista, retirando-o do isolamento, que leva a falsas interpretações, em que vem sendo sistematicamente colocado, como se o trabalho escravo, na fase histórica que interessa, fôsse singularidade brasileira e, em consequência, a sua abolição fôsse também problema

apenas brasileiro. Publicado vinte anos antes da Abolição em nosso País, este exaustivo trabalho proporciona informação de conjunto que esclarece bastante muitos dos aspectos que o problema apresentou no Brasil.

2 — A influência do movimento antiescravista britânico foi dupla, no caso brasileiro, como em outros do mesmo tipo: aquela que se ligou à pressão do movimento sobre as autoridades inglesas, forçando-as a intervir no tráfico e a levar a sua intervenção até aos Governos americanos; e aquela que correspondeu ao campo meramente intelectual, colhendo os elementos nacionais argumentos e idéias nos autores britânicos ligados ao movimento antiescravista. Coupland esmiúça as razões e o surto do referido movimento, mencionando seus reflexos fora da Inglaterra.

3 — Fazendo um estudo da situação da lavoura, que atravessava, na época, uma de suas crises, Quintino Bocaiúva, no ano que antecede o do lançamento do Manifesto Republicano, mostra os reflexos que naquela crise vem tendo o problema do trabalho escravo. O livro, escrito vinte anos antes da Abolição, constitui precioso documento da fase em que o trabalho escravo vai entrando em agonia, em nosso País.

4 — Um ano depois do aparecimento do estudo de Quintino Bocaiúva, que teria as responsabilidades de líder do movimento republicano, Bezerra de Menezes traduziu, em trabalho curioso, as inquietações de determinadas camadas da lavoura com respeito à aproximação do momento em que a escravidão chegaria ao fim. As medidas preconizadas por Bezerra de Menezes estão conjugadas à propaganda, que então se fazia, de que a abolição do trabalho escravo traria a ruína da agricultura brasileira.

5 — Neste trabalho reflete-se ainda o quadro do tempo, perturbado pelas idéias de resistência à abolição do regime servil, anunciada como verdadeira catástrofe, de que não se poderia salvar o País. O que o autor chama de futuro da grande propriedade e da grande lavoura é justamente o presságio de profundos males que assaltariam a Nação no caso de vencerem as idéias abolicionistas. Beaurepaire Rohan escreveu dez anos antes da Abolição.

6 — Não há talvez em toda a literatura sobre a campanha abolicionista estudo tão profundo e tão circunstanciado como o parecer de Rui Barbosa. Com a sua capacidade de captar as razões, de alinhá-las, num encadeamento cerrado, Rui mostra todos os aspectos da questão do trabalho escravo, analisando detalhadamente cada um deles. Na fase em que o problema, colocado no campo partidário, motivaria o parecer de Rui Barbosa, aumentavam as resistências a todos os passos no sentido de concretizar, de uma forma ou de outra, com indenização, sem indenização, depressa ou com prazo marcado, a abolição do trabalho escravo. Rui foi derrotado em seus propósitos,

mas a sua contribuição continua a ser das mais importantes fontes para o estudo do problema. Um lustro depois, a Abolição seria consumada, e a República viria em seguida.

7 — A posição do clero face ao movimento abolicionista foi muito discutida, na fase da campanha e mesmo depois dela. As origens dessa posição podem ser encontradas muito longe, no tempo, e ancoradas na atitude do clero face ao índio e face ao negro. Desde os primeiros tempos da colonização, quando os europeus, aqui e em outras áreas, lançaram mão do indígena, a atitude dos religiosos foi de tomar a defesa das populações locais, enquanto se distanciavam do grave problema da transplantação dos africanos para as senzalas coloniais. Isso veio encontrar eco, quando o regime escravista chegava ao fim, na atitude do clero face ao abolicionismo, que avançava ano a ano. Anselmo da Fonseca, num trabalho às vésperas da Abolição, aprecia a atitude dos religiosos.

8 — Foi Joaquim Nabuco uma das figuras centrais do movimento abolicionista. Defendeu a causa, desde os seus primeiros tempos de atividade parlamentar, e sofreu as conseqüências dessa posição. Defendeu-a nos comícios, na tribuna parlamentar, no jornal e no livro. Neste, estão encerradas algumas de suas melhores intervenções em favor dos escravos. Nabuco colocava o problema, ao tempo em que as realizou, sob aspectos objetivos. Sua análise guarda muito da emoção de que se revestiu a campanha abolicionista. Mas retém sempre clara a análise do problema, mostrando os aspectos negativos do trabalho escravo, a sua fraca rentabilidade, a ausência de sentido da propaganda que anunciava a abolição como associada à ruína da lavoura brasileira. São trabalhos que anunciam o Treze de Maio e mostram a que nível a palavra de Nabuco elevou os debates do problema.

9 — Luís Gama, filho de escrava, foi vendido pelo próprio pai. Dêsse drama pessoal, que se refletiria em toda a sua existência, tirou motivos para se tornar útil ao movimento abolicionista, depois de ter conseguido educar-se. Traçando-lhe a biografia tormentosa, Sud Menucci mostra um dos aspectos mais terríveis do regime de trabalho escravo e estuda o desenvolvimento da campanha pela libertação da escravatura em nosso País.

10 — A posição dos republicanos diante do trabalho escravo não foi uniforme nem coerente. Não podia ser: o recrutamento dos elementos obedientes à idéia de mudança de regime obedeceu, ao longo do tempo, a motivos muito variados. Isso levou a que a campanha republicana atravessasse também altos e baixos, regressando alguns dos mais eminentes signatários do Manifesto de 1870 às hostes da Monarquia. O movimento republicano tomou impulso definitivo já na penúltima década do século XIX, quando se engrossou de várias contribuições novas e correspondeu ao divórcio que se vinha estabele-

cendo entre grandes camadas da classe dominante e a Monarquia. Entre os reforços recebidos estava o dos elementos da lavoura cafeeira paulista, cujo comportamento em relação ao trabalho escravo era ainda duvidoso às vésperas da Abolição. José Maria dos Santos estuda, em seu livro, as razões dessa dubiedade, que caracteriza nitidamente.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — DORNAS FILHO, JOÃO — *A influência social do negro brasileiro* — Curitiba — 1943.
- 2 — CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE — *Capitalismo e escravidão. O negro na sociedade do Rio Grande do Sul* — S. Paulo — 1962.
- 3 — SOARES, A. J. DE MACEDO — *Campanha jurídica pela libertação dos escravos. 1867-1888* — Prefácio de Evaristo de Moraes — Rio — 1938.
- 4 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *O Visconde do Rio Branco* — 2.^a edição — S. Paulo — s.d.
- 5 — GIRÃO, RAIMUNDO — *A escravidão no Ceará* — Fortaleza — 1956.
- 6 — GOUVEIA, MAURÍLIO DE — *História da escravidão* — Rio — 1955.
- 7 — FORJAZ, DJALMA — *Senador Vergueiro. Sua vida e sua época* — S. Paulo — 1924.
- 8 — VERISSIMO, INÁCIO JOSÉ — *André Rebouças através de sua autobiografia* — Prefácio de Otávio Tarquínio de Sousa — Rio — 1939.
- 9 — IANNI, OTÁVIO — *As metamorfoses do escravo* — S. Paulo — 1962.
- 10 — COSTA, EMÍLIA VIOTTI DA — *Da senzala à colônia* — S. Paulo — 1966.

A República

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Depois da Guerra com o Paraguai, cuja longa duração não fôra prevista, surgiram claramente à tona alguns fatores novos na vida brasileira. Esse aparecimento no cenário não significa que tivessem surgido naquele momento — naquele momento encontravam oportunidade para se fazerem sentir. O ano de encerramento da guerra é também aquêle que assiste ao lançamento do Manifesto Republicano, que vale mais como sintoma do que como fato. Há numerosas fôrças que se afastam ou tendem a se afastar do regime imperante. A maior parte delas não encontra desde logo saída. Na medida em que se somam, e que a situação se agrava, é que a solução republicana começa a ganhar contôrno.

Aparece, em primeiro lugar, na ordenação do tempo, a chamada Questão Religiosa. Vista em suas linhas superficiais, parece simples e tôda desenvolvida no plano formal. Trata-se, para alguns prelados, de exercer efetivamente as suas funções, pautando-as na rigorosa ortodoxia. Isto os leva à posição de choque com a autoridade monárquica, a que o Padroado confere grandes poderes, naquela órbita que os bispos julgavam privativa de suas atribuições. Vista em profundidade, porém,

denuncia a presença de males antigos, que o momento vai transferir a primeiro plano, pôr em evidência.

Vem, depois, a Questão Política, configurada na luta pela descentralização, levantando-se a reforma federativa como remédio para a crise que se agrava e não encontra resposta na posição dos partidos. Tal questão se completa com o lançamento da idéia republicana, esposada com veemência por alguns elementos da classe dominante e posta de lado, em seguida, para retornar ao palco no fim do século. O ideal federativo e o ideal republicano correspondiam, no campo da política, às cisões sucessivas que separavam grupos numerosos da classe dominante da solução monárquica, que fôra por ela adotada para configurar a Independência.

Surge, adiante, já com caráter áspero, generalizando efeitos e abalando grandes áreas e interesses, a Questão Servil, cujas fases vão contribuir ainda mais para divorciar do trono elementos que o arrimavam e para agravar as cisões da classe dominante. A posição do Governo, tomado em conjunto, face à marcha do Abolicionismo, é tibia, não por ato de vontade mas pela complexidade de sua posição, uma vez que, esposando a tese da resistência, alienará o apoio de parte da classe dominante, e esposando a tese abolicionista alienará o apoio de outra parte.

Coroa o quadro da fase posterior ao fim da Guerra com o Paraguai a chamada Questão Militar que, como a Religiosa, é uma coisa, quando vista em superfície, e outra muito diferente, quando vista em profundidade. Em superfície, nos seus aspectos formais, trata-se de sucessivos atos de indisciplina de alguns militares, que são punidos e cuja punição provoca outros atos da mesma natureza. Em profundidade, é fácil verificar que a simples repetição de atos de indisciplina denuncia estado de ânimos e mostra que o lado formal é insuficiente para explicá-lo. Exame sumário das transformações da estrutura econômica do Império e das novas relações de classe que ela acarretou coloca melhor as questões críticas que pontilharam de acontecimentos políticos os últimos lustros de vigência do regime monárquico no Brasil.

Do ponto de vista da atividade agrícola, nota-se, na segunda metade do século, embora seja ainda perceptível na metade inicial, o contraste entre duas lavouras, a tradicional, fun-

dada no açúcar, em que imperam ainda relações coloniais de produção, e a nova, fundada no café, em que aquelas relações, surgindo no começo, vão gradativamente sendo substituídas por outras. Este é um dos motivos fundamentais da cisão na classe dominante, a dos proprietários territoriais. Há outros tipos de atividade agrícola, menos importantes, que giram, ora em torno dos modelos açucareiros, tal a do algodão maranhense, ora em torno dos modelos cafeeiros. Atividades rurais, como a pastoreio sulina, gravitam para o modelo da agricultura do café. O fato principal, entretanto, é que o café proporciona, pelos saldos na balança de comércio externo, os recursos para aparelhamento do País, e só isso lhe confere desde logo destacada importância, supremacia quase absoluta sobre outras formas de produção.

Fora dos domínios rurais, entretanto, há ainda alterações importantes. A primeira delas consiste no crescimento do mercado interno, que o adensamento demográfico, particularmente nas zonas de café, e o aumento do poder aquisitivo, elevam a nível que vai influir na economia nacional. Aquêles crescimento impulsiona, por outro lado, o aparecimento da indústria de bens de consumo que vai encontrar os primeiros reflexos sensíveis na política aduaneira. O crescimento do aparelho de Estado, de outra parte, em consequência de necessidades naturais e espontâneas da grandeza continental do País e em consequência da orientação clientelista a que não podem fugir as nações subdesenvolvidas, não só contribui para aumentar o mercado interno como para alterar a estrutura social.

Nesta estrutura refletem-se, então, todas as modificações mencionadas. Vê-se, no cimo, uma classe de senhores territoriais que se divide, comportando-se uma fração, a tradicional, nos moldes antigos, enquanto outra fração, a mais poderosa economicamente, começa a exigir reformas cada vez mais profundas. Segue-se uma classe média, recrutada entre os elementos que compõem o aparelho de Estado, aqueles que vivem das trocas internas e frações marginais, como o clero. Nessa classe média, tem influência muito grande, por deter a força, o Exército. Vem por último a classe que fornece o trabalho, naquelas áreas em que o trabalho é livre. Ela se distribui entre as zonas urbanas e as zonas rurais, particularmente nesta últimas, em que a continuação do trabalho escravo a re-

lega a posição de inequívoca subalternidade. Nas zonas urbanas, onde o trabalho escravo tem ainda espaço em que domina, a classe trabalhadora, pela diversificação profissional e pelo aparecimento de pequenas indústrias, começa a encontrar um lugar.

Ora, uma estrutura social assim configurada, não encontrava correspondência na estrutura política, quer quanto à simples representação, quer quanto à participação no Poder. A classe de senhores territoriais absorvia totalmente a representação e dominava inteiramente o Poder. A classe média não tinha meios para fazer sentir as suas necessidades e, por si só, não estava em condições de apresentá-las. A classe dos trabalhadores, ainda insignificante do ponto de vista numérico e peada pela sua componente rural, não pesava na balança política. Qualquer alteração só poderia surgir ou da própria classe dominante, ao desinteressar-se do regime vigorante ou de algumas formas de sua vigência, ou de uma composição entre a fração mais poderosa dessa classe e a classe média, particularmente naquilo que a classe média tinha como elemento de força. Quando isso acontece, surge a República.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — DORNAS FILHO, JOÃO — *O Padroado e a Igreja Brasileira* — S. Paulo — 1938.
- 2 — JARDIM, SILVA — *A República no Brasil* — Rio — 1889.
- 3 — MENDES, R. TEIXEIRA — *Esbôço biográfico de Benjamim Constant* — Rio — 1902.
- 4 — MANGABEIRA, JOÃO — *Rui, o estadista da República* — Rio — 1943.
- 5 — VIANA, OLIVEIRA — *O ocaso do Império* — S. Paulo — s.d.
- 6 — PRADO, EDUARDO — *Fastos da ditadura militar no Brasil* — Lisboa — 1890.
- 7 — OURO PRÊTO, VISCONDE DE — *Advento da ditadura no Brasil* — Paris — 1891.
- 8 — TÔRRES, JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA — *O Positivismo no Brasil* — Rio — 1943.

- 9 — MAGALHÃES JÚNIOR, R. — *Deodoro, a espada contra o Império* — 2 vols. — S. Paulo — 1957.
- 10 — BOEHRER, GEORGE C. A. — *Da Monarquia à República. História do Partido Republicano do Brasil. (1870-1889)* — Tradução de Berenice Xavier — Rio — 1954.

OBSERVAÇÕES

1 — Estudando o Padroado, João Dornas Filho aprecia a Questão Religiosa, situando o problema em seus aspectos formais. O trabalho fornece as informações circunstanciais necessárias à compreensão do problema, concatenando os acontecimentos que motivaram aquela questão e os que a marcaram até à solução final.

2 — Livro aparecido logo após a Proclamação da República, o de Silva Jardim mostra, com uma clareza exuberante, a precariedade da pregação do propagandista, cuja pertinácia o novo regime ficou a dever muito do proselitismo alcançado. Constitui, entretanto, um documento autêntico e significativo da fase final da Monarquia.

3 — Teixeira Mendes, chefe do Positivismo no Brasil, na sua forma habitual e dentro do método a que sempre obedeceu, estuda a personalidade de Benjamim Constant, a figura militar mais característica da fase de pregação republicana. Em Benjamim, realmente, confundiam-se o positivista e o militar, multiplicando a força de sua participação.

4 — A biografia de Rui Barbosa escrita pelo seu discípulo João Mangabeira abrange a existência inteira do político que veio da fase de declínio do Império para ter uma participação destacada no novo regime. Entre outras, no entanto, situa melhor o aspecto episódico da vida de Rui em que abandona o velho regime para esposar o novo e servi-lo sob as mais variadas formas.

5 — Embora se trate de um dos trabalhos mais fracos de Oliveira Viana, o seu estudo sobre o ocaso do Império acompanha os acontecimentos, relacionando uns aos outros por considerações que não chegam a aprofundar o problema da mudança de regime, mas que ajudam a compreender a concatenação dos fatos, a posição das personagens e a seriação das reformas. Existe na obra, quase imperceptível, um certo saudosismo, que o antigo regime ainda desperta no Brasil.

6 — É o documento polêmico, por isso mesmo sintomático do instante de mudança do regime. Eduardo Prado vê apenas os aspectos superficiais, os atos de indisciplina, as atitudes de ingratidão, todos os fatores pessoais postos em jogo no instante em que chega ao fim o longo reinado de D. Pedro II. Mas o seu desabafo não deixa por

isso de ter interesse, mostrando os paradoxos e as injunções criados ou desfeitos pelas circunstâncias.

7 — Outro documento da mesma natureza do anterior, elaborado agora pelo último chefe de Gabinete do regime extinto, eivado de suas paixões e viscerado de tudo o que, no autor, constituiu a contribuição pessoal. Tem interesse, como o de Eduardo Prado, para verificação de como estavam cegos para a realidade os que defendiam a última trincheira do regime monárquico.

8 — Um estudo curioso sobre a influência do Positivismo no Brasil, influência que foi expressiva apenas na fase de transformação do regime, o que mostra, no fim de contas, que a doutrina chegou a ganhar corpo no campo político, embora jamais chegasse a crescer no campo religioso. O Positivismo não é explicado como forma de compromisso, que permitia aceitar o novo sem romper com os valores tradicionais, mas como doutrina estranha ao nosso meio e apenas imitada de fora.

9 — Uma relação dos acontecimentos, a título de biografia do fundador do novo regime, ricamente ilustrada quanto ao movimento das idéias e ao movimento das personalidades do tempo. Serve para situar os fatos, na sua seqüência, desde a Questão Militar até à ascensão de Floriano.

10 — Um estudo do Partido Republicano, desde a sua fundação e lançamento do Manifesto de 1870 até à Proclamação do novo regime, apreciando os altos e baixos da organização partidária e os campos em que recrutou os seus elementos.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — BARBOSA, RUI — *A Queda do Império* — Rio — 1892.
- 2 — BELO, JOSÉ MARIA — *História da República* — Rio — 1952.
- 3 — DORNAS FILHO, JOÃO — *Apontamentos para a história da República* — Curitiba — 1945.
- 4 — MORAIS, EVARISTO DE — *Da Monarquia para a República* — S. Paulo — 1936.
- 5 — BRASILIENSE, AMÉRICO — *Os programas dos partidos e o 2.º Império* — S. Paulo — 1878.
- 6 — TESTIS — *Traços da política republicana no Brasil* — Rio — 1897.
- 7 — MESQUITA, ELPÍDIO — *Dois Regimes* — Rio — 1896.
- 8 — MENDES, R. TEIXEIRA — *A Pátria Brasileira* — Rio — 1881.

- 9 — BELISÁRIO, FRANCISCO — *O sistema eleitoral no Brasil* — Rio — 1887.
- 10 — DELGADO, LUÍS — *Rui Barbosa* — Rio — 1945.
- 11 — DORNAS FILHO, JOÃO — *Silva Jardim* — S. Paulo — 1936.
- 12 — VIEIRA, HERMES — *Ouro Preto, o homem e a época* — S. Paulo — 1949.
- 13 — CELSO, AFONSO — *O Visconde de Ouro Preto* — Pôrto Alegre — 1935.
- 14 — RANGEL, ALBERTO — *Gastão D'Orleans* — S. Paulo — 1935.
- 15 — LÔBO, HÉLIO — *Um varão da República, Fernando Lôbo* — S. Paulo — 1937.
- 16 — ABRANCHES, DUNSCHÉ DE — *Atas e atos do Govêrno Provisório* — Rio — 1896.
- 17 — ROMERO, SÍLVIO — *Doutrina contra Doutrina. O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil* — Rio — 1904.
- 18 — LINS, IVÃ — *Benjamim Constant* — Rio — 1936.
- 19 — PÔRTO, JOSÉ MARIANO — *Apontamentos biográficos de Gaspar da Silveira Martins* — Rio — 1891.
- 20 — CELSO, AFONSO — *Oito anos de Parlamento* — Rio — 1901.

A Crise da República

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Tal como acontecera quando da Independência, quando o esforço para realizá-la com o mínimo de alterações acabou desembocando na fase turbulenta da Regência, a mudança de regime, no fim da penúltima década do século XIX, também operada sem alterações em profundidade, acabaria por desembocar no período de inquietações e de levantamentos que só seria encerrada com a posse de Campos Sales na Presidência. A Proclamação do novo regime, realmente, não encontrou resistências dignas de nota. A Monarquia terminou sem perturbações e o Governo Provisório foi tranquilamente instalado, iniciando a sua tarefa. Provinha de conjugação de forças em que estavam representadas fração importante da classe dos senhores territoriais, a de mais poder econômico, e a classe média, particularmente representada pela contribuição militar. Tal conjugação fôra possível até o momento da tomada do Poder. Apresentaria divergência desde esse momento. Nota-se, daí por diante, não apenas o recrutamento de quadros na velha galeria monárquica mas a luta interna, entre a componente territorial e a representação de classe média, luta nem sempre clara.

Alguns sinais dessa luta aparecem com clareza quando o quadro é analisado em profundidade. Começa ela com a po-

sição adotada por Rui Barbosa na Pasta da Fazenda. A orientação do ministro corresponde ao atendimento dos interesses, a que já não era possível esquecer, de formas de produção, a industrial em particular, que começavam a ponderar na vida brasileira. A fase de euforia do encilhamento corresponde à ilusão de que a estrutura nacional poderia comportar reformas importantes e profundas. O esboroamento dessa ilusão coloca a realidade diante dos olhos de todos: o Brasil era ainda suficientemente colonial e agrário para poder suportar mudanças e alterações em profundidade. A luta de Rui Barbosa como Ministro da Fazenda, entretanto, é sintoma da existência de forças novas na estrutura brasileira de produção, forças que haviam estado presentes na mudança de regime e que não cessariam de atuar daí por diante.

A simples composição estabelecida entre uma fração da classe dominante, dos senhores territoriais, e a classe média, fornecia indicações suficientemente claras das mudanças a que fôra submetido o quadro político. A fração da classe dominante que se interessara pela República, entretanto, era justamente aquela que estava vinculada ao comércio externo, pela colocação no exterior do produto principal do País, o café. Ela impulsionara as alterações até o ponto em que lhe convinha, mas não abriria mão de seus interesses fundamentais, permitindo a ascensão da classe média e permitindo, com isso, alterações mais profundas na estrutura do País. É por isso que, desde a posse do Governo Provisório, começa a luta interna, dela participando, ao lado dos que haviam contribuído para a República, elementos que estavam vinculados ao que o Brasil apresentava de mais retardado. A tentativa de golpe empreendida por Deodoro, dissolvendo o Congresso, apresenta o primeiro abalo, depois das dissensões pessoais que minavam o Governo. É quando Floriano Peixoto assume o Poder, em que exercerá tarefa singular, ainda insuficientemente apreciada.

A força da classe dominante derivava, sem dúvida alguma, do profundo atraso em que eram conservadas as massas rurais, que não participavam de forma alguma da vida política. Iriam começar a participar, agora, dentro das normas constitucionais traçadas à base do liberalismo. Para submetê-las, para conduzir os seus pronunciamentos, a classe dominante instalaria as oligarquias políticas, reduzindo o jogo eleitoral a uma farsa. En-

quanto, no Império, os pleitos giravam em torno de participação reduzida em número e recrutada à base da renda, o problema estivera ausente do palco. Com a República, êle se apresenta, em sua verdadeira grandeza. A Federação ficaria mutilada, divididos os Estados em feudos das oligarquias nêles instauradas e em nada diferentes daquelas que, tutelarmente, conduziam os destinos das Províncias no regime anterior.

A luta contra Floriano, em seu conjunto, não é mais do que a contradição entre as velhas forças e as novas forças geradas no quadro brasileiro. Estas não são suficientes ainda para assegurar o predomínio e a posse do Poder, detendo-o enquanto a poderosa personalidade do alagoano permanecer na Presidência, e por isso mesmo levantando a idéia de sua continuação. Quando o sucessor de Floriano ascende, as oligarquias começam a retomada daquilo que a transição de um regime a outro lhes retirara. O quadro está completo ao ascender Campos Sales, e a política que êste leva a efeito tem tôdas as características, quer na orientação financeira, quer na orientação partidária, quando estabelece o singular sistema de entregar claramente os Estados às oligarquias, da reconquista plena do Poder e do despojamento da classe média de participação nêle. É por isso que as lutas do tempo de Floriano são acirradas, violentas, desmedidas pelas paixões que se desencadeiam. Existe nelas conteúdo de classe, a que se deve a tônica turbulenta e descomedida. Com a morte de Floriano, o Brasil perde o seu primeiro grande líder de classe média.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — BARBOSA, RUI — *Relatório do Ministro da Fazenda* — Rio — 1891.
- 2 — DANTAS, SAN TIAGO — *Dois momentos de Rui Barbosa* — Rio — 1949.
- 3 — BALEEIRO, ALIOMAR — *Rui, um estadista no Ministério da Fazenda* — Rio — 1952.
- 4 — BARBOSA, RUI — *Obras Seletas* — VI, VII e VIII — *Campanhas Jornalísticas* — *República* — 3 vols. — Rio — 1956/1957.

- 5 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *O Encilhamento. Cenas contemporâneas da Bôlsa em 1890, 1891 e 1892* — 2.^a edição — S. Paulo — s.d.
- 6 — *Floriano. Memórias e Documentos* — 6 vols. — Rio — 1939.
- 7 — PESSOA, EPITÁCIO — *Obras Completas* — I — *Discursos Parlamentares (1890-1893)* — Rio — 1955.
- 8 — MELO, CUSTÓDIO JOSÉ DE — *O Govêrno Provisório e a Revolução de 1893* — 2 vols. — S. Paulo — 1938.
- 9 — MOTA FILHO, CÂNDIDO — *Uma grande vida. Bernardino de Campos* — S. Paulo — 1932.
- 10 — SALES, CAMPOS — *Da Propaganda à Presidência* — São Paulo — 1908.

OBSERVAÇÕES

1— O Relatório de Rui Barbosa de sua passagem pelo Ministério da Fazenda constitui dos mais expressivos documentos relativos à fase crítica do nôvo regime. Naquele Ministério, para o qual nada o indicava, Rui Barbosa tem atuação típica como representante ou intérprete das fôrças econômicas a que se não dava ainda no Brasil a devida atenção, mas cuja importância era já ponderável, alterando o quadro da fase imperial, em que só as atividades agrícolas tinham destaque. Criticada embora, malograda em muitos de seus aspectos, incompreendida em outros, a atuação de Rui Barbosa é índice da época e traduz uma realidade que não encontrava ainda reconhecimento e muito menos aceitação.

2 — O autor analisa dois momentos da vida de Rui Barbosa. Não interessa tanto a êste capítulo o segundo, aquêle em que Rui se despe da sua condição de jurista para entrar na análise filológica do projeto de Código Civil devido a Clóvis Bevilacqua. Mas interessa muito o primeiro, em que San Tiago Dantas, com clareza exemplar, situa o problema do contraste — que caracteriza a crise da República — entre a classe média que emergia para a atividade política, e de que Rui seria representante típico, e a classe tradicional dos senhores territoriais.

3 — Aliomar Baleeiro analisa o papel de Rui Barbosa à frente do Ministério da Fazenda e mostra como a sua capacidade de estadista estêve em representar o que era nôvo na vida econômica brasileira. As conclusões do autor a êsse respeito não se enquadram esquematicamente nesse sentido, mas abrangem variados aspectos da atuação de Rui, postos em confronto com a estrutura do País, e em especial quanto ao campo das finanças públicas.

4 — Os três volumes que encerram, nas *Obras Seletas* de Rui Barbosa, editadas pela Casa que guarda o seu nome, a parte relativa

às campanhas jornalísticas da fase republicana não se limitam ao período compreendido neste capítulo, mas contêm, no que a êle se refere, alguns documentos da mais alta importância, caracterizando a luta que deixaria de um lado Floriano Peixoto e de outro o jornalista que o combateria por todos os meios e que encontraria no exílio novos motivos para reforçar os que já o animavam.

5 — Taunay pretendeu aproveitar como motivo de romance a fase turbulenta do *Encilhamento*, realmente rica em matéria capaz de constituir fundo de realidade para a ficção. Não alcançou o seu intento: o romance, como tal, é fraco, insuficiente e desinteressante. Representa, em todo caso, documentário, a que não faltam muitos dos traços mais pitorescos do período em que a euforia dos negócios pretendia esconder a realidade ainda colonial da estrutura econômica brasileira.

6 — O documentário a respeito de Floriano esclarece o que teve de fundamental a sua atuação à frente do Governo, mostrando como enfrentou os grandes problemas do tempo e como encontrou tôda a sorte de obstáculos para dar-lhes solução. A figura aparentemente enigmática, em tôrno de cujos traços individuais se pretendeu fazer girar a política de época conturbada, aparece em sua verdadeira grandeza.

7 — O volume das *Obras Completas* de Eptácio Pessoa contém os seus discursos parlamentares da fase em que fez cerrada oposição ao governo de Floriano Peixoto. Sob a roupagem do jurista e do oposicionista que vela pelos direitos individuais, na oratória fluente e corajosa do tribuno parlamentar, estão presentes as forças que se opõem à tarefa de Floriano, mobilizadas a rigor e encontrando no deputado nordestino expressão exata de seus anseios e necessidades.

8 — A revolta da Marinha, na fase em que dela participa Custódio José de Melo, encontra no longo e variado relato do próprio almirante muitas das suas razões. Constitui excelente e copioso documentário a respeito da posição da Esquadra, de sua formação e tendência, explicando muitos dos acontecimentos posteriores, quando Saldanha da Gama se integrou na revolta.

9 — Sob muitos aspectos, foi típica a figura de Bernardino de Campos, protagonista de episódios importantes da primeira fase da República, particularmente no apoio a Floriano e quando de sua candidatura malograda à Presidência. Mota Filho situa bem êsses e outros episódios.

10 — O governo de Campos Sales assinala a fase em que a classe dominante de senhores de terras, representada pela sua fração mais importante, assume a plenitude do Poder e nêle realiza a política que lhe convém, política que, ao tempo de Campos Sales, se traduziu particularmente no que se refere ao campo financeiro. Em seu depoimento, que abrange o período da propaganda, Campos Sales

mostra as razões da sua orientação e procura explicar as decisões que caracterizaram a referida orientação.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — CUNHA, EUCLIDES DA — *Os Sertões* — 17.^a edição — Rio — 1948.
- 2 — CUNHA, EUCLIDES DA — *Contrastes e Confrontos* — Pôrto — 1920.
- 3 — CUNHA, EUCLIDES DA — *Campanha de Canudos. Diário da Expedição* — Rio — 1948.
- 4 — LAVRADOR, JOSÉ — *Heróis de 93* — Rio — 1938.
- 5 — BARBOSA, RUI — *Mocidade e exílio* — 3.^a edição — S. Paulo — 1949.
- 6 — BASTOS, HUMBERTO — *Rui Barbosa, ministro da independência econômica do Brasil* — S. Paulo — 1950.
- 7 — BORMANN, J. B. — *Dias fratricidas* — Curitiba — 1901.
- 8 — FRANCISCO, JOÃO — *Psicologia dos acontecimentos políticos-sul-rio-grandenses* — S. Paulo — 1923.
- 9 — MONTEIRO, TOBIAS — *Pesquisas e depoimentos* — Rio — 1913.
- 10 — RUSSOMANO, VÍTOR — *História constitucional do Rio Grande do Sul* — Pelotas — 1923.
- 11 — GUANABARA, ALCINDO — *A presidência Campos Sales* — Rio — 1902.
- 12 — GOYCOCHEA, CASTILHOS — *Gumercindo Saraiva na Guerra dos Maragatos* — Rio — 1943.
- 13 — CARNEIRO, DAVI — *O Paraná e a Revolução Federalista* — Prefácio de Raimundo Sampaio — S. Paulo — 1944.
- 14 — NABUCO, JOAQUIM — *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* — 2.^a edição — S. Paulo — 1939.
- 15 — COSTA, SÉRGIO CORREIA DA — *A diplomacia do Marechal* — Rio — 1945.

Govêrno das Oligarquias

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

Esboçando-se com o período presidencial de Prudente de Morais, em que o Brasil realiza na praça de Londres o primeiro reajustamento do serviço de dívida externa, e caracterizando-se plenamente no período de Campos Sales, de que é expressão específica a chamada "política dos governadores", o Poder volta inteiramente à classe dos senhores territoriais, fechando a fase denominada "Crise da República". O predomínio absoluto, ou aparentemente absoluto, da classe dos senhores territoriais, que sanara a cisão anterior, traduz-se, no terreno político, pela entrega dos Estados às oligarquias e pelo regime de burla eleitoral que apresenta uma fachada democrática, com os partidos e os pleitos, e um fundo medieval, com a vedação das manifestações e preferências populares. Nega-se de fato, aos elementos, camadas sociais, grupos e classes o direito à representação. A estrutura do Estado gira apenas em torno da classe dominante, que tampona tôdas as passagens e inutiliza todos os esforços.

Esse pleno domínio, entretanto, não se processa sob clima de placidez. Sucessivos motins militares perturbam a vida nacional, surgindo quase todos no Distrito Federal. Sob os mais variados pretextos, inclusive o da vacina obrigatória, repontam

rebeldias. A posição da imprensa, numa época em que depende principalmente das simpatias da classe média e da cooperação do pequeno comércio, retrata mais ou menos fielmente a situação, num combate desesperado a governos que se sucedem monotonamente, sem qualquer alteração do quadro nacional, obedecendo à rotina e à troca de posição que reduz o panorama eleitoral a uma farsa representada com solenidade. No fundo, a vida brasileira evolui lenta e inexoravelmente no sentido de alterar esse domínio. Cresce o mercado interno, alimentando uma indústria que vive muito mais dele do que da pauta alfandegária e começa a encontrar lugar específico na estrutura econômica. Desdobram-se as comunicações, estabelecendo contato entre vastas zonas do País. O proletariado esboça organizações, muito mais de caráter associativo e beneficente do que de caráter político. E o comércio externo continua a pautar o desenvolvimento do País, aberto inteiramente à penetração de capitais estrangeiros e desprovido totalmente de defesa ante a exaustão que representam os seus lucros remetidos para o exterior. Dominando, preferencialmente, setores fundamentais da estrutura econômica, o dos transportes, o da energia elétrica, o dos serviços urbanos, esses capitais vivem em perfeita harmonia com a classe dominante, que com eles troca vantagens e reparte lucros. O Brasil é vasta fazenda tropical, produtora de matérias-primas, cujos preços jamais alcançaram estabilidade, consumidora de produtos acabados, representando mercado de crescente importância.

A situação econômica e financeira, que se agrava progressivamente, e que não poderia encontrar saída na base do sistema em vigor, traduz-se nas inquietações generalizadas, que a força detém, e que explodem sob aspectos os mais diversos. Um dos sintomas interessantes daquelas inquietações está no descrédito dos governantes e na crença ilusória de que outros poderiam, ainda que mantido o sistema, operar de maneira diferente. A generalização e a confusão das agitações, a ausência de rumos, mostram a situação brasileira em que os males são conhecidos mas apenas diagnosticados pelos seus efeitos. Começa a agravar-se a posição do café no mercado externo, enquanto, internamente, a diferença no desenvolvimento entre as diversas regiões do País vai proporcionar grandes dificuldades no campo político e administrativo. A competição entre

capitais ingleses e norte-americanos motiva a necessária correspondência no interesse que a política exterior encontra no pan-americanismo. A euforia transitória da exploração gomífera amazônica desemboca em verdadeiro desastre. Nêle, entretanto, os comentaristas do tempo verificam apenas o fato de saída clandestina de mudas de seringueira, quando o problema estava na incapacidade de competir o Brasil com qualquer região em que se estabelecessem relações capitalista de produção. Depois da fase em que Rodrigues Alves dera ao Brasil a ilusão do progresso, um presidente devia deparar, logo após a posse, com rebelião de marinheiros que pretendiam abolir a chibata, castigo corporal que revivia, em navios os mais modernos, o regime medieval de servidão ou a forma escravocrata de trabalho. Nesse interim, visitante estrangeiro concluiria que o Brasil viria a ser um vasto país de negros, o que muito abalaria a opinião da camada culta, preocupadíssima com as razões de clima e de raça para explicar o atraso brasileiro.

O revezamento dos grupos no Poder encontraria, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, momento duvidoso, quando foi necessário aceitar a candidatura de prestigioso chefe militar, evitando-se que o Exército, expressão da classe média, cindisse a placidez do quadro. No governo daquele chefe, as "salvações", nos Estados, com substituição de algumas oligarquias, mostrava prenúncios de mudança. Ensaia-se uma peça cujo epílogo estava ainda distante. A Guerra Mundial agravaria o panorama da estrutura econômica insatisfatória, que mostrava profundas brechas. Nela substituindo importações e realizando circunstancialmente aquilo que poderia ter sido uma política, se outras fôsem as condições do Brasil, a indústria preencheria lacunas e manteria o mercado interno abastecido de uma gama de mercadorias já bastante larga.

O após guerra não poderia comportar retorno total, íntegro, ao passado. Tinham sido gerados interesses que não comportavam tal retorno. O mecanismo político, entretanto, persistiu cego para a realidade, recusando-se a tomar conhecimento de mudanças que saltavam aos olhos. Havia a idéia de que os sistemas são eternos e que as tentativas e esforços de mudança são movimentos ilusórios, movidos pela demência de uns e pela idealização vaga de outros. O governo das oligarquias, aparentemente tranqüilo, apenas deixava passar o tempo, ignorando que o fim se aproximava e que a estrutura colonial,

que o suportava, começava a mostrar-se insuficiente para satisfazer as necessidades do Brasil.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — *Centenário do Conselheiro Rodrigues Alves* — 2 vols. — São Paulo — 1951.
- 2 — PÔRTO, COSTA — *Pinheiro Machado e o seu tempo* — Rio — 1951.
- 3 — BARBOSA, RUI — *Obras Seletas* — III, IV e V — *Tribuna parlamentar* — *República* — 3 vols. — Rio — 1955/1956.
- 4 — *A Margem da história da República* — Rio — 1924.
- 5 — BRAGA, CINCINATO — *Problemas brasileiros. Magnos problemas econômicos de São Paulo* — Prefácio de Ranulfo Pinheiro Lima — 3.^a edição — Rio — 1948.
- 6 — AMADO, GILBERTO — *Grão de areia e estudos brasileiros* — Rio — 1948.
- 7 — CALÓGERAS, J. PANDIÁ — *Problemas de govêrno* — 2.^a edição — S. Paulo — 1936.
- 8 — CALÓGERAS, J. PANDIÁ — *Problemas de administração* — 2.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 9 — MARTIN, PERCY ALVIN — *Latin America and the war* — Baltimore — 1925.
- 10 — GABAGLIA, LAURITA PESSOA RAJA — *Epitácio Pessoa (1865-1942)* — 2 vols. — Rio — 1951.

OBSERVAÇÕES

1 — Numa obra de homenagem, de tendência apologética, a que está ligada a sua própria origem, aparece a vida e a atividade de uma das figuras mais expressivas da fase republicana em que se caracterizou o govêrno das oligarquias. Aparece, particularmente, no que teve de superficialmente positivo, as grandes iniciativas, a escolha acertada de homens para a administração, o espírito público dentro da órbita conservadora de homem que provinha dos quadros do Império e que passou a representar, na República, centro de convergência. Pouco aparecem os aspectos de profundidade, os males antigos, aquilo que era persistência em velhos processos, não denunciados ainda de forma clara e obscurecidos ainda pela massa de fatos superficiais.

2 — Um perfil de Pinheiro Machado, em cuja figura se caracterizou, em determinado período, o quadro político, com as suas manobras de bastidor, as suas composições de cúpula, o seu jôgo miúdo de prestígios. Perfil apologético em que estão presentes pelo menos os acontecimentos principais, embora não as razões profundas, e que se ressentem apenas quando o autor lança a ponte das comparações com figuras e fatos de fase posterior. A vida política do período em que Pinheiro Machado foi personagem central está representada com fidelidade.

3 — Os grandes problemas que atraíram a atenção de Rui Barbosa e fizeram com que êle realizasse as suas intervenções parlamentares estão presentes nestes volumes, desde o do estado de sítio, ante o qual Rui Barbosa se coloca na posição de intérprete constitucional, até os problemas miúdos, mas gritantes, como o dos crimes cometidos na viagem do "Satélite", coroando a revolta dos marinheiros, crimes ante os quais a consciência liberal do político se rebelava. Passando pelo problema característico da liberdade de imprensa, em tórno do qual o senador realiza algumas de suas intervenções mais características, como legítima expressão da classe média que foi.

4 — Depoimento de alguns homens eminentes e notórios, quase sempre de inocuidade curiosa, mostrando como a realidade é, por vêzes, difícil de ser percebida. Em tudo o que constituiu o período republicano, até o momento em que os depoentes escrevem, quase todos viram apenas a superfície dos acontecimentos, alguns sinais mais fáceis e gritantes, esquecendo o principal. Um ou outro menciona o essencial, o fundamental, o importante, aquilo que escapa à escala dos indivíduos e dos grupos e mostra os traços gerais e característicos. Por isso, entretanto, vale o livro.

5 — Muitos dos problemas econômicos principais de São Paulo, que serão, no período em aprêço, realmente, os problemas principais do Brasil, aparecem no trabalho de Cincinato Braga, em interpretações bem informadas. A idéia geral do livro, que reúne artigos de jornal de parlamentar que se especializou em assuntos econômicos, é de que todos os problemas são de caráter administrativo, e tudo se resumiria em administrar bem.

6 — Dois trabalhos contidos na edição de 1948 dêste livro têm importância destacada. O primeiro é aquêle que estuda "As instituições políticas e o meio social do Brasil", resumo claro, lúcido, nitidamente concatenado, vindo até o período que interessa a êste capítulo. Nêle, a conclusão é desalentadora: "não há república senão no nome", o povo se constitui de uma "população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos". O outro estudo que merece consulta é sobre Pinheiro Machado, não apenas rico no que diz respeito à personali-

dade apreciada mas na parte em que mostra como, no período em que viveu o chefe sulino, surgiam as individualidades eminentes e qual o papel que representavam.

7 — Em 1917, Rodrigues Alves, por intermédio de Álvaro de Carvalho, pediu a Calógeras um estudo sobre o orçamento. Tal estudo, entregue em setembro, constitui a matéria deste livro. O seu caráter confidencial permitiu ao autor tecer considerações a que não se subordinaram injunções pessoais. E Calógeras, com o seu talento de minúcias, e seu amplo descortino das coisas superficiais, estudou o orçamento, separadamente, Ministério por Ministério, discriminando fontes de renda e aconselhando distribuição de recursos. Este estudo de orçamento representa análise interessante da estrutura financeira da República, na fase que nos ocupa.

8 — O livro reúne alguns trabalhos dispersos de Calógeras, particularmente conferências, pronunciadas entre 1926 e 1928, a respeito de alguns dos mais graves problemas brasileiros. Nuns, o autor opina como técnico, e é quando se encontra mais à vontade, trazendo contribuições dignas de exame, como aquela em que mostra a sua fé no carvão sulino. Noutros, falando como político, e com as restrições que foram peculiares à sua formação, despreocupa-se do essencial para se deixar seduzir pelas aparências ou fica à superfície dos problemas. O principal dos trabalhos aprecia "Aspectos da Economia Nacional", em que a criação da siderurgia, por exemplo, é colocada em termos interessantes.

9 — O reflexo da Primeira Guerra Mundial na economia das nações latino-americanas foi muito grande e mostrou a vulnerabilidade das estruturas fundadas no fornecimento de matérias-primas e consumo de produtos acabados. Percy Alvin Martin faz estudo de conjunto dos efeitos daquele conflito na parte do continente em que o passado colonial estava presente na estrutura de produção e, embora não entre na análise profunda do problema, apresenta informações e observações que caracterizam o quadro.

10 — A extensa biografia de Eptácio Pessoa, escrita pela sua filha e por isso mesmo jamais isenta de sentido apologético, constitui excelente fonte para conhecimento da história republicana, desde os seus primeiros tempos até à Revolução de 1930. No início e no fim, entretanto, Eptácio Pessoa não tinha poder nem representação. O estudo biográfico tem grande interesse no que se refere justamente ao período que começa com as lutas contra Floriano e se encerra com o *tenentismo*. Nesse período, o papel de Eptácio Pessoa foi eminente, e a sua biografia, conquanto parcial, proporciona informações que precisam ser conhecidas.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — CORREIA, RIVADÁVIA — *A verdade sobre a situação financeira do Brasil em 1914* — Rio — 1919.
- 2 — BLANCATO, VICENTE S. — *As forças econômicas do Estado do Rio Grande do Sul (1822-1922)* — Porto Alegre — 1929.
- 3 — JENKS, L. H. — *The migration of British capital* — New York — 1927.
- 4 — ALMEIDA, A. G. DE — *Trade relations between United States and Brazil* — Boston — 1913.
- 5 — CAVALCANTI, AMARO — *O meio circulante no Brasil* — Rio — 1888.
- 6 — LIRA, JOÃO — *Cifras e notas. (Economia e finanças do Brasil)* — Rio — 1925.
- 7 — ABRANCHES, C. DUNSCHE DE — *Expansão econômica e comércio exterior do Brasil* — Rio — 1915.
- 8 — CAVALCANTI, AMARO — *A vida econômica e financeira do Brasil* — Rio — 1915.
- 9 — STEAD, WILLIAM — *O Brasil em Haia* — 3.^a edição — Belém — 1912.
- 10 — LÔBO, HÉLIO — *O pan-americanismo e o Brasil* — S. Paulo — 1939.
- 11 — BARBOSA, RUI — *Finanças e Política da República* — Rio — 1892.
- 12 — FONSECA FILHO, HERMES — *Pinheiro Machado* — Rio — 1938.
- 13 — BANDEIRA JÚNIOR, ANTÔNIO FRANCISCO — *A indústria no Estado de São Paulo em 1901* — S. Paulo — 1901.
- 14 — BONNAURE, ALBERT — *Livro de Ouro do Estado de São Paulo (Relatório industrial, comercial e agrícola)* — S. Paulo — 1914.
- 15 — CARLI, GILENO DÉ — *História contemporânea do açúcar no Brasil* — Rio — 1940.

O Ocaso das Oligarquias

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

A classe dominante dos senhores territoriais conseguira configurar a República à sua imagem, desde o Govêrno de Campos Sales. A vida política brasileira girava em tórno das oligarquias, que dominavam os Estados e proviam as funções públicas tanto no campo formalmente distribuído à escolha popular como no campo administrativo. Tudo isto era perfeitamente possível e decorria num clima de relativa placidez enquanto o Brasil se apresentasse como um grande quadro rural, de que se originava tóda a sua riqueza, sendo os núcleos urbanos meras sedes políticas e administrativas, em que viviam os grupos cobertos pelo sistema de clientela que crescia na medida em que a administração crescia. Os serviços públicos eram atendidos por renda provinda em particular dos saldos na balança exportadora proporcionados pelo café, de que Brasil tinha o monopólio prático dos mercados. Entrava, por outro lado, corrente complementar, correspondente aos sucessivos empréstimos externos, cujos pagamentos iriam onerar o futuro. É fase em que os investimentos externos não obedecem a qualquer restrição, abrindo-se o mercado brasileiro a todos os que se apresentassem, e apresentavam-se variados na origem e na força, competindo uns com os outros. As garantias de emprêgo e

de retirada de lucros eram as mais amplas. No decorrer do processo, existe absoluta identidade de interesse entre a classe dominante de senhores territoriais que exploram um produto de exportação e as forças econômicas externas que encontram no Brasil campo propício às suas aplicações.

A guerra de 1914-1918, entretanto, vai mostrar que esta não era toda a realidade brasileira, e o esforço de substituição que a indústria nacional realiza, na fase em que o mercado interno não pode ser atendido pelos suprimentos estrangeiros, assinala um de seus grandes períodos. Na proporção em que ocorre esse fato novo, os serviços de dívidas tornam-se cada vez mais onerosos, enquanto os investimentos estrangeiros correspondem a uma expoliação cada vez mais profunda dos recursos nacionais. A aliança entre os senhores territoriais e os investidores externos permanece de pé, mas não encontra apoio no resto do povo.

A estrutura da sociedade brasileira começa a mostrar, com clareza impressionante, alterações que as fases críticas denunciam. O crescimento da classe média e a pressão que exerce é fator agora importante. Já não se tratava apenas de camada média de valor reduzido, que só podia influir em determinados períodos, como aquele dos primeiros anos da República, sendo facilmente dominada e despojada em seguida da parcela de Poder a que alcançara. É, agora, fator a considerar, com as suas normas, a sua ética, os seus anseios, muito presa ainda às suas origens, timorata em suas manifestações, duvidosa em seus pronunciamentos, mas atirada, nesta fase, para a frente, para reivindicações mais fortes e claras.

E surgira, finalmente, como ponderável força, o proletariado, na proporção em que as injunções da guerra internacional forçavam o crescimento do parque industrial do País, a que ficava entregue, quase sem competição, o mercado interno. O recrutamento desse proletariado mostrava as suas deficiências qualitativas. Vinha ele, na sua maior parte, do campo, com tradição de atraso secular. Vinha, em outra parte, do estrangeiro, recrutando-se nos grupos imigrados — daí a curiosidade dos primeiros movimentos e das primeiras organizações proletárias revestirem-se de conteúdo ligado ao anarquismo. Já durante o conflito militar europeu, entretanto, surgiram as primeiras graves importantes no Brasil, greves gerais, em que o proletariado apresentava reivindicações de salários. E o proces-

so de inflação, necessariamente crônico, acelerava o seu ritmo, pressionando no sentido das reivindicações, e englobando a classe média em lutas desse tipo. Em algumas zonas do País, por outro lado, surgira uma indústria de bens de consumo à base de pequenas oficinas e em estágio quase artesanal, que disputava determinadas áreas do mercado interno.

Depois da Guerra Mundial de 1914-1918, o quadro que o Brasil apresenta é já muito diverso daquele anterior ao conflito. Sucodem-se as inquietações, as turbulências, o descontentamento, a crítica aos governantes. Como representação típica da classe média, o Exército entra numa fase de sucessivos pronunciamentos, que se vão caracterizar como *tenentismo*, quando a oficialidade jovem se propõe solucionar os problemas do País pela força, encontrando grande receptividade na opinião pública, particularmente nos setores desligados da classe dominante de senhores territoriais e do grupo que a ela se associa e que é representado pelos que vivem das importações de bens de consumo e de bens de produção, grupo que decresce de influência durante o conflito militar e volta ao seu lugar com o Armistício. A sua volta representa, como reverso, a competição no mercado interno, o alijamento da indústria nacional e crises sucessivas, algumas alastradas, que encontram repercussão no campo da representação política.

A situação internacional, por outro lado, vai refletir-se profundamente no quadro interno, a partir dos fins de 1929, ao ocorrer a desastrosa queda da Bolsa de Nova Iorque, que afeta de frente o problema do café e a situação da balança exterior. Nesse momento, conjugam-se fatores circunstanciais com fatores antigos, apresentando a oportunidade para a união entre a classe média e parcela considerável da classe dominante. Essa união é que possibilita a vitória da Revolução de 1930, depois da qual se processa uma luta, em muito idêntica à da "Crise da República", entre a fração da classe dominante que participou da revolução e os elementos de classe média que lhe constituíram o fermento e que eram nitidamente representados pelos militares oriundos do *tenentismo*.

As flutuações dessa luta têm alguns sintomas importantes com a Revolução Constitucionalista, irrompida em São Paulo, em 1932, o movimento da Aliança Nacional Libertadora, que naufraga com os motins de novembro de 1935, o aparecimento,

crescimento e crepúsculo do movimento integralista, que chega ao golpe de força, sem possibilidades de sucesso, e, finalmente, o golpe de Estado de 1937, que inaugura período transitório cuja fachada policial tem mascarado o seu conteúdo e sonegado o que na verdade representou. É a situação de inquietações que desemboca no ano em que irrompe o segundo grande conflito militar do século, de que o Brasil participa e que tão profundas conseqüências lhe acarretará, abrindo-se perspectivas para o que se convencionou conhecer como Revolução Brasileira.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — SIMONSEN, ROBERTO — *A evolução industrial do Brasil* — S. Paulo — 1939.
- 2 — VARGAS, HEITOR — *O nefasto militarismo no Brasil* — Rio — 1932.
- 3 — FRANCO, AFONSO ARINOS DE MELO — *Um estadista da República* — (*Afrânio de Melo Franco e seu tempo*) — 3 vols. — Rio — 1955.
- 4 — AMARAL, AZEVEDO — *O Brasil na crise atual* — S. Paulo — 1934.
- 5 — NORMANO, J. F. — *A luta pela América do Sul* — Introdução de C. H. Harding — Tradução de Ernâni Calbucci — Rio — 1944.
- 6 — TÁVORA, JUAREZ — *À guisa de depoimento* — Rio — 1928.
- 7 — FRANCO, VIRGÍLIO DE MELO — *Outubro, 1930* — Rio — 1931.
- 8 — ROSA, VIRGÍNIO SANTA — *O sentido do tenentismo* — Rio — 1933.
- 9 — LIMA, LOURENÇO MOREIRA — *A coluna Prestes* — Rio — 1951.
- 10 — AMARAL, AZEVEDO — *O Estado Autoritário e a realidade nacional* — Rio — 1938.

OBSERVAÇÕES

- 1 — Pelo trabalho de Roberto Simonsen, autêntico líder do desenvolvimento industrial brasileiro, é possível acompanhar o cresci-

mento e a diversificação do parque brasileiro produtor de bens de consumo. Simonsen mostra como o esforço industrial teve fases significativas em correspondência com o afrouxamento da competição dos fornecedores externos, favorecidos pela política nacional de tarifas, que jamais se revestiu de aspecto protecionista, tendo em vista apenas, e quase sempre, necessidades fiscais. O crescimento do parque industrial brasileiro constitui um dos fatores fundamentais das transformações sociais e políticas por que passou o Brasil na fase em que entra em ocaso o poder da classe dominante dos senhores territoriais.

2 — Na proporção em que o *tenentismo* encontrava ampla receptividade no meio daqueles que se interessavam pela vida política e eram proibidos de nela participar, ou o faziam de maneira precária, alguns elementos denunciaram a importância que o militar ia assumindo na sociedade brasileira em transformação e denunciavam tal importância no simples fato de se apresentarem para combater um pretenso militarismo, que não teve vigência no Brasil em tempo algum. A aversão ao militarismo inexistente corresponde, no plano da realidade, à repulsa que determinadas camadas sentem pela interferência militar na vida política, quando tal interferência fere os seus interesses.

3 — Traçando a biografia de Afrânio de Melo Franco, político e diplomata, o autor mostra todo o quadro da vida republicana na fase precisamente em que decorrem as transformações que caracterizam o ocaso das oligarquias brasileiras. Representante político de um grande Estado, caracterizou, na preparação da revolução de 1930, a cisão que se operou nos quadros tradicionais e que permitiu a derrubada das oligarquias.

4 — Reunindo diversos trabalhos aparecidos na imprensa, Azevedo Amaral estabeleceu um estudo da fase brasileira anterior e posterior à Revolução de 1930, que batizou de crítica, e mencionou os grandes problemas que nela se apresentaram, inclusive o que lhe pareceu constituir ameaça à própria integridade brasileira. Algumas vezes lúcido, o intérprete situa o processo histórico da turbulenta fase de mudança, oferecendo muito interesse a sua análise.

5 — Com objetividade e boa informação, Normano, a quem se deve também um excelente estudo da economia brasileira, aprecia a penetração dos capitais estrangeiros na América Latina, especificando o quadro brasileiro, mostrando as lutas que se travam pelo domínio econômico desta área do mundo. É dos problemas fundamentais da fase e a informação de Normano merece estudo.

6 — O depoimento de uma das principais figuras do *tenentismo*, Juarez Távora, serve para caracterizar o que representava a sucessão de motins que tinham militares à frente. Verifica-se, claramente, na leitura do referido depoimento, que os chefes tenentistas não julgavam mau o regime, julgavam maus alguns homens, e esperavam da substituição desses homens a melhora e talvez a própria solução de

todos os problemas nacionais, que se resumiriam, assim, na liberdade de representação, na moralização da vida pública e outros objetivos típicos de classe média.

7 — Trata-se do relato circunstanciado da conspiração política e militar que possibilitou a união entre as figuras do *tenentismo* e fração importante da classe dominante de senhores territoriais, para a derrubada do Governo — conspiração que ganhou em profundidade e generalizou os seus efeitos na medida em que o Poder Público demonstrava a sua incapacidade para solucionar os problemas tornados prementes com a crise econômica. O autor foi das peças principais na referida conspiração.

8 — Na primeira análise em profundidade a que foi submetido o *tenentismo*, Virgínio Santa Rosa mostra a sua importância como manifestação de classe média e denuncia as contradições que deveriam levar à sua destruição, anunciando o aprofundamento, que realmente ocorreu, dos problemas e a radicalização das posições.

9 — Com a derrota dos revolucionários de S. Paulo e do Rio Grande do Sul, constituiu-se a coluna comandada por Miguel Costa, que tinha como chefe do Estado-maior o capitão Luís Carlos Prestes, figuras destacadas do movimento tenentista. As operações da referida coluna através do interior brasileiro constituíram o episódio mais significativo da fase, e seu internamento na Bolívia assinala a pausa que vai preceder as articulações e entendimentos que levarão à Revolução de 1930.

10 — O golpe de Estado de 1937, encerrando a fase tumultuosa e confusa iniciada com a vitória da Revolução de 1930, assinala a transição para a fase posterior, em que se delineiam os traços principais da Revolução Brasileira. Azevedo Amaral, apesar de suas simpatias pelo Estado Novo e da confusão de valores que estabelece, viu mais do que os outros apologistas ou intérpretes do regime de transição que dominou o Brasil até os fins do segundo grande conflito militar do século.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — NIEMEYER, VALDIR — *O Brasil e seu mercado interno* — Rio — 1948.
- 2 — CASTRO, SERTÓRIO DE — *A República que a revolução destruiu* — Rio — 1932.
- 3 — SOARES, JOSÉ DE SOUSA — *O militarismo na República* — S. Paulo — 1925.

- 4 — KLINGER, BERTOLDO — *Narrativas autobiográficas* — 6 vols. — Rio — 1946/1953.
- 5 — ALMEIDA, MARTINS DE — *Brasil errado* — 2.^a edição — Rio — 1953.
- 6 — SODRÉ, ALCINDO — *A gênese da desordem* — Rio — s.d.
- 7 — PESSOA, EPITÁCIO — *Pela verdade* — 2.^a edição — Rio — 1925.
- 8 — BARROS, JOÃO ALBERTO LINS DE — *Memórias de um revolucionário* — 2 vols. — Rio — 1952.
- 9 — WILLIAMS, MARY W. — *The people and politics of Latin America* — Boston — 1930.
- 10 — LACERDA, MAURÍCIO DE — *Entre duas revoluções* — Rio — 1927.

A Revolução Brasileira

A. INTRODUÇÃO HISTÓRICA

O processo histórico a que se convencionou chamar Revolução Brasileira — denominação que não só vem sendo amplamente aceita mas, o que é muito mais importante, compreendida — deriva da situação a que chega o nosso País, na segunda metade do século XX, tendo de optar entre a continuação de uma estrutura colonial e dependente de produção, que jamais lhe daria os traços nacionais ou lhe definiria um papel específico no mundo, e as alterações destinadas a possibilitar a superação dos entraves daquela estrutura, abrindo as perspectivas para o aproveitamento nacional das riquezas e, com isso, para a superação do subdesenvolvimento em que se encontra, embora de forma muito menos grave do que no caso de outros países de formação semelhante.

A fase em que se torna possível falar em Revolução Brasileira não surgiu de súbito nem por acaso e deriva menos do que em regra se supõe da existência em território nacional de riquezas potenciais que urge tornar reais, cuidando de que os seus benefícios permaneçam no próprio País. Deriva, com muito maior objetividade, de condições outras, sem esquecer a da existência de enormes riquezas naturais. A existência destas, em outros países, em menores ou maiores proporções, com maior

ou menor variedade, não motivou, por si só, o impulso de alterações cuja profundidade permite sejam englobadas como motivando uma revolução. Aqui ocorreu a circunstância perfeitamente motivada, de coincidir a existência de riquezas naturais com as possibilidades de empreender a sua exploração em termos de nação, por força de processo histórico que se desenvolveu longamente no tempo. Quando ocorrem as circunstâncias históricas necessárias e propícias a uma transformação de tal profundidade ocorre também, como parte do processo, o esclarecimento generalizado, a tomada de consciência das possibilidades nacionais, o desejo de participar e de empreender. As formas objetivas que assumem tais aspectos correspondem, em linhas gerais, a tudo aquilo que se engloba no conceito de nacionalismo, e aqui tal conceito toma forma particular, que o diferencia, que o faz a saída específica do problema brasileiro. Não se trata de formas outras de nacionalismo, que ocorreram em outras áreas, sob outras circunstâncias, ao influxo de outros motivos, e conduzindo necessariamente a outros resultados, inclusive os mais desastrosos.

Não se trata, no nosso caso, de nacionalismo que exacerba paixões militares e conduz a uma política agressiva, nem de formas tendendo à autarquia e por isso mesmo inexecutáveis e inviáveis num mundo que se unifica a cada passo. Muito ao contrário, de nacionalismo que, ao mesmo tempo em que pretende valorizar o que é específico em nossa terra e em nossa gente, harmoniza-se com aquilo que pertence ao domínio humano e internacional e conduz à associação, às boas relações, ao equilíbrio de interesses. Trata-se, em última análise, de superar a estrutura colonial de produção, de torná-la nacional, isto é, de alterar o quadro em que o Brasil permaneceu por séculos, seja como colônia seja como país politicamente autônomo, de mero fornecedor de matérias-primas e alimentícias a mercados que lhe impunham os preços, e que se encarregavam de abastecer o mercado brasileiro de bens de consumo, alguns elementares. A exploração econômica de que o País permaneceu vítima por tão longo tempo não se processou apenas enquanto subordinado a uma metrópole, que tomara a si a tarefa de colonizá-lo. Muito ao contrário, aumentou consideravelmente desde que surgiu a fase da autonomia, uma vez que esta conservou indene a estrutura anterior. Os lucros e vantagens da exploração apenas se transferiram, na mesma medida em que

aumentaram. O século XIX assiste, no mundo, realmente, ao desenvolvimento do imperialismo, que se alimenta do atraso e da exploração das áreas coloniais e subdesenvolvidas. O século XX vai assistir, ao inverso, à rebelião dessas áreas e ao esforço por elas desenvolvido para a libertação e para a realização nacional de seus destinos. Na medida em que o imperialismo aumenta a pressão e caracteriza os seus efeitos, grandes forças se mobilizam contra êle e se arregimentam para enfrentá-lo e derrotá-lo.

No quadro dessa generalizada luta, o problema brasileiro surge com característica peculiar às áreas coloniais e subdesenvolvidas, a da lenta capitalização. O grande esforço no sentido de capitalizar encontra os maiores obstáculos na exploração imperialista e coloca frente a frente os elementos antinacionais, orientados do exterior, e os elementos nacionais, que se unem para resistir. Nesse sentido, a fase nacionalista corresponde à identidade de interesses entre determinadas classes em que se reparte a população das áreas coloniais, enquanto a classe tradicional, dos proprietários rurais, encontrando apoio no grupo mercantil ligado aos mercados externos, vincula-se cada vez mais à pressão de fora e espousa os conceitos peculiares ao imperialismo, que vão desde os artísticos aos econômicos.

A tomada de consciência nacional encontra correspondência ainda no problema da transplantação cultural, que representa a herança da estrutura anterior. Velhos conceitos, velhas formas, velhas idéias, vão sendo substituídos, com o esclarecimento da cultura nacional e sua progressiva moldagem. O Brasil começa a surgir para o mundo, com fisionomia própria, e oferecendo contribuição específica, de que vinha sendo privado pela predominância do que é ainda colonial na sua vida de povo. Esse profundo abalo é que, em conjunto, caracteriza a Revolução Brasileira — o processo nacional de desenvolvimento que altera toda a vida do País e repercute em todos os setores e se propaga a todas as manifestações.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — LÊNIN, V. I. — *L'imperialisme stade suprême du capitalisme*
— Paris — 1952.

- 2 — RIPPY, J. FRED — *Rivalry of the United States and Great Britain over Latin America* — Baltimore — 1929.
- 3 — GUIMARÃES, ALBERTO PASSOS — *Quatro séculos de latifúndio* — S. Paulo — 1963.
- 4 — GUIMARÃES, ALBERTO PASSOS — *Inflação e monopólio no Brasil* — Rio — 1963.
- 5 — FURTADO, CELSO — *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* — Rio — 1961.
- 6 — FURTADO, CELSO — *Perspectivas da economia brasileira* — Rio — 1958.
- 7 — CORREIA, I. SERZEDELO — *O problema econômico do Brasil* — Rio — 1903.
- 8 — LUZ, NÍCIA VILELA — *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)* — S. Paulo — 1961.
- 9 — MOURA, ARISTÓTELES — *Capitais estrangeiros no Brasil* — 2.^a ed. — S. Paulo — 1960.
- 10 — PINTO, A. VIEIRA — *Consciência e realidade nacional* — 2 vols. — Rio — 1960.

OBSERVAÇÕES

1 — Deve-se a Lênin, como se sabe, a caracterização da categoria histórica *imperialismo*, de que foi um dos precursores o inglês J. A. Hobson (*Imperialism. A study*, Londres, 1954). Trata-se da categoria essencial à compreensão da etapa histórica em que vivemos, definida como etapa necessária do capitalismo altamente desenvolvido, perdendo a significação genérica anterior. O subdesenvolvimento, conceito impreciso e eufemístico, corresponde, na realidade, ao imperialismo, e só se pode situar o esforço dos povos de passado colonial pela autonomia, e dos povos subdesenvolvidos pelo desenvolvimento compreendendo nitidamente essa categoria histórica.

2 — O interesse da consulta ao trabalho de Rippy está ligado às diferenças históricas entre a fase em que os capitais ingleses dominaram a economia brasileira, como a de outros países latino-americanos, e a fase em que os capitais norte-americanos superaram os capitais ingleses nesse domínio; grande parte da primeira fase pertenceu a uma etapa pré-imperialista, enquanto a segunda está plenamente enquadrada na etapa imperialista. Rippy não coloca o problema em tais termos, evidentemente, mas fornece informações interessantes para o seu entendimento.

3 — Caracterizando precisamente o latifúndio, a outra categoria cujo conhecimento é necessário para a caracterização da etapa que estamos atravessando, Alberto Passos Guimarães faz um estudo his-

tórico preliminar da evolução da propriedade da terra em nosso país, analisando, depois, o problema como se apresenta hoje.

4 — O problema da inflação representa uma das áreas mais controversas e politicamente mais importantes do nosso desenvolvimento econômico e financeiro. Alberto Passos Guimarães aprecia-o objetivamente, dissipando confusões propositais e propositadas. Outro aspecto importante de seu estudo está na caracterização da tendência monopolista em nossa economia, comprovada à luz da estatística. Sua tese, nesse sentido, vem sendo reforçada pelas pesquisas ultimamente realizadas pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, cuja divulgação teve início no número da *Revista* daquele Instituto referente a 1965, publicado em julho de 1966.

5 — Economista dos mais conhecidos, Celso Furtado apresenta, em seu estudo do desenvolvimento e do subdesenvolvimento em nosso país algumas das teses mais discutidas e particularmente importantes para o entendimento da presente etapa da vida brasileira. Este trabalho é, por outro lado, um momento na evolução do pensamento do próprio autor, depois ligado ao Executivo e responsável pelo planejamento e pela política econômico-financeira do governo do país.

6 — Tal pensamento começara a se delinear com o trabalho agora referido, anterior ao outro em três anos, e no qual Celso Furtado estuda e discute o grau de integração da economia brasileira, seus desequilíbrios fundamentais, as perspectivas da capacidade de importar, o setor industrial como elemento dinâmico, a relação produto-capital e o provável ritmo de crescimento, visto depois na parte relativa ao esforço de poupança, o problema das disparidades regionais, a programação preliminar, a política monetária e aspectos fiscais e administrativos.

7 — Em 1903, o ex-Ministro da Fazenda do governo Floriano Peixoto escreveu uma série de artigos na imprensa, que depois reuniu na obra indicada. O interesse dessa obra consiste no fato de que, sem estudos especializados — Serzedelo Correia era militar — o autor levantou, pioneiramente, quase todos os problemas que, hoje, sessenta anos depois, são os problemas centrais com que nos defrontamos. A volta das atenções ao trabalho de Serzedelo Correia mostra como os problemas referidos são velhos, entre nós, e foram já vistos, em fase anterior, com absoluta clareza.

8 — A importância do trabalho de Nícia Vilela Luz está na informação sistematizada que apresenta, calcada em suas pesquisas nos anais parlamentares e na documentação oficial, particularmente os relatórios dos ministros da Fazenda. Essa visão panorâmica, infelizmente interrompida em 1930 — justamente quando se abria nova fase em nosso desenvolvimento histórico — permite-nos compreender melhor os problemas com que nos defrontamos hoje.

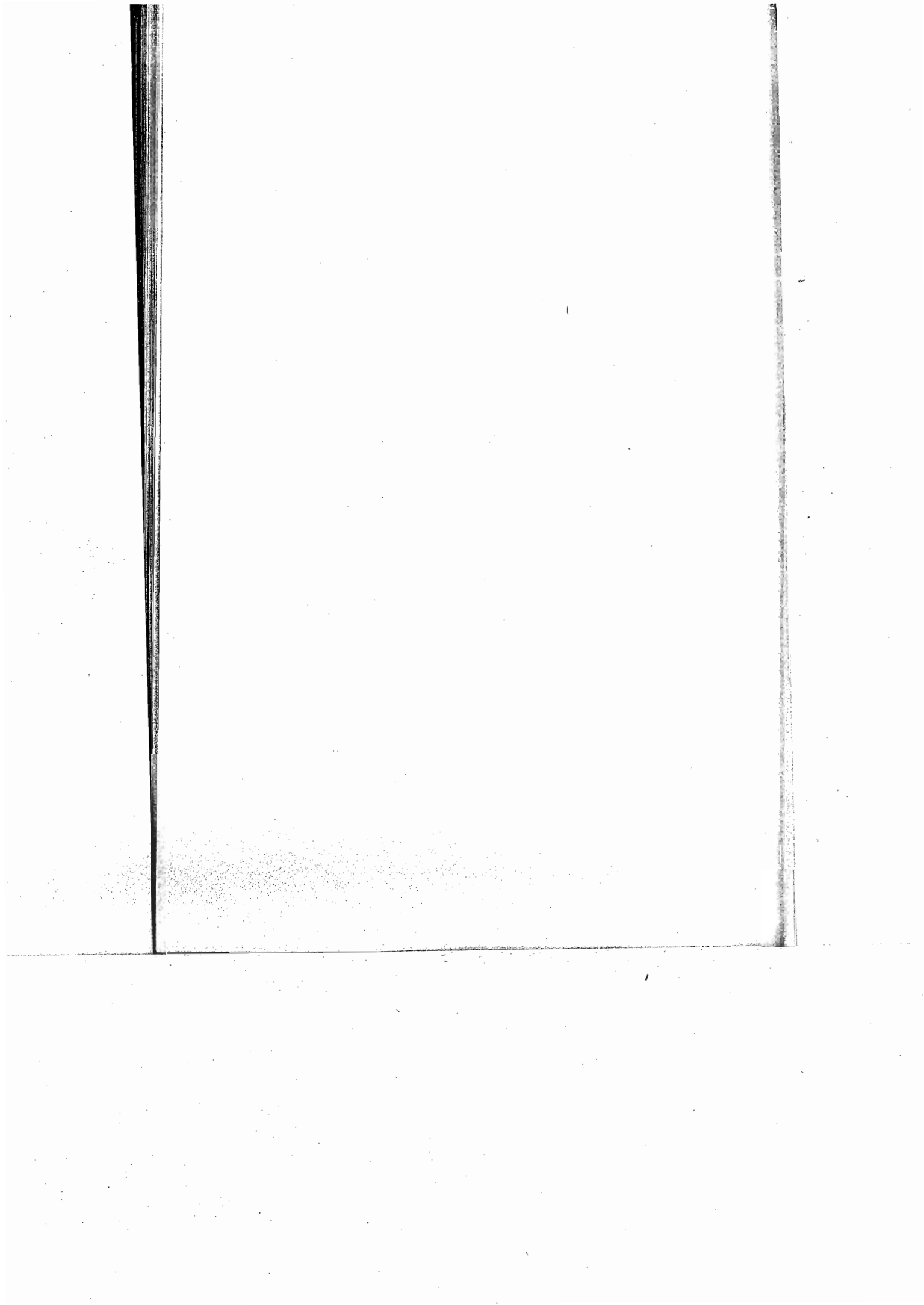
9 — Obra fundamental, a do economista Aristóteles Moura apresenta, analisa, informa e discute o problema fundamental dos capitais estrangeiros em nosso país, mostrando o seu movimento (entradas e saídas), o reinvestimento, o capital existente, os capitais nacionais administrados por empresas estrangeiras, as taxas de lucro, as transferências e os empréstimos. Obra insubstituível, no gênero.

10 — O extraordinário trabalho de Álvaro Vieira Pinto é, provavelmente, um dos sinais mais típicos da etapa atual do desenvolvimento dos estudos brasileiros, uma espécie de elo entre o passado e o presente, entre a realidade e a teoria. Estudo fecundo, riquíssimo em perspectivas, elaborado por um erudito, digno da mais ampla discussão, revela muito da cultura brasileira, é mesmo um de seus momentos dialéticos.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

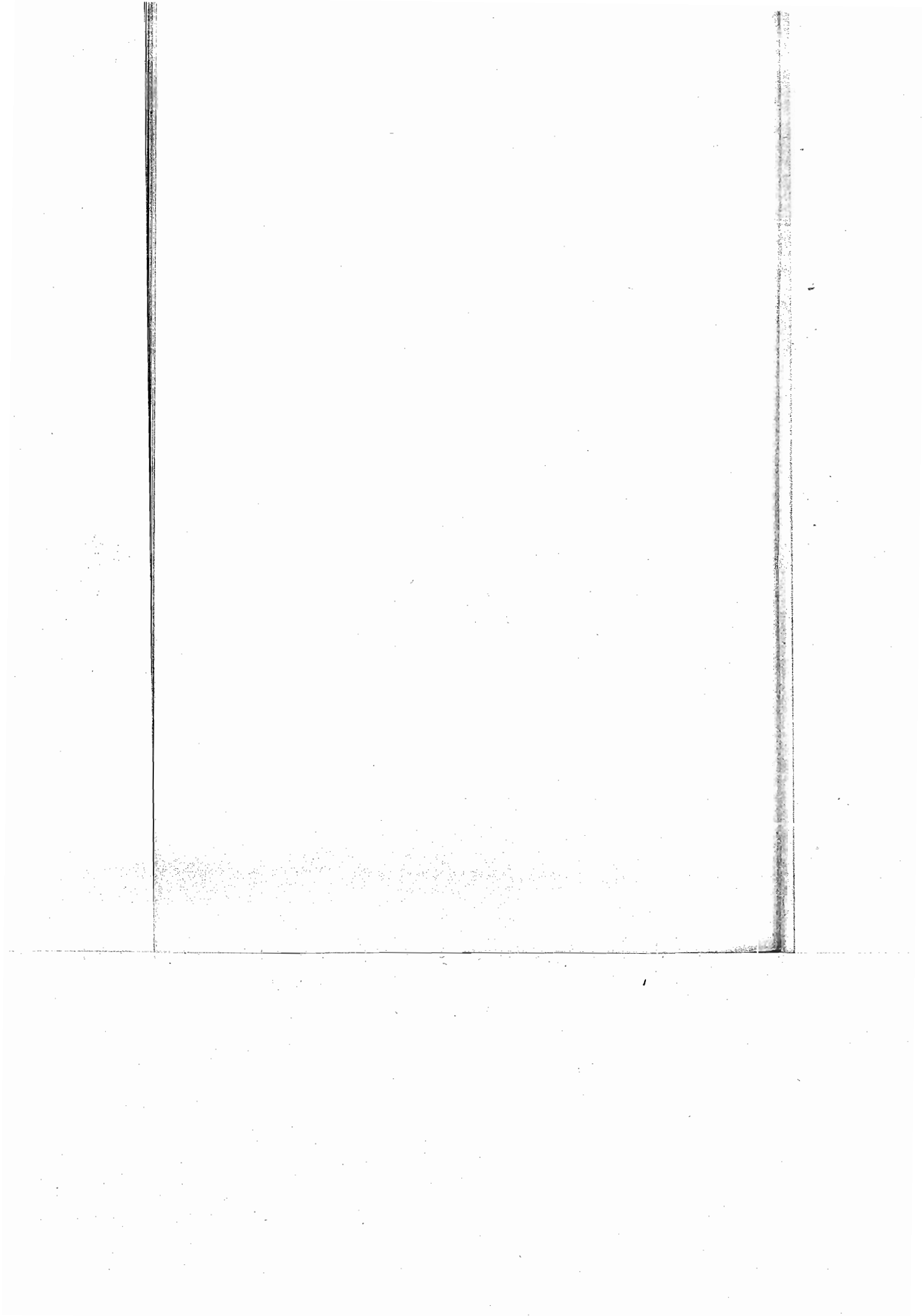
- 1 — PAIM, GILBERTO — *Industrialização e economia natural* — Rio — 1957.
- 2 — FURTADO, CELSO — *Dialética do desenvolvimento* — Rio — 1964.
- 3 — BARAN, PAUL A. — *A economia política do desenvolvimento econômico* — Rio — 1960.
- 4 — FONSECA, GONDIN DA — *Que sabe você sobre petróleo?* — 6.^a edição — Rio — 1958.
- 5 — COSTA, AGUINALDO — *Apontamentos para uma reforma agrária* — S. Paulo — 1945.
- 6 — SILVA, GERALDO BASTOS — *Educação e desenvolvimento nacional* — Rio — 1957.
- 7 — SILVEIRA, CID — *Café. Um drama na economia nacional. Análise do mercado exportador* — Rio — 1962.
- 8 — LIMA, LAURO DE OLIVEIRA — *Tecnologia, educação e democracia* — Rio — 1965.
- 9 — RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO — *Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política* — S. Paulo — 1963.
- 10 — RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO — *Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-político* — Rio — 1965.
- 11 — ARRAES, MIGUEL — *Palavra de Arraes* — Rio — 1965.
- 12 — HOFFMANN, HELGA — *Como planejar nosso desenvolvimento?* — Rio — 1964.
- 13 — PEREIRA, OSNI DUARTE — *Quem faz as leis no Brasil?* — Rio — 1963.

- 14 — PEREIRA, OSNI DUARTE — *Que é a Constituição?* — Rio — 1964.
- 15 — CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE — *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* — S. Paulo — 1964.
- 16 — BESOUCHET, LÍDIA — *História da criação do Ministério do Trabalho* — Rio — 1938.
- 17 — VITOR, MÁRIO — *Cinco anos que abalaram o Brasil* — Rio — 1965.
- 18 — SILVA, HÉLIO — 1922. *Sangue na areia de Copacabana* — Rio — 1964.
- 19 — SILVA, HÉLIO — 1926. *A grande marcha* — Rio — 1965.
- 20 — SILVA, HÉLIO — 1930. *A revolução traída* — Rio — 1966.



2.^a Parte

ESTUDOS ESPECIAIS



I

Estudos Históricos

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Os primeiros estudos históricos feitos no Brasil, sofreram a influência da tradição lusa, de um lado, e do ensino jesuítico, de outro lado. A primeira, alimentada na crônica dos que narravam a vida e os feitos dos reis, tinha sentido apologético de origem, de que se não poderia emancipar. A segunda, apegada ao conhecimento minucioso, à massa informativa, numa época em que a documentação era escassa, a consulta difícil, as comunicações impossíveis na prática, desviava-se para a seriação cronológica dos acontecimentos. E os acontecimentos importantes, que deveriam constituir objeto da História, eram aqueles ligados à administração, à sucessão dos governos, ou às lutas, seja com os indígenas, seja com os piratas ou invasores. Uma ou outra referência à vida comum quebram a monótona descrição de fatos, apenas ordenados, sobre os quais os primeiros narradores, com serem primeiros, tornam-se as fontes, mas que permanecem duvidosos quase sempre, senão em suas ocorrências, pelo menos no sentido que contiveram. Não havia na Colônia imprensa, nem ambiente que a solicitasse, e o livro era utensílio apenas de religiosos. Isto importou, em última análise, na submissão à vigilância metropolitana, de vez que na Metrópole eram impressos os livros, mediante censura e aprovação

prévias. Tal submissão teve como resultado seja a pressão subjetiva da parte de quem sabia das contingências anteriores à impressão e divulgação e a aceitava, seja aquela que chegou aos limites da apreensão e da sonegação, evitando a Metrópole que fôsse do conhecimento geral informações que poderiam prejudicá-la. Se os primeiros elementos a tratar a História foram jesuítas, os que se seguiram imediatamente foram por eles educados, embora muitos completassem estudos em Coimbra, onde o ensino permaneceu, por longo tempo, sob a égide da Companhia.

No século da Independência, extintas aquelas restrições, vão surgir os primeiros historiadores brasileiros, distinguindo-se entre eles Francisco Adolfo Varnhagen, e surgirão também estrangeiros que, ou tendo visitado o Brasil, ou tendo visitado Portugal, são atraídos para o assunto. Entre estes, tem destaque merecido Robert Southey, mas não é de ser desprezada a contribuição de John Armitage, particularmente quanto à fase de que tomou conhecimento pessoalmente — contribuição que, aliás, encontrou imitadores, o que prova que havia interesse pelo assunto. Varnhagen, chamado pai da nossa História, e não apenas em virtude de ter sido o primeiro a tratá-la, na fase em que viveu, prestou alguns serviços à historiografia na parte que se refere à investigação. Acusam-no de valer-se de fontes, que primeiro conheceu, sem mencioná-las, mas ele tem a seu favor o fato de ter revelado algumas dessas fontes. Sua obra é narrativa extensa, minuciosa, em que está presente a simpatia pela antiga Metrópole, não saindo da órbita das anteriores, apenas melhor informada. Até o momento em que aparece, na realidade, não havia nenhuma que apresentasse em conjunto a vida colonial brasileira. Varnhagen, além de outros traços, que o colocam em situação peculiar, entre os historiadores brasileiros, representa o esforço para conhecimento do nosso passado estabelecido e mantido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja Revista recolhe soma de informações digna do melhor exame.

Na segunda metade do século XIX, na mesma medida em que instituições congêneres começam a surgir nas Províncias, a historiografia assinala a tendência, que não era peculiar ao Brasil, de ver na História um gênero literário, apropriado ao discurso, à homenagem cívica. Ao aproximar-se o fim do século, a

tendência é neutralizada em parte por outra, que leva à erudição, à pesquisa detalhista, ao exame dos documentos, à consulta de arquivos, à controvérsia minuciosa, destinada a regular pontos obscuros e dúvidas de pessoas e lugares acumuladas em quatro séculos. Os exemplos quanto à primeira tendência são numerosos. Quanto à segunda, o típico é Capistrano de Abreu, que faz escola. No início do século XX, surgem os que se dedicam aos compêndios didáticos, e entre estes tem realce João Ribeiro que, embora obedecendo a programas de ensino, põe nota pessoal e inteligente no que escreve. A exceção vem do estrangeiro e é representada por Heinrich Handelmann: pela primeira vez os acontecimentos do passado brasileiro vão ser relacionados, procurando o alemão mostrar reflexos de uns em outros, situando causas e efeitos; pela primeira vez determinados aspectos são levantados, inclusive os sociais; Handelmann vê onde os outros não viram e mostra diversos lados das questões, além daquele que se apresenta pela simples enumeração dos acontecimentos e pelo arrolamento das personagens.

O calo literário, como o calo erudito, estão ainda presentes na historiografia brasileira, desfigurando-a. Mas, já na terceira década do século XX são evidentes os sinais de revisionismo, menos de método, embora também quanto a este, do que de julgamento. Nesse sentido, tem posição apaixonada mas não destituída de importância Manuel Bonfim. Na quarta década, depois da Revolução de 1930, aparece o primeiro ensaio de aplicação do materialismo histórico ao conjunto do passado nacional, o de Caio Prado Júnior. Com as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, o ensino de História dá os primeiros passos para a sistematização e para a aplicação de novos métodos. Os resultados não surgiram ainda em livros, num movimento digno de menção, embora o sinal esteja presente em trabalhos esparsos e em revistas especializadas. Há na bibliografia histórica brasileira, quanto a estudos de conjunto, evidente desequilíbrio; tendo a fase colonial sido muito mais intensamente trabalhada do que as que vieram depois.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — SALVADOR, VICENTE DO — *História do Brasil*. (1500-1627) — Revista por Capistrano de Abreu — 4.^a edição — São Paulo — 1954.

- 2 — PITA, SEBASTIÃO DA ROCHA — *História da América Portuguesa, desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1784* — 2.^a edição revista e anotada por J. G. Góis — Lisboa — 1880.
- 3 — LIMA, J. J. DE ABREU E — *Compêndio de História do Brasil* — Rio — 1882.
- 4 — SOUTHEY, ROBERT — *História do Brasil* — Tradução de Luís Joaquim de Oliveira Castro — Notas de Fernandes Pinheiro — 6 vols. — Rio — 1862.
- 5 — VARNHAGEN, F. A. — *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal* — Notas de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 4.^a edição — 5 vols. — S. Paulo — s.d.
- 6 — HANDELMANN, HEINRICH — *História do Brasil* — Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer — Notas de Basílio de Magalhães — 2 vols. — Rio — 1931.
- 7 — DIAS, CARLOS MALHEIROS — *História da colonização portuguesa do Brasil* — 3 vols. — Pôrto — 1921/1924.
- 8 — PRADO JÚNIOR, CAIO — *Evolução política do Brasil. Ensaio de interpretação materialista da história brasileira* — São Paulo — 1933.
- 9 — PRADO JÚNIOR, CAIO — *Formação do Brasil contemporâneo. Colônia* — S. Paulo — 1942.
- 10 — ABREU, J. CAPISTRANO DE — *Capítulo de história colonial (1500-1800)* — 3.^a edição — Rio — 1934.

OBSERVAÇÕES

1 — Frei Vicente do Salvador, franciscano que professou em 1600, chamado na vida civil Vicente Rodrigues Palha, escreveu em 1627, ou terminou nesse ano, o primeiro trabalho histórico de conjunto sobre a vida brasileira. Sua obra ficou perdida até 1881, quando foi descoberta numa coleção de manuscritos doados à Biblioteca Nacional. Capistrano de Abreu publicou-a, por partes, em jornal, e foi recolhida em livro, pela primeira vez, em 1918. Capistrano anotou-a, capítulo por capítulo, com os seus prolegômenos, que são amostras magistrais de erudição. A obra representa, conforme o anotador frisa, muito mais histórias do Brasil, arroladas com esforço que se pode imaginar enorme, do que *História da Colônia*. Há nela, além da maneira fácil do autor expor os acontecimentos, expressivo entusiasmo pelo Brasil, manifestações espontâneas de orgulho, que constituem sintomas importantes no alvorecer do século XVII. Constitui-se de cinco livros: no primeiro, o autor estuda a terra, incluindo nela os índios;

no segundo, a História, até ao estabelecimento das Capitâneas Hereditárias; no terceiro, do Governo de Tomé de Sousa ao de Manuel Teles Barreto; no quarto, até ao Governo de Gaspar de Sousa; no quinto, até ao de Diogo Luís de Oliveira, abrangendo o início da invasão holandesa. Há interesse em conhecer a obra de Vicente do Salvador, crônica do primeiro século da vida brasileira, mais do que História.

2 — Sebastião da Rocha Pita, nascido na Bahia, em 1660, formado em Coimbra, foi senhor de engenho em Cachoeira. Depois de consultar arquivos portugueses, escreveu a sua História, que chega quase aos fins do século XVIII, publicando-a aos setenta anos, em 1730, oito antes de falecer. Não só porque tinham já decorridos cento e tantos anos sobre os últimos acontecimentos apreciados por frei Vicente do Salvador, mas principalmente por ter tido outras condições para organizar o material de que se valeria, Rocha Pita poderia ter ampliado as informações apresentadas pelo seu antecessor, enriquecendo-as com mais um século de acontecimentos. Não foi o que aconteceu. Ele menciona, efetivamente, os fatos posteriores a 1627, quando frei Vicente do Salvador encerrou a sua narrativa, mas não os organiza convenientemente, não lhes dá sentido histórico. Trata-se de panegírico literário, de fraco valor histórico. Tem, entretanto, alguns traços interessantes. Um deles, a atenção que dá ao problema de Palmares, tão pouco tratado pelos historiadores antigos e modernos, e de tanta importância para o estudo das relações de senhores e escravos. Note-se que Rocha Pita era senhor de engenho. De sua obra há uma terceira edição, feita na Bahia, em 1950, sobre o texto da segunda citada.

3 — Não é grande, em verdade, o valor do compêndio de Abreu e Lima, figura curiosa, que participou das campanhas de Bolívar, em cujas forças chegou a general, e de movimentos de rebeldia, em nosso País, seguindo a tradição paterna, refugiando-se depois no estudo. Desde o seu aparecimento, entretanto, recebeu as restrições da História oficial, pelos seus mais autorizados representantes. E isso apenas porque adotou posição não ortodoxa, isto é, não áulica, em relação a acontecimentos e pessoas da História brasileira. Homem de idéias avançadas para o seu tempo e o seu meio, autor do primeiro trabalho sobre socialismo aparecido no nosso País, com tradição revolucionária comprovada pelas lutas militares em que se envolveu, as posições de Abreu e Lima esclarecem muito a ideologia da classe média embrionária da segunda metade do século XIX, em nosso País, ideologia que esteve presente em alguns dos movimentos provinciais que sacudiram a Regência e o Império. Mesmo fora desse critério, o compêndio de Abreu e Lima está longe de ser tão ruim quanto afirmaram os que o combateram.

4 — Southey é um entusiasta dos feitos portugueses e brasileiros, não distinguindo uns de outros. Em sua narrativa, entretanto, não está presente o poeta, nem o apologista, ainda que seja válida também por ser clara e bem organizada. Valendo-se de documentação consultada em Portugal e da leitura em antecessores, escreveu uma História útil, com grande massa de informações, bem concatenada, sempre necessária à consulta, embora deficiente em detalhes que a pesquisa erudita encontra com facilidade. Um dos seus grandes méritos está em não se ter deixado fascinar pela tradição oficial, particularmente quanto à obra dos jesuítas, mantendo julgamento próprio, estabelecendo critérios de discriminação diversos daqueles habitualmente adotados. Outro, o de ter estabelecido, pelo menos quanto à questão do trabalho escravo do indígena, paralelo com o que acontecia na área de colonização espanhola da América. A expansão das Reduções e os problemas que acarreta são tratados por Southey em conjunto, vendo também o que se passava na área platina e mesmo peruana. Southey não admite muros fronteiriços para a História, e a sua, por isso, além de por outras razões, continua a merecer consulta. Há uma segunda edição, feita sobre o texto da citada, aparecida na Bahia, em 1952.

5 — Arrolamento copioso de acontecimentos, a narrativa de Varnhagen se ressent, além de tudo, da ausência de simpatia para com as manifestações mais lídimas do sentimento popular brasileiro, tendo ainda, como aspecto negativo, o distanciamento de qualquer análise menos superficial. Conquanto importante, na fase em que apareceu, pela massa informativa e como estudo de conjunto, perdeu lugar e descaiu uma vez que as suas qualidades foram superadas pelo tempo. Varnhagen, por todos os títulos representante típico da camada culta e por isso mesmo distanciada dos motivos populares, é narrador frio, que intervém de quando em quando na exposição para manifestar os seus pontos de vista, em indicações claríssimas de preconceitos e prejuízos que jamais abandonou. A sua obra representa, entretanto, fonte permanente, em vista das anotações devidas a Capistrano de Abreu e a Rodolfo Garcia, que atualizam ou recolocam observações e situam melhor fatos e pessoas. Tais anotações fazem conservar o interesse pela consulta ao longo trabalho expositivo e cronológico do Visconde de Pôrto Seguro.

6 — Escrevendo fora do Brasil e fazendo grande esforço para dominar o assunto a que se dedicou, Handelsmann supera todos os historiadores que escreveram antes dele pela compreensão dos problemas, pela análise que apresenta a propósito dos temas principais, pela sensibilidade ao importante, pela forma como discrimina valores e situa o processo histórico. A tradução merece confiança e elogio o empreendimento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em lançar uma obra que é a de melhor nível entre aquelas que apareceram

até o seu tempo. As notas de Basílio de Magalhães não correspondem ao renome desse estudioso que não deu ao trabalho de Handelmann, por motivos que dele não dependeram, o tratamento que estava em sua capacidade dar.

7 — Obra bem documentada, dirigida por Carlos Malheiros Dias e escrita por um grupo de estudiosos, de valor diverso, autoridade heterogênea e orientação divergente. Tem importância pelo acervo que apresenta de informações, talvez o maior que um trabalho no gênero, nessa dimensão, tenha conseguido reunir.

8 — Primeiro ensaio de aplicação do materialismo histórico ao caso brasileiro, com as deficiências naturais da iniciativa pioneira e o caráter demasiado sumário que apresenta. Mostra, entretanto, e nisso está o mérito principal da obra, o caráter frágil e rotineiro dos trabalhos consagrados, a necessidade de ampla e profunda revisão na História do nosso País, e a importância muito maior do método do que da pesquisa de fontes.

9 — Conquanto o acabamento desta obra seja muito superior ao da anterior, apresentando Caio Prado Júnior conhecimento muito mais profundo dos fatores que intervieram na formação colonial brasileira, ela representa distanciamento do método adotado naquela. Verifica-se, nesta, a aplicação de critérios ecléticos, algumas vezes acertados, perdendo o conjunto aquilo que o trabalho ganha nos detalhes, na amplitude. Apesar disso, é o melhor trabalho histórico já escrito sobre a fase colonial do Brasil, aquele em que os acontecimentos são melhor situados, em que a análise é mais objetiva, em que são devidamente coordenados os fatos, as pessoas, o quadro social e o quadro econômico. A colonização lusa é condenada com veemência.

10 — Da obra de Capistrano de Abreu, compreendidas as notas e introduções a vários trabalhos estrangeiros e brasileiros, esta é a em que ele se realizou, aquela em que demonstrou melhor as suas características. Por isso mesmo, é fácil verificar a amplitude de seus conhecimentos, a capacidade para apreciar os detalhes e para situá-los no conjunto, o conhecimento da documentação de arquivos, a pesquisa paciente e demorada. Mas é também fácil verificar que, a rigor, Capistrano não acrescenta ao tratamento da História brasileira nenhum elemento fundamental, não a ilumina pela aplicação de um método, não a esclarece pela revisão de fatos, quanto ao conteúdo destes. Há mesmo, em sua obra melhor, preconceitos, distorções, repetição de velhos erros de julgamento, omissões lamentáveis. Apesar de tais deficiências, os *Capítulos de História Colonial* constituem trabalho de consulta obrigatória, fornecendo uma síntese apreciável da fase que abrange e constituindo a ossatura cronológica a ser preenchida pelas pesquisas de outra escala e, principalmente, de outro método.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — LIMA, OLIVEIRA — *Formação histórica da nacionalidade brasileira* — Tradução de Aurélio Domingues — Prefácio de Gilberto Freire, M. E. Martineuche e José Veríssimo — Rio — 1944.
- 2 — ARMITAGE, JOHN — *História do Brasil* — Tradução de Joaquim Teixeira de Macedo — Notas de Eugênio Egas e Garcia Júnior — Rio — 1943.
- 3 — VIANA, OLIVEIRA — *Evolução do povo brasileiro* — 4.^a edição — Rio — 1956.
- 4 — POMBO, ROCHA — *História do Brasil* — 4 vols. — Rio — 1906.
- 5 — RIBEIRO, JOÃO — *História do Brasil* — 13.^a edição — Rio — 1935.
- 6 — CALÓGERAS, J. PANDIÁ — *Formação histórica do Brasil* — 5.^a edição — S. Paulo — 1937.
- 7 — BONFIM, MANUEL — *O Brasil na América* — Rio — 1929.
- 8 — BONFIM, MANUEL — *O Brasil na História* — Rio — 1931.
- 9 — BONFIM, MANUEL — *O Brasil Nação* — 2 vols. — Rio — 1930.
- 10 — CALMON, PEDRO — *História do Brasil* — 7 vols. — Rio — 1959.

Estudos Econômicos

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Sendo os estudos econômicos sistemáticos ainda recentes em nosso País, a caracterização das fases do desenvolvimento brasileiro, nesse plano, é bastante discutida, e mais discutida se torna à medida que se procura caracterizar cada uma delas. As pesquisas de conjunto e de detalhe e a aplicação de métodos de interpretação mal começaram, quando o próprio ensino de economia principia, iniciando-se com êle o desvio para conceituação teórica dos problemas, abandonados os estudos referentes à realidade. Tal desvio carece de correção, e a informação histórica é que pode fornecer essa correção.

A descoberta e a colonização do Brasil foram acontecimentos perfeitamente entrosados no quadro da Revolução Comercial que não consistiu apenas na ampliação considerável da área geográfica em que se processavam as trocas como, e principalmente, no processo de acumulação que, em seu final, geraria as condições naturais para o aparecimento do capitalismo. A circunstância de a Europa não poder produzir determinados gêneros, por condições ecológicas adversas — na época em que ela produzia os gêneros necessários à subsistência de suas populações — impulsiona as metrópoles descobridoras, quando esta-

belecem o sistema de colonização, a lançar nas áreas de que se apossam as bases para a produção em larga escala daqueles gêneros que logo ficam conhecidos como *gêneros coloniais* ou *gêneros tropicais*. Como os indígenas não tinham ultrapassado ainda o período da economia natural, tratava-se de transplantar para as áreas coloniais toda uma estrutura de produção. Uma das características dessa estrutura é que se destina essencialmente a suprir mercados externos e distantes — mercados europeus, ante os quais as metrópoles se apresentam como distribuidoras, continuando a exercer o papel em que, antes, outros grupos mercantis se haviam especializado, como aqueles estabelecidos na península italiana. Para transplantar aquela estrutura e dar-lhe as dimensões necessárias tornava-se imprescindível, desde logo, deslocar para aqui, pela força, os elementos que se destinavam ao trabalho. Daí surge a transferência às áreas coloniais do braço escravo africano e enorme desenvolvimento que assume o tráfico e a exploração do trabalho escravo. Em linhas muito gerais — coroada pelo regime de monopólio comercial — é esta a estrutura que domina a área brasileira da metade do século XVI à metade do século XVIII, quando aparecem no quadro algumas alterações.

A segunda fase do desenvolvimento econômico brasileiro, que vai definir os seus traços no início do século XIX, decorre do movimento que se convencionou conhecer como Revolução Industrial, quando o capitalismo surge, perfeitamente caracterizado, destruídos os maiores entraves com que se defrontava. O surto capitalista trazia a condenação dos regimes de monopólio comercial a que estava reduzida a dominação das metrópoles sobre as áreas coloniais americanas. Realizando-se a capitalização na circulação, livre-cambismo e capitalismo eram sinônimos. Estavam condenadas ao desaparecimento as áreas fechadas, os sistemas de clausura, os mercados vedados e ainda o papel dos intermediários. O formidável impulso que a circulação recebe, como ciclo da capitalização e não apenas como processo mercantil autônomo, impõe a abertura de tais áreas ao comércio. Em função desses fatores externos, surge a possibilidade de uma associação de interesses muito íntima entre a classe dominante no Brasil, que detinha as peças do processo de produção — a terra e o escravo — e os focos de onde emanava a pressão maior no sentido da liberdade de trocas. Aparece,

então, a abertura dos portos e, em seguida, como consequência inevitável, a autonomia, constituindo-se as antigas colônias ibéricas em países independentes. A Revolução Industrial trazia outra condenação, além daquela que afetava o regime de monopólio comercial: trazia a condenação do trabalho escravo. Nesse ponto, porém, não havia identidade de interesses entre a classe dominante nas colônias e os focos que impulsionavam a Revolução. O trabalho escravo tinha ainda rentabilidade, no quadro interno das estruturas coloniais de produção. Assim, a autonomia se realiza recebendo a formidável e pesadíssima herança daquela estrutura, que sofre alterações muito reduzidas, que se transfere, vista em conjunto, à fase seguinte. O equilíbrio permanece até à metade do século XIX, quando a pressão externa alcança a suspensão do tráfico negreiro, isto é, o trabalho escravo se vê privado de suas fontes.

Na segunda metade do século XIX é possível notar os sinais de transformações importantes no desenvolvimento econômico brasileiro. O declínio da posição que o açúcar ocupava na exportação começa ser compensado, e largamente, pela contribuição do café. Este alimentício aparece na troca internacional num momento em que os principais mercados consumidores dos produtos coloniais estavam em pleno processo de industrialização e, em consequência, naquelas áreas já não se produziam os gêneros necessários à subsistência de suas populações. O café conquista, assim, posição privilegiada. Internamente, a estrutura de sua produção é diversa daquela que vigorou para o açúcar. Nêle, a rentabilidade do trabalho escravo cai verticalmente. Tendo herdado da mineração as disponibilidades de mão-de-obra que lhe permitem o primeiro impulso, o café, à medida em que se interna, cresce em volume e valor e pesa na balança comercial externa, modifica o seu processo de produção. Ele proporciona, entre outras coisas novas, a imigração, o colono livre, o adensamento demográfico, o mercado interno e, além de tudo, um esboço de capitalização, esboço este profundamente onerado pela estrutura colonial ainda dominante e pelo aparecimento do imperialismo nas relações internacionais. O surto cafeeiro, de qualquer maneira, responde pela introdução de novas técnicas no País, em particular técnicas de transporte, destacando-se nestas as ferrovias. Responde ainda pelo aparecimento das primeiras indústrias —

que são evidentemente precárias e que abastecem o mercado interno de bens de consumo, embora estejam muito longe de supri-lo de tudo o que necessita mesmo no setor referido. O período em curso pode ser considerado plenamente realizado com o encerramento do primeiro conflito mundial, fase em que a indústria brasileira dá o seu primeiro salto significativo, do qual não recuará mais, em conjunto.

Estamos vivendo o quarto ciclo do desenvolvimento econômico brasileiro, que se caracteriza pelo progresso de uma estrutura nacional de produção, superando-se, a pouco e pouco, a herança colonial que ainda pesa bastante em muitos setores, particularmente no campo. O auge imperialista dos nossos dias, com a concentração que ocorre após o segundo conflito mundial, coloca o problema fundamental do aproveitamento ou entrega das nossas riquezas, da resistência ou passividade diante da ação dos monopólios externos. Nesta fase, entretanto, o lançamento das bases da indústria pesada, de bens de produção, oferece perspectivas de que a luta em pleno desenvolvimento permita a vitória dos fatores nacionais e o Brasil consiga superar os entraves coloniais que, associados ao imperialismo, bararam o caminho ao nosso progresso.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — CORREIA, FRANCISCO ANTÔNIO — *História econômica de Portugal* — 2 vols. — Lisboa — 1929.
- 2 — ALMEIDA, FORTUNATO DE — *Subsídios para a história econômica de Portugal* — Porto — 1920.
- 3 — AZEVEDO, JOÃO LÚCIO DE — *Épocas de Portugal econômico. Esboços de história* — 2.^a edição — Lisboa — 1947.
- 4 — BALBI, ADRIEN — *Essai statistique sur le Royaume de Portugal* — 2 vols. — Paris — 1822.
- 5 — CARREIRA, LIBERATO DE CASTRO — *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde sua fundação* — Rio — 1889.
- 6 — SIMONSEN, ROBERTO — *História econômica do Brasil (1500-1820)* — 3.^a edição — S. Paulo — 1957.
- 7 — PRADO JÚNIOR, CAIO — *História econômica do Brasil* — S. Paulo — 1945.

- 8 — NORMANO, J. F. — *Evolução econômica do Brasil* — Tradução de Teodoro Quartim Barbosa, Roberto Peake Rodrigues e Laércio Brandão Teixeira — S. Paulo — 1939.
- 9 — BAGÚ, SERGIO — *Economía de la sociedad colonial. Ensayo de historia comparada de la América Latina* — Buenos Aires — 1949.
- 10 — FURTADO, CELSO — *Formação Econômica do Brasil* — Rio — 1959.

OBSERVAÇÕES

1 — Francisco Antônio Correia nos fornece um quadro sintético e claro do desenvolvimento econômico português, associando e vendo em conjunto a economia metropolitana e a das áreas coloniais, não apenas a americana mas também a oriental.

2 — O trabalho de Fortunato de Almeida, um dos melhores estudiosos portugueses de história econômica, preenche os vazios que a síntese de Francisco Antônio Correia apresenta, esmiuçando alguns aspectos fundamentais do desenvolvimento do mercantilismo em Portugal e do papel que as áreas coloniais tiveram nesse desenvolvimento.

3 — Os trabalhos reunidos no livro de João Lúcio de Azevedo, dois dos quais, sobre o açúcar e sobre o ouro, nos dizem respeito diretamente, mostram um panorama nítido das deficiências da estrutura mercantil lusa e deixam claro o papel da Inglaterra no aproveitamento final dos recursos auferidos pelo reino na exploração colonial. São cortes excelentes do desenvolvimento da economia mercantil em Portugal e fora de Portugal.

4 — O livro de Balbi é um repositório de informações a que se é sempre obrigado a recorrer, abrangendo a área brasileira, na fase colonial, e fornecendo a respeito desta dados indispensáveis ao claro entendimento de seu desenvolvimento econômico.

5 — Através de balanços oficiais e de relatórios, Castro Carreira reuniu elementos de informação também indispensáveis à compreensão da política econômica seguida pelo Império. Consultado com espírito crítico, confrontados os dados oferecidos com a situação de cada um dos períodos mencionados, é possível reconstituir a vida econômica brasileira da Independência à República.

6 — A reconstituição histórica de Simonsen é ainda trabalho cuja consulta se faz indispensável. Suas deficiências decorrem da forma original — trabalho de grupo, coordenado pelo autor e, depois, destinado a conferências seriadas. Abrange a economia colonial, tomando o desenvolvimento econômico em ângulos separados, seja pelos produtos principais, seja pelas áreas de produção. As tabelas de conversão de

valôres e a maioria dos dados informativos, entretanto, crescem de muito a importância da obra.

7 — Caio Prado Júnior é o primeiro, no Brasil, a dar à História Econômica sentido objetivo, embora ainda conserve nela alguns traços antigos, inclusive a confusão entre o econômico, o político e o social, aproveitando matéria já referida em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo*. Lança luz sobre pontos deixados na sombra pelos autores que apareceram antes, dá impulso novo ao exame de fatos fundamentais do processo, renova ainda os métodos de interpretação, conferindo unidade à exposição. O exame que faz da economia depois da Independência merece atenta reflexão.

8 — Normano se preocupa mais com o presente do que com o passado, e muito pouco com o passado distante, com o passado colonial, apenas referido de passagem. Sua obra, por isso, não obedece, a rigor, ao critério histórico. Trata-se, antes do mais, de exame em conjunto, com aspectos de detalhe, em determinada fase. A preocupação em destacar o desenvolvimento industrial e em mostrar sempre o papel do mercado interno, exigem a consulta a esta obra de autor estrangeiro sempre impressionado com os problemas econômicos da América Latina.

9 — O mérito do trabalho de Bagú consiste em tentar um levantamento em conjunto da economia dos povos da América Latina, aliás nem sempre bem informado a respeito do Brasil, por deficiência das fontes consultadas. Algumas de suas teses, e particularmente aquela da existência de um capitalismo colonial, indicam que o autor confunde o mercantilismo da fase de acumulação primitiva com o próprio capitalismo. A obra, entretanto, é muito rica em sugestões e de qualquer maneira útil.

10 — Na obra de Celso Furtado verifica-se a presença de uma corrente nova na evolução do pensamento econômico brasileiro, que pretende suprir as lacunas do passado pela posse de instrumentos de análise sistemáticos. A deficiência de tal corrente, e em particular quando comparada com a anterior, deriva da ausência de historicismo, da queda em extremo oposto. O mérito do trabalho de Celso Furtado está particularmente na renovação das teses e na importância que confere à função do mercado interno na formação do capitalismo no Brasil.

C. FONTES SUBSIDIARIAS

1 — BRITO, LEMOS — *Pontos de partida para a história econômica do Brasil* — 2.^a edição — S. Paulo — 1939.

2 — VIANA, VÍTOR — *Formação econômica do Brasil* — Rio — 1922.

- 3 — GOMES, LUÍS SOUSA — *A evolução econômica do Brasil e seus principais fatores* — Rio — 1941.
- 4 — FRANCO, AFONSO ARINOS DE MELO — *História do Banco do Brasil. (Primeira fase: 1808-1935)* — S. Paulo — 1947.
- 5 — TEITELBOIM, VOLODIA — *El Amanecer del capitalismo y la conquista de America* — Santiago — 1943.
- 6 — FURTADO, CELSO — *A economia brasileira. (Contribuição à análise de seu desenvolvimento)* — Rio — 1954.
- 7 — AMARAL, LUÍS — *História geral da agricultura brasileira. No triplice aspecto político, social, econômico* — 3 vols. — S. Paulo — 1939/1940.
- 8 — WYTHE, GEORGE — ROYCE, A. WIGHT e MIDKIFF, HAROLD M. — *Brazil An expanding economy* — New York — 1949.
- 9 — SÉRGIO, ANTÔNIO — *Antologia dos economistas portugueses* — 4 vols. — Lisboa — 1924/1928.
- 10 — BOUÇAS, VALENTIM — *Finanças do Brasil. Dívida externa. 1824-1945* — Rio — 1955.
- 11 — CAVALCANTI, AMARO — *Resenha financeira do ex-império do Brasil em 1889* — Rio — 1890.
- 12 — CHRISHFIELD, GEORGE W. — *American Supremacy. The rise and progress of the Latin American republics and their relations to the United States under the Monroe Doctrine* — New York — 1908.
- 13 — DRAGUILEV, M. — *La crisis general del capitalismo* — Moscou — 1960.
- 14 — ESTEBAN, JUAN CARLOS — *Imperialismo y desarrollo económico* — Buenos Aires — 1951.
- 15 — HIRSCHMAN, ALBERT O. — *Ideologies of economic development in Latin America* — New York — 1957.
- 16 — SOARES, SEBASTIÃO FERREIRA — *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil* — Rio — 1860.
- 17 — SOMBRA, SEVERINO — *Pequeno esboço de história monetária do Brasil colonial* — Rio — 1940.
- 18 — VIANA, VÍTOR — *O Banco do Brasil. Sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional* — Rio — 1926.
- 19 — STEIN, STANLEY — *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba* — S. Paulo — 1961.
- 20 — CARVALHO, MÁRIO ORLANDO DE — *Orientador bancário e cambial* — Rio — 1959.

3 Estudos Sociais

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Os estudos especificamente sociais, aqueles em que aparece a sociedade brasileira como objeto, são ainda recentes entre nós. A matéria social pode ser colhida em trabalhos que não fazem de seu estudo o objeto fundamental, particularmente nos históricos e políticos e econômicos, menos nestes últimos, embora possa parecer paradoxal, do que nos dois primeiros. As ciências da sociedade encontraram interessados apenas recentemente e sofrem da aplicação sem escala de critérios e métodos a que o meio não pode ser submetido sem violência e deformação. A sociedade como produto específico começa agora a ser apreciada, e ainda com a presença e a intrusão de cabedal estrangeiro mas assimilado, que oferece esquemas mais ou menos rígidos a cuja aplicação pretende subordinar a realidade.

A sociedade brasileira surge, no primeiro século, quando a Metrópole enfrenta o problema da colonização, isto é, de uma tarefa sistemática, estável, contínua, exigindo transferência de grupo humanos e de tudo o que eles levam quando se deslocam. Os primeiros elementos transferidos ao Brasil, depois da fase inicial da feitoria, trazem as marcas de origem, de toda a cultura metropolitana. É fácil verificar, entretanto, a formidável pressão do meio, de condições inteiramente diversas, sô-

bre essa concha que envolve os grupos transferidos. Carece de importância, assim, a controvérsia a propósito da origem de classe dos donatários e de seus acompanhantes, controvérsia que se alimenta principalmente nos trabalhos dos genealogistas. Conquanto esteja hoje geralmente admitido que tais elementos foram recrutados na pequena nobreza, na fidalguia lusa, a verdade é que, nas zonas em que a riqueza adquiriu logo nível ponderável, aquelas em que a cana se desenvolveu, houve tendência aristocratizante que se aprofundou com o decorrer dos tempos. Surgiu nelas uma classe dominante, fundada na grande propriedade canaveira, na possibilidade de transformar a cana em açúcar e de fornecer, portanto, aos mercados externos mercadoria que logo se tornou importante nas trocas do tempo. O trabalho escravo, conhecido na Metrópole, aproveitando uma das atividades comerciais a que o ocidente europeu dera impulso, na época das descobertas, constituiu outro suporte necessário e característico da sociedade que o Brasil colonial conheceu nos primeiros séculos. Nestes, o espaço concedido ao trabalho livre era extremamente reduzido, e a atividade comercial não tinha existência prática. Em consequência, a cidade não exercia nenhuma função, não lhe podendo caber o papel que assume na Europa no alvorecer da Idade Moderna.

A mineração aurífera, depois, introduz alterações importantes nesse quadro: o adensamento demográfico que proporciona e o aumento de poder aquisitivo vão levar os seus efeitos a extensa área, que excede os limites da Colônia, ampliando-se à zona platina, em virtude da necessidade de animais. Surge, assim, o mercado interno e, com êle, a troca e os elementos ligados à troca. Cresce, por outro lado, o aparelhamento administrativo, particularmente no setor fiscal e no setor militar, pela necessidade de evitar a evasão dos lucros que o ouro proporciona à Metrópole. O mercado colonial passa a despertar a atenção dos centros produtores europeus, onde os efeitos da Revolução Industrial começam a alastrar-se. Quando êsses efeitos acarretam aumento na produção, rompendo os moldes antigos, surgem tôdas as transformações econômicas e sociais que assinalam o pleno triunfo da burguesia. As referidas transformações trazem a agonia do regime de monopólio comercial, apresentando-se o problema da autonomia em sua verdadeira grandeza e agora com tôda as possibilidades de sucesso. A classe

dominante na Colônia preside a êsse problema, conduzindo-o de acôrdo com os seus interesses, isto é, com o mínimo de transformações internas. Mas já existia uma camada média, entre a classe dominante, constituída pelos senhores de terras e de escravos, e aquela que fornecia o trabalho, em regime de escravidão, havendo já uma área de trabalho livre muito maior. A extinção do tráfico negreiro, nos meados do século XIX, corresponde ao crescimento progressivo da referida área.

O seu efeito mais importante, entretanto, é o da disponibilidade de capitais que gravitarão para empreendimentos industriais, dentro das possibilidades do tempo. A segunda metade do século XIX, realmente, assinala mudanças importantes na estrutura econômica e, conseqüentemente, na estrutura social brasileira. Nos fins do século, aquelas mudanças se definirão em acontecimentos: as questões religiosa e militar, a Abolição e, finalmente, a República. Nestes acontecimentos verifica-se a presença e a contribuição da classe média brasileira, estrangulada pelas oligarquias e sem horizontes políticos. As contradições vão-se aprofundar, ao longo do período republicano, na fase de crise que assinala o seu início e depois, quando a indústria tiver encontrado perspectivas mais amplas, pelo crescimento econômico da lavoura cafeeira e pelos saldos que fornece na balança comercial, permitindo impulso no aparelhamento material do País. A Primeira Guerra Mundial, cortando os fornecimentos externos, permite impulso importante ao parque industrial, todo voltado para bens de consumo. Em face dessa expansão, surge e cresce uma nova classe, o proletariado, enquanto a situação no campo permanece estacionária.

O quadro que o Brasil apresenta depois da Revolução de 1930, e particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, é já inteiramente diverso: a classe dominante continua a ser a dos senhores territoriais, subordinando as massas que trabalham nos campos, mas o poder já não lhe pertence por inteiro. Disputa-o uma burguesia que se torna nacional pelos seus interesses, fase em que lança raízes a produção pesada, com as indústrias de base. Concorre nas contradições a presença do proletariado que determina novas colocações políticas e partidárias e o aparecimento da legislação trabalhista que lhe denuncia a fôrça. O grupo comercial cinde-se, somando uma das frações, aquela voltada para as trocas externas, os seus esforços com a classe

dos senhores territoriais, enquanto a outra, voltada para as trocas internas, somando os seus esforços com os elementos ligados à indústria, multiplica a sua efetividade.

O quadro político do Brasil atual corresponde nitidamente a essa repartição da sociedade em classes, e as idéias nacionalistas, de um lado, arregimentando a esmagadora maioria do povo brasileiro, defrontam o imperialismo que, de outro lado, detém ainda força econômica considerável.

O estudo da sociedade brasileira, além dos livros indicados, tem sido feito, e muito mais amplamente talvez, em trabalhos aparecidos em revistas especializadas, numa fase em que os temas sociais despertam muito interesse. A série Eduardo Prado, em que apareceram as denúncias de Pernambuco e da Bahia, do Santo Offício, dão um quadro interessante da sociedade colonial, que as visitas daquele tribunal pesquisaram profundamente. Trabalhos como o de Francisco de Moraes, aparecido nos *Anais da Biblioteca Nacional*, número 62, de 1942, *Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra*, ou o de Alan K. Manchester, publicado em *The Hispanic-American Historical Review*, volume 11, número 2, de 1931, *The rise of Brazilian aristocracy*, abrem clareiras importantes num estudo ainda em comêço.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — BAIÃO, ANTÔNIO — *A Inquisição em Portugal e no Brasil* — Lisboa — 1921.
- 2 — *A Maçonaria no Centenário* — S. Paulo — 1922.
- 3 — FREIRE, GILBERTO — *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil* — I — *Casa Grande & Senzala* — *Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* — 9.^a edição — 2 vols. — 1958.
- 4 — FREIRE, GILBERTO — *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil* — II — *Sobrados & Mucambos* — *Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano* — 2.^a edição — 3 vols. — Rio — 1951.
- 5 — MOURA, CLÓVIS — *Rebeliões da Senzala* — S. Paulo — 1959.

- 6 — FACÓ, RUI — *Cangaceiros e fanáticos. Gênese e lutas* — Rio — 1963.
- 7 — LAMBERT, J. — *Os dois Brasis* — Rio — 1959.
- 8 — CALDEIRA, CLÓVIS — *Arrendamento e parceria no Brasil* — Rio — 1955.
- 9 — DIAS, EVERARDO — *História das lutas sociais no Brasil* — S. Paulo — 1962.
- 10 — PEREIRA, ASTROJILDO — *Formação do P.C.B. 1922-1928* — Rio — 1962.

OBSERVAÇÕES

1 — O papel da Inquisição em Portugal foi profundo, ostensivo, muito claro. Herculano, entre outros, apreciou-o devidamente. A Inquisição representou o elemento de coação religiosa, numa luta travada entre a classe dominante, que detinha a propriedade territorial e nela procurava manter os remanescentes feudais, e o grupo mercantil que empresara os descobrimentos e as navegações. A luta é pontilhada de episódios de grande significação, como o da expulsão dos judeus, que motiva, como coroamento de prolongado conflito, a fuga de capitais e de técnicos e mercadores para outras zonas européias. No Brasil, a ação do Santo Ofício foi muito menos importante, de vez que a estrutura econômica aqui estabelecida e a sociedade que gerou dispensava o papel da Inquisição. O efeito de policiamento das visitas, entretanto, no período em que o regime de monopólio comercial se consolidava, foi profundo, e as denúncias de Pernambuco e da Bahia — isto é, do trabalho na zona do açúcar, a mais rica, aquela em que a produção, destinando-se aos mercados externos, necessitava ser subordinada ao regime de monopólio, na parte comercial — fornecem amostras singulares a respeito. O trabalho de Antônio Baião apresenta informações a propósito do tema, numa síntese que satisfaz perfeitamente aos que não necessitem aprofundar ou especializar as suas pesquisas.

2 — A ação da Maçonaria, em outra fase do desenvolvimento histórico brasileiro, aquela que assiste à elaboração da Independência, a sua efetivação, prolongando-se pouco mais adiante, foi também destacada. Numa sociedade em que a classe dominante era numericamente reduzida e os seus representantes se caracterizavam nitidamente, era possível, e foi possível, a existência de sociedades secretas, clandestinas, semiclandestinas ou ostensivas, secretas apenas nos ritos, como a Maçonaria. A sua influência, transferindo-se da Europa à Colônia, mostra a coincidência do processo da autonomia dos povos americanos com o movimento de expansão econômica conhecido como

Revolução Industrial, de que a Maçonaria se constitui instrumento de primeira ordem, com eficiência em seus trabalhos. Reunindo, por ocasião do Centenário, elementos de informação e estabelecendo a concatenação histórica do papel da Maçonaria no Brasil, o livro referido fornece um quadro muito próximo da realidade, apesar do sentido apologético a que fica submetido.

3 — O aparecimento de *Casa Grande & Senzala*, com que Gilberto Freire estréia para o grande público, assinala um momento na história dos trabalhos de que a sociedade brasileira é objeto. Trata-se de acumulação de material, aproximando-se ao método monográfico, embora distanciando-se dele sob outros aspectos. Mostra ainda uma subordinação a critérios antropológicos, embora procure o autor demonstrar isenção quanto a prejuízos e preconceitos de raça. E, particularmente, atenção minuciosa, e nesse ponto relevante, em relação aos sinais exteriores da sociedade, a casa, a roupa, a mesa, naquilo que é objetivo, e também no que é subjetivo, a religião, a educação, os costumes, as normas, os hábitos, os sentimentos, as festas. É amplo levantamento da vida brasileira, em determinada zona, a principal no tempo a que a obra se refere, em que o açúcar modelou a sociedade. Por tudo isso, a obra é de consulta, conquanto se ressinta de método histórico e abandone quase totalmente os aspectos econômicos.

4 — *Sobrados & Mucambos*, obedecendo aos mesmos critérios presentes em *Casa Grande & Senzala*, estuda o aparecimento da vida urbana no Brasil e a transição da classe senhorial dos engenhos para os sobrados, mantida a ética gerada nos séculos de predomínio rural absoluto, trazendo os senhores para a cidade os hábitos, o teor de existência, as normas que haviam presidido a fase anterior. Ricamente documentado, o trabalho apresenta as mesmas características do anterior, no que é positivo e no que é negativo ou omissivo.

5 — Primeira tentativa sistemática de estudo da massa escrava e de seus movimentos de rebeldia, dissipando preconceitos e apresentando o quadro à luz de novos critérios.

6 — Estudo da sociedade feudal sertaneja, pioneiro entre nós de novo método de interpretação, voltado particularmente para as duas formas mais comuns de manifestação, o fanatismo e o cangaço.

7 — Apreciando as diferenças entre o litoral desenvolvido e o interior atrasado, J. Lambert situa o contraste entre os dois tipos e modelos já referido por Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, exemplificando amplamente esses dois tipos e modelos, embora sem penetrar em suas causas profundas.

8 — Estudo metódico de relações comuns de trabalho em áreas rurais brasileiras, por um de seus melhores pesquisadores.

9 — Histórico das lutas operárias no Brasil, particularmente em São Paulo, com informação detalhada sobre a fase de influência anarquista.

10 — Trabalho preparatório e insubstituível sobre as origens e fundação do Partido Comunista Brasileiro, com estudo de seus primeiros tempos, integração da componente tenentista, congressos e documentos programáticos.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — CARVALHO, ELÍSIO DE — *Esplendor e decadência da sociedade brasileira* — Rio — 1911.
- 2 — ANDRADE, LOPES DE — *Introdução à sociologia das sêcas* — Rio — 1948.
- 3 — ELLIS JÚNIOR, ALFREDO — *Capítulos da história social de São Paulo* — S. Paulo — 1944.
- 4 — PINTO, L. A. COSTA — *Lutas de famílias no Brasil. (Introdução ao seu estudo)* — S. Paulo — 1949.
- 5 — FERREIRA, TITO LÍVIO — *Gênese social da gente bandeirante* — S. Paulo — 1944.
- 6 — BARATA, JOSÉ DO CARMO — *História eclesiástica de Pernambuco* — Recife — 1922.
- 7 — RIO, JOÃO DO — *As religiões do Rio* — Rio — 1904.
- 8 — MORAIS FILHO, MELO — *Festas e tradições populares do Brasil* — Rio — 1878.
- 9 — QUERINO, MANUEL — *A Bahia de outrora* — Prefácio e notas de Frederico Edelweiss — Salvador — 1955.
- 10 — MOURA, PAULO CURSINO DE — *São Paulo de outrora* — São Paulo — 1943.
- 11 — PRATA, RANULFO — *Lampião* — 2.^a edição — Prefácio de Paulo Dantas — S. Paulo — s.d.
- 12 — SMITH, T. LYNN — *Brazil. People and institutions* — Baton Rouge — 1954.
- 13 — SCHUPP, AMBRÓSIO — *Os Muckers* — Pôrto Alegre — 1901.
- 14 — LEITE FILHO, SOLIDÔNIO — *Os judeus no Brasil* — Rio — 1923.
- 15 — MORAIS, EVARISTO DE — *Cárceres e fogueiras da Inquisição* — S. Paulo — s.d.
- 16 — RANGEL, ALBERTO — *Dom Pedro Primeiro e a Marquesa de Santos* — 2.^a edição — Tours — 1928.
- 17 — RIOS, ADOLFO MORALES DE LOS — *O Rio de Janeiro imperial* — Rio — s.d.
- 18 — EDMUNDO, LUÍS — *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* — Rio — 1933.

- 19 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *Sob El-Rei Nosso Senhor. Aspectos da vida setecentista brasileira sobretudo em São Paulo* — S. Paulo — 1923.
- 20 — LASSANCE, HERCULANO AUGUSTO — *Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro* — Rio — 1845.
- 21 — MACEDO, SÉRGIO D. T. — *No tempo das sinhazinhas* — Rio — 1944.
- 22 — SEQUEIRA, ANTUNES DE — *Esbôço histórico dos costumes do povo espírito-santense desde os tempos coloniais até os nossos dias* — Rio — 1898.
- 23 — ARAÚJO, ANDRÉ VIDAL DE — *Introdução à Sociologia da Amazônia* — Manaus — 1956.
- 24 — VASCONCELOS, SALOMÃO DE — *Solares e vultos do passado* — Belo Horizonte — 1950.
- 25 — BROTERO, FREDERICO DE BARROS — *A família Monteiro de Barros* — S. Paulo — 1951.
- 26 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *No Rio de Janeiro de D. Pedro II* — Rio — 1947.
- 27 — MACEDO, JOAQUIM MANUEL DE — *Memórias da Rua do Ouvidor* — Prefácio e notas de Jamil Almansur Haddad — São Paulo — 1952.
- 28 — LAMEGO FILHO, ALBERTO — *A planície do solar e da senzala* — Prefácio de Oliveira Viana — Rio — 1934.
- 29 — WERNECK, FRANCISCO KLORS — *História e genealogia fluminense* — Rio — 1947.
- 30 — MACEDO, ROBERTO — *O Barão do Rio Verde. (João Antônio de Lemos). Reabilitação de um esquecido* — Prefácio de Pedro Cavalcanti — Rio — 1940.
- 31 — COARACI, VIVALDO — *Memórias da cidade do Rio de Janeiro* — Rio — 1955.
- 32 — DAMASCENO, ATOS — *Palco, salão e picadeiro em Pôrto Alegre no século XIX. Contribuição para o estudo do processo cultural do Rio Grande do Sul* — Pôrto Alegre — 1956.
- 33 — SETE, MÁRIO — *Maxambombas e Maracatus* — Recife — 1938.
- 34 — SETE, MÁRIO — *Anquinhas e Bernardas* — S. Paulo — 1940.
- 35 — SETE, MÁRIO — *Arruar* — 2.^a edição — Rio — 1958.
- 36 — SCHMIDT, CARLOS BORGES — *Construções de taipa* — São Paulo — 1949.
- 37 — AGUDO, JOSÉ — *Gente Rica, Cenas da vida paulistana* — S. Paulo — 1912.
- 38 — EDMUNDO, LUÍS — *O Rio de Janeiro do meu tempo* — 3 vols. — Rio — 1938.

- 39 — BROCA, BRITO — *A vida literária no Brasil, 1900* — Rio — 1956.
- 40 — MOTA, OTONIEL — *Do rancho ao palácio* — S. Paulo — 1941.
- 41 — CRULS, GASTÃO — *Apãrência do Rio de Janeiro. (Notícia histórica e descritiva da cidade)* — 2 vols. — 2.^a edição — Rio — 1965.
- 42 — ALMEIDA, JOÃO MENDES DE — *Algumas notas genealógicas. Livro de família* — S. Paulo — 1886.
- 43 — MORAIS FILHO, A. J. DE MELO — *Brasil histórico* — 2 vols. — Rio — 1866.
- 44 — BRUNO, ERNANI DA SILVA — *História e tradições da cidade de São Paulo* — 3 vols. — Rio — 1954.
- 45 — FLOREAL, SÍLVIO — *Ronda da meia-noite. (Vícios, misérias e esplendores da cidade de São Paulo)* — S. Paulo — 1925.
- 46 — FREITAS, AFONSO DE — *Tradições e reminiscências paulistanas* — 2.^a edição — São Paulo — 1955.
- 47 — MARTINS, ANTÔNIO EGÍDIO — *São Paulo antigo (1554-1910)* — 2 vols. — S. Paulo — 1911/1912.
- 48 — BARBOSA, OLÍMPIO ANTÔNIO — *Horácio de Matos. Sua vida e suas lutas* — Salvador — 1956.
- 49 — MORAIS, VALFRIDO DE — *Jagunços e Heróis* — Rio — 1963.
- 50 — POERNER, ARTUR JOSÉ e outros — *Assim marcha a família* — Rio — 1965.
- 51 — RODRIGUES, LEÔNCIO — *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* — S. Paulo — 1966.
- 52 — IANNI, OTÁVIO — *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* — Rio — 1963.
- 53 — LINHARES, HERMÍNIO — *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil* — Rio — 1955.
- 54 — MIGLIORI, JORGE — *Como são feitas as greves no Brasil* — Rio — 1963.
- 55 — TELES, JOVER — *O movimento sindical no Brasil* — Rio — 1962.
- 56 — AZEVEDO, TALES DE — *O catolicismo no Brasil* — Rio — 1955.
- 57 — AZEVEDO, FERNANDO DE — *Canaviais e engenhos na vida política do país. Ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar* — Rio — 1948.
- 58 — AMARAL, AZEVEDO — *Ensaio brasileiro* — Rio — 1930.
- 59 — BASTIDE, ROGER — *A psicologia do cafuné* — Curitiba — 1941.

- 60 — DUARTE, NESTOR — *A ordem privada e a organização política nacional. Contribuição à sociologia política brasileira* — S. Paulo — 1939.
- 61 — VIANA, OLIVEIRA — *Populações meridionais do Brasil. História. Organização. Psicologia — I — Populações rurais do centro-sul: paulistas, fluminenses, mineiros* — 5ª edição — Rio — 1958.
- 62 — QUEIROZ, MAURÍCIO VINHAS DE — *Messianismo e conflito social (A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916)* — Rio — 1966.

Estudos Institucionais

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

As transformações institucionais que ocorrem no Brasil refletiram, como em tôdas as sociedades, a estrutura econômica vigente. De Portugal, o colonizador transfere à Colônia as suas normas de vida em comum. Com a passagem do tempo, porém, verifica-se a marca local, a presença e a pressão dos fatores peculiares, numa lenta destruição de entidades e organizações que o meio não podia comportar. Assim, as Câmaras Municipais, aqui, têm fisionomia inteiramente diversa daquela que tiveram na Metrópole. Mesmo em território metropolitano, a função, a importância e o próprio recrutamento dos elementos para aquelas Câmaras é matéria controvertida. Há uma corrente, a que se confere, habitualmente, primazia, que defende a função principal das referidas organizações, atribuindo-lhes papel de relêvo. Alexandre Herculano foi dos primeiros a levantar a tese, repousando os seus estudos nos trabalhos de Savigny, que apreciou o problema em zonas em que o feudalismo tinha apresentado a plenitude de seu desenvolvimento. Parece, por outro lado, que o problema das Câmaras Municipais, e dos direitos de que se revestem, está estreitamente vinculado ao da vigência das instituições feudais e ao de sua derrocada. De qualquer forma, a corrente que defende

a primazia das Câmaras Municipais tem ainda hoje adeptos, e encontra mesmo repercussão num movimento municipalista que surge de quando em quando como fórmula salvadora a que se apegam muitos doutrinadores políticos.

No Brasil colonial, as Câmaras Municipais tiveram função evidentemente subalterna. Ainda assim refletiram nitidamente a repartição social estabelecida desde o início, estando muito distanciadas da fisionomia democrática que alguns verificam e apresentam. Nelas tinham assento os chamados "homens bons", ou "homens de calidade", isto é, aqueles que não trabalhavam com as mãos, não faziam esforço físico, excluídos naturalmente, por isso, e mencionando-se de forma ostensiva a proibição, ao que exercia ofícios mecânicos, isto é, aquele que manjava instrumentos. Isto demonstra o recrutamento aristocrático, na composição das ditas Câmaras Municipais. Aconteceu, realmente, em diversas fases e em diversas regiões, que suprissem elas as deficiências ou a ausência do Poder Público metropolitano, que não acompanhou a marcha territorial do povoamento, a marcha territorial da riqueza. Não o acompanhou onde as penetrações não proporcionaram, pelo menos de início, grande interesse, não trouxeram desde logo índices de produção significativos. Nas zonas mineradoras, ao contrário, o aparelhamento político e administrativo é o mais amplo, e reduz a nada as Câmaras Municipais. Elas têm um papel, como representações da classe dominante, ali onde tal classe gerou condições próprias de desenvolvimento — nas zonas açucareiras, por exemplo. Assim como a circulação pertencia à Metrópole, quanto ao açúcar, e lhe pertencia em regime de monopólio, a produção pertencia inteiramente à classe dominante, só intervindo a autoridade pública como órgão fiscal, na sua atividade arrecadadora, que jamais chegou aos limites da extorsão.

Outro aspecto do desenvolvimento das instituições brasileiras é aquele que surge logo depois da autonomia política, e tem sido colocado de maneiras aparentemente contraditórias. Com a Independência, realmente, empresada pela classe dominante, dos senhores de terras e de escravos, as instituições políticas, como o aparelhamento administrativo, vão refletir a predominância daquela classe. Estudiosos há que verificaram,

quanto a essa fase, contraste de orientação entre elementos urbanos, dotados de dimensão intelectual, e elementos rurais, dela desprovidos, refletindo cada um interesses peculiares, chocando-se uns com os outros. A tais elementos tem sido comum denominar "elites", expressão equívoca que pretende disfarçar a realidade. Não houve contradição de interesses entre populações rurais e urbanas uma vez que, no campo ou na cidade, a classe dominante era a mesma. O que acontece na época é a necessidade, para a classe dominante, de formar quadros destinados a objetivar a sua orientação, a preencher a estrutura institucional que se levantava, a defender os seus interesses, a formar um país à sua imagem e semelhança. Daí o aparecimento dos cursos jurídicos, um lustro após a autonomia, e a repartição deles, um no nordeste canavieiro, outro no centro-sul para onde gravitara a atividade econômica desde a mineração e, em seguida, com o café. Nesses cursos jurídicos é que a classe dominante vai formar os seus quadros, recrutando-os em suas próprias fileiras ou, em casos isolados, subordinando aos seus moldes aqueles recrutados eventualmente na classe média, ainda embrionária.

Acontece, realmente, nessa fase e nas fases posteriores, por motivo do processo colonial de transplantação, quando o país não tem condições para elaborar uma cultura peculiar — nem mesmo no terreno jurídico — que há descompasso entre determinadas doutrinas, defendidas inclusive no Legislativo, ou instituições, estabelecidas por lei, e a realidade. Esse descompasso, entretanto, não acarreta maiores consequências, uma vez que a realidade corrige pela rotina os seus efeitos: quando as reformas ou instituições são inadequadas, inclusive por adiantamento idealista, ficam sem vigência — figuram, existem, mas não são praticadas, observadas, obedecidas. E é como se não existissem.

Nos tempos mais próximos, e em consequência das transformações por que passa o Brasil, o quadro já é diverso: reflete-se no campo institucional, e até no aparelhamento administrativo, a contradição entre uma classe dominante, que já não governa com exclusividade, e aquelas que procuram participar do Poder.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — BARROS, HENRIQUE DA GAMA — *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV* — 2.^a edição — Dirigida por Torquato de Souza Soares — 11 vols. — Lisboa — 1945/1952.
- 2 — GARCIA, RODOLFO — *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil. (1500-1810)* — Prefácio de Afonso de E. Taunay — Rio — 1956.
- 3 — FLEIUSS, MAX — *História administrativa do Brasil* — São Paulo — s.d.
- 4 — ANDRADE, ALMIR DE — *Contribuição à história administrativa do Brasil. Na República, até o ano de 1945* — 2 vols. — Rio — 1950.
- 5 — VIANA, OLIVEIRA — *Instituições políticas brasileiras* — 2 vols. — Rio — 1949.
- 6 — TÔRRES, ALBERTO — *A organização nacional* — S. Paulo — 1938.
- 7 — VALADÃO, ALFREDO — *Direito Constitucional Brasileiro* — Rio — 1942.
- 8 — FRANCO, A. A. DE MELO — *História e teoria do partido político no Direito Constitucional Brasileiro* — Rio — 1948.
- 9 — LEAL, VÍTOR NUNES — *O município e o regime representativo no Brasil. Contribuição ao estudo do "coronelismo"* — Rio — 1948.
- 10 — FERREIRA, VALDEMAR MARTINS — *História do Direito Brasileiro* — 2 vols. — Rio — 1951.

OBSERVAÇÕES

1 — Fundamental sob muitos pontos de vista, a obra de Gama Barros constitui ampla e profunda informação da estrutura administrativa lusa, não apenas entre os séculos XII e XV, conforme menciona o título, mas no espaço de dez séculos. O seu primeiro volume apareceu em 1885, o segundo em 1914, o terceiro em 1922 e o quarto em 1925, quando o autor ultrapassara já a idade de oitenta anos — Gama Barros faleceu em 1925, com 89 anos. Nessa obra, realizada longamente, com paciência beneditina, está o Direito escrito e o Direito tradicional português. Nela se discrimina o poder real e seus limites, o poder do clero, o das ordens militares, o da nobreza; e os direitos do povo e das cortes. Nela aparecem a casa real, os funcionários, o conselho do rei, os tribunais e o que estes regulam, a sucessão real,

a regência, o regime de propriedade, a sucessão, a herança, a ocupação, a prescrição, os contratos, os testamentos. Tem ainda informações detalhadas sobre a população, a situação das classes sociais, desde a época visigótica, a agricultura, a indústria, o comércio. Estuda os mais diversos problemas, como o da propriedade alodial, o dos aforamentos, o dos vínculos, o dos morgados, o das sesmarias, o dos impostos, particularmente a dízima e a sisa. É trabalho de proporções monumentais, indispensável ao especialista e útil a todos os estudiosos.

2 — Reunindo o material de curso que ministrou, Rodolfo Garcia escreveu lúcido ensaio sobre a história da administração no Brasil, até à fase de grandes reformas que se iniciou com o advento da corte do Príncipe D. João. Conhecedor da matéria, sagaz em distinguir os aspectos fundamentais da legislação, separando o fato político do fato administrativo mas entendendo a íntima ligação entre eles, Garcia deixou uma obra de utilidade indiscutível, preciosa ainda pela análise que faz dos dispositivos citados.

3 — Dos trabalhos em livro, o de Max Fleiuss foi o mais apreciado durante largo tempo, constituindo arrolamento detalhado da legislação, com a discriminação dos dispositivos, embora pouco analítico. De qualquer forma, a soma de informações a que se refere é vultosa e de tudo dá idéia apreciável, cabendo ao leitor discriminar os efeitos e sentir a propriedade ou não das regras e leis baixadas pelo Poder Público.

4 — Almir de Andrade arrola e aprecia a legislação do nosso tempo, da época em que Getúlio Vargas presidiu aos destinos do País, trazendo a informação até o ano de 1945, numa compilação útil e inteligente, uma vez que não se limita a citar os dispositivos.

5 — Oliveira Viana, dentro dos critérios a que obedeceu, faz extenso estudo das instituições políticas brasileiras, explicando as suas origens e mostrando a aplicação que tiveram, as condições a que obedeceram. Trabalho de grandes proporções, embora passível de restrições quanto ao método e quanto a muitas das conclusões, oferece uma história política em que a estrutura do Estado aparece, em suas grandes linhas.

6 — Alberto Tôrres, certo quase sempre nos seus diagnósticos, imaginava que reformas constitucionais, mudanças nas estruturas de Estado trouxessem necessariamente conseqüências profundas, remediando males e sanando insuficiências. Os seus estudos, animados de um idealismo inequívoco, seguem esta linha, mas apresentam-se fecundos por efeito de seus amplos conhecimentos das instituições políticas e de seu papel no Brasil. Dêle foi escolhida a obra mais característica, aquela em que apresenta mais amplamente a sua concepção pelas reformas de que o Brasil careceria.

7 — Estudo especializado do Direito Constitucional Brasileiro, feito por mestre do seu ofício, oferecendo informação ampla e deta-

lhada do quadro histórico e das fontes em que se abeberaram os nossos constitucionalistas.

8 — Levantamento da vida partidária, das repartições no terreno da opinião e da organização das lutas de facções, o trabalho de Afonso Arinos de Melo Franco dá idéia bem aproximada, em conjunto, do que se operou em superfície na vida brasileira, quanto ao jôgo político e à representação.

9 — De certo modo, o trabalho de Vítor Nunes Leal dá as indicações fornecidas pela realidade do País, suprimindo as deficiências do livro de Melo Franco. Nêle se verifica o fenômeno político, que não é específico, do atraso do campo e as formas que a luta de partidos assumem naquela área, surgindo o tipo do "coronel", senhor de terras, chefe de facções, regulando direitos e exercendo, na plenitude, um poder não institucionalizado mas nem por isso menos importante.

10 — Estudo da evolução do Direito no Brasil, em todos os seus domínios, feito por professor, útil como fonte para o conhecimento da legislação através do tempo. Sem preocupações históricas e ainda assim necessário para a verificação do encadeamento das instituições.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — VIANA, OLIVEIRA — *O idealismo da Constituição* — 2.^a edição — S. Paulo — 1939.
- 2 — ZENHA, EDMUNDO — *O município no Brasil. (1532-1700)* — S. Paulo — 1948.
- 3 — VIANA, OLIVEIRA — *Problemas de política objetiva* — 2.^a edição — S. Paulo — 1947.
- 4 — VIANA, OLIVEIRA — *Problemas de Direito Corporativo* — Rio — 1938.
- 5 — VIANA, OLIVEIRA — *Direito do Trabalho e democracia social. O problema da incorporação do trabalhador no Estado* — Rio — 1951.
- 6 — TÔRRES, ALBERTO — *O problema nacional brasileiro* — 3.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 7 — MARTINS JÚNIOR, J. ISIDRO — *História do Direito Nacional* — Rio — 1895.
- 8 — MIRANDA, PONTES DE — *Fontes e evolução do Direito Civil Brasileiro* — Rio — 1928.
- 9 — LIRA, AUGUSTO TAVARES DE — *Centenário do Senado do Império* — Rio — 1926.

- 10 — LEAL, AURELINO — *História constitucional do Brasil* — Rio — 1915.
- 11 — TRIPOLI, CÉSAR — *História do Direito Brasileiro* — 2 vols. — S. Paulo — 1936/1940.
- 12 — SOUZA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE — *A mentalidade da Constituinte* — Rio — 1931.
- 13 — SOUSA, OTÁVIO TARQUÍNIO DE — *História de dois golpes de Estado* — Rio — 1939.
- 14 — ROURE, AGENOR DE — *Formação constitucional do Brasil* — Rio — 1914.
- 15 — LIMA, A. SABÓIA — *Alberto Tôrres e sua obra* — S. Paulo — 1935.
- 16 — GENTIL, ALCIDES — *As idéias de Alberto Tôrres* — 2.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 17 — GONÇALVES, C. TÔRRES — *As Constituições de 14 de Julho e 10 de Novembro* — Rio — 1940.
- 18 — ROURE, AGENOR DE — *A Constituinte Republicana* — Rio — 1920.
- 19 — ALBUQUERQUE, MEDEIROS E — *O regime presidencial no Brasil* — Rio — 1914.
- 20 — LEAL, AURELINO — *O parlamentarismo e o presidencialismo no Brasil* — Rio — 1924.
- 21 — BRASIL, J. F. DE ASSIS — *Democracia representativa* — Rio — 1893.
- 22 — *Anais do Parlamento Brasileiro. Assembléia Constituinte. 1823* — Rio — 1876.
- 23 — *Anais do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Sessões de 1826- a 1831* — Rio — 1874/1878.
- 24 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *O Senado do Império* — São Paulo — 1942.
- 25 — SOUSA, JOAQUIM RODRIGUES DE — *Análise e comentário da Constituição Política do Império do Brasil ou Teoria e prática do governo constitucional brasileiro* — 2 vols. — São Luís — 1867/1870.
- 26 — CAVALCANTI, JOÃO BARBALHO UCHOA — *Constituição Federal Brasileira* — Rio — 1902.
- 27 — CASTRO, ARAÚJO — *A nova Constituição Brasileira* — 2.^a edição — Rio — 1926.
- 28 — MAXIMILIANO, CARLOS — *Comentários à Constituição Brasileira* — 3 vols. — Rio — 1954.
- 29 — *Constituições do Brasil (1824-1946)* — Rio — 1948.
- 30 — FIGUEIREDO, ANTÔNIO DOS SANTOS — *A Evolução do Estado no Brasil* — Pôrto Alegre — 1926.

- 31 — ALMEIDA, CÂNDIDO MENDES DE — *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro antigo e moderno* — 4 vols. — Rio — 1866/1873.
- 32 — LIRA, A. TAVARES DE — *Organização política e administrativa do Brasil (Colônia, Império, República)* — S. Paulo — 1941.
- 33 — TAPAJÓS, VICENTE — *História administrativa do Brasil* — 3 vols. — Rio — 1956/1957.
- 34 — CASTRO, AUGUSTO OLÍMPIO VIVEIROS DE — *Organização administrativa do Brasil sob o regime colonial, monárquico e republicano* — In *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos* — II vol. — Rio — 1928.
- 35 — SOUSA, PAULINO JOSÉ SOARES DE — *Ensaio sobre o Direito Administrativo* — 2 vols. — Rio — 1862.
- 36 — SOUSA, PAULINO JOSÉ SOARES DE — *Estudos práticos sobre a administração das províncias do Brasil* — 2 vols. — Rio — 1865.
- 37 — ARAGÃO, J. GUILHERME DE — *La jurisdiction administrative au Brésil* — Rio — 1955.
- 38 — LÔBO, EULÁLIA MARIA LAHMEYER — *Administração colonial luso-espanhola nas Américas* — Rio — 1952.
- 39 — BUENO, J. A. PIMENTA — *Curso de Direito Público* — Rio — 1858.
- 40 — FREIRE, FELISBELO — *História constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil* — 2.^a edição — 2 vols. — Rio — 1894.

5 Estudos Geográficos

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Os estudos geográficos, antigos como o homem, só assumiram, entre nós, caráter sistemático há uns poucos lustros. E uma das tarefas principais daqueles que hoje interpretam a paisagem física e a paisagem humana do Brasil está no arrolamento e na discriminação qualitativa do acervo imenso acumulado em mais de quatro séculos de viagens e de estudos. Os primeiros navegadores que aqui aportaram, os que reconheceram a costa ou apenas a policiaram, foram iniciadores de documentação que os desbravadores do interior continuaram, dando contas do que tinham visto e ouvido, misturando o que lhes viera pela observação direta com aquilo que lhes chegara pela repetição e lendas. O bandeirante, que percorreu o interior, não era dado à norma de reduzir por escrito as suas aventuras, e estas, transmitidas por via oral, deformaram-se na versão de cada um, tomando, por vezes, aspectos desmedidos, de grandes riquezas escondidas, de coisas monstruosas que a terra ocultava, de criaturas disformes, que guardavam tesouros. Os jesuítas, habituados a escrever e obrigados pela rotina a contar aos superiores tudo o que se passava nas Missões, deixaram cabedal imenso, nesse sentido, cabedal que foi de aumento em aumento, quando viajantes oficiais começaram a devassar re-

giões distantes, desconhecidas ou pouco conhecidas. As questões de fronteiras, mais tarde, levadas aos limites dos conflitos armados, motivaram reconhecimentos e relatórios em que outras zonas apareciam.

Dessa massa pouco mais do que informe de dados foi sempre difícil retirar o material de interesse geográfico, uma vez que a descrição da terra era habitualmente confundida com a História e até com o folclore, com as tradições locais, com as lendas, com as crenças e crendices, com a descrição das festas e até com a apologética vulgar de feitos e de aventuras. Depois, quando se inauguraram no Brasil os cursos destinados a preparar homens para misteres diversos, cujo provimento era agora necessário, o material geográfico persistiu de mistura com outros, de que não havia como distinguir-se. E a grande empresa dos homens de saber, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reunia, no título, duas ciências diferentes, vistas em conjunto, na fase em que era de todo impossível vê-las de outra maneira, ligadas pelo sentido descritivo e irmanadas ainda no teor literário, que dava aos homens o timbre aristocrático que a inteligência assumia numa sociedade como a do Império.

O trabalho de Aires do Casal nos mostra claramente os traços indicados, mas é fácil avaliar as dificuldades com que lutou o padre para arrolar as informações que oferece. E as páginas da revista do referido Instituto continuaram, por longos anos a fio, a desfiar os relatórios de viagens e as informações geográficas de mistura com o material histórico a que se destinava. Pouco adiante surgiam as primeiras Sociedades de Geografia, buscando separação que já tardava, mas agremiando os mesmos homens e obedecendo aos mesmos critérios nos trabalhos oferecidos.

Só em tempos muito próximos, e particularmente com o aparecimento das Faculdades de Filosofia, os estudos geográficos começaram a assumir papel peculiar, específico, criando o seu próprio campo de trabalho e manejando o enorme material acumulado, para livrá-lo de toda impureza, que era muita. Os professores estrangeiros contratados, e em particular os franceses, deram ao ensino de Geografia, entre nós, os seus rumos definitivos e límpidos. Logo depois, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística iniciava os seus trabalhos, na verdade beneméritos, congregando elementos novos e antigos, sistematizando o material existente e abrindo perspectivas para

esfôrço continuado e sistemático, de que os Congressos de Geografia foram coroamentos significativos. Temos, assim, e só agora, um estudo de Geografia em termos apropriados, embora o ensino, particularmente de formação, se ressinta de deficiências naturais. A reforma, começando por cima, como não podia deixar de ser, alcançou alguns importantes resultados, uma vez que a interpretação geográfica do Brasil obedece, hoje, a critérios novos.

Os campos da Geografia ampliam-se, entretanto, e as suas relações com as ciências do homem, da natureza e da sociedade ficam cada vez mais claras, exigindo do geógrafo uma preparação profunda que lhe dê a idéia de conjunto que exime de erros peculiares à especialização acentuada, tão perigosa quanto o extremo oposto, do passado, da nenhuma especialização e da confusão absoluta com outros domínios. Nem está a Geografia, aqui e fora daqui, imune a deformações e a influências que lhe retiram a autoridade e a adequação, como aquela que corresponde ao aparecimento e generalização em determinadas camadas, menos aptas a negar-lhe autenticidade, da Geopolítica, desvio sintomático, desfiguração de uma ciência que mal dá os primeiros passos e que tanto pode realizar no nosso País.

A seleção, na vastíssima bibliografia de interesse geográfico, de obras apropriadas a dar, ao mesmo tempo, uma noção do País e da obediência aos critérios peculiares à Geografia, torna-se sempre difícil. A bibliografia restrita, específica, é ainda reduzida e o fato de assumir predominância natural o estudo regional sobre o de conjunto retira a muitos dos livros que já pode apresentar a utilidade para os que se iniciam.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — SOUSA, BERNARDINO JOSÉ DE — *Dicionário da terra e da gente do Brasil* — 4.^a edição — S. Paulo — 1939.
- 2 — DEFONTAINES, PIERRE — *Geografia Humana do Brasil* — Rio — 1940.
- 3 — MONBEIG, PIERRE — *Ensaio de Geografia Humana brasileira* — S. Paulo — 1940.

- 4 — MONBEIG, PIERRE — *Pionniers et planteurs de São Paulo* — Paris — 1952.
- 5 — WAIBEL, LEO — *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil* — Rio — 1958.
- 6 — OLIVEIRA, AVELINO DE e LEONARDO, OTHON HENRY — *Geologia do Brasil* — 2.^a edição — Rio — 1943.
- 7 — VALVERDE, ORLANDO — *Geografia Agrária do Brasil* — Rio — 1964.
- 8 — SILVA, MOACIR M. F. — *Geografia dos transportes no Brasil* — Rio — 1949.
- 9 — SEREBRENICK, SALOMÃO — *Aspectos geográficos do Brasil. (O clima, a terra e o homem)* — Rio — 1942.
- 10 — GEIGER, PEDRO PINCHAS — *Evolução da rede urbana brasileira* — Rio — 1963.

OBSERVAÇÕES

1 — Foi Bernardino José de Souza geógrafo por vocação, mais do que por preparo sistemático. A organização do seu trabalho indicado e os aperfeiçoamentos que procurou sempre introduzir nêles permitem conferir-lhe, sem qualquer dúvida, o título de geógrafo. Reunindo informações de tôdas as regiões brasileiras e de todos os tipos de trabalho e de todos os acidentes geográficos, o autor nos fornece fonte preciosa, a que é sempre necessário recorrer.

2 — Trabalho de conjunto, ricamente ilustrado, preparado por um mestre do seu ofício, o de Deffontaines nos dá retrato aproximado tanto quanto possível da realidade do nosso País, com algumas interpretações fecundas.

3 — Foi provavelmente Pierre Monbeig o maior dos mestres franceses que lecionaram no Brasil, seguramente aquele que mais influência exerceu, que chegou a fazer escola, a mobilizar, a congregar, a apontar rumos e distribuir tarefas. Cioso de sua ciência, cujo campo se preocupou sempre em definir e limitar, não cerrou as portas aos recursos de outras ciências, entretanto, antes apropriou-se dêsses recursos, ampliando as suas interpretações. Neste livro, que reúne alguns de seus melhores ensaios, dá a amostra de sua qualidade destacada de geógrafo moderno, sentindo os problemas do Brasil e analisando-os com lucidez, objetividade e rigor modelares. O ensaio sobre as zonas pioneiras e sobre a zona do cacau baiana são amostras significativas do quanto pode a Geografia ajudar o conhecimento do País.

4 — Estudo especial sobre o café paulista, em que se verificam as mesmas qualidades já indicadas na obra anterior, de um interesse insuperável pela compreensão e pela segurança no manejo dos dados e na interpretação do quadro.

5 — Um dos mais lúcidos, fecundos e profundos ensaios de interpretação geográfica de que o Brasil foi objeto. Trabalho indispensável ao conhecimento de nosso país.

6 — Sistematização da Geologia brasileira, dentro das possibilidades dos nossos conhecimentos até hoje. Obra insulada na especialização, sem horizontes, árida muitas vezes, e não por culpa da ciência. Apontada à falta de outra atualizada.

7 — Estudo excelente, dos mais importantes que a bibliografia geográfica brasileira pode apresentar, estuda, no volume inicial, único até agora publicado, o quadro físico e o quadro geo-econômico. Fonte indispensável para o conhecimento do Brasil.

8 — Aqui são estudados os transportes principalmente sob critério geográfico, considerando o aspecto viação e reconstituindo sumariamente, dentro de cada meio utilizado, o desenvolvimento histórico. Trabalho otimista, bem informado, com apreciação sobre os planos nacionais de viação.

9 — Idéia geral que completa, sob muitos títulos, a de Deffontaines, voltada esta apenas para a Geografia Humana. Informação meticulosa, sumária e rigorosa do meio físico, em que se destaca aquela que trata do clima, completada pelos dados referentes às populações.

10 — Ensaio de geografia urbana do Brasil, analisando a formação, a evolução e a função das cidades. Amplamente informativo e modelar como método sistemático de análise do problema.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — ABREU, S. FRÓIS — *A riqueza mineral do Brasil* — 2.^a ed. 2 vols. — Rio — 1962.
- 2 — MORAIS, RAIMUNDO — *Na planície amazônica* — 4.^a edição — S. Paulo — 1936.
- 3 — RANGEL, ALBERTO — *Rumos e perspectivas* — 2.^a edição — S. Paulo — 1934.
- 4 — LIMA, ARAÚJO — *Amazônia. A terra e o homem* — Prefácio de Tristão de Ataíde — 2.^a edição — S. Paulo — 1937.
- 5 — BASTOS, A. C. TAVARES — *O vale do Amazonas* — 2.^a edição — S. Paulo — 1937.
- 6 — CRULS, GASTÃO — *A Amazônia que eu vi. Óbidos — Tumucumaque* — Prefácio de Roquete Pinto — 2.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 7 — MAGALHÃES, AMÍLCAR A. BOTELHO DE — *Impressões da Comissão Rondon* — 5.^a edição — S. Paulo — 1942.

- 8 — MAGALHÃES, AMÍLCAR A. BOTELHO DE — *Pelos sertões do Brasil* — 2.^a edição — S. Paulo — 1941.
- 9 — AZEVEDO, FERNANDO DE — *Um trem corre para o oeste. Estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional* — S. Paulo — 1950.
- 10 — ROCHA, GERALDO — *O rio São Francisco, fator precípua da existência do Brasil* — S. Paulo — 1940.
- 11 — SANTOS, MÍLTON — *Zona do cacau. Introdução ao estudo geográfico* — 2.^a edição — S. Paulo — 1957.
- 12 — JOBIM, ANÍSIO — *O Amazonas, sua história. (Ensaio antro-pogeográfico e político)* — S. Paulo — 1957.
- 13 — PATERNOSTRO, JÚLIO — *Viagem ao Tocantins* — S. Paulo — 1945.
- 14 — COINTE, PAUL LE — *Amazônia brasileira — III — Árvores e plantas úteis* — 2.^a edição — S. Paulo — 1947.
- 15 — MENESES, A. INÁCIO DE — *Flora da Bahia* — S. Paulo — 1944.
- 16 — CRULS, L. — *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil* — S. Paulo — 1947.
- 17 — CRAIG, NEVILLE B. — *Estrada de ferro Madeira — Mamoré. História trágica de uma expedição* — Tradução de Moacir N. Vasconcelos — S. Paulo — 1947.
- 18 — CRULS, GASTÃO — *Hiléia Amazônica* — 2.^a edição — São Paulo — 1955.
- 19 — COINTE, PAUL LE — *O Estado do Pará: A terra, a água e o ar* — S. Paulo — 1945.
- 20 — CASTRO, JOSUÉ DE — *Geografia da fome. A fome no Brasil* — Rio — 1946.
- 21 — SELLIN, A. W. — *Geografia geral do Brasil* — Rio — 1889.
- 22 — WAPPAEUS, J. E. — *A Geografia física do Brasil* — Rio — 1884.
- 23 — MENDES, RENATO DA SILVEIRA — *Paisagens culturais da Baixada Fluminense* — Rio — 1950.
- 24 — LAMEGO, ALBERTO RIBEIRO — *O homem e a terra* — Rio — 1950.
- 25 — LAMEGO, ALBERTO RIBEIRO — *O homem e a Guanabara* — Rio — 1948.
- 26 — LAMEGO, ALBERTO RIBEIRO — *O homem e a restinga* — Rio — 1946.
- 27 — LAMEGO, ALBERTO RIBEIRO — *O homem e o brejo* — Rio — 1945.
- 28 — SETZER, JOSÉ — *Os solos do Estado de São Paulo* — Rio — 1949.

- 29 — OLIVEIRA, AMÉRICO LEONIDES BARBOSA DE — *O vale Tocantins — Araguaia. Possibilidades econômicas. Navegação fluvial* — Rio — 1941.
- 30 — CORREIA FILHO, VIRGÍLIO — *Pantanaís mato-grossenses. (Devassamento e ocupação)* — Rio — 1946.
- 31 — JAMES, PRESTON E. — *Latin America* — New York — 1950.
- 32 — MOUCHEZ, ERNEST — *Les côtes du Brésil* — Paris — 1864.
- 33 — MATOS, F. JAGUARIBE DE — *Les idées sur la physiographie Sud-Américaine* — Paris — 1937.
- 34 — VÁRZEA, AFONSO — *Geografia do açúcar no Leste do Brasil* — Rio — 1943.
- 35 — PINTO, ESTEVÃO — *História de uma estrada de ferro do Nordeste* — Rio — 1949.
- 36 — BARRETO, CASTRO — *Povoamento e população. Política populacional brasileira* — Rio — 1951.
- 37 — PESSOA, SAMUEL BARNESLEY — *Problemas brasileiros de Higiene Rural* — S. Paulo — 1949.
- 38 — CUNHA, EUCLIDES DA — *Contrastes e confrontos* — 6.^a edição — Pôrto — 1923.
- 39 — CUNHA, EUCLIDES DA — *À margem da História* — 4.^a edição — Pôrto — 1926.
- 40 — BATISTA FILHO, OLAVO — *A fazenda de café em São Paulo* — Rio — 1952.
- 41 — MACEDO, JOSÉ NORBERTO — *Fazenda de gado no Vale do São Francisco* — Rio — 1952.
- 42 — SAMPAIO, TEODORO — *O rio S. Francisco e a Chapada Diamantina* — Prefácio de Luís Viana Filho — 2.^a edição — Salvador — 1955.
- 43 — DIÉGUES JÚNIOR, MANUEL — *O engenho de açúcar no Nordeste* — Rio — 1952.
- 44 — LIMA SOBRINHO, BARBOSA — *Problemas econômicos e sociais da lavoura canavieira* — 2.^a edição — Rio — 1943.
- 45 — MORAIS, RAIMUNDO — *Anfiteatro amazônico* — S. Paulo — s.d.
- 46 — MORAIS, RAIMUNDO — *À margem do livro de Agassiz* — S. Paulo — s.d.
- 47 — CASTRO, JOSUÉ DE — *Documentário do Nordeste* — Rio — 1937.
- 48 — BRANDT, B. — *Geografia cultural do Brasil* — Tradução de Rodolfo Coutinho — Rio — 1945.
- 49 — CASAL, AIRES DO — *Corografia brasílica* — 2 vols. — São Paulo — 1943.
- 50 — CARNEIRO, ÉDISON — *A conquista da Amazônia* — Rio — 1956.

- 51 — ANDRADE, MANUEL CORREIA DE — *A terra e o homem do nordeste* — S. Paulo — 1963.
- 52 — CALDEIRA, CLÓVIS — *Fazendas de cacau na Bahia* — Rio — 1954.
- 53 — REIS, ARTUR CÉSAR FERREIRA — *O seringal e o seringueiro* — Rio — 1953.
- 54 — JAMES, PRESTON E. — *Brasil* — New York — 1946.
- 55 — RÊGO, LUÍS FLÔRES DE MORAIS — *O vale do São Francisco. (Ensaio de monografia geográfica)* — Rio — 1936.
- 56 — LAERNE, C. F. VAN DELDEN — *Brazil and Jawa* — Londres — 1885.
- 57 — DENIS, PIERRE — *Le Brésil au XXème Siècle* — Paris — 1909.
- 58 — SAMPAIO, TEODORO — *Apontamentos para a Geografia Agrícola do Brasil* — Rio — 1908.
- 59 — MELO, MÁRIO LACERDA DE — *Pernambuco, traços de sua Geografia Humana* — Recife — 1940.
- 60 — NASH, ROY — *A conquista do Brasil* — S. Paulo — 1939.

Estudos Militares

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

O problema militar surge, no Brasil, com os primeiros dias da colonização. A concorrência motiva os choques entre forças lusas e estrangeiras, que pilham a costa, que tentam e efetivam a exploração do pau-brasil e que, em alguns casos, chegam a estabelecer-se. Para enfrentar tal problema, a Metrópole arma as frotas de policiamento, que percorrem o litoral, e assinala, na legislação que preside aos primeiros tempos da colonização, os deveres dos povoadores. Pertence-lhe, numa repartição tácita, as operações marítimas, que executa com recursos vindos de ultramar; delega, normalmente, as operações terrestres aos povoadores, reforçando-os, em determinados casos.

O tributo de sangue está fixado nos forais e cartas de doação que distribuem a terra em Capitâneas Hereditárias e nas cartas de sesmarias, que concedem a propriedade aos que a requerem. Cada proprietário, na conformidade com as suas posses, obriga-se a ter determinada quantidade e determinada qualidade de armas, e acorrer ao chamado do donatário com as gentes de seus domínios. Isso influi na distribuição do povoamento e na fisionomia sob dois aspectos. O primeiro, que afeta o Poder Público, é aquele que se concretiza no sistema de

fortificações que baliza o litoral e que, mais adiante, vai balizar o curso dos rios principais, pelo interior. Para levantá-lo, há um tributo de trabalho, e até de material de construção, impôsto aos povoadores, mas o traço, o plano e a direção da obra pertencem a elementos especializados que a Metrópole envia à Colônia. O segundo se concretiza no plano das casas senhoriais, que apresentam a fisionomia pesada e maciça de fortalezas — são também um abrigo aos ataques, prontas a enfrentá-los. Em alguns casos, as vilas são cercadas de defesas externas, quase sempre de madeira, para o que contribuem os moradores locais ou próximos. Este sistema visa mais o indígena.

O inimigo, realmente, se reparte em duas espécies: o que vem por mar, pirata, navegador com carta de corso, concorrente oficial em navio isolado ou em frota. Traz este, pouco mais ou menos, as mesmas armas, e obedece às mesmas técnicas de combate que servem aos povoadores. A ameaça, neste caso, é sempre mais grave, não apenas pelo equilíbrio de armamento, mas porque a servidão ao transporte marítimo obriga os núcleos de povoamento, que são os agrícolas, a permanecer na costa ou próximo dela. E o que está em terra, o índio, a que o colonizador recorre, para escravizar e fazer trabalhar em suas lavouras, e que se rebela e ataca os núcleos de povoamento e os engenhos. Contra este, a superioridade de armas e de técnicas permite resguardo mais ou menos seguro. Acontece, nas zonas em que o povoamento se estabelece, em que adquire os traços de continuidade e de estabilidade, a dizimação do indígena. Nas lutas com os estrangeiros, as tribos se dividirão, umas apóiam franceses, por exemplo, outras servem aos portugueses. Quando da invasão holandesa, vai ocorrer o mesmo. Esse quadro não muda com o estabelecimento do Governo-Geral: o *Regimento* de Tomé de Souza — que traz as primeiras tropas regulares — repete as prescrições do tributo de sangue e de trabalho e de armamento. A luta contra os holandeses altera um pouco o quadro, no sentido de que, ao lado das organizações e das técnicas tradicionais européias, aparecem as organizações e as técnicas locais, inclusive a guerrilha.

A mineração, e o conseqüente aumento do aparelho administrativo, particularmente nos setores fiscal e de força, proporciona alteração importante nesse quadro: crescem em nú-

mero e em poder as tropas, há que recrutar muitos de seus elementos à base do pagamento de serviços. As milícias, que guardam os registros, dão segurança aos transportes de ouro, mantêm a ordem na zona mineradora, assumem papel destacado. Em seguida, as lutas platinas forçam o deslocamento de unidades inteiras da Metrópole à Colônia. Tais unidades, frequentemente, permanecem na sede colonial, para manter o Governo agora muito próximo da região aurífera. Daí se deslocam para o sul, onde vão intervir nas lutas contra os povoadores de origem espanhola.

Nessas lutas, entretanto, não vão constituir mais do que a ossatura das organizações, pois o grosso da tropa é fornecido pelas populações pastoris sulinas, diretamente interessadas na solução dos problemas ali surgidos. No quadro da pecuária do Continente de São Pedro, realmente, gera-se e se desenvolve espontaneamente uma tradição de luta, que assinala episódios constantes e acaba por vincar a fisionomia da sociedade regional. Esta é a base dos choques militares, na zona platina, até que a guerra com o Paraguai, pela sua longa duração e pelo encontro de sistema fortificado, vai exigir novos tipos de organização militar e esforço e aparelhamento que as populações pastoris não tinham interesse ou condições para fazer surgir.

Desde a Independência, há que excluir as organizações militares completas que a Metrópole mantinha no Brasil, substituindo-as por outras, recrutadas estas entre os brasileiros. Surgindo, com as lutas que se sucedem à autonomia, o problema da unidade, pela urgência em manter a subordinação das Províncias ao centro, o Império não encontra, desde logo, as forças militares de que necessita, embora a administração de D. João VI tenha lançado os seus alicerces. Improvisa a Marinha que vai combater os portugueses e os rebelados das Províncias, em primeira urgência. E cria, logo depois, a Guarda Nacional, recrutando-a na classe rural, fazendo dela a ossatura de organização que se mantém em primeiro plano até à guerra com o Paraguai. Desta guerra é que surge, na verdade, o Exército, como força capaz de assegurar ao Poder Público a plenitude de suas ações, enquanto a Marinha assegura a luta externa, em territórios distantes.

Exército e Marinha, como a Aeronáutica em nossos dias, correspondem, em seu aparelhamento, ao nível a que atinge o País, oscilando entre máximos de eficiência e de ineficiência

na medida em que adquirem no estrangeiro armas e suprimentos de toda ordem de que necessitam. Tais oscilações se agravam e se tornam onerosas com o decorrer do tempo, uma vez que a técnica avança continuamente, exigindo a renovação do material, por preços cada vez mais altos — até o momento em que, como agora, se verifica que o aparelhamento militar está na exata correspondência do nível industrial do País, exigindo todos os esforços para que este se eleve, em condições de suprir as Forças Armadas de tudo o que necessitam para, realmente, definir a soberania nacional. A participação do Brasil na última Guerra Mundial, com o envio da FEB ao teatro de guerra da Itália, como de elementos da FAB, além dos serviços prestados pela Marinha, assinala momento decisivo no desenvolvimento militar brasileiro.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — SILVA, SILVESTRE FERREIRA DA — *História do sítio da Nova Colônia do Sacramento* — Lisboa — 1748.
- 2 — VASCONCELOS, GENSERICO DE — *História Militar do Brasil* — 2.^a edição — 2 vols. — Rio — 1943.
- 3 — CIDADE, F. DE PAULA — *Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes* — Rio — 1948.
- 4 — FRAGOSO, TASSO — *História da Guerra da Tríplice Aliança* — 2.^a edição — 5 vols. — Rio — 1958.
- 5 — CERQUEIRA, DIONÍSIO — *Reminiscências da Campanha do Paraguai. 1865-1870* — Rio — 1929.
- 6 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *A Retirada da Laguna. Episódios da Guerra do Paraguai* — 10.^a edição — S. Paulo — s.d.
- 7 — GAMA, ANÍBAL — *A Marinha de Guerra na pacificação interna do Brasil* — Rio — 1923.
- 8 — MAIA, PRADO — *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império. (Tentativa de reconstituição histórica)* — Rio — 1965.
- 9 — SCHMID, ALBERT — *Os Rezingões* — Tradução e notas de Bertoldo Klinger — Rio — 1951.
- 10 — MORAIS, J. B. MASCARENHAS DE — *A F.E.B. pelo seu comandante* — S. Paulo — 1947.

OBSERVAÇÕES

1 — Narrativa circunstanciada do sítio à praça da Colônia do Sacramento, feita nos moldes do século XVIII, com o estilo da época, mas com o interesse da operação vista segundo os critérios do tempo.

2 — Não se trata de história das campanhas em que participou o Brasil, mas tão-somente da campanha contra Rosas, precedida de considerações históricas gerais bastante deficientes. Do ponto de vista militar, estudo de excelente qualidade, apreciando as operações no Uruguai e na Argentina, além da fase preparatória no Rio Grande do Sul.

3 — Arrolamento dos choques e lutas ocorridos na área platina, segundo critério cronológico e descritivo, servindo como fonte para os acontecimentos.

4 — Relato extenso, minucioso e metódico da campanha contra Lopez, dos seus preliminares e antecedentes políticos até o seu desenlace e negociações de paz. Obra profissionalmente útil, prestando-se ainda à consulta dos leigos, pela copiosa informação e pela riqueza de documentos e cartas de operações. A edição mencionada foi revista e acompanhada de eruditas notas e índice.

5 — A campanha vista por um voluntário, depois chefe militar, com serviços prestados em diversos setores, desde os profissionais até os políticos, alcançando as negociações de fronteiras e demarcações respectivas. Escrita com simplicidade, com rigor histórico e com interesse humano por vezes profundo, fornece quadro real da vida militar do tempo e mostra como o soldado e oficial subalterno viam as operações. Um dos melhores livros militares da bibliografia brasileira, embora de fraco interesse para estudo de operações.

6 — Livro célebre, que, ao lado de *Inocência*, assegurará a memória de Taunay — talvez o maior da bibliografia militar brasileira, se não considerarmos *Os sertões* como obra militar. Relato simples, comedido e eloquente de tudo o que ocorreu com a expedição que, organizada em Santos, destinou-se a invadir o Paraguai pelo norte, para distrair forças de Lopez para esta zona. A retirada que se seguiu à invasão foi trágica, repleta de acontecimentos amargos e dramáticos, que Taunay descreve com as cores mais vivas. Dessa narrativa emerge a figura, a um tempo grande e simples, do guia Lopes, morador do sul de Mato Grosso, que conduz a expedição ao Paraguai e assegura depois o seu salvamento, levando-a de volta à sua estância do Jardim.

7 — Destituído o centro de força militar e com a preponderância absoluta, para as grandes distâncias que separavam as Províncias da circulação marítima, foi enorme a importância da contribuição da Marinha nos acontecimentos da Independência e nas lutas internas que a ela se seguiram. São as operações de tal fase que o autor descreve em seu livro, ressaltando a importância delas e mostrando como, do esforço da referida fase, originou-se a Marinha do Império.

8 — História da Marinha, da fase colonial até à Guerra do Paraguai, meramente descritiva, mencionando organização, administração e operações nas campanhas internas e externas.

9 — O papel do soldado mercenário foi importante no Brasil, desde a fase do reino até próximo à guerra com o Paraguai. Desprovido de força militar e tendo de assegurar a ordem no interior e participar das lutas platinas, o Império lançou mão desse recurso extremo, contra o qual Caxias oporia sua orientação, mais adiante. O livro indicado dá uma informação fiel sobre a mentalidade do mercenário e sobre a sua assimilação no Rio Grande do Sul, nas colônias constituídas por elementos germânicos, e serve, nesse sentido, mais do que as memórias e narrativas de militares mercenários que estiveram no Brasil, em regra eivadas de paixão e de ressentimentos.

10 — Organizado à base das ordens e panos que constituíram a documentação de operações, o trabalho do Marechal Mascarenhas de Moraes fixa claramente o papel desempenhado pela Força Expedicionária Brasileira no teatro italiano, representando a melhor fonte para conhecimento daquele papel.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — MIRALES, JOSÉ — *História Militar do Brasil* — Rio — 1900.
- 2 — SPALDING, WALTER — *A invasão paraguaia no Brasil* — S. Paulo — 1940.
- 3 — CARNEIRO, DAVI — *História da Guerra Cisplatina* — São Paulo — 1946.
- 4 — GUIMARÃES, PINHEIRO — *Um Voluntário da Pátria* — 2.^a edição — Rio — 1958.
- 5 — COSTA, SAMUEL GUIMARÃES DA — *Formação democrática do Exército Brasileiro. (Pequena tentativa de interpretação social)* — Rio — 1957.
- 6 — LORETO, ALIATAR — *Capítulos de História Militar do Brasil Colônia — Reino* — Rio — 1946.
- 7 — OSÓRIO, FERNANDO — *História do General Osório* — 2 vols. — Rio — 1894.
- 8 — TITARA, LADISLAU DOS SANTOS — *Diário das Operações do Exército Brasileiro. Campanha de 1851-52* — 2.^a edição — 2 vols. — Rio — 1950.
- 9 — BORMANN, JOSÉ BERNARDINO — *Rosas e o Exército Aliado* — 2 vols. — Rio — 1912/1913.
- 10 — HOMEM, J. S. TÔRRES — *Anais da Guerra do Brasil com os Estados do Prata e Paraguai* — Rio — 1911.

- 11 — EU, CONDE D' — *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul* — S. Paulo — 1936.
- 12 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Dias de guerra e de sertão* — 3.^a edição — S. Paulo — s.d.
- 13 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Em Mato Grosso invadido. (1866-1867)* — S. Paulo — s.d.
- 14 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Marcha das Fôrças. (Expedição de Mato Grosso), 1865-1866* — (Do Rio de Janeiro ao Coxim) — S. Paulo — s.d.
- 15 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Diário do Exército* — I — *A Campanha da Cordilheira* — S. Paulo — s.d.
- 16 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Diário do Exército* — II — *De Campo Grande a Aquidabã* — S. Paulo — s.d.
- 17 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Cartas da Campanha. A Cordilheira — Agonia de Lopez. (1869-1870)* — S. Paulo — 1921.
- 18 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Memórias* — S. Paulo — 1948.
- 19 — CARVALHO, AFONSO DE — *Caxias* — Rio — 1938.
- 20 — *Uma Testemunha Ocular — Contribuições para a história da guerra entre o Brasil e Buenos Aires* — Tradução de L. Brockmann — Notas de Aurélio Pôrto — S. Paulo — 1946.
- 21 — CAMPOS, JOAQUIM PINTO DE — *Vida do grande cidadão brasileiro Luís Alves de Lima e Silva, Barão, Conde, Marquês, Duque de Caxias* — Rio — 1938.
- 22 — BARRETO, JOÃO DE DEUS NORONHA MENA — *Os Mena Barreto. Seis gerações de soldados* — (1769-1950) — Rio — 1950.
- 23 — FERREIRA, A. A. SOUSA — *História Militar do Brasil. (Regime Colonial)* — Rio — 1945.
- 24 — SOUSA JÚNIOR, ANTÔNIO — *Caminhos históricos de invasão* — Rio — 1950.
- 25 — RIO BRANCO, BARÃO DO — *Biografias* — Rio — 1947.
- 26 — RIO BRANCO, BARÃO DO — *Efemérides Brasileiras* — 3.^a edição — Rio — 1946.
- 27 — RIO BRANCO, BARÃO DO — *Estudos históricos* — Rio — 1948.
- 28 — SCHNEIDER, L. — *A Guerra da Tríplice Aliança (Império do Brasil, República Argentina e República Oriental do Uruguai) contra o governo da República do Paraguai. (1864-1870)* — Tradução de M. T. Alves Nogueira — Anotado por J. M. da Silva Paranhos — 2 vols. — Rio — 1875/1876.
- 29 — MORAIS, VILHENA DE — *O Duque de Ferro. Aspectos da figura de Caxias* — Rio — 1933.
- 30 — MAGALHÃES, J. B. — *Osório, símbolo de um povo, síntese de uma época* — Rio — 1946.

- 31 — CAMPOS, J. DA SILVA — *Fortificações da Bahia* — Rio — 1940.
- 32 — TORREZÃO, OTOM DE NORONHA — *Humaitá* — Rio — 1938.
- 33 — MOTA, ARTUR SILVEIRA DA — *Ds Aspirante a Almirante* — 2 vols. — Rio — 1906/1907.
- 34 — LIMA SOBRINHO, BARBOSA — *Artur Jaceguai* — Rio — 1955.
- 35 — BOITEUX, HENRIQUE — *O Marquês de Tamandaré* — Rio — 1943.
- 36 — BOITEUX, LUCAS ALEXANDRE — *A Marinha de Guerra Brasileira no reinado de D. João VI e de D. Pedro I. (1807-1831)* — Rio — 1913.
- 37 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Cartas da Campanha de Mato Grosso. 1865-1866* — Rio — 1944.
- 38 — COSTA, DÍDIO — *Saldanha. Almirante L. Ph. de Saldanha da Gama* — Rio — 1944.
- 39 — COSTA, DÍDIO — *Noronha. Almirante Júlio César de Noronha* — Rio — 1944.
- 40 — SILVA, LUÍS MANUEL DE LIMA E — *Guerra com as Províncias do Rio da Prata* — Rio — 1956.
- 41 — *O Brasil na Segunda Guerra Mundial* — 2 vols. — Rio — 1944.
- 42 — *Ofícios do Barão de Caxias. 1842-1845. (Como Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante-Chefe do Exército em operações contra os Farrapos)* — Rio — 1950.
- 43 — ANDRÉA, JÚLIO — *A Marinha brasileira* — 2 vols. — Rio — 1955/1956.
- 44 — AZEVEDO, PEDRO CORDOLINO F. DE — *História Militar* — 2 vols. — Rio — 1950.
- 45 — CARVALHO, JOSÉ CARLOS DE — *O livro da minha vida — na guerra, na paz e nas revoluções* — Rio — 1912.
- 46 — FONTOURA, EDGAR — *Marcílio Dias* — Rio — 1930.
- 47 — FREITAS, CARLOS VIDAL DE OLIVEIRA e JACEGUAI, ARTUR — *Gênesis e desenvolvimento da Armada Brasileira* — Rio — 1903.
- 48 — SOARES, JOSÉ EDUARDO MACEDO — *O contra-almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama* — S. Paulo — 1906.
- 49 — SILVA, TEOTÔNIO MEIRELES DA — *Apontamentos para a história da Marinha de Guerra brasileira* — 3 vols. — Rio — 1881/1883.
- 50 — PIMENTEL, JOAQUIM SILVÉRIO DE AZEVEDO — *Episódios militares* — Rio — 1897.

7 Estudos Antropológicos

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Se considerarmos, como se deve considerar, os estudos, depoimentos e material informativo dos primeiros séculos, interessando ao homem e suas relações, como simples documentário, é justo esclarecer que os estudos sistemáticos de antropologia tiveram início, entre nós, já no século XIX. Foram elaborados, em primeiro lugar, por sábios estrangeiros, que fizeram pesquisas, observações, colheita de material no Brasil. Visaram principalmente o indígena. O índio, realmente, constituiu-se no objeto principal, quase único, de tais pesquisas e estudos. Os brasileiros que enfrentaram o problema, também começaram por aí. Da parte destes, teria influído o sentimento nativista, então muito vivo e que via no indígena a base do que havia de nacional em nós. É o sentimento que, partindo da glorificação do indígena, encontra a saída peculiar a uma estrutura de produção escravista, com exata correspondência numa sociedade aristocratizada em sua classe dominante.

Os estudos e pesquisas de que o indígena é objeto, e que ocupam os mais notáveis sábios estrangeiros que nos visitam por essa época, vão acabar recebendo os conceitos opostos à referida glorificação — vão situar o índio como perdulário, desprovido de moral, isento do respeito à propriedade, tudo

aquilo que, em suma, não era mais do que a sua cultura. Numa última fase dos estudos que fazem do indígena objeto, vamos assistir a esforço, por muitos títulos meritório, em recolher o pitoresco da vida tribal, em destacar o que nêle é diferente, peculiar, sem que nisso entre qualquer idéia qualitativa. Trata-se o problema do indígena como se êle fôsse marciano, coisa distante, curiosa, estranha, imprevista, contrastante, e por isso mesmo há grande atenção para com a parte lingüística; em segundo plano, para com a parte religiosa; por último, para com as suas lendas, o material folclórico. Problemas de antropologia física e de antropologia cultural, mais adiante, ocuparão tôda a pauta dos pesquisadores, incluindo-se aqui os nacionais. Os critérios científicos são os europeus do século XIX, quando o colonialismo vinha gerando e desenvolvendo a sua ideologia justificatória. O indígena não é pròpriamente uma criatura humana, é um meio têrmo, quando muito uma criança. Mas é curioso, fascinante às vêzes, visto de longe; de perto, é sujo, inconveniente, falso. Quando estas idéias eram dominantes, já os *stocks* indígenas caminhavam aceleradamente para a extinção. Retarda êsse fim, ou essa aproximação, a obra extraordinária de Rondon.

O interêsse pelo negro é muito mais recente. Enquanto a estrutura de produção permaneceu escravista, e bastante tempo depois, não havia lugar, aqui, para qualquer esforço sistemático em tôrno do negro. Os primeiros estudos que aparecem, por isso mesmo, acolhem e acobertam a ciência européia, a que já nos referimos, que vê nas populações de côr apenas a numerosa, barata e fácil mão-de-obra que opera com as matérias-primas. Os preconceitos de raça assumem virulência invulgar, e os nossos estudiosos do negro, alguns dêles homens de côr, aceitam, esposam e aplicam os elementos dessa pseudociência. O negro é estudado em bloco, em conjunto, como se houvesse na numerosa população negróide brasileira unidade cultural. As diferenças vão ser encontradas quando surgir e ampliar-se o quadro em que opera a antropologia cultural, particularmente naquilo que diz respeito às crenças e aos ritos. É a fase em que os sociólogos e historiadores se preocupam especialmente com o fenômeno da miscigenação e sustentam que não existe no Brasil preconceito de raça e de côr, que o tratamento ao escravo foi benevolente, quase chegando ao

extremo de afirmar que teria sido melhor ser escravo do que senhor em nosso País. As análises do Brasil aparecem marcadas pelos preconceitos. Na preguiça, na luxúria, na cobiça, a responsabilidade é sempre da contribuição africana, às vezes desta e da indígena. O País não progride porque a composição racial é a que apresentamos.

Em nossos dias, a situação em relação aos estudos do negro mudou um pouco. Ele é visto com aparente simpatia, como figura pitoresca, a que é necessário perdoar os defeitos. A antropologia cultural, e particularmente a religiosa, volta-se, com afincos singulares, para os aspectos diferentes da contribuição negra, enquanto a sociologia se aplica em proceder ao levantamento de outros aspectos, inclusive os da culinária. Congressos ditos afro-brasileiros se esmeram nesse caminho, fornecendo ricos filões, o animismo, o feiticismo do negro, as religiões negras, enquanto pesquisadores estrangeiros com altos títulos universitários vêm fazer a estatística dos negros que ascenderam tornando-se bacharéis. Só agora, realmente, a antropologia brasileira começa a se libertar dessas deformações, esquecendo aqueles que estudaram o negro à sombra de Gobineau e viram a sua contribuição ao sabor dos Lapouge e dos Ammon. A negação de um preconceito extremado, de "raças inferiores" está longe ainda de se objetivar em estudos que tratem o negro como homem.

A antropologia do branco passou quase despercebida, ao longo dos tempos. Por hipótese, o branco era puro por origem, a cor básica, como no aparelho giratório que a mostra em fusão das outras. Não havia, aparentemente, o que estudar quanto ao branco. Foi o aparecimento da imigração que provocou os primeiros estudos a respeito do branco, e provocou-os na base da ciência justificatória do século XIX, quando determinados tipos eram apresentados como padrão. Dever-se-ia acolher, de preferência, os lusos do norte e não os do sul, os italianos de determinadas províncias e não de outras, os germânicos, os holandeses, numa confusão de raças, *stocks*, países, regiões, nações.

Nesta altura, o conceito de "raça" estava bastante desmoralizado e os antropologistas mais sérios já o impugnavam, vedando-lhe entrada em seus trabalhos. A antropologia, no Bra-

sil, quanto ao branco, encontrou uma saída extraordinariamente fecunda, a da aculturação. Alentados trabalhos monográficos sobre o tema foram elaborados, resultando de exaustivas pesquisas de campo. De outra parte, a Antropometria, que tomara desenvolvimento, forneceu alguns índices interessantes, fundando-se em particular nos trabalhos de recrutamento. De tudo isto resulta, evidentemente, o fato de que a Antropologia, no Brasil, ainda está nos ensaios, constituindo-se o material apresentado apenas em fontes e textos para estudos sistemáticos que obedecerão, certamente, a normas científicas definidas.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — COSTA, ANGIONE — *Introdução à arqueologia brasileira* — S. Paulo — 1934.
- 2 — MÉTRAUX, A. — *A religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos Tupi-Guaranis* — Prefácio, introdução e notas de Estêvão Pinto — S. Paulo — 1950.
- 3 — BALDUS, HERBERT — *Ensaio de etnologia brasileira* — Prefácio de Afonso de E. Taunay — 1937.
- 4 — RONDON, CÂNDIDO MARIANO — *Índios do Brasil. Do centro ao noroeste e sul de Mato Grosso* — 3 vols. — Rio — 1946/1958.
- 5 — RIBEIRO, DARCI — *Línguas e culturas indígenas no Brasil* — Rio — 1957.
- 6 — RAMOS, ARTUR — *Introdução à antropologia brasileira* — 2 vols. — Rio — 1944/1947.
- 7 — PINTO, E. ROQUETTE — *Ensaio de antropologia brasileira* — S. Paulo — 1933.
- 8 — WILLEMS, EMÍLIO — *A aculturação dos alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil* — S. Paulo — 1946.
- 9 — FERRAZ, ÁLVARO e LIMA JÚNIOR, ANDRADE — *A morfologia do homem do Nordeste. (Estudo biotipológico)* — Prefácio de W. Berardinelli — Rio — 1939.
- 10 — BALDUS, HERBERT — *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira* — S. Paulo — 1954.

OBSERVAÇÕES

1 — Informação suficiente a respeito da origem dos primitivos habitantes do Brasil, discutidas as hipóteses apresentadas. Bem informado e compreensivo para o leigo.

2 — Um dos grandes estudos de Antropologia cultural de que foi objeto o índio brasileiro, típico da forma como atraiu este a atenção dos especialistas estrangeiros e do tratamento que recebeu.

3 — Especialista de renome, consagrado por trabalhos a que está sempre presente o método, a sistematização, o rigor científico, Herbert Baldus, hoje aproveitado no Museu Paulista, fornece o resultado de seus estudos em que estão vinculadas as pesquisas próprias de campo e a informação doutrinária de outros.

4 — Nestes três volumes, ricamente ilustrados, está uma parte reduzida do amplo material colhido pelo Mar. Rondon e seus auxiliares em estudos de campo, num contato profundo e íntimo com tribos variadas, todas de Mato Grosso. Tem informações de grande importância, embora se trate de trabalho parcelado.

5 — Balanço da situação atual em que se encontram os últimos *stocks* indígenas brasileiros, com discriminação da situação que apresentam face ao contato com os civilizados, feito por especialista de notória capacidade e com espírito de síntese e compreensão clara do problema.

6 — Obra sob certos títulos monumental, a de Artur Ramos, encerra o resultado de seus extensos trabalhos nos domínios da Antropologia brasileira. Trata-se, certamente, da mais ampla tentativa de sistematização dos elementos capazes de esclarecer o quadro em que se desenvolveram e se desenvolvem as relações de raças no nosso País.

7 — A obra de Roquette Pinto representa não apenas o esforço em sistematizar materiais que vinham sendo difundidos e aproveitados sem ordem, como a de resistir à indiscriminada e nociva generalização de conceitos errôneos, que oneravam a pesquisa científica e perturbavam os leigos. A posição de Roquette Pinto representa a primeira barreira oposta à absurdidade de preconceitos que faziam repousar na Antropologia deficiências ligadas a outras origens.

8 — A alentada monografia de Emílio Willems representa a forma típica que assumem, entre nós, os trabalhos que fazem da aculturação o objeto exclusivo de suas atenções. Muito bem informado, com colheita ampla de observações diretas, explica nitidamente o que existe de superficial nos contatos entre imigrantes germânicos do Sul do País e o meio em que se situaram.

9 — Trabalho de Antropometria, fundado em estatística de convocação militar na área nordestina, amostra do muito que resta a fazer nesse terreno.

10 — Constitui o mais seguro guia para o estudo do assunto. Suas 1 785 indicações bibliográficas incluem tudo o que de sério se escreveu a respeito.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — FERNANDES, FLORESTAN — *A organização social dos Tupinambás* — S. Paulo — 1949.
- 2 — RIVASSEAU, EMÍLIO — *A vida dos índios Guaicurús. Quinze dias nas suas aldeias* — Prefácio de Pierre Deffontaines — S. Paulo — 1936.
- 3 — MAGALHÃES, COUTO DE — *O selvagem* — 3.^a edição — S. Paulo — 1935.
- 4 — PINTO, E. ROQUETTE — *Rondônia* — 4.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 5 — COLBACCHINI, ANTÔNIO — *Os Bororós Orientais* — Tradução de Catarina Baratz Canabrava — S. Paulo — 1944.
- 6 — ABREU, CAPISTRANO DE — *A língua dos caxinauás* — Rio — 1914.
- 7 — ELLIS JÚNIOR, ALFREDO — *Populações paulistas* — São Paulo — 1934.
- 8 — RIBEIRO, JOÃO — *O elemento negro. História. Folclore. Linguística* — Introdução e notas de Joaquim Ribeiro — Rio — s.d.
- 9 — STRAUSS, C. LEVI — *Tristes trópicos* — Tradução de Wilson Martins — S. Paulo — 1957.
- 10 — CHAVES, JOAQUIM — *O índio no solo piauiense* — Teresina — 1953.
- 11 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *Informação de história e etnografia* — Recife — 1944.
- 12 — POMPEU SOBRINHO, TOMÁS — *História do Ceará. Proto-história cearense* — Fortaleza — 1946.
- 13 — COSTA, ANGIONE — *Migrações e cultura indígena. Ensaios de Arqueologia e Etnologia do Brasil* — S. Paulo — 1939.
- 14 — MATOS, ANÍBAL — *Pré-história brasileira* — S. Paulo — 1938.
- 15 — RODRIGUES, NINA — *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* — Prefácio de Afrânio Peixoto — 3.^a edição — S. Paulo — 1938.

- 16 — MATOS, ANÍBAL — *A raça da Lagoa Santa. Velhos e novos estudos sobre o homem fóssil americano* — S. Paulo — 1941.
- 17 — SCHMIDT, WILHELM — *Etnologia sul-americana. Círculos culturais e extratos culturais na América do Sul* — Tradução de Sérgio Buarque de Holanda — S. Paulo — 1942.
- 18 — RAMOS, ARTUR — *A aculturação negra no Brasil* — São Paulo — 1942.
- 19 — MATOS, ANÍBAL — *Peter Wilhelm Lund no Brasil. Problemas de Paleontologia brasileira* — S. Paulo — 1939.
- 20 — RAMOS, ARTUR — *O negro brasileiro* — I — *Etnografia religiosa* — 2.^a edição — S. Paulo — 1940.
- 21 — WILLEMS, EMÍLIO — *Assimilação e populações marginais no Brasil. Estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes* — S. Paulo — 1940.
- 22 — FIGUEIREDO, LIMA — *Índios do Brasil* — Prefácio de Cândido Rondon — S. Paulo — 1939.
- 23 — SAMPAIO, A. J. DE — *A alimentação sertaneja e do interior da Amazônia. Onomástica da alimentação rural* — São Paulo — 1944.
- 24 — PIERSON, DONALD — *Branços e pretos na Bahia. Estudo de contato racial* — Com introdução de Artur Ramos e Robert E. Park — S. Paulo — 1945.
- 25 — DUARTE, ABELARDO — *Ladislau Neto (1838-1894)* — Maceió — 1950.
- 26 — LUND, PETER WILHELM — *Memórias sobre a Paleontologia brasileira* — Revistas e comentadas por Carlos de Paula Couto — Rio — 1950.
- 27 — MÉTRAUX, A. — *La civilisation matérielle des tribus Tupi-Guarani* — Paris — 1928.
- 28 — PINTO, E. ROQUETTE — *Seixos rolados* — Rio — 1927.
- 29 — KARSTEN, RAFAEL — *The Civilization of the South American Indians* — Londres — 1926.
- 30 — QUERINO, MANUEL — *Costumes africanos no Brasil* — Prefácio e notas de Artur Ramos — Rio — 1938.
- 31 — RIBEIRO, DARCI — *Religião e mitologia Kadieu* — Rio — 1950.
- 32 — RODRIGUES, NINA — *As coletividades anormais* — Prefácio e notas de Artur Ramos — S. Paulo — 1939.
- 33 — BRANDÃO, ALFREDO — *A escritura pré-histórica do Brasil* — Rio — 1937.
- 34 — CARNEIRO, ÉDISON — *Negros bantus. Notas de Etnografia religiosa e de folclore* — Rio — 1937.

- 35 — ÁVILA, BASTOS DE — *Questões de Antropologia brasileira* — Prefácio de Fróis da Fonseca — Rio — 1935.
- 36 — CARNEIRO, ÉDISON — *Religiões negras. Notas de Etnografia religiosa* — Rio — 1936.
- 37 — DOMINGUES, OTÁVIO — *Hereditariedade e eugenia. Suas bases teóricas. Suas aplicações práticas* — Rio — 1936.
- 38 — LÔBO, ARTUR — *A Antropologia do Exército Brasileiro* — Rio, 1928.
- 39 — FORTINI, ARQUIMEDES — *O 75.º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul* — 2.ª edição — Pôrto Alegre — 1952.
- 40 — BEZERRA, FELTE — *Etnias sergipanas. Contribuição ao seu estudo* — Prefácio de Emílio Willems — Aracaju — 1950.
- 41 — DENIS, FERDINAND — *Uma festa brasileira* — Rio — 1944.
- 42 — RAMOS, LUÍSA e ARTUR — *A renda de bilros e sua aculturação no Brasil. Nota preliminar e roteiro de pesquisas* — Rio — 1948.
- 43 — RAMOS, ARTUR — *As culturas negras no Novo Mundo. O negro brasileiro* — 2.ª edição — S. Paulo — 1946.
- 44 — VIANA, ATALIBA — *Gente sem raça* — S. Paulo — 1944.
- 45 — SCHMIDT, MAX — *Estudos de Etnologia brasileira* — Tradução de Catarina Baratz Canabrava — S. Paulo — 1942.
- 46 — RODRIGUES, NINA — *Os africanos no Brasil* — S. Paulo — 1945.
- 47 — BOGGIANI, GUIDO — *Os Caduveo* — Prefácio e estudo etnográfico de G. A. Colini — Tradução de Amadeu Amaral Júnior — Revisão, introdução e notas de Herbert Baldus — S. Paulo — 1945.
- 48 — RODRIGUES, NINA — *O animismo fetichista dos negros baianos* — Prefácio e notas de Artur Ramos — Rio — 1935.
- 49 — FERNANDES, GONÇALVES — *Xangôs do Nordeste. Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife* — Rio — 1937.
- 50 — CARNEIRO, SOUSA — *Mitos africanos no Brasil. Ciência do folclore* — S. Paulo — 1937.

Estudos Lingüísticos

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

A evolução da língua sofre, no Brasil, as vicissitudes peculiares ao passado colonial. Nos primeiros decênios, realmente, há extensas zonas brasileiras em que a língua dominante, a língua geral, é a do indígena. O catequista vê-se forçado a aprendê-la. Terá de valer-se dela para as suas tarefas específicas da primeira fase, e é valendo-se dela que adquire ascendência sobre as tribos, em condições de harmonizá-las ou de ligá-las aos colonizadores. É a língua da costa, a que se condiciona à fase em que o povoamento não se desliga do oceano. À proporção que a população lusa aumenta, e particularmente nas zonas em que predomina a miscigenação com os primitivos povoadores, indígenas, há um equilíbrio entre os dois idiomas até que o português domine, mas cívado da profunda contribuição do largo período de contato. As trocas culturais são grandes — aquela que afetou o idioma foi das mais profundas.

Em outras zonas, em que o trabalho servil se estabeleceu na base do africano importado, a influência deste foi enorme. Enorme e variada, porque os africanos foram retirados de áreas culturais as mais diversas. Enquanto o escravo permaneceu quase inteiramente destinado ao trabalho rural, ao eito, a sua contribuição exerceu-se por baixo, alastrando-se rapidamente.

A partir do segundo século, e acentuando-se no terceiro, o escravo doméstico e o escravo urbano vão levar a influência lingüística de que são portadores até mesmo à classe culta.

O fato de terem sido os religiosos e, entre êstes, particularmente os elementos da Companhia de Jesus, os únicos dotados de dimensão intelectual, em larga fase da vida colonial afeta profundamente a evolução lingüística. Mais adiante, quando o referido elemento, exercendo maior esforço nos colégios do que em escolas de ler, escrever e contar, consegue recrutar na classe dominante reduzido número de pessoas em condições de completar estudos na Europa, na Universidade de Coimbra principalmente, agrava-se o bilingüismo que distingue o idioma escrito, em que o modelo permanece o quinhentista luso, adotado pelos elementos intelectualizados, e o idioma falado, em que os traços de influência indígena e africana se acentuam. Isto não chega a constituir problema uma vez que as possibilidades de acesso aos conhecimentos e as possibilidades de sua utilização ficam restritas à classe senhorial.

Depois da Independência, entretanto, quando a classe média mostra a sua existência, quando surgem formas de difusão da cultura que exigem o emprêgo do idioma, a imprensa, o livro, a tribuna, aquêle bilingüismo vai apresentar todos os seus traços, e realmente os apresenta quando as letras brasileiras iniciam a sua história, com o Romantismo. Os modelos continuam a ser os clássicos lusos e surge um severo policiamento do idioma, distinguindo ainda mais os elementos dados à arte literária. A reação romântica de Alencar não tem possibilidades de triunfar ou mesmo de deixar sulcos. Entrincheirados na Gramática e nas Humanidades greco-latinas, os eruditos do tempo resistem tenazmente a qualquer alteração lingüística. Nem a sociedade brasileira estava preparada para tal processo, em virtude da transplantação cultural. Pelos fins do século XIX, a utilização, para aprendizagem, dos textos franceses e a influência literária que disso decorre, vai contribuir ainda mais para agravar o bilingüismo e para criar obstáculos à assimilação de palavras, expressões, modismos próprios das classes populares.

Só em nosso tempo, e em particular depois do Modernismo, o problema da língua pode ser colocado em outros termos. Conquanto tenha havido nêle excessos, incompreensões e até desvios, como a batalha por uma língua brasileira, a rea-

ção a um cultismo fora de propósito e de época alcança resultados apreciáveis — o bilingüismo atenua o contraste antigo, aparecem na literatura normas usuais, formas livres de expressão, ampliando os seus movimentos e aproximando os dois campos. É a fase, naturalmente, em que surge um público para as letras. Gera-se e choca os entendidos uma confusão entre linguagem coloquial e linguagem popular que perturba a colocação do problema.

Depois dêsse esforço, entretanto, surgem os traços que definem a existência de uma língua literária, em que as obras de arte podem distinguir-se, podem encontrar veículo, meio de expressão, acolhendo as contribuições da sociedade e mantendo, ao mesmo tempo, a qualidade que as distingue das normas faladas. O processo para atingir êsse ponto foi longo, tortuoso, cheio de incompreensões, de dúvidas estereis, de flutuações sem motivo aparente. De qualquer forma, a língua que os brasileiros utilizam, no falar e no escrever e em fazer literatura, é já perfeitamente diversa daquela que os portugueses utilizam para os mesmos fins, e perdeu-se, aqui, o respeito pelas normas lusas, a superstição do clássico distante, ganhando a expressão em liberdade, em movimento, em riqueza, numa transformação que, longe de limitar-se às palavras, ao léxico, o que seria pouco, amplia-se em todo o sistema que configura o idioma e lhe dá fisionomia realmente brasileira.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — FREITAS, AFONSO A. DE — *Vocabulário nheengatu (Vernaculizado pelo português falado em S. Paulo)*. Língua tupi-guarani. — S. Paulo — 1936.
- 2 — MENDONÇA, RENATO — *A influência africana no português do Brasil* — Prefácio de Rodolfo Garcia — 2.^a edição — São Paulo — 1935.
- 3 — CASTRO, EUGÊNIO DE — *Ensaio de Geografia Lingüística* — 2.^a edição — S. Paulo — 1941.
- 4 — AIROSA, PLÍNIO — *Términos tupis no português do Brasil* — S. Paulo — 1937.

- 5 — MONTEIRO, CLÓVIS — *Português da Europa e português da América: aspectos da evolução do nosso idioma* — 2.^a edição — Rio — 1952.
- 6 — RIBEIRO, JOÃO — *A língua nacional* — 2.^a edição — São Paulo — 1933.
- 7 — SILVA NETO, SERAFIM — *Manual de Filologia Portuguesa. História. Problemas. Métodos* — Rio — 1952.
- 8 — MELO, GLADSTONE CHAVES DE — *A língua do Brasil* — Rio — 1946.
- 9 — GARCIA, RODOLFO — *Dicionário de brasileirismos* — Rio — 1943.
- 10 — LIMA SOBRINHO, BARBOSA — *A língua portuguesa e a unidade do Brasil* — Rio — 1958.

OBSERVAÇÕES

1 — Afonso A. de Freitas foi dos mais profundos conhecedores das línguas indígenas brasileiras. Seu trabalho proporciona conhecimento suficiente para quem se dedique ao estudo da contribuição indígena no desenvolvimento da língua utilizada pelos colonizadores.

2 — Trabalho bem informado sobre a contribuição africana ao português utilizado no Brasil, com discriminação de procedências de escravos, estudo de vocábulos e utilização de boas fontes.

3 — Foram os acidentes topográficos que guardaram mais longamente os traços do batismo indígena. Estudioso dos roteiros dos navegadores do primeiro século, Eugênio de Castro faz o levantamento daqueles acidentes, sobre muitos dos quais o advento do colonizador superpôs outro nome, em regra retirado ao calendário católico.

4 — Organização e esmiuçamento de léxico em que ficam esclarecidos alguns pontos duvidosos ou controvertidos a respeito da contribuição tupi ao idioma falado no Brasil, feito por mestre no assunto.

5 — A questão das diferenças entre o português falado e escrito em Portugal e o português falado e escrito no Brasil é excelentemente apreciada pelo professor Clóvis Monteiro, não apenas ajudado pelos conhecimentos especializados mas também ajudado por amplos conhecimentos literários. Trabalho fundamental para elucidação do problema da língua que os brasileiros usam.

6 — Foi João Ribeiro, certamente, dos que viram com mais inteligência o problema da língua portuguesa utilizada pelos brasileiros. Seu livro guarda atualidade permanente e serve para elucidar muitos dos aspectos mais discutidos do problema.

7 — Estudo em profundidade, completo, minucioso, excelentemente documentado e exemplificado, indispensável ao exame do problema da evolução e da fisionomia atual do português falado e escrito no Brasil.

8 — Contribuição importante ainda à elucidação do problema da língua utilizada pelos brasileiros, sem chegar aos extremos da língua brasileira mas deixando claras as diferenças profundas que hoje existem entre o português daqui e o de além Atlântico.

9 — Trabalho paciente, metódico, organizado por pesquisador consciencioso, o dicionário de Rodolfo Garcia permanecerá sempre útil aos que estudam a língua que utilizamos. Não há organização de léxico que possa deixá-lo esquecido.

10 — O título não revela a extensão dos campos sobre os quais a obra se debruça, não apenas ocupada em mostrar a importância da língua como fator de unidade cultural, mas ocupada, e de forma inteligente, em muitos outros aspectos, sempre bem esclarecidos, não só pelos conhecimentos e método do autor como pela clareza com que aprecia a evolução da língua literária.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — NEIVA, ARTUR — *Estudos da língua nacional* — S. Paulo — 1940.
- 2 — SANCHES, EDGARD — *Língua brasileira* — S. Paulo — 1940.
- 3 — MARROQUIM, MÁRIO — *A língua do Nordeste* — S. Paulo — 1934.
- 4 — MENDONÇA, RENATO — *O português do Brasil. Origens. Evolução. Tendências* — Rio — 1936.
- 5 — SILVA NETO, SERAFIM — *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* — 2.^a ed. — 2 vols. — Rio — 1956.
- 6 — ANDRADE, MÁRIO DE — *O empalhador de passarinho* — S. Paulo — s/d.
- 7 — ELIA, SÍLVIO — *O problema da língua brasileira* — Rio — 1940.
- 8 — SILVA NETO, SERAFIM — *História da língua portuguesa* — Rio — 1952.
- 9 — AMARAL, AMADEU — *Dialeto caipira* — S. Paulo — 1920.
- 10 — VALE, QUINTINO DO — *Da influência tupi no português* — Rio — 1925.

9 Estudos Educacionais

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Qualquer estudo sobre as origens e o desenvolvimento da educação no Brasil — compreendida como processo sistemático de transmissão da cultura — não poderá esquecer a influência das condições criadas pelo regime colonial em que vivemos durante três séculos e que avançou além da autonomia. Numa sociedade escravista, como a que se estabeleceu entre nós, não houve, e nem poderia haver, o mínimo interesse pela cultura, que não representava necessidade e nem encontrava lugar, função. É duvidoso mesmo que, entre os elementos deslocados para a Colônia, pertencentes à classe dominante, houvesse, como traço geral, o referido interesse. Se tivesse existido, desapareceria aqui, esmagado pelas condições do meio. Os exemplos isolados, de altos funcionários da administração, conhecidos na Metrópole pelos seus pendoros para o estudo, pelo gosto em escrever, transferidos para cá, são confirmadores. Não encontraram na Colônia o mínimo de condições para subsistir como elementos dotados de cultura individual.

Mas a verdade é que, nesse quadro desolador, houve um grupo que se ocupou das coisas do espírito e ligou-se estreitamente à educação, encarregando-se do ensino. Foi o das ordens religiosas, especialmente os jesuítas, homens dados ao en-

sino por dever de ofício, humanistas, os maiores do seu tempo, os únicos na Colônia, durante decênios seguidos, ilhados em seu campó. A catequese os obriga a ensinar, como caminho para a conquista das almas, e são educadores por missão fundamental. O ensino jesuítico, depois dos primeiros anos, se bifurca: há o campo das escolas de ler, escrever e contar, ligado diretamente à tarefa dos catequistas, e o campo dos colégios, de outro grau, onde a Companhia se preocupa, predominantemente, em recrutar os seus quadros. Muito se escreveu sobre um e outro, com a tendência de colocá-los no mesmo plano, quanto aos efeitos. Nada menos verdadeiro. Do ensino de ler, escrever e contar, que agremiava os jovens indígenas, e sobre o qual foram traçados alguns quadros idílicos, nada restou. Não tinha condições para deixar vestígios, em que pese o extraordinário esforço dos elementos da Companhia. Não havia a mínima razão de ser para os conhecimentos básicos, elementares, particularmente no que dizia respeito aos índios. A escola podia ser um lugar de festa e, nesse sentido, deve ter tido uma função — não, porém, um lugar de aprendizagem. Os indígenas não estavam interessados em aprender os sinais e a utilização dos sinais escritos — e nem, no meio que os cercava, havia em que utilizá-los. A sociedade escravista não exigia conhecimentos, muito menos de parte daqueles a que não se destinaria outro fim que não o trabalho.

Quanto ao ensino dos colégios, este sim deixou marcas e resultados profundos. Tais marcas não se fixaram pelo simples recrutamento de religiosos: excederam esses limites. Venceram o espírito daqueles que, feitos bacharéis aqui, iam terminar os estudos em Coimbra e disputavam lugares no aparelho administrativo metropolitano e colonial. E existia vínculo estreito entre o ensino dos colégios, aqui, e o da universidade, lá, esta também dominada pelos jesuítas. O processo sistemático de transmissão da cultura, oferecendo instrumentos para a vida, para o exercício profissional, tinha unidade: vinha das primeiras letras às humanidades clássicas e destas aos conhecimentos jurídicos, que absorveram quase totalmente a curiosidade, submetido a normas idênticas. Nesse estreito molde foram fundidos os elementos dotados de dimensão intelectual que encontraram, na Colônia, possibilidade para fazer valer o que ha-

viam aprendido — absorvidos pelo crescimento do aparelho administrativo que se seguiu ao surto da mineração. O traço característico do ensino dessa fase era o seu aspecto marginal. Ele se destinava a distinguir o indivíduo, fornecendo-lhe um ornamento a mais, um título especial. Isolava-o do meio em que vivia, entretanto, voltava as atenções para problemas subjetivos, distanciados, irrelevantes, desligados da realidade. Não era instrumento para a vida e muito menos abria perspectivas para novos horizontes.

A expulsão pombalina desarticulou o rígido sistema do ensino jesuítico, fragmentando as fontes de aprendizagem. É a fase em que aparecem ou se generalizam os mestres particulares, especialmente os capelães, que o clero continua a ser o maior depositário dos conhecimentos. Surgem colégios para substituir os dos jesuítas — o Seminário de Mariana é de 1750. Nesses colégios, em que a marca jesuítica estava presente, formam-se os homens que, completando os seus estudos na Europa, não apenas em Coimbra agora, constituirão o grupo que emprestará a autonomia. Alguns destacados valores individuais estão longe de traduzir as condições do meio.

A autonomia, entretanto, cria a necessidade premente do recrutamento de quadros. A classe dos senhores de terras e de escravos, que a empresara, necessita prover as funções que se multiplicam, com o aparecimento das atividades políticas, das atividades comerciais, das profissões liberais, da administração geral e provincial, das forças militares. É um mundo a, de súbito, exigir que se preencham os vazios, e para isso são aproveitados muitos elementos reinóis. Os cursos jurídicos, surgindo um lustro depois da autonomia, assinalam a carência de quadros e a urgência em formá-los. Desde a fase de trasladação da Corte joanina haviam aparecido as bases do ensino militar e do ensino artístico e mesmo do ensino científico, em dimensões rudimentares. O País recém-autônomo vai desenvolvê-los, com altos e baixos, com recuos e avanços, conforme as necessidades. Aparecem pouco depois os cursos de Medicina. Mais tarde, os de Engenharia.

Por condições ligadas ao próprio processo da autonomia, entretanto, o peso do tradicional dava a tônica desse ensino primário, médio e superior que se estabelece com a separação da Metrópole e se desenvolve enquanto a estrutura do País

guarda os traços coloniais. Pelas suas ligações, pelo seu destino, pelo papel específico que lhe cabia, a classe dominante, de senhores de terras e de escravos, buscava afanosamente assemelhar-se aos padrões europeus, estabelecer uma ética idêntica àquela da classe a que associara o seu destino. Daí o longo e penoso processo da transplantação cultural, que tão profundos traços deixou em nossa cultura, e que vincou a técnica de transmissão configurada no ensino.

A partir da segunda metade do século XIX, quando aparecem os inequívocos sinais de declínio da estrutura colonial e de alterações que já não podem ser sonegadas é que o ensino começa a alterar os seus rumos, o sentido de que está impregnado. Mas só na fase republicana e particularmente depois do abalo produzido pelo aparecimento da industrialização é que o ensino brasileiro é pressionado no sentido de fornecer às gerações em formação instrumentos adequados à vida.

Nos dias em que vamos vivendo, o quadro do ensino apresenta todos os sintomas da prolongada crise em que se geram novas condições e surgem reformas fundamentais. Verifica-se o sentido de classe de que está eivado, a sua incapacidade para formar gerações de brasileiros capazes de levar adiante a tarefa de transformar o País numa estrutura nacional. Na medida em que, nos outros campos, particularmente os da produção, as transformações se impuserem, o ensino será reformado, para atender pelo menos à alfabetização, enquanto abre perspectivas para a formação de especialistas de que o Brasil está faminto, para poder explorar as suas riquezas e moldar as suas instituições na conformidade das exigências de seu povo.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — HERMANN, J. B. — *La pédagogie des jésuites au XVe. siècle* — Louvain — 1914.
- 2 — MADUREIRA, J. M. — *A liberdade dos índios e a Companhia de Jesus. Sua pedagogia e seus resultados* — Rio — 1927.
- 3 — ALMEIDA, ANTÔNIO FIGUEIRA DE — *História do ensino secundário no Brasil* — Rio — 1936.

- 4 — DÓRIA, L. G. ESCRAGNOLLE — *Memória histórica comemorativa do primeiro centenário do Colégio Pedro II* — Rio — 1937.
- 5 — LACERDA, J. C. SAMPAIO DE — *Esbôço histórico sobre a organização dos cursos jurídicos no Brasil* — Rio — 1939.
- 6 — CAMPOS, ERNESTO DE SOUSA — *A educação superior no Brasil* — Rio — 1940.
- 7 — MOACIR, PRIMITIVO — *A instrução e o Império. (Subsídios para a História da Educação no Brasil)* — 3 vols. — S. Paulo — 1936/1938.
- 8 — MOACIR, PRIMITIVO — *A instrução e as Províncias* — 3 vols. — S. Paulo — 1939/1940.
- 9 — AZEVEDO, FERNANDO DE — *A educação pública em São Paulo. Problemas e discussões* — S. Paulo — 1937.
- 10 — TEIXEIRA, ANÍSIO — *Educação não é privilégio* — Rio — 1957.

OBSERVAÇÕES

1 — Estudo detalhado sobre os processos, as técnicas e os fins da educação ministrada pelos jesuítas, na fase em que a catequese absorvia quase totalmente o interesse da Companhia.

2 — O trabalho de Madureira aprecia o assunto, muito controvertido, da posição dos jesuítas perante os indígenas e do efeito que teria alcançado o ensino de primeiras letras, ministrado nas escolas de ler, escrever e contar.

3 — Narração sucinta e minuciosa quanto aos dados informativos sobre o ensino secundário, desde os primeiros tempos, incluindo a fase jesuítica inicial, abrangendo o ensino posterior à expulsão e discriminando, finalmente, o campo em que operou o Estado e aquele em que operaram os particulares.

4 — Fundado com o destino de ser uma espécie de liceu modelar, o Colégio Pedro II mereceu tôdas as atenções do monarca que lhe deu o nome e teve papel especial no quadro do ensino secundário oficial ministrado da fase que se sucedeu à autonomia até o nosso tempo. A memória histórica de Escragnolle Dória apresenta os principais acontecimentos que marcaram a sua evolução.

5 — A importância dos cursos jurídicos foi apontada, de passagem, na Informação Preliminar. Nêles se recrutou o grupo que presidiria aos destinos do País, forjando-lhe as instituições. O esbôço histórico de Sampaio Lacerda é suficiente a um esclarecimento a respeito do assunto.

6 — O trabalho de Sousa Campos completa o de Sampaio de Lacerda, discriminando o que afeta os demais cursos do ensino su-

perior. O conhecimento das informações de ambos dão o quadro em que se desenvolveu o ensino brasileiro naquele estágio, até os nossos dias.

7 — Livro fonte, arrolando atos oficiais, programas de ensino e informações de toda ordem, o de Primitivo Moacir destina-se aos que necessitam informações mais detalhadas a respeito da organização do ensino no período do Império. É simples, embora precioso, arrolamento de documentos.

8 — Trata-se da mesma coisa para o que diz respeito às Províncias, dentro do mesmo critério de informação documentária.

9 — Fernando de Azevedo realizou, em 1926, para um jornal paulista, inquérito a respeito do ensino. Embora feito em âmbito estadual, esse inquérito pode ser generalizado, no que revela, a todo o País, com os traços agravados. Nem os interrogados cingiram-se aos limites do ensino que pertence aos Estados. Abrange o ensino primário e normal, o técnico e profissional e o secundário e superior. O questionário, as respostas, as conclusões, representam um balanço do ensino brasileiro na terceira década do século. Na parte que pertence ao organizador verifica-se a presença do homem que realizaria, no Distrito Federal, logo depois, a mais fecunda e efetiva das reformas do ensino, impondo o seu nome como dos maiores educadores do País.

10 — Depois de largos anos de prática nos órgãos responsáveis pela educação brasileira, Anísio Teixeira definiu, neste pequeno trabalho fundamental, o quadro com que nos defrontamos e a tarefa que nos cabe realizar. O trabalho tem as cores de um libelo, e isso é tanto mais exemplar quanto se sabe do conhecimento especializado do autor e de seu equilíbrio nos julgamentos. Anísio Teixeira, hoje uma das maiores autoridades na matéria, técnico de méritos internacionalmente reconhecidos, mostra o arcaísmo da escola brasileira, a sua estrutura deficiente que leva à formação de privilegiados, a necessidade de uma nova política educacional. Analisa depois o problema da escola pública, universal e gratuita com o movimento de emancipação popular pela educação e a incapacidade da República para entender a educação a todos, definindo os rumos a seguir para restaurar o sentido democrático da expansão educacional brasileira. Trata-se de um livro claro, objetivo, preciso em seus argumentos, refletindo a profunda crise que abala o ensino no Brasil.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — MOACIR, PRIMITIVO — *A instrução pública no Estado de São Paulo. Primeira década republicana. (1890-1893)* — 2 vols. — S. Paulo — 1942.

- 2 — BARRETO, PLÍNIO — *A cultura jurídica no Brasil* — Rio — 1922.
- 3 — VERÍSSIMO, JOSÉ — *A educação nacional* — Rio — 1894.
- 4 — BEZERRA, ALCIDES — *A filosofia na fase colonial* — Rio — 1935.
- 5 — DEUSDADO, M. A. FERREIRA — *Educadores portugueses* — Coimbra — 1910.
- 6 — CALÓGERAS, PANDIÁ — *Os jesuítas e o ensino* — Rio — 1911.
- 7 — ALMEIDA, PIRES DE — *L'instruction publique au Brésil* — Rio — 1889.
- 8 — AZEVEDO, FERNANDO DE — *Velha e nova política. Aspectos e figuras da educação nacional* — S. Paulo — 1943.
- 9 — AZEVEDO, FERNANDO DE — *Seguindo meu caminho. Conferência sobre educação e cultura* — S. Paulo — 1946.
- 10 — TEIXEIRA, ANÍSIO — *A Educação e a crise brasileira* — Rio — 1956.

Estudos Territoriais

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Como estudos territoriais compreende-se aqui aquêles que, no decorrer do tempo, giraram em torno da configuração da área territorial sôbre que se estendeu a soberania lusa e, depois, a soberania brasileira — como, ao longo da História, dos núcleos de povoamento litorâneo do primeiro século, surgiu a conquista e apossamento da extensão geográfica continental do que é hoje o nosso País. Tais questões, e os estudos que motivaram, estão estreitamente ligadas, sem dúvida, a outras questões, de caráter econômico, militar, diplomático, principalmente, que se encontram referidas em outros capítulos dêste trabalho. Frequentemente as obras aqui indicadas contêm antecedentes históricos e introduções e notas que elucidam aquêles aspectos, tratando-as, é bem de ver, quase sempre, apenas naquilo que se refere ao tema a que se destinam. A compreensão do problema da conquista territorial só poderá ser alcançada por estudo global do assunto.

No primeiro século, a América do Sul apresenta um quadro geográfico que pode ser assim traçado, em linhas muito sumárias: no litoral do Atlântico, dois núcleos de povoamento luso, um em Pernambuco, de que a área do Salvador é depen-

dente, e outro em S. Vicente, de que a área da Guanabara é dependente; no litoral do Pacífico existe o núcleo de povoamento espanhol do Peru, de que dependem áreas diversas, desde a litorânea do Chile até às do interior no Alto-Peru e no Paraguai. Entre os núcleos portugueses e os núcleos espanhóis não há zonas de contato e de conflito — ao contrário, coloca-se um interior bravio, desconhecido, habitado por tribos selvagens, de que os colonizadores do Atlântico e do Pacífico estão desinteressados. É desta fase, a rigor antecedendo-a de pouco, a convenção divisória fundada em bulas papais, que destina à coroa lusa uma área a leste de determinado meridiano, que será convencionado, e à coroa espanhola uma área a oeste. O problema do meridiano provocou controvérsias prolongadas e numerosas, mas os territórios americanos, ao contrário do que se pensa em geral, não foram motivo importante nessas controvérsias. O motivo importante estava do outro lado do mundo, nas zonas fornecedoras de especiarias. De qualquer forma — convencionada a obediência dos reis católicos às decisões papais estabelecidas nas bulas — admitiu-se uma linha divisória, que tomou o nome da cidade espanhola de Tordesilhas, aquém da qual a coroa lusa teria livres os seus movimentos de conquista, e além da qual a coroa espanhola se poderia expandir. Esta linha, segundo uma das convenções, e dentro dos limites técnicos peculiares à ciência do tempo, passaria pouco mais ou menos por dois pontos hoje muito conhecidos, a cidade de Belém, ao norte, e a cidade de Laguna, ao sul. A fisionomia brasileira do primeiro século, pois, poderia ser configurada como tendo tal linha convencional como limite oeste. O limite leste seria o litoral atlântico. Sobre a costa, assim, foram estabelecidas, à base de acidentes geográficos conhecidos no tempo, as Capitanias, separadas umas das outras por linhas convencionais que iriam do litoral à linha de Tordesilhas.

Já nos fins do primeiro século, entretanto, tal linha passaria a segundo plano, pelo simples fato de que toda a América do Sul ficou sob domínio espanhol. Isso ocorreu por sessenta anos, entre 1580 e 1640, quando Portugal alcançou a Restauração, isto é, conquistou a sua autonomia e, com ela, a subordinação das suas áreas coloniais americanas. Quando isto aconteceu, já o bandeirismo de apresamento havia realizado as suas penetrações, sem chegar à fase do povoamento, que lhe

foi infensa. No segundo século, a fisionomia americana tinha sofrido alterações importantes, que ficaram muito claras quando se aproximou o fim d'ele. A área espanhola que tinha como centro de gravidade a cidade de Lima, no Peru, expandira-se até o estuário platino, onde Buenos Aires assumia função de destaque. A área lusa, que tinha como centro de gravidade a cidade do Salvador, estava em processo de deslocamento desse centro de gravidade para a cidade do Rio de Janeiro, mercê do surto minerador, enquanto o núcleo sulino de povoamento se lançava à conquista das ricas pastagens do Continente de São Pedro. No terceiro século, assim, as duas áreas de povoamento e colonização, a lusa e a espanhola, tinham-se avizinhado, e justamente em torno da zona platina, encabeçada por Buenos Aires. Este pôrto se tornaria adiante cabeça de nova entidade política, o Vice-Reinado do Prata. Quando isto ocorre, haviam surgido já dois problemas, um regional, ligado à expansão da pecuária sulina, o da conquista das pastagens e expansão do comércio do couro, e outro geral, ligado à expansão das trocas, em consequência da Revolução Industrial. Os dois problemas, conjugando-se, motivam a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, a de Montevidéu, em 1720, as lutas em torno da Banda Oriental e vão desembocar no grande quadro da autonomia dos povos ibéricos estabelecidos na América.

Todos esses antecedentes coloniais — quando a mineração e a economia coletora amazônica haviam conferido ao Brasil dimensão territorial muito além das marcas de Tordesilhas — serão transferidos às nações que surgem, de um lado e de outro, com os seus aspectos particulares, conforme a área em que aparecem, e o momento. A questão sulina se complicara com o povoamento jesuítico dos Sete Povos e com os acordos e tratados convencionados entre as cortes de Lisboa e Madri, principalmente o de 1750 e o de 1777, que derogou o anterior. Aparecem, então, as questões de fronteiras, de limites, de traçados, que têm lugar nos conflitos que levam à participação do Império no quadro platino. Tais problemas só encontrarão sua fase final sob regime republicano, quando Rio Branco os soluciona na base da arbitragem. Eles influíram também nos limites oeste do Brasil e um pouco nos limites norte, onde surgiram questões com países europeus, de interesse relativamente reduzido. É da fase republicana ainda, e do período em que Rio

Branco dirigiu os negócios diplomáticos do nosso País, a questão acreana, de origens recentes, de que surgiu a incorporação do Acre ao Brasil e pequenas alterações de traçado na fronteira com a Bolívia que se aproxima do curso do rio Paraguai. As questões com o Paraguai foram solucionadas depois da guerra contra Lopez, quer pelo Brasil, quer pela Argentina.

Depois das lutas platinas da fase colonial, quando se firmou o Tratado de Madri, as grandes linhas que definem o território brasileiro estavam fixadas. As alterações subsequentes não foram de grande amplitude, no sentido de nos restringir as posses territoriais. O Brasil, a rigor, tinha, há dois séculos, a fisionomia geográfica de hoje. Fisionomia que lhe assegurou a extensão continental com que se apresenta ao mundo, e que constitui base de grande importância para o desenvolvimento econômico, motivo de orgulho patriótico, mas também problema dos mais graves a enfrentar.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — SOARES, J. C. DE MACEDO — *Fronteiras do Brasil no regime colonial* — Ilustrações e mapas de J. Wasth Rodrigues — Rio — 1939.
- 2 — CORTESÃO, JAIME — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* — 5 vols. — Rio — 1951/1956.
- 3 — ACCIOLI, HILDEBRANDO — *Atos internacionais vigentes no Brasil* — 2.^a edição — 2 vols. — Rio — 1937.
- 4 — RIO BRANCO, BARÃO DO — *Questões de limites* — I — *República Argentina* — Rio — 1945.
- 5 — RIO BRANCO, BARÃO DO — *Questões de limites* — II — *Guiana Britânica* — Rio — 1945.
- 6 — RIO BRANCO, BARÃO DO — *Questões de limites* — III e IV — *Guiana Francesa* — 2 vols. — Rio — 1945.
- 7 — RIO BRANCO, BARÃO DO — *Questões de limites* — V — *Exposições de Motivos* — Rio — 1947.
- 8 — LIMA, CLÁUDIO DE ARAÚJO — *Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo* — S. Paulo — 1952.
- 9 — REIS, ARTUR CÉSAR FERREIRA — *Limites e demarcações na Amazônia brasileira* — 2 vols. — Rio — 1947/1948.
- 10 — CORREIA FILHO, VIRGÍLIO — *As raias de Mato Grosso* — 4 vols. — S. Paulo — 1925.

OBSERVAÇÕES

1 — Ricamente documentada, a obra de J. C. de Macedo Soares contém as bulas papais e os textos dos acordos e convenções posteriores, da fase colonial, com a apreciação sobre as negociações que precederam cada um deles e material cartográfico apropriado. Representa sùmula excelente para o conhecimento dos fatos diplomáticos motivados pelas questões de territórios.

2 — Obra copiosa, extensa, apropriada ao especialista, a que o Itamarati vem publicando, sob a direção de Jaime Cortesão. O tomo I da 1.^a parte aprecia os antecedentes da questão, entre 1695 e 1735; o tomo II, entre 1735 e 1753, antecedentes e negociações; a 3.^a parte, em dois tomos, estuda ainda os antecedentes do Tratado em si, com vastíssima documentação; a 4.^a parte aprecia especialmente as negociações; resta publicar a 2.^a parte. Trata-se de compilação de documentos, extensa, minuciosa, metódica, acompanhada de explicações, notas e esclarecimentos do organizador, nem sempre dotado de método histórico, muitas vezes atirando-se a conclusões e observações sem fundamento, mas calcadas em paciente erudição e trabalho de pesquisa que encontra poucos exemplos semelhantes aqui.

3 — Trabalho de compilação feito por especialista de amplos conhecimentos no assunto representa a atualização daquele que Pereira Pinto realizou antes de 1870. Além dos elementos informativos, há que considerar ainda a análise que os atos citados recebem do autor.

4 — Primeiro volume da série que reúne os trabalhos de Rio Branco sobre questões de limites, o que trata da questão com a República Argentina tem todos os elementos de informação necessários ao seu conhecimento, além da cartografia indispensável. Obrigatório para a questão de Palmas.

5 — Completamente diversa das questões platinas, a que tivemos com a Inglaterra exigiu pesquisas amplas de Rio Branco e representa, além do lado histórico, monografia geográfica de importância.

6 — O problema da Guiana Francesa foi dos que mais esforços exigiram de Rio Branco e aquele em que, na zona norte, havia antecedentes geográficos e históricos mais complexos. Apoiando-se particularmente no trabalho de Joaquim Caetano da Silva, modelo de monografia geográfica sobre a região entre o Oiapoc e o Amazonas, Rio Branco conseguiu ganhar para o nosso País uma faixa cuja importância econômica viria a se destacar em nossos dias.

7 — Consta das exposições de motivos apresentadas por Rio Branco a respeito das questões de limites, exposições em que o titular do Exterior mostra os diversos aspectos daquelas questões, discriminando o caso particular de cada uma.

8 — A questão acreana foi a mais grave que o regime republicano teve de enfrentar e já surgiu sob condições históricas e econô-

micas inteiramente diferentes daquelas que nos foram transferidas no quadro platino. A simples presença, na questão, de entidade estrangeira como o *Bolivian Syndicate* mostra o caráter nôvo do problema. O levantamento das populações, comandadas por Plácido de Castro, é apresentado pelo autor de sua biografia sob aspectos bastante significativos. Dêsse levantamento resultou a pressão sobre as autoridades republicanas para solução do problema acreano, solução encontrada pelo Barão do Rio Branco em condições particularmente difíceis.

9 — Ferreira Reis, especialista em história amazônica, estuda em detalhes os problemas de fronteiras da referida área, situando precisamente os trabalhos diplomáticos e os de demarcação, em estudo cuja importância histórica se equipara à importância geográfica.

10 — Em quatro volumes de exposição minuciosa, o autor mostra a evolução das fronteiras brasileiras pertencentes ao Estado de Mato Grosso, fronteiras em que os problemas foram diversos, afetados por fatores gerais, derivados de acordos mais presos a questões de outras áreas, e por fatores locais, dentre estes destacando-se particularmente o da navegação dos rios, seja o Paraguai seja o Madeira. Informação detalhada a respeito de área distante, tratada com método e rigor. Aborda também problemas de limites interestaduais.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — ACCIOLI, HILDEBRANDO — *Limites do Brasil. (A fronteira com o Paraguai)* — S. Paulo — 1938.
- 2 — COSTA, CRAVEIRO — *A conquista do deserto ocidental. (Subsídios para a História do Território do Acre)*. Introdução e notas de Abguar Bastos — S. Paulo — 1940.
- 3 — GOYCOCHÊA, CASTILHOS — *Fronteiras e fronteiras* — São Paulo — 1943.
- 4 — PINTO, ANTÔNIO PEREIRA — *Apontamentos para o Direito Internacional ou Coleção completa dos tratados celebrados pelo Brasil com diferentes nações estrangeiras* — 4 vols. — Rio — 1864/1869.
- 5 — CASTRO, BORGES DE — *Coleção dos tratados, convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências* — 8 vols. — Lisboa — 1856/1858.
- 6 — SANTARÊM, VISCONDE DE — *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal* — Continuado e dirigido por Luís Augusto Rebêlo da Silva — Paris e Lisboa — 1842/1860.

- 8 — LINS, ÁLVARO — *Rio Branco. (O Barão do Rio Branco)* — 2 vols. — Rio — 1950.
- 9 — MOREIRA, RANGEL — *Esbôço histórico das nossas questões de fronteiras* — S. Paulo — 1913.
- 10 — GABAGLIA, FERNANDO ANTÔNIO RAJA — *As fronteiras do Brasil* — Rio — 1916.
- 11 — RIBEIRO, JOÃO — *As nossas fronteiras. Breve sinopse* — Rio — 1930.
- 12 — RIO BRANCO, RAUL — *Reminiscências do Barão do Rio Branco* — Rio — 1942.
- 13 — LÔBO, HÉLIO — *Rio Branco e o arbitramento com a Argentina. A questão do Território de Palmas, também chamada das Missões* — Rio — 1952.
- 14 — OLIVEIRA, J. M. CARDOSO DE — *Atos diplomáticos do Brasil* — 2 vols. — Rio — 1912.
- 15 — ABRANCHES, DUNSCHÉ DE — *Rio Branco e a política exterior do Brasil. (1902-1912)* — 2 vols. — Rio — 1945.
- 16 — SOUSA, JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE — *Um diplomata do Império. (Barão da Ponte Ribeiro)* — S. Paulo — 1952.
- 17 — TOCANTINS, LEANDRO — *Formação histórica do Acre* — 3 vols. — Rio — 1961.
- 18 — ALMEIDA, MÁRIO MONTEIRO — *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil. Fixação das raías, com o Uruguai e o Paraguai* — Rio — 1951.
- 19 — CASTRO, LUCIANO DE — *A questão do Amazonas nos Tratados de Paris e de Madri (1797 e 1801)* — Pôrto — 1945.
- 20 — ACCIOLI, HILDEBRANDO — *Atos internacionais vigentes no Brasil* — 2 vols. — Rio — 1937.

3.^a Parte

A CULTURA BRASILEIRA



I

O Folclore

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

A colheita de material folclórico, entre nós é antiga, mas a sistematização desse material e sua interpretação é recente. O demorado contato de gente de procedência diversa, cada grupo trazendo a sua concha, isto é, o seu patrimônio cultural, motivou trocas e influências recíprocas que ficaram, com o decorrer dos séculos, profundamente gravadas. Quando o resíduo cultural se transferiu, ao influxo da aproximação de grupos diversos, alterado pela contribuição inerente à transmissão, elevado dos sinais da passagem de uma coletividade a outra, o problema de origem se torna complexo, incerta a fonte, duvidosa a procedência. O que caracteriza o popular é a ausência de autoria e também o fato de não pertencer a ninguém, a rigor.

A contribuição indígena foi numerosa, variada e influiu bastante no período em que o contato entre os primitivos habitantes e os adventícios se processou sem atritos, ou com um mínimo de atritos. Com o passar dos tempos, diferenciou-se pelas zonas geográficas em que diversificou o processo de produção, continuando importante naquelas em que ocorreu a vigência de economia coletora, na qual o indígena teria participação destacada. Em outras, em que o esmagamento cultural foi a norma, diluiu-se e apenas permaneceu gravada nos ele-

mentos a ela sujeitos em fase anterior. Os trabalhos etnográficos contribuíram para recolher o que restou nos núcleos do interior em que o indígena se refugiara.

A do negro, pouco pesquisada a princípio, dentro dos critérios estabelecidos à base dos preconceitos de uma sociedade escravocrata, foi profunda, generalizada e duradoura. Nenhuma a excedeu, provavelmente. Desde a sistematização da busca e do material recolhido, surgiu o problema da discriminação das fontes, na variedade da procedência dos africanos transplantados. Nas zonas em que se estabeleceu a grande lavoura, fundada na propriedade extensa e no trabalho servil, foi de influência cuja importância salta à observação menos atenta. O negro ungiu a vida colonial brasileira, e vincou profundamente, depois, tôdas as manifestações espontâneas da cultura. Na medida em que permaneciam rudimentares e limitadas as técnicas de transmissão sistemática, entre elas as do ensino, da imprensa, a transmissão oral assegurou a perenidade dos motivos. Não gravados embora, não recolhidos e perpetuados em textos, tiveram a longa existência das manifestações coletivas puras, que giram em torno de motivos profundamente ancorados na memória popular e passam de geração a geração e de área a área, com força singular.

Mais fácil de pesquisar, reunir e sistematizar, a do colonizador mostrou, desde logo, a sua heterogeneidade. Terra de trânsito, em que se encontraram elementos de muitas procedências, Portugal recolheu sinais de culturas diversas, justapondo-os aos que deixaram na mentalidade de sua gente as contribuições de sua própria formação, em que concorreram populações também variadas, superpostas ou coexistentes por largo tempo. Foi comum, por isso mesmo, na indagação de origens, a constatação da presença de velhas histórias, também encontradas em áreas distantes da Europa e mesmo da Ásia, alteradas pelo que lhes fôra acrescentado ou retirado no processo da transmissão. Quando a imigração trouxe ao Brasil gente de áreas mais distantes do velho continente, conhecemos versões diferentes de histórias antiquíssimas, que haviam percorrido longos caminhos, reencontrando-se aqui.

De qualquer forma, o folclore representa terreno em que se refletiu, numa sociedade que se mostrou secularmente refratária à transmissão sistemática, através de técnicas especiais, pro-

fessando horror ao documento, a vida comum de populações variadas. Nos nossos dias, tem já cultores exatos, minuciosos, dotados de método e de lucidez, sabendo distinguir o fundamental do secundário, capazes de dar o tratamento adequado àquilo que, elaborado pelas coletividades, não pertence a ninguém.

Nos trabalhos já realizados é possível verificar os traços fundamentais do espírito de nossa gente, o que resultou dos longos cruzamentos, e que, finalmente, sedimentou, depois do trabalho continuado dos séculos. De seu exame resulta uma idéia, a mais próxima da realidade, das características psicológicas que as sucessivas transformações foram emprestando à nossa gente.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *Literatura oral* — Rio — 1952.
- 2 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *Antologia do folclore brasileiro* — S. Paulo — s.d.
- 3 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *Cinco livros do povo. (Introdução ao estudo da novelística no Brasil)* — Rio — 1953.
- 4 — RODRIGUES, JOÃO BARBOSA — *Poranduba amazonense* — Rio — 1890.
- 5 — ROMERO, SÍLVIO — *Folclore brasileiro* — 3 vols. — Rio — 1954.
- 6 — ANDRADE, MÁRIO DE — *Aspectos do folclore brasileiro* — Rio — 1943.
- 7 — RIBEIRO, JOAQUIM — *Introdução ao estudo do folclore brasileiro* — Rio — s.d.
- 8 — SILVA, A. COSTA E — *Antologia de lendas do índio brasileiro* — Rio — 1957.
- 9 — CARNEIRO, ÊDISON — *O folclore nacional* — Rio — 1954.
- 10 — CARNEIRO, ÊDISON — *Dinâmica do folclore* — Rio — 1965.

OBSERVAÇÕES

- 1 — Numa projetada *História da Literatura Brasileira* em 15 volumes, de que apareceram, até agora, uns poucos, e em que foi planejada a inclusão de volume destinado ao estudo do folclore, apresen-

tado como literatura oral, Luís da Câmara Cascudo realizou essa parte da tarefa, que ficou constituindo o volume VI. É um dos trabalhos fundamentais já elaborados entre nós sobre o tema, definindo o campo da literatura oral, situando as características e processos de despersonalização folclórica, a vitalidade da presença popular, limites e transmissão, bem como as dificuldades da técnica pesquisadora. Cascudo discrimina os elementos e temas do folclore, o canto, a dança, o auto popular, o mito, a lenda, a fábula, a tradição, o conto, as rondas infantis, as adivinhas, a anedota; focaliza a participação indígena, com a Poranduba, a difusão da língua geral e sua influência no folclore, as fábulas, lendas, mitos, tradições e poética do primitivo habitante do Brasil; aprecia a contribuição africana fixando, desde logo, a diversidade proveniente das origens étnicas; assinala a presença portuguesa e, através dela, os elementos italianos, castelhanos e orientais; discrimina as fontes impressas da literatura oral brasileira; estuda a poesia oral, particularmente o desafio, os autos populares e danças dramáticas e completa com uma pequena antologia do conto popular brasileiro.

2 — Este trabalho complementa o anterior. Nêle, Cascudo ordena material folclórico recolhido pelos cronistas, pelos viajantes estrangeiros e pelos estudiosos brasileiros. Entre aqueles, aproveita narrações de Gaspar de Carvajal, Manuel da Nóbrega, Anchieta, Hans Staden, Thevet, Léry, Knivet, Gabriel Soares de Sousa, Yves d'Evreux, Barléu, Fernão Cardim, Marcgrave, Simão de Vasconcelos, Nuno Marques Pereira, Loreto Couto e Jaboatão. Dos viajantes estrangeiros, colhe materiais em obras de Mawe, Luccock, Reyss, Koster, Tollenare, Saint-Hilaire, Martius, Debret, Wallace, Agassiz, Steinem e Koch-Grunberg. Dos estudiosos brasileiros, o autor apresenta trechos de Pereira Coruja, Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Melo Moraes Filho, Sant'Ana Néri, Teschauser, Sílvio Romero, Manuel Querino, Vale Cabral, Pereira da Costa, Stradelli, Studart, João Ribeiro, João Alfredo de Freitas, Nina Rodrigues, Simões Lopes Neto, Brandão de Amorim, Rodrigues de Carvalho, Afonso Arinos, Alberto Faria, Amadeu Amaral, Silva Campos, Roque Calage, Alcides Bezerra, Americano do Brasil e Luciano Gallét. Trabalho fundamental para conhecimento do folclore brasileiro.

3 — Neste livro, Câmara Cascudo estuda as fontes impressas do folclore brasileira, a chamada "literatura de cordel", em cuja penetração popular está contido o significado de que se reveste. Aprecia os cinco livros mais divulgados, mostrando as origens e as versões de cada um, as alterações da história e o acolhimento que cada uma encontrou no povo brasileiro.

4 — Botânico, antropologista, etnógrafo, sem cursos regulares, Barbosa Rodrigues dedicou toda a sua existência às pesquisas de campo, recolhendo precioso material que deixou em numerosas obras inéditas e em páginas de revistas especializadas. Os estudos do indígena leva-

ram-no ao folclore, em que teve contribuições indispensáveis, particularmente no que se refere à área amazônica. *Poranduba amazonense* é separata, hoje rara, do volume XIV dos *Anais da Biblioteca Nacional*, de 1890. Nos volumes XV e XVI, de 1892 e 1894, respectivamente, saíram vocabulários e notas complementares da *Poranduba* que representa a mais completa colheita de material folclórico feita sistematicamente na Amazônia. Merece atenção ainda o trabalho de Barbosa Rodrigues sobre *O Muiraquitã*, aparecido em Manaus, em 1889.

5 — Nos três volumes da reedição de 1954 estão enfeixados os contos e os cantos populares que Sílvia Romero colecionou e estudou. Foi ele, realmente, dos mais afincados pesquisadores do folclore, em nosso País, estimando na devida conta a contribuição popular. A sua coleção representa ainda uma das fontes principais para conhecimento das tradições de nossas populações.

6 — Foi Mário de Andrade, sem qualquer dúvida, um dos que melhor sentiram e compreenderam o folclore brasileiro, e os seus estudos, em revistas e em livros, ou os ensinamentos recolhidos em sua copiosa correspondência, constituem anotações ou trabalhos fecundos. Mário de Andrade conheceu bastante o folclore, em todos os campos em que este se distribuiu, mas teve especial atenção para com o folclore musical.

7 — Joaquim Ribeiro faz uma análise das fontes e dos materiais relativos ao folclore brasileiro, oferecendo informação inteligente e fundamentada a respeito do assunto.

8 — Colheita e coordenação das lendas indígenas, de várias áreas culturais, numa antologia bem informada desse filão e organizada por conhecedor do problema.

9 — Levantamento e definição do problema do folclore pela maior autoridade brasileira no assunto, Edison Carneiro, trabalho completado em *Pesquisa de folclore* (Rio, 1955) em que, sob critério vigoroso, o autor coloca nos devidos termos alguns conceitos e métodos habitualmente confundidos.

10 — Reformulando conceitos, Edison Carneiro coloca o estudo do folclore em novos termos, abrindo perspectivas e dissipando dúvidas, inclusive as oriundas da sociologia empírica. O volume incorpora a *Pesquisa de folclore* e constitui fonte básica.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — VALE, FLAUSINO RODRIGUES — *Elementos do folclore musical brasileiro* — S. Paulo — 1936.

- 2 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *Vaqueiros e cantadores* — Pôrto Alegre — s.d.
- 3 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *Geografia dos mitos brasileiros* — Rio — 1947.
- 4 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *Contos tradicionais do Brasil* — Rio — 1942.
- 5 — AMARAL, AMADEU — *Tradições populares* — Com um estudo de Paulo Duarte — S. Paulo — 1948.
- 6 — FERNANDES, GONÇALVES — *O folclore mágico do Nordeste. Usos, costumes, crenças e ofícios mágicos das populações nordestinas* — Rio — 1938.
- 7 — MEYER, AUGUSTO — *Guia do folclore gaúcho* — Rio — 1951.
- 8 — MARIZ, CELSO — *Através do sertão* — Paraíba — 1910.
- 9 — TEIXEIRA, JOSÉ A. — *Folclore goiano* — S. Paulo — 1941.
- 10 — CARVALHO, RODRIGUES DE — *Cancioneiros do norte* — Paraíba — s.d.
- 11 — MACHADO FILHO, AIRES DA MATA — *O negro e o garimpo em Minas Gerais* — Rio — 1943.
- 12 — RIBEIRO, JOAQUIM — *Folclore dos bandeirantes* — Rio — 1946.
- 13 — GIFFONI, MARIA AMÁLIA CORREIA — *Danças folclóricas brasileiras. (Sistematização pedagógica)* — S. Paulo — 1955.
- 14 — RUSSOMANO, VÍTOR — *Adagiário gaúcho* — Pôrto Alegre — 1938.
- 15 — SILVA, JOSÉ CALASÃS BRANDÃO DA — *O ciclo folclórico do Bom Jesus do Conselheiro* — Bahia — 1950.

As Artes

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

A sociedade colonial manifestou uma irredutível refratariedade às Artes, ainda àquelas, como a Arquitetura, que se conjugam de certo modo com a própria necessidade. As construções dos primeiros séculos marcam-se pela extrema rusticidade, assemelhando-se, quando imponentes nas proporções, a fortalezas, abrigos, habitações coletivas. As influências locais apenas aparecem em detalhes, no alpendre ou copiar, na utilização de determinados materiais; as externas são européias, quanto à morada da classe dominante, e surgem, de quando em quando, reminiscências de culturas peninsulares antigas, como a mourisca, nos sobrados. Outro tipo de construção é constituído pelas fortificações, obedecendo a traçado tradicional, pontilhando os ancoradouros. Os poucos edifícios públicos dos primeiros séculos são comuns, sem nenhum sinal de grandeza.

No terceiro século é que começam a aparecer construções cuja imponência as destaca na paisagem urbana que se esboça. É a mineração que dá impulso a esses empreendimentos, em que se traduz, também, o crescimento da administração, do poder metropolitano, e a sua repartição funcional. São edifícios públicos ostentosos, mais pesados do que belos. Em alguns núcleos urbanos, a Bahia e particularmente o Rio de Janeiro, aparecem obras públicas, entre as quais se destacam os chafa-

rizes e figura o aqueduto. Mas é nas igrejas que a arte encontra o acolhimento que o meio não lhe dá. Nelas é que se reúnem as suas variadas manifestações, através do tempo, na Arquitetura, na Escultura, na Pintura, trabalhos em pedra, trabalhos em madeira, pesados móveis lavrados, altares monumentais, sobrecarregados de ornatos, frontarias, painéis, púlpitos.

Aqui se diferencia o barroco, transferido de uma sociedade aristocrática como a européia para uma sociedade patriarcal como a da Colônia. Os templos recolhem os vestígios e às vezes os restos do enriquecimento das zonas em que se levantam. Misturam a contribuição lusa com a colonial. Mas, por esse tempo, há aqui artífices de capacidade e de nomeada, os pintores baianos Manuel da Costa Ataíde e Manuel Meneses da Costa, os homens de côr Antônio Francisco Lisboa, o *Aleijadinho*, mestre Valentim, finalmente José Maurício. Nas residências senhoriais, em que começa também a aparecer algum requinte, vale mais o arcabouço do que a parte ornamental.

Há, nesse difícil desenvolvimento, episódios intercalares cuja singularidade aparece à análise mais desatenta. O da fase de domínio holandês, quando aparecem alguns pintores que transportam para as suas telas a paisagem local, e o das Missões jesuíticas sulinas, quando, em São Miguel, Primoli levanta a célebre catedral, em nove anos de labor obscuro e tenaz. Do que fizeram os artistas trazidos ao Brasil pelo descortino de Nassau e o jesuíta missioneiro nada praticamente restou para nós, nem os seus trabalhos se incorporaram ao nosso patrimônio, nem nele encontraram lugar e função. O que encontrou lugar e função foi aquilo que, menos importante qualitativamente, surgiu nas zonas de povoamento luso, em que esse povoamento teve condições de estabilidade e continuidade apropriadas a deixar vestígios de tudo o que gerou e desenvolveu. Na fase colonial, fora alguns isolados exemplos de obras públicas e particulares, estas em número muito mais reduzido, as Artes foram recolhidas e protegidas pelo elemento religioso, que nelas encontrou meios e motivos de glorificação do que adorou e pregou. É por isso, e caracterizadamente por isso, que o patrimônio artístico do tempo pode ser hoje encontrado nas igrejas do Pará, do Recife, do Salvador, da zona mineradora das Gerais, do Rio de Janeiro um pouco, mais principalmente aquelas da zona mineradora, em que houve possibilidade de se constituir pequeno grupo de artífices cujo esforço ainda hoje nos espanta.

Com o advento da Côrte do Príncipe D. João, no conjunto de reformas logo empreendidas há iniciativas que afetam o campo artístico, principalmente a organização de uma escola e a vinda da missão de mestres europeus. São estas iniciativas que vão provocar a laicização artística brasileira. Lebreton, Debret, os irmãos Taunay, Grandjean de Montigny, Pradier, Ferrez, Neukomm não fazem os numerosos discípulos que seria de esperar de empreendimento organizado, cujos efeitos na realidade se diluíram bastante, diante das resistências naturais do meio. A missão, quando a escola começa a funcionar, estava desfalcada, senão inutilizada. Sua influência, entretanto, é ainda assim grande, como intermediária da penetração do academicismo que vai presidir a tarefa criadora dos que vieram depois, e a que não escapa mesmo um José Maurício, com a sua música. Os Vítor Meireles, os Pedro Américo, dão aos motivos nacionais que glorificam, particularmente os militares, a feição européia a que não podem fugir. Almeida Júnior é, entre todos, o mais original, aquêle que se voltou principalmente para as cenas populares, de caipiras, de violeiros, de mendigos, de homens da roça, aquêle que, em suma, esboça uma pintura de traços brasileiros. Nos fins do século, a transplantação cultural mostra a sua força ainda na música de Carlos Gomes.

Só a sociedade em que aparecem e se desenvolvem novos fatores, aquela que procede à progressiva liquidação do que existe ainda de colonial em nós, e da transplantação como expressão do colonial em Arte, permitirá o surto artístico de motivos e de características brasileiras, visível no esplendor da nossa arquitetura, de notoriedade universal, da escultura em que começam a surgir criações originais, da pintura em que se destaca Portinari, da música, em que Vila Lôbos traduz a presença dos nossos ritmos, enquanto a música popular ganha o público e surgem o cinema e o teatro com as características nacionais e alto nível artístico.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — ALMEIDA, RENATO DE — *História da música brasileira* — 2.^a edição — Rio — 1942.

- 2 -- HEITOR, LUIS — *150 anos de música no Brasil. (1800-1950)* — Rio — 1956.
- 3 -- RANGEL, LÚCIO — *Sambistas e chorões. Aspectos e figuras da música popular brasileira* — S. Paulo — 1962.
- 4 -- TINHORÃO, JOSÉ RAMOS — *Música popular. Um tema em debate* — Rio — 1966.
- 5 -- COSTA, LÚCIO — *Sobre arquitetura* — Pôrto Alegre — 1962.
- 6 -- NIEMEYER, OSCAR — *Minha experiência em Brasília* — Rio — 1961.
- 7 -- REIS JÚNIOR, JOSÉ MARIA DOS — *História da pintura no Brasil* — S. Paulo — 1944.
- 8 -- VASCONCELOS, SÍLVIO DE — *Vila Rica. Formação e desenvolvimento. Residências* — Rio — 1956.
- 9 -- MAGALDI, SÁBATO — *Panorama do teatro brasileiro* — S. Paulo — 1962.
- 10 -- MENDONÇA, CARLOS SUSSEKIND DE — *História do teatro brasileiro* — Rio — 1926.
- 11 -- SOUSA, J. GALANTE DE — *O teatro no Brasil* — 2 vols. — Rio — 1960.
- 12 -- VIANY, ALEX — *Introdução ao cinema brasileiro* — Rio — 1959.
- 13 -- ROCHA, GLAUBER — *Deus e o diabo na terra do sol* — Rio — 1965.
- 14 -- RUBENS, CARLOS — *Pequena história das artes plásticas no Brasil* — S. Paulo — 1941.
- 15 -- GULLAR, FERREIRA — *Cultura posta em questão* — Rio — 1965.

OBSERVAÇÕES

1 — Trabalho de reconstituição histórica, de análise e de crítica, abrangendo a música popular, com idéia geral de suas manifestações, e a música erudita, mostrando os motivos fundamentais do nosso desenvolvimento musical.

2 — Estudo atualizado e bem informado, de grande conhecedor da música brasileira, situando as figuras mais destacadas, as obras e os movimentos, até os dias atuais, com segura escala de valores.

3 — Estudo inteligente, bem informado, sobre a música popular brasileira, suas ligações com a literatura de cordel, seus tempos heróicos, suas mudanças com o aparecimento das técnicas de gravação, suas grandes figuras, completado com a preciosa discoteca mínima no gênero.

4 — Tentativa pioneira de interpretação sociológica de temas da música popular brasileira, estudando as origens e evolução do samba e as alterações ultimamente introduzidas em nossa música popular, com pontos de vista discutidos mas sempre inteligentes e bem fundamentados.

5 — Mestre da arquitetura brasileira, Lúcio Costa dispersou seus estudos em revistas especializadas e na correspondência. Em 1962, o Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, da Faculdade de Arquitetura de Porto Alegre, tomou a iniciativa de reunir no livro indicado os principais estudos de Lúcio Costa e suas notas e observações dispersas, trabalhos de extraordinária importância para a arquitetura brasileira.

6 — Interessantíssimo depoimento de Oscar Niemeyer, em que fixa não apenas o esforço para a construção da nova capital brasileira como define suas concepções sobre arquitetura, em trabalho do mais alto interesse.

7 — Uma história da pintura brasileira, com levantamento dos artistas e de seus quadros, apresentando e analisando as influências e motivos, válida pelo cabedal informativo.

8 — Excelente monografia, com o traço das residências e edifícios públicos, como das igrejas, e informação sobre os trabalhos, autores, materiais utilizados e influências sociais que presidiram a construção dos monumentos de Ouro Preto.

9 — Apresentação do desenvolvimento do teatro brasileiro segundo a ordenação cronológica de autores e de obras, bem informada e importante do ponto de vista histórico, com juízos exatos de teatralógicos do passado, menos válida quanto ao julgamento de autores e obras da etapa atual do teatro brasileiro, mas sempre útil pela informação selecionada que fornece.

10 — O trabalho de Carlos Sussekund de Mendonça, já antigo, guarda ainda interesse, apesar de abranger apenas o período de 1565 a 1840, pelas qualidades do autor, pelo seu seguro senso de julgamento.

11 — Sem interesse qualitativo, mas de enorme valia quantitativa, pela massa de informações que fornece, com o paciente levantamento das fontes. Indispensável ao pesquisador.

12 — História do cinema brasileiro por um dos maiores conhecedores do assunto, preciosa não apenas pela análise das diversas etapas do desenvolvimento do cinema entre nós, nitidamente situadas, como pela preciosa filmografia, indispensável a qualquer estudioso.

13 — O interesse do livro indicado não se resume ao que diz respeito ao filme que lhe dá o título, e só isso justificaria a sua presença aqui. Trata-se, na verdade, de verdadeiro balanço crítico da posição do cinema brasileiro atual, de suas perspectivas e de seus pro-

blemas, com depoimentos de algumas das pessoas mais qualificadas para opinar.

14 — Sumário histórico do desenvolvimento das artes plásticas, com indicação das principais figuras e obras e dos modelos e escolas a que obedeceram. Válida como informação.

15 — A obra de Ferreira Gullar é indicada para suprir a inexistência de bons trabalhos sobre pintura e sobre artes plásticas em geral. Embora não específica, discute os problemas das artes plásticas, e particularmente da pintura, no nível a que elas já atingiram no Brasil. Seus pontos de vista podem ser discutíveis, quanto ao conceito de arte popular, mas merecem sempre reflexão.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — GUIMARÃES, ARGEU — *As artes plásticas no Brasil* — Rio — 1932.
- 2 — DUQUE, GONZAGA — *Arte brasileira. Pintura e escultura* — Rio — 1888.
- 3 — ANDRADE, MÁRIO DE — *O Aleijadinho e Álvares de Azevedo* — S. Paulo — 1936.
- 4 — MORAIS FILHO, MELO — *Artistas do meu tempo* — Rio — 1904.
- 5 — RODRIGUES, JOSÉ WASTH — *Documentário arquitetônico* — 6 vols. — S. Paulo — 1940/1945.
- 6 — ANDRADE, MÁRIO DE — *Padre Jesuíno do Monte Carmelo* — Rio — 1945.
- 7 — GOODWIN, PHILIP L. — *Brazil Builds. Architecture new and old* — New York — 1943.
- 8 — MARINHO, HENRIQUE — *O teatro brasileiro. (Alguns apontamentos para a sua história)* — Rio — 1904.
- 9 — MESQUITA, ALFREDO — *Notas para a história do teatro em São Paulo* — S. Paulo — 1951.
- 10 — PÓVOA, PESSANHA — *Os dois mundos. (Academia — Teatro)* — S. Paulo — 1861.
- 11 — AZEVEDO, LUÍS HEITOR CORREIA DE — *Relação das óperas de autores brasileiros* — Rio — 1938.
- 12 — FREIRE, LAUDELINO — *Um século de pintura. Apontamentos para a história da pintura no Brasil* — Rio — 1916.
- 13 — MILLIET, SÉRGIO — *Pintores e pinturas* — S. Paulo — 1940.
- 14 — HEITOR, LUÍS — *Música e músicos do Brasil* — Rio — 1950.

- 15 — CARVALHO, ÍTALA GOMES VAZ DE — *Vida de Carlos Gomes* — 3.^a edição — Rio — 1946.
- 16 — KENT, ROCKWELL — *Portinari: his life and art* — Chicago — 1940.
- 17 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Uma grande glória brasileira. José Maurício Nunes Garcia. (1767-1830)* — S. Paulo — s.d.
- 18 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Dois artistas máximos. José Maurício e Carlos Gomes* — S. Paulo — s.d.
- 19 — CARVALHO, FEU DE — *Pontes e chafarizes de Ouro Preto* — Belo Horizonte — s.d.
- 20 — LOPES, FRANCISCO ANTÔNIO — *História da construção da igreja do Carmo de Ouro Preto* — Rio — 1942.
- 21 — MARIANO FILHO, JOSÉ — *Influências muçulmanas na arquitetura tradicional brasileira* — Rio — s.d.
- 22 — MAYERHOFER, LUCAS — *Reconstrução do povo de São Miguel das Missões* — Rio — 1947.
- 23 — SANTOS, PAULO — *A arquitetura religiosa de Ouro Preto* — Rio — 1951.
- 24 — SILVA-NIGRA, CLEMENTE DA — *Construtores e artistas do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro* — 2 vols. — Salvador — 1950-1952.
- 25 — VASCONCELOS, SALOMÃO — *Ataíde* — Belo Horizonte — 1944.
- 26 — FRANÇA, EURICO NOGUEIRA — *Música do Brasil. Fatos, figuras e obras* — Rio — 1957.
- 27 — LOS RIOS FILHO, ADOLFO MORALES DE — *Grandjean de Montigny* — Rio —
- 28 — MILLIET, SÉRGIO — *Fora de forma* — S. Paulo — 1942.
- 29 — RIOS, A. MORALES DE LOS — *O ensino artístico. Subsídios para a sua história (1816-1886)* — Rio — s.d.
- 30 — VALADARES, JOSÉ — *A arte brasileira (1943-1953)* — Salvador — 1955.
- 31 — AULER, GUILHERME — *O imperador e os artistas* — Petrópolis — 1955.
- 32 — BARATA, MÁRIO — *Azulejos no Brasil* — Rio — 1955.
- 33 — SMITH, R. C. — *As artes na Bahia* — Salvador — 1954.
- 34 — ANDRADE, RODRIGO MELO FRANCO DE — *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos* — México — 1952.
- 35 — FALCÃO, EDGARD DE CERQUEIRA — *Relíquias da Bahia* — S. Paulo — 1940.
- 36 — FALCÃO, EDGARD DE CERQUEIRA — *Relíquias da terra do ouro* — S. Paulo — 1946.
- 37 — OLIVEIRA, J. M. CARDOSO DE — *Pedro Américo, sua vida e suas obras* — Rio — 1943.

- 38 — PARREIRAS, ANTÔNIO — *História de um pintor contada por ele mesmo. Brasil-França — (1881-1936) — Niterói — 1944.*
- 39 — LÔBO, HÉLIO — *Manuel de Araújo Pôrto Alegre — Prefácio de Gustavo Capanema — Rio — 1945.*
- 40 — SOUSA LEÃO FILHO, JOAQUIM — *Frans Post — Rio — 1948.*
- 41 — RIOS FILHO, ADOLFO MORALES DE LOS — *Evolução do ensino da Engenharia e da Arquitetura no Brasil — Rio — 1950.*
- 42 — ANDRADE, MÁRIO DE — *Pequena história da música — S. Paulo — 1951.*
- 43 — SMITH, ROBERT C. — *Arquitetura colonial baiana — Bahia — 1951.*
- 44 — AZEVEDO, LUÍS HEITOR CORREIA DE — *Bibliografia musical brasileira — Rio — 1952.*
- 45 — MACHADO, LOURIVAL GOMES — *Retrato da arte moderna do Brasil — S. Paulo — 1948.*
- 46 — MARTINS, LUÍS — *A arte moderna no Brasil — S. Paulo — 1937.*
- 47 — MELO, G. T. PEREIRA DE — *A música no Brasil desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República — Bahia — 1908.*
- 48 — QUERINO, MANUEL RAIMUNDO — *Artistas baianos — Rio — 1909.*
- 49 — VIEIRA, HERMES — *O romance de Carlos Gomes — São Paulo — 1936.*
- 50 — RUBENS, CARLOS — *Anderson (pai da pintura paranaense) — S. Paulo — s.d.*

3 A Ciência

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Se não conseguimos, mercê das condições peculiares à sociedade colonial — que se transferem à fase posterior à autonomia — elaborar no campo das Artes alguma coisa de apreciável, no passado mais distante, também no campo da Ciência aquelas condições foram obstáculos quase sempre intransponíveis a qualquer esforço no sentido de criar ou de aplicar ou de desenvolver conhecimentos e técnicas apropriados a melhorar a existência. A clausura teve nisso influência importante, mas o motivo fundamental estava em que o meio não solicitava ciências, não necessitava delas, dentro da estrutura vigente, e até as repelia. De tôdas as faces da cultura, aquela que abrange os conhecimentos científicos, a pesquisa, a difusão, a experimentação, é a que mais fortemente exige uma estrutura social propícia, que desenvolva a curiosidade, o interesse, a aplicação, que necessite de novas técnicas como do próprio alimento, que se renove sem cessar e que dependa de tudo o que a ciência fornece. Não tivemos estrutura desse tipo. A nossa, forjada à base da grande propriedade e do trabalho escravo, com a sua refratariedade às inovações técnicas, a sua rotina secular, toda ancorada no esforço físico, com mão-de-obra fácil por largo tempo, repudiava os conhecimentos e tudo o que lhes estava asso-

ciado. Não havia naquela estrutura nenhuma compatibilidade com o mínimo de avanço científico.

Na continuidade histórica dessa posição irredutível, entretanto, há um hiato — o do domínio holandês, no segundo século. Mas, ainda nesse caso, o Brasil se apresenta apenas como objeto de determinadas pesquisas, de estudos realizados por reduzido grupo de sábios que um governador esclarecido fez trabalhar aqui, em zona relativamente restrita. O aparecimento, assim, de uma obra como a *História Naturalis Brasiliae*, em 1648, rica em dados e observações sobre a medicina, a flora e a fauna do País, assinala acontecimento digno de menção — mas a terra e a gente que nela vivia pouco aproveitam dele e nem participam do feito senão como referência, como palco. O quadro que o domínio holandês proporciona, na fase de Nassau, não deixa sinais, não se repete, não se prolonga, não se enraíza. Nada o prende à região — expulsos os holandeses, tudo volta a ser o que era dantes.

No terceiro século, quando o povoamento já havia conquistado apreciáveis áreas do interior, deixando de ser apenas litorâneo, surgiram na Colônia os primeiros pesquisadores, com expedições estrangeiras. Ainda neste caso, o Brasil era objeto de observações e de colheita de material. Não eram empreendimentos gerados no nosso próprio meio, destinados a beneficiá-lo, a melhorar condições de vida, de trabalho, de produção, apropriados a alterações que o meio solicitasse. Eram acontecimentos fortuitos, ligados a circunstâncias externas, com os quais o território colonial tinha a ver como cenário, como natureza, como fonte, e cujos resultados enriqueceriam outros homens. No século seguinte, e particularmente depois da autonomia, tais expedições científicas se multiplicaram, diversificaram o objeto, ampliaram a área de investigação, mas ainda aí os resultados foram alheios. Do domínio das Ciências Naturais, em que trabalharam os primeiros viajantes, desde o setecentismo, passaram ao domínio das ciências do homem, fazendo do indígena principalmente o objeto de suas pesquisas, e algumas dedicaram-se mesmo a investigações técnicas, e especialmente àquelas ligadas à mineração. Foi a mineração, aliás, que abriu caminho aos primeiros trabalhos geológicos entre nós.

Se o meio não solicitava a Ciência, não criara mesmo condições para o ensino dela, para a transmissão de suas técnicas.

Não podia o ensino ministrado na Colônia, realmente, produzir — já que não produzia, por motivos conhecidos, clima propício à investigação científica — ao menos individualidade, por excepcionais que fôsem, dadas a tais estudos e capazes, por extraordinário esforço, em avanço sobre o tempo, de elaborar alguma coisa de apreciável. Permanecia tal ensino em sua orientação ornamental e desinteressada, bem acorde com o clima social e político dominante, todo entregue às letras. As personalidades favorecidas da fortuna ou da proteção faziam seus estudos superiores em Coimbra. Foi esse o caminho que tomaram alguns dos brasileiros que, nos fins da fase colonial, passaram à Europa com a intenção de fazer estudos científicos. É a solução adotada por um Lacerda e Almeida ou por naturalistas como Arruda Câmara e Conceição Veloso, ou por um mineralogista do porte de José Bonifácio. Fôra a solução de outros, uns poucos, em fase anterior, quando a realização correspondia ao afastamento definitivo da terra de nascimento — como aconteceu com Bartolomeu Lourenço de Gusmão. A grande figura da época em que se elabora a autonomia é a do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira.

O advento da Côrte do Príncipe D. João provoca o lançamento dos alicerces do ensino científico. Funda-se o Real Hôrto, depois Jardim Botânico, o Museu Real, além da Biblioteca Nacional, com acervo importante de livros desde o início, a Impressão Régia, escolas e academias. É a fase de um frei Leandro do Sacramento, de um frei Custódio Alves Serrão, de um Francisco Freire Alemão, de um João Barbosa Rodrigues. O Império, que continuou aquelas tradições ou instituições, acolheu numerosas missões científicas estrangeiras, organizou os cursos jurídicos e abriu as Faculdades de Medicina. Mais adiante, começam a aparecer os primeiros engenheiros, com a Escola Central. A Escola de Minas, de Ouro Preto, como o Observatório Nacional, são empreendimentos que anunciam novo avanço. São as alterações econômicas e sociais da segunda metade do século XIX que possibilitam tal avanço. O Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Butantã e umas poucas iniciativas posteriores mostram que aquele avanço não sofreu pausa.

Só quando a estrutura brasileira definiu claramente a sua transformação, que vinha em ritmo lento desde os fins do século XIX, é que os conhecimentos científicos encontraram re-

ceptividade em nosso meio. A transformação consistiu no declínio da estrutura colonial de produção, no aparecimento e no desenvolvimento da indústria, com aparato técnico que ela exige e impulsiona, culminando com a irreprimível ânsia no aproveitamento das riquezas naturais do País. Motivou alteração social que deu nova fisionomia ao Brasil. Provocou interesse crescente pela ciência em si mesma, pela ampliação de suas técnicas e pela aplicação de seus ensinamentos. Pertence ao nosso tempo comprovar tudo isso pelos reflexos que o ensino recebe, não apenas na crescente solicitação de engenheiros, cada vez mais especializados e encontrando cada vez mais mercado de trabalho no País, mas no aparecimento e no papel que assumem uns poucos órgãos e umas poucas cadeiras em que notáveis personalidades, muitas delas vindas do estrangeiro, fazem escola.

O sinal mais claro de alteração tão profunda, agora em perfeita consonância com as necessidades do Brasil, está em órgãos que modificam as condições agrícolas como o Instituto Biológico, o Instituto Agrônomo, estações experimentais, Escolas Agrícolas, ou em outros que abrem perspectivas à técnica, impulsionando a Química e a Física, até o nível universal de ciência capaz de proporcionar ao Brasil os horizontes de que necessita para realizar-se como nação.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — AZEVEDO, FERNANDO DE — *As ciências no Brasil* — 2 vols. — S. Paulo — 1955.
- 2 — BALDUS, HERBERT — *Bibliografia crítica de etnologia brasileira* — S. Paulo — 1954.
- 3 — NEIVA, ARTUR — *Esbôço histórico sobre a Botânica e a Zoologia no Brasil* — S. Paulo — 1929.
- 4 — MELO-LEITÃO, C. DE — *A Biologia no Brasil* — S. Paulo — 1937.
- 5 — SAMPAIO, A. J. DE — *Fitogeografia do Brasil* — 2.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 6 — NASCIMENTO, ALFREDO — *Primórdios e evolução da Medicina no Brasil* — Rio — 1929.

- 7 — FERRAZ, J. DE SAMPAIO — *Meteorologia brasileira. Esboço elementar de seus principais problemas* — S. Paulo — 1934.
- 8 — CORREIA FILHO, VIRGÍLIO — *Alexandre Rodrigues Ferreira. Vida e obra do grande naturalista brasileiro* — São Paulo — 1939.
- 9 — HARTT, CHARLES FREDERIK — *Geologia e Geografia Física do Brasil* — Tradução de Edgard Sussekund de Mendonça e Elias Dolianiti — Introdução de Roquette Pinto — S. Paulo — 1941.
- 10 — FONSECA, GONDIN DA — *Santos Dumont* — Rio — 1940.

OBSERVAÇÕES

1 — Com a colaboração de quatorze especialistas dos principais ramos científicos, Fernando de Azevedo traça as linhas principais do desenvolvimento das ciências no Brasil, pela primeira vez objeto de estudo de conjunto. A obra contém as informações suficientes para uma idéia do esforço antigo e das realizações modernas dos brasileiros no campo científico e situa devidamente o papel dos indivíduos e das instituições.

2 — As pesquisas e o levantamento de dados no campo da Etnologia foram iniciados em tempos muito recuados, praticamente desde a colonização. Obedeceram, entretanto, a métodos e processos científicos, a partir do século XIX, quando numerosas expedições cruzaram o interior brasileiro. O interesse maior girou em torno do indígena. Herbert Baldus, especialista nesse campo, fez exame detalhado e criterioso das contribuições que constituem já acervo muito grande, discriminando o valor e a importância de cada uma.

3 — Artur Neiva realizou balanço, seguindo o critério histórico, dos trabalhos apresentados pelos naturalistas que estiveram no Brasil e dos brasileiros que realizaram algum trabalho de pesquisa no campo da Botânica e da Zoologia, o que nos permite uma idéia de conjunto das contribuições arroladas.

4 — Apresentação sucinta dos trabalhos realizados no campo da Biologia, com a discriminação do que ficamos a dever a cientistas e instituições, dos tempos mais recuados à fase atual.

5 — Trabalho amplo, excelentemente informado, elaborado por especialista de grande categoria que não apenas procedeu a uma descrição da natureza brasileira como arrolou as contribuições já aparecidas e indicou rumos aos que têm uma tarefa a realizar nesse campo.

6 — Dependente de alguns setores científicos, a Medicina provocou o desenvolvimento das pesquisas, no Brasil, em busca de soluções para problemas práticos e teóricos que o meio suscitou. Na história que fez dos cursos de Medicina, Alfredo Nascimento mostra a referida influência e os resultados que alcançou.

7 — Estudioso da Meteorologia, e conhecedor profundo da meteorologia brasileira, Sampaio Ferraz, cujos trabalhos práticos e monografias fizeram o seu nome conhecido em todos os núcleos mundiais da especialidade, traça a relação do que realizamos e do que pretendemos realizar nesse campo, dissipando dúvidas e esclarecendo questões controversas.

8 — Biografia do grande naturalista brasileiro, precursor, numa época difícil, dos trabalhos que expedições estrangeiras e pesquisadores isolados brasileiros e estrangeiros desenvolveram depois. Nela fica bem clara a refratariedade do meio ao trabalho científico e os obstáculos que o naturalista enfrentou para realizar as suas tarefas.

9 — Desatualizada embora, a obra de Hartt foi a primeira que viu em conjunto a paisagem física do nosso País, definindo as grandes linhas do relevo e as camadas geológicas. Seu conhecimento direto do território, o rigor de seu espírito científico, a capacidade no campo a que se dedicou, conferem a Hartt um lugar destacado entre os geólogos que operaram no Brasil. A obra não perdeu o interesse e continua a ser consultada como uma das boas fontes de estudos que possuímos.

10 — Homens como Bartolomeu de Gusmão, cuja biografia foi traçada por Afonso de E. Taunay, que também mostrou a prioridade dos seus esforços na aeronavegação, realizaram-se cientificamente fora do Brasil. Em outra época, sob condições diversas, foi o que ocorreu com Santos Dumont. Não deixa de ser interessante, entretanto, conhecer o que foi a obra do pioneiro da aviação e como o Brasil lhe acompanhou as iniciativas. A biografia de Gondin da Fonseca, num estilo simples e reconstituindo a época em que viveu Santos Dumont, dá informação ampla a respeito dos feitos do patrono da aeronáutica brasileira.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — COSTA, ANGIONE — *Introdução à arqueologia brasileira. Etnografia e história* — S. Paulo — 1934.
- 2 — SAMPAIO, A. J. DE — *Biogeografia dinâmica. A natureza e o homem no Brasil* — S. Paulo — 1935.
- 3 — MELO-LEITÃO, C. DE — *Zoogeografia do Brasil* — S. Paulo — 1937.
- 4 — HOEHNE, F. C. — *Botânica e agricultura no Brasil. (Século XVI). Pesquisas e contribuições* — S. Paulo — 1937.

- 5 — PINTO, E. ROQUETTE — *Ensaaios brasileiros* — S. Paulo — s.d.
- 6 — DESCOURTILZ, J. T. — *Ornitologia brasileira ou História natural das aves do Brasil* — Tradução de Eurico Santos — Notas de João Moojen — 2 vols. — Rio — 1945.
- 7 — SOUSA, J. E. TEIXEIRA DE — *A Medicina antes da organização do ensino médico* — Rio — 1908.
- 8 — REIS, T. FURTADO DOS — *Os brasileiros na história da navegação aérea* — Rio — 1934.
- 9 — RAMOS, TEODORO — *Estudos* — S. Paulo — 1933.
- 10 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *Bartolomeu de Gusmão e a sua prioridade aerostática* — S. Paulo — 1938.

A Literatura

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Conquanto alguns ensaístas e historiadores tenham insistido nos pendores e dimensões intelectuais dos elementos lusos que constituíram, nos primeiros tempos da colonização, a classe dominante aqui — Oliveira Viana, por exemplo, afirmou deles que eram “altamente instruídos e cultos” — nada na informação documentária nos autoriza conclusão de tal ordem. Muito ao contrário, a vida colonial não podia oferecer nenhum estímulo à atividade intelectual, e nem mesmo é certo que a tivessem cultivado, isoladamente, alguns elementos, ainda os mais altamente colocados.

Na estrutura dominante, que só fez acentuar os seus traços na primeira fase, aprofundando o desnivelamento entre as classes, não poderia haver espaço para as cogitações do pensamento e ainda menos para as da criação artística. Na sociedade estabelecida, dividida entre grandes proprietários rurais, isolados em suas terras, e a numerosa escravaria, não poderia existir interesse nem necessidade de aquisições e trocas intelectuais. Não havia lugar, por outro lado, para a vida urbana, que agremia, aproxima e cria as condições para a comunicação de idéias. O fato de não existirem técnicas de transmissão do pensamento é decorrência natural das características do meio. De todos os pontos de vista, a vida colonial é pobre, dispersiva, apagada.

A associação que existiu desde logo entre a empresa ultramarina e a tarefa de catequese religiosa, entretanto, proporciona a singularidade de trazer aos domínios coloniais elementos a que a condição intelectual pertencia como dever de ofício. Os únicos elementos dotados de dimensão intelectual, na Colônia, são, realmente, os religiosos, e em particular os membros da Companhia de Jesus. Coube-lhes, por isso mesmo, a tarefa do ensino, em que se esmerariam e por meio da qual não só influíram como recrutaram os próprios quadros. Esse contraste entre as condições do meio, que eram adversas, e o ofício intelectual dos religiosos estabelece a característica fundamental dos resultados alcançados. O que existe não é fusão, mas justaposição entre os dois elementos, o meio e os religiosos, no que diz respeito ao seu teor desinteressado, a sua desvinculação com a realidade, a sua alienação quanto ao meio — transitando, finalmente, para uma sorte de erudição livresca, vazia, meramente ornamental, que satisfazia a vaidade do indivíduo mas em nada concorria para a comunidade.

Foi por intermédio do ensino religioso que se recrutaram, em todo caso, os primeiros elementos dotados de dimensão intelectual. E só o destino religioso poderia explicar e justificar os estudos, uma vez que nenhuma outra atividade necessitava dos elementos fornecidos pelo ensino. Só para difundir preceitos religiosos se recebiam e utilizavam os conhecimentos. Outra finalidade teria sido incompreensível. Os letrados dos primeiros decênios são, pois, homens da religião, soldados da fé. Os conhecimentos que recebem não são procurados por si mesmos, pelo prazer ou pela utilidade que possam proporcionar, mas pela finalidade, como elemento indispensável, como ferramenta no trabalho da catequese. Assim, tais conhecimentos conservavam-se como abstrações, permaneciam meramente formais. Não eram caminho para o entendimento da vida e do homem e não estavam em condições de proporcionar, de forma alguma, as bases para novas conquistas, ou as pontes para a aventura do espírito.

O ensino jesuítico, por outro lado, conservado à margem, sem aprofundar a sua atividade e sem preocupações outras senão o recrutamento de fiéis ou de servidores, tornava-se possível porque não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se

aos imperativos do meio social, marchava paralelo a êle. Sua marginalidade era a essência de que vivia e se alimentava. Quando, logo adiante, alguns dos elementos nêle recrutados se voltam para as letras, com o traço desinteressado que lhes era inerente, trabalham sôbre as águas, e só uma convenção formal nos permite, hoje, aceitá-los como letrados e incluí-los na relação dos primeiros autores.

Existe uma ponte, entretanto, entre tais elementos e o público, tudo o que poderia ser incluído na palavra povo, a êsse tempo: o púlpito. Do alto do púlpito é que se tornava natural e possível a alguém dirigir-se a muitos, e os atos religiosos, únicos que reuniam povo, adquiriam por isso uma significação particular. Não espanta que, com a mencionada exclusividade, o púlpito acabasse por se tornar, além de veículo destinado a transmitir a palavra religiosa, uma espécie de tribuna em que muitos assuntos eram tratados, inclusive os assuntos políticos, isto é, aquêles que interessavam à comunidade e à sociedade. Está claro que a linguagem dos pregadores só era acessível aos elementos dotados de entendimento mínimo, os proprietários e os imediatamente dependentes, os funcionários de categoria. Não havia, a rigor, povo, coisa pública, interêsse público. A ordem privada dominava sem contrastes, e os elementos giravam em tórno dêsse poder incontestável, de sorte que lhes teria sido impossível representar dissidência e muito menos oposição. O único meio de mobilizar a parca, a estreita opinião colonial — e, em particular, por motivo das grandes festas coletivas — era, portanto, o púlpito, onde os elementos dotados de dimensão intelectual exerciam a sua atividade, utilizavam os seus recursos, alcançavam os pequenos e baixos vãos que a época lhes permitia.

Os primeiro documentos de uma literatura ainda distante de qualquer sentido são, por consequência, aquêles escritos pelos padres da Companhia de Jesus e por um ou outro valido dos senhores das Capitâneas, sem qualquer significação digna de apreço. Ao lado dêstes, cronistas menores, fazendo parte de frotas de exploração ou de bandos que demandavam o interior, contaram as suas aventuras. O conjunto de tais contribuições constituirá material paraliterário de interêsse meramente histórico.

Quando aparecem na Colônia as primeiras condições para um mínimo de atividade intelectual, reduzida e ilhada pela

ausência de técnicas de transmissão do pensamento, o que existe é literatura portuguesa feita aqui. O próprio Gregório de Matos, figura seiscentista que reflete bastante os costumes da época, em cuja obra repontam formulações de protesto e de rebeldia contra os elementos dominantes, não passa de escritor português nascido no Brasil e aqui se desmandando contra um meio que lhe era refratário e em que pontificavam figuras da administração metropolitana. O aparecimento da mineração com o deslocamento interno de populações numerosas, atraídas pelas aparentes facilidades de enriquecimento, e a ampliação dos quadros administrativos que proporcionou, cria as condições para que apareça um grupo de escritores em que a inspiração e o modelo português mal disfarçam um interesse inequívoco pela terra e pela sua gente. O documento dessa época são as *Cartas Chilenas* e a qualidade literária da poesia de Gonzaga se destaca.

O Romantismo, depois, sucedeu à autonomia, e muitos o confundiram com ela. Os seus primeiros poetas são apenas conhecidos dos letrados, mas as condições agora são diversas, porque há uma vida urbana rudimentar, colorida de provincianismo, e há técnicas de transmissão do pensamento, como a imprensa e o livro, embora este não ultrapasse nível inferior e sua circulação seja reduzida. Em Antônio Gonçalves Dias surge uma figura de transição, balançando entre os moldes clássicos e a liberdade romântica que se fixa nos temas do indianismo. Quando a ficção encontra receptividade entre moças caseiras e estudantes, com os romances de Joaquim Manuel de Macedo, um novo passo terá sido dado. Na ficção vulgar de Macedo existe toda a carpintaria romântica, e o microrrealismo que movimenta as suas cenas e dá colorido local aos seus temas.

Com José de Alencar, a ficção romântica adquire outra dimensão e traduz, no indianismo, as preferências de uma sociedade escravocrata pelo tipo heróico que ela pode oferecer e transfigurar, na fase do nativismo, quando o romancista intenta o seu malogrado esforço para uma divergência lingüística insustentável. Em seus livros há vigor, colorido, imaginação, tudo em doses muito fortes, tão fortes que, por longo tempo, escondem as suas debilidades. Em pleno romantismo, aparece a figura singular de Manuel Antônio de Almeida, com as *Memórias de um sargento de milícias*, crônica de costumes que surpreende pelo

contraste com os modelos dominantes, romance urbano de uma fase de predomínio do romance rural, pleno de vivacidade, aproximando-se do picaresco. A ficção romântica alinha ainda Bernardino Guimarães, com os seus quadros do interior, e principalmente Taunay, cuja *Inocência*, apesar dos convencionalismos inapagáveis, encontra plena aceitação ao longo do tempo.

É na poesia que o Romantismo mais fundo atinge a criação e a difusão literária no Brasil. Com Álvares de Azevedo, reflete a influência européia; com Casimiro de Abreu, oscilando entre a trivialidade e a simplicidade, dá os primeiros acordes locais; com Fagundes Varela, amplia os quadros e se volta para a natureza. Mas é em Castro Alves que encontrará a sua expressão máxima. Ninguém soube como ele transfundir grandeza aos temas que vão dos quadros agrestes ao panegírico dos heróis. Na sua obra há, evidentemente, coisas a esquecer, mas há também coisas inesquecíveis. Levantando o protesto contra a escravidão e defendendo ideais que a sua época mal compreendia, Castro Alves se destaca na galeria dos poetas românticos pela extraordinária eloquência de seu verso.

Quando o século XIX se aproxima do fim, tudo anuncia a transformação que se processa no País. No campo das idéias, essa transformação fica nitidamente assinalada no aparecimento do espírito crítico, nos temas de combate, no sentido revisionista a que obedecem, consciente ou inconscientemente, as grandes figuras literárias. É a época em que Tobias Barreto, de uma cátedra no Recife, abre novas perspectivas ao Direito, depois que Tavares Bastos mostrou objetivamente os problemas econômicos brasileiros. É a época em que se avoluma a campanha abolicionista e as idéias republicanas ganham novas camadas de opinião — a época em que a palavra de Joaquim Nabuco encontra eco, em que a imprensa acolhe as grandes questões que agitam o ambiente, a religiosa e a militar principalmente. A época, em particular, em que Machado de Assis, crítico, teatrólogo, crônista, poeta, depois de seu estágio romântico, escreve os grandes livros de sua segunda fase, obras-primas insuperadas em nossa literatura, das *Memórias Póstumas de Brás Cubas* ao *Memorial de Aires* enquanto assina contos de uma perfeição formal e de uma sutileza de conteúdo que só o tempo consagrará definitivamente. É a época em que Raul Pompéia escreve a curiosa crônica de saudades que é *O Ateneu*. É a épo-

ca em que surge o Naturalismo, com uns poucos pontos altos, como *O Mulato*, *O Cortiço* e *Casa de Pensão*, de Aluísio Azevedo e *A Normalista*, de Adolfo Caminha. É, finalmente, a época em que aparecem os trabalhos críticos de Sílvio Romero, coroados pela sua monumental *História da Literatura Brasileira*, e de José Veríssimo que, depois, fixará em conjunto o desenvolvimento histórico das letras brasileiras.

Os efeitos dessa fase revisionista podem ser apreciados ainda no aparecimento de *Os Sertões*, com que Euclides da Cunha surpreende o País, e no regionalismo que tem sua figura mais expressiva em Simões Lopes Neto para repontar, adiante, com Monteiro Lobato que, em *Urupês*, cria um tipo, o Jeca Tatu, de falsidade e deformação inequívocas, mas cuja facilidade em situar os quadros rurais lhe asseguram penetração muito grande. Ao mesmo tempo que o revisionismo se processa, a poesia descamba para o artifício que atinge, em alguns casos, alto nível formal, com os parnasianos, ou se dilui nas manifestações simbolistas. Parnasianos e simbolistas, aliás, já não encontram ressonância, como os românticos que, apesar de suas deficiências, ficaram na memória popular.

O Modernismo, a partir da terceira década do século, indica a inquietação que varre o País, e que se traduz no campo econômico e político, provocando o aparecimento de várias correntes, fórmulas e manifestações, algumas eivadas de intenção nacional, mais nas aparências, quase todas copiando moldes estrangeiros, que o após-guerra difundira pelo mundo. O trabalho destruidor do Modernismo, muito mais importante do que o de construção, teve a sua utilidade, entretanto, e acabou por arejar o ambiente, dominado pela preocupação formal. Em Mário de Andrade, o movimento encontrou o seu intérprete mais feliz, um criador verdadeiro e inspirado, com sensibilidade apurada para os motivos nacionais e populares.

Foi o pós-modernismo, entretanto, já na quarta década do século atual, que definiu a literatura brasileira, não apenas pela generalização do gênero romance e pela conquista do público, e pela fixação de motivos do País, mas pela elaboração de uma linguagem literária, já apurada. Figuras como José Lins do Rêgo e principalmente Graciliano Ramos deram ao movimento contribuições importantes, destacando-se este último como o maior dos nossos ficcionistas depois de Machado de Assis. É o mo-

mento em que cresce e se generaliza o interesse pelos estudos brasileiros, pela exata interpretação das nossas origens e do nosso desenvolvimento histórico e social, surgindo ensaios de importância e trabalhos em que existe a preocupação de aplicar à escala nacional os recursos teóricos hauridos em mestres estrangeiros. A literatura encontra, então, as suas dimensões, o seu campo, os seus métodos, distinguindo-se de tudo o que nela vinha sendo incluído, e definindo os seus traços nacionais.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — FIGUEIREDO, FIDELINO DE — *História da literatura clássica* — 3.^a edição — 3 vols. — S. Paulo — 1946.
- 2 — FIGUEIREDO, FIDELINO DE — *História da literatura romântica* — 3.^a edição — S. Paulo — 1946.
- 3 — FIGUEIREDO, FIDELINO DE — *História da literatura realista (1871-1900)* — 3.^a edição — S. Paulo — 1946.
- 4 — ROMERO, SÍLVIO — *História da literatura brasileira* — 4.^a edição — 5 vols. — Rio — 1953.
- 5 — VERÍSSIMO, JOSÉ — *História da literatura brasileira* — 3.^a edição — Rio — 1954.
- 6 — COUTINHO, AFRÂNIO — *A literatura no Brasil* — 4 vols. — Rio — 1955/1958.
- 7 — COSTA, CRUZ — *Contribuição à história das idéias no Brasil. (O desenvolvimento da Filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional)* — Rio — 1956.
- 8 — AZEVEDO, FERNANDO DE — *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil* — 3.^a edição — 3 vols. — S. Paulo — 1958.
- 9 — BANDEIRA, MANUEL — *Apresentação da poesia brasileira* — Rio — 1946.
- 10 — LIMA, ALCEU AMOROSO — *Introdução à literatura brasileira* — Rio — 1956.

OBSERVAÇÕES

- 1 — Sem um conhecimento amplo da literatura portuguesa, pelo menos na fase histórica em que o Brasil era Colônia de Portugal, não seria possível compreender o desenvolvimento da literatura.

tura brasileira e avaliar a importância de suas figuras e obras. O trabalho de Fidelino de Figueiredo representa um levantamento das letras portuguesas, em que estavam compreendidas, durante a fase colonial, aquelas aqui elaboradas, iluminado por uma crítica e uma escala de valores que lhe caracteriza a importância.

2 — O Romantismo encontra Portugal e Brasil já nações separadas. Nem por isso as influências lusas desaparecem, na literatura brasileira — estão nela presentes, visíveis. Os nossos escritores, utilizando o mesmo idioma, conquanto surgissem já tentativas para distingui-los literariamente, tentativas sem possibilidade de êxito, recebiam as influências lusas pela frequência, que mantinham, dos autores de além Atlântico, seus mestres e até modelos ainda. Não se trata, agora, de encontrar os nossos problemas literários, as obras e as personagens — embora haja autores que vivem um pouco cada uma das literaturas, tão comuns são elas ainda — mas de verificar influências e comprovar fontes e modelos aqui frequentados e adotados.

3 — Menos útil, porque tratando já de fase em que as letras brasileiras recebiam mais forte influência das francesas, nem por isso deixa de ter importância o conhecimento do realismo luso, que muito influiu aqui, e particularmente pela obra de Eça de Queirós, que o Brasil consagra mesmo quando Portugal o aceitava com relutância.

4 — A edição da *História da literatura brasileira* de Sílvio Romero organizada por seu filho Néelson Romero, e agora em texto definitivo, reúne trabalhos do crítico e ensaísta que o autor em vida fizera à parte. O conjunto se ressentia disso, evidentemente, mas a iniciativa teve mais aspectos positivos do que negativos, juntando aquilo que fôra elaborado sob uma mesma diretriz. Sílvio Romero, ainda no texto inicial de seu trabalho, em que tratava apenas o problema histórico, realizou extenso arrolamento, que nos permite verificar, em escala ampla, o esforço e a relativa importância dos escritores brasileiros. Mais do que isso, Sílvio, esclarecido pela ciência de seu tempo, voltado para várias direções, preocupado com tudo aquilo que afetava a vida social e a cultura, entendia as letras como parte do processo geral de desenvolvimento de uma coletividade. Seus capítulos de introdução, discutíveis sob muitos aspectos, representam extraordinário esforço de síntese e de compreensão do Brasil, com lampejos singulares de intuição. De qualquer forma, com todos os seus defeitos, a obra de Sílvio Romero tem as dimensões monumentais, a riqueza informativa, a lucidez de algumas perspectivas, a tentativa de sistematização que a fizeram pioneira e perdurável, exigindo toda atenção.

5 — Pertence a José Veríssimo o mérito de ter realizado o melhor trabalho de síntese do nosso desenvolvimento literário. Crítico, mais do que historiador, Veríssimo pautou severamente os seus juízos,

e raramente erra nêles, raramente somos levados a recusá-los ou revê-los. Tinha, demais, senso objetivo do que eram as letras, profunda intuição dos valores. Embora os seus suportes teóricos, a sua ciência, não fôsem amplos como os de seu competidor, há no livro referências muito claras, insofismáveis de que entendia as ligações da literatura com o conjunto do processo social, estava longe, e proclamou isso, de admitir uma evolução autônoma para as letras, distanciada de tudo o mais. Encerrando a matéria com Machado de Assis, praticamente com o fim do século XIX, Veríssimo deixou o trabalho mais lúcido e mais denso sobre o nosso passado literário.

6 — Trabalho de grupo, sob a direção de Afrânio Coutinho, *A Literatura no Brasil*, que não é uma história da nossa literatura e até repele o método histórico, reúne estudos de importância muito variada. Entre êles, entretanto, há alguns que merecem atenção cuidadosa, que se destacam pela autoridade de seus autores e pelos méritos do texto. Além do mais, representa, acervo informativo a que se precisa sempre recorrer.

7 — Cruz Costa, professor de Filosofia, ocupa-se do movimento e da evolução das idéias, não tratando as letras de forma especial. Nossos escritores do passado, porém, e particularmente aqueles que fizeram crítica e história literária, saíram quase sempre da seara preferida, enfrentando problemas políticos, sociais e outros, trabalhando as idéias e por vêzes participando de sua aplicação. Estão presentes, pois, nesta tentativa de síntese, bem informada, clara, rigorosa na utilização das fontes. Ver o largo panorama das idéias e de sua evolução, por outro lado, é mais do que necessário, porque indispensável, para situar nêle a literatura na devida escala.

8 — Fernando de Azevedo descreve a evolução da cultura brasileira, num dos trabalhos mais importantes que o Brasil conhece, e naquela evolução não omite ângulo algum, ocupando-se das artes, das ciências, do ensino, de tudo aquilo que condicionou ou influiu no desenvolvimento cultural. Obra extensa, rica em perspectivas, elaborada com inteligência, obra de humanista da melhor estirpe e de ensaísta compreensivo e de educador e sociólogo de qualidade invulgar, *A Cultura brasileira* está entre os livros de leitura obrigatória a todo aquele que deseje conhecer o nosso País.

9 — Uma síntese de evolução da poesia brasileira, seguida de antologia, em que a escala de valores é justa e em que a situação dos poetas traduz quase sempre a compreensão exata do nosso desenvolvimento cultural.

10 — Crítico por muito tempo, distinguindo-se pelo zêlo e pelos conhecimentos literários, Alceu Amoroso Lima traçou, em alguns li-

vros, as grandes linhas do nosso desenvolvimento literário. Discutíveis os seus processos e os seus métodos, bem assim alguns de seus trabalhos que asinalam uma fase no estado da literatura entre nós e, dêles, principalmente esta *Introdução*, em que figuram as linhas mestras de seu pensamento.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — BELO, JOSÉ MARIA — *Inteligências do Brasil, Síntese da evolução literária do Brasil* — 3.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 2 — CARVALHO, RONALD DE — *Pequena história da literatura brasileira* — 3.^a edição — Rio — 1925.
- 3 — MOTA, ARTUR — *História da literatura brasileira* — 2 vols. — 1930.
- 4 — AMORA, ANTÔNIO SOARES — *História da literatura brasileira* — 2.^a edição — S. Paulo — 1958.
- 5 — MÚRIAS, MANUEL — *O seiscentismo em Portugal* — Lisboa — 1923.
- 6 — LINS, ÉDISON — *História e crítica da poesia brasileira* — Rio — 1937.
- 7 — JÚLIO, SÍLVIO — *Fundamentos da poesia brasileira* — Rio — 1930.
- 8 — FERREIRA, PINTO — *Interpretação da literatura brasileira* — Rio — 1957.
- 9 — GRIECO, AGRIPINO — *Evolução da prosa brasileira* — 2.^a edição — Rio — 1947.
- 10 — GRIECO, AGRIPINO — *Evolução da poesia brasileira* — 3.^a edição — Rio — 1947.
- 11 — MONTENEGRO, OLÍVIO — *O romance brasileiro* — 2.^a edição — Rio — 1953.
- 12 — WOLF, FERDINAND — *O Brasil literário. (História da literatura brasileira)* — Tradução, introdução e notas de Jamil Almansur Haddad — S. Paulo — 1953.
- 13 — BANDEIRA, MANUEL — *Antologia dos poetas brasileiros da fase romântica* — 2.^a edição — Rio — 1940.
- 14 — BANDEIRA, MANUEL — *Antologia dos poetas brasileiros da fase parnasiana* — 2.^a edição — Rio — 1940.
- 15 — MURICI, ANDRADE — *Panorama do movimento simbolista brasileiro* — Revisão crítica e organização da bibliografia por Aurélio Buarque de Holanda — 2 vols. — Rio — 1952.

- 16 — PEIXOTO, AFRÂNIO — *Panorama da literatura brasileira* — S. Paulo — 1940.
- 17 — CAMPOS, HUMBERTO DE — *Antologia da Academia Brasileira de Letras* — Rio — 1935.
- 18 — PARANHOS, HAROLDO — *História do Romantismo no Brasil. (1500-1830)* — 2 vols. — S. Paulo — 1937.
- 19 — COSTA, CRUZ — *A Filosofia no Brasil* — Pôrto Alegre — 1945.
- 20 — ANDRADE, ALMIR DE — *Aspectos da cultura brasileira* — Rio — 1939.
- 21 — ANDRADE, MÁRIO DE — *Aspectos da literatura brasileira* — Rio — 1943.
- 22 — CARPEAUX, OTO MARIA — *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira* — 2.^a edição — Rio — 1955.
- 23 — BROCA, BRITO — *A vida literária no Brasil. 1900* — Rio — 1956.
- 24 — BARRETO, PAULO — *O momento literário* — Rio — 1910.
- 25 — LINS, ÁLVARO e HOLANDA, AURÉLIO BUARQUE DE — *Roteiro literário do Brasil e de Portugal* — 2.^a ed. — 2 vols. — Rio — 1966.

D. UM ROTEIRO LITERÁRIO

Sem qualquer idéia de atender ao especialista, mas tão-somente de, dentro de um critério passoa, que poderia admitir variantes, embora não muito numerosas, oferecer aos iniciantes um roteiro de leitura do que as letras brasileiras têm de fundamental, organizamos a relação seguinte, em que as obras escolhidas atendem a duas condições, a de não obedecer ao imperativo histórico, isto é, de não atender a uma necessidade de conhecimento, e sim a uma necessidade que seja compensada pelo prazer da leitura; e de mencionar as edições cujos textos merecem fé e, além do mais, venham acompanhadas, em quase todos os casos, de introduções e notas explicativas autorizadas. Terceiro critério, que parece pacífico, foi o de só mencionar autores já mortos, sobre os quais os julgamentos estão mais ou menos assentados. O conhecimento desses cinquenta livros corresponde a uma idéia de conjunto da literatura brasileira, suficiente para o leigo. Nêles, por outro lado, está representado o nosso País, com a variedade dos seus quadros, paisagens e tipos.

- 1 — GONZAGA, TOMÁS ANTÔNIO — *Obras completas* — Edição crítica de Rodrigues Lapa — S. Paulo — 1943.
- 2 — DIAS, ANTÔNIO GONÇALVES — *Obras poéticas* — Edição crítica de Manuel Bandeira — 2 vols. — S. Paulo — 1944.
- 3 — ABREU, CASIMIRO DE — *Obras* — Organização apurada do texto, escôço biográfico e notas por Sousa da Silveira — S. Paulo — 1940.
- 4 — AZEVEDO, ÁLVARES DE — *Obras completas* — Edição organizada e anotada por Homero Pires — 2 vols. — S. Paulo — 1942.
- 5 — VARELA, L. F. FAGUNDES — *Poesias completas* — Organização e apuração do texto por Miécio Tati e E. Carrera Guerra — 3 vols. — S. Paulo — 1957.
- 6 — MACEDO, JOAQUIM MANUEL DE — *A Moreninha* — Introdução de Antônio Cândido — S. Paulo — 1943.
- 7 — ALENCAR, JOSÉ DE — *O Guarani* — Precedido de *Como e por que sou romancista* — Com um estudo de Machado de Assis — Introdução biográfica de Brito Broca — 2 vols. — Rio — 1953.
- 8 — ALENCAR, JOSÉ DE — *Iracema* — Edição do centenário — Rio — 1965.
- 9 — ALMEIDA, MANUEL ANTÔNIO DE — *Memórias de um sargento de milícias* — Prefácio de Marques Rebêlo — Rio — 1948.
- 10 — TAUNAY, VISCONDE DE — *Inocência* — 21.^a edição — S. Paulo — 1939.
- 11 — ALVES, CASTRO — *Obras completas* — Introdução e notas de Afrânio Peixoto — 2 vols. — S. Paulo — 1939.
- 12 — BILAC, OLAVO — *Poesias* — 15.^a edição — Rio — 1931.
- 13 — CORREIA, RAIMUNDO — *Poesias completas* — Organização, prefácio e notas de Múcio Leão — 2 vols. — S. Paulo — 1948.
- 14 — ANJOS, AUGUSTO DOS — *Eu e outras poesias* — Introdução de Orris Soares — 3.^a edição — Rio — 1928.
- 15 — AZEVEDO, ALUÍSIO — *O mulato* — 5.^a edição — Rio — 1927.
- 16 — AZEVEDO, ALUÍSIO — *O cortiço* — 7.^a edição — Rio — 1925.
- 17 — AZEVEDO, ALUÍSIO — *Casa de pensão* — 8.^a edição — Rio — 1925.
- 18 — CAMINHA, ADOLFO — *A normalista* — 2.^a edição — São Paulo — 1936.
- 19 — NABUCO, JOAQUIM — *Minha formação* — Rio — 1957.
- 20 — POMPÉIA, RAUL — *O Ateneu* — 4.^a edição — definitiva — Rio — s.d.

- 21 — ARINOS, AFONSO — *Pelo sertão* — 5.^a edição — Rio — 1947.
- 22 — LOPES NETO, JOÃO SIMÕES — *Contos gauchescos e lendas do sul* — Edição crítica com introdução, variantes, notas e glosário por Aurélio Buarque de Holanda — Prefácio e notas de Augusto Meyer — Posfácio de Carlos Reverbel — Pôrto Alegre — 1949.
- 23 — CUNHA, EUCLIDES DA — *Os Sertões* — 15.^a edição — Rio — 1940.
- 24 — CUNHA, EUCLIDES DA — *À margem da história* — 4.^a edição — Pôrto — 1926.
- 25 — ASSIS, MACHADO DE — *Memórias póstumas de Brás Cubas* — Rio — 1938.
- 26 — ASSIS, MACHADO DE — *Quincas Borba* — Rio — 1938.
- 27 — ASSIS, MACHADO DE — *Dom Casmurro* — Rio — 1938.
- 28 — ASSIS, MACHADO DE — *Esau e Jacob* — Rio — 1938.
- 29 — ASSIS, MACHADO DE — *Memorial de Aires* — Rio — 1938.
- 30 — ASSIS, MACHADO DE — *Várias histórias* — Rio — 1938.
- 31 — ASSIS, MACHADO DE — *Páginas recolhidas* — Rio — 1938.
- 32 — ASSIS, MACHADO DE — *Relíquias de casa velha* — 2 vols. — Rio — 1938.
- 33 — BARRETO, LIMA — *Recordações do escrívão Isaías Caminha* — 4.^a edição — Rio — 1949.
- 34 — BARRETO, LIMA — *Triste fim de Policarpo Quaresma* — 3.^a edição — Rio — 1948.
- 35 — BARRETO, LIMA — *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* — 3.^a edição — S. Paulo — 1943.
- 36 — LIMA, JORGE DE — *Poemas escolhidos* — Rio — 1932.
- 37 — LOBATO, MONTEIRO — *Urupês e outros contos e coisas* — edição organizada e prefaciada por Artur Neves — São Paulo — 1943.
- 38 — MACHADO, ANTÔNIO DE ALCÂNTARA — *Brás, Bexiga e Barra Funda e Laranja da China* — Introdução de Sérgio Milliet — S. Paulo — 1944.
- 39 — COUTINHO, GALEÃO — *Vovô Morungaba* — S. Paulo — 1938.
- 40 — ANDRADE, MÁRIO DE — *Obras completas* — III — *Amar, verbo intransitivo* — S. Paulo — 1944.
- 41 — ANDRADE, MÁRIO DE — *Obras completas* — IV — *Macunáima* — 3.^a edição — S. Paulo — 1944.
- 42 — ANDRADE, MÁRIO DE — *Obras completas* — V — *Os contos de Belazarte* — 3.^a edição — S. Paulo — 1947.
- 43 — ANDRADE, MÁRIO DE — *Obras completas* — XVII — *Contos novos* — S. Paulo — 1947.

- 44 — RAMOS, GRACILIANO — *S. Bernardo* — 3.^a edição — Rio — 1947.
- 45 — RAMOS, GRACILIANO — *Angústia* — 3.^a edição — Rio — 1947.
- 46 — RAMOS, GRACILIANO — *Vidas secas* — 2.^a edição — Rio — 1947.
- 47 — RAMOS, GRACILIANO — *Infância* — Rio — 1945.
- 48 — RAMOS, GRACILIANO — *Memórias do cárcere* — 4 vols. — Rio — 1953.
- 49 — RÊGO, JOSÉ LINS DO — *Obras* — 1/2 — *Menino de Engenho* — *Doidinho* — 5.^a edição — Notas de Pedro Dantas — Rio — 1947.
- 50 — RÊGO, JOSÉ LINS DO — *Fogo morto* — Prefácio de Oto Maria Carpeaux — Rio — 1943.

A Imprensa

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Como a Renascença e as grandes navegações e descobertas ultramarinas — de que surgiu para a História o Brasil — a Imprensa foi acontecimento peculiar ao processo da Revolução Comercial. Cada época cria os instrumentos necessários à plena expansão de tudo o que a caracteriza, a Imprensa foi criação necessária às transformações que alteraram a fisionomia do mundo na transição para a Idade Moderna. Ela proporcionou a difusão da cultura e, mais do que isso, transferiu o saber à nova classe, que ascendia, retirando-o do isolamento em que era mantido. Como a pólvora, que permite aos monarcas realizar a tarefa de unificação que destrói a pluralidade feudal, a Imprensa abre perspectivas ao livre exame e ajuda a cisão religiosa que desimpede os caminhos para a ascensão burguesa no ocidente europeu. Ela multiplica as possibilidades de acesso aos conhecimentos e permite a informação, quando a nova classe necessita agora utilizar esse instrumento extraordinário de influência e de troca de idéias.

Com a transferência a Portugal do primado mercantil, na fase em que declinam as repúblicas italianas, a Imprensa terá ali um momento interessante de expansão que logo começa a encontrar entraves de toda ordem. Seu desenvolvimento é, assim, muito mais rápido nos países em que a acumulação primi-

tiva constitui a fase necessária para a capitalização, quando se esboroam as relações medievais e surgem condições novas de produção. Não foi este o caso luso, em que a fase áurea do mercantilismo desembocou, ao contrário, na exploração colonial, seguindo caminhos e processos muitos semelhantes aos anteriores, quando Portugal era intermediário nas trocas de produtos orientais, mero distribuidor nos mercados europeus.

A estrutura que se estabelece na Colônia, desde que existe continuidade na exploração dos recursos locais, com os *gêneros coloniais* ou *tropicais*, é absolutamente refratária ao aparecimento da Imprensa. Não há, aqui, as condições mínimas para o seu estabelecimento: não há comunidades, não há organizações urbanas, não há curiosidade, não há comércio. O largo domínio rural, com a sua absorvente preponderância, inutiliza as tentativas de aprendizagem de letras e a aquisição de saber rudimentar. Nem mesmo a classe dominante tinha necessidade desses rudimentos, na primeira fase colonial, que abrange dois séculos pelo menos. No mais, era a escravaria, despojada de qualquer direito e de qualquer impulso para a curiosidade. O elemento religioso, que detinha o saber e os meios de transmiti-lo, encontrava no púlpito a saída natural para comunicar-se com a coletividade, nos raros momentos em que isso se fazia necessário.

A transferência da Corte do Príncipe D. João é que estabelece as condições iniciais para o aparecimento da imprensa e carecem de significação os esforços anteriores, isolados e inócuos, vencidos pela resistência ou pela refratariedade do meio muito mais do que pela vigilância ou proibição metropolitanas. O que se diz a respeito de empreendimentos jesuíticos, para fazer cartilhas, ou a respeito de casos singulares de trabalho gráfico, com a introdução de aparelhamento — como na época de Bobadela — pode valer como pré-história da Imprensa, nada mais. Ainda que a Metrópole tivesse sido tolerante, o estabelecimento da Imprensa teria sido impossível ou extremamente difícil e qualquer órgão informativo teria existência vegetativa, sem encontrar ressonância no meio ou papel efetivo.

A liberdade de comércio, entretanto, com o crescimento do aparelho administrativo por outro lado, e tudo isso crescendo mais ainda depois da autonomia, esboçam a vida urbana. Essa vida urbana é que oferece à Imprensa em início o am-

biente de que ela necessita. Surge um jornal oficial, a censura, a Imprensa Régia. Mas a área em que esse jornal circula é reduzida e sua influência reduzidíssima. Muito mais influente, muito mais efetivo em seu trabalho, muito mais poderoso é o órgão que Hipólito da Costa faz introduzir no País, em que se debatem os grandes problemas do tempo, visto com amplitude, colocados em escala européia, refletindo nitidamente as características da Revolução Industrial em sua poderosa expansão.

A fase da autonomia, entretanto é de tumultos e desencontros, com algumas manifestações em que se pode verificar a presença de ideologia de classes média, decorrente mais de transplantação do que de impulso interno. Nas insurreições provinciais, essa ideologia reponta na pequena imprensa, a dos pasquins, que toma logo fisionomia peculiar, caracterizando-se pela transitoriedade das folhas, pela virulência da linguagem, pela motivação local. No Rio de Janeiro, sob D. Pedro I e principalmente na fase da Regência, o pasquim tem campo de ação importante.

Ao lado dessa pequena imprensa, desenvolve-se, muito lentamente, uma outra, que busca a estabilidade, que procura traduzir uma linha de equilíbrio, correspondendo ao esforço da classe dominante para restabelecer o seu pleno poder, mas, conquanto haja jornais antigos, que provêm da primeira metade, o fato é que só a segunda metade do século vai apresentar jornais estáveis, com saída regular, contínua. Nessa imprensa em esboço o traço característico não está na deficiência técnica mas na circulação reduzida, pouco excedendo, quando excede, os limites urbanos. Tal tipo de jornal é mantido pelas assinaturas, um pouco pela venda avulsa, feita nas livrarias, e os anúncios são fornecidos pelo pequeno comércio, que precisa incentivar as compras, e pelos proprietários de escravos. O anúncio generalizado é de fugas e promessas de recompensas para a captura de escravos, aparecendo ao lado dos outros anúncios, que divulgam as qualidades de mercadorias oferecidas pelo comércio a retalho e pelo comércio especializado. Esta fase, em que a imprensa está ligada ao pequeno comércio, em que se concentram elementos lusos ou de origem lusa, chega à República, praticamente até o fim da Primeira Guerra Mundial. É essa imprensa que combate furiosamente o Governo, que incita as rebeliões, que gera ídolos e provoca inquietações — re-

fletindo os desencontrados anseios e os ideais confusos da classe média.

A última fase do desenvolvimento da Imprensa, no Brasil, é aquela que estamos assistindo, quando recebeu inovações técnicas que a modernizaram. Apesar disso, ainda não se conseguiu emancipar das limitações de circulação, tornando-se regional quando muito, mas não nacional por enquanto, no que se refere à difusão. A alteração maior consiste em que a imprensa brasileira, hoje, reflete profunda e caracterizadamente a divisão que define os dois campos, o que pretende um desenvolvimento nacional, pela liberdade na exploração das riquezas do País, e o que pretende associar os monopólios e portanto o imperialismo a esse desenvolvimento, o que é contraditório. Predomina ainda o segundo tipo, de sorte que a imprensa, colocada a serviço de interesses antinacionais, opera constante e meticulosa deformação da realidade, submissa que permanece a poder econômico do qual depende.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — AMZALAK, MOSES BENSABAT — *A tipografia hebraica em Portugal no século XV* — Coimbra — 1922.
- 2 — ARANHA, P. BRITO — *A imprensa em Portugal nos séculos XV e XVI — As Ordenações d'El-Rei D. Manuel* — Lisboa — 1898.
- 3 — DESLANDES, VENÂNCIO AUGUSTO — *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII* — 2 vols. — Lisboa — 1881/1882.
- 4 — RIZZINI, CARLOS — *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)* — Rio — 1946.
- 5 — DOURADO, MECENAS — *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense* — 2 vols. — Rio — 1957.
- 6 — FONSECA, GONDIN DA — *Biografia do jornalismo carioca* — Rio — 1941.
- 7 — VIANA, HÉLIO — *Contribuição à história da imprensa no Brasil* — Rio — 1945.
- 8 — “*A Malagueta*”. *Coleção fac-similar de jornais antigos*. Direção de Rubens Borba de Moraes. Introdução de Hélio Viana — Rio — 1945.

- 9 — O "Tamoyo". *Coleção fac-similar de jornais antigos*. — Direção de Rúbens Borba de Moraes. Introdução de Caio Prado Júnior — Rio — 1944.
- 10 — LIMA, HERMAN — *História da caricatura no Brasil* — 4 vols. — Rio — 1963.

OBSERVAÇÕES

1 — A introdução da arte tipográfica em Portugal deve-se, sem dúvida, aos elementos judeus, ligados ao desenvolvimento mercantil e que afluíram ao Reino desde que êle se tornou o centro de gravidade das trocas do tempo. Amzalak, pesquisador atento e consciencioso, discrimina a contribuição hebraica nesses primeiros tempos.

2 — Brito Aranha fornece panorama completo do desenvolvimento da imprensa em Portugal nos séculos XV e XVI e mostra os entraves que começou a encontrar com o declínio do grupo mercantil portuário na sociedade metropolitana, entraves que se refletiram na legislação e encontram-se nas Ordenações Manuelinas.

3 — Deslandes leva mais longe, no tempo, e algumas vezes aprofunda, as informações de Amzalak, reunindo copiosa documentação que cobre o quinhentismo e o seiscentismo. No confronto desses documentos é possível verificar claramente os entraves impostos à ação da imprensa e o declínio dela em Portugal.

4 — Rizzini estuda as origens e difusão da imprensa, antes que assumisse a forma e dominasse as técnicas que lhe deram o nome, quando valia apenas como transmissão de informações, e depois da introdução da tipografia, quando as fôlhas se vulgarizaram nas principais cidades européias. É informação externa que, quando se refere ao Brasil, abrange apenas o início da imprensa.

5 — A biografia de Hipólito da Costa por Mecnas Dourado permite verificar o quadro político em que trabalhou o jornalista, a orientação que deu ao *Correio Brasiliense*, o papel que êste desempenhou nas alterações daquela fase, elucidando, por outro lado, muitos aspectos da vida de Hipólito da Costa que vinham sendo objeto de controvérsias e de dúvidas.

6 — Gondin da Fonseca traça as linhas mestras do início do jornalismo carioca, quando a Côrte conhecia apenas uma fôlha, a oficial, e era uma aldeia ou pouco mais do que isso. Na sua maneira leve de contar, Gondin alinha os dados fundamentais que caracterizaram o ambiente do alvorecer da imprensa em nosso País e de seu desenvolvimento posterior.

7 — Trabalho de pesquisa, extenso na informação, o de Hélio Viana esmiúça problemas da imprensa brasileira, desde os seus pri-

meios tempos, mostrando as suas origens, as suas características, as suas deficiências, e apresentando os pasquins e seu papel, as revistas e jornais dotados de alguma estabilidade, os homens que os fizeram e as lutas que travaram.

8— Foi *A Malagueta* um dos pequenos jornais típicos da fase inicial da imprensa brasileira, redigido com extrema virulência, destinado a servir a determinadas paixões, colocando-se unilateralmente, todo voltado para o problema que havia motivado o seu aparecimento, escrito quase tão-somente por um homem, e com a vida curta que foi traço comum ao tipo.

9 — *O Tamoyo* nos mostra como ainda personagens da importância e da lucidez de José Bonifácio não recuaram diante das injunções do tempo, lançando-se ao empreendimento de fazer um jornal à feição popular, com as suas arestas, a sua violência de linguagem, o seu apêgo apaixonado aos critérios pessoais. *O Tamoyo* é documento de primeira ordem para a caracterização da imprensa brasileira em sua fase inicial.

10 — Resultado de extraordinário esforço de pesquisa, o trabalho de Herman Lima, ricamente ilustrado, reconstitui o desenvolvimento da *charge*, da caricatura, da ilustração e, também, das técnicas que as permitiram.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — RIBEIRO, J. S. — *História dos estabelecimentos científicos* — Lisboa — 1871.
- 2 — ANSELMO, ANTÔNIO JOAQUIM — *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI* — Lisboa — 1926.
- 3 — CARVALHO, ALFREDO DE — *Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821 a 1908* — Recife — 1908.
- 4 — FREITAS, AFONSO DE A. — *A imprensa periódica de São Paulo* — S. Paulo — 1915.
- 5 — TÖRRES, JOÃO N. e CARVALHO, ALFREDO DE — *Anais da Imprensa da Bahia* — Bahia — 1911.
- 6 — CABRAL, A. DO VALE — *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822* — Rio — 1881.
- 7 — AZEVEDO, MOREIRA DE — *Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro* — Rio — 1865.
- 8 — CÍCERO, ANTÔNIO — *A Imprensa, ontem e hoje, no Brasil, na América, Europa, Ásia, África e Oceânia* — Rio — 1933.

- 9 — FIGUEIREDO, ANTÔNIO — *Memórias de um jornalista* — S. Paulo — 1933.
- 10 — GOETA, AUGUSTO — *Líbero Badaró* — S. Paulo — 1944.
- 11 — MENUCCI, SUD — *História do Diário Oficial* — S. Paulo — 1934.
- 12 — NOBRE, JOSÉ DE FREITAS — *História da Imprensa de São Paulo* — S. Paulo — 1959.
- 13 — SILVA, MANUEL CÍCERO PEREGRINO DA — *O patriarca dos jornalistas brasileiros* — Rio — 1923.
- 14 — BELIDO, REMÍGIO DE — *Catálogo dos jornais paraenses, 1822-1908* — Pará — 1908.
- 15 — MARTINS, ROMÁRIO — *Catálogo dos jornais publicados no Paraná de 1854 à 1907* — Curitiba — 1908.
- 16 — STUDART, BARÃO DE — *Para a história do jornalismo cearnense, 1824-1924* — Fortaleza — 1924.
- 17 — ERICKSEN, NESTOR — *A Imprensa no Rio Grande do Sul* — Pôrto Alegre — 1941.
- 18 — COSTA FILHO, MIGUEL — *A Imprensa mineira no primeiro reinado* — Rio — 1955.
- 19 — PASSOS, ALEXANDRE — *A Imprensa no período colonial* — Rio — 1952.
- 20 — GONZAGA, ALCIDES — *Homens e coisas de jornal* — Pôrto Alegre — 1945.

Os Costumes

1. VIAJANTES

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Com o advento da Revolução Comercial — de que surgiu o descobrimento do Brasil e, depois, a sua colonização — apareceu também a curiosidade do mundo. A estrutura medieval, realmente, fechara sobre si mesma as organizações coletivas, a aldeia, a cidade, o castelo, a corporação, a universidade, o convento. Pouco transpirava delas e nem nelas havia preocupação com o exterior e com o distante — não se debruçavam sobre outros horizontes que não os dos arredores. A imagem do castelo roqueiro, dominando a paisagem, espelha êsse alheamento irreduzível, em que o saber se confinava em uns poucos homens, agrupados quase que em corporações, enquanto nestas os conhecimentos profissionais apenas se transmitiam num círculo hermético e nêle ficavam reduzidos. A expansão comercial, ampliando a área de aplicação das trocas, traria a necessidade dos contatos entre gente diversa, a curiosidade a respeito de seus usos, costumes, crenças, línguas.

Como cada época cria os instrumentos de que necessita, com que satisfaz e expande os seus impulsos, a navegação oceânica, oriunda da transferência do comércio da área do Mediterrâneo para a dos oceanos, conheceu aperfeiçoamentos que a tornaram apta às rotas novas e longas. A onda islâmica e as Cruzadas haviam já produzido os seus efeitos, acarretando migrações extensas e confinando dois tipos de cultura de tal sorte que os povos cristãos — numa fase em que europeu e cristão eram sinônimos — receberam a herança de saber dos árabes nos setores necessários ao impulso oceânico.

O homem começa, então, a deslocar-se em tôdas as direções, num mundo sôbre o qual circulavam as lendas mais estranhas. As viagens e os livros de viagens — que a imprensa possibilitaria, como técnica apropriada a uma fase de expansão e desenvolvimento dos conhecimentos — são problemas que começam a aparecer nessa época e cujo interêsse cresce sempre. É sôbre as notícias de terras distantes e de gente até então desconhecida que se levanta a curiosa teia em tórno da qual as utopias traçam as suas imagens e idéias de um mundo melhor, forma natural de protesto contra um mundo em transformação. É quando Harrington dedica a Cromwell a sua obra *The Commonwealth of Ocean*, recomendando aos políticos, o estudo de história e viagens.

O século XVI assiste a essa transformação interessante da insatisfação humana, dando-lhe, com as descobertas e navegações de longo curso, possibilidades de objetivá-la. De tal sorte que, em 1598, 1599 e 1600 aparecem, sucessivamente, os três volumes da coleção do inglês H. Hakluyt, *Principais navegações, viagens, comércio e descobertas da nação inglesa*. De 1590 a 1634 publica-se a coleção de Teodoro de Bry. As coleções de viagens de Samuel Purchas surgem de 1613 a 1626. Organizam-se sociedades e instituições destinadas à vulgarização do livro de viagens. A curiosidade das terras distantes não cessa de se desenvolver, atravessa o seiscentos e o setecentos, chega ao oitocentos, quando passa a sofrer transformação curiosa, imposta pelas alterações nos meios de produção — transformação que se objetiva na mudança da pura curiosidade de países e gentes longínquas para a curiosidade científica, isto é, da busca e pesquisa, da observação meticulosa em terras afastadas

para confirmação de teorias ou hipóteses levantadas nos meios europeus.

O surto da Revolução Industrial é a causa dessa transformação, estreitamente ligada à pesquisa científica, primeiro no que se realiza no campo das ciências da natureza, depois no que se realiza no campo das ciências do homem e da sociedade. Viagens prolongadas, obedecendo a critérios sistemáticos e fins determinados são feitas por sábios de diversas nações, à procura de elementos ou dados para as suas pesquisas particulares e especializadas. Todo o movimento transformista está ligado a essa busca infatigável do conhecimento a respeito do homem de todas as latitudes.

O Brasil foi, desde o seu aparecimento na História, visitado por estrangeiros de todos os tipos e percorrido, sob os mais diversos motivos de interesse, por nacionais e alienígenas. A respeito de nossa terra, a maior parte deles escreveu livros interessantes. Na relação desses livros, que alguns investigadores têm organizado, comentado e arrolado, existe, certamente, muita coisa desestimável, obra de pura exploração, do exagêro descomedido, da mania de causar espanto, aventura, inverdade, cego desabafo ou incompreensão irredutível. Mas existem também, e até com abundância, depoimentos de inegável interesse, insubstituíveis em muitos casos, para estudos de determinadas regiões e de determinados problemas, escritos por homens de ciência ou por simples viajantes ou por criaturas dedicadas a alguma tarefa específica, como a do comércio, cheio de cuidadosa observação e de informações que merecem fé. Não há quem possa, na verdade, fazer estudo apurado do Brasil, particularmente do Brasil antigo, da fase colonial e mesmo da fase imperial, sem a consulta a tais relatos. Mesmo os mentirosos vulgares, cuja impostura é transparente, guardam algum interesse, têm alguma coisa a oferecer, contribuem com qualquer observação.

Os autores e obras indicadas vão segundo a ordem de chegada ao Brasil, do primeiro ao século atual, salvo aqueles cuja finalidade ficou circunscrita a determinado terreno, por motivos de Ciência, e que vão arrolados em outros capítulos. Aqui figuram alguns, entretanto, que, embora especializados, seja em tema geográfico, seja em tema antropológico, seja em tema outro, têm observações interessantes a respeito da vida brasileira.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — THEVET, ANDRÉ — *Singularidades da França Antártica a que outros chamam América* — Tradução, prefácio e notas de Estêvão Pinto — S. Paulo — 1944.
- 2 — LÉRY, JEAN DE — *Viagem à terra do Brasil* — Tradução e notas de Sérgio Milliet — S. Paulo — 1941.
- 3 — LEITE, FRANCISCO RODRIGUES — *Jean de Léry, viajante de singularidades* — S. Paulo — 1946.
- 4 — KNIVET, ANTHONY — *Vária fortuna e estranhos fados* — Versão de Guiomar de Carvalho Franco — Notas e referências de Francisco de Assis Carvalho Franco — S. Paulo — 1947.
- 5 — ABBEVILLE, CLAUDE D' — *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas* — Tradução de Sérgio Milliet — Introdução e notas de Rodolfo Garcia — S. Paulo — 1945.
- 6 — SEPP, ANTÔNIO — *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos* — Introdução e notas de Wolfgang Hoffman Harnisch — Tradução de A. Raimundo Schneider — S. Paulo — 1943.
- 7 — CONDAMINE, C. M. DE LA — *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas* — Tradução de Cândido Jucá (filho) — Notas de Basílio de Magalhães — Rio — 1944.
- 8 — LUCCOCK, JOHN — *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil* — Tradução de Milton da Silva Rodrigues — S. Paulo — 1942.
- 9 — MAWE, JOHN — *Viagens ao interior do Brasil principalmente aos Distritos do Ouro e dos Diamantes* — Tradução de Solena Benevides Viana — Introdução e notas de Clado Ribeiro de Lessa — Rio — 1944.
- 10 — KOSTER, HENRY — *Viagens ao Nordeste do Brasil* — Tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo — S. Paulo — 1942.
- 11 — MAXIMILIANO, PRINCIPE DE WIED NEWIED — *Viagem ao Brasil* — Tradução de Edgar Süsskind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo — Refundida e anotada por Olivério Pinto — S. Paulo — 1940.
- 12 — SAINT-HILAIRE, AUGUSTO DE — *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa — 2 vols. — S. Paulo — 1938.

- 13 — SAINT-HILAIRE, AUGUSTO DE — *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil* — Tradução de Leonam de Azevedo Pena — S. Paulo — 1921.
- 14 — SAINT-HILAIRE, AUGUSTO DE — *Segunda viagem ao interior do Brasil. Espírito Santo* — Tradução de Carlos Madeira — S. Paulo — 1936.
- 15 — SAINT-HILAIRE, AUGUSTO DE — *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás* — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa — 2 vols. — S. Paulo — 1937.
- 16 — SAINT-HILAIRE, AUGUSTO DE — *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai* — Tradução e prefácio de Rúbens Borba de Moraes — S. Paulo — 1940.
- 17 — SAINT-HILAIRE, AUGUSTO DE — *Viagem à Província de Santa Catarina (1820)* — Tradução e prefácio de Carlos da Costa Pereira — S. Paulo — 1936.
- 18 — SAINT-HILAIRE, AUGUSTO DE — *Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-21* — 2.^a edição — Tradução de Leonam de Azevedo Pena — S. Paulo — 1939.
- 19 — SAINT-HILAIRE, AUGUSTO DE — *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)* — Tradução de Afonso de E. Taunay — 2.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 20 — DEBRET, JEAN BAPTISTE — *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* — Tradução e notas de Sérgio Milliet — Introdução de Rúbens Borba de Moraes — 2 vols. — S. Paulo — 1940.
- 21 — ALINCOURT, LUIS D' — *Memória sobre a viagem do pôrto de Santos à cidade de Cuiabá* — Introdução de Afonso de E. Taunay — S. Paulo — 1953.
- 22 — SPIX, J. B. VON, e MARTIUS, C. F. P. VON — *Viagem pelo Brasil* — Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer — Revisão de B. F. Ramiz Galvão e Basílio de Magalhães — Notas de Basílio de Magalhães — 4 vols. — Rio — 1938.
- 23 — GRAHAM, MARIA — *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse País durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823* — S. Paulo — 1956.
- 24 — SEIDLER, CARL — *Dez anos no Brasil* — Tradução e notas de Bertoldo Klinger — Prefácio e notas de F. de Paula Cidade — S. Paulo — 1941.
- 25 — ISABELLE, ARSENE — *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul* — Tradução e nota de Teodomiro Tostes — Introdução de Augusto Meyer — Rio — 1949.
- 26 — RUGENDAS, JOÃO MAURÍCIO — *Viagem pitoresca através do Brasil* — S. Paulo — 1940.
- 27 — GARDNER, GEORGE — *Viagens no Brasil principalmente nas Províncias do Norte e nos Distritos de Ouro e do Diamante*

- durante os anos de 1836-1841 — Tradução de Albertino Pinheiro — S. Paulo — 1942.
- 28 — KIDDER, DANIEL P. — *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil. (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)* — Tradução de Moacir N. Vasconcelos — 2 vols. — São Paulo — 1940/1943.
 - 29 — CASTELNAU, FRANCIS — *Expedição às regiões centrais da América do Sul* — Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto — 2 vols. — S. Paulo — 1949.
 - 30 — WALLACE, ALFRED RUSSEL — *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro* — Tradução de Orlando Tôrres — Notas e revisão de Basílio de Magalhães — S. Paulo — 1939.
 - 31 — BATES, HENRY WALTER — *O naturalista no rio Amazonas* — Tradução, prefácio e notas de C. de Melo-Leitão — 2 vols. — S. Paulo — 1944.
 - 32 — BURMEISTER, HERMANN — *Viagem ao Brasil. Através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* — Tradução de Manuel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt — Nota biobibliográfica de Augusto Meyer — S. Paulo — 1952.
 - 33 — KIDDER, D. P. e FLETCHER, J. C. — *O Brasil e os brasileiros. (Esbôço histórico e descritivo)* — Tradução de Elias Dolianiti — Revisão e notas de Edgard Sússekind de Mendonça — 2 vols. — S. Paulo — 1941.
 - 34 — DAVATZ, THOMAZ — *Memórias de um colono no Brasil. (1850)* — Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Holanda — S. Paulo — 1941.
 - 35 — RIBEYROLLES, CHARLES — *Brasil pitoresco. História. Descrições. Viagens. Colonização. Instituições* — Gravuras de Victor Frond — Tradução e notas de Gastão Penalva — Prefácio de Afonso de E. Taunay — 2 vols. — S. Paulo — 1941.
 - 36 — BIARD, F. — *Dois anos no Brasil* — Tradução de Mário Sete — S. Paulo — 1945.
 - 37 — ZALUAR, AUGUSTO EMÍLIO — *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)* — Prefácio de Afonso de E. Taunay — S. Paulo — 1953.
 - 38 — EXPILLY, CHARLES — *Mulheres e costumes do Brasil* — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penalva — S. Paulo — 1935.
 - 39 — AGASSIZ, LUÍS e AGASSIZ, ELIZABETH CARY — *Viagem ao Brasil. (1865-1866)* — Tradução de Edgar Sússekind de Mendonça — S. Paulo — 1938.
 - 40 — BURTON, RICHARD F. — *Viagens aos planaltos do Brasil (1868)* — I — *Do Rio de Janeiro a Morro Velho* — S. Paulo — 1941.

- 41 — KOSERITZ, CARL VON — *Imagens do Brasil* — Tradução, prefácio e notas de Afonso Arinos de Melo Franco — São Paulo — 1943.
- 42 — STEINEN, KARL VON DEN — *O Brasil Central* — Tradução de Catarina Baratz Canabrava — S. Paulo — 1942.
- 43 — STEINEN, KARL VON DEN — *Entre os aborígenes do Brasil Central* — Tradução de Egon Schaden — Prefácio de Herbert Baldus — S. Paulo — 1940.
- 44 — LECLERC, MAX — *Cartas do Brasil* — Tradução, prefácio e notas de Sérgio Milliet — S. Paulo — 1942.
- 45 — COUDREAU, HENRI — *Viagem ao Tapajós* — Tradução de A. de Miranda Bastos — Anotações de Raimundo Pereira Brasil — S. Paulo — s.d.
- 46 — ROOSEVELT, THEODORE — *Através do sertão do Brasil* — Tradução de Conrado Erichsen — S. Paulo — 1944.
- 47 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *Visitantes do Brasil colonial. (Séculos XVI — XVIII)* — 2.^a edição — S. Paulo — 1938.
- 48 — MELO-LEITÃO, C. DE — *Visitantes do Primeiro Império* — Prefácio de Afonso de E. Taunay — S. Paulo — 1934.
- 49 — MELO-LEITÃO, C. DE — *História das expedições científicas no Brasil* — S. Paulo — 1941.
- 50 — MELO-LEITÃO, C. DE — *O Brasil visto pelo ingleses* — S. Paulo — 1937.
- 51 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *Rio de Janeiro de antanho. Impressões de viajantes estrangeiros* — S. Paulo — 1942.

OBSERVAÇÕES

1 — André Thevet, nascido em Angoulême, França, 1502, viajou pelo Mediterrâneo e Oriente Próximo, ganhando fama como narrador de impressões de terras distantes. Frade dominicano, veio ao Brasil em 1555, regressando após três meses de estada na Guanabara, mas já em 1556. A primeira edição de seu livro apareceu em 1557, em Paris, encontrando muita curiosidade pois várias foram as reedições. Gaffarel, em 1878, organizou a melhor, com mais de seiscentas notas — sobre ela foi calcada a tradução brasileira aqui indicada. Thevet tem grande interesse etnográfico e até mesmo nosológico. Seus críticos atribuem-lhe grande fidelidade a respeito do que conheceu pessoalmente, embora lhe reconheçam exageros quanto ao que mencionou por ouvir de outros. Discute-se a possibilidade de ter estado no Brasil em 1550. Desde o aparecimento de seu livro, surgiu a controvérsia a propósito da coincidência entre o seu depoimento e o de Léry.

2 — Jean de Léry nasceu em 1534. De origem humilde, simples sapateiro, ascendeu com grande esforço no campo dos conhecimentos. Veio ao Brasil em 1557, colaborar com Villegagnon, regressando no ano seguinte. Seu livro apareceu em 1578, em La Rochelle. Já em 1580, em Genebra, aparecia a segunda edição; a terceira é de 1585, a quarta de 1594, a quinta de 1599, a sexta de 1600. A edição Lemerre, de 1878, preparada por Gaffarel, foi calcada na segunda. Alencar Araripe traduziu-a para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mas, sem condições para conhecer perfeitamente o francês do século XVI, desfigurou-a. A tradução indicada merece toda confiança. Contém o colóquio na língua brasileira e notas tupinológicas de Plínio Airosa. Léry faleceu em 1611. Seu livro tem valor etnológico, histórico e até musical.

3 — Francisco Rodrigues Leite, em estudo publicado no número CVIII da "Revista do Arquivo Municipal de São Paulo", tirado em separata em 1946, aborda largamente a questão Léry-Thevet. Trata-se de estudo comparado, com exegese dos textos daqueles dois viajantes, em que o ensaísta aprofunda a questão da precedência e, conseqüentemente, a do plágio. Conclui pela falsidade de Léry. Além do interesse que o problema oferece, em si mesmo, existe no trabalho mencionado um outro, que é a exposição metódica das observações de cada um dos viajantes e a discussão da veracidade de suas observações.

4 — Knivet acompanhou Cavendish na sua segunda e desastrosa viagem de circunavegação, quando conheceu o litoral sul do Brasil e principalmente as regiões de Santos, São Sebastião e Rio de Janeiro, em 1592. Abandonado como doente, aprisionado pelos portugueses, fugitivo, participando das lutas entre colonizadores e índios, Knivet fez muitas observações importantes e o seu relato é dos mais preciosos para conhecimento do Brasil dos fins do século XVI, na zona sul.

5 — Abeville esteve no Brasil em 1612, regressando no ano seguinte. De sua estada no Maranhão deixou o livro indicado, que apareceu em Paris, em 1614. Dêle existe, em nossa língua, a péssima tradução de César Augusto Marques, de 1876, cedo reconhecida como tal. Paulo Prado, em 1922, organizou a edição reduzida e fac-similar que logo desapareceu nas bibliotecas e não impediu que reaparecesse, em 1928, o texto de César Augusto Marques. O frade normando deixou contribuição apreciável sobre etnografia brasileira e ainda a respeito do domínio francês na ilha do Maranhão.

6 — Antônio Sepp von Rechegg nasceu no Tirol, em 1655, ingressando na Companhia de Jesus em 1574. Partiu de Cádiz com destino ao Prata, em 1691. Começou a trabalhar em Yapeyú e depois se transferiu para São Miguel, antes da estada ali de Primoli, o construtor da catedral, que nela empregou a sua atividade e a sua arte

entre 1735 e 1744. Sepp morreu em 1733, com setenta e oito anos, quarenta e um passados nas Missões. Seu livro baseia-se em cartas, dirigidas ao irmão na Alemanha, escritas em 1691. A primeira edição em livro apareceu em 1698, em Nuremberg, e parece que teve três reedições. Os *Trabalhos* são de 1701, sendo editados em 1710, e abrangem acontecimentos decorridos entre 1693 e 1701. O depoimento de Sepp interessa à área do Rio Grande do Sul.

7 — Fazendo parte da expedição organizada pela Academia de Ciências, La Condamine desceu o Amazonas em 1743/1744, deixando suas observações em livro que apareceu em Paris, em 1745. O cientista, que foi primeiro militar, nasceu em Paris, em 1701, e faleceu em 1794. O depoimento de La Condamine é muito mais útil como fonte de estudos geográficos do que como fonte para estudos de costumes, mas não deixa de ter interêsse também neste segundo campo.

8 — A abertura dos portos brasileiros a todos os navios e do mercado a todos os comerciantes, quebrando a clausura e o regime de monopólio comercial e abrindo as mais amplas perspectivas para a autonomia política, motivou um interêsse imediato da parte de todos aqueles que pretendiam rápido enriquecimento pela exploração de uma área nova para as trocas. O caso de Luccock foi precisamente este e, como tantos outros, assim que lhe foi possível, atirou-se ao Brasil. A maioria dos que vieram nas mesmas condições não encontrou o quadro que esperava: desconhecendo as características do meio, traziam tais mercadores objetos que não tinham aplicação no Brasil àquele tempo. Isto desiludiu a muitos e tornou-os pessimistas, maldizendo o País. Luccock, que percorreu a Córte e as Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e viveu dez anos no Brasil, entre 1808 e 1818, não deixou no seu depoimento sinais visíveis do infortúnio comercial. Em 1820, em Londres, aparecia o seu livro, que Varnhagen considerou "a mais fiel pintura do verdadeiro estado material, moral e intelectual em que estava a Capital do Brasil à chegada da Família Real". Luccock, em seu prefácio com a sem-cerimônia dos tempos, indica que "vê no progresso do Brasil um benefício para a humanidade tôda e, muito especialmente, para os domínios britânicos."

9 — John Mawe consumiu quinze anos em viagens marítimas. Numa delas, saindo de Cádiz em 1804, com destino ao Rio da Prata, só em 1805 chegou a Montevidéu onde foi prêso, ao desembarcar, como espião inglês. Libertado em 1806, pela intervenção de Beresford, veio ao Brasil, no ano seguinte e, com permissão do Príncipe D. João, percorreu a região mineradora em 1809 e 1810. Em seu livro, editado em Londres, em 1812, Mawe deixou registradas rápidas observações sobre as zonas litorâneas de Santa Catarina e São Paulo e sobre o Rio de Janeiro e arredores. O forte de sua contribuição,

entretanto, está no que escreveu a respeito de Minas Gerais, não apenas sobre os costumes mas também sobre processos de trabalho e instrumentos empregados na mineração. Mawe, que depois voltou a Londres e abriu loja de sua especialidade, faleceu em 1829, aos sessenta e cinco anos. Seu livro foi bastante divulgado na Europa e nos Estados Unidos. Hipólito da Costa elogiou-o no *Correio Brasiliense*.

10 — Filho de ingleses, nascido em Portugal, Henry Koster chegou ao Recife em dezembro de 1809, percorreu os arredores, a Paraíba e o Ceará, varando pelo interior até Fortaleza e retornando pelo Rio Grande do Norte. Foi mais tarde ao Maranhão. Seguiu para a Inglaterra, em 1811, mas voltou no mesmo ano, para afazendar-se em Jaguaribe, próximo a Recife, transferindo-se depois para Itamaracá. Voltou à Inglaterra em 1815 e, em 1816, publicou o seu livro, sobre cuja segunda edição, de 1817, é calcada a que indicamos. Koster regressou a Pernambuco, em 1817, para falecer, parece que em 1820. Sua exatidão nas observações, sua fidelidade ao real, sua sinceridade e também a compreensão com que viu as nossas coisas lhe valeram uma estima especial, como testemunha, além daquela que parece ter gozado quando viveu entre nós. Chamaram-no "o exato Koster" os que o leram, como o chamavam Henrique da Costa os que o conheceram. Nesta edição tem importância destacada as notas de Luís da Câmara Cascudo, que estabelece modelo para a tradução do livro de viajantes estrangeiros antigos.

1 — Maximiliano, Príncipe de Wied Newied, homem de ciência, viajou pelo Brasil entre 1815 e 1817, pela Côrte e Províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e parte de Minas Gerais, escrevendo livro exato e minucioso, publicado em 1820, seguindo-se outra edição, de 1821, ambas em dois volumes, uma em grande e outra em pequeno formato, a que se seguiram edições em várias línguas. Interessante pelas observações sobre a fauna, mas também sobre os costumes, com abundante documentação etnográfica.

12 — Saint-Hilaire nasceu em Orleães, em 1779, e ali morreu, em 1813. Estudou Botânica e, em 1816, veio ao Brasil com o Duque de Luxemburgo, Embaixador extraordinário da França. Percorreu as Províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Cisplatina e as chamadas Missões do Paraguai. Regressou à França em julho de 1822, às vésperas da Independência, e começou a publicar em 1824, a sua *Flora Brasiliae Meridionalis*, com a colaboração de Jussieu e Cambessedès. A coleção de suas viagens consta de nove volumes, o último só aparecido em 1887, graças a Dreusy, muito depois do falecimento do autor, compreendendo a viagem ao Rio Grande do Sul. A obra, aqui referida, constituiu a primeira parte de suas *Voyages*, tendo aparecido em Paris, em 1830, em dois volumes. O itinerário do viajante, nesta sua primeira viagem, foi: Rio — Ubá — Barbacena — Ouro

Prêto — Mariana — Itabira — Fanado — Arassuaí — Formigas — Contendas, percorrido entre dezembro de 1816 e setembro de 1817, terminando às portas do Distrito Diamantino. Nesta como nas demais obras em que descreveu suas viagens, Saint-Hilaire é o observador exato, minucioso, quase sempre compreensivo, que passou a constituir a mais preciosa talvez das fontes para o estudo do Brasil dos fins da fase colonial.

13 — De 22 de setembro de 1817 a 30 de setembro de 1818, Saint-Hilaire percorreu o itinerário: Tijuco — Caeté — Sabará — Ouro Preto — Congonhas — São João d'El-Rei — Rio — Saquarema — Araruama — Cabo Frio — São João da Barra — Campos, penetrando depois no Espírito Santo. A edição original, em dois volumes, é de 1833, em Paris. Contém ainda este volume o "Resumo histórico das revoluções do Brasil, da chegada de D. João VI à abdicação de D. Pedro".

14 — Em 1818, Saint-Hilaire percorreu o Espírito Santo pelo itinerário: Itapemirim — Guarapari — Vitória — Rio Doce — Vitória, regressando ao Rio de Janeiro por mar. Tem um esboço histórico da Província do Espírito Santo.

15 — O volume anterior é a segunda parte, e estes constituem a terceira das *Voyages*, editada em Paris, em 1847. Saint-Hilaire seguiu o itinerário: Rio — Ubá — São João d'El-Rei — Formiga — Araxá — Paracatu — Santa Luzia — Jaraguá — Goiás — Santa Cruz, encerrado com o regresso via Província de São Paulo e percorrido entre 26 de janeiro e 24 de setembro de 1819.

16 — Saint-Hilaire entrou na Província de São Paulo pelo roteiro dos boiadeiros, transpondo o rio Grande em direção a Franca. Chegou à Capital por Moji Mirim, Campinas e Jundiá, deixando-a rumo a Itapeva da Faxina, por Sorocaba e Itapetininga. Transpôs o rio Grande em setembro de 1891 e deixou Itararé em janeiro de 1820. O volume contém um "Quadro resumido da Província de São Paulo" que não perdeu o interesse. O "Resumo de uma viagem no interior do Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai" foi lido por Saint-Hilaire na Academia de Ciências, em Paris.

17 — Da edição francesa, de 1851, intitulada *Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et Sainte-Catherine*. Itinerário seguido pelo autor: Guratuba — São Francisco — Destêro — Laguna — Mampituba, percorrido em 1820, com destino ao Rio Grande do Sul.

18 — Em 5 de junho de 1820, Saint-Hilaire transpôs o Mampituba e penetrou no Rio Grande do Sul, ganhando Porto Alegre pelo roteiro do litoral. Daí, foi a São Borja, cortando toda a Província e atingindo as barrancas do Uruguai, naquela cidade, em 24 de junho de 1821.

19 — Regressando da viagem ao Rio Grande do Sul, de onde passara ao Prata, e que foi a última que fez no Brasil, na série ini-

ciada em 1816, Saint-Hilaire encontrou as coleções referentes à flora das Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, que deixara aos cuidados de pessoa que lhe parecera merecer confiança, no Rio, quase totalmente danificadas. Isso o forçou a refazer a viagem com que iniciara as suas peregrinações pelo interior brasileiro, na zona centro-sul. Daí a segunda viagem na zona antes mencionada, seguindo agora itinerário um pouco diferente: Rio — Valença — Barbacena — São João d'El-Rei — Airuoca — Baependi — Pouso Alto — Cachoeira — Lorena — Taubaté — Moji das Cruzes — S. Paulo — Areias — Bananal — São João Marcos — Itaguaí — Rio. Percorreu-o entre 29 de janeiro e 4 de maio de 1822. Gastou menos de cento e dez mil-réis em mantimentos e utensílios para a referida viagem, e de tudo dá contas com a sua costumeira minúcia. Passou esta, assim, a ser a sua última viagem, embora em zona já percorrida.

20 — Debret nasceu em Paris, em 1768. Tinha já renome como pintor quando decidiu, por desgosto, em 1816, vir ao Brasil, com a missão artística francesa pedida por D. João VI a fim de fundar a Academia de Belas Artes. Aqui viveu quinze anos, regressando à França, em 1831, logo após o Sete de Abril. Levava seu discípulo preferido, Manuel de Araújo Porto Alegre. Publicou o seu livro, em três volumes, entre 1834 e 1839, em Paris. O Governo brasileiro concedeu-lhe, em 1837, uma pensão e Debret faleceu, em 1848, aos oitenta anos. Quando de seu aparecimento, a obra mereceu no Brasil severas críticas e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acharia chocante que alguém pintasse costumes populares e escravos com tanto realismo. A obra, entretanto, tornou-se, desde logo, estimada por quantos a compreenderam e passou a ser das mais disputadas raridades. Se o texto é de boa qualidade, a iconografia constitui, sem a menor dúvida, o maior documentário da vida brasileira, apanhada em flagrante de um realismo e de uma exatidão inexcusáveis, que valem por copiosas descrições e as substituem com vantagem. Representa a melhor fonte de estudos para a compreensão do Brasil da fase da Independência.

21 — Nascido em 1787, em Oeiras, Portugal, D'Alincourt veio para o Brasil em 1809, aqui se radicou e faleceu major de engenheiros, em 1841. Sua viagem ocorreu em 1818, por São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, aparecendo impressa em 1825. Sua narrativa é quase sempre seca mas por vezes útil e sempre fiel. O volume contém ainda a sua "Memória acerca da fronteira da Província de Mato Grosso, organizada em Cuiabá, no ano de 1826", um dos melhores trabalhos militares e geográficos que deixou.

22 — Carlos Frederico Filipe von Martius nasceu na Baviera, em 1749, falecendo em Munique, em 1868. Chegou ao Brasil em junho de 1817, em companhia de João Batista von Spix, na missão científica enviada pelo grão-duque da Toscana. Os dois homens de

ciência percorreram as Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Pará e Amazonas, realizando trabalhos e observações que interessam à Geografia, à Etnografia, à Botânica e à Zoologia. De sua narrativa de viagens, Manuel Augusto Pirajá da Silva traduziu, em 1916, a parte referente à Bahia, com erudita nota de Teodoro Sampaio servindo de introdução (*Através da Bahia. Excertos da obra Reise in Brasilien* — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf — 3.^a edição — S. Paulo — 1938). A edição indicada é completa, em quatro volumes, sendo o quarto de estampas, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Spix e Martius realizaram as suas viagens entre 1817 e 1820. A edição original apareceu em três volumes, entre 1823 e 1831. Além do livro de viagens, Martius publicou, no que diz respeito ao Brasil, o trabalho *Plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil, abrangendo as suas partes política, civil, eclesiástica e literária*, premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1847, bastante discutido, apresentado por alguns como modelo e combatido por outros, como Sílvia Romero; *História natural das palmeiras; Plantas e animais da América Tropical; A natureza, as doenças, a arte médica e os remédios dos habitantes primitivos do Brasil*, este, também já traduzido (*Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* — Tradução, prefácio e notas de Pirajá da Silva — S. Paulo — 1939); os *Glossários das línguas indígenas do Brasil*; e a famosa *Flora Brasiliensis*, continuada por Eichler, Moban e Engler, desde que Spix faleceu em 1827.

23 — Maria Graham nasceu em Papcastle, na Inglaterra, em 1785. Estêve no Brasil, em 1821, vindo como professora de bordo, na fragata comandada por seu marido, passando pelo Recife, Bahia e Rio de Janeiro. Foi ao Chile e voltou ao Brasil em companhia de Cochrane, já viúva e aqui permaneceu até fins de 1823 quando viajou para a Inglaterra a fim de preparar-se para vir a ser preceptora dos filhos do imperador, regressando em agosto de 1824. Encontrou, então, a revolta pernambucana, tendo servido de intermediária entre os rebelados e a esquadra de bloqueio, de que Cochrane era comandante. Permaneceu nas funções a que se destinava até fins de 1825, exercendo-as com dificuldades pela oposição do imperador e intrigas palacianas. Manteve correspondência com a imperatriz, casando-se depois de seu regresso à Inglaterra, com Augusto Calcott, vindo a falecer em 1842. A narrativa de Maria Graham é um dos grandes depoimentos da fase entre a Independência e o Sete de Abril.

24 — Carl Seidler chegou ao Brasil em 1826 e percorreu, em serviço das armas, o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, regressando à Europa em 1833. Em 1836 apareceu, em Leipzig, a edição original de seu livro, escrito em 1833 ou no ano seguinte, cheio de exageros e de descomedimentos, mas guardando

inequívoco interesse apesar de tudo. Há de Seidler, ainda, já traduzido, o trabalho *História das guerras e revoluções do Brasil de 1825 a 1835* — Tradução e introdução de Alfredo de Carvalho — Prefácio de Sílvio Cravo — S. Paulo — 1930.

25 — Isabelle percorreu a zona platina entre 1830 e 1834, publicando o seu livro no Havre, em 1835. Radicado em Montevideu, professou profundo horror aos jesuítas e voltou tôdas as suas simpatias para os que defendiam as idéias liberais que eram as suas. Autor também de outra obra que nos diz respeito: *Émigration et colonisation dans la province brésilienne de Rio-Grande-du-Sud, la République Orientale de l'Uruguay et tout le Bassin de la Plata*, aparecida em Montevideu, em 1850. A narrativa da viagem de Isabelle no Rio Grande do Sul é interessante e compreensiva. Anuncia o ambiente que motivará a rebelião farroupilha.

26 — Rugendas veio ao Brasil com a expedição Langsdorff, contratado como desenhista. Aqui chegado, abandonou-a, no que teve sorte, sendo substituído por Amado Adriano Taunay, que viria a morrer afogado nas águas do Guaporé, tendo Langsdorff enlouquecido no sertão. O livro de Rugendas apareceu em suntuosa edição, feita em Paris, em 1835, em francês e alemão, na litografia Engelmann. Não se conhece o itinerário de Rugendas em suas viagens pelo Brasil, mas a fidelidade de seus desenhos permite supor que tenha percorrido os lugares que reproduz e conhecido as personagens típicas desses lugares. Rugendas é das fontes iconográficas mais importantes a respeito do nosso País. O texto de seu livro não está em correspondência com os desenhos, não tem a mesma qualidade, nem a mesma exatidão.

27 — Botânico, superintendente dos jardins reais de Ceilão, Gardner percorreu, entre 1836 e 1841, a Côte e as Províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Minas. Do sertão baiano foi ao Maranhão. Regressando a Ceilão, escreveu o seu livro, cuja primeira edição é de Londres, em 1846. Sobre a segunda, de 1849, foi calcada a tradução que indicamos. As observações especializadas de Gardner não tiram ao seu depoimento o interesse que oferece para o conhecimento do quadro de costumes brasileiros na quarta década do século XIX.

28 — Daniel Parrish Kidder nasceu em Darien, Estado de Nova Iorque, em 1815. Missionário metodista, veio ao Brasil em 1837. Falecendo-lhe aqui a esposa, regressou aos Estados Unidos, em 1840. Faleceu em 1891. O seu livro apareceu, em 1845, em Londres e Filadélfia, em dois volumes, o primeiro referente à viagem nas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, o segundo compreendendo a viagem nas Províncias do Norte. Não teve reedições. O livro de Kidder ficou inteiramente obscurecido pelo que apareceu com o seu nome e o de Fletcher, imerecidamente, pois a sua fidelidade lhe dá importância muito grande.

29 — Castelnau chegou ao Rio de Janeiro em 17 de junho de 1842 e realizou viagem balizada por Petrópolis — Ouro Preto — Sabará — Pitangui — Goiás — Cuiabá — Corumbá — Casalvasco, saindo para a Bolívia em 22 de junho de 1844. Desceu o Araguaia e subiu o Tocantins, antes de passar de Goiás a Mato Grosso. Derby não deu importância às suas observações geológicas e as de botânica são pobres, mas têm interesse para o conhecimento dos costumes, na Capital e no interior, ao aproximar-se o fim da primeira metade do século XIX. Em 1846, Castelnau desceu o Amazonas, mas esta parte não consta do texto de seu livro citado.

30 — Wallace nasceu em Usk, Inglaterra, em 1823. Especializando-se em História Natural, ligou-se a Henry Walter Bates, entomologista de renome, com o qual viajou pela Amazônia, de 1848 a 1852, trabalhando ora juntos, ora separados, até 1850. A edição original de seu livro é de 1853, em Londres. Wallace teve influência no desenvolvimento do transformismo e foi ainda um doutrinador social. Faleceu em 1913. Seu trabalho não tem apenas interesse científico, mas é útil para o conhecimento do quadro de costumes amazônicos.

31 — Bates nasceu em Leicester, Inglaterra, em 1825. Veio ao Brasil, em 1848, com Wallace, e aqui permaneceu até 1859. A edição original de seu livro apareceu em 1863, em Londres, em dois volumes, alcançando sucesso. Foi condensada, a partir da segunda edição. O texto desta tradução, em que também as notas são excelentes, é calcado na primeira inglesa. Darwin elogiou muito a contribuição de Bates, que sempre demonstrou simpatia pelo Brasil.

32 — Com Burmeister, alemão nascido em Stralsund, em 1807, e falecido em Buenos Aires, em 1892, entramos na segunda metade do século XIX. Professor de Zoologia e Geologia na Universidade de Halle, Burmeister chegou ao Rio de Janeiro em 1850 e daí partiu em viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde permaneceu algum tempo junto a Lund, na Lagoa Santa. Deixou o Brasil em 1851, viajando pela Argentina e acabou por fixar-se ali como diretor do Museu de Buenos Aires. A edição original de seu livro sobre o Brasil apareceu em Berlim em 1853. É também conhecido pela sua obra de viagens nos Estados platinos.

33 — James Cooley Fletcher nasceu em Indianópolis, nos Estados Unidos, em 1823. Pastor metodista, esteve em missão evangélica no Brasil, entre 1851 e 1865, salvo no intervalo entre os anos de 1854 e 1855 em que viajou para sua terra. Relacionou-se bastante no Brasil, chegando a ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com o assentimento de Kidder, ampliou-lhe a obra aqui antes referida, a respeito do nosso País, refundindo-a em alguns pontos e preenchendo alguns de seus vazios. As edições do livro que resultou desse trabalho, aparecido em Filadélfia, em 1857, sucederam-se de tal sorte que, no fim de dez anos, estava já na sétima, justamente

aquela que serviu de base para a tradução aqui indicada. Discute-se se o sucesso do livro teria sido maior ainda, falando José Carlos Rodrigues em nove edições, e Alfredo Carvalho em doze. De qualquer forma, tornou-se a obra principal de divulgação das coisas brasileiras nos Estados Unidos. Fletcher viajou pelo litoral e interior do Brasil, inclusive na Amazônia. O seu relato é minucioso e fiel.

34 — Davatz, suíço de nascimento, esteve no Brasil entre 1855 e 1857. Era mestre-escola em seu país e decidiu-se a tentar a aventura da América, estimulado por informações que julgou convincentes. Aqui, muito em contraste com tais informações, defrontou o trabalho servil e a iniciativa de Vergueiro, com a parceria, tentando fazer coexistir com aquele o trabalho livre. Davatz narra os desencontros e conflitos que isso provocou, num depoimento que tem grande interesse. Vale, na tradução, a nota introdutória de Sérgio Buarque de Holanda.

35 — Ribeyrolles nasceu em Mantel, França, em 1812. Veio para o Brasil em 1858 e aqui faleceu, em 1860. Trouxe-o à nossa terra o o fracasso do movimento francês de 1848, e aqui manteve as suas idéias liberais. Victor Frond estabeleceu-se no Rio de Janeiro na segunda década do século XIX. O trabalho escrito por um e ornamentado por outro com as fotografias apareceu em 1859, cheio de erros que o desfiguraram. Continha apenas a primeira parte. Abrange a Côrte e a Província do Rio de Janeiro, voltando-se particularmente para a cultura do café, de que nos dá uma informação interessante. O texto de Ribeyrolles é por vezes falho, mas a iconografia é impressionante. Salta à vista o horror do francês revolucionário à escravidão.

36 — Biard, artista francês, esteve no Brasil entre 1858 e 1860, percorrendo Pernambuco, Bahia, Rio, Espírito Santo, viajando por mar do Rio a Belém, penetrando o Amazonas e indo mesmo ao Baixo Madeira. Suas observações sofrem de exageros transparentes, o que não tira todo o interesse de seu livro.

37 — Português naturalizado brasileiro, Zaluar nasceu em Lisboa, em 1825, vindo a falecer no Rio, em 1882. Veio para o Brasil em 1849, morou em Vassouras, Paraíba do Sul e na Côrte, cidades em que exerceu o jornalismo e o ensino. A primeira edição de seu trabalho é de 1862, e esta a melhor das reedições. A viagem de que trata abrangeu a zona em que o café se expandia na época, e dela Zaluar nos dá uma informação muito nítida, minuciosa e importante, quer da paisagem física quer da paisagem humana.

38 — Expilly veio ao Brasil, em 1860, a negócios, com a idéia de que seriam mais fáceis do que foram. Abriu aqui uma fábrica de fósforos e acalentou a idéia de fundar uma Escola Normal. Seu livro, aparecido em Paris, em 1863, sucedeu a outro, que teve melhor sorte,

embora muito controvertido, *Le Brésil tel qu'il est*. Despeitado e exagerado em muitas de suas observações e fatos que apresenta, Expilly não deixou de fornecer quadro interessante da escravidão, sobre o qual o que não é verdadeiro é pelo menos verossímil.

39 — Luís Agassiz nasceu em Motier, Suíça, em 1807. Médico e cientista, trabalhou com Martius, antes de seguir para os Estados Unidos, em 1846, onde contraiu segundas núpcias e se radicou, falecendo em 1873. Autor de inúmeros trabalhos científicos sobre coisas brasileiras mas principalmente desta narrativa de viagens, aparecida em Boston, em 1868. Veio ao nosso País em 1865, chefiando a Expedição Thayer, de que faziam parte, entre outros, Charles F. Hartt, que publicaria, de regresso aos Estados Unidos, a *Geology and Physical Geography of Brazil*, e aqui voltou, com a Expedição Morgan (1870-1871), a que pertencia Orville Derby, mestre de uma geração brasileira de geólogos; e William James que se destacaria nos estudos de Filosofia e Psicologia Experimental, criando o pragmatismo. Agassiz percorreu a área próxima à Corte, Petrópolis e Juiz de Fora e, alcançando o Pará por via marítima, viajou pela Amazônia, além de conhecer pequena área do Ceará. Suas viagens findaram em 1866.

40 — Burton chegou ao Brasil em 1868, percorrendo a zona mineradora, em que penetrou pelo itinerário Rio — Petrópolis — Juiz de Fora — Barbacena — São João d'El-Rei — Congonhas — Morro Velho. Suas observações, que motivaram o livro aparecido pela primeira vez em Londres, em 1869, compreendendo dois volumes, são fiéis e importantes. Pena que esta tradução tenha ficado no primeiro volume.

41 — Koseritz nasceu em Dessau, Alemanha, em 1830. Veio para o Brasil, em 1851, como militar mercenário, chegou ao Rio e destinou-se ao Rio Grande do Sul, onde se radicaria. Depois de trinta e dois anos de permanência naquela Província, em cuja vida se destacou, como jornalista e como político, chegando a deputado provincial, uma vez que se naturalizara brasileiro, viajou ao Rio de Janeiro, de onde enviou em 1883 a correspondência que constituiria este livro, publicada no *Koseritz Deutsche Zeitung*, jornal que teve grande difusão nas zonas do povoamento germânico do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Editado em Leipzig, com prefácio de A. W. Sellin, o livro encontrou boa aceitação. Koseritz morreu aos cinquenta e seis anos, logo depois da proclamação da República, cujos adeptos no Rio Grande o perseguiram, apesar de ter sido ele sempre partidário do regime então vitorioso. O quadro da Corte que Koseritz fixou reflete bem o ambiente de decadência do Império. Augusto Meyer publicou, na *Revista do Livro*, parte da correspondência que, na mesma época da que constituiu o livro aqui indicado, foi remetida pelo jornalista ao sul.

42 — Karl von den Steinen nasceu em Muhlheim, Alemanha, em 1855. Médico psiquiatra, afeiçoou-se à Etnologia com os ensinamentos de Adolf Bastian. Sua primeira expedição ao Brasil, realizada em 1884, e de que resultou o livro indicado, destinava-se a completar as observações feitas pelo Príncipe Adalberto da Prússia, que percorrera o Xingu em 1843, apenas em parte. Coube a Steinen a parte antropológica e etnológica, distribuindo-se entre o físico Otto Clauss e o pintor Wilhelm von den Steinen os demais encargos. A viagem iniciou-se no Prata e terminou no Amazonas, através de Corumbá e Cuiabá. Obra de antropologia, etnografia e lingüística, rica entretanto em observações sobre os costumes, aparecida originalmente em 1886. A coleção de Steinen foi entregue ao Museu Etnológico de Berlim.

43 — Trata-se do relato da segunda expedição de Steinen, realizada em 1887. Nela, foi acompanhado por Paul Ehrenreich, nome que ficou incorporado aos estudos brasileiros. Embora a intenção fôsse puramente etnográfica, o relato contém observações que interessam ao estudo dos costumes. A edição original apareceu em 1894. A indicada é separata renumerada de publicação da *Revista do Arquivo Municipal*, de S. Paulo, números de XXXIV a LVIII.

44 — Max Leclerc veio ao Brasil logo após a proclamação da República, a serviço do *Journal des Débats* para o qual enviou correspondência, dos fins de 1889 aos primeiros meses de 1890. Incompreensivo algumas vezes, e até mesmo sarcástico, Leclerc viu, entretanto, com agudeza vários sintomas importantes, que denunciavam o ambiente em que eclodiria depois a Revolta da Armada.

45 — Henri Coudreau percorreu o Tapajós, de julho de 1895 a janeiro de 1896, e fixou suas observações em livro que apareceu em Paris em 1897, contendo não só informações geográficas e etnográficas, mas também estatísticas, lingüísticas, abrangendo até um vocabulário, e sobre os costumes.

46 — Theodore Roosevelt chegou ao Brasil, na foz do Apa, em 2 de dezembro de 1913. Foi ali recebido por Rondon e o grupo brasileiro que o acompanharia na viagem que terminou em Belém em 23 de março de 1914, constituindo a Expedição Roosevelt-Rondon. O livro apareceu neste mesmo ano, em Nova Iorque. Contém interessantes observações sobre a gente e a terra do Brasil, nas zonas percorridas, além das de feição geográfica.

47 — Taunay reúne observações colhidas e escritas por viajantes estrangeiros que estiveram em pontos do Brasil nos primeiros séculos, Oliver Van Noord (1599), que esteve no Rio de Janeiro; Ricardo Fleckno (1648), que também esteve no Rio; M. de La Flotte (1757), ainda sobre o Rio; e J. G. Semple Lisle (1797), que conheceu o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Rio de Janeiro, já sede do Governo colonial.

48 — Melo-Leitão coordena impressões de viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil no primeiro Império — impressões das cidades principais, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, e também sobre os costumes, a casa, o mobiliário, os serviços públicos, os passeios, as festas, o teatro, as solenidades, a fauna, o culto religioso, a vida intelectual, abrangendo: Luís de Freycinet, cuja passagem pelo Brasil ocorreu em 1817; Maria Graham, que aqui esteve de 1821 a 1822; Duperrey, que também aportou ao Brasil no ano da Independência; Bougainville, que aqui apareceu em 1826; Laplace, que passou em 1830; Darwin, dois anos depois; De La Salle, de 1836 e Abel du Petit-Thouars, que nos conheceu em 1837.

49 — Num trabalho metódico e bem informado, Melo-Leitão arrola as expedições científicas que percorreram o Brasil em diversas épocas, dizendo de seus componentes, suas finalidades, seus itinerários e peripécias, discriminando ainda as informações que registraram sobre a terra, desde as expedições de descobrimento e exploração do primeiro século; sobre as fronteiras, com as expedições demarcatórias principalmente; sobre os rios, o planalto, o solo e suas riquezas. Numa segunda parte, arrola aquelas que se ocuparam da vida, as de botânicos, as de zoólogos, as de etnógrafos.

50 — Melo-Leitão agrupa os visitantes ingleses, colhendo e coordenando as observações que deixaram sobre as cidades, Rio, São Paulo, Ouro Preto, Rio Grande; sobre o interior, a Amazônia, Maranhão e Nordeste, Minas Gerais; sobre a escravidão; sobre os costumes em geral: Lindley (1806), Koster (1809), Darwin (1832), Wallace (1848), Spruce (1849), Gardner (1836), Swainson (1817), Bates (1848), Maria Graham (1821), Luccok (1808), Henderson (1819), Walsh (1828), Henry Sidney (1809), Mawe (1807), Waterton (1816), Caldecleugh (1819), Mansfield (1852), Burton (1867) e James Wells (1873).

51 — Taunay colecionou neste livro as impressões de vários viajantes estrangeiros sobre o Rio de Janeiro: Froger (1695), oficial negro francês (1703), Bougainville (1766), Parny (1773), John White (1787), George Staunton (1792), Vitor Jacquemont (1828), Eduardo Teodoro Boesche (1831), William Gore Ouseley (1817), Francis de Castelnau (1843), C. H. Lavollée (1844), Julio Itier (1844), De Ferrière-le-Vayer (1844) e Ida Pfeiffer (1846).

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — CARVAJAL, GASPARD DE — ROJAS, ALONSO DE — e ACUÑA, CRISTOBAL DE — *Descobrimento do rio das Ama-*

- zonas — Tradução e notas de C. de Melo-Leitão — S. Paulo — 1941.
- 2 — MAGALHÃES, COUTO DE — *Viagem ao Araguaia* — 4.^a edição — S. Paulo — 1938.
 - 3 — DARWIN, CHARLES — *Viagem de um naturalista ao redor do mundo* — Tradução de J. Carvalho — Rio — 1937.
 - 4 — SMITH, HERBERT H. — *Do Rio de Janeiro a Cuiabá* — S. Paulo — 1922.
 - 5 — FONSECA, JOÃO SEVERIANO DA — *Viagem ao redor do Brasil (1875-1878)* — 2 vols. — Rio — 1880/1881.
 - 6 — SCHLICHTHORST, C. — *O Rio de Janeiro como é. 1824-1826* — Tradução de Emy Dodt e Gustavo Barroso — Apresentação, notas e comentários de Gustavo Barroso — Rio — 1943.
 - 7 — POHL, JOÃO EMANUEL — *Viagem no interior do Brasil, empreendida nos anos de 1817 a 1821* — Tradução de Teodoro Cabral — Prefácio de José Honório Rodrigues — Rio — 1951.
 - 8 — FLORENCE, HÉRCELES — *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829* — Tradução de Alfredo de E. Taunay — S. Paulo — 1948.
 - 9 — TOLLENARE, L. F. DE — *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818* — Salvador — 1956.
 - 10 — BUVELOT, L. — e MOREAU, AUGUSTE — *Rio de Janeiro pitoresco* — Prefácio de Francisco Marques dos Santos — S. Paulo — 1943.
 - 11 — STADEN, HANS — *Duas viagens ao Brasil — (1547-1555)* — Tradução de Guiomar de Carvalho Franco — S. Paulo — 1942.
 - 12 — WALSH, R. — *Notices of Brazil in 1828 and 1829* — 2 vols. — Londres — 1930.
 - 13 — ASSIER, ADOLPHE D' — *Le Brésil Contemporain. Races. Moeurs. Institutions. Paysages* — Paris — 1867.
 - 14 — BRYCE, JAMES — *South America. Observations and impressions* — Londres — 1911.
 - 15 — MANSFIELD, CHARLES B. — *Paraguay, Brazil and the Plate* — Cambridge — 1856.
 - 16 — DREYS, NICOLAU — *Nitícia descritiva da Província do Grande de São Pedro do Sul* — Rio — 1839.
 - 17 — EWBANK, THOMAS — *Life in Brazil, or a Journal of a Visit to the Land of Cocoa an the Palm* — New York — 1856.
 - 18 — CALDCLEUGH, ALEXANDER — *Travels in South America during the years 1819, 1820, 1821* — Londres — 1825.
 - 19 — RADIGUET, MAX — *Souvenirs de l'Amérique Espagnole* — Paris — 1848.

- 20 — ALMEIDA, J. F. DE LACERDA E — *Diários de viagem* — Nota prefácio de Sérgio Buarque de Holanda — 9 vols. — Rio — 1944/1948.
- 21 — PINTO, SILVA — *No Brasil. Notas de viagem* — Lisboa — 1879.
- 22 — AZARA, F. DE — *Voyage dans l'Amérique Meridionale* — Paris — 1809.
- 23 — EVREUX, YVES D' — *Voyage dans le Nord du Brésil* — Paris — 1864.
- 24 — GONNEVILLE, PAULMIER DE — *Rélation authentique* — Paris — 1869.
- 25 — LAVAL, FRANÇOIS PYRAD DE — *Voyage* — Paris — 1679.
- 26 — ARNOLD, SAMUEL GREEN — *Viaje por America del Sur. 1847-1848* — Prólogo de José Luís Busaniche — Prefácio de David James — Tradução de Clara de la Rosa — Buenos Aires — 1951.
- 27 — NANTES, MARTIN DE — *Rélation succinte et sincère de la mission du Père Martin de Nantes, prédicateur capucin, missionnaire apostolique dans le Brésil* — Notas de Frederico G. Edelweiss — Salvador — 1952.
- 28 — WIART, CARTON DES — *Mes vacances au Brésil* — Paris — 1928.
- 29 — CHAMBERLAIN, R. A. — *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820* — Tradução e prefácio de Rúbens Borba de Moraes — Rio — 1944.
- 30 — EICHNER, ERICH — *Cidade e arredores do Rio de Janeiro — A jóia do Brasil* — Rio — 1945.
- 31 — ADAM, PAUL — *Les visages du Brésil* — Paris — 1914.
- 32 — ANDREWS, CHRISTOPHER COLUMBUS — *Brazil, its condition and prospects* — New York — 1887.
- 33 — ATRI, ALESSANDRO D' — *Uomini e così del Brasile* — Nápoles — 1895.
- 34 — BERNARD, CHARLES — *Où dorment les Atlantes (Paysages brésiliens)* — Antuérpia — 1921.
- 35 — BURNICHON, JOSEPH — *Le Brésil d'Aujourd'hui* — Paris — 1910.
- 36 — BERNARDEZ, MANUEL — *El Brasil. (Su vida, su trabajo, su futuro)* — Buenos Aires — 1908.
- 37 — BERTARELLI, ERNESTO — *Il Brasile Meridionale. (Ricordi e impressioni)* — Roma — 1914.

- 38 — CASABONA, LOUIS — *São Paulo du Brésil. (Notes d'un colon français)* — Paris — s.d.
- 39 — CLEMENCEAU, GEORGES — *Notes de Voyage dans l'Amérique du Sud* — Paris — 1911.
- 40 — CODMAN, JOHN — *Ten mouths in Brazil* — Edimburgo — 1870.
- 41 — DELESSERT, EUGÈNE — *Voyages dans les Deux Oceans* — Paris — 1848.
- 42 — CUSANO, ALFREDO — *Italia d'oltre mare. (Impressioni e ricordi del miei cinque anni di Brasile)* — Milão — 1911.
- 43 — WIENER, CHARLES — *333 jours au Brésil* — Paris — s.d.
- 44 — VINCENT, FRANK — *Around and about South America* — New York — 1890.
- 46 — TUROT, HENRI — *En Amérique Latine* — Paris — 1908.
- 46 — ROUGIER, GEORGES — *Le Brésil en 1911* — Paris — 1911.
- 47 — MARC, ALFRED — *Le Brésil. (Excursion a travers ses 20 provinces)* — Paris — 1889.
- 48 — LOMONACO, ALFONSO — *Al Brasile* — Milão — 1889.
- 49 — LAMBERG, MAURÍCIO — *O Brasil* — Rio — 1896.
- 50 — ORBIGNY, ALCIDE D' — *Voyage dans les Deux Amériques* — Paris — 1867.
- 51 — MALAN, GIOVANNI PIETRO — *Un viaggio al Brasile* — Gênova — 1885.
- 52 — LATTEUX, A. — *A Travers le Brésil. (Au pays de l'or et des diamants)* — Paris — 1910.
- 52 — HOUSSAY, FREDERIC — *De Rio de Janeiro a São Paulo* — Paris — 1877.
- 54 — HADFIELD, WILLIAM — *Brazil and the River Plate in 1868* — Londres — 1869.
- 56 — HALDFIELD, WILLIAM — *Brazil and the River Plate, 1870-1876* — Londres — 1877.
- 56 — GAFFRE, L. A. — *Visions du Brésil* — Paris — 1912.
- 57 — FORREST, ARCHIBALD — *A tour through South America* — Londres — 1913.
- 58 — FERRERO, GINA LOMBROSO — *Nell'America Meridionale* — Milão — 1908.
- 59 — EDGAMBE, EDWARD — *A holiday in Brazil and on the River Plate* — Londres — 1887.
- 60 — DOMVILLE-FIFE, CHARLES W. — *The Untied States of Brazil* — Londres — 1910.

2) MEMÓRIAS E CORRESPONDÊNCIA

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

Ao longo dos primeiros séculos da vida brasileira, o saber não apareceu como necessidade aos povoadores. Ficou, ao contrário, confinado a determinado grupo, o único a utilizá-lo, o único que dele fez a sua ferramenta de trabalho — o religioso. A massa da população, constituída de africanos escravizados, e indígenas, não teve acesso às primeiras letras, e nisso as escolas jesuíticas de ler, escrever e contar não exerceram influência ponderável. Na classe senhorial, por outro lado, as necessidades de conhecimentos, na fase colonial, foram mínimas, e reduzido o número daqueles que se preocuparam em aprender algumas coisa além daquilo que a própria vida ensina. No declínio colonial, quando surgiu e se generalizou, na classe dominante, o hábito, que se tornou norma, de fazer de um dos filhos letrado — não contando aquêle que se destinava ao clero — os colégios jesuíticos exerceram ação muito mais efetiva do que as escolas a que eram levados os meninos indígenas, na primeira fase da catequese. Nos colégios a Companhia recrutou os seus quadros, aproveitando os elementos melhores e forneceu as bases de conhecimentos que Coimbra levaria adiante, com o seu ensino também dominado pelos jesuítas. Os elementos letrados concorriam às funções administrativas, que se ampliaram bastante depois da mineração, particularmente as que se ocupavam da Justiça.

Na referida fase, assim, não havia como existir atividades intelectuais. Nada, no meio colonial, as solicitava, e os casos isolados não invalidam o quadro normal, em que só aos religiosos era permitido, pelo costume, ler e utilizar aquilo que se adquire pela leitura. Processo unilateral e dominante, único em larga fase, a oratória sagrada, quando das festas religiosas e dos atos solenes, ajudava, com a transmissão oral, a preencher as mínimas inquietações do espírito. O hábito de escrever, de registrar fatos, de manifestar idéias, em consequência, deveria fi-

car circunscrito aos elementos que disso faziam um mister profissional. São conhecidos documentos escritos por figuras antigas da fase colonial, mas são documentos oficiais: roteiros, relatórios, cartas, quase sempre a cargo de pessoas especializadas, escrevíveis, que as frotas carregam para isso mesmo. No mais, aparecem os documentos jesuíticos, aqueles que os padres são obrigados a elaborar por dever de ofício, prestando contas do que fazem, solicitando providências aos seus superiores, ou aqueles que não perdem de todo esse caráter, embora tomem a forma de cartas.

Nos fins do século XVIII, quando tudo anuncia o declínio do regime colonial, e a própria inquietação política vem marcada nas conjurações aparecem os primeiros documentos, um ou outro livro de família, em que se nota principalmente a preocupação genealógica, algumas cartas, papéis que começam a fugir aos moldes obrigatórios e assinalam o desejo de reter a memória de alguma coisa e de transmiti-la. Mas já por essa época, quando os jesuítas haviam deixado de ser o elemento único dotado de dimensão intelectual, a correspondência administrativa havia crescido, abrangendo toda uma hierarquia, e a documentação cartorial assumia aquele aspecto sagrado que ainda conserva entre nós. Tudo isto, hoje, pertence aos arquivos, na parte que sobreviveu ao tempo e aos seus malefícios, como ao desleixo humano. O registro em livro de memórias e de correspondência não poderia ocorrer ao brasileiro do século XVIII. Dessa forma, é no século XIX que começa a aparecer, no Brasil, particularmente depois da Independência e da fundação dos cursos jurídicos e da imprensa, o hábito de registrar os fatos e de transmitir impressões, necessidades e exigências por cartas de particular a particular. A correspondência perde o seu caráter de coisa oficial, privativa da autoridade, meio comum de sua comunicação, e obrigatório, para se fazer um ato a cada passo mais necessário, e tanto mais necessário quanto as populações se aproximam pelos vínculos do mercado interno e das comunicações terrestres e marítimas de uma zona a outra, enquanto se adensam e vêm diversificadas as suas normas de vida.

É a troca, realmente, a troca interna e a troca externa, que vai transferir o hábito de escrever, e a necessidade de apren-

der a escrever, de grupo privilegiado, o único até aí preocupado com isso, para grupo maior, de nova classe que se esboça. Ao mesmo passo que o comércio impõe conhecimentos mínimos e registro escrito de atos que relacionam interesses, a classe dominante, que empresou a autonomia e vai recrutar os seus quadros políticos e administrativos, para prover a estrutura do Poder Público, verifica a necessidade de fazer letrados entre os seus. O aprofundamento das zonas produtoras, por outro lado, gera a exigência de corresponder-se o produtor com as praças litorâneas. Como o correio é recente e precário, o tropeiro acumula a função do "próprio", que carrega a correspondência. Mas, só quando a geração que empreendeu a Independência e deu forma ao País, definindo-lhe a estrutura e as instituições desaparece do cenário, sucedida por outra, formada unicamente no País, é que as normas de registrar por escrito e de transmitir por escrito começam a se generalizar. Já nessa época, o meio impusera a divisão do trabalho, surgiram as primeiras indústrias, apareceram as ferrovias, o cabo submarino, o telégrafo, a imprensa se difundiu e se multiplicou, tudo isso gerando áreas de interesse comum que se ampliaram na medida em que as classes se iam distinguindo e antepondo umas às outras as suas formas de vida e os seus anseios.

Só na segunda metade do século XIX, pois, — a época em que o Romantismo domina as letras e o teatro — aparecem livros de memórias, na maior parte livros de assentos, simples registros de fatos ligados diretamente a quem escreve, que o impressionam e exigem a escrita, e a correspondência começa a ter uma função um pouco além do seu caráter utilitário e imediato. É raro, entretanto, no início da segunda metade do século, a consagração do livro para memórias, assentos ou correspondência. Mesmo quanto desse tempo, os exemplos isolados mostram que foram reduzidos a livro muito depois, aproveitando originais e manuscritos que os cuidados familiares resguardaram da destruição. Para os fins do século XIX, entretanto, quando se anunciam as transformações que vão movimentar o quadro brasileiro, chegando à mudança de regime, aparecem os primeiros livros de memórias. Os livros de correspondência, a rigor, são do século XX.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — MELO, FÉLIX CAVALCANTI DE A. — *Memórias de um Cavalcanti* — Notas de Diogo de Melo Meneses — Introdução de Gilberto Freire — S. Paulo — 1940.
- 2 — OLIVEIRA, ALBINO JOSÉ BARBOSA DE — *Memórias de um magistrado do Império* — S. Paulo — 1943.
- 3 — NABUCO, JOAQUIM — *Minha formação* — Rio — 1957.
- 4 — RESENDE, FRANCISCO DE PAULA FERREIRA DE — *Minhas recordações* — Prefácio de Otávio Tarquínio de Sousa — Introdução de Cássio Barbosa de Resende — Rio — 1944.
- 5 — AMADO, GILBERTO — *História de minha infância* — Rio — 1954.
- 6 — AMADO, GILBERTO — *Minha formação no Recife* — Rio — 1955.
- 7 — AMADO, GILBERTO — *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa* — Rio — 1956.
- 8 — AMADO, GILBERTO — *Presença na política* — Rio — 1958.
- 9 — RAMOS, GRACILIANO — *Infância* — Rio — 1945.
- 10 — RAMOS, GRACILIANO — *Memórias do cárcere* — 4 vols. — Rio — 1953.
- 11 — MEYER, AUGUSTO — *Segrêdos da infância* — Pôrto Alegre — 1948.
- 12 — TEIXEIRA, CID — *Um depoimento diplomático. (Correspondência do cônsul americano na Bahia). 1821-1825* — Salvador — 1951.
- 13 — RAEDERS, GEORGES — *D. Pedro II e o Conde de Gobineau. (Correspondência inédita)* — S. Paulo — 1938.
- 14 — BESOUCHET, LÍDIA — *Correspondência política de Mauá no Rio da Prata. (1850-1855)* — S. Paulo — 1948.
- 15 — VENÂNCIO FILHO, FRANCISCO — *Euclides da Cunha a seus amigos* — S. Paulo — 1938.

OBSERVAÇÕES

1 — São trechos do livro de assentos de senhor de engenho, anotados por seu bisneto Diogo de Melo Meneses. É o registro, a que está presente e indelével a marca da classe senhorial, de tudo o que afetou Félix Cavalcanti, de perto ou de longe: cheias, viagens, mortes, nascimentos, casamentos, estudos, nomeações, fatos como o "mata-marinheiro", em Recife de 1847, a Rebelião Praieira, mudanças, batizados, epidemias, lutas políticas, questões como a dos bispos,

figuras como a de Borges da Fonseca, Francisco do Rêgo Barros, Paranhos, Otaviano, Pedro Ivo, Deodoro, José Mariano, Barbosa Lima, Floriano, Machado Bittencourt, sêcas, como a de 77, crimes, e até coisas literárias, como as mortes de Eugênio Sue, Alexandre Dumas, personalidades que o memorialista apreciava enormemente. É a vida imperial, num amplo corte, vista por um senhor de engenho.

2 — Reminiscências de homem de família brasonada, que conta sua infância, seus estudos, as relações entre pais e filhos e depois a sua existência adulta de magistrado no interior, assistindo acontecimentos importantes, como a Sabinada, apresentando o casamento como o encarava a sociedade do tempo, e a preocupação genealógica, a vida na Fazenda das Pedras, em Campinas, e ainda em Piracicaba e Itu, além da questão dos bispos. Vida apresentada com os acontecimentos bem concatenados, vistos de ângulo senhorial.

3 — Livro clássico, em que Nabuco narra a sua formação, recordando a infância, a mocidade acadêmica, as leituras e influências, a carreira diplomática, os meios que conheceu no exterior e ainda a luta abolicionista. Livro de espírito formado ao molde europeu e que, dentro dêsse molde, vê o seu País, escrito com a clareza que caracteriza o estilo de Nabuco.

4 — O mais rico dos livros de memórias pela massa informativa que proporciona e pela variedade dos quadros a que se refere: a vida de Província, o sul mineiro, as idéias religiosas, o que era o casamento em seu tempo, a viagem à Córte em 1839, a escravidão, as credices, as eleições e a vida política, com referências a Feijó, Evaristo e outras figuras da Regência, e mais os quadros de costumes, com as festas, o ambiente de fazenda, o meio acadêmico, as classes e suas características, os usos e as normas como o luto, o lenço e seu manejo, o tabaco e o seu vício, o latim e sua nota de distinção, os prazeres poucos da época, as inovações técnicas como a iluminação, tudo em suma que alterou ou vincoou a fase imperial da vida brasileira.

5 — Reconstituindo existência muito rica em acontecimentos e ainda enriquecida pela capacidade do autor em sentir e participar dos acontecimentos, Gilberto Amado deixa, a cada volume de suas memórias, um sulco profundo, quer pela maneira de apresentar o que viu, sentiu ou testemunhou, quer pela força de sua narração. Neste primeiro volume apresenta a infância em Estância e Itaporanga, o meio sergipano do interior nos fins do século XIX, as velhas figuras, a vida de família e mais os fatos do dia-a-dia, viagem em carro de bois, banho de rio, passeio em sítio, brinquedos infantis, colégio e problemas da adolescência.

6 — É o ambiente de Recife do comêço do século, aparecendo a Faculdade, a pensão de estudantes, as primeiras leituras, a tomada de contato com as grandes correntes de pensamento, de Comte aos bra-

sileiros, Tobias, Sílvio Romero, Lafayette e sua mestria no Direito, com a impressão deixada por Nietzsche e por alguns livros nacionais. Reminiscências ainda das conferências e discursos literários, da oratória de Nabuco, de figuras curiosas como Carlos Dias Fernandes e, finalmente, da aprendizagem na imprensa, da formatura e do regresso com o título superior.

7 — É o quadro do Rio de Janeiro do tempo de Rio Branco, da imprensa em que pontificavam João Laje, Alcindo Guanabara, Cândido de Campos e Paulo Barreto, cujo perfil aparece por inteiro. Ganham vulto na recordação a imponente figura de Pinheiro Machado, vista pelo lado humano, e o ambiente político da República, desde o da Capital ao da Província. Apresenta, finalmente, a idéia da Europa a quem a vê pela primeira vez, embebido de leituras e guardando muito vivas tôdas as coisas de sua terra e de sua gente.

8 — Apresentando algumas figuras de primeiro plano, e deixando em discreta penumbra outras, que não poderiam sair dela, o volume mostra a vida política republicana quando começam as agitações do tenentismo, destacando as personalidades de Raul Soares e de Artur Bernardes principalmente, mas ainda o ambiente da Câmara e do Senado e os prenúncios da tempestade que viria em 1930. É o Brasil entre a Primeira Guerra e a derrocada das oligarquias provinciais.

9 — Reconstituição, no estilo sêco, comedido, de Graciliano Ramos, de uma infância atormentada, triste, por vêzes amargurada, no opaco ambiente do sertão, com as suas figuras típicas e a vida de família com a sua rigidez. Grande livro pelo conteúdo e pela forma, em que nos aparece uma infância desprovida de tudo o que a costuma embelezar e engrandecer.

10 — Graciliano Ramos exercia, em 1936, as funções de Secretário da Educação em seu Estado, o de Alagoas, quando foi delas sumariamente despejado e em seguida prêso e conduzido, depois de breve estada em quartéis, ao porão de navio em que, de mistura com criminosos comuns, vinham criaturas arrebanhadas pela tempestade política que atirava o Brasil nos caminhos do fascismo. Do porão de navio a uma prisão em que conheceria o Pavilhão dos Primários, daí à Colônia Correccional, da Colônia à Casa de Correção, Graciliano Ramos conheceu e reconstituiu galeria numerosa, desde os delinquentes comuns, com as suas normas e a sua ética particular, até os presos políticos, com suas grandezas e as suas fraquezas. Através dessas figuras grandes e pequenas, apresenta o Brasil do Estado Nôvo, que se gera nessas entranhas monstruosas, num depoimento que, à importância literária, junta o testemunho de quem sabia observar e compreender, e que se transformaria no mais tremendo libelo político que já se escreveu em nosso País.

11 — Num livro de memórias ungido de poesia e que é também obra literária de marcante qualidade, Augusto Meyer fixa a paisagem física do Rio Grande do Sul e muitos talhões de sua paisagem humana, filtrados pelo raciocínio de quem começa a tomar contato com a vida e lhe conhece pouco a pouco a complexidade das engrenagens que vão triturando ilusões e abrindo clareiras à realidade.

12 — A correspondência do cônsul norte-americano na Bahia na fase crítica que vai das vésperas da Independência ao seu reconhecimento guarda interesse singular para o estudo dos costumes brasileiros, embora sua inclusão como correspondência de particular a particular seja forçada. O depoimento, entretanto, tem muita importância.

13 — D. Pedro II apresenta-se, nesta correspondência, por muitos títulos típica, como o intelectual brasileiro de sua época em face do intelectual europeu de notoriedade. Nessa troca de idéias ele é menos o imperador do que o letrado que fez a sua cultura ao influxo da transplantação cultural, sem perder, antes agravando, com isso, as suas condições de origem e de posição social. São temas e idéias vistos do ângulo senhorial no Brasil do século XIX, quando nada anuncia ainda claramente o declínio das instituições.

14 — A correspondência de Mauá, de conteúdo político incontestável e até importante, não deixa de revestir-se de aspecto particular, uma vez que o banqueiro nacional fizera seus amigos aqueles a quem se dirigia. A correspondência esclarece muitos pontos da interferência brasileira nas questões platinas.

15 — Nas cartas de um homem dos mais eminentes de sua época, as idéias, as figuras e os acontecimentos mais destacados, sob a análise quase sempre objetiva e segura de quem sabia ver o Brasil e compreender-lhe as características.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — ARANHA, GRAÇA — *O meu próprio romance* — S. Paulo — 1931.
- 2 — BELO, JÚLIO — *Memórias de um senhor de engenho* — Prefácio de Gilberto Freire e José Lins do Rêgo — 2.^a edição — Rio — 1948.
- 3 — LIMA, OLIVEIRA — *Memórias. (Estas minhas reminiscências...)* — Rio — 1937.
- 4 — TAUNAY, VISCONDE DE — *Memórias* — S. Paulo — 1948.

- 5 — PIRES, AURÉLIO — *Homens e fatos de meu tempo* — São Paulo — 1939.
- 6 — OTÁVIO, RODRIGO — *Minhas memórias dos outros* — 3 vols. — Rio — 1934/1936.
- 7 — ALBUQUERQUE, MEDEIROS E — *Minha vida* — 2 vols. — Rio — 1934.
- 8 — FIGUEIREDO, JACKSON — *Correspondência* — Rio — 1938.
- 9 — CAMPOS, HUMBERTO DE — *Memórias* — Rio — 1936.
- 10 — CAMPOS, HUMBERTO DE — *Reminiscências* — Rio — 1935.
- 11 — MORAIS, EVARISTO DE — *Reminiscências de um rábula criminalista* — Rio — 1922.
- 12 — SILVA, J. M. PEREIRA DA — *Memórias do meu tempo* — Rio — 1896.
- 13 — BARROS, MARIA PAIS DE — *No tempo de dantes* — São Paulo — 1946.
- 14 — MORLEY, HELENA — *Minha vida de menina* — 4.^a edição — Rio — 1958.
- 15 — CARVALHO, JOSÉ CARLOS DE — *O livro de minha vida* — Rio — 1912.
- 16 — BRANT, CÍCERO ARPINO CALDEIRA (CIRO ARNO) — *Memórias dum estudante (1885-1906)* — S. Paulo — s.d.
- 17 — FRANCO, AFONSO ARINOS DE MELO — *A alma do tempo* — Rio — 1961.
- 18 — NUNES, J. DE CASTRO — *Aguns homens do meu tempo. (Memórias e impressões)* — 1.^a série — Prefácio de Otávio Tarquínio de Sousa — Rio — 1957.
- 19 — TAUNAY, ALFREDO DE E. — *Trechos de minha vida* — São Paulo — 1921.
- 20 — FRANCO, AFONSO ARINOS DE MELO — *A escalada* — Rio — 1965.
- 21 — ITAGIBA, J. NOGUEIRA — *Trechos de vida. (Memórias)* — Rio — 1934.
- 22 — PEREIRA, TEODOMIRO — *Vida acadêmica* — S. Paulo — 1861.
- 23 — PÓVOA, PESSANHA — *Anos acadêmicos* — Rio — 1870.
- 24 — PARANHOS, JOSÉ MARIA DA SILVA — *Cartas ao amigo ausente* — Organização e prefácio de José Honório Rodrigues — Rio — 1953.
- 25 — CARVALHO, SETEMBRINO DE — *Memórias* — Rio — 1950.

3. BIOGRAFIAS, INSTRUÇÕES, CIDADES

A. INFORMAÇÃO PRELIMINAR

A formação da cidade obedeceu, no Brasil, a injunções peculiares à estrutura colonial dominante em três séculos. Ela não surgiu, aqui, naquele quadro, que foi normal na Europa, em que se concentraram populações e técnicas ao impulso de transformações profundas da estrutura da produção, primeiro sob o influxo comercial, depois sob o influxo industrial. No Brasil colonial, sob regime de monopólio nas trocas, a cidade foi apenas, ou principalmente, centro administrativo e área de reunião periódica, na oportunidade das grandes festas coletivas, que eram as festas religiosas. Foi também, desde os primeiros tempos, ponto de transbordo de mercadorias, que vinham do interior e se destinavam aos mercados europeus. Não perdeu, assim, na fase colonial, o aspecto provinciano, morno, plácido, que as deixou em segundo plano, submissas ao domínio rural, dele dependentes. A mineração, que proporcionou inclusive o deslocamento da sede colonial da Bahia para o Rio de Janeiro, deu impulso relativamente importante ao núcleo levantado na Guanabara, e, em parte, isso derivou do fato de que a sede administrativa era também cabeça de zona geograficamente extensa, uma vez que o ouro foi descoberto no interior. Isto esteve longe, entretanto, de proporcionar as linhas de vida urbana semelhantes às aquelas apresentadas pela cidade européia. Demais, grande parte do aparelhamento administrativo teve de deslocar-se para a própria zona mineradora. Foi o advento da corte do Príncipe D. João que deu início, na realidade, a nova fase na vida do Rio de Janeiro. E o simples fato de só o Rio de Janeiro sofrer, em proporções razoáveis, as transformações que ocorreram daí por diante mostra a precariedade da vida urbana brasileira, ainda no início do século XIX.

A liberdade de comércio é que, efetivamente, introduz o novo nesse velho quadro, e generaliza, até certo ponto, os seus importantes efeitos, que são maiores, naturalmente, na sede colonial, agora titulada com certa pompa e com as aparências dis-

so. A liberdade de trocas com o exterior e a existência de mercado interno de proporções já razoáveis vai conferir às cidades fisionomia muito mais rica, variada e movimentada. O ato de abertura dos portos foi o início de processo que teve seguimento com a Independência e, conseqüentemente, com a ampliação da imprensa, da administração, da vida política, de tudo aquilo que, em suma, contribui para dar aos centros urbanos a sua fisionomia peculiar. Na mesma proporção, as atividades comerciais tomavam impulso e aparecia uma divisão de trabalho muito mais ampla do que antes. Surgiram profissões urbanas caracterizadas, embora a cidade conservasse ainda muito da influência rural. O Rio de Janeiro, com a expansão da lavoura do café, assumia papel importante nas trocas.

A autonomia, por outro lado, importava em exigências e alterações que motivariam, a pouco e pouco, aspectos novos para determinados centros urbanos. Tornava-se necessário recrutar quadros para a administração e para toda a escala de atividades públicas e privadas que surgiam e ocupavam lugar na vida comum. Apareceram as escolas superiores, com os cursos jurídicos, um lustro após a Independência, localizados em S. Paulo e Olinda, depois em Recife, e outras que provinham das iniciativas de D. João ou apareciam naquela fase. Salvo a Capital paulista, todas as cidades que tiveram traços definidos, nessa fase, funcionavam ainda como portos. Na segunda metade do século XIX, elas recebem novo impulso, agora proveniente do aparecimento de algumas técnicas, como as de iluminação, de transporte e poucas mais, que alteram a fisionomia urbana, técnicas estreitamente ligadas ao esboço industrial que aparece. Nos fins do século, algumas dessas cidades apresentam já aspectos muito semelhantes às da Europa, embora guardem também vestígios do passado colonial. Na fase republicana, com o desenvolvimento das indústrias e, conseqüentemente, da classe operária, a evolução urbana se completa, no Brasil. Algumas, entretanto, que tinham tido momentos de fastígio, descaem de sua grandeza — ficam como testemunhas de fases históricas superadas. Outras, alteram de tal forma a fisionomia que parecem recentes — depois de longo período vegetativo, tomam considerável impulso.

Ora, a cidade é a moldura necessária e imprescindível, aquela que condiciona sem-número de manifestações, particular-

mente de ordem cultural, que deixam vestígios e que asseguram a perenidade desses vestígios. A cidade permite, por outro lado, os contatos, a audiência, a comunicação agremiando e aproximando os que se interessam por determinada atividade ou arte. Ela gera as instituições que recolhem, mantêm e difundem a cultura. Entre estas instituições — de que a última fase colonial nos fornece exemplo com as Academias de letrados — destacam-se os cursos jurídicos, instalados no Brasil um lustro após a autonomia, formando sistematicamente magistrados, professores, advogados, conselheiros, administradores, políticos. As escolas de Direito têm papel, assim, que adquire relêvo na sociedade imperial, e vai continuar no período republicano, até o momento em que a cidade adquira, finalmente, sua fisionomia própria, aquela que a fase industrial lhe confere. Nas escolas de Direito, como, mais adiante, vai acontecer nas de Medicina, de Engenharia e Militar, encontram-se homens de todos os recantos do País, que recebem os mesmos ensinamentos e geram os seus padrões culturais. Nelas aparecem, com mais destaque, as figuras políticas e militares que vão exercer papel importante e se tornarão objeto do gênero biográfico, que começará a aparecer na segunda metade do século XIX, destacando-se em nosso século. E quando os estudos brasileiros se generalizarem, despertando o interesse que os coloca em primeira plana, não serão apenas as personalidades que merecerão atenção, mas também as escolas e as cidades. Nesse e em outros estudos que guardam com êles alguma associação, retratar-se-á a sociedade, com a sua ética, o seu gosto e os seus costumes.

B. FONTES PRINCIPAIS

- 1 — CALÓGERAS, P. — *O Marquês de Barbacena* — 2.^a edição — S. Paulo — 1935.
- 2 — CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *O Marquês de Olinda e seu tempo* — (1793-1870) — S. Paulo — 1938.
- 3 — BRITO, LEMOS — *A gloriosa sotaina do Primeiro Império* (*Frei Caneca*) — S. Paulo — 1937.
- 4 — SOUSA, JOSÉ ANTÔNIO SOARES DE — *A vida do Visconde do Uruguai* — S. Paulo — 1944.

- 5 — LIMA, HERMES — *Tobias Barreto* — 2.^a edição — S. Paulo — 1957.
- 6 — MARTINS, AMÉLIA DE RESENDE — *Um idealista realizador* — S. Paulo — 1945.
- 7 — BEVILACQUA, CLÓVIS — *História da Faculdade de Direito do Recife* — 2 vols. — Rio — 1927.
- 8 — BANDEIRA, MANUEL — *Guia de Ouro Preto* — Rio — 1948.
- 9 — NOGUEIRA, J. L. DE ALMEIDA — *A Academia de São Paulo. (Tradições e reminiscências. Estudantes, estudantões, estudantadas)* — Nove séries — S. Paulo — 1907/1912.
- 10 — BRUNO, ERNANI DA SILVA — *História e tradições da Cidade de São Paulo* — 3 vols. — Rio — 1954.

OBSERVAÇÕES

1 — Barbacena, figura discutida, como político, como cortesão, como militar, é apresentado, na biografia de Calógeras, como homem de seu tempo, dos mais capazes, dos que mais viam a realidade. Nas peripécias de sua carreira, transcorrida numa das fases mais difíceis da vida do nosso País, verifica-se a norma de existência, o teor e comportamento dos homens públicos, a forma de agir e de orientar.

2 — Olinda foi personalidade eminente da geração que empreendeu a Independência, daquele grupo reduzido de homens notórios e poderosos que emergiram da fase aberta com o deslocamento da corte do Príncipe D. João para a fase da autonomia, atravessando as tempestades da Regência e tendo papel ainda relevante sob o governo de D. Pedro II. Atravessa, dessa maneira, longo período, quase sempre em primeiro plano, desde a representação nas Cortes de Lisboa até o Governo do Brasil, como regente, do comando político de partido para o comando político de gabinete.

3 — Frei Joaquim do Amor Divino Caneca representa eloquentemente o clero brasileiro, nacionalizado desde a expulsão dos jesuítas e recrutado na classe média quase sempre — aqueles padres revolucionários que são as figuras mais curiosas e destacadas das insurreições provinciais. Na sua biografia verifica-se a grandeza desse papel do clero brasileiro do tempo, de que frei Caneca foi personagem típica.

4 — No Visconde do Uruguai está a nobreza fluminense, que vai suceder à nordestina, ascendendo nos quadros políticos do Império e defendendo, no interior e no exterior, as idéias básicas que traduziam a dominação da classe dos senhores de terras e de escravos. A

sua ação diplomática, como a sua ação partidária, correspondem a essa posição de classe e a definem com clareza exemplar.

5 — Tobias Barreto, vivendo e agindo no ambiente provinciano, que jamais trocou pelo da Côrte, mostra o espírito crítico, revisionista, um pouco desorientado, da segunda metade do século XIX, fazendo da cátedra em Recife tribuna singular e influenciando bastante nas idéias que ganharão os espíritos para as transformações que desembocaram na Abolição e na República.

6 — Livro de família, ricamente documentado, feito a rigor e animado pelo carinho filial, mas muito fiel ao quadro em que viveu a personagem central, senhor de terras na zona campineira, já na segunda fase do café, quando o vale do Paraíba começava a declinar. São quadros típicos da classe senhorial brasileira e de sua posição ante as transformações dos fins do século XIX.

7 — É a história de um dos centros mais agitados e fecundos de difusão da cultura, a Faculdade de Direito do Recife, escrito por quem nela viveu uma de suas fases melhores, a da ação em que Tobias Barreto se destacou, mas que não esqueceu, fazendo história, das outras fases, reconstituídas a rigor, nas comemorações centenárias dos cursos jurídicos.

8 — Modelar no texto e nos desenhos, este guia de cidade nos restitui Ouro Preto em seu esplendor e em sua decadência, exemplificando a marcha territorial da riqueza através do Brasil e os vestígios que vai deixando. Livro de evocação e de realidade, retrata um dos aspectos mais curiosos da vida brasileira.

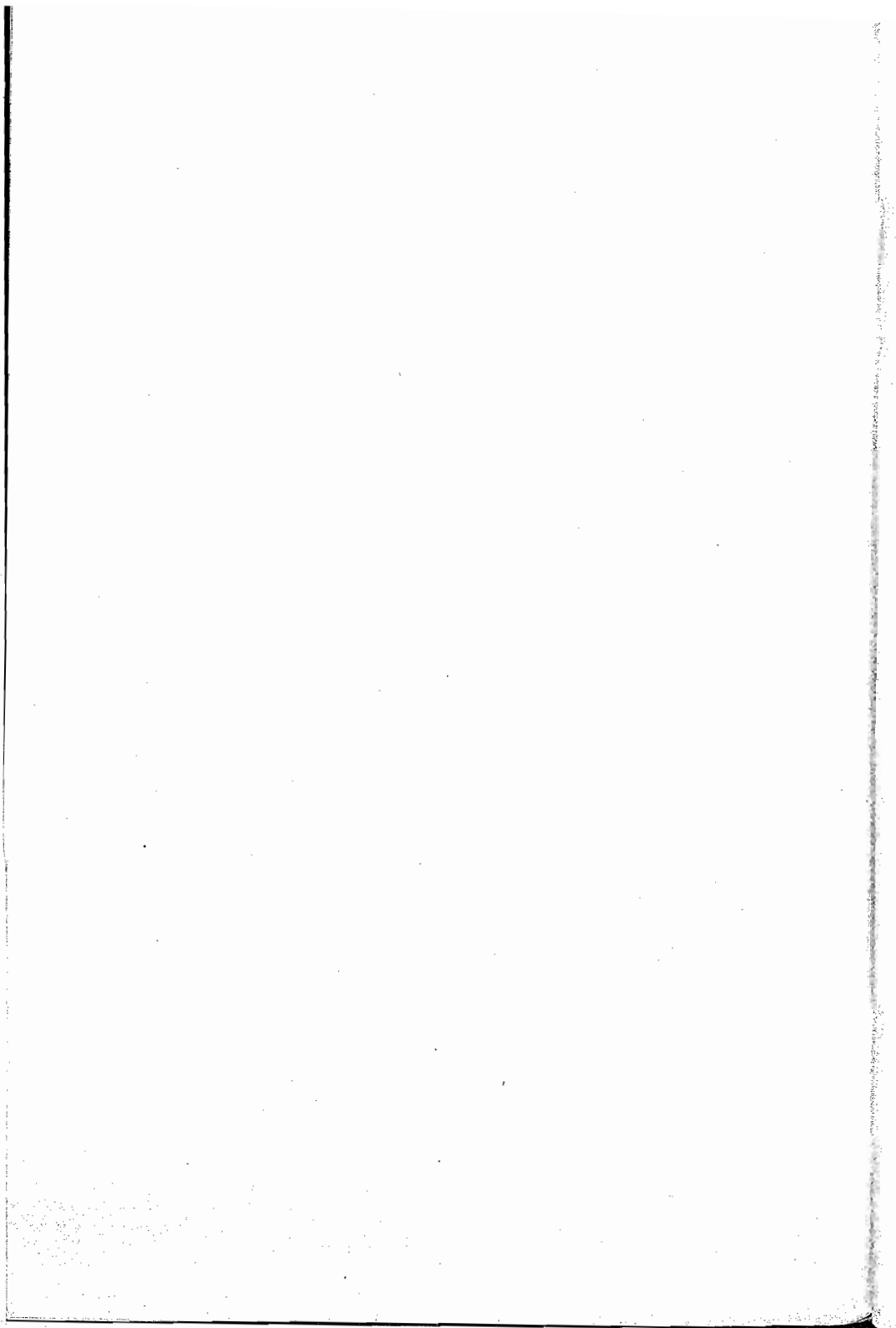
9 — Almeida Nogueira, sem ser escritor, mas memorialista prodigioso, pela capacidade em fixar os detalhes, em proceder ao levantamento de uma coletividade inteira, apresenta a Faculdade de Direito de São Paulo com todos os seus traços, as lutas acadêmicas, as campanhas ali surgidas e desenvolvidas, as figuras dos mestres, o ensino que se difundia, a personalidade de muitos e muitos estudantes, depois figuras destacadas da vida política do País, num levantamento cuja importância é das maiores e que representa das mais preciosas fontes para o estudo do Brasil da segunda metade do século XIX.

10 — A vida da cidade fundada por Anchieta, desde os primeiros tempos até os atuais, desde a fase inicial, em que o colégio dos jesuítas centralizava as atividades, passando pela em que a agitação bandeirante lhe deu nova fisionomia, chegando ao período em que se tornou o centro de irradiação e a mola propulsora da expansão cafeeira, para terminar na fase em que se fez o maior parque industrial da América Latina. Livro rico em informação e em documentação que, historiando uma cidade, interpreta a vida brasileira em quatro séculos.

C. FONTES SUBSIDIÁRIAS

- 1 — MAGALHÃES, BRUNO DE ALMEIDA — *O Visconde de Abaeté* — S. Paulo — 1939.
- 2 — PONTES, CARLOS — *Tavares Bastos. (Aureliano Cândido). (1839-1875)* — S. Paulo — 1939.
- 3 — MENUCCI, SUD — *O precursor do Abolicionismo no Brasil (Luís Gama)* — S. Paulo — 1938.
- 4 — ALMEIDA, TITO FRANCO DE — *O Conselheiro Francisco José Furtado. Biografia e estudo de história política contemporânea* — S. Paulo — 1944.
- 5 — FARIA, JÚLIO CÉSAR DE — *José Bonifácio, o Môço* — S. Paulo — 1944.
- 6 — GUERRA, SALES — *Osvaldo Cruz* — Rio — 1940.
- 7 — SENA, CAIO NÉLSON DE — *João Pinheiro da Silva* — Belo Horizonte — 1941.
- 8 — NABUCO, CAROLINA — *A vida de Joaquim Nabuco* — São Paulo — 1928.
- 9 — MORAIS FILHO, MELO — *Fatos e memórias* — Rio — 1904.
- 10 — ALVES, JOÃO TOMÁS DE MELO (HINCKMAR) — *Cinco anos numa Academia (1878-1882)* — S. Paulo — 1882.
- 11 — ARAÚJO, STEFANIA GOMES DE — *João Gomes de Araújo, (sua vida e suas obras)* — S. Paulo — 1946.
- 12 — ARAXÁ, VISCONDE DE — *Reminiscências e fantasias* — Vassouras — 1883.
- 13 — ARROIO, LEONARDO — *Igrejas de São Paulo — Introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade* — Prefácio de Afonso de E. Taunay — Rio — 1954.
- 14 — BROTERO FREDERICO DE BARROS — *Traços biográficos do Conselheiro José Maria de Avelar Brotero* — São Paulo — 1933.
- 15 — DUNLOP, C. J. — *Apontamentos para a história da iluminação na cidade do Rio de Janeiro* — Rio — 1949.
- 16 — DUARTE, RAFAEL — *Campinas de outrora* — S. Paulo — 1905.
- 17 — MOTA, CÁSSIO — *Cesário Mota e seu tempo* — S. Paulo — 1947.
- 18 — SANTANA, NUTO — *São Paulo histórico* — 6 vols. — São Paulo — 1937/1944.
- 19 — VAMPRÉ, SPENCER — *Memórias para a história da Academia de São Paulo* — S. Paulo — 1924.
- 20 — MACHADO, ALCÂNTARA — *Brasílio Machado (1848-1919)* — Rio — 1937.

BIBLIOGRAFIA



- 1 — ANDRADE, ALMIR DE — *Formação da Sociologia brasileira — I — Os primeiros estudos sociais no Brasil. Séculos XVI, XVII e XVIII* — Rio — 1941.
- 2 — BERRIEN, WILLIAM — e MORAIS, RUBENS BORBA DE — *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* — Rio — 1949.
- 3 — BALDUS, HERBERT — *Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira* — S. Paulo — 1954.
- 4 — *Bibliografia brasileira (1938-1939)* — Rio — 1941.
- 5 — *Bibliografia de História do Brasil* — 14 vols. — 1942/1952.
- 6 — BLAKE, AUGUSTO VITORINO ALVES SACRAMENTO — *Dicionário bibliográfico brasileiro* — 7 vols. — Rio — 1883/1902.
- 7 — *Boletim bibliográfico de Antropologia americana* — México — 1949.
- 8 — BRANNER, JOHN CASPER — *A bibliography of the Geology, Mineralogy and Paleontology of Brazil* — Rio — 1903.
- 9 — CANABRAVA, A. P. — *Fontes primárias para o estudo da moeda e crédito em São Paulo no século XVI* — S. Paulo — 1948.
- 10 — CARPEAUX, OTO MARIA — *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira* — 2.^a edição — Rio — 1955.
- 11 — CARVALHO, ALFREDO DE — *Biblioteca exótico-brasileira* — 3 vols. — Rio — 1929.
- 12 — FIGANIÈRE, J. C. — *Bibliografia histórica portuguesa* — Lisboa. — 1850.
- 13 — FIGUEIREDO, FIDELINO — *Aristarcos* — 2.^a edição — Rio — 1941.
- 14 — GALVÃO, BENJAMIM FRANKLIN RAMIZ — *Catálogo da Exposição de História do Brasil* — 2 vols. — Rio — 1881.
- 15 — GUIMARÃES, ARGEU — *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro. De Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional* — Rio — 1938.
- 16 — MACHADO, DIOGO BARBOSA — *Biblioteca lusitana, histórica, crítica e cronológica* — 4 vols. — Lisboa — 1741/1759.
- 17 — PANTALEÃO, OLGA — *Fontes primárias inglesas para o estudo da História de São Paulo no século XVI* — S. Paulo — 1949.
- 18 — REIS, ANTÔNIO SIMÕES DOS — *Bibliografia das bibliografias brasileiras* — Rio — 1942.

- 19 — *Relação bibliográfica de Lingüística americana — I — América.* — Rio — 1937.
- 20 — RIBEIRO, MARIA CONCEIÇÃO MARTINS — *Fontes primárias para a história das povoações paulistas* — S. Paulo — 1949.
- 21 — RODRIGUES, J. C. — *Catálogo anotado dos livros sobre o Brasil* — Rio — 1907.
- 22 — RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO — *Bibliografia e historiografia do Domínio Holandês no Brasil* — Rio — 1949.
- 23 — RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO — *Teoria da História do Brasil. (Introdução metodológica)* — 2.^a edição — 2 vols. — São Paulo — 1957.
- 24 — SAIA, LUÍS — *Fontes primárias para o estudo das habitações das vias de comunicação e dos aglomerados urbanos em São Paulo no século XVI* — S. Paulo — 1948.
- 25 — SILVA INOCÊNCIO FRANCISCO DA — e ARANHA, BRITO — *Dicionário bibliográfico português* — 21 vols. — Lisboa — 1858/1914.
- 26 — SOARES, JOSÉ CARLOS DE MACEDO — *Fontes da história da Igreja Católica no Brasil* — S. Paulo — 1954.
- 27 — TAUNAY, AFONSO DE E. — *Achegas para a bibliografia de Ciências Naturais. Resumo das obras, opúsculos e artigos publicados no estrangeiro e interessando ao Brasil* — S. Paulo — 1927.
- 28 — VELHO SOBRINHO, J. F. — *Dicionário bibliográfico* — 2 vols. — Rio — 1937/1940.

Índice Onomástico

A

- ABAETÉ, Visconde de — 147, 370.
 ABBEVILLE, Claude d' — 338, 342.
 ABBRANCHES, Dunshee de — 184, 197, 290.
 ABREU, J. Capistrano de — 39, 51, 52, 78, 91, 92, 102, 117, 118, 125, 217, 218, 220, 221, 269.
 ABREU, Casimiro de — 318, 325.
 ABREU, S. Fróis — 252.
 ACCIOLI, Hildebrando — 139, 141, 287, 289, 290.
 ACUNA, Cristobal de — 353.
 ADALBERTO DA PRÚSSIA, Príncipe — 352.
 ADAM, Paul — 355.
 AFONSO, Diogo — 29.
 AFONSO III — 19, 20, 34.
 AGASSIZ, Elisabeth Cary — 340.
 AGASSIZ, Luís — 296, 340, 350.
 AGUDO, José — 237.
 AIROSA, Plinio — 274, 342.
 ALBERDI, J. B. — 161.
 ALBUQUERQUE, Medeiros de — 246, 364.
 ALEIJADINHO (Veja LISBOA, Antônio Francisco).
 ALEMÃO, Francisco Freire — 309.
 ALENCAR, Heron de — 7.
 ALENCAR, José de — 120, 273, 317, 325.
 ALENCAR, Wanda de — 7, 8.
 ALINCOURT, Luís d' — 339, 346.
 ALMEIDA, A. G. de — 197.
 ALMEIDA, Aluísio de (Veja ALMEIDA, Luís Castanho de).
 ALMEIDA, Antônio Figueira de — 59, 280.
 ALMEIDA, Cândido Mendes de — 120, 247.
 ALMEIDA, Fortunato de — 22, 226, 227.
 ALMEIDA, J. F. de Lacerda e — 309, 359.
 ALMEIDA, João Mendes de — 238.
 ALMEIDA, José d' — 120.
 ALMEIDA, Luís Castanho de — 145, 146, 149.
 ALMEIDA, M. Lopes de — 21.
 ALMEIDA, Manuel Antônio de — 317, 325.
 ALMEIDA, Mário Monteiro de — 290.
 ALMEIDA, Martins de — 204.
 ALMEIDA, Pires de — 166, 167, 283.
 ALMEIDA, Renato de — 301.
 ALMEIDA, Tito Franco de — 63, 65, 155, 370.
 ALMEIDA JÚNIOR — 301.
 ALMENDRA, Jacob Gayoso e — 104.
 ALVAREZ, Juan — 161, 162.
 ALVES, A. Castro — 318, 325.
 ALVES, F. de Paula Rodrigues — 193, 194, 196.
 ALVES, João Tomás de Melo (Hinckmar) — 370.
 ALVES, Mário — 44.

- AMADO, Gilberto — 194, 360, 361.
 AMARAL, R. Caetano do — 20, 21, 22.
 AMARAL, Amadeu — 276, 296, 298.
 AMARAL, Azevedo — 201, 202, 203, 238.
 AMARAL, Brás do — 125, 126, 141, 145, 146, 170.
 AMARAL, José Álvares de — 59.
 AMARAL, Luís — 229.
 AMARAL JÚNIOR, Amadeu — 271.
 AMÉRICO, Pedro — 301, 305.
 AMMON — 266.
 AMORA, Antônio Soares — 323.
 AMORIM, Brandão de — 296.
 AMZALAK, Moses Bensabat — 20, 331, 332.
 ANCHIETA, José de — 45, 46, 47, 296, 369.
 ANDERSON — 306.
 ANDRADE, Almir de — 243, 244, 324, 373.
 ANDRADE, Lopes de — 236.
 ANDRADE, Manuel Correia de — 255.
 ANDRADE, Mário de — 276, 295, 297, 304, 306, 319, 324, 326.
 ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de — 305.
 ANDRÉA, Júlio — 263.
 ANDREWS, Christopher Columbus — 355.
 ANGELIM, Eduardo — 145, 146.
 ANJOS, Augusto dos — 325.
 ANSELMO, Antônio Joaquim — 333.
 ANTONIL — 116, 117, 118.
 ARAGÃO, J. Guilherme de — 247.
 ARANHA, Graça — 363.
 ARANHA, P. Brito — 331, 332, 374.
 ARARIPE, T. de Alencar — 342.
 ARAÚJO, André Vidal de — 237.
 ARAÚJO, Artur da Cunha — 132, 133.
 ARAÚJO, João Gomes de — 370.
 ARAÚJO, J. S. Pizarro e — 2, 120.
 ARAÚJO, Stefânio Gomes de — 370.
 ARAÚJO, José Tomás de — 153, 154.
 ARAXÁ, Visconde de — 370.
 ARINOS, Afonso — 296, 326.
 ARMITAGE, John — 216, 222.
 ARNOLD, Samuel Green — 355.
 ARRAES, Miguel — 210.
 ARROIO, Leonardo — 370.
 ARTIGAS — 162.
 ASSIER, Adolph d' — 354.
 ASSIS, Machado de — 318, 319, 322, 325, 326.
 ATAÍDE, Manuel da Costa — 300, 305.
 ATAÍDE, Tristão de (Veja LIMA, Alceu Amoroso).
 ATRI, Alessandro D' — 355.
 AULER, Gúilherme — 305.
 AVENEL, G. d' — 14.
 AVEZAC, G. d' — 51.
 ÁVILA, Bastos de — 271.
 AVIS, Mestre de — 18, 19, 20, 21, 22, 23.
 AYAGARRAY, Lucas — 161.
 AZARA, Félix de — 110, 355.
 AZEVEDO, Aluísio — 319, 325.
 AZEVEDO, Álvares de — 304, 318, 325.
 AZEVEDO, Fernando de — 3, 154, 238, 253, 281, 283, 310, 311, 320, 322.
 AZEVEDO, João Lúcio de — 70, 72, 121, 226, 227.
 AZEVEDO, Luís Heitor Correia de — 302, 304, 306.
 AZEVEDO, Moreira de — 333.
 AZEVEDO, Pedro Cordolino F. de — 263.
 AZEVEDO, Tales de — 238.
 AZURARA, G. E. de — 23.

B

- BADARÓ, Líbero — 334.
 BAEZ, Cecílio — 159.
 BAGU, Sérgio — 117, 119, 227, 228.
 BAIÃO, Antônio — 45, 233, 234.
 BALBI, Adrien — 226, 227.

- BALDUS, Herbert — 267, 268, 271, 310, 311, 341, 373.
 BALEEIRO, Aliomar — 87, 188.
 BANDEIRA, Manuel — 320, 323, 325, 368.
 BANDEIRA, Rafael Pinto — 112.
 BANDEIRA JÚNIOR, Antônio Francisco — 197.
 BARAN, Paul — 210.
 BARATA, José do Carmo — 236.
 BARATA, Mário — 305.
 BARBACENA, Visconde de — 147, 367, 368.
 BARBAGELATA, Hugo D. — 162.
 BARBALHO, Luís — 87.
 BARBOSA, Olímpio Antônio — 238.
 BARBOSA, Rui — 174, 175, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 194, 195, 197.
 BARBOSA, Teodoro Quartim — 227.
 BARBUY, Heraldo — 45.
 BARCA, Conde da — 132, 133.
 BARCELOS, Rúbens de — 110, 111.
 BARLÉUS, Gaspar — 83, 84, 296.
 BARNEAUD, M. — 16.
 BARRETO, Castro — 254.
 BARRETO, João de Deus Noronha Mena — 262.
 BARETO, Lima — 326.
 BARRETO, Manuel Teles — 219.
 BARRETO, Paulo — 236, 324, 362.
 BARRETO, Plínio — 283.
 BARRETO, Tobias — 318, 362, 368, 369.
 BARROS, F. Borges de — 53, 93, 127.
 BARROS, F. Teixeira — 59.
 BARROS, Francisco do Rêgo — 361.
 BARROS, Henrique da Gama — 243.
 BARROS, João Alberto Lins de — 204.
 BARROS, João de — 41.
 BARROS, Luís Teixeira de — 127.
 BARROS, Maria Pais de — 364.
 BARROSO, Gustavo — 354.
 BASTIAN, Adolf — 352.
 BASTIDE, Roger — 238.
 BASTO, Rafael Eduardo de Azevedo — 27.
 BASTOS, A. de Miranda — 341.
 BASTOS, Abguar — 289.
 BASTOS, Aureliano Cândido Tavares — 152, 167, 168, 169, 252, 318, 370.
 BASTOS, Humberto — 190.
 BATES, Henry Walter — 340, 349, 353.
 BATISTA FILHO, Olavo — 254.
 BEAULIEU, Paul Leroy — 50, 51.
 BEAUMELLE, M. U. A. — 155.
 BEAZLEY, C. Raymond — 32, 33.
 BECKMAN — 122.
 BELIDO, Remigio — 334.
 BELISÁRIO, Francisco — 184.
 BELMONTE (Benedito de Barros Barreto) — 77, 78, 79.
 BELO, José Maria — 183, 323.
 BELO, Júlio — 363.
 BENEVIDES, Salvador Correia de Sá e — 94, 120.
 BENSÁUDE, J. — 33.
 BERARDINELLI, W. — 267.
 BERESFORD — 343.
 BERNARD, Charles — 355.
 BERNARDES, Artur — 362.
 BERNARDEZ, Manuel — 355.
 BERREDO, Bernardo Pereira de — 120.
 BERRIEN, William — 373.
 BERTARELLI, Ernesto — 355.
 BESOUCHET, Lídia — 153, 169, 211, 360.
 BEVILÁQUA, Clóvis — 188, 368.
 BEZERA, Alcides — 283, 286.
 BEZERRA, Felte — 271.
 BIARD, F. — 340, 350.
 BILAC, Olavo — 325.
 BITTENCOURT, Machado — 361.
 BLANCATO, Vicente S. — 355.
 BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento — 373.
 BLOCH, Marc — 14.
 BOBADELA, Conde de — 329.
 BOCAIUVA, Quintino — 174, 175.
 BOEHRER, George C. A. — 182.
 BOESCH, Eduardo Teodoro — 353.
 BOGGIANI, Guido — 271.

- BOITEUX, Henrique — 148, 263.
 BOITEUX, Lucas Alexandre — 113, 148, 263.
 BOLIVAR, Simon — 128, 219.
 BONFIM, Manuel — 217, 222.
 BONIFÁCIO, José (Veja SILVA, José Bonifácio de Andrada e).
 BONIFÁCIO, José (o Moço) — 170.
 BONNAURE, Albert — 197.
 BORMANN, José Bernardino — 190, 261.
 BOUÇAS, Valentim — 229.
 BOUGANVILLE — 353.
 BOXER, Charles — 120.
 BRAGA, Cincinato — 194, 195.
 BRAGANÇA, José de — 23.
 BBANCO, Bernardes — 39.
 BRANCO, R. P. Castelo — 104, 105.
 BRANDÃO, Alfredo — 59, 270.
 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes — 117, 118.
 BRANDÃO, Antônio — 34.
 BRANDÃO, Cláudio — 83.
 BRANDÃO, José Antônio Ferreira — 35.
 BRANDÃO, Ulisses — 147.
 BRANNER, John Casper — 373.
 BRANT, Cícero Arpino Caldeira (Ciro Arno) — 364.
 BRASIL, Americano do — 296.
 BRASIL, Assis — 72, 246.
 BRASIL, Raimundo Pereira — 341.
 BRASILIENSE, Américo (Veja MOURA, Américo Brasiliense Antunes de).
 BRITO, Domingos de Abreu — 63.
 BRITO, Francisco de Sá — 149.
 BRITO, João Rodrigues de — 135.
 BRITO, Lemos — 147, 228, 367.
 BROCA, Brito — 238, 324, 325.
 BROCKMANN, L. — 262.
 BROTERO, Frederico de Barros — 357, 370.
 BROTERO, José Maria de Avelar — 370.
 BRUNO, Cristóvão — 26, 28.
 BRUNO, Ernâni da Silva — 238, 368.
 BRY, Teodoro de — 336.
 BRYCE, James — 354.
 BUENO, J. A. Pimenta — 247.
 BURLAMÁQUI, F. L. C. — 63, 64.
 BURMEISTER, Hermann — 340, 349.
 BURNICHON, Joseph — 355.
 BURTON, Richard F. — 340, 351, 353.
 BUSANICHE, José Luís — 355.
 BUVELOT, L. — 354.
 BYRNE, E. H. — 16.
- C
- CABRAL, A. do Vale — 44, 46, 296, 333.
 CABRAL, Osvaldo R. — 91, 94, 113.
 CABRAL, Pedro Álvares — 33, 44, 47, 48.
 CABRAL, Teodoro — 354.
 CADY, John F. — 159, 160.
 CAETANO, Batista — 51.
 CAIEIRO, José — 72, 121.
 CAIRÚ, Visconde de — 134.
 CALADO, Manuel — 87.
 CALAGE, Roque — 296.
 CALBUCCI, Ernâni — 201.
 CALCOTT, Augusto — 347.
 CALDAS, José Antônio — 53.
 CALDCLEUGH, Alexander — 353, 354.
 CALDEIRA, Clóvis — 106, 234, 255.
 CALMON, Góis — 120, 125.
 CALMON, Pedro — 94, 104, 117, 118, 120, 153, 154, 222.
 CALÓGERAS, J. Pandiá — 98, 99, 147, 153, 194, 196, 222, 283, 367, 368.
 CÂMARA, Arruda — 309.
 CAMBASSEDES — 344.
 CAMINHA, Adolfo — 319.
 CAMINHA, Pero Vaz de — 45, 46.
 CAMPOS, Bernardino de — 188, 189.
 CAMPOS, Cândido de — 362.
 CAMPOS, Ernesto de Sousa — 281.
 CAMPOS, Humberto de — 324, 364.
 CAMPOS, J. da Silva — 51, 263, 296.

- CAMPOS, Joaquim Pinto de — 262.
 CANABRAVA, Alice P. — 94, 373.
 CANABRAVA, Catarina Baratz — 269, 271, 341.
 CÂNCIO, Henrique — 134.
 CÂNDIDO, Antônio — 325.
 CANECA, Joaquim do Amor Divino — 127, 147, 367, 368.
 CANNING, George — 132, 133, 139, 140.
 CAPANEMA, Gustavo — 306.
 CAPDEVILLE, B. — 73.
 CÁRDENAS, Francisco de — 23.
 CARDIFF, G. Furlong — 70.
 CARDIM, Fernão — 51, 52, 296.
 CARDOSO, Fernando Henrique — 177, 211.
 CARDOSO, Ramon I. — 70.
 CARLI, Gileno dé — 197.
 CARLOMAGNO, Juan C. — 162.
 CARMELO, Jesuino do Monte — 304.
 CARNAXIDE, Visconde de — 120.
 CARNEIRO, Davi — 190, 261.
 CARNEIRO, Dias — 169.
 CARNEIRO, Édison — 66, 148, 254, 270, 271, 295, 297.
 CARNEIRO, Sousa — 271.
 CARNELLI, Lorenzo — 161.
 CARPEAUX, Oto Maria — 324, 327, 373.
 CARQUEJA, Bento — 20, 21.
 CARREIRA, Liberato de Castro — 226, 227.
 CARVAJAL, Gaspar de — 296, 353.
 CARVALHO, Afonso de — 262.
 CARVALHO, Alfredo de — 147, 333, 348, 350, 373.
 CARVALHO, Álvaro de — 196.
 CARVALHO, Amadeu Ferraz de — 83.
 CARVALHO, Elísio de — 236.
 CARVALHO, Feu de — 305.
 CARVALHO, Itala Gomes Vaz de — 305.
 CARVALHO, J. — 354.
 CARVALHO, José Carlos de — 263, 364.
 CARVALHO, Mário Orlando de — 229.
 CARVALHO, M. E. Gomes de — 39, 40, 134.
 CARVALHO, Rodrigues de — 296, 298.
 CARVALHO, Ronald de — 323.
 CARVALHO, Setembrino de — 364.
 CASABONA, Louis — 356.
 CASAL, Aires do — 249, 254.
 CASCUDO, Luís da Câmara — 53, 83, 147, 269, 295, 296, 298, 344, 358, 367.
 CASTELNAU, Francis de — 340, 349, 353.
 CASTELO, Maria — 63.
 CASTRO, Arakjo — 246.
 CASTRO, Augusto Olímpio Viveiros de — 247.
 CASTRO, Borges de — 289.
 CASTRO, Eugênio de — 26, 27, 274.
 CASTRO, Fernando Pedreira de — 41.
 CASTRO, João de — 26, 27, 28.
 CASTRO, Josué de — 253, 254.
 CASTRO, Luciano de — 290.
 CASTRO, Plácido de — 287, 289.
 CASTRO, Sertório de — 203.
 CAVALCANTI, Amaro — 197, 229.
 CAVALCANTI, João Barbalho Uchoa — 246.
 CAVALCANTI, Pedro — 237.
 CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa — 83.
 CAVENDISH — 342.
 CAVIGLIA, Buenaventura — 112.
 CAXA, Quiricio — 45, 46.
 CAXIAS, Duque de — 146, 148, 150, 261, 262.
 CELSO, Afonso — 184.
 CERQUEIRA, Dionísio — 106, 162, 259.
 CHACON, Vamireh — 170.
 CHAGAS, Paulo Pinheiro — 169.
 CHAMBERLAIN, Houston Steward — 155.
 CHAMBERLAIN, R. A. — 355.
 CHAPMAN, A. B. Wallis — 98, 99.

- CHARLEVOIX, P. F. X. — 73.
 CHATTERTON, E. K. — 39, 40.
 CHAVES, Joaquim — 269.
 CHRICHFIELD, George W. — 229.
 CIBRÁRIO, Luigi — 16.
 CICCOTTI, E. — 62, 63.
 CÍCERO, Antônio — 333.
 CIDADE, F. de Paula — 259, 339.
 CLAUSS, Otto — 352.
 CLAVERIA, Carlos — 16.
 CLEMENCEAU, Georges — 356.
 COARACI, Vivaldo — 237.
 COCHIN, Augustin — 174.
 COCHRANE, Almirante — 138, 141, 347.
 CODMAN, John — 356.
 COELHO, Duarte de Albuquerque — 51, 52, 86.
 COELHO, J. Augusto — 23.
 COELHO, J. M. Latino — 33, 34.
 COLBACCHINI, Antônio — 269.
 COLLINI, G. A. — 271.
 COLLOR, Lindolfo — 148.
 COLMAN, César B. Perez — 112.
 COINTE, Paul le — 253.
 CONDAMINE, C. M. de la — 338, 343.
 CONI, Emílio — 110, 111.
 CONSTANT, Benjamim — 181, 182.
 CORDEIRO, J. P. Leite — 57.
 CORREIA, Alexandre Silva — 83, 85.
 COREIA, Francisco Antônio — 226, 227.
 CORREIA, I. Serzedelo — 208, 209.
 CORREIA, Raimundo — 325.
 CORREIA, Rivadavia — 197.
 CORREIA FILHO, Virgílio — 254, 287, 311.
 CORTESÃO, Armando — 26.
 CORTESÃO, Jaime — 47, 77, 79, 287, 288.
 CORUJA, Pereira — 296.
 COSTA, Aguinaldo — 210.
 COSTA, Angione — 267, 269, 317.
 COSTA, Cláudio Manoel da — 127.
 COSTA, Craveiro — 59, 169, 289.
 COSTA, Cruz — 320, 322, 324.
 COSTA, Dídio — 263.
 COSTA, Emília Viotti da — 177.
 COSTA, F. Pereira da — 57, 59, 296.
 COSTA, Hipólito da — 330, 332, 344.
 COSTA, Lúcio — 302, 303.
 COSTA, Manuel Meneses da — 300.
 COSTA, Miguel — 203.
 COSTA, Samuel Guimarães da — 261.
 COSTA, Sérgio Correia da — 190.
 COSTA FILHO, Miguel — 59, 334.
 COUDREAU, Henri — 341, 352.
 COULANGES, Fustel de — 16.
 COUTINHO, Afrânio — 174, 175.
 COUTINHO, Galeão — 326.
 COUTINHO, J. J. da Cunha de Aze-
 redo — 57, 58, 59, 121, 122, 320.
 COUTINHO, Rodolfo — 254.
 COUTO, Carlos de Paula — 270.
 COUTO, Diogo do — 22, 34.
 COUTO, Loreto — 296.
 COUTY, L. — 66.
 CRAIG, Neville B. — 253.
 CRAVO, Sílvia — 147, 348.
 CRITILO — 125.
 CROMWELL — 336.
 CRULS, Gastão — 238, 252.
 CRULS, L. — 253.
 CRUZ, Alcides — 112.
 CRUZ, Ernesto — 148.
 CRUZ, Osvaldo — 370.
 CUNHA, Euclides da — 190, 235, 254, 319, 326, 360.
 CUSANO, Alfredo — 356.

D

- DAMASCENO, Atos — 237.
 DANTAS, Paulo — 236.
 DANTAS, Pedro — 327.
 DANTAS, San Tiago — 187, 188.
 DARWIN, Charles — 349, 353, 354.
 DAVATZ, Thomaz — 340, 350.
 DEBRET, Jean Baptiste — 296, 301, 339, 346.

DEFFONTAINES, Pierre — 250, 251, 269.
 DELESSERT, Eugéne — 356.
 DELGADO, Luís — 184.
 DENIS, Ferdinand — 271.
 DENIS, Pierre — 255.
 DENUCE, J. — 28, 32, 33.
 DERBY, Orville — 349, 351.
 DESCOURTILZ, J. T. — 313.
 DESLANDES, Venâncio Augusto — 331, 332.
 DEUSDADO, M. A. Ferreira — 283.
 DIAS, Antônio Gonçalves — 317, 325.
 DIAS, A. Epifânio da Silva — 26.
 DIAS, Carlos Malheiro — 218, 221.
 DIAS, Everardo — 234.
 DIAS, Henrique — 87.
 DIAS, Marcílio — 263.
 DIÉGUES JÚNIOR, Manuel — 57, 254.
 DOCA, Sousa — 94, 113.
 DODT, Emy — 354.
 DOLIANITI, Elias — 311, 340.
 DOMINGUES, Aurélio — 122.
 DOMINGUES, Otávio — 271.
 DOMVILLE-FIFE, Charles W. — 356.
 DÓRIA, Escragnolle — 281.
 DORNAS FILHO, João — 63, 104, 105, 117, 119, 169, 177, 181, 182, 183, 184.
 DOURADO, Mecenas — 331, 332.
 DRAGUILEV, M. — 229.
 DREUSY — 344.
 DREYS, Nicolau — 354.
 DUARTE, Abelardo — 270.
 DUARTE, Nestor — 239.
 DUARTE, Rafael — 370.
 DUMAS, Alexandre — 361.
 DUMAS, A. Santos — 311, 312.
 DUNDONALD, Conde de (Veja COCHANE, Almirante).
 DUNLONP, C. J. — 370.
 DUPERREY — 353.
 DUQUE, Gonzaga — 304.
 DUSSEN, Adriaen Van der — 83.
 DUTRA, José Soares — 134.

E

EÇA, Almeida de — 50, 51.
 ECHAVARRIA, Salvador — 13.
 EDGAMBE, Edward — 355.
 EDMUNDO, Luís — 120, 236, 237.
 EDMUNDSON, George — 86.
 EDWEISS, Frederico G. — 236, 355.
 EGAS, Eugênio — 222.
 EHRENREICH, Paul — 352.
 EICHLER — 347.
 ELCHNER, Erich — 355.
 ELIA, Sílvia — 276.
 ELLIS, Myriam — 100, 106.
 ELLIS JÚNIOR, Alfredo — 47, 79, 98, 99, 100, 155, 236, 269.
 ENES, Ernesto — 66, 125, 126.
 ENGLER — 347.
 ERICHSEN, Conrado — 341.
 ERICKSEN, Nestor — 66, 334.
 ESCHWEGE, W. L. von — 98, 99.
 ESTEBAN, Juan Carlos — 229.
 EU, Conde d' (Veja ORLEANS, Gastão de).
 EVREUX, Yves d' — 296, 355.
 EWBANK, Thomas — 354.
 EXPILLY, Charles — 66, 340, 350, 351.

F

FACÓ, Rui — 234.
 FALCÃO, Edgard de Cerqueira — 305.
 FARIA, Alberto — 296.
 FARIA, Alberto de — 166, 167.
 FARIA, Júlio César de — 170, 370.
 FEIJÓ, Diogo Antônio — 144, 145, 146, 149, 361.
 FELDE, Alberto Zum — 159.
 FÉLIX, Jaques — 100.
 FERNANDES, Bernardo — 29.
 FERNANDES, Carlos Dias — 367.
 FERNANDES, Florestan — 269.
 FERNANDES, Gonçalves — 271, 298.
 FERNANDO I — 20, 21.
 FERRAZ, Álvaro — 267.
 FERRAZ, J. de Sampaio — 311, 312.

- FERREIRA, A. A. Sousa — 262.
 FERREIRA, Alexandre Rodrigues — 2, 309, 311.
 FERREIRA, Gervásio Pires — 147.
 FERREIRA, Júlio Pires — 87.
 FERREIRA, Pinto — 323.
 FERREIRA, Tito Lívio — 117, 119, 236.
 FERREIRA, Valdemar Martins — 243.
 FERRERO, Gina Lombroso — 356.
 FERREZ — 301.
 FERRIÈRE-LE-VAYER, De — 353.
 FIGANIÈRE, J. C. — 373.
 FIGUEIRA, Luís — 93.
 FIGUEIREDO, Antônio — 334.
 FIGUEIREDO, Antônio dos Santos — 246.
 FIGUEIREDO, Fidelino de — 320, 321, 373.
 FIGUEIREDO, Flávio Poppe de — 338.
 FIGUEIREDO, Jackson de — 364.
 FIGUEIREDO, Lima — 270.
 FLECKNO, Ricardo — 352.
 FLEIUS, Max — 169, 243, 244.
 FLETCHER, James Cooley — 340, 348, 349, 350.
 FLORENCE, Hércules — 354.
 FLOREAL, Sílvio — 238.
 FLOTTE, M. de la — 352.
 FONSECA, Deodoro da — 186, 361.
 FONSECA, Gondin da — 210, 311, 312, 331, 332.
 FONSECA, João Severiano da — 354.
 FONSECA, José Vitoriano Borges da — 120, 361.
 FONSECA, Fróis da — 270.
 FONSECA, L. Anselmo — 174, 176.
 FONSECA FILHO, Hermes — 197.
 FONTOURA, Edgar — 263.
 FORJAZ, Djalma — 177.
 FORREST, Archibald — 356.
 FORTES, João Borges — 110, 113.
 FORTINI, Arquimedes — 271.
 FRAGOSO, Augusto Tasso — 53, 148, 259.
 FRANÇA, Eurico Nogueira — 305.
 FRANCA — 159.
 FRANCISCO, João — 190.
 FRANCO, Afonso Arinos de Melo — 45, 127, 201, 229, 243, 245, 341, 364.
 FRANCO, Afrânio de Melo — 201, 202.
 FRANCO, Caio de Melo — 127.
 FRANCO, Francisco de Assis Carvalho — 77, 78, 100, 338.
 FRANCO, Guimar de Carvalho — 338, 354.
 FRANCO, Virgílio de Melo — 201.
 FREIRE, A. Braamcamp — 22, 32, 33.
 FREIRE, Gilberto — 57, 83, 155, 222, 233, 235, 360, 363.
 FREIRE, Laudelino — 304.
 FREIRE, Mário Aristides — 53.
 FREITAS, Afonso de A. — 238, 274, 333.
 FREITAS, João Alfredo de — 296.
 FREITAS, Caio de — 139, 140.
 FREITAS, Carlos de — 263.
 FREITAS, Teixeira de — 153, 154.
 FREYCINET, Luís de — 353.
 FRIEIRO, Eduardo — 125, 126.
 FROGER — 353.
 FROND, Victor — 340, 350.
 FUNCHAL, Marquês do — 132.
 FURTADO, Celso — 208, 209, 210, 227, 228, 229.
 FURTADO, Francisco José — 155, 370.

G

- GABAGLIA, Fernando Antônio Raja — 290.
 GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja — 194.
 GAFFAREL, Paul — 39, 40, 341, 342.
 GAFFRE, L. A. — 356.
 GALLEY, Luciano — 296.
 GALVÃO, Antônio — 34.
 GALVÃO, B. F. Ramiz — 339, 376.
 GAMA, Aníbal — 134, 141, 259.

- GAMA, Antônio de Saldanha da — 66.
 GAMA, J. B. Fernandes — 57, 58.
 GAMA, L. F. de Saldanha da — 263.
 GAMA, Luís — 174, 176.
 GAMA, Vasco da — 33, 34.
 GANDAVO, Pero de Magalhães — 41.
 GANDIA, Enrique de — 70.
 GANNS, Cláudio — 166, 167.
 GARCIA, Aleixo — 78, 79.
 GARCIA, Rodolfo — 44, 46, 51, 94, 117, 118, 220, 243, 244, 274, 275, 276, 338.
 GARCIA JÚNIOR — 222.
 GARDNER, George — 339, 348, 353.
 GARIBALDI, Anita — 148.
 GARIBALDI, Giuseppe — 148.
 GAY, J. Pedro — 79.
 GEIGER, Pedro Pinchas — 251.
 GENTIL, Alcides — 246.
 GIFFONI, Maria Amália Correia — 298.
 GIL, Luís Enrique Azarola — 159.
 GIRÃO, Raimundo — 53, 106, 177.
 GOBINEAU, Conde de — 266, 360.
 GOETA, Augusto — 334.
 GÓIS, Damião de — 34, 39, 40.
 GOMES, Carlos — 301, 305, 306.
 GOMES, Luís Sousa — 229.
 GONÇALVES, C. Tôres — 246.
 GONNARD, René — 20, 22.
 GONNEVILLE, Saulmier de — 355.
 GONZAGA, Alcides — 334.
 GONZAGA, Tomás Antônio — 127, 317, 325.
 GOODWIN, Philip L. — 304.
 GOULART, José Alípio — 98.
 GOULART, José Salis — 110.
 GOULART, Maurício — 66.
 GOUVEIA, Maurílio de — 177.
 GOYCOCHEA, Castilhos — 190, 289.
 GRAHAM, Maria — 2, 339, 347, 353.
 GREENLEE, William Brooks — 32, 33.
 GRIECO, Agripino — 323.
 GUANABARA, Alcindo — 190, 362.
 GUEDES, Jacinto Pinto — 148.
 GUENIN, E. — 28.
 GUERRA, E. Carrera — 325.
 GUERRA, Flávio — 170.
 GUERRA, Sales — 370.
 GUIMARÃES, A. G. de Araújo — 135.
 GUIMARÃES, Alberto Passos — 208, 209.
 GUIMARÃES, Argeu — 304, 373.
 GUIMARÃES, Bernardo — 318.
 GUIMARÃES, Pinheiro — 261.
 GUIARD FILHO, Félix — 100.
 GULLAR, Ferreira — 302, 304.
 GUSMÃO, Alexandre de — 91, 287.
 GUSMÃO, Bartolomeu Lourenço de — 309, 312, 313.
- ## H
- HADDAD, Jamil Almansur — 237, 323.
 HADFIELD, William — 356.
 HAKLUYT, H. — 356.
 HANDELMANN, Heinrich — 217, 220, 221.
 HARDING, C. H. — 201.
 HARNISCH, [Wolfgang Hoffmann — 72, 338.
 HARRINGTON — 336.
 HARTT, Charles Frederick — 311, 312, 351.
 HEITOR, Luís (Veja AZEVEDO, Luís Heitor Correia de).
 HENDERSON — 353.
 HENRIQUE, Infante — 18, 20, 25, 32, 33, 34, 35.
 HERCULANO, Alexandre — 15, 19, 20, 21, 23, 234, 240.
 HERMANN, J. B. — 280.
 HERNANDEZ, Pablo — 70, 71.
 HERRERA, Luís Alberto — 159, 160, 162.
 HIGINO, José — 86.
 HIGINO, Sérgio — 87.
 HIRSCHMAN, Albert O. — 229.
 HOBSON, J. A. — 208.
 HOFFMANN, Helga — 210.

HOLANDA, Aurélio Buarque de — 323, 324, 326.
 HOLANDA, Sérgio Buarque de — 91, 92, 104, 105, 117, 118, 270, 340, 350, 355.
 HOMEM, J. S. Tôrres — 261.
 HOUSSAY, Frederic — 356.
 HURLEY, Jorge — 148.
 HUVELIN, P. — 14.

I

IANNI, Otávio — 177, 238.
 IBARGUREN, Carlos — 161.
 INGENIEROS, José — 162.
 INSABELLE, Arsene — 339, 348.
 ITAGIBA, J. Nogueira — 364.
 ITIER, Júlio — 353.
 IVO, Pedro — 361.

J

JABOATÃO — 296.
 JACOBINA, Alberto Pizarro — 169.
 JACEGUAÍ, Artur — 263.
 JACQUEMONT, Victor — 353.
 JACQUES, Paulino — 149.
 JAEGER, L. G. — 70, 72, 79.
 JAMES, David — 355.
 JAMES, Preston E. — 254, 255.
 JAMES, William — 351.
 JARDIM, Silva — 181, 182, 184.
 JENKS, L. H. — 197.
 JOÃO, Mestre — 45.
 JOÃO VI — 39, 51, 132, 133, 134, 137, 244, 258, 263, 301, 309, 329, 343, 345, 346, 365, 366, 638.
 JOAQUINA, Carlota — 133, 134.
 JOBIM, Anísio — 253.
 JORGE, Artur de Araújo — 83, 86.
 JUCÁ FILHO, Cândido — 338.
 JÚLIO, Sílvio — 323.
 JUSSIEU — 344.

K

KARSTEN, Rafael — 270.
 KALDUN, Ibn — 11.

KEIJZERS, Agostinho — 83.
 KENT, Rockwell — 305.
 KIDDER, Daniel Parrish — 340, 348, 349.
 KIMBLE, George H. T. — 27.
 KLINGER, Bertoldo — 204, 339.
 KNIVET, Anthony — 296, 338, 342.
 KOCH-GRUNBERG — 296.
 KOSERITZ, Carl von — 341, 351.
 KOSTER, Henry — 296, 338, 344, 353.

L

LACERDA, Carlos — 38.
 LACERDA, J. C. Sampaio — 281.
 LACERDA, Maurício — 204.
 LADISLAU NETO — 270.
 LAERNE, C. F. van Delden — 255.
 LAET, Johannes de — 86.
 LAFAYETTE — 349.
 LAHMEYER, Lúcia Furquim — 339.
 LAJE, João — 362.
 LAMAS, André — 162.
 LAMBERG, Maurício — 356.
 LAMBERT, Jacques — 234, 235.
 LAMEGO, Alberto — 57, 253.
 LAMEGO FILHO, Alberto — 155, 237.
 LANGSDORFF — 348.
 LANNOY, Charles de — 33.
 LAPA, Manuel Rodrigues — 22, 34, 325.
 LAPLACE — 353.
 LAPOUGE — 266.
 LAS CASAS, B. de — 45, 46.
 LASSAGA, R. J. — 162.
 LASSANCE, Herculano Augusto — 237.
 LATIF, Miran M. de Barros — 100.
 LATTEUX, 9. — 356.
 LAVAL, François Pyrard de — 355.
 LAVOLLÉE, C. H. — 353.
 LAVRADOR, José — 190.
 LAVRADIO, Conde de — 134.
 LAYTANO, Dante de — 112, 113.
 LEAL, Aurelino — 246.
 LEAL, Vitor Nunes — 243, 245.
 LEÃO, Múcio — 325.
 LEBRETON — 301.

- LECLERC, Max — 341, 352.
 LEITE, Francisco Rodrigues — 338, 342.
 LEITE, Serafim — 47, 70, 71, 72.
 LEITE, Solidônio — 41.
 LEITE FILHO, Solidônio — 236.
 LEMERRE — 342.
 LÊNIN — 207, 208.
 LEONARDO, Othon Henry — 251.
 LERY, Jean de — 296, 338, 341, 342.
 LESSA, Clado Ribeiro de — 94, 338, 339.
 LEVENE, Ricardo — 162.
 LIMA, A. Sabóia — 246.
 LIMA, Alceu Amoroso — 252, 320, 322.
 LIMA, A. Barbosa — 361.
 LIMA, Araújo — 252.
 LIMA, Cláudio de Araújo — 287.
 LIMA, Espiridião de Queirós — 106.
 LIMA, Hermann — 332, 333.
 LIMA, Hermes — 368.
 LIMA, J. J. de Abreu e — 148, 218, 219.
 LIMA, Jorge de — 170, 326.
 LIMA, Lauro de Oliveira — 210.
 LIMA, Lourenço Moreira — 201.
 LIMA, M. Oliveira — 59, 126, 127, 132, 133, 139, 140, 222, 363.
 LIMA, Ranulfo Pinheiro — 194.
 LIMA, Rui Cirne — 170.
 LIMA JÚNIOR, Andrade — 267.
 LIMA JÚNIOR, Augusto — 98, 132.
 LIMA SOBRINHO, Barbosa — 104, 105, 106, 170, 254, 263, 275.
 LINDLEY — 353.
 LINHARES, Conde de — 132, 133.
 LINHARES, Hermínio — 238.
 LINS, Álvaro — 290, 324.
 LINS, Edson — 323.
 LINS, Ivã — 184.
 LIPMANN, Edmundo O. von — 56, 57.
 LIPSON, E. — 16.
 LIRA, Augusto Tavares de — 59, 155, 245, 247.
 LIRA, Heitor — 153, 154.
 LIRA, João — 197.
 LISBOA, Antônio Francisco — 300, 304.
 LISBOA, Baltasar da Silva — 120.
 LISBOA, João de — 28.
 LISLE, J. G. Semple — 352.
 LLOYD, Christopher — 63, 138, 141.
 LOBATO, Monteiro — 319, 326.
 LÔBO, A. Costa — 20.
 LÔBO, Artur — 271.
 LÔBO, Eulália Maria Lahmeyer — 247.
 LÔBO, Fernando — 184.
 LÔBO, Hélio — 161, 184, 197, 290, 306.
 LÔBOS, Heitor Vila — 301.
 LOIOLA, I. — 67.
 LOMONACO, Alfonso — 356.
 LOPES, Davi — 19.
 LOPES, Edmundo Correia — 66.
 LOPES, Fernão — 20, 22.
 LOPES, Francisco Antônio — 305.
 LOPES, Tomás de Vilanova Monteiro — 50.
 LOPES NETO, João Simões — 296, 319, 326.
 LOPEZ, Francisco Solano — 158, 160, 162, 260, 262.
 LORETO, Aliatar — 261.
 LUCCOCK, John — 296, 338, 343, 353.
 LUGON, C. — 73.
 Lúfs, Washington — 79, 91, 92.
 LUND, Peter Wilhelm — 270, 349.
 LUXMBURGO, Duque de — 344.
 LUZ, Nícia Vilela — 208, 209.

M

- MACEDO, F. R. Azevedo — 113.
 MACEDO, J. J. Costa de — 34.
 MACEDO, Joaquim Manuel de — 237, 317, 325.
 MACEDO, Joaquim Teixeira de — 222.
 MACEDO, José Norberto de — 254.
 MACEDO, Roberto — 237.
 MACEDO, Sérgio D. T. — 237.

- MACHADO, Antônio de Alcântara — 326.
 MACHADO, Brasília — 370.
 MACHADO, Diogo Barbosa — 373.
 MACHADO, Lourival Gomes — 306.
 MACHADO, Pinheiro — 194, 195, 197, 362.
 MACHADO DE OLIVEIRA, A. Alcântara — 45, 77, 78, 370.
 MACHADO FILHO, Aires da Mata — 100, 298.
 MACHAIN, R. de Lafuente — 112.
 MAC INNES, C. M. — 63, 65.
 MADEIRA, Carlos — 339.
 MADERO, Eduardo — 162.
 MADRE DE DEUS, Gaspar da — 39, 40.
 MADUREIRA, J. M. — 280, 281.
 MAGALDI, Sabato — 302.
 MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de — 252, 253.
 MAGALHÃES, Basílio de — 57, 58, 77, 78, 91, 148, 170, 221, 338, 339, 340.
 MAGALHÃES, Bruno de Almeida — 147, 370.
 MAGALHÃES, J. B. — 262.
 MAGALHÃES, José Vieira Couto de — 45, 46, 269, 296, 354.
 MAGALHÃES JÚNIOR, R. — 182.
 MAIA, Prado — 259.
 MAIOR, Pedro Souto — 86.
 MAJOR, Richard Henry — 35.
 MALAN, Giovanni Pietro — 356.
 MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão — 63, 65.
 MANCHESTER, Alan K. — 132, 133.
 MANGABEIRA, João — 181, 182.
 MANSFIELD, Charles B. — 353, 354.
 MANUEL, D. — 34, 39, 45, 334.
 MARANHÃO, Metódio — 51, 52.
 MARC, Alfred — 356.
 MARÇAL, Heitor — 59.
 MARCGRAVE — 296.
 MARCHANT, Alexander — 38, 39.
 MARGRY, P. — 39, 40.
 MARIA I — 123.
 MARIANO, José — 361.
 MARIANO FILHO, José — 305.
 MARINHO, Henrique — 304.
 MARINHO, José Antônio — 148.
 MARISCAL, Francisco Sierra y — 127.
 MARIZ, Celso — 298.
 MARQUES, César Augusto — 121, 342.
 MARQUES, M. E. de Azevedo — 106.
 MARQUES, Xavier — 141.
 MARROQUIM, Mário — 276.
 MARTIN, Percy Alvin — 194, 196.
 MARTINECHE, M. E. — 222.
 MARTINS, Amélia de Rezende — 368.
 MARTINS, Antônio Egídio — 238.
 MARTINS, Gaspar da Silveira — 169, 184.
 MARTINS, J. J. Silveira — 169.
 MARTINS, Joaquim Dias — 148.
 MARTINS, J. P. de Oliveira — 23.
 MARTINS, Luís — 169, 306.
 MARTINS, Rocha — 141.
 MARTINS, Romário — 113, 334.
 MARTINS, Wilson — 269.
 MARTINS JÚNIOR, J. Isidro — 245.
 MARTIUS, C. F. Filipe von — 296, 339, 346, 347.
 MATOS, Aníbal — 269, 270.
 MATOS, F. Jaguaribe de — 254.
 MATOS, Gregório de — 317.
 MATOS, Horácio de — 238.
 MATOS, Valdemar — 170.
 MAUÁ, Visconde de — 161, 165, 166, 167, 169, 360, 363.
 MAUL, Carlos — 112.
 MAURÍCIO, José — 300, 301, 305.
 MAWE, John — 296, 338, 343, 344, 353.
 MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Newied — 338, 344.
 MAXIMILIANO, Carlos — 246.
 MAYER, Ernesto — 14.
 MAYERHOFER, Lucas — 305.
 MEDEIROS, Fernando Sabóia de — 169.
 MEIRELES, Vitor — 301.

- MELO, Antônio Joaquim de — 147.
 MELO, A. Bandeira de — 169.
 MELO, Custódio José de — 188, 189.
 MELO, Félix Cavalcanti de Albuquerque — 360.
 MELO, Francisco Manuel de — 87.
 MELO, G. T. Pereira de — 306.
 MELO, Gladstone Chaves de — 275.
 MELO, Francisco Manuel de — 87.
 MELO, G. T. Pereira de — 306.
 MELO, Gladstone Chaves de — 275.
 MELO, J. Soares de — 128.
 MELO, Mário — 125.
 MELO, Maria Lacerda de — 255.
 MELO, Milton F. de — 149.
 MELO-LEITÃO, C. de — 310, 312, 340, 341, 353, 354.
 MELO NETO, José Antônio Gonçalves de — 83, 87.
 MENDES, R. Teixeira — 181, 182, 183.
 MENDES, Renato da Silveira — 253.
 MENDES JÚNIOR, João — 47.
 MENDONÇA, Carlos Sussekind de — 302, 303.
 MENDONÇA, Edgard Sussekind de — 311, 338, 340.
 MENDONÇA, Estêvão — 106.
 MENDONÇA, Henrique Lopes de — 27, 28.
 MENDOZA, Prudencio de C. C. — 112.
 MENDONÇA, Renato — 161, 170, 274, 276.
 MENDUINA, Claudio Sanchez-Albornoz y — 16.
 MENESES, A. Inácio de — 253.
 MENESES, Adolfo Bezerra de — 174, 175.
 MENESES, Diogo de Melo — 360.
 MENESES, J. A. Gomes de — 170.
 MENESES, Manuel Joaquim de — 135.
 MENESES, Rodrigo César de — 91, 92.
 MENNUCCI, Sud — 174, 176, 334, 370.
 MERÊA, M. Paulo — 14, 15.
 MERRIMAN, Roger Bigelow — 23.
 MESQUITA, Alfredo — 304.
 MESQUITA, Elpídio — 183.
 MÉTRAUX, A. — 267, 270.
 METTERNICHT — 134.
 MEYER, Augusto — 298, 326, 339, 340, 351, 360, 363.
 MIDKIFF, Harold M. — 229.
 MIGLIORI, Jorge — 238.
 MILLIET, Sérgio — 166, 167, 304, 326, 338, 339, 341.
 MIRALES, José — 261.
 MIRANDA, Pontes de — 245.
 MOACIR, Primitivo — 281, 282.
 MOBAM — 347.
 MOERBEECK, Jan Andries — 82.
 MONBEIG, Pierre — 250, 251.
 MONHEIM, C. — 63.
 MONTEIRO, Clóvis — 275.
 MONTEIRO, Jônatas da Costa do Rêgo — 91.
 MONTEIRO, Mário — 79.
 MONTEIRO, Tobias — 139, 140, 190.
 MONTENEGRO, Olívio — 148, 323.
 MONTIGNY, Grandjean de — 301, 305.
 MONTTOYA, A. — 72.
 MOOJEN, João — 313.
 MORAIS, A. J. de Melo — 72, 134.
 MORAIS, Evaristo de — 66, 177, 183, 236, 364.
 MORAIS, Francisco de — 233.
 MORAIS, João Batista de — 148.
 MORAIS, José Mariz de — 72.
 MORAIS, J. B. Mascarenhas de — 259, 260.
 MORAIS, Prudente de — 191.
 MORAIS, Raimundo de — 252, 254.
 MORAIS, Rúbens Borba de — 2, 331, 332, 339, 355, 373.

MORAIS, Valfrido de — 238.
 MORAIS, Vilhena de — 148, 262.
 MORAIS FILHO, A. J. de Melo — 236, 238, 296, 304, 370.
 MOREAU, August — 354.
 MOREIRA, Rangel — 290.
 MORLEY, Helena — 364.
 MOTA, Artur — 323.
 MOTA, Artur Silveira da — 263.
 MOTA, Cássio — 370.
 MOTA, Cesário — 370.
 MOTA, Otoniel — 238.
 MOTA FILHO, Cândido — 188, 189.
 MOUCHEZ, Ernest — 254.
 MOURA, Américo Brasiliense Antunes de — 110, 111, 183.
 MOURA, Aristóteles — 208, 210.
 MOURA, Caetano Lopes de — 155.
 MOURA, Clóvis — 233.
 MOURA, Gentil de Assis — 77.
 MOURA, Paulo Cursino de — 236.
 MÚRIAS, Manuel — 87, 323.
 MURICI, Andrade — 323.
 MURTA, Domicio de Figueiredo — 98.

N

NABUCO, Carolina — 370.
 NABUCO, Joaquim — 2, 152, 153, 174, 176, 190, 318, 325, 360, 361, 362, 370.
 NANTES, Martin de — 355.
 NAPOLEÃO — 132.
 NASCIMENTO, Alfredo — 310, 311.
 NASH, Roy — 255.
 NASSAU, João Maurício de — 83, 84, 308.
 NEIVA, Artur — 276, 310, 311.
 NEMÉSIO, Vitorino — 72.
 NETSCHER, P. M. — 83.
 NÉRY, Sant'Ana — 296.
 NEUKOMM — 301.
 NEVES, Acyrzio das — 34, 134.
 NEVES, João Caetano Alves — 128.
 NICHOLS, Madeline Wallis — 112.
 NIEMEYER, Oscar — 302, 303.

NIEMEYER, Valdir — 203.
 NIETZSCHE — 362.
 NIEUHOF, Joan — 83, 85.
 NOBRE, José de Freitas — 334.
 NÓBREGA, Manuel da — 44, 46, 47, 296.
 NOEL, Octave — 100.
 NOGUEIRA, J. L. de Almeida — 368, 369.
 NOGUEIRA, M. T. Alves — 41, 262.
 NOORD, Oliver van — 352.
 NORBERTO, Joaquim — 125.
 NORMANO, J. F. — 201, 202, 227, 228.
 NORONHA, Júlio César de — 263.
 NORTON, Luís — 134.
 NUNES, J. de Castro — 364.
 NUNES, Pedro — 27, 28.

O

OLINDA, Marquês de — 147, 367, 368.
 OLIVEIRA, Albino José Barbosa de — 360.
 OLIVEIRA, Almir de — 127.
 OLIVEIRA, Álvaro Sales de — 100.
 OLIVEIRA, Américo Leonides Barbosa de — 254.
 OLIVEIRA, Avelino de — 251.
 OLIVEIRA, Diogo Luís de — 219.
 OLIVEIRA, J. J. Machado de — 79.
 OLIVEIRA, J. M. Cardoso de — 290, 305.
 OLIVEIRA, José Feliciano de — 141.
 OLIVEIRA, Ramos de — 170.
 OLIVEIRA, Vital de — 170.
 ORANGE, Príncipe de — 84.
 ORBIGNY, Alcide D' — 356.
 ORIBE, M. — 158, 160, 161.
 ORLEANS, Gastão de — 184, 262.
 ORNELAS, Manuelito de — 110.
 OSÓRIO, Fernando — 261.
 OSÓRIO, Jerônimo — 34.
 OSÓRIO, Manuel Luís — 261, 262.
 OTAVIANO, Francisco — 361.
 OTÁVIO, Rodrigo — 47, 364.

- OTONI, Cristiano Benedito — 166, 168.
 OTONI, Teófilo — 169.
 OURO PRÊTO, Visconde de — 181, 184.
 OUSELEY, William Gore — 353.
- P
- PAES, Simão Pereira — 32.
 PAIM, Gilberto — 210.
 PAIS, Fernão Dias — 98.
 PAIS, Silva — 112.
 PALHA, Vicente Rodrigues (Veja SALVADOR, Vicente do).
 PALMERSTON — 141.
 PANTALEÃO, Olga — 373.
 PARANHOS, Haroldo — 324.
 PARANHOS, Silva (Veja RIO BRANCO, Barão do).
 PARK, Robert E. — 270.
 PARNY — 353.
 PARREIRAS, Antônio — 306.
 PASSOS, Alexandre — 334.
 PASTELLS, Pablo — 72.
 PATERNOSTRO, Júlio — 253.
 PEDRO I — 132, 134, 138, 139, 236, 263, 330.
 PEDRO II — 153, 182, 281, 360, 363, 368.
 PEDROSO — 112.
 PEGADO, César — 21.
 PEIXOTO, Afrânio — 47, 52, 120, 269, 324, 325.
 PEIXOTO, Floriano — 183, 186, 187, 188, 189, 196, 209, 361.
 PEIXOTO, Léia Quintière Cortines — 94.
 PENA, Leonam de Azeredo — 339.
 PENA, Misael Ferreira — 53.
 PENALVA, Gastão — 340.
 PENEDO, Barão de — 170.
 PEREIRA, Astrojildo — 234.
 PEREIRA, Carlos da Costa — 339.
 PEREIRA, Astrojildo — 234.
 PEREIRA, Carlos da Costa — 339.
 PEREIRA, Duarte Pacheco — 26, 27.
 PEREIRA, Lafaiete Rodrigues — 362.
 PEREIRA, Nuno Marques — 296.
 PEREIRA, Osni Duarte — 210, 211.
 PEREIRA, Teodomiro — 364.
 PERES, Damião — 20, 21.
 PERESTRELO, Manuel de Mesquita — 26, 27.
 PERUZI, S. L. — 16.
 PESSOA, Eptácio — 188, 189, 196, 204.
 PESSOA, Samuel Barnsley — 254.
 PETIT-THOUARS, Abel du — 353.
 PFEIFFER, Ida — 353.
 PIERSON, Donald — 270.
 PIGEONNEAU, H. — 14.
 PIMENTA, Alfredo — 151.
 PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo — 263.
 PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo — 263.
 PIMENTEL, Luís Serrão — 26, 27.
 PINHEIRO, Albertino — 340.
 PIHEIRO, José Feliciano Fernandes — 112.
 PINTO, Álvaro Vieira — 208, 210.
 PINTO, Adolfo — 169.
 PINTO, Antônio Pereira — 288, 289.
 PINTO, E. Roquette — 252, 267, 268, 269, 270, 311, 313.
 PINTO, Estêvão — 47, 148, 254, 267, 338.
 PINTO, Irineu Ferreira — 59.
 PINTO, L. A. Costa — 236.
 PINTO, Olivério M. de Oliveira — 338, 340.
 PINTO, Silva — 355.
 PIRENNE, Henri — 13.
 PIRES, Aurélio — 364.
 PIRES, Homero — 325.
 PITA, Sebastião da Rocha — 218, 219.
 POERNER, Artur José — 238.
 POHL, João Emanuel — 354.
 POMBAL, Marquês de — 72, 121.
 POMBO, Rocha — 222.
 POMPEIA, Raul — 318, 325.
 POMPEU SOBRINHO, Tomás — 269.

- PONTES, Carlos — 169, 370.
 PORTINARI, Cândido — 348.
 PÔRTO, Aurélio — 70, 71, 113, 148, 262.
 PÔRTO, Carlos Eugênio — 106.
 PÔRTO, Costa — 194.
 PÔRTO, José Mariano — 184.
 PÔRTO ALEGRE, Manuel de Araújo — 306, 346.
 PORTUGAL, Luís d'Almeida — 120.
 POST, Franz — 306.
 PÓVOA, Pessanha — 304, 364.
 PRADIER — 301.
 PRADO, Antônio da Silva — 170.
 PRADO, Eduardo — 27, 181, 182, 183, 233.
 PRADO, Paulo — 117, 119, 342.
 PRADO JÚNIOR, Caio — 217, 221, 226, 228, 332.
 PRATA, Ranulfo — 236.
 PRESTAGE, Edgar — 83, 86.
 PRESTES, Luís Carlos — 201, 203.
 PRIMOLI, M. — 300, 342.
 PROENÇA, M. Cavalcanti — 104, 105.
 PURCHAS, Samuel — 52, 336.
- Q
- QUEIROZ, Eça de — 321.
 QUEIROZ, Eusébio de — 173.
 QUEIROZ, Maurício Vinhas de — 239.
 QUERINO, Manuel — 236, 270, 296, 306.
 QUESADA, Ernesto — 159, 160, 161, 162.
 QUINTAS, Amaro — 128, 145, 147, 148.
- R
- RABELO, Castro — 166, 167.
 RADIGUET, Max — 354.
 RAEDERS, G. — 360.
 RAIOL, Domingos Antônio — 145, 146.
 RAMALHO, João — 38, 43, 75.
 RAMOS, Artur — 267, 268, 270, 271.
 RAMOS, Graciliano — 319, 327, 360, 362.
 RAMOS, Luísa — 271.
 RAMOS, R. Antônio — 159, 160.
 RAMOS, Teodoro — 313.
 RANGEL, Alberto — 147, 236, 252.
 RANGEL, Lúcio — 302.
 RAVENSTEIN, E. G. — 83, 85.
 REBÊLO, José Silvestre — 117.
 REBÊLO, Marques — 325.
 REBOUÇAS, André — 166, 167.
 RECHEGG, Antônio Sepp von (Veja SEPP, Antônio).
 RÊGO, José Lins do — 319, 327, 363.
 RÊGO, Luís Flôres de Moraes — 255.
 REIMÃO, Gaspar Ferreira — 29.
 REIS, Antônio Simões dos — 373.
 REIS, Artur César Ferreira — 91, 93, 104, 105, 255, 287, 289.
 REIS, T. Furtado dos — 313.
 REIS JÚNIOR, José Maria dos — 302.
 REMÉDIOS, J. Mendes dos — 41, 87.
 REPARAZ HIJO, Gonzalo — 32.
 RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de — 360.
 REVERBEL, Carlos — 326.
 REYSS — 296.
 RIBEIRO, Darci — 7, 267, 270.
 RIBEIRO, Duarte da Ponte — 161, 290.
 RIBEIRO, J. S. — 333.
 RIBEIRO, João — 222, 269, 275, 290.
 RIBEIRO, Joaquim — 83, 125, 126, 269, 295, 296, 297, 298.
 RIBEIRO, Maria Conceição Martins — 374.
 RIBYROLLES, Charles — 340, 350.
 RICA, Antônio Bermejo de la — 93.
 RICARD, M. R. — 27.
 RIO, João do (Veja BARRETO, Paulo).

- RIO BRANCO, Barão do — 2, 170, 262, 286, 287, 288, 289, 290, 362.
 RIO BRANCO, Visconde do — 153, 154, 170, 177, 361, 364.
 RIO VERDE, Barão do — 237.
 RIOS, Adolfo Morales de los — 236.
 RIOS FILHO, Adolfo Morales de los — 305, 306.
 RIVAROLA, Horácio C. — 161.
 RIVADAVIA — 162.
 RIVASSEAU, Emílio — 269.
 RIZZINI, Carlos — 331, 332.
 ROCHA, Geraldo — 253.
 ROCHA, Glauber — 302.
 ROCHA, Justiniano José da — 155.
 RODRIGUES, Dilke Barbosa — 145, 146.
 RODRIGUES, Edite Porchat — 41.
 RODRIGUES, F. Contreiras — 117.
 RODRIGUES, João Barbosa — 295, 296, 297, 309.
 RODRIGUES, José Carlos — 350, 374.
 RODRIGUES, José Honório — 83, 210, 354, 374.
 RODRIGUES, José Wasth — 287, 304.
 RODRIGUES, Leôncio — 238.
 RODRIGUES, Milton da Silva — 338.
 RODRIGUES, Nina — 269, 270, 271, 296.
 RODRIGUES, Roberto Peake — 227.
 RODRIGUES, Vicente — 28, 29.
 ROHAN, H. de Beaurepaire — 174, 175.
 ROJAS, Alonso de — 353.
 ROMERO, Néelson — 321.
 ROMERO, Sílvio — 184, 295, 296, 297, 319, 320, 321, 347, 362.
 RONCIÈRE, C. de la — 28, 66.
 RONDON, Cândido Mariano da Silva — 252, 265, 267, 268, 270, 352.
 ROOSEVELT, Theodore — 341, 352.
 ROSA, Clara de la — 355.
 ROSA, Virgínio Santa — 201, 203.
 ROSAS, Juan Manuel — 158, 159, 161, 260, 261.
 ROSSI, Vicente — 112.
 ROUGIER, Georges — 356.
 ROURE, Agenor de — 246.
 ROYCE, A. Wight — 229.
 RÚBENS, Carlos — 302, 306.
 RÚBIO, J. M. — 134.
 RUGENDAS, João Maurício — 339, 348.
 RUI, Afonso — 53, 120, 125, 126.
 RUSSOMANO, Vitor — 190, 298.
- S
- SÁ, Simão Pereira de — 158.
 SACO, J. A. — 63, 69, 0.
 SACRAMENTO, Leandro do — 309.
 SAIA, Luís — 374.
 SAINT-ADOLPHE, J. R. Milliet de — 155.
 SAINT-HILAIRE, Auguste de — 296, 338, 339, 344, 345, 346.
 SALES, M. F. de Campos — 185, 187, 188, 189, 190, 191, 198.
 SALLE, De La — 353.
 SALVADOR, Vicente do — 88, 217, 218, 219.
 SAMPAIO, A. J. de — 270, 310, 312.
 SAMPAIO, Luís T. de — 98, 99.
 SAMPAIO, Raimundo — 190.
 SAMPAIO, Teodoro — 51, 52, 254, 255.
 SAMÚDIO, Nicolas Garcia — 132.
 SANCEAU, Elaine — 23.
 SANCHES, Edgard — 276.
 SAN MARTIN — 138.
 SANMARTIN, Olinto — 77.
 SANTANA, Nuto — 370.
 SANTARÉM, Visconde de — 289.
 SANTIAGO, Diogo Lopes — 86.
 SANTOS, Antônio Vieira dos — 113.
 SANTOS, Carlos Afonso dos — 94.
 SANTOS, Eurico — 313.
 SANTOS, Filipe dos — 92.
 SANTOS, Francisco Martins dos — 53.

- SANTOS, Joaquim Felício dos — 98, 99.
 SANTOS, José Francisco dos — 23.
 SANTOS, José Maria dos — 170, 174, 177.
 SANTOS, Lúcio José dos — 125.
 SANTOS, Luís Gonçalves dos — 134.
 SANTOS, Marquesa dos — 236.
 SANTOS, Milton Almeida dos — 94, 253.
 SANTOS, Noronha — 166, 168.
 SANTOS, Paulo F. — 305.
 SANTOS FILHO, Licurgo — 106.
 SARAIVA, Conselheiro — 161.
 SARAIVA, Gumercindo — 190.
 SARMIENTO, Domingos F. — 112, 159, 160.
 SAVIGNY, F. — 14, 15.
 SCELLE, Georges — 63.
 SCHADEN, Egon — 341.
 SCHLICHTHORST, C. — 354.
 SCHMID, Albert — 259.
 SCHMIDEL, Ulrico — 41.
 SCHMIDT, Carlos Borges — 237.
 SCHMIDT, Max — 271.
 SCHMIDT, Wilhelm — 270.
 SCHNEIDER, A. Raimundo — 72, 338.
 SCHNEIDER, L. — 262.
 SCHOENFELDT, Hubert — 340.
 SCHUPP, Ambrósio — 147, 339, 347, 348.
 SELLIN, A. W. — 253, 351.
 SEMPERE, Juan — 16.
 SENA, Caio Néelson de — 370.
 SEPP, Antônio — 72, 338, 342, 343.
 SEQUEIRA, Antunes de — 237.
 SEREBRENICK, Salomão — 251.
 SÉRGIO, Antônio — 20, 22, 229.
 SERRA, Astolfo — 145, 146.
 SERRA, Astolfo — 145, 146.
 SERRÃO, Custódio Alves — 309.
 SETE, Mário — 83, 237, 340.
 SETZER, José — 253.
 SHILLINGTON, V. M. — 98, 99.
 SIDNEY, Henry — 353.
 SILVA, A. Costa e — 295.
 SILVA, Francisco Gomes da — 141.
 SILVA, Geraldo Bastos — 210.
 SILVA, Hélio — 211.
 SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e — 120.
 SILVA, Inocêncio Francisco da — 374.
 SILVA, J. M. Pereira da — 147, 152, 153, 364.
 SILVA, João Pinheiro da — 370.
 SILVA, João Pinto da — 110, 111.
 SILVA, Joaquim Caetano da — 288.
 SILVA, José Bonifácio de Andrada e — 137, 139, 140, 141, 309, 333.
 SILVA, José Calasãs Brandão da — 298.
 SILVA, Luís Augusto Rebêlo da — 289.
 SILVA, Luís Manuel de Lima e — 263.
 SILVA, Manuel Augusto Pirajá da — 44, 45, 347.
 SILVA, Manuel Cícero Peregrino da — 334.
 SILVA, Moacir M. F. — 251.
 SILVA, Moacir Paixão e — 94.
 SILVA, Silvestre Ferreira da — 259.
 SILVA, Teotônio Meireles da — 263.
 SILVA NETO, Serafim — 275, 276.
 SILVA-NIGRA, Clemente da — 305.
 SILVEIRA, Alarico — 92.
 SILVEIRA, Carlos da — 145.
 SILVEIRA, Cid — 210.
 SILVEIRA, Sousa da — 325.
 SIMONSEN, Roberto — 201, 202, 226, 227.
 SINIMBÚ, Visconde de — 169.
 SMITH, Herbert H. — 354.
 SMITH, Robert C. — 305, 306.
 SMITH, T. Lynn — 236.
 SOARES, A. J. de Macedo — 177.
 SOARES, J. C. de Macedo — 287, 374.
 SOARES, J. E. de Macedo — 263.
 SOARES, José de Sousa — 203.
 SOARES, Orris — 325.
 SOARES, Raul — 362.
 SOARES, Sebastião Ferreira — 167, 229.
 SOARES, Teixeira — 159, 161.

- SOARES, Torquato de Sousa — 243.
 SODRÉ, Alcindo — 204.
 SOLIS, Duarte Gomes — 21, 22.
 SOLUS, H. — 70.
 SOMBART, Werner — 14, 15.
 SOMBRA, Severino — 229.
 SOUSA, Alberto — 140.
 SOUSA, Bernardino José de — 38, 39, 87, 104, 105, 250, 251.
 SOUSA, Francisco — 100.
 SOUSA, Gabriel Soares de — 44, 45, 296.
 SOUSA, Gaspar de — 219.
 SOUSA, J. E. Teixeira de — 313.
 SOUSA, J. Galante de — 302.
 SOUSA, Joaquim Rodrigues de — 246.
 SOUSA, José Antônio Soares de — 161, 290, 367.
 SOUSA, L. de Moraes e — 35.
 SOUSA, Manuel de Faria e — 34.
 SOUSA, Marcos Antônio de — 53.
 SOUSA, Martim Afonso de — 26.
 SOUSA, Otávio Tarquínio de — 132, 139, 144, 145, 177, 246, 360, 364.
 SOUSA, Paulino José Soares de — 161, 247, 367, 368.
 SOUSA, Pero Lopes de — 26, 27.
 SOUSA, Tomé de — 219, 257.
 SOUSA JÚNIOR, Antônio de — 87, 262.
 SOUSA LEÃO FILHO, Joaquim — 306.
 SOUTHEY, Robert — 70, 86, 216, 220.
 SOUTO — 169.
 SOVERAL, Visconde de — 23.
 SPALDING, Walter — 148, 261.
 SPIX, João Batista von — 339, 346, 347.
 SPRUCE — 353.
 STADEN, Hans — 296, 354.
 STAPLETON, A. G. — 132, 133.
 STAUNTON — 353.
 STEAD, William — 197.
 STEIN, Stanley — 229.
 STEINEN, Karl von den — 296, 341, 352.
 STEINEN, William von den — 352.
 STRADELLI — 296.
 STRANGFORD — 140, 158, 173.
 STRAUSS, C. Levi — 269.
 STUART — 140, 158, 173.
 STUDART, Barão de — 51, 52, 296, 334.
 SUE, Eugênio — 361.
 SWAINSON — 353.
- T
- TAMANDARÉ, Marquês de — 263.
 TAPAJÓS, Vicente — 247.
 TAQUES, Pedro — 41, 98.
 TATI, Miécio — 325.
 TAUNAY, Afonso de E. — 39, 40, 41, 51, 52, 63, 65, 66, 77, 78, 79, 91, 92, 94, 98, 100, 106, 116, 117, 149, 153, 154, 155, 237, 243, 246, 267, 312, 313, 339, 340, 341, 352, 354, 370, 374.
 TAUNAY, Alfredo de E. — 177, 188, 189, 259, 260, 262, 263, 305, 318, 325, 363, 364.
 TAUNAY, Amado Adriano — 348.
 TAVARES, Antônio Raposo — 77, 79.
 TAVARES, Muniz — 125, 126.
 TÁVORA, Juarez — 201, 202.
 TAWNEY, R. H. — 16.
 TEITELBOIM, Volodia — 229.
 TEIXEIRA, Anísio — 281, 282, 283.
 TEIXEIRA, Cid — 360.
 TEIXEIRA, José A. — 298.
 TEIXEIRA, Laércio Brandão — 227.
 TELES, Jover — 238.
 TEMPERLY, Harold — 139.
 TERESA, D. — 34.
 TESCHAUER, Carlos — 112, 296.
 9ESTIS — 183.
 THEVET, André — 296, 338, 341, 342.
 THOMPSON, J. W. — 14.
 TINHORÃO, José Ramos — 302.
 TIRADENTES — 125.
 TITARA, Ladislau dos Santos — 261.
 TOCANTINS, Leandro — 290.
 TOLLENARE, L. F. de — 296, 354.

TÔRRES, Alberto — 243, 244, 245, 246.
 TÔRRES, Antônio — 127.
 TÔRRES, João Camilo de Oliveira — 181.
 TÔRRES, João N. — 333.
 TÔRRES, Orlando — 340.
 TORREZÃO, Otom de Noronha — 263.
 TOSCANA, Grão-Duque da — 346.
 TOSTES, Teodomiro — 339.
 TRÍPOLI, César — 246.
 TUROT, Henri — 356.

U

URUGUAI, Visconde do (Veja SOUSA, Paulino José Soares de).

V

VALADÃO, Alfredo — 148, 243.
 VALADARES, José — 305.
 VALE, Quintino do — 276.
 VALENTIM, Mestre — 297.
 VALVERDE, Orlando — 251.
 VAMPRÉ, Spencer — 370.
 VARELA, Alfredo — 145, 146, 147, 148.
 VARELA, L. F. Fagundes — 318, 325.
 VARGAS, Getúlio — 244.
 VARGAS, Heitor — 201.
 VARNHAGEN, Francisco Adolfo — 27, 45, 49, 83, 84, 216, 220, 343.
 VÁRZEA, Afonso — 254.
 VASCONCELOS, Bernardo Pereira de — 144, 145.
 VASCONCELOS, Diogo de — 91, 92.
 VASCONCELOS, Frazão de — 87.
 VASCONCELOS, Genserico de — 259.
 VASCONCELOS, Moacir N. — 83, 253, 340.
 VASCONCELOS, Salomão de — 94, 139, 140, 237, 305.
 VASCONCELOS, Sílvio de — 302.
 VASCONCELOS, Simão de — 45, 47, 120, 296.
 VEDIA, Agustin de — 162.
 VEIGA, Evaristo da — 144, 145, 361.
 VEIGA, J. P. Xavier da — 100.
 VEIGA, Luís Francisco da — 147.
 VELHO, Álvaro — 33, 34.
 VELHO, Domingos Jorge — 66.
 VELHO SOBRINHO, J. F. — 374.
 VELOSO, José Mariano da Conceição — 45, 309.
 VENÂNCIO FILHO, Francisco — 360.
 VERGUEIRO, N. P. de Campos — 177, 350.
 VERÍSSIMO, Inácio José — 177.
 VERÍSSIMO, José — 222, 283, 319, 320, 321, 322.
 VIANA, Ataliba — 271.
 VIANA, Hélio — 94, 153, 155, 331, 332.
 VIANA, Oliveira — 110, 111, 117, 118, 181, 182, 222, 237, 239, 243, 244, 245, 314.
 VIANA, Oneto y — 161.
 VIANA, Solena Benevides — 338.
 VIANA, Urbino — 91, 93.
 VIANA, Vítor — 228, 229.
 VIANY, Alex — 302.
 VIEIRA, Antônio — 47, 72, 84, 86.
 VIEIRA, Hermes — 184, 306.
 VIEIRA, João Fernandes — 87.
 VIEIRA, Sabino — 146.
 VILHENA, Luís dos Santos — 120.
 VILLANUEVA, Carlos A. — 132, 133.
 VILLEGAGNON — 41, 342.
 VINCENT, Frank — 356.
 VITOR, Mário — 211.
 VIVEIROS, Jerônimo de — 94.

W

WAIBEL, Léo — 252.
 WALLACE, Alfred Russel — 296, 340, 349, 353.
 WALLON, H. — 63, 64.
 WALSH, R. — 353, 354.
 WAPPAEUS, Y. E. — 253.
 WATERTON — 353.
 WATJEN, Hermann — 83.

WEBER, Max — 14, 15, 16, 67.
WEBSTER, C. K. — 131, 141.
WELLS, James — 353.
WERNECK, F. P. L. — 153, 155.
WERNECK, Francisco Kloris — 137.
WHITE, John — 353.
WIART, Carton de — 355.
WIENER, Charles — 356.
WIED-NEWIED, Maximiliano (Veja
MAAXIMILIANO, Príncipe de).
WILLEMS, Emílio — 267, 268,
270, 271.
WILLIAMS, Eric — 63, 64.
WILLIAMS, Mary W. — 204.
WOLF, Ferdinand — 323.
WOLF, Paulo — 347.
WYTHE, George — 229.

X

XAVIER, Berenice — 175.

Y

YVER, G. — 14, 15.

Z

ZENHA, Edmundo — 245.
ZALUAR, Augusto Emílio — 340,
350.
ZAVALA, Sílvio — 63.
ZEMÉLLA, Mafalda P. — 100.
ZEUMER, K. — 16.
ZINNY, A. — 161.

Roteiro da História E da Cultura De Nosso Povo

Que não faltam livros a quem quiser entender o Brasil prova-o, abundantemente, este indicador de Nelson Werneck Sodré. Não obstante a rigorosa seleção a que submeteu a bibliografia pertinente, centenas de livros sobrenadam na maré de quase cinco séculos de vida, de história e de pensamento do nosso povo. Que proporções não atingiria esta obra se compreendesse outros escritos não publicados na forma de livro!

Os livros, na verdade, estão aí — nem sempre muito contraditórios, às vezes vivendo apenas em determinadas bibliotecas, sabendo-se que há um ou outro exemplar zelosamente guardado aqui ou ali. Bem escritos e mal escritos, desenvolvendo teorias, dando voz a sonhos e devaneios, polêmicos ou factuais, expondo, discorrendo, discreteando. De autoria de brasileiros, de portugueses, de estrangeiros de muitas nacionalidades — poetas e romancistas, viajantes, memorialistas, estetas, homens de ciência e de cultura, autodidatas e eruditos. E em todos eles palpita, bem ou mal, um humanismo que faz honra à nação brasileira.

Manejando esta vasta e ponderável livraria, a fim de indicar, não o que se *pode*, mas o que se *deve* ler, o autor fugiu à tentação fácil de uma simples relação de títulos. Procurou disciplinar o material de modo a servir, didaticamente, a estudantes e estudiosos, em geral tão sem orientação quanto às leituras possíveis e necessárias para a formação de uma consciência nacional. Daí que o livro esteja dividido em três partes principais, subdivididas, por

sua vez, em inúmeros capítulos. A primeira, dedicada ao desenvolvimento histórico do Brasil, recua até as origens do povo e do Estado português para, em trinta subdivisões, dar todo o quadro da evolução da nossa gente até os dias de hoje. Em seguida o autor se volta para a brasileira, os estudos especializados, econômicos, antropológicos, educacionais, lingüísticos, geográficos, etc., que focalizam aspectos particulares da terra, do homem e da sociedade. E, finalmente, numa terceira parte, faz o levantamento da cultura brasileira — a literatura, as artes, as ciências, os costumes, o folclore. Uma nota introdutória geral, que esclarece as tendências do pensamento nacional no campo considerado, antecede cada capítulo. E, à indicação das fontes principais de estudo, em cada aspecto peculiar, o autor acrescenta notas acêrca do livro ou do autor, dando as razões da sua importância relativa. Assim, ao mesmo tempo que um seguro indicador de boas fontes para entender o Brasil, o volume se constitui numa sùmula e num roteiro da história e da cultura da nação.

Resta uma pergunta. Se não faltam livros, faltarão leitores? Quase automaticamente nos lembramos da grande percentagem de analfabetos que as oligarquias nacionais fazem tanto empenho em manter. Mas o argumento não vale. Uma bibliografia tão vasta e variada não poderia viver sem leitores. E o grande número de títulos aqui arrolados comprova que leitores havia, e há, e que o seu número cresce dia a dia. E foi para servir a êsses leitores que Nelson Werneck Sodré empreendeu a elaboração dêste indicador, melhorado e atualizado desde a edição original de 1945.

Edison Carneiro

